



Deutsche Bank

Resumo financeiro

	2021	2020
Objetivos financeiros do Grupo		
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	3,8%	0,2%
Rácio custo/rendimento ²	84,6%	88,3%
Rácio de capital Common Equity Tier 1	13,2%	13,6%
Rácio de alavancagem (fully loaded)	4,9%	4,7%
Demonstração de resultados		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	25,4	24,0
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	0,5	1,8
Despesas totais (excluindo juros), em mil milhões de euros.	21,5	21,2
Custos ajustados, p. ex. custos de transformação, em mil milhões de euros. ³	19,6	19,9
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros.	3,4	1,0
Lucros (prejuízos), em mil milhões de euros.	2,5	0,6
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros.	1,9	0,1

	31 dez 2021	31 dez 2020
Balanço		
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.324	1.325
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros. ⁴	1.002	963
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	476	432
Média de empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	446	438
Depósitos, em mil milhões de euros.	604	568
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.	4,8	4,8
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	58	55

Recursos		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	352	329
Dos quais: RWA para Risco Operacional, em mil milhões de euros.	62	69
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros.	1.125	1.078
Capital próprio tangível dos acionistas (Valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros. ⁴	52	49
Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), em mil milhões de euros.	207	213
Reservas de liquidez em mil milhões de euros.	241	243
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	82.969	84.659
Agências	1.709	1.891

Rácios		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ¹	3,4%	0,2%
Provisão para perdas de crédito como pontos base da média de empréstimos	12	41
Rácio empréstimos/depósito	78,9%	76,0%
Rácio de alavancagem (introdução progressiva)	4,9%	4,8%
Rácio de cobertura de liquidez	133%	145%

Informação por Ação		
Resultados por ação básicos	0,96 €	0,07 €
Resultados por ação diluídos	0,93 €	0,07 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação ⁴	27,62 €	26,04 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível ⁴	24,73 €	23,19 €

¹ Com base no lucro (prejuízo) atribuível a acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

² Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

³ A reconciliação dos custos ajustados é fornecida na secção "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP/Custos ajustados deste documento.

⁴ Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

1 –

Relatório de Gestão

2	Análise Operacional e Financeira
36	Perspetivas
44	Riscos e oportunidades
58	Relatório de Risco
183	Sustentabilidade
186	Colaboradores
190	Controlo interno sobre o relato financeiro
193	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
196	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
197	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

2 –

Demonstrações financeiras consolidadas

205	Demonstração consolidada dos resultados
206	Demonstração consolidada do rendimento integral
207	Balanço consolidado
208	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
210	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
212	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
250	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
258	Notas ao balanço consolidado
317	Notas adicionais
380	Confirmações

3 –

Relatório de Remunerações

394	Remuneração do Conselho de Administração
426	Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
429	Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
431	Relatório do auditor independente
433	Remuneração dos colaboradores (não auditada)

4 –

Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade:

449	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
461	Relato e Transparência
461	Operações com partes relacionadas
462	Auditoria e controlo
465	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

5 –

Informações Adicionais

471	Medidas financeiras não-GAAP
480	Declaração de aval
482	Impressão/Publicações

Grupo Deutsche Bank

II	Carta do Diretor-Geral
V	Conselho de Administração
VI	Relatório do Conselho de Fiscalização
XIV	Conselho de Fiscalização
XVII	Estratégia

Carta do Diretor-Geral

Caros Acionistas,

2021 foi um ano fulcral para o Deutsche Bank. Atingimos um lucro antes de impostos de 3,4 mil milhões de euros e um lucro líquido de 2,5 mil milhões de euros. Em comparação com o ano anterior, mais do que quadruplicámos o nosso lucro líquido e produzimos os nossos melhores resultados numa década.

Isto coloca-nos exatamente onde queríamos estar neste momento, quando anunciámos a nossa estratégia "Competir para ganhar" no verão de 2019. Lançámos as bases para um crescimento sustentável, cumprindo o que prometemos de forma disciplinada:

- Nas nossas quatro divisões de negócio, concentrámo-nos nos nossos pontos fortes principais e retirámo-nos dos segmentos não essenciais. Esta estratégia está a dar frutos. Embora tenhamos interrompido atividades como a negociação de ações, as nossas receitas no ano inteiro de 2021 foram de 25,4 mil milhões de euros, mais elevadas do que em 2018. É particularmente gratificante que as quatro principais empresas tenham contribuído para este crescimento de receitas no ano passado.
- Apesar do custo da nossa transformação, reduzimos os nossos gastos operacionais (excl. juros) para 21,4 mil milhões de euros, em comparação com 25,1 mil milhões de euros em 2019. Os custos ajustados (ex. encargos de transformação e despesas reembolsáveis de Prime Finance) foram de 19,3 mil milhões de euros em 2021 e o nosso rácio custo/rendimento desceu de 108 para 85% neste período. Nos últimos três anos, reconhecemos 8,4 mil milhões de euros em efeitos relacionados com a transformação. Isto significa que já ultrapassámos 97% do total destes efeitos que antecipamos até ao final de 2022. No entanto, continuámos a investir em tecnologia e crescimento e, em particular, reforçámos os nossos controlos, nos quais gastámos 3 mil milhões de euros ao longo dos últimos três anos.
- Terminámos 2021 com um rácio de capital Common Equity Tier 1 superior a 13%, apesar de absorver os efeitos relacionados com a transformação e as alterações significativas na medição do capital regulamentar. Compensámos com sucesso um impacto de 130 pontos base no nosso rácio de capital resultante destes efeitos regulamentares.
- Conseguimos fazê-lo com os nossos recursos existentes e sem vos pedir a vós, nossos acionistas, capital adicional. Muitos observadores do mercado não acreditavam que isto fosse possível em meados de 2009. E isto coloca-nos agora em posição de vos distribuir novamente capital. Este ano, iremos propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 20 cêntimos por ação. Isto corresponde a uma distribuição total de cerca de 400 milhões de euros. Além disso, decidimos recomprar ações no valor de 300 milhões de euros no primeiro semestre do ano.

Este histórico de execução tem-nos sido muito favorável. Criámos um ciclo virtuoso em que os efeitos positivos se reforçam mutuamente. Os sucessos dos últimos anos melhoraram significativamente a nossa reputação, e a confiança dos nossos colaboradores no nosso banco é novamente forte. Esta nova autoconfiança e orgulho restaurado são sentidos pelos nossos clientes, o que tem um efeito positivo no nosso negócio. Isto também levou as três principais agências mundiais de notação, Moody's, Fitch e S&P, a conceder-nos uma melhoria da notação em 2021. Os custos de refinanciamento mais baixos associados estão agora a ajudar os nossos negócios.

Tudo isto nos dá a confiança para nos mantermos fiéis aos nossos objetivos para 2022. O nosso foco é o objetivo de um retorno após impostos sobre o capital próprio tangível de 8%.

Infelizmente, uma sombra caiu sobre o mundo nas últimas semanas. Com a invasão russa da Ucrânia, a guerra regressou ao coração da Europa. Ainda não podemos avaliar plenamente o impacto total desta guerra na ordem política mundial, na economia global, nos nossos clientes e no nosso banco.

Mas nós, enquanto Deutsche Bank, provámos na crise da COVID-19 que somos estáveis e à prova de crise - e que estamos lá para os nossos clientes em tempos difíceis, com o nosso balanço forte e a nossa gestão de risco de primeira classe.

Pretendemos centrar-nos ainda mais nas necessidades dos nossos clientes à medida que embarcamos agora na próxima fase da nossa estratégia. Não se trata aqui de revolução, mas de evolução. Continuaremos a apoiar-nos no que fizemos com sucesso ao longo dos últimos três anos e a tornar-nos ainda mais eficientes.

Ao mesmo tempo, temos de mudar e melhorar constantemente a forma como trabalhamos para realizar o nosso potencial e ser aquilo que aspiramos ser há mais de 150 anos: o vosso Global Hausbank. Um banco que é o primeiro ponto de contacto para empresas, investidores institucionais, clientes de retalho e clientes abastados em todos os assuntos financeiros, com uma rede global e conhecimentos locais, uma gestão de risco única e uma excelente capacidade de criar soluções, plataformas técnicas modernas e um sólido conjunto de produtos.

Temos bases fortes para esta aspiração que, na minha opinião, são mais fortes do que as de qualquer outro banco na Europa. Antes de mais, isto tem a ver com o nosso forte mercado doméstico. Estamos enraizados na maior e mais estável economia da Europa, uma economia com excelentes oportunidades de crescimento. As empresas alemãs e as empresas Mittelstand são líderes mundiais em muitas áreas. Precisam de um banco forte e global ao seu lado, tal como os aforradores da Alemanha precisam de um consultor para lhes oferecer oportunidades de investimento e o seu governo precisa de um parceiro para apoiar a transição para uma economia sustentável. Só podemos ser nós. E como tal, queremos crescer com os nossos clientes.

Estamos igualmente bem posicionados para apoiar os nossos clientes num mundo que está a mudar rapidamente, tanto política como economicamente. Os acontecimentos na Ucrânia são uma triste ilustração de como a situação geopolítica se tornou incerta. Isto é agravado por profundas mudanças macroeconómicas: a fase historicamente sem precedentes do estímulo fiscal e monetário, taxas de juro baixas ou mesmo negativas e uma dívida cada vez maior está a chegar ao fim, na opinião dos nossos economistas. Ao mesmo tempo, a tendência de décadas de globalização está a estagnar e estamos a viver uma regionalização e fragmentação das cadeias globais de abastecimento que parecia dificilmente possível há apenas alguns anos atrás. Finalmente, a inversão da pirâmide demográfica irá acelerar significativamente nos próximos anos e décadas, com graves consequências para os mercados de trabalho e sistemas de pensões já sobrecarregados.

Tudo isto está a acontecer numa altura em que os nossos clientes estão a passar por uma profunda transformação: a transição para uma economia sustentável, amiga do ambiente e cada vez mais digital.

Estamos convencidos de que, precisamente em tempos como estes, a perícia e competência de um Hausbank Global é particularmente necessária e que podemos ser parte da solução para os nossos clientes. Vamos apoiá-los ajudando a gerir os seus riscos, financiando a sua transformação e permitindo-lhes investir em ativos cujo retorno exceda a inflação para criar riqueza.

Com a nossa rede global e os nossos mais de 20.000 gestores de relações em todo o mundo, estamos idealmente posicionados em todas as quatro empresas:

- O nosso Corporate Bank é o parceiro de financiamento e transações bancárias que pode apoiar corporações e empresas de média dimensão em 151 países de todo o mundo.
- O nosso Investment Bank tem uma experiência do mercado global de capitais que nenhum outro banco europeu pode fornecer. E somos um dos líderes do mercado global em rendimento fixo e divisas.
- O nosso Private Bank é o parceiro mais forte no que respeita a todas as questões de financiamento e investimento para os nossos clientes privados na Alemanha e fornece aos clientes ricos sofisticados e aos empresários familiares em todo o mundo soluções de investimento feitas à medida.
- O nosso negócio de Asset Management oferece uma vasta gama de produtos ativos, passivos e alternativos que permitem aos investidores posicionarem-se em qualquer cenário de mercado.

Contudo, não se trata apenas de posicionamento nas áreas de negócio individuais, mas também de temas abrangentes da nossa geração. Nos últimos anos, expandimos significativamente os nossos conhecimentos nas áreas ambiental, social e de governação ou “ESG”, em todas as empresas. Estamos no bom caminho para atingir o nosso objetivo de 200 mil milhões de euros em financiamento e investimento até 2023, já em 2022. Também nos propusemos o objetivo de permitir mais de 100 mil milhões de euros em financiamentos e investimentos em ESG anualmente a partir de 2023. Isto permite-nos oferecer aos nossos clientes os produtos e soluções verdes adequados para os preparar para a transformação sustentável da economia.

Em 2021, unimos forças com muitos outros grandes bancos internacionais e comprometemo-nos a reduzir a zero as emissões dos projetos que financiamos até 2050. Só o conseguiremos em parceria com os nossos clientes, e é por isso que conversamos sistematicamente com eles sobre a forma como se podem transformar.

Globalmente, estamos numa posição ideal para apoiar os nossos clientes a nível mundial de uma forma orientada para soluções. E mostrámos durante a pandemia da COVID-19 o que podemos alcançar quando colocamos as necessidades dos clientes no centro de tudo o que fazemos.

Esta posição de força é o que alimenta o nosso otimismo para os próximos anos. Estamos convencidos de que temos um grande potencial em todas as áreas. Mas também sabemos que precisamos de investir para alavancar este potencial. Precisamos de investir em tecnologia, investir na nossa rede global e no conhecimento local, mas também investir nas nossas capacidades de aconselhamento e nos nossos conhecimentos sobre produtos e gestão.

Temos de financiar estes investimentos, ao mesmo tempo que proporcionamos melhores lucros e retornos de capital aos nossos acionistas e, por conseguinte, continuaremos a ser muito disciplinados quanto aos custos. Ainda vemos aqui muito potencial ao reduzir ainda mais a complexidade da nossa organização. Estamos convencidos de que conseguiremos reduzir os custos em cerca de 2 mil milhões de euros até 2025 e utilizaremos estas poupanças para financiar os nossos investimentos.

A combinação de disciplina de custos, investimentos nos nossos pontos fortes e implementação consistente da nossa estratégia deverá colocar-nos numa trajetória de crescimento robusta e sustentável. Estabelecemos outros objetivos financeiros para o efeito: pretendemos aumentar as nossas receitas em média de 3,5 a 4,5% ao ano, para que possamos atingir um nível de receitas de aproximadamente 30 mil milhões de euros em 2025. Até lá, espera-se que o nosso rácio custo-rendimento desça abaixo dos 62,5%, para que possamos alcançar uma rentabilidade do capital próprio tangível após impostos de mais de 10%.

E, claro, estamos determinados a aumentar a distribuição de capital a vós, os nossos acionistas, com base num sucesso empresarial contínuo. Sujeitos ao cumprimento dos nossos objetivos estratégicos, autorizações da Assembleia Geral Anual e aprovações regulamentares, planeamos aumentar os dividendos por ação em 50% anualmente a partir do exercício financeiro de 2021 a 2024 e procuraremos levar a cabo o saldo para os 5 mil milhões de euros que comunicámos anteriormente como recompra de ações. A partir de 2025, teremos como objetivo um rácio de distribuição total de 50%, o que, sujeito ao cumprimento dos nossos objetivos de desempenho, implicaria uma distribuição cumulativa de capital de 8 mil milhões de euros em relação aos exercícios financeiros de 2021 a 2025. Um rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) que se mantém robusto em aproximadamente 13% deverá permitir-nos fazê-lo.

O nosso objetivo é criar valor para todos os nossos intervenientes: para vós, nossos acionistas, para os nossos clientes, para os nossos colaboradores e para a sociedade no seu todo. Fixámos um conjunto ambicioso de objetivos, e sabemos como alcançá-los. Ao reforçar a nossa posição enquanto Global Hausbank, lançámos os alicerces. Se implementarmos esta estratégia com a mesma disciplina que temos demonstrado na implementação da nossa estratégia desde 2019, tornar-nos-emos exatamente no que se espera que sejamos: um banco forte a desempenhar um papel de liderança na formação do futuro da banca.

Com os melhores cumprimentos,



Christian Sewing

Diretor-Geral
Deutsche Bank AG
Frankfurt am Main, 10 de março de 2022

Conselho de Administração

Christian Sewing, *1970
desde 1 de janeiro de 2015
Diretor-geral (CEO) da

Karl von Rohr, *1965
desde 1 de novembro de 2015
Presidente

Fabrizio Campelli, *1973
desde 1 de novembro de 2019
Diretor de Transformação (até 30 de abril de 2021)
Corporate Bank e Investment Bank (desde 1 de maio de 2021)

Bernd Leukert, *1967
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Stuart Lewis, *1965
desde 1 de junho de 2012
Diretor de Risco

James von Moltke * 1969
desde 1 de julho de 2017
Diretor financeiro

Alexander von zur Mühlen, * 1975
desde 1 de agosto de 2020
Diretor-geral regional para a Ásia

Christiana Riley, *1978
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor-Geral da América

Rebecca Short, *1974
desde 1 de maio de 2021
Diretor de Transformação

Stefan Simon, * 1969
desde 1 de agosto de 2020
Diretor administrativo

Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing
Diretor-geral (CEO) da

Karl von Rohr
Presidente

Fabrizio Campelli

Frank Kuhnke
(até 30 de abril de 2021)

Bernd Leukert

Stuart Lewis

James von Moltke

Alexander von zur Mühlen

Christiana Riley

Rebecca Short
(desde 1 de maio de 2021)

Stefan Simon

Relatório do Conselho de Fiscalização

No exercício financeiro de 2021, o Conselho de Fiscalização desempenhou todas as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, requisitos regulamentares, estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre todos os assuntos relevantes para o nosso banco e, em particular, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo e ao controlo, conformidade e sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, a liquidez, capital e gestão do risco do banco, os recursos organizacionais e técnicos adequados, bem como eventos que foram de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de suma importância. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu-nos, de acordo com os nossos pedidos, informação detalhada sobre várias áreas temáticas. Assim, o Conselho de Administração comunicou-nos regularmente sobre a prevenção do branqueamento de capitais e os controlos conexos. Deliberámos intensa e regularmente sobre estes assuntos, juntamente com o Conselho de Administração e também com peritos externos. Além disso, o Conselho de Fiscalização recebeu relatórios sobre os progressos realizados na estratégia de sustentabilidade do banco e a sua contribuição para a realização dos objetivos climáticos globais. O Presidente do Conselho de Fiscalização e os outros cinco presidentes de comissões mantiveram contactos regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Consultaram-se também sobre as agendas das várias reuniões dos comités a que presidem e discutiram temas de importância estratégica fundamental para o banco. Além disso, as próximas decisões foram deliberadas e preparadas em discussões realizadas regularmente entre o Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização, bem como os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização.

Tiveram lugar 66 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito de votação entre as reuniões.

Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou sete reuniões regulares e duas reuniões extraordinárias no exercício financeiro de 2021. Nas suas reuniões, o Conselho de Fiscalização abordou todos os tópicos com especial relevância para o banco.

Ainda em 2021, demos especial importância à implementação eficaz da estratégia do banco, e tivemos tempo suficiente para deliberar sobre isto e sobre os relatórios regulares de progresso sobre as divisões de negócios e regiões individuais com o Conselho de Administração. Neste contexto, discutimos também os impactos da pandemia da COVID-19 no desenvolvimento das empresas e comparámos os desenvolvimentos no âmbito da análise comparativa. Além disso, as nossas discussões centraram-se regularmente em tópicos regulamentares que têm impacto nos nossos negócios em todo o mundo e em casos de litígio e procedimentos regulamentares essenciais.

Na nossa reunião de 3 de fevereiro, representantes da Equipa Comum de Supervisão responsável pelo banco informaram-nos sobre o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) 2020, juntamente com as principais observações deste processo para o nosso banco. Analisámos os valores empresariais alvo reais apresentados e comparámo-los com os valores do plano e as estimativas dos analistas e os valores dos concorrentes. Os desvios foram discutidos em pormenor. Além disso, confirmámos a proposta preliminar do Conselho de Administração, tal como comunicada aquando do anúncio da nova estratégia em 2019 de não pagar dividendos. Abordámos o plano estratégico financeiro e de capital a nível do Grupo para os anos 2021-2025 e discutimos aspetos dos nossos programas de conformidade e combate aos crimes financeiros. Discutimos as principais atividades da área de Recursos Humanos em 2020 e uma perspetiva sobre as prioridades estratégicas para os anos seguintes. Aprovámos o relatório, elaborado pelo Comité de Nomeações, sobre a avaliação a ser realizada anualmente pelo Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, de acordo com o artigo 25d da lei bancária alemã (KWG) para o ano de 2020. Além disso, abordámos o projeto da Declaração de Governo da Sociedade, revimos a independência dos membros individuais do Conselho de Fiscalização e determinámos que todos os representantes dos acionistas são independentes. Adicionalmente, adotei o conceito de diversidade para a composição do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Após uma revisão da adequação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – e levando em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como em consulta com o Diretor de Remunerações do banco e peritos externos independentes em remuneração – determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2020. Além disso, discutimos o novo sistema de remuneração para o Conselho de Administração, que se tornou aplicável a partir de 2021. Também discutimos os possíveis tópicos para as medidas de formação do Conselho de Fiscalização para o ano financeiro em curso.

Na nossa reunião de 11 de março, discutimos exaustivamente a proposta dos representantes dos acionistas na Comissão de Nomeação para nomear o Sr. Frank Witter na Assembleia Geral para eleição para o Conselho de Fiscalização. O Sr. Alexander Schütz tinha-nos informado anteriormente que se demitiria com efeitos a partir do final da Assembleia Geral a 27

de maio. Recebemos uma análise detalhada do mercado e da concorrência, que também incluiu uma análise comparativa estratégica. Na sequência de relatórios do Conselho de Administração, e com base nas recomendações do Comitê de Auditoria, bem como após consulta com o auditor, aprovamos as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras anuais de 2020. Também em conformidade com as recomendações do Comitê de Auditoria e a proposta de resolução recomendada pelo Comitê de Auditoria acima especificada, determinamos que não há objeções a levantar relativamente ao Relatório Não Financeiro separado do Grupo, em conformidade com a secção 315b do Código Comercial Alemão (HGB) e a Demonstração Não Financeira, em conformidade com a secção 289b do HGB, também com base nos resultados finais das inspeções do próprio Conselho de Fiscalização. Discutimos e aprovamos o Relatório do Conselho de Fiscalização e recebemos um relatório de acompanhamento do Conselho de Administração sobre a franquia russa do banco, incluindo uma avaliação do negócio e do risco. O Conselho de Administração também nos apresentou a conceção dos sistemas de remuneração, o Relatório de Recursos Humanos para 2020, que foi preparado pela primeira vez de acordo com a norma 30414 da Organização Internacional de Normalização (ISO), e os resultados de um inquérito sobre o futuro do trabalho e um modelo híbrido de trabalho. Além disso, abordamos os tópicos para a Assembleia Geral, aprovamos propostas para a ordem de trabalhos e para a acomodação dos direitos dos acionistas.

Numa reunião extraordinária a 29 de março, abordamos em profundidade o reajustamento do Conselho de Administração, que foi também acompanhado pelo lançamento da fase seguinte da transformação do banco: Com efeito a partir de 1 de maio, transferimos a responsabilidade pelas divisões do Corporate Bank e Investment Bank do Sr. Christian Sewing para o Sr. Fabrizio Campelli. Também decidimos prolongar a nomeação do Sr. Christian Sewing como membro e Presidente do Conselho de Administração até ao final de abril de 2026. Com efeitos a partir do final de 30 de abril de 2021, Frank Kuhne demitiu-se do seu mandato no Conselho de Administração e deixou o Deutsche Bank. Além disso, nomeamos a Sra. Rebecca Short como membro do Conselho de Administração por três anos, com responsabilidade funcional pela divisão de Transformações, com efeitos a partir de 1 de maio de 2021. Estas resoluções foram tomadas com base nos trabalhos preliminares e recomendações do nosso Comitê do Presidente e do Comitê de Nomeações. Além disso, o Sr. Stuart Lewis informou-nos do seu desejo de deixar o Conselho de Administração no final da Assembleia Geral de 2022, o qual iremos cumprir. O processo de procura de um sucessor foi subsequentemente lançado. Além disso, discutimos a possível emissão de instrumentos de capital adicional de Tier 1 com base na autorização concedida pela Assembleia Geral em 24 de maio de 2018.

Na nossa reunião de 26 de maio, discutimos os todos os tópicos da Assembleia-Geral pendente com o Conselho de Administração. Além disso, tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação e abordamos tópicos regulamentares e jurídicos.

Em 29 de julho, o Conselho de Administração informou sobre o desempenho financeiro do segundo trimestre e sobre as reações das diferentes partes interessadas do banco ao progresso da sua transformação. Discutimos ainda extensivamente um relatório detalhado sobre a estratégia de combate aos riscos de crime financeiro, incluindo os requisitos regulamentares e o apoio tecnológico e a infraestrutura de dados necessária. Além disso, deliberámos e aprovamos várias emendas aos nossos Termos de Referência.

Na nossa reunião de 16 de setembro, discutimos as alegações de divulgação ambiental, social e de governação (ESG) envolvendo a DWS. Discutimos a possível emissão de instrumentos de capital adicional de Tier 1 e recebemos uma visão detalhada das perspetivas macroeconómicas a médio prazo. Também discutimos várias investigações internas. Além disso, abordamos o Concurso de Auditoria em profundidade e decidimos recomendar a Ernst & Young (EY) na Assembleia Geral como auditor das demonstrações financeiras para o exercício financeiro de 2022.

Na nossa reunião de 28 e 29 de outubro, abordamos intensivamente a estratégia do banco e o estado da transformação na perspetiva das divisões empresariais individuais, regiões e medidas estratégicas centrais. Discutimos a atual situação económica global, as perspetivas a médio prazo e os impactos sobre o banco. Recebemos um relatório sobre os progressos alcançados na implementação da estratégia e sobre o feedback positivo das partes interessadas, juntamente com uma perspetiva de novos progressos na execução em curso da transformação do banco. Discutimos o principal desenvolvimento regulamentar em todo o mundo e o que este significa para as regiões individuais do banco. Além disso, recebemos um relatório sobre a estratégia tecnológica e deliberámos neste contexto sobre as tendências tecnológicas, tais como a cadeia de bloqueio e as potenciais áreas de utilização. Também abordamos a estratégia de sustentabilidade do nosso banco. Como periodicamente previsto, decidimos aprovar a Declaração de Conformidade.

Numa outra reunião extraordinária a 21 de novembro, abordamos a sucessão para o Presidente do Conselho de Fiscalização e para o Diretor de Risco. O Comitê de Nomeações tinha abordado intensivamente estes assuntos de pessoal com antecedência, com base nas nossas descrições de posição interna e perfil de requisitos, e preparado propostas de candidatos em cada caso. Deliberámos sobre os candidatos selecionados com base no processo de seleção aprovado. Na sequência da reunião, decidimos, através do procedimento de votação por circulação, propor Alexander Wynaendts para ser eleito como membro do Conselho de Fiscalização na próxima Assembleia Geral Ordinária a 19 de maio de 2022. Além disso, pretendemos elegê-lo como nosso Presidente. Também decidimos apresentar uma proposta na próxima Assembleia Geral

Ordinária a 19 de maio de 2022, para criar a função de um segundo Vice-Presidente e nomeámos o Sr. Olivier Vigneron como membro do Conselho de Administração pelo período de três anos, com efeitos a partir de 20 de maio de 2022.

Na nossa última reunião do ano, a 16 de dezembro, deliberámos com o Presidente do nosso Conselho de Administração sobre pessoas-chave e o planeamento da sucessão para o Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização discutiu os principais marcos do processo de planeamento 2022-2026 e recebeu um relatório sobre o novo modelo "Futuro do Trabalho". Revimos extensivamente as nossas políticas e procedimentos internos, bem como as descrições de posição para o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização. Além disso, decidimos prolongar por três anos a nomeação do Conselho de Administração do Sr. Fabrizio Campelli, até 31 de outubro de 2025. Determinámos quem são os nossos especialistas em finanças e em remuneração, bem como a independência dos membros do nosso Comité de Auditoria, e alterámos os Termos de Referência para o Comité de Auditoria de modo a refletir as alterações da Lei de Fortalecimento da Integridade do Mercado Financeiro (FISG).

Comités do Conselho de Fiscalização

Os membros dos comités individuais e as alterações durante o ano de 2021 são especificados no Relatório Anual na Declaração de Governo da Sociedade (ver página 429).

O Comité do Presidente realizou treze reuniões em 2021. O Comité abordou em profundidade os assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, para além dos temas em curso entre as reuniões do Conselho de Fiscalização, bem como os preparativos para as mesmas. Estas incluem, entre outras coisas, o tratamento preparatório do reajustamento das responsabilidades funcionais do Conselho de Administração e as mudanças de pessoal no Conselho de Administração em cooperação com o Comité de Nomeações. O Comité deliberou sobre tópicos relacionados com o governo da sociedade do banco e em preparação da Assembleia Geral, bem como sobre algumas questões especiais. Estas incluíam tópicos regulamentares individuais, tais como a especificação de detalhes durante a emissão de instrumentos de capital pelo banco. O Comité também abordou os mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros individuais do Conselho de Administração fora do Grupo, bem como a revisão das expirações pendentes do estatuto dos prazos de prescrição para possíveis pedidos de indemnização por danos posteriores ao acordo de indemnização concluído em julho de 2017. Quando necessário, foram aprovadas deliberações a este respeito.

Nas suas sete reuniões em 2021, o Comité de Risco centrou-se nos tópicos: a apetência pelo risco alinhada com a estratégia e as condições do banco no negócio do cliente. Neste contexto, para além da apetência do Grupo pelo risco, o Comité abordou em particular as unidades de negócio do International Private Bank, os negócios de Correspondent Banking e Cash Management do Corporate Bank e o negócio de Leveraged Lending do Investment Bank. Em termos de perspetiva regional, o Comité concentrou-se na região do Médio Oriente e África. No contexto da pandemia da COVID-19 em curso em 2021, o Comité de Risco abordou a gestão, o tratamento contabilístico e a avaliação dos riscos de crédito com especial ênfase na gestão e liquidação de garantias e no desenvolvimento de provisões para perdas de crédito. Além disso, o Comité concentrou-se também no quadro geral da apetência pelo risco para riscos não financeiros e nos seguintes riscos não financeiros específicos: riscos de modelo, governação de produtos, gestão de riscos de terceiros, continuidade do negócio e segurança física, riscos de práticas de emprego, riscos de processamento de transações e riscos de reputação.

O Comité abordou regularmente relatórios sobre projetos chave de transformação com uma ligação à gestão do risco. Em 2021, o Comité recebeu relatórios sobre os programas para continuar o desenvolvimento da gestão do risco de crédito, gestão da liquidez e gestão dos riscos de taxa de juro na carteira bancária. Também abordou intensivamente os impactos do quadro de remuneração na situação do banco em termos de capital, risco, liquidez e rentabilidade.

À luz do ambiente de risco ainda em mudança devido à pandemia em curso e à alteração da situação da inflação, o Comité abordou os efeitos potenciais sobre o banco e as medidas tomadas pelo banco em resposta. Isto abrangeu os impactos sobre a situação do banco em termos de capital, risco, liquidez e rentabilidade, tendo também em conta, entre outros, cenários adversos no âmbito dos testes de esforço internos. O Comité também recebeu relatórios sobre os testes de esforço à escala da União Europeia realizados pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco Central Europeu.

O Comité de Auditoria reuniu-se sete vezes em 2021. O Comité de Auditoria apoiou-nos na monitorização do processo de relato financeiro e abordou intensamente as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas, os relatórios intercalares e de lucros e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. Além disso, apoiou-nos com base no processo de informação financeira na avaliação da transformação do banco e da pandemia da COVID-19, em particular no que diz respeito ao reconhecimento das provisões para perdas de crédito. O Comité de Auditoria lidou também com a avaliação dos vários instrumentos financeiros e com as passivos de pensões do banco, assim como com tópicos fiscais. O Comité de Auditoria solicitou ao Conselho de Administração o relato regular sobre os "itens distribuíveis disponíveis" e a capacidade de serviço de cupões nos instrumentos de capital Tier 1 adicional.

O Comitê de Auditoria monitorizou a eficácia do sistema de gestão do risco, principalmente no que diz respeito ao sistema de controlo interno e à Auditoria do Grupo, ao mesmo tempo que teve em conta os impactos da pandemia da COVID-19 e da transformação do banco. Isto abrangeu também, entre outras coisas, o relato sobre o desenvolvimento em curso dos controlos para combater o branqueamento de capitais e evitar o crime financeiro, o acompanhamento das transações, os sistemas de pagamentos e as iniciativas-chave para o reforço do sistema de gestão do risco, a conformidade e o sistema de controlo interno. O Comitê de Auditoria foi mantido atualizado sobre o trabalho da auditoria do Grupo, do seu plano de auditoria e respetivos recursos. Abordou as medidas tomadas pelo Conselho de Administração para remediar as deficiências identificadas pelo auditor, autoridades reguladoras e de auditoria do Grupo e recebeu regularmente atualizações sobre a gestão das conclusões internas, bem como sobre o estatuto e o progresso na remediação das conclusões.

Ao longo do ano, o Comitê de Auditoria abordou intensivamente a EY enquanto auditor às demonstrações financeiras e foi assegurado relativamente à independência da EY através de uma revisão contínua pelo banco e pela própria EY. Após todas as análises e deliberações, o Comitê de Auditoria decidiu que a recomendação fosse feita ao Conselho de Fiscalização e, subsequentemente, à Assembleia Geral para que a EY fosse nomeada como auditor independente das Demonstrações Financeiras Anuais e das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022.

Neste contexto, foram tidos em conta os resultados da revisão da independência, não havendo indícios de motivos para uma apreensão de parcialidade ou de um risco de prejuízo da independência. O Comitê deliberou também sobre a proposta de acordo de taxas a alcançar com o auditor para o ano financeiro de 2021. O Comitê de Auditoria lidou com as medidas para se preparar para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2021, tendo especificado as suas próprias áreas prioritárias de auditoria e aprovado uma lista de serviços permissíveis não relacionados com auditoria. O Comitê de Auditoria recebeu regularmente relatórios sempre que empresas de contabilidade, incluindo o auditor, foram contratadas para realizar serviços que não de auditoria. O Comitê também abordou os principais assuntos de auditoria apresentados no relatório do auditor, o relatório não financeiro separado, bem como a demonstração não financeira. A EY também comunicou ao Comitê de Auditoria a qualidade da auditoria, para que o Comitê pudesse avaliar esta questão com base em indicadores adequados.

O Diretor da Auditoria do Grupo e representantes do auditor participaram em todas as reuniões do Comitê de Auditoria. No entanto, os representantes do auditor não estiveram presentes nos pontos da agenda que diziam respeito especificamente ao auditor.

Processo de concurso de auditoria para 2022

No contexto da insolvência da Wirecard AG, a EY foi publicamente criticada pelo seu trabalho enquanto auditor da Wirecard AG. Neste contexto, tanto o Comitê de Auditoria como o Conselho de Fiscalização consideraram aconselhável dar ao banco margem de manobra através de um concurso renovado do mandato de auditoria para o ano de 2022. Por conseguinte, o Comitê de Auditoria decidiu realizar um procedimento de seleção para nomear o auditor do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank para o ano financeiro de 2022.

Em conformidade com o n.º 2 do Artigo 16.º do Regulamento da UE (n.º 537/2014), todo o processo de seleção foi realizado de forma justa, transparente e não discriminatória. Para apoiar um processo de concurso de auditoria eficiente e bem sucedido, o Comitê de Auditoria delegou a administração do mesmo à Equipa do Concurso de Auditoria e os preparativos para a decisão de seleção a um Painel de Avaliação, composto por membros do Comitê de Auditoria, pelo Diretor Financeiro, bem como por membros do pessoal do departamento financeiro e de outras áreas de infraestruturas do banco. Durante todo o processo, o Comitê de Auditoria foi, em última análise, responsável e teve a autoridade decisória final.

Através do anúncio público do processo de concurso para auditores, todas as empresas de auditoria foram convidadas a manifestar o seu interesse em participar no processo de seleção. Além disso, para além de responderem a uma lista de perguntas, todas as empresas de auditoria que participaram no processo tiveram a oportunidade de fazer as suas apresentações em reuniões com o Painel de Avaliação. Para além de critérios de seleção puramente quantitativos e qualitativos, o Comitê de Auditoria examinou intensivamente a questão da reputação e independência, tendo como pano de fundo os incidentes do Wirecard, e tomou-os em consideração no processo de seleção. Além disso, foram realizadas discussões regulares entre os departamentos jurídico e financeiro e a EY para rever os desenvolvimentos em relação ao Wirecard. No seguimento da conclusão do processo e com base num relatório detalhado do processo, bem como na avaliação dos candidatos, o Comitê de Auditoria emitiu a sua recomendação para dois candidatos na sua reunião de 15 de setembro de 2021 ao Conselho de Fiscalização. No quadro desta recomendação, houve uma preferência pela EY.

O Comitê de Nomeações reuniu-se dez vezes. Em 2021, o Comitê centrou-se intensamente no planeamento da sucessão e nas questões relativas ao pessoal para o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, tendo em consideração os requisitos legais e regulamentares. Além disso, em consulta com o Comitê do Presidente, o Comitê de Nomeações preparou a prorrogação das nomeações do Sr. Christian Sewing e do Sr. Fabrizio Campelli e preparou a recomendação para as nomeações da Sra. Rebecca Short e do Sr. Olivier Vigneron para se tornarem membros do Conselho de Administração. Além disso, o Comitê decidiu recomendar, em cada caso com base nas recomendações dos representantes dos acionistas,

que o Conselho de Fiscalização proponha a nomeação do Sr. Frank Witter (2021) e do Sr. Alexander Wynaendts (2022) para eleição para o Conselho de Fiscalização nas respectivas Assembleias Gerais. Para a seleção do Sr. Frank Witter, Alexander Wynaendts e Olivier Vigneron, o Comitê contratou consultores de recrutamento externos para o processo de seleção. Teve lugar um processo de seleção minucioso e sistemático com candidatos tanto internos como externos.

O Comitê também nos apoiou na implementação de potenciais melhorias identificadas através da avaliação realizada em 2020 e preparou intensivamente a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para 2021 em várias reuniões e discussões com os membros do Conselho de Administração. São fornecidos detalhes sobre esta questão na Declaração de Governo da Sociedade. Além disso, o Comitê preparou a revisão das nossas políticas e procedimentos internos, e abordou tópicos relacionados com a adequação ("competente e idónea") dos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração (incluindo planos individuais de indução) e reviu o plano de formação do Conselho de Administração para 2021.

O Comitê de Controlo de Remunerações reuniu-se seis vezes em 2021. Monitorizou a estruturação adequada dos sistemas de remuneração dos colaboradores e, em especial, para os colaboradores que correm riscos materiais e os responsáveis pelas funções de controlo. Além disso, abordou o Relatório de Remunerações do exercício de 2020, o Relatório de Controlo de Remunerações do Diretor de Remunerações e o Relatório de acordo com a Secção 12 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) sobre a adequação do sistema de remunerações e parâmetros de remuneração subjacentes no que diz respeito à sua compatibilidade com os negócios do banco e estratégias de risco, que concluiu que os sistemas de remuneração estão devidamente estruturados e em conformidade, em princípio, com os requisitos do InstitutsVergV. O Comitê concordou com esta avaliação. Um outro ponto central foi abordar o Relatório de Remuneração para o ano financeiro de 2021 sobre a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Com base na alteração dos requisitos legais, esta deve ser submetida à aprovação da Assembleia Geral de 2022 e deve ser publicada juntamente com o parecer do auditor.

O Comitê de Controlo de Remunerações de Controlo de Remunerações apresentou-nos propostas relativas à remuneração do Conselho de Administração, tendo em consideração as metas e objetivos acordados para o exercício de 2020, bem como propostas relativas às metas e objetivos do Conselho de Administração para o exercício de 2021. O Comitê também abordou as alterações em relação aos reajustamentos das áreas de responsabilidade funcional no Conselho de Administração, com um ajuste correspondente dos objetivos individuais. O Comitê apoiou-nos no acompanhamento do envolvimento das unidades de controlo interno, bem como de todas as outras áreas materiais na estruturação dos sistemas de remuneração e, juntamente com o Comitê de Risco, avaliou os efeitos dos sistemas de remuneração e da remuneração variável para o ano financeiro de 2020 na situação de risco, capital e liquidez. O Conselho de Administração informou o Comitê de Controlo de Remunerações sobre os procedimentos para identificar os colaboradores que correm riscos materiais e os colaboradores que correm riscos materiais a nível do Grupo, bem como para determinar e alocar o montante total da remuneração variável para os colaboradores do banco, tendo em conta, em particular, a acessibilidade.

Nas suas reuniões, o Comitê de Controlo de Remunerações recebeu relatórios sobre a comunicação do Conselho de Administração com as autoridades reguladoras sobre tópicos de remuneração e alterações no quadro regulamentar relativo a remunerações. Além disso, abordou desenvolvimentos regulamentares e conclusões regulamentares sobre tópicos relativos à remuneração e abordou a examinação da existência das condições prévias para a suspensão, perda de direitos ou claw-back de elementos da remuneração variável de (antigos) membros do Conselho de Administração e emitiu as correspondentes propostas de resolução com recomendações de linhas de ação para o Conselho de Fiscalização.

O Comitê de Integridade reuniu-se seis vezes em 2021. Os pontos centrais do trabalho do Comitê de Integridade em 2021 foram, entre outras coisas, os temas da cultura empresarial, questões ambientais, sociais e de governação (ESG), controlo preventivo da conformidade, procedimentos legais e regulamentares, bem como práticas de Recursos Humanos e Gestão de Consequências.

O Comitê de Estratégia reuniu-se três vezes. Nas suas reuniões, o Comitê abordou regularmente a implementação em curso da transformação estratégica do banco e o progresso dos Key Deliverables (KD) subjacentes às iniciativas de transformação, bem como a avaliação da carteira de negócios do banco. Abordou o ambiente competitivo, em particular no que diz respeito à consolidação do setor bancário na Europa. No âmbito dos "Business Reviews", o Comitê examinou as divisões empresariais individuais. Além disso, recebeu relatórios sobre a organização operacional e - tendo como pano de fundo o reajustamento das áreas de responsabilidade a partir de 1 de maio de 2021 - sobre a transformação "Front-to-Back" e os efeitos nos processos operacionais. O Comitê abordou esta última área temática em conjunto com o Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação.

O Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se cinco vezes. O Comitê recebeu relatórios sobre a plataforma bancária de retalho e o programa de migração em curso. Além disso, foram discutidas as plataformas tecnológicas de várias unidades empresariais e de infraestruturas. Outro enfoque foi a segurança da informação, onde os relatórios cobriram várias áreas, por exemplo a estratégia de redução do risco, tópicos-chave de enfoque e alguns incidentes em toda a indústria. Igualmente, o Comitê recebeu regularmente relatórios sobre o progresso do programa de transformação da Nuvem e discutiu outros

aspectos da modernização das infraestruturas. Além disso, o Comitê discutiu a gestão de dados do banco e recebeu vários relatórios sobre análises exaustivas de tipos individuais de dados. Uma outra área de foco foram os tópicos de inovação. Além disso, o Comitê abordou os progressos realizados nos aspectos tecnológicos da redução de posições na Capital Release Unit (CRU), as conclusões relacionadas com os sistemas informáticos e os tópicos regulamentares relacionados com a tecnologia.

As reuniões do Comitê de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

Participação em reuniões

Devido à pandemia da COVID-19, as reuniões foram realizadas principalmente por videoconferência. Os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue:

	Plenário		Comitês		Total	
	N.º	em %	N.º	em %	N.º	em %
(Número de reuniões / participação em %)						
Dr. Paul Achleitner Presidente	9/9	100%	57/57	100%	66/66	100%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	9/9	100%	13/13	100%	22/22	100%
Frank Bsirske (até 26 de setembro de 2021)	6/6	100%	23/24	96%	29/30	97%
Mayree Clark	9/9	100%	20/20	100%	29/29	100%
Jan Duscheck	9/9	100%	12/12	100%	21/21	100%
Dr. Gerhard Eschelbeck	9/9	100%	9/9	100%	18/18	100%
Sigmar Gabriel	8/9	89%	6/6	100%	14/15	93%
Timo Heider	9/9	100%	11/11	100%	20/20	100%
Martina Klee	9/9	100%	5/5	100%	14/14	100%
Henriette Mark	9/9	100%	10/10	100%	19/19	100%
Gabriele Platscher	9/9	100%	13/13	100%	22/22	100%
Detlef Polaschek Vice-presidente	9/9	100%	39/39	100%	48/48	100%
Bernd Rose	9/9	100%	18/18	100%	27/27	100%
Alexander Schütz (até à Assembleia Geral, 27 de maio de 2021)	4/4	100%	3/3	100%	7/7	100%
John Thain	9/9	100%	3/3	100%	12/12	100%
Michele Trogni	9/9	100%	15/15	100%	24/24	100%
Dr. Dagmar Valcárcel	9/9	100%	19/19	100%	28/28	100%
Stefan Viertel	9/9	100%	10/10	100%	19/19	100%
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	9/9	100%	35/35	100%	44/44	100%
Dr. Theodor Weimer	9/9	100%	7/7	100%	16/16	100%
Frank Werneke (a partir de 25 de novembro de 2021)	1/1	100%	---	---	1/1	100%
Frank Witter (a partir da Assembleia Geral, 27 de maio de 2021)	5/5	100%	5/5	100%	10/10	100%

Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comitês está em conformidade com os requisitos da lei bancária alemã (KWG), assim como com as normas de governação regulamentares. A adequação de cada membro individual foi avaliada internamente pelo Comitê de Nomeações. O Banco Central Europeu (BCE) também analisa as qualificações profissionais e a fiabilidade pessoal dos nossos membros no âmbito da sua avaliação "competente e idónea". Na altura deste relatório, esta avaliação estava disponível para todos os membros exceto o Sr. Frank Werneke, uma vez que foi nomeado por ordem judicial a 25 de novembro de 2021, e a revisão do BCE ainda não tinha sido concluída. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A Equipa Comum de Supervisão e o Comitê de Nomeações controlam continuamente a idoneidade dos membros do Conselho de Fiscalização.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes de todos os comitês são independentes em conformidade com os termos de referência aplicáveis periodicamente. Eles coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos e matérias do caso relevantes no desempenho das suas funções. A cooperação nos comitês foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comitês reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. Antes ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês houve debates regulares nas "Sessões Executivas" sem a participação do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do Comité de Auditoria são "Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr. Paul Achleitner, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Sr. Frank Witter. Estes Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

Nos termos da Secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, Presidente do Comité de Controlo de Remunerações e o Dr. Dagmar Valcárcel preenchem os requisitos da secção 25d (12) da Lei Bancária Alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco enquanto "Especialistas de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações".

O Conselho de Fiscalização será composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes. Os seguintes representantes dos acionistas são independentes: Dr. Paul Achleitner, Sra. Mayree Clark, Dr. Gerhard Eschelbeck, Sr. Sigmar Gabriel, Sr. John Alexander Thain, Sra. Michele Trogni, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Sr. Frank Witter.

O Dr. Paul Achleitner e os presidentes dos comitês participaram regularmente em debates com representantes de vários reguladores e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Durante o exercício financeiro de 2021, o Dr. Paul Achleitner, na sua capacidade como presidente do Conselho de Fiscalização, levou a cabo discussões, juntamente com o Departamento de Relações com os Investidores do banco, com investidores, consultores de representação e associações de acionistas. Os temas dos debates foram temas de governação e estratégia na perspetiva do Conselho de Fiscalização, questões de nomeações, processos de controlo do banco, remuneração do Conselho de Administração, estratégia ambiental, social e de governação do banco (ESG) e o planeamento da sucessão para o seu cargo.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho Fiscal em plenário, abordámos a avaliação prevista na lei do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2021, que também inclui a autoavaliação de acordo com o Código de governo das sociedades alemão. O debate final dos resultados teve lugar numa reunião plenária do Conselho de Fiscalização a 2 de fevereiro de 2022, e os resultados foram apresentados num relatório final. Para mais informações, remetemos para a secção "Conselho de Fiscalização" na Declaração de Governo da Sociedade.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração em outubro de 2020, foi reemitida em outubro de 2021. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado no Relatório Anual de 2021 e no nosso sítio Web em <https://www.db.com/ir/en/documents.htm>. As nossas declarações de conformidade desde 2007 estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês do Conselho de Administração.

Formação e medidas de formação contínua

Realizámos novamente várias sessões de formação em 2021. Foram conduzidas, na maioria dos casos, por especialistas externos nas matérias, mas também por especialistas internos. De acordo com o nosso Perfil ajustado de Requisitos para os membros do Conselho de Fiscalização, os tópicos de formação em que nos concentrámos em 2021 foram questões de combate ao branqueamento de capitais, sociais, ambientais e de governação (ESG), e ativos digitais e divisas. Além disso, recebemos uma atualização sobre os tópicos regulamentares do ano de 2021.

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos adaptados e implementados individualmente para facilitar a sua adaptação ao cargo.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Para evitar um potencial conflito de interesses com a sua função como Diretor Executivo da Deutsche Börse AG, o Dr. Theodor Weimer não participou nos debates relativos ao tema da compensação de euros.

O Sr. Witter informou-nos que está envolvido numa ação coletiva contra a Ernst & Young (EY) para apresentar queixas de compensação por danos devidos a perdas incorridas de uma obrigação Wirecard. Através de conversas aprofundadas com o Sr. Witter, o Conselho de Fiscalização pôde assegurar-se de que o potencial conflito de interesses resultante não impede uma participação ilimitada no Conselho de Fiscalização e no Comité de Auditoria.

Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o Relatório Não Financeiro e o Relatório de Compensação combinados separados

A EY auditou as Demonstrações Financeiras Anuais e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2021 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 7 de março de 2022. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Mai e Sr. Lösken.

Além disso, a EY realizou uma análise de garantia limitada no contexto do relatório não financeiro combinado separado, bem como a demonstração não financeira (relato não financeiro) e em cada caso emitiu uma opinião não qualificada em 7 de março de 2022. A EY emitiu um parecer separado sem reservas para o Relatório de Remuneração a 7 de março de 2022.

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais para 2021 e demonstrações financeiras consolidadas para 2021, bem como o relato não financeiro para 2021 na respetiva reunião em 8 de março de 2022. Representantes da EY apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas, assim como dos documentos do relato não financeiro – na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor – tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais.

Questões pessoais

Como membro suplente eleito, o Sr. Stefan Viertel tornou-se membro do nosso Conselho de Fiscalização a partir de 1 de janeiro de 2021. Substituíu o Sr. Stephan Szukalski, que tinha renunciado ao seu mandato no final de 2020. Em 27 de maio de 2021, a Assembleia Geral elegeu o Sr. Frank Witter como membro do Conselho de Fiscalização para um mandato de quatro anos, de acordo com a nossa proposta. O Sr. Frank Witter substituiu o Sr. Alexander Schütz, que tinha renunciado à sua participação no Conselho de Fiscalização com efeitos a partir do final da Assembleia Geral de 2021. Do lado dos representantes dos colaboradores, o Sr. Frank Bsirske também renunciou ao seu cargo e deixou o Conselho de Fiscalização a partir de 27 de outubro de 2021. A 25 de novembro de 2021, o Sr. Frank Werneke foi nomeado pelo tribunal para ocupar o lugar do Sr. Frank Bsirske.

Com efeitos a partir do final de 30 de abril de 2021, Frank Kuhnke demitiu-se do seu mandato no Conselho de Administração e deixou o Deutsche Bank. Com base na recomendação do Comité de Nomeações, nomeámos a Sra. Rebecca Short como membro do Conselho de Administração por três anos, com efeitos a partir de 1 de maio de 2021. Nomeámos o Sr. Olivier Vigneron como membro do Conselho de Administração com a responsabilidade funcional de Diretor de risco por um período de três anos, com efeitos a partir de 20 de maio de 2022. Para assegurar uma transição organizacional para esta posição, o Sr. Vigneron junta-se ao banco como Diretor Geral (Generalbevollmächtigter) com efeitos a partir de 1 de março de 2022. Além disso, na nossa reunião extraordinária de 29 de março de 2021, decidimos prolongar a nomeação do Sr. Christian Sewing como membro e Presidente do Conselho de Administração até ao final de abril de 2026, e na nossa reunião de 16 de dezembro de 2021, prolongar por três anos a nomeação do Sr. Fabrizio Campelli para o Conselho de Administração, de 1 de novembro de 2022, até ao final de outubro de 2025. Ambas as resoluções foram baseadas nas recomendações do Comité de Nomeações e do Comité do Presidente.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Também gostaríamos de agradecer aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 10 de março de 2022

O Conselho de Fiscalização



Dr. Paul Achleitner

Presidente

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner

- Vorsitzender
Munique

Alemanha

Detlef Polaschek*

- Vice-Presidente
Essen

Alemanha

Ludwig Blomeyer Bartenstein*

Bremen

Alemanha

Frank Bsirske*

até 27 de outubro de 2021

Isernhagen

Alemanha

Mayree Clark

Nova Canaan

EUA

Jan Duscheck*

Berlim

Alemanha

Dr. Gerhard Eschelbeck

Cupertino

EUA

Sigmar Gabriel

Gabriele Platscher*

Braunschweig
Alemanha

Bernd Rose*

Menden

Alemanha

Gerd Alexander Schütz

até 27 de maio de 2021

Viena

Áustria

John Alexander Thain

Rye

EUA

Michele Trogni

Riverside

EUA

Dr. Dagmar Valcárcel

Madrid

Espanha

Stefan Viertel*

Kelkheim im Taunus

Alemanha

Dr. Theodor Weimer

Wiesbaden

Alemanha

Goslar

Alemanha

Frank Werneke*

desde 25 de novembro de 2021

Timo Heider*

Berlim

Emmerthal

Alemanha

Alemanha

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Martina Klee*

Osnabrück

Frankfurt am Main

Alemanha

Alemanha

Frank Witter

Henriette Mark*

desde 27 de maio de 2021

Munique

Braunschweig

Alemanha

Alemanha

*Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
(até 26 de setembro de 2021)
Detlef Polaschek*
Frank Werneke*
(desde 16 de dezembro de 2021)
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações

Mayree Clark, Presidente,
Dr. Paul Achleitner
Frank Bsirske*
(até 26 de setembro de 2021)
Detlef Polaschek*
Gerd Alexander Schütz
(até 28 de janeiro de 2021)
Frank Werneke*
Professor Dr. Norbert Winkeljohann
(desde 3 de fevereiro de 2021)

Comité de Auditoria

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Presidente

Dr. Paul Achleitner
Henriette Mark*
Gabriele Platscher*
Detlef Polaschek*
Bernd Rose*
Dr. Dagmar Valcárcel
Stefan Viertel*
(desde 29 de julho de 2021)
Dr. Theodor Weimer
Frank Witter (desde 29 de julho de 2021)

Comité de Risco

Mayree Clark
Presidente
Dr. Paul Achleitner
Ludwig Blomeyer-Bartenstein*
Jan Duscheck*
Michele Trogni
Stefan Viertel*
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Integridade

Dr. Dagmar Valcárcel
Presidente
Dr. Paul Achleitner
Ludwig Blomeyer-Bartenstein*
Sigmar Gabriel
Timo Heider*
Gabriele Platscher*

Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner
Presidente
Frank Bsirske*
(até 26 de setembro de 2021)
Dr. Gerhard Eschelbeck
(desde 3 de fevereiro de 2021)
Detlef Polaschek*
Bernd Rose*
Gerd Alexander Schütz
(até 1 de fevereiro de 2021)
Dr. Dagmar Valcárcel
Frank Werneke*
(desde 16 de dezembro de 2021)

Comité de Estratégia

John Alexander Thain, Presidente
Dr. Paul Achleitner
Frank Bsirske*
(até 26 de setembro de 2021)
Mayree Clark
Timo Heider*
Henriette Mark*
Detlef Polaschek*
Michele Trogni
Frank Werneke*
(desde 16 de dezembro de 2021)

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni
Presidente
Dr. Paul Achleitner
Jan Duscheck*
Dr. Gerhard Eschelbeck
Timo Heider
(desde 29 de julho de 2021)
Martina Klee*
Bernd Rose*
Frank Witter
(desde 29 de julho de 2021)

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*
(até 26 de setembro de 2021)
Detlef Polaschek*
Frank Werneke*
(desde 16 de dezembro de 2021)
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

*Representantes dos colaboradores

Estratégia

Em julho de 2019, embarcámos numa transformação fundamental do Deutsche Bank. Desde então, fizemos progressos substanciais nos nossos principais compromissos. Redefinimos o nosso perímetro de negócios e saímos seletivamente de negócios nos quais não fomos capazes de competir de forma lucrativa. A execução focada da nossa agenda estratégica está a ajudar-nos a cumprir os nossos objetivos e marcos financeiros. Conseguimos um crescimento de receitas e volume nos quatro negócios principais, com um dinamismo empresarial, ganhos de quota de mercado e investimentos que apoiam o desempenho até 2022. Ao longo da incerteza da pandemia da COVID-19 temos aumentado as interações com os nossos clientes, ajudando-os a gerir os seus desafios. Ao terminarmos o ano de 2021, absorvemos 97% dos nossos custos previstos relacionados com a transformação. Este progresso tem sido reconhecido externamente pelas nossas partes interessadas. Nomeadamente em 2021, o Deutsche Bank recebeu uma melhoria da notação da Moody's, S&P e Fitch.

A nossa posição competitiva baseia-se nas nossas capacidades comerciais em matéria de empréstimos, investimento, pagamentos, gestão de risco e intermediação dos mercados de capitais com um alcance global e na estabilidade do mercado doméstico alemão. Espera-se que a força e a estabilidade se tornem importantes, uma vez que a próxima década poderá assistir a mudanças de mercado sem precedentes no setor bancário. Mudanças significativas no ambiente macro, a transição das economias para emissões líquidas zero e os avanços tecnológicos definirão o nosso ambiente operacional. Neste mundo volátil, espera-se que as exigências dos clientes cresçam em particular para serviços de consultoria, para apoio a transações relacionadas com ESG e para a gestão do risco.

A nossa ambição é que o Deutsche Bank se torne o primeiro ponto de apoio para todos os nossos clientes, abordando toda a gama das suas necessidades financeiras, como o seu Global Hausbank. A nossa rede global, os nossos mais de 20.000 gestores de contas em todo o mundo, a nossa experiência de mercado, a nossa abrangente gama de produtos e a nossa excelente gestão de risco deverão colocar-nos na posição de líder Global Hausbank com sede na Europa. A dinâmica relativamente ao cliente e o crescimento rentável estão a validar a nossa direção. Ajudamos os nossos clientes a navegar num ambiente complexo, protegendo os seus riscos, financiando a sua transformação e facilitando investimentos que lhes permitam compensar o impacto negativo da inflação e proteger os seus ativos. Olhando para o futuro, isto prepara-nos para a fase seguinte da nossa evolução, com o objetivo de nos concentrarmos em tornar-nos rentáveis de forma sustentável através de um maior crescimento dos nossos negócios, aumentando ao mesmo tempo a eficiência e mantendo a disciplina de capital.

As nossas aspirações de crescimento futuro estão centradas em torno de negócios estáveis e sustentáveis. Foram identificadas iniciativas de crescimento direcionadas no Corporate Bank, Private Bank, principalmente no International Private Bank, e em Asset Management. Para o Investment Bank, o nosso foco continuará a ser uma execução consistente e disciplinada da nossa estratégia.

Estas ambições de crescimento serão combinadas com um foco contínuo nos custos. Para reformular e melhorar a nossa posição competitiva a longo prazo, continuaremos a ser disciplinados e a criar mais capacidade para investimentos futuros. Planeamos reinvestir a poupança de custos em iniciativas de crescimento direcionadas e outras medidas de eficiência.

Tanto os nossos objetivos de crescimento como o nosso foco na eficiência destinam-se a permitir-nos devolver o capital aos nossos acionistas. Continuamos empenhados em empregar a mesma disciplina que utilizámos na última fase da transformação para equilibrar o investimento em crescimento empresarial e capital de retorno. Para aumentar o retorno do perfil de capital tangível do Grupo, pretendemos reafetar capital a empresas de maior rendimento e crescimento dentro da nossa carteira.

Estamos empenhados em entregar dividendos em numerário de crescimento sustentável e devolver o excesso de capital aos acionistas através da recompra de ações que ultrapasse o necessário para apoiar o crescimento rentável e as próximas mudanças regulamentares ao longo do tempo, sujeito à aprovação regulamentar e à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da lei empresarial alemã. Para o efeito, e sob reserva do cumprimento dos nossos objetivos estratégicos, o Conselho de Administração pretende aumentar os dividendos em numerário por ação em 50% por ano nos próximos 3 anos, a partir de 0,20 euros por ação para o exercício financeiro de 2021, o que se traduziria em aproximadamente 3,3 mil milhões de euros de pagamentos de dividendos acumulados até 2025 relativamente aos exercícios financeiros de 2021-2024. Em relação ao exercício financeiro de 2024, pretendemos alcançar um rácio de pagamento total de 50% a partir de uma combinação de dividendos pagos e recompra de ações executada em 2025; e pretendemos manter um rácio de pagamento total de 50% nos anos subsequentes. Para além da já anunciada recompra de ações em 2022 de 0,3 mil milhões de euros, a satisfação das nossas atuais aspirações financeiras apoiaria, portanto, as distribuições cumulativas anteriormente anunciadas aos acionistas sob a forma de dividendos pagos ou de recompra de ações executada no montante total de 5 mil milhões de euros em relação aos exercícios financeiros de 2021-2024. Além disso, se executarmos com sucesso os nossos planos financeiros e estratégicos até 2025, o total de distribuições cumulativas implícitas de aproximadamente 8 mil milhões de euros em relação aos exercícios financeiros de 2021-2025 será realizável. A nossa ambição de devolver o capital aos

acionistas é ainda sustentada pelo nosso objetivo de manter um sólido rácio de Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de aproximadamente 13%, ou seja, um rácio CET 1 não inferior a 200 pontos base acima do nosso limiar do Montante Máximo Distribuível (MDA), que assumimos atualmente prevalecer ao longo do tempo.

Na nossa aspiração de apoiar a nossa franquia de clientes, continuamos a enfatizar controlos fortes e a transformar a nossa forma de trabalhar. Para atingir este objetivo, vamos equilibrar as ambições de crescimento com uma mentalidade de controlo robusta; planeamos continuar a reforçar os sistemas e processos e vamos investir na implementação de tecnologia moderna. Da mesma forma, continuaremos a nossa transição para nos tornarmos mais ágeis.

Os nossos resultados financeiros em 2021

Sustentabilidade no crescimento das receitas das principais áreas de negócio do Deutsche Bank

A nossa transformação estratégica foi concebida para reposicionar as principais áreas de negócio do Deutsche Bank em torno de negócios líderes de mercado, que operam em mercados em crescimento com um potencial de retorno atrativo. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank incluem as nossas quatro divisões operacionais principais, nomeadamente o Corporate Bank, o Investment Bank, o Private Bank e o Asset Management, juntamente com o segmento Corporate & Other. As receitas nas nossas principais áreas de negócio foram de 25,4 mil milhões de euros em 2021, com 25,4 mil milhões de euros a nível de Grupo, um aumento anual de 5% e 6%, respetivamente.

Continuar a cumprir as metas de redução de custos

Em 2021 mantivemo-nos muito concentrados na redução de custos. As despesas (excluindo juros) foram de 21,5 mil milhões de euros em 2021, um ligeiro aumento anual de 0,3 mil milhões de euros, ou 1,4 %. À medida que a transformação avança, a nossa relação custo/rendimento tem melhorado substancialmente desde 2019, tendo diminuído 24 pontos percentuais. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação e as despesas elegíveis para reembolso relacionadas com o Prime Finance, foram de 19,3 mil milhões de euros, uma redução anual de 0,3 mil milhões de euros, ou 1,3%, com custos de remunerações e benefícios mais baixos, refletindo reduções na mão-de-obra e compensando ajustamentos de remuneração variável e um ligeiro aumento das despesas de TI, impulsionadas principalmente pelas despesas de investimento e execução das nossas estratégias de TI e de plataforma.

Continuação da redução da carteira e dos custos e conclusão da transferência do Prime Finance na Capital Release Unit.

A Capital Release Unit proporcionou mais um ano de redução significativa da carteira, ao mesmo tempo que reduziu ainda mais os custos em 2021. A transferência de clientes, tecnologia e pessoal-chave das empresas Global Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank para o BNP Paribas foi concluída com sucesso até ao final de 2021, cumprindo o prazo previsto.

No final do ano de 2021, os ativos ponderados pelo risco (RWAs) foram reduzidos para 28 mil milhões de euros, face a 34 mil milhões de euros no final de 2020 e antes do objetivo do Deutsche Bank de 32 mil milhões de euros no final do ano de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, os RWAs da Unidade incluíam RWAs de Risco Operacional de 20 mil milhões de euros. A exposição de alavancagem era de 39 mil milhões de euros no final de 2021, 46% abaixo dos 72 mil milhões de euros no final de 2020, já antes do nosso objetivo de 51 mil milhões de euros para 2022.

Desde a sua criação em meados de 2019, a Capital Release Unit reduziu as RWAs em 57%, ou 37 mil milhões de euros, e alavancou a exposição em 84%, ou 210 mil milhões de euros.

A Capital Release Unit comunicou uma melhoria substancial nos seus resultados financeiros em 2021. As perdas antes de impostos foram de 1,4 mil milhões de euros, menos 38% do que as perdas antes de impostos de 2,2 mil milhões de euros em 2020. Esta melhoria foi impulsionada principalmente por uma redução de 26% nas despesas (excluindo juros), refletindo uma redução de 35 % nos custos ajustados, ex. encargos durante o ano.

Gestão conservadora do balanço

Continuamos empenhados em gerir o nosso balanço de forma conservadora enquanto executamos a nossa transformação estratégica e navegamos pelo quadro da pandemia da COVID-19 e da situação relacionada com a ação militar russa contra a Ucrânia. No final de 2021, o nosso rácio CET1 era de 13,2%, 42 pontos base mais baixo em comparação com o final do ano de 2020, e 280 pontos base acima dos requisitos regulamentares de CET1. Para 2022, permanecemos empenhados em manter o nosso rácio CET1 acima de 12,5%.

A taxa de alavancagem ("fully loaded") era de 4,9% no final de 2021, positivamente afetada pelas alterações do CRR que entraram em vigor a 28 de junho de 2021, e pela Decisão 2021/1074 do BCE. Em conjunto, estes efeitos permitem aos bancos excluir temporariamente determinadas exposições de bancos centrais elegíveis até março de 2022, continuando assim a exclusão que foi temporariamente introduzida pela CRR Quick Fix no terceiro trimestre de 2020. Incluindo estes saldos, a nossa taxa de Alavancagem ("fully loaded") foi de 4,5%.

O valor em risco (VaR) ascendia a 34 milhões de euros no final de 2021, confirmando os nossos níveis conservadores de risco.

As provisões para perdas de crédito foram de 515 milhões de euros para o ano inteiro de 2021, significativamente inferiores em comparação com 2020. Para o ano completo de 2022, esperamos que as provisões para perdas de crédito sejam de cerca de 20 pontos base, como percentagem dos nossos empréstimos médios previstos. Isto reflete as expectativas de um abrandamento do crescimento macroeconómico em 2022 em relação aos níveis excepcionalmente fortes em 2021. Permanecemos empenhados nas nossas rigorosas normas de subscrição e no nosso rigoroso quadro de gestão do risco. A secção "Relatório de Risco" do presente relatório fornece dados mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL).

A nossa estratégia de sustentabilidade

Desde 2019, a sustentabilidade tem sido uma componente central da nossa estratégia "Competir para ganhar". Em 2021, fizemos progressos na implementação da nossa estratégia de sustentabilidade, concentrando-nos nas quatro dimensões seguintes:

- Financiamento Sustentável. O nosso objetivo é ser um parceiro financeiro fiável para os nossos clientes e apoiá-los na sua transição.
- Políticas e compromissos: Para assegurar que o negócio que fazemos está em conformidade com o SAG e evita impactos negativos.
- Pessoas e Operações: Para sermos o parceiro de eleição, temos também de dar o exemplo. Tal significa assegurar que nós próprios operamos de forma sustentável e que fomentamos uma cultura de diversidade e inclusão.
- Liderança Pensada e Envolvimento das Partes Interessadas. Precisamos de nos envolver com legisladores, reguladores, investidores, e a sociedade como um todo, a fim de chegar a acordo sobre as normas e quadros adequados para maximizar o nosso impacto positivo.

Um dos principais motores para este progresso é a governação do banco para gerir, medir e controlar as suas atividades de sustentabilidade. Esta governação inclui dois fóruns de nível executivo inteiramente dedicados à sustentabilidade. O fórum mais antigo é o Comité de Sustentabilidade do Grupo. Presidido pelo nosso Diretor-Geral, o papel do comité é acelerar a tomada de decisões e assegurar o alinhamento da Direção em todo o Grupo. Para reforçar a ambição de sustentabilidade do banco, a remuneração variável do Conselho de Administração e de outros altos executivos tem estado ligada a objetivos adicionais de sustentabilidade não financeiros a partir de 2021, tais como volumes para financiamento e investimentos sustentáveis, uma redução do consumo de eletricidade nos edifícios do banco e um índice de notação de sustentabilidade que inclui as seguintes agências de notação: CDP, ISS ESG, MSCI ESG Ratings, S&P Global e Sustainalytics.

Dado o progresso que temos vindo a fazer em matéria de financiamento sustentável, primeiro anunciamos antecipar a nossa meta de 200 mil milhões de euros para financiamento e investimentos sustentáveis em dois anos até ao final do ano de 2023 e agora esperamos alcançá-la até ao final do ano de 2022. Excedemos a nossa meta de 2021 de 100 mil milhões de euros após nove meses e terminámos o ano com 157 mil milhões de euros em financiamentos e investimentos sustentáveis.

Também continuámos a trabalhar na implementação de outras áreas de foco da nossa estratégia de sustentabilidade. Em 2021, continuámos a desenvolver e implementar um quadro de risco climático abrangente, em conformidade com as recomendações da Task Force para divulgações financeiras relacionadas com o clima. Tornámo-nos um membro fundador da Net Zero Banking Alliance, comprometendo-nos a ajustar as nossas emissões operacionais e atribuíveis da nossa carteira de empréstimos em direção ao net zero até 2050. Isto complementa a assinatura por parte do banco do compromisso coletivo do setor financeiro alemão para com a ação climática, e o nosso compromisso de publicar a pegada de carbono da nossa carteira de empréstimos até ao final de 2022. Juntamente com o nosso envolvimento na Net-Zero Banking Alliance, iniciámos diálogos de transição para apoiar os nossos clientes na aceleração da sua transição para a sustentabilidade e desenvolver planos de transição credíveis.

De acordo com a nossa ambição de colocar a sustentabilidade no centro das nossas operações, mantivemo-nos neutros em termos de emissões de carbono para as nossas próprias operações e viagens de negócios, tal como temos vindo a fazer desde 2012, e continuámos a implementar o nosso compromisso de fornecer 100% de eletricidade renovável até 2025, com um objetivo intermédio de 85% para 2022.

Para demonstrar liderança intelectual e participar ativamente no diálogo, definimos a nossa estratégia no nosso primeiro Sustainability Deep Dive, em maio de 2021. Para além disso, uma delegação do Deutsche Bank participou juntamente com clientes e outros interessados em questões de sustentabilidade na COP 26, que se realizou em Glasgow, Escócia. Também estabelecemos um Centro de Excelência ESG em cooperação com a Autoridade Monetária de Singapura e financiamos uma cadeira de Finanças Sustentáveis na recém-criada Iniciativa para a Transformação Empresarial Sustentável na Escola Europeia de Gestão e Tecnologia de Berlim.

Com a nossa abordagem holística de sustentabilidade, pretendemos maximizar a nossa contribuição para o Acordo Climático de Paris e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Várias agências de notação de ESG reconheceram os nossos progressos em matéria de sustentabilidade: O CDP elevou a pontuação do banco em termos de alterações climáticas de C para B; a agência de notação de crédito S&P Global atribuiu 60 pontos ao Deutsche Bank (avaliação CSA da S&P Global), colocando-o novamente no Índice Dow Jones Sustainability Europe, e a nossa pontuação Sustainalytics melhorou de 30,0 (alto risco) para 27,4 (médio risco).

Os nossos objetivos financeiros

Os nossos principais objetivos financeiros são:

Metas Financeiras para 2022

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 8% para o Grupo
- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 9% para o Core Bank
- Rácio custo-rendimento de 70%
- Rácio de capital Common Equity Tier 1 acima de 12,5%
- Rácio de alavancagem (fully loaded) de ~4,5 %

Metas Financeiras para 2025

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 10% para o Grupo
- Taxa de crescimento anual composta de receitas de 2021 a 2025 de 3,5 a 4,5%
- Rácio custo-rendimento inferior a 62,5%

A pandemia da COVID-19 e o seu impacto remanescente na economia global, bem como a ação militar russa contra a Ucrânia, podem afetar a nossa capacidade de cumprir os nossos objetivos financeiros, uma vez que o seu impacto final permanece impossível de antever.

Até ao primeiro trimestre de 2021, o Grupo tinha incluído um objetivo adicional para custos ajustados, excluindo as despesas de transformação em 2022 de 16,7 mil milhões de euros. Desde que adotámos o nosso programa de transformação em 2019, foram feitos progressos significativos pelo Grupo, e consequentemente o nosso objetivo de alcançar uma rentabilidade sustentável está mais próximo. Dada a variabilidade do crescimento das receitas à medida que as forças macroeconómicas aceleram ou abrandam o nosso progresso, no segundo trimestre de 2021 anunciamos que acreditamos ser mais apropriado concentrarmo-nos numa medida relativa dos custos, visando uma margem forte e sustentável. Assim, a partir do segundo trimestre de 2021, a gestão mede a eficiência de custos do Grupo utilizando o rácio custo/rendimento (CIR). O principal objetivo de custos para o Grupo é o CIR e um objetivo de custos absolutos quantitativos já não será publicado.

Os custos ajustados, custos ajustados excluindo encargos de transformação, a rentabilidade das participações de capital tangíveis médias após impostos, bem como o rácio de alavancagem (fully loaded) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Os nossos negócios

Esta secção deve ser lida em conjunto com a secção Deutsche Bank: A nossa Organização na Análise operacional e financeira no Relatório Anual de 2021.

Corporate Bank

O Corporate banking é uma parte integrante do nosso negócio. Em primeiro lugar, as nossas capacidades em Cash Management, Trade Finance e Lending, bem como Foreign Exchange, esta última em estreita colaboração com o Investment Bank, permitem-nos servir as principais necessidades dos nossos clientes empresariais. Enquanto banco líder ao serviço

das empresas multinacionais e alemãs no mercado interno e no estrangeiro, ajudamos os clientes a otimizar o seu capital de operacional e liquidez, a garantir cadeias de abastecimento e canais de distribuição globais e a gerir os seus riscos. Em segundo lugar, atuamos como prestadores de serviços especializados a Instituições financeiras, oferecendo serviços de Correspondent Banking e de serviços fiduciários e de agente, e Serviços de Valores Mobiliários. Por último, prestamos serviços bancários empresariais a cerca de 800 000 clientes na Alemanha, abrangendo pequenas empresas e clientes empresariais e oferecendo um conjunto de produtos largamente padronizado.

Definimos uma série de iniciativas específicas para capitalizar as nossas competências centrais nestas diferentes áreas e aumentar as nossas receitas, a fim de alcançarmos os nossos objetivos.

Em 2021, o Corporate Bank continuou a progredir nos seus objetivos estratégicos. No final do ano gerámos 364 milhões de euros de receitas provenientes da fixação de novos preços em depósitos, elevando o montante total dos depósitos ao abrigo de acordos de cobrança para 101 mil milhões de euros. Continuámos a expandir o nosso negócio com plataformas, FinTechs e fornecedores de pagamentos eCommerce com novos mandatos e clientes. Lançámos os nossos primeiros produtos de soluções para comerciantes e começámos a colaborar na nossa joint venture com a Fiserv, um fornecedor líder mundial de tecnologia de pagamentos e serviços financeiros, anunciado no segundo trimestre de 2021. No terceiro trimestre de 2021, adquirimos a Better Payment Germany GmbH, um fornecedor de serviços de pagamento com sede em Berlim, para expandir a nossa gama de produtos e aumentar a quota de mercado no processamento e aceitação de pagamentos. Finalmente, concentrámo-nos em elevar continuamente o diálogo com os nossos clientes sobre a transição relacionada com ESG e os nossos compromissos com os intervenientes externos de ESG em várias iniciativas do setor.

Continuamos a trabalhar no sentido das nossas ambições estratégicas. Em primeiro lugar, pretendemos fixar novos preços para depósitos, tanto no nosso franchise de Gestão de Tesouraria, como com clientes empresariais alemães nacionais, a fim de compensar o impacto das taxas de juro negativas na Europa. A implementação de acordos de cobrança de depósitos está materialmente sob o nosso controlo e depende da nossa execução disciplinada, tal como evidenciado pelos nossos progressos até à data. Pretendemos também oferecer um conjunto completo de soluções de consultoria e financiamento para tesoureiros empresariais. Pretendemos continuar a expandir a nossa proposta de empréstimos junto de clientes empresariais em todas as regiões. Com base nas realizações de 2021, as nossas iniciativas incluem também um maior crescimento do nosso negócio com plataformas, FinTechs e fornecedores de pagamentos eCommerce. Algumas partes da banca de empresas, especialmente os pagamentos, estão a passar por um período de elevada inovação e disrupção, impulsionado por desenvolvimentos tecnológicos de elevado ritmo e pela emergência de novos concorrentes. Em 2022, esperamos beneficiar dos nossos investimentos específicos em novas áreas de crescimento, incluindo soluções de comerciantes e ativos como serviços, e nos casos em que vemos oportunidades de mercado e acreditamos ter uma vantagem competitiva. Com o crescimento dos nossos negócios com clientes a nível global, comprometemo-nos a aplicar princípios sólidos de gestão do risco, de modo a manter a elevada qualidade da nossa carteira de crédito e padrões rigorosos de crédito.

Também visamos continuar a avançar significativamente a nossa oferta de soluções de financiamento sustentáveis para os nossos clientes. Em 2021, expandimos a nossa oferta de produtos financeiros sustentáveis através da inclusão de fatores de sustentabilidade em gestão de caixa e produtos de financiamento da cadeia de abastecimento, estabelecemos formatos contínuos de partilha de conhecimentos e continuámos a abordar tópicos de ESG no diálogo com os clientes. Além disso, começámos também a desenvolver soluções ESG escaláveis para os nossos clientes de Business Banking, que esperamos introduzir em 2022.

Numa análise prospetiva, esperamos que o Corporate Bank atue como parte integrante do nosso Global Hausbank. Vemos oportunidades de crescimento em todos os nossos principais grupos de clientes (Corporate, Institucional, Business Banking) a partir dos pontos fortes do CB existentes e de novos produtos. Do mesmo modo, vemos um potencial adicional para reduzir a nossa base de custos a partir da tecnologia e da otimização do processo em toda a linha, bem como da automação e da estratégia de localização.

As iniciativas visarão o crescimento de receitas com clientes empresariais através da gestão e pagamentos de caixa, o crescimento dos nossos negócios baseados em honorários com clientes institucionais e a expansão do crédito. A nossa ambição é tornarmo-nos líderes na ESG e impulsionar a transição para uma economia sustentável, apoiando globalmente os nossos clientes empresariais. Além disso, esperamos que os nossos investimentos em novos produtos que permitam novos modelos de negócio da economia real - como soluções comerciais e ativos como serviço - contribuam para o crescimento sustentável futuro.

Investment Bank

O Investment Bank (IB) continua a ser o núcleo do nosso negócio. Através das áreas de Geração e Consultoria (O&A) e Renda Fixa e Vendas e Negociação (FIC), clientes corporativos e institucionais podem aceder a uma gama abrangente de serviços que incluem consultoria, emissão de dívida e ações, financiamento, criação de mercado/fornecimento de liquidez e soluções de gestão de risco. A divisão regional engloba a EMEA, Américas e APAC, com uma estratégia que se concentra em operar em áreas de força competitiva.

Em 2021, o Investment Bank (IB) prosseguiu com a implementação da estratégia delineada nas nossas apresentações aos Investidores em 2019 e 2020. As principais prioridades de crescimento sustentável das receitas; melhoria das franquias dos clientes; e redução da base de custos mantêm-se inalteradas. Em cada uma destas áreas, o IB obteve resultados tangíveis. Oito trimestres de crescimento anual das receitas na área de O&A, a força contínua em todo o nosso negócio de financiamento e a transformação direcionada da nossa plataforma FIC Flow resultaram num crescimento de receitas de 4% em relação a um forte 2020. Isto refletiu a força da franquia dos clientes; em O&A aumentámos a nossa quota de mercado relativamente aos nossos clientes prioritários em 110 pontos base (Fonte: Dealogic), enquanto na área FIC o nosso grupo de clientes institucionais teve um aumento de 17% nos créditos de receitas de clientes em relação a 2019. O nosso novo modelo de cobertura de clientes na EMEA, juntamente com o investimento no nosso negócio de fluxo também contribuiu para ganhos de quota de mercado na nossa franquia eletrónica através de produtos de Taxas, Obrigações de Crédito e negócios de FX. Os clientes reconhecem a força da nossa oferta e recorrem a nós para uma gama completa de serviços de gestão do risco, abrangendo cada vez mais a atividade relacionada com ESG

A execução bem sucedida da estratégia do IB desde 2019 criou um negócio bem posicionado. A nossa plataforma única concentra-se em áreas de força competitiva e somos capazes de demonstrar os benefícios das empresas que operam ao longo da cadeia de valor. O Investment Bank pretende manter-se consistente e disciplinado na execução da sua estratégia. Isto permitir-nos-á defender e consolidar a nossa forte posição no mercado. Esperamos manter o nível de intensidade do cliente juntamente com investimentos centrados no crescimento de áreas específicas do negócio. No âmbito da nossa franquia de Rendimento Fixo, serão feitos mais melhoramentos aos nossos negócios de fluxo, à expansão da nossa capacidade de financiamento e ao desenvolvimento de soluções inovadoras para o cliente lideradas pela tecnologia como parte da nossa oferta de gestão do risco. No âmbito da O&A, serão feitos investimentos direcionados através da procura de oportunidades de crescimento através do investimento na cobertura de setores-chave direcionados, centrados na construção do nosso negócio de Fusões e Aquisições.

Finalmente, a ESG continua a ser uma prioridade em todas as nossas linhas de negócio. Estamos no top 5 do ranking de origem de produtos ESG relacionados com dívidas (Fonte: Dealogic) e desenvolvemos uma série de soluções de financiamento e de investimento de mercado para clientes. Em 2021, estabelecemos parcerias com vários clientes globais para apoiar a sua emissão de Obrigações Ligadas à Sustentabilidade, ajudando-os a angariar mais de 150 mil milhões de euros de financiamento em instrumentos de obrigações sustentáveis. O Deutsche Bank atuou como joint bookrunner na transação inaugural de 12 mil milhões de euros de obrigações verdes emitidas ao abrigo do programa da UE Next Generation.

Private Bank

O Private Bank (PB), que opera através das duas unidades de negócio distintas do Private Bank Alemanha (PB GY) e International Private Bank (IPB), cobre clientes no segmento Private, Wealth e Commercial Clients em mais de 60 países.

O PB GY é o banco de retalho líder na Alemanha com duas marcas complementares, Deutsche Bank e Postbank. Abordamos clientes que buscam soluções de consultoria com as ofertas do Deutsche Bank e aqueles que procuram conveniência através das ofertas do Postbank. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências do Postbank. No PB GY, a transformação permanece no rumo certo. Em 2021, prosseguimos com sucesso as nossas iniciativas estratégicas e fizemos crescer o nosso negócio operacional, especificamente em produtos de investimento e de empréstimo. No futuro, o PB GY planeia concluir a consolidação da infraestrutura de TI do Deutsche Bank e do Postbank e concretizar eficiências nas operações. O nosso objetivo é também otimizar ainda mais a nossa rede de distribuição, reduzindo a rede de agências e a infraestrutura de autosserviço. Pretendemos investir em canais de vendas com base em dados e estratégias de crescimento B2B2C, reforçando ao mesmo tempo o nosso negócio de financiamento ao consumidor. Ao mesmo tempo, o nosso objetivo é desenvolver a nossa proposta de consultoria líder de mercado para impulsionar o crescimento dos produtos de Seguros e Investimento. Para ir ao encontro das novas exigências consultivas dos nossos clientes, o PB GY está a implementar novos formatos de agências e instalações bancárias à distância. A fim de apoiar a procura crescente de produtos com conformidade ESG e respetiva consultoria, será lançado mais um formato de agência dedicada à sustentabilidade.

O IPB tem uma combinação de negócios diversificada. O nosso principal negócio escalável é na Europa continental, mas também temos uma presença em rápido crescimento na Ásia e no Médio Oriente e operamos uma franquia especializada com património líquido ultraelevado (U/HNW) nos Estados Unidos. No segmento de Personal Banking do IPB, servimos cerca de três milhões de clientes, principalmente em Itália e Espanha. A visão do IPB é ser a instituição de eleição para os empresários familiares a nível mundial. A nossa abordagem para cobrir holisticamente as necessidades privadas e comerciais destes clientes com uma solução one-stop é um diferencial competitivo. Lançámos a proposta dedicada ao "Banco para Empresários" em 2021 em Itália e Espanha e procuramos alargá-la a outros mercados no futuro. Um elemento importante desta estratégia é que o IPB seja um parceiro de investimento preferencial para as famílias sofisticadas U/HNW a nível mundial. Em 2021, investimos significativamente para reforçar a nossa cobertura de relacionamento e capacidades de produto para captar as atrativas oportunidades de crescimento neste segmento. A acrescentar a esta estratégia está o nosso plano de nos tornarmos um Banco Premium para Clientes abastados. Estamos a transformar a nossa franquia de Personal Banking num modelo que se adapta às necessidades do segmento abastado. Num primeiro passo, assinámos um contrato

para vender a rede de Consultores Financeiros do Deutsche Bank e continuámos a otimizar a nossa rede de agências em 2021. Continuaremos a investir nas nossas capacidades de produto, mercados-chave, digitalização e conclusão da transformação da nossa franquia de Personal Banking através da otimização da nossa rede e capacidades de canal.

Em 2021, o Private Bank continuou a trabalhar nas bases de sustentabilidade estabelecidas no ano anterior, através do desenvolvimento de um quadro de classificação de produtos de investimento (em complemento do Quadro de Financiamento Sustentável a nível do Grupo publicado em 2020). Na primeira Análise Exaustiva de Sustentabilidade, em maio de 2021, a divisão comprometeu-se a fornecer aos seus clientes no segmento Private, Wealth and Commercial Clients produtos e soluções financeiros adequados, com conformidade ESG.

Asset Management

Somos um gestor de ativos líder, com 928 mil milhões de euros em ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2021. Com cerca de 4200 colaboradores a operar a nível mundial, fornecemos uma série de capacidades de investimento tradicionais e alternativas aos clientes em todo o mundo. As nossas ofertas de investimento abrangem todas as principais classes de ativos, incluindo ações, rendimento fixo, numerário e multiativos, bem como investimentos alternativos e passivos. As nossas ofertas de produtos são distribuídas através da nossa rede de distribuição global, ao mesmo tempo que alavancam canais de distribuição de terceiros. Atendemos uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no nosso mercado doméstico na Alemanha. Os nossos clientes incluem instituições governamentais, corporações e fundações, bem como milhões de investidores individuais.

O setor da gestão de ativos está a evoluir, com maior concorrência, pressão contínua sobre as margens e disrupção tecnológica no contexto de tensões geopolíticas mais elevadas e de maior volatilidade do mercado. Contudo, acreditamos que a nossa gama diversificada de produtos e soluções de investimento de alta qualidade nos proporciona uma base sólida para o crescimento dos nossos ativos e rentabilidade, independentemente do mercado em que operamos. Desde a nossa oferta pública inicial (IPO) em março de 2018, concentrámo-nos num refinamento estratégico e organizacional, melhorando os fluxos líquidos e aumentando a eficiência. Demos prioridade ao objetivo ajustado do rácio custo-rendimento na primeira fase da nossa viagem corporativa para garantir que somos capazes de gerar o máximo valor acionista, independentemente do contexto em que operamos. Entrando na segunda fase da nossa viagem corporativa, pretendemos concentrar-nos nas nossas ambições de transformar, crescer e liderar, a fim de nos tornarmos um gestor de ativos líder europeu com alcance global.

Em primeiro lugar, como parte da nossa ambição de transformação, pretendemos adaptar a nossa forma de trabalhar para enfrentar os desafios do setor na década que se avizinha. Queremos alcançar isto através da recalibragem da nossa plataforma principal e do nosso quadro político, de modo a que estes sejam adaptados aos negócios fiduciários e clientes da DWS. Estamos também a investir em novas tecnologias e, após o lançamento do nosso Quadro de Capacidade Funcional, estamos a reforçar ainda mais a cultura da nossa organização. Em segundo lugar, a nossa ambição de crescer concentra-se em fornecer estratégias de produtos focalizados em mercados de crescimento direcionados, expandindo a nossa gama de soluções de investimento sustentável e alavancando parcerias existentes para captar novas oportunidades de clientes, especialmente na região Ásia-Pacífico, onde vemos um forte crescimento. Para além disso, procuraremos desempenhar um papel ativo nas fusões e aquisições (M&A). Iremos monitorizar o mercado em busca de oportunidades seletivas de crescimento em áreas prioritárias, bem como oportunidades transformacionais, a fim de participar na consolidação contínua que esperamos no setor de gestão de ativos. Em terceiro lugar, é nossa ambição alcançar uma liderança diferenciada entre ESG, investimentos e soluções passivas e de margem elevada. Ao concretizarmos estas ambições, podemos alcançar o nosso objetivo global de nos tornarmos um gestor de ativos líder europeu com alcance global.

No início de 2021, o DWS aperfeiçoou os objetivos financeiros a médio prazo para 2024 como parte de uma revisão mais ampla das prioridades e iniciativas. Estes objetivos são um rácio custo-rendimento sustentável e ajustado de 60% e uma taxa de fluxo líquido superior a 4% dos ativos sob gestão do início do período, em média, a médio prazo.

Em 2021, continuámos a aumentar o nosso foco nas classes de ativos de Multiativo Ativo e Passivo e Alternativas. Como parte da nossa estratégia regional, pretendemos concentrar-nos no desenvolvimento e fomento de parcerias estratégicas que têm sido um motor da nossa forte posição de mercado na Alemanha e na Europa. Na Ásia, continuamos a aprofundar as relações com os nossos parceiros Nippon Life e Harvest Fund Management e estamos a explorar novas oportunidades de negócio na região. Iniciámos uma parceria estratégica a longo prazo com a BlackFin Capital Partners na segunda metade de 2021 para, em conjunto, fazer evoluir a plataforma de investimento digital para um ecossistema de plataforma. A nossa aspiração é proporcionar ao cliente uma experiência e serviço de excelência. O nosso compromisso de crescimento em tecnologia é ainda sublinhado pela aquisição de uma participação minoritária na empresa tecnológica de reforma Smart Pension Limited, com sede no Reino Unido.

Cada vez mais, governos e empresas de todo o mundo têm vindo a estabelecer objetivos ambiciosos no sentido de contribuir para uma economia global líquida zero até 2050. O DWS pretende tornar-se neutro em termos climáticos nas suas ações, em conformidade com o Acordo de Paris, até 2050 ou mais cedo. Continuando a reforçar esta ambição a longo prazo e nosso

signatário da Iniciativa Net Zero Asset Managers (NZAM), a ação climática é um tema central dentro da nossa estratégia global de sustentabilidade.

Ao pretendermos alargar a nossa visão para 2025, pretendemos aumentar ainda mais a nossa franquia de Asset Management, continuando a reforçar à escala da plataforma com oportunidades orgânicas e inorgânicas - adquirindo forças complementares, acesso à distribuição e alargando a nossa pegada geográfica. A forte tendência subjacente à mudança dos ativos para Passivos e Alternativos proporciona áreas de crescimento em várias partes do nosso negócio. A entrega das nossas capacidades de ESG aos clientes e a incorporação de ESG no ADN corporativo da DWS será fundamental para apoiar o nosso crescimento.

1-

Relatório da Gestão Combinado

2	Análise Operacional e Financeira
2	Sumário executivo
5	Grupo Deutsche Bank
10	Resultado operacional
30	Posição Financeira
33	Liquidez e Recursos de Capital
36	Perspetivas
44	Riscos e oportunidades
58	Relatório de Risco
60	Visão geral do risco e do capital
64	Quadro de risco e de capital
74	Gestão do risco e de capital
128	Desempenho de capital e risco
183	Sustentabilidade
186	Colaboradores
190	Controlo interno sobre o relato financeiro
193	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
196	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
197	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas. São divulgadas declarações relativas ao futuro na secção do Outlook.

Sumário executivo

A economia global

Crescimento económico (em %) ¹	2021 ²	2020 ³	Principal fator responsável
Economia global	6,0	(3,1)	O crescimento global do PIB em 2021 enfraqueceu ligeiramente mais do que o esperado no início do ano, em grande parte devido a um arrastamento mais longo do que o previsto das variantes da COVID-19 e a ruturas na cadeia de abastecimento. Um desempenho em parte dececionante na absorção e distribuição de vacinas amorteceu um pouco as perspetivas de crescimento, ao mesmo tempo que aumentava o risco de inflação. O crescimento global do PIB em 2021 é ainda o mais elevado desde a crise financeira global há mais de uma década, embora várias economias tenham experimentado flutuações notáveis na dinâmica de recuperação.
Dos quais:			
Países desenvolvidos	5,1	(4,8)	Os países desenvolvidos beneficiaram da disponibilidade precoce das vacinas COVID-19 em 2021. As políticas fiscais continuaram a apoiar a procura interna, enquanto que os setores industriais beneficiaram da recuperação global. Os bancos centrais também mantiveram a sua posição expansiva e complementaram as medidas de política fiscal. No entanto, a recuperação dos países desenvolvidos foi retardada por restrições da cadeia de abastecimento global.
Mercados emergentes	6,6	(1,8)	A recuperação económica nos mercados emergentes foi dificultada pelas restrições stop-go e pelo ritmo de vacinação. Durante a segunda metade de 2021, a inflação foi impulsionada por estrangulamentos no fornecimento e preços mais elevados da energia.
Economia da área do euro	5,2	(6,5)	As economias da área do euro tiveram um bom desempenho, especialmente após a onda de infeções COVID-19 resultantes da variante Delta. No entanto, as condições deterioraram-se na segunda metade de 2021, uma vez que as restrições de abastecimento se tornaram ventos de proa e a área do euro quase estagnou no último trimestre de 2021. O Banco Central Europeu continuou o seu apoio e a sua política fiscal permaneceu expansiva.
Dos quais: Economia alemã	2,8	(4,6)	A economia alemã recuperou durante 2021 após a flexibilização das restrições relacionadas com a COVID-19 e o consumo privado ganhou um impulso significativo. A indústria beneficiou de um forte comércio global, mas não conseguiu realizar o seu potencial de recuperação devido a estrangulamentos de abastecimento. Em combinação com fatores temporários, as restrições da cadeia de abastecimento e os preços mais elevados da energia conduziram a um aumento significativo da inflação. Estes fatores contribuíram para uma contração do PIB no último trimestre de 2021.
Economia dos Estados Unidos	5,7	(3,4)	A economia dos Estados Unidos recuperou fortemente em 2021. Um estímulo fiscal maciço, a introdução de vacinas e uma forte melhoria do mercado de trabalho apoiaram a procura interna. No entanto, os persistentes estrangulamentos de abastecimento e o impacto da COVID-19 constrangeram um pouco a recuperação. A inflação aumentou fortemente durante o ano. A política monetária da Reserva Federal continuou a ser expansionista.
Economia do Japão	1,7	(4,5)	A recuperação da economia japonesa em 2021 foi mais lenta em comparação com outros países desenvolvidos e foi mais fraca do que o esperado no início de 2021. Este desenvolvimento deveu-se ao impacto prolongado da COVID-19, à resposta rigorosa do governo à pandemia e à crescente escassez da oferta de semicondutores e outros produtos. O Banco do Japão continuou a manter a sua posição acomodaticia.
Economia asiática⁴	7,1	(0,8)	A recuperação económica da Ásia em 2021 foi afetada por um crescimento do PIB mais fraco do que o esperado em várias economias asiáticas e por um impacto mais severo e prolongado da COVID-19. Ao longo de 2021, o desempenho do crescimento tornou-se cada vez mais divergente, com as economias mais avançadas da Ásia a permanecerem em grande parte no seu caminho de recuperação, enquanto outras falharam significativamente.
Dos quais: Economia chinesa	8,1	2,2	A economia chinesa conheceu um início dinâmico até 2021, sendo a procura de exportação o principal motor de crescimento. À medida que o ano avançava, a procura interna foi afetada pelos surtos de COVID-19 e medidas relacionadas, bem como pela aplicação rigorosa da disciplina creditícia e regulamentar. O setor imobiliário pressionado e a escassez de energia condicionaram a recuperação.

¹ Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.

² Fontes: Deutsche Bank Research.

³ Alguns dados económicos para 2020 foram revistos pelas autoridades estatísticas públicas devido aos efeitos económicos da pandemia. Como resultado, estes dados podem diferir dos anteriormente publicados.

⁴ Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

O setor bancário

31 dez 2021

Crescimento em relação ao ano anterior (em %)	Empréstimos a Empresas	Empréstimos a retalho	Depósitos de empresas	Depósitos a retalho	Principal fator responsável
Zona Euro	3,1	4,0	8,1	5,0	O crescimento dos empréstimos às empresas recuperou significativamente nos últimos meses, contribuindo também para um maior crescimento dos depósitos das empresas. Os depósitos das famílias expandiram-se próximos da taxa pré-COVID-19. O crédito a retalho acelerou ainda mais, impulsionado por hipotecas, e é agora essencialmente o mais forte da última década.
Dos quais: Alemanha	5,0	5,2	6,4	3,3	O crescimento dos empréstimos empresariais abrandou inicialmente em 2021, mas avançou novamente substancialmente nos últimos meses e está agora próximo do nível pré-crise. O crescimento do crédito a retalho já ao mais alto nível registado há um ano atrás ganhou ainda mais ímpeto, especialmente em hipotecas, até ultimamente, quando estabilizou. Os empréstimos ao consumo continuam a estagnar. Os depósitos das famílias estão a expandir-se ao ritmo mais lento desde 2016. O crescimento dos depósitos das empresas abrandou um pouco mas permanece elevado.
EUA	0,9	3,8	11,3 ¹	11,3 ¹	Os empréstimos a empresas diminuíram de ano para ano, mas estabilizaram-se nos últimos meses. O crédito às famílias recuperou da contração e está agora de volta a uma sólida dinâmica de crescimento pré-crise. Apesar de ter descido de níveis extraordinários, o crescimento total dos depósitos tem sido ainda vigoroso, com taxas de dois dígitos.
China	10,5	12,5	6,1	10,6	Tanto o crédito a empresas como o crédito a retalho abrandaram moderadamente, mas as taxas de crescimento continuam a ser de dois dígitos. O financiamento dos depósitos também perdeu dinamismo, particularmente do lado empresarial onde os volumes estão essencialmente a aumentar menos desde o início da pandemia, embora as alterações percentuais tenham sido recentemente estáveis.

¹ O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

2021 foi um ano excepcional para a Geração e Consultoria global (O&A). O total de comissões estabeleceu um novo recorde, muito superior ao recorde anterior de apenas um ano atrás, com um aumento de 39 %. Os ganhos da O&A quase duplicaram na última década, numa base de dólares americanos. Em 2021, o conjunto de comissões atingiu novos máximos nas principais categorias - Geração de Ações, Geração de Dívida e o maior aumento observado em Consultoria. As Américas representaram 60% do total de comissões, a EMEA 23% e a APAC 17%. Os volumes para Consultoria (negócios anunciados) bem como para Geração de ações (IPO recorde e transações de seguimento) subiram para o seu nível mais alto de sempre, enquanto que a Geração de dívida diminuiu em relação ao seu recorde de 2020, impulsionado pela normalização da dívida empresarial de grau de investimento e da dívida pública, embora a emissão de obrigações empresariais de elevado rendimento tenha sido a mais forte de sempre. O conjunto das receitas da FIC diminuiu aproximadamente 16%, com o G10 FX e Taxas a recuar mais de 20%, os Mercados Emergentes a diminuir 10%-15% e as Mercadorias (não fazem parte da carteira de produtos DB) a diminuir globalmente de ano para ano - tudo face a um desempenho muito forte em 2020. Os produtos de financiamento tiveram um desempenho superior, impulsionados por uma forte segunda metade de 2021. Estima-se que o conjunto de comissões de ações (mais uma vez, não é uma parte material da carteira de produtos DB) tenha crescido 25% de ano para ano, sendo os produtos derivados e estruturados os principais impulsionadores.

Desempenho do Deutsche Bank

O Deutsche Bank apresentou um lucro antes de impostos de 3,4 mil milhões de euros e um lucro líquido de 2,5 mil milhões de euros para o ano completo de 2021. O lucro líquido quadruplicou em relação a 2020 e foi atingido o melhor resultado em dez anos. As empresas ganharam dinamismo e quota de mercado durante o ano, levando ao crescimento de receitas e lucros nos quatro pilares do Core Bank. O banco reconheceu 97% do total dos efeitos previstos relacionados com a transformação, bem como a redução das provisões para perdas com empréstimos suportadas por um balanço sólido e uma gestão de risco disciplinada. O progresso da transformação e o desempenho financeiro em 2021 proporcionam um forte ponto de partida para completar a jornada de transformação e cumprir os objetivos financeiros do banco em 2022. A redução dos ativos antigos progrediu mais rapidamente do que o esperado e o banco retomará as distribuições de capital aos acionistas. O banco anunciou ações que proporcionariam distribuições totais de capital aos acionistas de aproximadamente 700 milhões de euros em 2022. O Conselho de Administração decidiu iniciar um programa de recompra de ações no valor de 300 milhões de euros, a concluir no primeiro semestre de 2022, e tenciona propor à Assembleia Geral Anual um dividendo em dinheiro de 0,20 euros por ação para o exercício de 2021.

O lucro antes de impostos foi de 3,4 mil milhões de euros em 2021, depois de absorver encargos de transformação de 1,0 mil milhões de euros e despesas de reestruturação e com indemnizações no valor de 470 milhões de euros. O Core Bank, que exclui a Capital Release Unit, reportou um lucro antes de impostos de 4,8 mil milhões de euros em 2021 face a 3,2 mil milhões de euros em 2020. Ajustado a encargos de transformação de 945 milhões de euros, despesas de reestruturação e indemnizações de 464 milhões de euros e rubricas de receitas específicas de 74 milhões de euros negativos, o lucro antes de impostos nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank teria sido de 6,1 mil milhões de euros, um aumento de 46% em relação a 2020 numa base comparável.

As receitas excluindo rubricas específicas, Custos ajustados, Custos ajustados excluindo encargos de transformação, Custos ajustados excluindo os custos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance, Resultados ajustados (perdas) antes de impostos e rentabilidade do capital próprio tangível médio de acionistas após impostos e Ativos líquidos (ajustados) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Desempenho operacional a curto prazo	Situação no final de 2021	Situação no final de 2020
Rentabilidade do grupo do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos ¹	3,8%	0,2%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias após impostos do Core Bank ²	6,4%	4,0%
Rácio custo/rendimento ³	84,6%	88,3%
Desempenho de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁴	13,2%	13,6%
Taxa de alavancagem (fully loaded) ⁴	4,9%	4,7%

¹ Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

² Com base no lucro líquido do Core Bank atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁴ O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas do Grupo foram de 25,4 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 1,4 mil milhões de euros, ou 6 % em relação a 2020. As receitas líquidas nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank aumentaram 5% para 25,4 mil milhões de euros. As receitas líquidas no Corporate Bank (CB) de 5,2 mil milhões de euros mantiveram-se estáveis em termos anuais, à medida que o crescimento do volume de negócios e a fixação de novos preços de depósitos compensavam os obstáculos das taxas de juro. As receitas líquidas no Investment Bank (IB) aumentaram 4 % para 9,6 mil milhões de euros em 2021, impulsionadas por um aumento significativo na Geração e consultoria, refletindo condições de mercado favoráveis e um crescimento recorde do volume durante o ano, enquanto que as Fixed Income & Currencies (FIC) sales & trading permaneceram essencialmente estáveis. As receitas líquidas anuais do Banco Privado (PB) foram de 8,2 mil milhões de euros, um aumento de 1% em relação ao ano anterior, refletindo o crescimento das receitas tanto no Banco Privado Alemão como no Banco Privado Internacional, bem como maiores benefícios do TLTRO que mais do que compensam o impacto adverso dos obstáculos às taxas de juro e das receitas perdidas resultantes da decisão do Tribunal Federal de Justiça Alemão (BGH) sobre o consentimento do cliente para alterações de preços em contas correntes. As receitas líquidas em Asset Management (AM) de 2,7 mil milhões de euros aumentaram 21% em comparação com o ano anterior, refletindo o crescimento das comissões de gestão devido a melhorias nos níveis do mercado de ações e sete trimestres consecutivos de entradas líquidas, bem como comissões de desempenho e de transação mais elevadas, incluindo efeitos favoráveis de uma comissão de desempenho multiativos em 2021. As receitas líquidas na Capital Release Unit (CRU) foram de 26 milhões de euros em 2021, face a 225 milhões de euros negativos no ano anterior, uma vez que as receitas da recuperação dos custos de Prime Finance e da carteira de empréstimos só foram parcialmente compensadas pelo financiamento, gestão de risco e impactos da redução do risco. As receitas em Corporate and Other (C&O) foram de 339 milhões de euros negativos, em comparação com os 534 milhões de euros negativos no ano anterior, refletindo o impacto favorável de diferenças de avaliação e calendarização impulsionado pelo impacto positivo no preço de mercado das atividades de cobertura de taxas de juro relacionadas com os acordos de financiamento do banco.

A provisão para perdas de crédito foi de 515 milhões de euros em 2021, menos 71% do que em 2020, refletindo um ambiente de apoio ao crédito, uma carteira de empréstimos de alta qualidade e a continuação de uma rigorosa disciplina de risco num contexto de recuperação económica devido à flexibilização das restrições da COVID-19 durante 2021. A provisão para perdas de crédito foi de 12 pontos base de empréstimos médios, face a 41 pontos base em 2020.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 21,5 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 289 milhões de euros, ou 1 %, desde 2020. Isto inclui encargos de transformação de 1,0 mil milhões de euros, acima dos 490 milhões de euros em 2020. No final de 2021, 97 % do total dos efeitos relacionados com a transformação previstos até ao final de 2022 já tinham sido reconhecidos. As despesas de contencioso aumentaram em 308 milhões de euros, parcialmente compensadas por uma diminuição das despesas de reestruturação e indemnizações em 217 milhões de euros. Os custos ajustados excluindo as despesas de transformação e as despesas elegíveis para reembolso relacionadas com o Prime Finance foram de 19,3 mil

milhões de euros, menos 1% em comparação com o ano anterior. A diminuição anual inclui custos de compensação mais baixos que refletem os efeitos da redução da mão-de-obra de 1.690 equivalentes a tempo inteiro em 2021, parcialmente compensados por um aumento dos custos de compensação variáveis. Excluindo os encargos de transformação e o contencioso acima mencionados, a maioria das categorias de despesas dentro das despesas gerais e administrativas foram inferiores ou estáveis em comparação com o ano passado, refletindo uma gestão de custos disciplinada em curso.

A despesa com impostos sobre o rendimento foi de 880 milhões de euros em 2021, em comparação com 397 milhões de euros no ano anterior. A taxa efetiva de imposto em 2021 foi de 26%.

O Banco reportou um resultado líquido de 2,5 mil milhões de euros em 2021, em comparação com 624 milhões de euros em 2020. A melhoria foi impulsionada pelo já mencionado forte desempenho das receitas nos negócios principais e níveis reduzidos de provisões para perdas de crédito parcialmente compensados por um ligeiro aumento dos gastos operacionais (excl. juros), tal como descrito acima.

O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) foi de 13,2% no final de 2021, um decréscimo de 40 bps em relação a 2020. O rácio de alavancagem melhorou de 4,7% em 2020 para 4,9% no final de 2021, numa base fully-loaded. O rácio de alavancagem numa base de entrada faseada melhorou de 4,8% em 2020 para 4,9% em 2021.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, o Deutsche Bank é o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras do mundo em total de ativos: 1,324 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Nessa data, o banco empregava 82.969 empregados internos equivalentes a tempo inteiro e operava em 58 países com 1.709 agências, das quais 67 % estavam localizadas na Alemanha. O banco oferece uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2021, o banco estava organizado nos seguintes segmentos:

- Corporate Bank (CB)
- Investment Bank (IB)
- Private Bank (PB)
- Asset Management (AM)
- Capital Release Unit (CRU)
- Corporate & Other (C&O)

Referimos o CB, o IB, o PB, a AM e a C&O como as principais áreas de negócio do Deutsche Bank.

Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

O banco tem operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- filiais e agências;
- escritórios de representação; e
- um ou mais representantes designados para servir os clientes.

As alienações ou despesas de capital relativas às divisões estão incluídas na visão geral da divisão corporativa.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui Divisões Corporativas e Funções de Infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais aos membros individuais do Conselho de Administração está descrita no plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comités. Simultaneamente, o Conselho de Administração reconhece a importância de ter informações abrangentes e sólidas em todos os negócios, a fim de tomar decisões bem informadas e estabelecidas, o "Comité de Gestão do Grupo", que visa melhorar o fluxo de informação entre as divisões corporativas e entre as divisões corporativas e o Conselho de Administração, juntamente com os Comitês de Infraestrutura, os Comitês Executivos de Negócio e os Comitês Regionais. O Comité de Gestão do Grupo é uma plataforma sénior, o que não é exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações, e é composto por todos os membros do Conselho de Administração, a maioria dos representantes comerciais seniores para trocar informações e discutir negócios, crescimento e rentabilidade.

Corporate Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank (CB) está focado principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais e de banca empresarial de maior e menor porte na Alemanha, e empresas multinacionais. É também um parceiro das instituições financeiras no que diz respeito a determinados serviços de Transaction Banking.

A partir do primeiro trimestre de 2021, o Corporate Bank comunica as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial. Os Serviços de Clientes Institucionais incluem a Gestão de Caixa para Clientes Institucionais, Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Os Serviços de Tesouraria Empresarial compreendem o conjunto completo de Trade Finance e Lending, bem como Corporate Cash Management para clientes empresariais multinacionais e alemães de grande e média escala. A Banca Empresarial cobre pequenas empresas e clientes empresariais na Alemanha e oferece um conjunto de produtos holístico em grande parte normalizado.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2019.

Produtos e serviços

O Corporate Bank é um fornecedor global de soluções de gestão de risco, gestão de tesouraria, crédito, financiamento de transações, serviços fiduciários e de agente, bem como serviços de valores mobiliários. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os nossos conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem-nos oferecer soluções integradas.

Para além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de Cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.

Canais de Distribuição e Marketing

A função de cobertura global do Corporate Bank concentra-se em grandes clientes empresariais internacionais e está organizada em duas unidades: Soluções de Cobertura e Soluções de Gestão do Risco. A Cobertura inclui os generalistas multiprodutos que cobrem o nível de sede e filiais através de equipas de cobertura global, regional e local. As Soluções de Gestão do Risco incluem especialistas em produtos de divisas, mercados emergentes e taxas. Esta unidade é gerida regionalmente na APAC, Américas e EMEA, para assegurar uma maior proximidade com os nossos clientes.

Os clientes empresariais na Alemanha são servidos a partir de duas unidades: Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial. Os Serviços de Tesouraria Empresarial abrangem clientes corporativos médios e grandes em duas marcas, o Deutsche Bank e o Postbank, e oferecem toda a gama de soluções em numerário, financiamento comercial, empréstimos e gestão do risco para tesoureiros empresariais. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado, além de ofertas de parceiros bancários contextuais selecionados (por exemplo, soluções de contabilidade).

Investment Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Investment Bank (IB) combina as áreas de Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. O seu foco está nos seus tradicionais pontos fortes em

financiamento, assessoria, rendimento fixo e divisas, reunindo os seus conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco, vendas e negociação, banca de investimento e infraestrutura. Isto permite à IB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para servir eficazmente os clientes do banco.

No IB, efetuámos uma alienação de capital significativa desde 1 de janeiro de 2019:

Em abril de 2019, a Tradeweb fechou a sua oferta pública inicial (IPO). A Tradeweb é uma empresa de serviços financeiros que cria e opera no mercado de balcão (OTC) para negociar produtos de rendimento fixo e derivados. O Grupo Deutsche Bank tinha um interesse económico na Tradeweb desde 2007 e participou na oferta pública inicial e em várias ofertas subsequentes, juntamente com outros grandes acionistas do banco, vendendo uma parte das suas participações.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2019.

Produtos e serviços

A área de FIC Sales & Trading reúne uma força de vendas, pesquisa, comércio e especialização em estruturação institucional em Divisas, Taxas de câmbio, Mercados emergentes, Comércio de crédito e Financiamento. O negócio de FIC Sales & Trading opera a nível global e fornece tanto a clientes empresariais como institucionais liquidez e serviços de criação de mercado e uma gama de soluções especializadas de gestão de risco através de produtos, complementada por uma oferta de financiamento abrangente. A aplicação da tecnologia e a inovação contínua dos processos do ciclo de vida das transações está a permitir ao Deutsche Bank responder a todos os requisitos dos clientes, aumentando a automatização/suporte eletrónico e os requisitos regulamentares.

A área Origination and Advisory é responsável pelo nosso negócio de geração de dívida, fusões e aquisições (M&A), e por uma plataforma focada na criação e consultoria de capital próprio. É composto por equipas de cobertura regionais e setoriais, colideradas a partir dos polos do banco na Europa, EUA e Ásia e Pacífico, que facilitam a entrega de uma gama de produtos e serviços financeiros aos clientes corporativos do banco.

Canais de Distribuição e Marketing

A cobertura dos clientes do IB é fornecida principalmente por três grupos que trabalham em conjunto entre si: O Grupo de Clientes Institucionais, que aloja a nossa equipa de Debt Sales. Soluções de Gestão do Risco no Corporate Bank, que cobre mercados de capitais e soluções de Tesouraria e Investment Banking Coverage no âmbito da Geração e Consultoria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos nossos clientes.

Private Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Private Bank (PB) serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Os negócios internacionais também se concentram em clientes comerciais. O PB está organizado em duas divisões: Private Bank Alemanha e International Private Bank.

O PB esteve envolvido nas seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2019:

Em novembro de 2020, o Deutsche Bank AG assinou um acordo para vender as suas ações no Postbank Systems AG à Tata Consultancy Services (TCS). A transação foi fechada após aprovações regulamentares e governamentais em 31 de dezembro de 2020.

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank SpA assinou um acordo para vender a sua rede de consultores financeiros em Itália (Deutsche Bank Financial Advisors) à Zurich Itália. A transação está sujeita a aprovação regulamentar e deverá ser concluída em 2022.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2019.

Produtos e serviços

A gama de produtos PB inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e de depósito, bem como aconselhamento de investimento, incluindo uma gama de produtos Ambientais, Sociais e de Governança (ESG), que permitem aos seus clientes investir de acordo com os seus valores e de acordo com estratégias, pontuações e critérios de exclusão específicos ESG.

O Private Bank Alemanha segue uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas principais fortes e complementares: Deutsche Bank e Postbank. Com a marca Deutsche Bank, a divisão concentra-se em fornecer aos seus clientes individuais produtos e serviços bancários e financeiros que incluam soluções de consultoria sofisticada e individual. O foco da marca Postbank permanece no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos

nossos clientes de retalho, apoiados por capacidades bancárias diretas. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, o Private Bank Alemanha também oferece serviços postais e de encomendas nas agências da marca Postbank.

O International Private Bank também tem uma abordagem diferenciada e centrada no cliente, com dois segmentos de clientes. O segmento de clientes IPB Personal Banking abrange os clientes de retalho e de abastados, bem como as pequenas empresas em Itália, Espanha, Bélgica e Índia, fornecendo serviços bancários e outros serviços financeiros. O segmento de clientes Private Banking and Wealth Management abrange clientes de património líquido elevado e ultraelevado a nível mundial, bem como clientes empresariais de pequenas e médias dimensões e clientes de banca privada em Itália, Espanha, Bélgica e Índia. O International Private Bank apoia os clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Também presta serviços de tipo institucional para clientes sofisticados e complementa a sua oferta colaborando estreitamente com o Investment Bank, o Corporate Bank e o Asset Management.

Canais de Distribuição e Marketing

O Private Bank aposta numa abordagem omnicanal e os clientes podem escolher de forma flexível entre diferentes possibilidades de acesso a serviços e produtos.

Os canais de distribuição incluem redes de agências no Private Bank Alemanha e no International Private Bank, apoiadas por centros de atendimento ao cliente e terminais de auto-atendimento. Centros de consultoria da marca Deutsche Bank na Alemanha, Itália e Espanha complementam a rede de agências e ofertas digitais, incluindo serviços bancários online e móveis. O PB também tem colaborações com consultores financeiros independentes e outros parceiros de vendas e cooperação, incluindo várias cooperações com parceiros Business-to-Business-to-Consumer (B2B2C) na Alemanha. Para o segmento de clientes de banca privada e Wealth Management, o International Private Bank tem uma abordagem de equipa de cobertura distinta de clientes, com diretores de relacionamento e investimento apoiados por Executivos de serviços ao cliente que auxiliam os clientes com serviços de gestão de património e produtos de arquitetura aberta. Além disso, na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Offices AG fornece serviços a escritórios familiares, fundos discricionários e soluções de consultoria.

A expansão das capacidades digitais continua a ser um forte foco em todas as empresas, uma vez que o Private Bank observa uma mudança significativa no comportamento do cliente em relação aos canais digitais. Continuarão a otimizar o seu mix omnicanal no futuro, a fim de proporcionar aos clientes o acesso mais conveniente aos produtos e serviços.

Asset Management

Visão geral da divisão corporativa

Com 928 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2021, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, é uma das principais organizações de gestão de ativos do mundo. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no nosso mercado doméstico na Alemanha. A base de clientes inclui instituições governamentais, corporações e fundações, bem como investidores individuais. Enquanto gestora de ativos regulamentados, a DWS atua como fiduciária dos clientes e estamos conscientes do nosso impacto na sociedade. O Investimento Responsável tem sido uma parte fundamental do nosso património há mais de vinte anos.

O Deutsche Bank retém 79,49% de participação de capital na DWS e a gestão de ativos continua a ser um negócio essencial para o grupo. As ações da DWS estão cotadas na bolsa de valores de Frankfurt.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2019.

Produtos e serviços

As ofertas de investimento da DWS abrangem todas as principais classes de ativos, incluindo ações, rendimento fixo, dinheiro e multiativos, bem como investimentos alternativos. Os investimentos alternativos incluem imóveis, infraestrutura, capitais privados, ativos imobiliários líquidos e investimentos sustentáveis. Há também uma gama de investimentos passivos. Além disso, as estratégias de solução da DWS são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais. Tais serviços incluem soluções de seguros e pensões, gestão de ativos-passivos, soluções de gestão de carteiras e assessoria na alocação de ativos. O nosso foco profundo em questões ambientais, sociais e de governação complementam-se mutuamente ao criar soluções específicas para os nossos clientes.

Canais de Distribuição e Marketing

As ofertas de produtos da DWS estão distribuídas pela EMEA (Europa, Médio Oriente e África), Américas e Ásia e Pacífico, através de uma rede de distribuição global. A DWS também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo outros membros do Grupo Deutsche Bank.

Capital Release Unit

A Capital Release Unit (CRU) foi criada em julho de 2019. O principal objetivo da CRU é libertar capital consumido por ativos e negócios de baixo rendimento que recebem retornos insuficientes ou que já não sejam fundamentais para a nossa estratégia, reduzindo a sua expressão de uma forma economicamente racional. Além disso, a CRU está focada na redução dos custos.

Além disso, a divisão CRU registou as seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2019:

Em março de 2018, o Grupo Deutsche Bank celebrou um acordo para vender o negócio de banca de retalho em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A.. As partes concluíram a transação no primeiro semestre de 2019.

No quarto trimestre de 2021, concluímos a transição da plataforma Prime Finance and Electronic Equities do Deutsche Bank para o BNP Paribas, resultando na transferência de tecnologia, clientes e pessoal. Este feito marca o fim de um período de transição de dois anos, que teve formalmente início no quarto trimestre de 2019.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam atividades de controlo e serviço para empresas, incluindo as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos inter-divisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão do risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

- Finanças
- Risco
- Diretor administrativo, que inclui os serviços Jurídicos, de Conformidade e Combate aos crimes financeiros
- Tecnologia, Dados e Inovação
- Transformação e Global Procurement

A área de Infraestrutura também inclui Comunicação & Responsabilidade Social Corporativa, Recursos Humanos, Imobiliário Global e Auditoria de Grupo, que reportam ao Diretor Geral.

Os custos provenientes das funções de Infraestrutura são atualmente atribuídos às divisões corporativas com base nas dotações planeadas, com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico que foram cobrados às divisões com base nas despesas efetivas durante 2021. Durante o exercício financeiro de 2021, a metodologia anterior de afetação de custos foi substituída por um quadro de gestão de custos baseado no condutor (DBCM) para funções financeiras e de risco e afetação de custos baseada no consumo de produtos de Infraestrutura Tecnológica. Esta nova estrutura associa os serviços prestados pelas funções de Infraestrutura às empresas que os consomem, criando assim uma maior transparência relativamente aos impulsionadores dos custos que estão a ser cobrados e facilitando a identificação das oportunidades de redução de custos.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2021, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição da nossa própria conta relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	11.155	11.526	13.749	(371)	(3)	(2.223)	(16)
Provisão para perdas de crédito	515	1.792	723	(1.276)	(71)	1.068	148
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	10.640	9.734	13.026	906	9	(3.292)	(25)
Rendimentos de serviços e comissões ¹	10.934	9.424	9.520	1.510	16	(96)	(1)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ¹	3.045	2.465	193	580	24	2.271	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	237	323	260	(86)	(27)	63	24
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	1	311	3	(311)	(100)	308	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	98	120	110	(23)	(19)	10	9
Outro resultado	(58)	(141)	(671)	83	(59)	531	(79)
Rendimento total excluindo juros	14.255	12.503	9.416	1.752	14	3.087	33
Total de receitas líquidas²	24.895	22.237	22.441	2.658	12	(205)	(1)
Remunerações e benefícios	10.418	10.471	11.142	(53)	(1)	(671)	(6)
Despesas gerais e administrativas	10.821	10.259	12.253	561	5	(1.993)	(16)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	1.037	4	N/S	(1.037)	(100)
Atividades de reestruturação	261	485	644	(224)	(46)	(159)	(25)
Despesas totais (excluindo juros)	21.505	21.216	25.076	289	1	(3.860)	(15)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	3.390	1.021	(2.634)	2.369	N/S	3.655	N/S
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	880	397	2.630	483	122	(2.233)	(85)
Lucros (prejuízos)	2.510	624	(5.265)	1.886	N/S	5.888	N/S
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	144	129	125	15	12	4	3
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	2.365	495	(5.390)	1.870	N/S	5.885	N/S
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	426	382	328	44	12	53	16
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.940	113	(5.718)	1.826	N/S	5.831	N/S

N/S – Não significativo

¹ Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório anual.

² Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	16.599	17.806	25.208	(1.207)	(7)	(7.401)	(29)
Total de gasto de juros	5.444	6.280	11.458	(836)	(13)	(5.178)	(45)
Rendimento de juros líquido	11.155	11.526	13.749	(371)	(3)	(2.223)	(16)
Ativos remunerados médios ¹	937.947	920.444	956.362	17.503	2	(35.918)	(4)
Passivos remunerados médios ¹	690.656	685.830	714.716	4.826	1	(28.886)	(4)
Rendimento de juros bruto ²	1,56%	1,82%	2,53%	(0,26) p.p.	(14)	(0,72) p.p.	(28)
Taxa de juros bruta paga ³	0,50%	0,76%	1,47%	(0,26) p.p.	(34)	(0,71) p.p.	(48)
Diferencial da taxa de juro líquida ⁴	1,06%	1,06%	1,07%	(0,00) p.p.	(0)	(0,01) p.p.	(1)
Margem da taxa de juro líquida ⁵	1,19%	1,25%	1,44%	(0,06) p.p.	(5)	(0,19) p.p.	(13)

pp – pontos percentuais

¹ Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.

² O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos ativos remunerados médios.

³ A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos passivos remunerados médios.

⁴ O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.

⁵ A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2021

O rendimento líquido de juros foi de 11,2 mil milhões de euros em 2021 em comparação com 11,5 mil milhões de euros em 2020, uma diminuição de 371 milhões de euros, ou 3%, uma vez que os efeitos negativos dos ventos contrários às taxas de juro foram em parte compensados pelo aumento das receitas de juros provenientes do crescimento das empresas, bem como por maiores benefícios decorrentes da fixação de novos preços dos depósitos e do programa TLTRO III (Targeted Longer-Term Refinancing Operations III). As receitas de juros incluíram 494 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais da UE ao abrigo do programa TLTRO III em 2021, enquanto que 2020 incluiu 86 milhões de euros ao abrigo deste programa e 43 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais da UE ao abrigo do programa TLTRO II (Targeted Longer-Term Refinancing Operations II). Globalmente, a margem de juro líquida do Banco foi de 1,19 % em 2021, um decréscimo de 6 pontos base em comparação com o ano anterior.

2020

O rendimento de juros líquido foi de 11,5 mil milhões de euros em 2020, face a 13,7 mil milhões de euros em 2019, uma diminuição de 2,2 mil milhões de euros ou 16%. A diminuição deveu-se principalmente a taxas de juro mais baixas e a movimentos desfavoráveis das taxas de câmbio. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados por volumes e fluxos de clientes melhorados no Investment Bank, bem como por efeitos positivos da reavaliação de depósitos no Corporate Bank. O rendimento de juros incluiu 43 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II) em 2020, comparativamente aos 93 milhões de euros em 2019. Adicionalmente, o rendimento de juros para o exercício de 2020 incluiu 86 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais da UE no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas III (TLTRO III). De um modo geral, a margem da taxa de juro líquida do banco desceu em 19 pontos base, em comparação com o ano anterior para 1,25% em 2020.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de negociação	1.859	2.230	197	(370)	(17)	2.033	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios							
ao justo valor através de resultados	1.106	276	377	831	N/S	(102)	(27)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	79	(40)	(381)	119	N/S	341	(89)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.045	2.465	193	580	24	2.271	N/S

N/S – Não significativo

2021

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 3,0 mil milhões de euros em 2021, em comparação com 2,5 mil milhões de euros em 2020. O aumento de 580 milhões de euros ou 24% foi impulsionado por um impacto positivo das coberturas da taxa de juro em C&O, bem como uma mudança favorável no justo valor das garantias e um aumento na avaliação ao preço de mercado para produtos ilíquidos no AM. O aumento global foi parcialmente compensado por impactos negativos no preço de mercado sobre os derivados no IB, refletindo condições de mercado mais desafiantes em comparação com um ambiente de negociação muito favorável em 2020.

2020

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 2,5 mil milhões de euros em 2020, face aos 193 milhões de euros de 2019. O aumento de 2,3 mil milhões de euros deveu-se principalmente a impactos ao preço de mercado em derivados, bem como a impactos positivos do reposicionamento estratégico global no IB, resultando em fluxos de clientes fortes e benefícios de maior volatilidade do mercado. O desenvolvimento beneficiou ainda dos efeitos positivos das coberturas de taxas de juro em C&O, que não compensaram plenamente os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas no rendimento de juros líquido. Este aumento global foi parcialmente compensado por um impacto negativo da redução do risco na Capital Release Unit (CRU) (CRU).

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As atividades de negociação e gestão do risco do banco incluem instrumentos de taxas de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do banco podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	11.155	11.526	13.749	(371)	(3)	(2.223)	(16)
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.045	2.465	193	580	24	2.271	N/S
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.200	13.991	13.942	209	1	48	0
Repartição por divisão corporativa:¹							
Corporate Bank	2.666	2.939	2.718	(273)	(9)	221	8
Investment Bank	6.891	7.193	5.442	(302)	(4)	1.750	32
Private Bank	4.847	4.648	4.991	198	4	(343)	(7)
Asset Management	246	(98)	87	345	N/S	(185)	N/S
Capital Release Unit	(18)	(33)	155	15	(45)	(188)	N/S
Corporate & Other	(432)	(658)	549	226	(34)	(1.207)	N/S
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.200	13.991	13.942	209	1	48	0

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

¹ Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".

2021

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 14,2 mil milhões de euros em 2021, face aos 14,0 mil milhões de euros em 2020, o que representa um aumento de 209 milhões de euros. Isto deveu-se principalmente a uma mudança favorável no valor justo das garantias, a um aumento na avaliação a preços de mercado para produtos ilíquidos e a um impacto favorável da avaliação de fundos mútuos garantidos consolidados que tem uma compensação correspondente em Outros Rendimentos na AM. O desenvolvimento beneficiou ainda de um impacto positivo das coberturas de taxas de juro em C&O. No Private Bank, o rendimento líquido de juros aumentou, incluindo efeitos positivos do crescimento do negócio e maiores benefícios do TLTRO, parcialmente compensados pelos efeitos negativos das contrariedades das taxas de juro. Estes efeitos positivos globais foram parcialmente compensados pelo impacto negativo no preço de mercado dos derivados no IB, refletindo condições de mercado mais desafiantes em comparação com um ambiente de negociação muito favorável em 2020. As receitas no CB também diminuíram, principalmente à medida que os efeitos negativos das contrariedades das taxas de juro mais do que compensavam os benefícios das TLTRO, da nova fixação de preços dos depósitos e do crescimento do negócio.

2020

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 14,0 mil milhões de euros em 2020, face aos 13,9 mil milhões de euros de 2019, o que representa um aumento de 48 milhões de euros. Isto deveu-se principalmente aos impactos ao preço de mercado nos derivados, bem como aos impactos positivos do reposicionamento estratégico global no IB, resultando em fortes fluxos de clientes e benefícios de um aumento da volatilidade do mercado, medidas de reavaliação de depósitos no BC e no PB e no crescimento dos volumes de empréstimos no PB. Em C&O, os impactos ao preço de mercado das atividades de negociação de taxas de juro não compensaram plenamente os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas. Isto foi ainda compensado pelo impacto negativo continuado do ambiente de baixas taxas de juro nas margens de depósito no PB e nos custos de redução do risco na CRU. O rendimento líquido de juros e os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na AM

também diminuíram em comparação com o ano anterior, refletindo um impacto desfavorável da avaliação dos fundos de investimento garantidos consolidados, que tem uma compensação correspondente em Outros resultados.

Provisão para perdas de crédito

2021

A provisão para perdas de crédito foi de 515 milhões de euros em 2021, um decréscimo de 1,3 mil milhões de euros, ou 71% em relação a 2020, refletindo um ambiente de crédito favorável e uma forte recuperação económica devido à flexibilização das restrições relacionadas com a COVID-19. A sobreposição da gestão para reduzir o peso das provisões a curto prazo no modelo padrão e informações prospetivas em médias a longo prazo durante a altura da crise da COVID-19 já não era aplicada em 2021. O nível inferior da provisão para perdas de crédito também incluiu um efeito positivo da libertação de uma sobreposição de gestão para responder a incertezas nas perspetivas macroeconómicas no final de 2020, uma vez que as incertezas esperadas não se materializaram. Isto foi parcialmente compensado por uma nova sobreposição de gestão para abordar variáveis macroeconómicas fora da gama calibrada do modelo IFRS 9. A provisão para perdas de crédito foi de 12 pontos base de empréstimos apoiados por um balanço sólido e uma gestão de risco disciplinada. Consulte as secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" para obter mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

2020

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 1,1 milhões de euros (148%), comparativamente a 2019. Este aumento deveu-se principalmente aos impactos negativos das imparidades relacionadas com a COVID-19. O aumento líquido das provisões para perdas de crédito em ativos de desempenho inclui uma sobreposição de gestão para reduzir o peso das provisões a curto prazo no modelo padrão e basear as informações prospetivas em médias a longo prazo durante a altura da crise da COVID-19 e uma sobreposição adicional da gestão para ter em conta as incertezas remanescentes nas perspetivas macroeconómicas. A provisão para perdas de crédito foi de 41 pontos base de empréstimos, refletindo a elevada qualidade da carteira de empréstimos do banco. Consulte as secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" para obter mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões ¹	10.934	9.424	9.520	1.510	16	(96)	(1)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor							
através de outro rendimento integral	237	323	260	(86)	(27)	63	24
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	1	311	3	(311)	(100)	308	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	98	120	110	(23)	(19)	10	9
Outro resultado	(58)	(141)	(671)	83	(59)	531	(79)
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	11.210	10.038	9.222	1.172	12	816	9
¹ inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	357	347	327	10	3	19	6
Comissões de ativos geridos	3.734	3.208	3.298	526	16	(90)	(3)
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	398	341	317	57	17	24	7
Total	4.489	3.896	3.943	594	15	(47)	(1)
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	2.162	1.625	1.501	537	33	125	8
Comissões de corretagem	752	637	637	115	18	0	0
Total	2.914	2.262	2.137	652	29	125	6
Comissões por outros serviços ao cliente	3.530	3.266	3.440	264	8	(174)	(5)
Rendimento total de serviços e comissões	10.934	9.424	9.520	1.510	16	(96)	(1)

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Rendimentos de serviços e comissões

2021

O rendimento de serviços e comissões foi de 10,9 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 1,5 mil milhões de euros, ou 16 %, em comparação com 2020. O aumento foi impulsionado por 537 milhões de euros de comissões de subscrição e consultoria mais elevados devido a um forte crescimento nas receitas de geração de ações da atividade recorde da Special Purpose Acquisition Company (SPAC), um crescimento significativo na atividade de fusões e aquisições e volumes mais elevados durante o ano. As comissões por ativos sob gestão aumentaram em 526 milhões de euros devido a comissões de gestão mais elevadas de mercados favoráveis e entradas líquidas combinadas com efeitos favoráveis de uma comissão de desempenho de multiativos, bem como ao aumento do desempenho imobiliário e das comissões de transação em AM. As comissões para outros serviços ao cliente melhoraram em 264 milhões de euros impulsionadas por um forte desempenho nos Mercados de Capital de Dívida Alavancada, parcialmente compensado por um impacto negativo de 154 milhões de euros nas receitas no PB após a decisão do BGH. As comissões de corretagem aumentaram em 115 milhões de euros, principalmente devido a um aumento significativo das receitas provenientes de produtos de investimento no PB.

2020

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,4 mil milhões de euros em 2020, o que representa uma diminuição de 96 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 2019. A diminuição incluiu 174 milhões de euros com taxas mais baixas para outros serviços de clientes no Corporate Bank, principalmente motivados por atividades economicamente reduzidas. As comissões de ativos geridos diminuíram 90 milhões de euros na AM, principalmente devido à ausência de comissões de desempenho de Vários ativos e Alternativos reconhecidas em 2019. As comissões de subscrição e consultoria aumentaram 125 milhões de euros, principalmente impulsionadas pelo aumento da atividade e dos ganhos de quota de mercado no mercado da dívida, bem como por um aumento no conjunto global de comissões e emissão de ações. As comissões de corretagem mantiveram-se fixas ao longo do ano, principalmente porque o impacto negativo das atividades de negócio descontinuadas na CRU na sequência da execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019 foi totalmente compensado por rendimentos de serviços e comissões mais elevados em PB de produtos de investimento e seguros, incluindo benefícios decorrentes de medidas da fixação de novos preços.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

2021

Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 237 milhões de euros em 2021, um decréscimo de 86 milhões de euros, ou 27 % em comparação com 2020, devido a ganhos mais baixos com a venda de obrigações e títulos da reserva de liquidez estratégica.

2020

Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 323 milhões de euros em 2020, um aumento de 63 milhões de euros, ou 24%, em comparação com 2019, devido principalmente a ganhos mais elevados com a venda de obrigações e títulos da reserva de liquidez estratégica.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

2021

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado ganhos foram de 1 milhão de euros em 2021 em comparação com 311 milhões de euros em 2020, impulsionados pela ausência de um ganho em 2020 com a venda de ativos da carteira Deter para recolher.

2020

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado foram de 311 milhões de euros em 2020 e de 3 milhões de euros em 2019, motivados por uma venda de ativos da carteira em modelo deter para recolher em 2020, como parte da estratégia do banco para gerir o risco de taxa de juro na carteira bancária.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2021

O rendimento líquido dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foi de 98 milhões de euros em 2021 face a 120 milhões de euros em 2020, uma diminuição de 23 milhões de euros, ou 19%.

2020

O rendimento líquido dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foi de 120 milhões de euros em 2020 face a 110 milhões de euros em 2019, um aumento de 10 milhões de euros, ou 9%.

Outro resultado

2021

Outro resultado foi de (58) milhões de euros em 2021 em comparação com 141 milhões de euros em 2020. Esta melhoria foi impulsionada por impactos positivos associados à ineficácia da cobertura, juntamente com ajustamentos ao nível da contabilidade de cobertura de justo valor. Além disso, os movimentos face ao ano anterior favoráveis na CRU foram motivados

por menores impactos da diminuição do risco. Isto foi parcialmente compensado por um impacto negativo dos ajustes de avaliação nos passivos dos fundos de investimento garantidos na AM, que compensa o impacto positivo acima mencionado nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

2020

Outro resultado foi de (141) milhões de euros em 2020 em comparação com 671 milhões de euros em 2019. Esta melhoria foi impulsionada por impactos positivos associados à ineficácia da cobertura, juntamente com ajustamentos ao nível da contabilidade de cobertura de justo valor. Além disso, outros resultados incluem um impacto positivo de um ajuste de avaliação nos passivos de fundos de investimento garantidos na AM, que compensa o impacto negativo nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	10.418	10.471	11.142	(53)	(1)	(671)	(6)
Despesas gerais e administrativas ¹	10.821	10.259	12.253	561	5	(1.993)	(16)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	1.037	4	N/S	(1.037)	(100)
Atividades de reestruturação	261	485	644	(224)	(46)	(159)	(25)
Despesas totais (excluindo juros)	21.505	21.216	25.076	289	1	(3.860)	(15)

N/S – Não significativo

¹ inclui:

Tecnologias de informação	4.321	3.862	5.011	459	12	(1.149)	(23)
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.727	1.724	1.693	3	0	31	2
Regulamentares, impostos e seguros ²	1.395	1.407	1.440	(12)	(1)	(33)	(2)
Serviços profissionais ³	924	977	1.142	(53)	(5)	(165)	(14)
Serviços bancários e operações subcontratados ³	946	967	969	(21)	(2)	(2)	(0)
Serviços de Dados de Mercado e Investigação	347	376	421	(28)	(8)	(46)	(11)
Despesas de deslocação	46	76	256	(31)	(40)	(180)	(70)
Despesas de marketing	178	174	251	3	2	(77)	(31)
Outras despesas ⁴	938	697	1.070	241	35	(373)	(35)
Despesas totais gerais e administrativas	10.821	10.259	12.253	561	5	(1.993)	(16)

² Inclui taxas bancárias de 553 milhões de euros em 2021, 633 milhões de euros em 2020 e 622 milhões de euros em 2019.

³ Valores comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano corrente.

⁴ Inclui despesas relacionadas com litígios no valor de 466 milhões de euros em 2021, 158 milhões de euros em 2020 e 473 milhões de euros em 2019. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões".

Remunerações e benefícios

2021

As remunerações e benefícios diminuíram em 53 milhões de euros, ou 1%, para 10,4 mil milhões de euros em 2021, em comparação com 10,5 mil milhões de euros em 2020. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução das despesas de remuneração fixa resultantes de reduções da mão-de-obra, compensada por um aumento dos custos de compensação variáveis.

2020

As remunerações e benefícios registaram uma diminuição de 671 milhões de euros, ou 6%, para 10,5 mil milhões de euros em 2020, em comparação com 11,1 mil milhões de euros em 2019. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução das despesas de remuneração fixa resultantes de reduções da mão-de-obra.

Despesas gerais e administrativas

2021

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 561 milhões de euros, ou 5%, para 10,8 mil milhões de euros em 2021 face a 10,3 mil milhões de euros em 2020. O aumento foi impulsionado por 513 milhões de euros de encargos de transformação mais elevados, que incluíram o aumento dos custos das tecnologias de informação, em parte relacionados com um acordo de contrato e deficiências de software, em parte desencadeados pela migração do banco para a tecnologia da nuvem. No final de 2021, 97 % do total dos efeitos relacionados com a transformação previstos até ao final de 2022 já tinham sido reconhecidos. As despesas de contencioso aumentaram em 308 milhões de euros, em parte relacionadas com a decisão do BGH sobre disposições de preços. Para além destas, as despesas gerais e administrativas diminuíram em comparação com o ano anterior, com reduções nas principais categorias de custos, incluindo taxas de serviços profissionais, bem como dados de viagem e de mercado e despesas de investigação.

2020

As despesas gerais e administrativas diminuíram 2 mil milhões de euros, ou 16%, para 10,3 mil milhões de euros em 2020, face a 12,3 mil milhões de euros em 2019. Esta diminuição foi motivada por 655 milhões de euros de encargos de transformação mais baixos, uma vez que 2019 incluiu imparidades de software mais elevadas e despesas de litígio mais elevadas. Além destas, as despesas gerais e administrativas diminuíram ainda mais em comparação com o ano anterior, na sequência de uma gestão disciplinada dos custos, com reduções em todas as principais categorias de custos, incluindo despesas de TI devido a uma amortização mais baixa do software e a uma redução das despesas de serviços de TI, taxas de serviços profissionais e despesas de viagem e marketing.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

2021

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 5 milhões de euros no CB em 2021. Não foram reportados encargos com imparidades em 2020.

2020

Não foram reportados encargos com imparidades em 2020. Foram relatadas imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis no valor de mil milhões de euros em 2019. O anúncio da transformação estratégica em julho de 2019 desencadeou a revisão da imparidade do goodwill do Deutsche Bank. O agravamento das perspetivas macroeconómicas, incluindo curvas de taxas de juro e correções de crescimento do mercado específicas da indústria, bem como o impacto relacionado com a implementação da estratégia de transformação, resultou na imparidade total do goodwill da Wealth Management de 545 milhões de euros no PB e do goodwill da GTB & CF de 492 milhões de euros no CB no segundo trimestre de 2019.

Reestruturação

2021

As despesas com atividades de reestruturação foram de 261 milhões de euros em 2021 face a 485 milhões de euros em 2020. A diminuição deveu-se principalmente a menores custos de reestruturação no PB.

2020

As despesas com atividades de reestruturação foram de 485 milhões de euros em 2020, em comparação com 644 milhões de euros em 2019. A diminuição deveu-se principalmente a custos mais elevados relacionados com a execução da estratégia de transformação do banco em 2019.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2021

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2021 foi de 880 milhões de euros em comparação com 397 milhões de euros em 2020. A taxa efetiva de imposto em 2021 de 26 % beneficiou de um ajustamento positivo da avaliação dos DTA de 274 milhões de euros, relacionado com o nosso forte desempenho nos EUA em 2021.

2020

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2020 foi de 397 milhões de euros, comparativamente aos 2,6 mil milhões de euros em 2019. A taxa efetiva de imposto em 2020 foi de 39%.

Resultados Líquidos

2021

O lucro líquido em 2021 foi de 2,5 mil milhões de euros, em comparação com 624 milhões de euros no ano anterior. O aumento do lucro líquido foi motivado principalmente por receitas mais elevadas nas empresas principais e níveis reduzidos de provisões para perdas de crédito devido, em grande parte, a um ambiente de crédito favorável e a uma carteira de empréstimos de alta qualidade. Isto foi parcialmente compensado por um ligeiro aumento dos gastos operacionais (excl. juros).

2020

O lucro líquido em 2020 foi de 624 milhões de euros, em comparação com uma perda líquida de 5,3 mil milhões de euros no ano anterior. O aumento no lucro líquido foi principalmente motivado por receitas significativamente mais elevadas no Investment Bank em 2019, ajustamentos de avaliação de impostos diferidos e diminuições em encargos de transformação, despesas de contencioso, despesas de reestruturação e indemnização e em custos ajustados, excluindo encargos de transformação que refletem reduções da mão-de-obra, gestão disciplinada de despesas e impacto positivo dos efeitos de conversão cambial. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento dos níveis de provisão para perdas de crédito.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento do banco e
- a estrutura dos sistemas de relatórios de gestão do banco.

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. O critério de segmentação em divisões constitui a estrutura organizacional do banco tal como existia em 31 de dezembro de 2021. As informações segmentais do ano anterior são apresentadas na estrutura atual.

	2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.150	9.631	8.234	2.708	26	(339)	25.410
Provisão para perdas de crédito	(3)	104	446	5	(42)	5	515
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.447	2.199	2.810	822	128	3.012	10.418
Despesas gerais e administrativas	2.659	3.583	4.440	840	1.306	(2.008)	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Atividades de reestruturação	42	47	173	2	(2)	(0)	261
Despesas totais (excluindo juros)	4.153	5.830	7.423	1.664	1.432	1.004	21.505
Participações minoritárias	0	(17)	0	223	0	(206)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.000	3.715	366	816	(1.364)	(1.143)	3.390
Rácio custo/rendimento	81%	61%	90%	61%	N/S	N/S	85%
Ativos ²	245.716	615.906	310.496	10.387	131.775	9.713	1.323.993
Adições a ativos não correntes	17	6	149	32	1	1.734	1.939
Ativos ponderados pelo risco	65.406	140.600	85.366	14.415	28.059	17.783	351.629
Exposição da alavancagem (fully-loaded) ³	299.892	530.361	320.692	10.678	38.830	22.761	1.124.667
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.301	24.181	12.663	4.815	4.473	0	56.434
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	6%	10%	1%	12%	(23)%	N/S	3%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	7%	11%	1%	30%	(23)%	N/S	4%
¹ inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.605	3.332	4.601	(5)	58	564	11.155
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	(34)	40	81	7	1	98
² inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	72	462	180	349	25	4	1.091

N/S – Não significativo

³ A exposição à alavancagem do Grupo é apresentada excluindo determinadas exposições baseadas no Eurossistema expostas a bancos centrais do Eurossistema, com base na Decisão (UE) 2020/1306 do BCE e após ter obtido autorização do BCE. As exposições de alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa dedução.

⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

							2020
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.146	9.286	8.126	2.229	(225)	(534)	24.028
Provisão para perdas de crédito	364	690	711	2	29	(4)	1.792
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.402	2.081	2.863	740	168	3.217	10.471
Despesas gerais e administrativas	2.813	3.323	4.238	763	1.774	(2.652)	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	28	14	413	22	5	3	485
Despesas totais (excluindo juros)	4.243	5.418	7.513	1.526	1.947	568	21.216
Participações minoritárias	0	11	0	157	(0)	(169)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	539	3.166	(99)	544	(2.200)	(929)	1.021
Rácio custo/rendimento	82%	58%	92%	68%	N/S	N/S	88%
Ativos ²	237.675	573.536	296.596	9.453	197.667	10.333	1.325.259
Adições a ativos não correntes	10	4	202	32	0	3.174	3.423
Ativos ponderados pelo risco	57.483	128.292	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951
Exposição da alavancagem (fully-loaded) ³	273.959	476.097	307.746	4.695	71.726	29.243	1.078.268
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.945	22.911	11.553	4.757	6.166	0	55.332
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3%	9%	(1)%	8%	(26)%	N/S	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3%	10%	(1)%	21%	(27)%	N/S	0%
¹ inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.883	3.325	4.499	1	61	756	11.526
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	22	23	63	9	1	120
² inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	399	60	304	67	4	901

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

³ A exposição à alavancagem do Grupo é apresentada excluindo determinadas exposições baseadas no Eurossistema expostas a bancos centrais do Eurossistema, com base na Decisão (UE) 2020/1306 do BCE e após ter obtido autorização do BCE. As exposições de alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa dedução.

⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 39% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

							2019
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.247	7.023	8.239	2.332	217	107	23.165
Provisão para perdas de crédito	284	110	344	1	(14)	(0)	723
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.419	2.156	2.971	832	359	3.406	11.142
Despesas gerais e administrativas	2.829	4.073	4.517	851	2.898	(2.916)	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Atividades de reestruturação	137	169	125	29	143	41	644
Despesas totais (excluindo juros)	4.877	6.397	8.159	1.711	3.400	531	25.076
Participações minoritárias	0	20	(0)	152	1	(173)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	86	496	(263)	468	(3.170)	(251)	(2.634)
Rácio custo/rendimento	93%	91%	99%	73%	N/S	N/S	108%
Ativos ²	228.846	501.591	270.334	9.936	259.224	27.743	1.297.674
Adições a ativos não correntes	9	1	167	27	0	1.117	1.322
Ativos ponderados pelo risco	58.993	116.367	74.032	9.527	45.874	19.223	324.015
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	270.836	432.066	282.575	4.643	126.905	51.016	1.168.040
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.340	21.736	11.663	4.865	7.253	4.314	60.170
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	(0)%	1%	(2)%	7%	(32)%	N/S	(10)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ³	(0)%	1%	(2)%	18%	(33)%	N/S	(11)%
¹ inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.635	2.709	4.838	(39)	85	3.520	13.749
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	32	14	49	12	1	110
² inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	66	412	82	276	90	4	929

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

³ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (100)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	5.150	5.146	5.247	4	0	(101)	(2)
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	2.605	2.883	2.635	(278)	(10)	248	9
Rendimentos de serviços e comissões	2.203	2.078	2.192	125	6	(114)	(5)
Rendimentos restantes	343	185	420	158	85	(235)	(56)
Provisão para perdas de crédito	(3)	364	284	(367)	N/S	80	28
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.447	1.402	1.419	46	3	(17)	(1)
Despesas gerais e administrativas	2.659	2.813	2.829	(154)	(5)	(16)	(1)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	492	5	N/S	(492)	N/S
Atividades de reestruturação	42	28	137	13	47	(108)	(79)
Despesas totais (excluindo juros)	4.153	4.243	4.877	(90)	(2)	(634)	(13)
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.000	539	86	461	86	453	N/S
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	246	238	229	8	3	9	4
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	122	115	119	8	7	(5)	(4)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	13.265	13.320	13.471	(55)	(0)	(151)	(1)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

2021

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 1,0 mil milhões de euros para todo o ano 2021, face a 539 milhões de euros em 2020, motivado por uma diminuição das provisões para perdas de crédito, bem como por uma diminuição dos gastos operacionais (excl. juros). Ajustado para encargos de transformação, despesas de reestruturação e de indemnizações, a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis e rubricas de receitas específicas, o lucro antes de impostos foi de 1,2 mil milhões de euros, 70% acima do ano anterior. Este aumento foi impulsionado principalmente por menores provisões para perdas de crédito, menores encargos com litígios, bem como menores custos ajustados, parcialmente compensados por maiores indemnizações e reestruturação.

As receitas líquidas do ano inteiro foram de 5,2 mil milhões de euros, inalteradas em relação a 2020, uma vez que o crescimento do volume de negócios e a fixação de novos preços em depósitos compensaram as contrariedades das taxas de juro.

As receitas dos Serviços de Tesouraria Empresarial de 3,1 mil milhões de euros mantiveram-se essencialmente inalteradas em comparação com o ano anterior, uma vez que os benefícios da fixação de novos preços em depósitos, o programa TLTRO III do BCE e outras iniciativas empresariais compensaram as contrariedades das taxas de juro. As receitas líquidas dos Serviços de Clientes Institucionais de 1,3 mil milhões de euros foram 20 milhões de euros ou 2% superiores às do ano anterior, impulsionadas pelo desempenho empresarial subjacente. As receitas líquidas dos serviços bancários para empresas de 0,7 mil milhões de euros diminuíram 3%, à medida que as contrariedades das taxas de juro se aproximavam mais do que compensavam o crescimento das empresas e os progressos nos acordos de novos preços.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso líquido de 3 milhões de euros, em comparação com as provisões de 364 milhões de euros em 2020, refletindo baixos níveis de imparidade e desembolsos de provisões das Fase 1 e 2 em comparação com o ano anterior.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 4,2 mil milhões de euros, menos 2% de ano para ano, refletindo em parte uma não recorrência de despesas de litígios no ano anterior. Os custos ajustados, ex. encargos de transformação foram de 4,0 mil milhões de euros, menos 1%, impulsionados pela redução do número de colaboradores e outras iniciativas. As despesas de indemnizações e reestruturação aumentaram 42% de ano para ano, refletindo reduções de colaboradores no apoio ao programa de transformação do banco.

2020

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 539 milhões de euros para o ano completo de 2020, em comparação com 86 milhões de euros no ano anterior. O aumento anual foi em grande parte impulsionado por uma diminuição do goodwill de 492 milhões de euros em 2019, bem como por custos de reestruturação mais baixos em 2020. Ajustado a encargos de transformação, despesas de reestruturação e indemnizações, depreciações de goodwill e outros ativos intangíveis e rubricas de receitas específicas, o lucro antes de impostos foi de 692 milhões de euros em 2020.

As receitas líquidas para o ano completo de 2020 foram de 5,1 mil milhões de euros, ou 5,2 mil milhões de euros, excluindo uma perda na venda de sistemas Postbank, 2% inferiores em comparação com 2019.

As receitas dos Serviços de Tesouraria Empresarial de 3,1 mil milhões de euros aumentaram em 48 milhões de euros, ou 2%, em comparação com o ano anterior, uma vez que o impacto negativo de um ambiente de taxas de juro mais baixas foi largamente compensado pela fixação de novos preços em depósitos, por iniciativas de gestão de balanços e pelo tiering do BCE, bem como ações de reequilíbrio de carteiras. Os Serviços de Clientes Institucionais relataram receitas líquidas de 1,3 mil milhões de euros em 2020, um decréscimo de 131 milhões de euros, ou 9%, em comparação com 1,4 mil milhões de euros no ano anterior. A descida foi afetada por receitas significativamente mais baixas em Securities Services e Trust and Agency Services, principalmente devido a reduções das taxas de juro nos EUA e na Ásia. As receitas em Business Banking foram de 0,7 mil milhões de euros e diminuíram em 18 milhões de euros, ou 2%, devido ao ambiente de taxas de juro mais baixas, parcialmente compensadas pelos efeitos positivos dos acordos de fixação de novos preços de depósitos.

A provisão para perdas de crédito foi de 364 milhões de euros, um aumento de 284 milhões de euros em 2019, afetado pela pandemia da COVID-19.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2020 foram de 4,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 634 milhões de euros, ou 13%, em comparação com 4,9 mil milhões de euros no ano anterior, que foi afetada pela execução da estratégia de transformação, que desencadeou uma imparidade do goodwill, custos de reestruturação mais elevados e encargos de transformação relacionados principalmente com imparidades informáticas. Além disso, os custos em 2019 foram negativamente afetados por alterações nas alocações de custos internos na sequência da nova segmentação em 2019.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 4,0 mil milhões de euros, uma diminuição de 2 % em relação ao ano anterior. A diminuição reflete uma redução da mão-de-obra e iniciativas empresariais.

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	7.063	7.074	5.524	(11)	(0)	1.550	28
Geração de dívida	1.573	1.500	1.117	73	5	383	34
Geração de ações	544	369	148	174	47	221	149
Consultoria	491	244	370	247	101	(126)	(34)
Geração e consultoria	2.608	2.114	1.635	494	23	479	29
Outros	(40)	99	(136)	(139)	N/S	235	N/S
Total de receitas líquidas	9.631	9.286	7.023	345	4	2.263	32
Provisão para perdas de crédito	104	690	110	(587)	(85)	581	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.199	2.081	2.156	118	6	(75)	(3)
Despesas gerais e administrativas	3.583	3.323	4.073	260	8	(750)	(18)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	47	14	169	33	N/S	(155)	(92)
Despesas totais (excluindo juros)	5.830	5.418	6.397	411	8	(979)	(15)
Participações minoritárias	(17)	11	20	(29)	N/S	(8)	(41)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	3.715	3.166	496	549	17	2.670	N/S
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	616	574	502	42	7	72	14
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	93	69	75	24	34	(6)	(8)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	7.202	7.584	7.494	(382)	(5)	90	1

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

2021

O lucro antes de impostos foi de 3,7 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 549 milhões de euros em comparação com o ano anterior. O aumento foi principalmente impulsionado por receitas ligeiramente mais elevadas, bem como por provisões significativamente mais baixas para perdas de crédito, parcialmente compensadas por gastos operacionais (excl. juros) mais elevados.

As receitas líquidas foram de 9,6 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 345 milhões de euros, ou 4%, em relação a 2020.

As receitas da área de FIC Sales & Trading foram de 7,1 mil milhões de euros, essencialmente estáveis em relação ao ano anterior. As receitas de financiamento foram significativamente mais elevadas, impulsionadas pelo aumento do rendimento de juros líquido como resultado de uma maior atividade de crédito, com um desempenho sólido em todas as empresas. As receitas na negociação de crédito foram significativamente mais elevadas devido à força dos negócios em dificuldades. As receitas de taxas e divisas foram significativamente mais baixas, refletindo condições de mercado mais desafiantes em comparação com um ambiente comercial favorável em 2020. As receitas nos Mercados Emergentes foram inferiores devido a um decréscimo na Ásia, que não beneficiou do aumento dos níveis de atividade verificado em 2020. Isto foi parcialmente compensado pelo crescimento na região da Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África, com a América Latina a manter-se, em geral, inalterada.

As receitas líquidas da área de Geração e Consultoria foram de 2,6 mil milhões de euros, um aumento de 494 milhões de euros, ou 23%, em comparação com o ano anterior. As receitas de Geração de dívida foram de 1,6 mil milhões de euros, mais elevadas do que no ano anterior, impulsionadas principalmente pelo forte desempenho nos Mercados de capital de dívida alavancada, que mais do que compensaram as emissões de dívida de Grau de Investimento normalizado em comparação com o ano anterior. As receitas de Geração de ações de 544 milhões de euros foram significativamente superiores, refletindo a atividade recorde da Special Purpose Acquisition Company (SPAC) no primeiro trimestre e as subsequentes receitas da fusão da SPAC (de-SPAC) ao longo do ano. As receitas de consultoria de 491 milhões de euros foram significativamente superiores, refletindo o crescimento da atividade de fusões e aquisições e volumes recorde durante o ano.

As outras receitas foram de 40 milhões de euros negativos, em comparação com 99 milhões de euros positivos em 2020. A diminuição homóloga foi materialmente impulsionada por uma inversão dos ganhos de Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) anteriormente registados, resultantes da libertação de provisões subjacentes para perdas de crédito, com um impacto líquido global neutro nos lucros antes de impostos.

A provisão para perdas de crédito foi de 104 milhões de euros, ou 14 pontos base de empréstimos médios, um decréscimo de 587 milhões de euros impulsionado principalmente pela não recorrência de imparidades relacionadas com a COVID-19 no ano anterior.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2021 foram de 5,8 mil milhões de euros, um aumento de 411 milhões de euros, ou 8%, em comparação com o ano anterior, refletindo custos de compensação mais elevados, o aumento da taxa bancária e a afetação de custos de serviços de infraestruturas.

2020

O lucro antes de impostos foi de 3,2 milhões de euros em 2020, um decréscimo de 2,7 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. O aumento deveu-se principalmente a receitas significativamente mais elevadas, bem como a menores despesas gerais e administrativas e de reestruturação, parcialmente compensadas por provisões significativamente mais elevadas para perdas de crédito.

As receitas líquidas foram de 9,3 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 2,3 mil milhões de euros, ou 32%, em relação a 2019.

As receitas da área de FIC Sales & Trading foram de 7,1 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,6 mil milhões de euros, ou 28%. As receitas de taxas foram significativamente mais elevadas, com o negócio a beneficiar do impacto do reposicionamento estratégico, além de fortes fluxos de clientes e condições de mercado. As receitas de divisas foram significativamente mais elevadas, motivadas pelo aumento da volatilidade do mercado, especificamente no primeiro semestre do ano e pela força em derivados. As receitas da negociação de crédito foram inferiores, motivadas pelas condições adversas do mercado de crédito no primeiro trimestre, embora o negócio tenha recuperado bem no segundo semestre do ano. As receitas nos mercados emergentes foram significativamente mais elevadas, com as três regiões a aumentarem em relação ao ano anterior. As receitas de financiamento foram inferiores, com a atividade também afetada pelo mercado de crédito adverso no primeiro trimestre, além de receitas mais baixas nos setores afetados pela pandemia da COVID-19.

As receitas líquidas da área de Geração e Consultoria foram de 2,1 mil milhões de euros, um aumento de 479 milhões de euros, ou 29%, em comparação com o ano anterior. As receitas de geração de dívida foram de 1,5 mil milhões de euros, significativamente mais elevadas do que no ano anterior, principalmente motivadas pelo aumento da atividade e dos ganhos de quota de mercado em Investment Grade Debt. As receitas de geração de ações de 369 milhões de euros foram também significativamente mais elevadas, refletindo um conjunto de taxas do setor recorde e a força do DB no mercado de Special Purpose Acquisition Company. As receitas de consultoria, no valor de 244 milhões de euros, foram significativamente inferiores num ambiente de comissões reduzido, que foi afetado pela pandemia da COVID-19.

As outras receitas foram de 99 milhões de euros, em comparação com os 136 milhões negativos em 2019. O aumento de ano para ano foi materialmente motivado por duas rubricas: Um pequeno ganho de 6 milhões de euros relacionado com o impacto do DVA em determinados passivos derivados face a uma perda de 140 milhões de euros em 2019. Além disso, em 2020, as Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) materiais cobriram ganhos sobre as provisões subjacentes para perdas de crédito impulsionadas pela pandemia da COVID-19, com um impacto líquido global neutro sobre os lucros antes de impostos.

A provisão para perdas de crédito foi de 690 milhões de euros, ou 90 pontos base de empréstimos médios, um aumento de 581 milhões de euros, ou 75 pontos base, principalmente motivado por imparidades relacionadas com a COVID-19.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2020 foram de 5,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 979 milhões de euros, ou 15%, em comparação com o ano anterior, refletindo custos ajustados mais baixos, reestruturação e indemnização reduzidas e litígios inferiores. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, diminuíram 9%, motivados pela gestão disciplinada das despesas e pela redução das atribuições de custos de serviço.

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Private Bank Alemanha	5.008	4.989	5.109	19	0	(120)	(2)
International Private Bank	3.226	3.136	3.130	90	3	7	0
IPB Personal Banking ¹	908	870	905	38	4	(34)	(4)
IPB Private Banking ² e Wealth Management	2.318	2.266	2.225	52	2	41	2
Total de receitas líquidas	8.234	8.126	8.239	109	1	(113)	(1)
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	4.601	4.499	4.838	102	2	(339)	(7)
Rendimentos de serviços e comissões	3.207	3.052	2.866	155	5	187	7
Rendimentos restantes	426	574	534	(148)	(26)	40	7
Provisão para perdas de crédito	446	711	344	(265)	(37)	367	107
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.810	2.863	2.971	(53)	(2)	(108)	(4)
Despesas gerais e administrativas	4.440	4.238	4.517	202	5	(280)	(6)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	545	0	N/S	(545)	N/S
Atividades de reestruturação	173	413	125	(240)	(58)	287	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	7.423	7.513	8.159	(91)	(1)	(645)	(8)
Participações minoritárias	0	0	(0)	(0)	(87)	1	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	366	(99)	(263)	465	N/S	164	(62)
Total de ativos (em mil milhões de euros) ³	310	297	270	14	5	26	10
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	254	237	227	17	7	10	5
Ativos sob Gestão (em mil milhões de euros) ⁴	553	493	482	59	12	11	2
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	30	16	4	14	88	12	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	28.100	29.764	31.421	(1.665)	(6)	(1.657)	(5)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

¹ Incluindo pequenas empresas em Itália, Espanha e Índia.

² Incluindo pequenas e médias empresas em Itália, Espanha e Índia.

³ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

⁴ Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. No Private Bank Alemanha, IPB Personal Banking e IPB Private Banking, isto inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management do IPB, é assumido que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

2021

Em 2021, o Private Bank fez progressos significativos na execução da sua estratégia de transformação e na sua prioridade de aumentar o volume de negócios. O volume líquido de novos negócios foi de 45 mil milhões de euros em ativos sob gestão e empréstimos. Os resultados antes de impostos de 366 milhões de euros em 2021 foram afetados por efeitos relacionados com a transformação de 458 milhões de euros, incluindo 237 milhões de euros de despesas de reestruturação e de indemnizações, bem como 221 milhões de euros de encargos de transformação. Isto é comparável a uma perda antes de impostos de 99 milhões de euros em 2020, que incluiu um impacto negativo de 88 milhões de euros com a venda da Postbank Systems AG e efeitos relacionados com a transformação de 642 milhões de euros. Ajustado para ter em conta efeitos relacionados com a transformação e para rubricas de receitas específicas, o lucro antes de impostos foi de 721 milhões de euros em 2021, apesar dos impactos negativos de 284 milhões de euros da sentença do BGH. Isto é comparável a um lucro ajustado antes de impostos de 518 milhões de euros em 2020. A melhoria de ano para ano refletiu principalmente uma menor provisão para perdas de crédito e crescimento de receitas.

As receitas líquidas de 8,2 mil milhões de euros em 2021 aumentaram em 109 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 2020. As receitas aumentaram 2% em relação ao ano anterior, se ajustadas pela referida perda de 88 milhões de euros no ano anterior, resultante da venda da Postbank Systems AG, e um impacto negativo nas receitas de 154 milhões de euros em 2021 relacionado com a decisão do BGH. O crescimento das empresas em produtos de investimento e empréstimos num ambiente de mercado normalizado mais do que compensa os obstáculos significativos das taxas de juro. As receitas também beneficiaram do programa TLTRO III do BCE.

No Private Bank Alemanha, as receitas líquidas foram de 5,0 mil milhões de euros e mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior. Excluindo o impacto da sentença do BGH e o impacto negativo acima mencionado da venda da Postbank Systems AG no ano anterior, as receitas aumentaram 2%. O forte crescimento contínuo dos negócios em produtos de investimento e hipotecários mitigou os impactos significativos da compressão da margem de depósito. O crescimento das receitas também beneficiou do programa TLTRO III do BCE.

As receitas líquidas no International Private Bank (IPB) de 3,2 mil milhões de euros aumentaram 3% em relação ao ano anterior, refletindo o crescimento do negócio num ambiente de normalização. As receitas também beneficiaram do programa TLTRO III

do BCE. O segmento de clientes do IPB Private Banking and Wealth Management atingiu receitas líquidas de 2,3 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 2% em relação ao ano anterior, ou 3% excluindo rubricas de receitas específicas, como a contribuição da Sal. Oppenheim foi ligeiramente superior em 2020. Os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas e os impactos negativos da conversão cambial foram mais do que compensados pelo crescimento sustentado do negócio em produtos de investimento e empréstimos, apoiados pela contínua contratação de gestores de clientes. As receitas líquidas no segmento de clientes de Personal Banking aumentaram 38 milhões de euros, ou 4%, para 908 milhões de euros em 2021. O crescimento sustentado do negócio em produtos de investimento e custos de financiamento mais baixos mais do que compensam os obstáculos contínuos de taxas de juro mais baixas.

A provisão para perdas de crédito ascendeu a 446 milhões de euros em 2021 face a 711 milhões de euros em 2020. A diminuição anual de 37 % refletiu um ambiente macroeconómico mais benigno, uma disciplina de risco apertada e uma carteira de empréstimos de alta qualidade.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 7,4 mil milhões de euros, menos 91 milhões de euros, ou 1% face ao ano anterior, refletindo menores efeitos relacionados com a transformação, parcialmente compensados por encargos com litígios mais elevados, que incluíram um impacto negativo de 128 milhões de euros relacionado com a sentença do BGH.

Os custos ajustados excluindo encargos de transformação de 6,8 mil milhões de euros aumentaram 42 milhões de euros, ou 1% face ao ano anterior. As poupanças adicionais resultantes de iniciativas de transformação foram compensadas por maiores gastos em tecnologia e serviços internos, maiores custos de sistemas de proteção de depósitos e maior compensação variável impulsionada por um melhor desempenho do negócio. O aumento também refletiu a não recorrência de uma prestação única no ano anterior associada a obrigações de pensão.

Os ativos sob gestão no valor de 553 mil milhões de euros aumentaram 59 mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2020. O aumento foi principalmente atribuível a 30 mil milhões de euros de entradas líquidas, bem como a 23 mil milhões de euros de valorização do mercado e 8 mil milhões de euros de impacto positivo de variações cambiais. As entradas líquidas de 30 mil milhões de euros durante 2021 foram principalmente em produtos de investimento.

2020

Em 2020, o Private Bank prosseguiu a execução da sua agenda estratégica. Os resultados foram afetados por efeitos relacionados com a transformação de 642 milhões de euros, incluindo 520 milhões de euros de despesas de reestruturação e indemnização, bem como encargos de transformação de 122 milhões de euros, que foram as principais razões para uma perda antes de impostos relatada de 99 milhões de euros em 2020. Ajustado para ter em conta estes efeitos relacionados com a transformação e para rubricas de receitas específicas, o lucro antes de impostos foi de 518 milhões de euros em 2020, em comparação com o lucro antes de impostos de 522 milhões de euros em 2019. A provisão mais elevada para perdas de crédito e os encargos de contencioso mais elevados foram compensados por reduções de custos.

As receitas líquidas de 8,1 mil milhões de euros em 2020 diminuíram 113 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 2019, refletindo principalmente contribuições positivas mais baixas de itens de receitas específicas que incluíram em 2020 um impacto negativo de 88 milhões de euros relacionado com a venda do Postbank Systems AG. Excluindo as receitas específicas, as receitas permaneceram ao nível do ano anterior, uma vez que o crescimento dos volumes e o aumento dos rendimentos de serviços e comissões compensaram os efeitos negativos do ambiente de baixas taxas de juro e da pandemia da COVID-19.

No Private Bank Alemanha, as receitas líquidas de 5,0 mil milhões de euros diminuíram 120 milhões de euros, ou 2%, face ao ano anterior. As receitas, excluindo o impacto relacionado com o Postbank Systems AG, foram em grande parte estáveis em comparação com 2019. Os efeitos adversos contínuos das taxas de juro mais baixas e da COVID-19 foram compensados pelo crescimento das receitas de empréstimos e pelo aumento dos rendimentos de serviços e comissões de produtos de investimento, produtos de seguros e de medidas de reformulação.

As receitas líquidas do International Private Bank (IPB), no valor de 3,1 mil milhões de euros, permaneceram essencialmente estáveis em comparação com 2019. O segmento de clientes do IPB, Private Banking and Wealth Management, alcançou receitas líquidas de 2,3 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 41 milhões de euros, ou 2%, em comparação com 2019. Os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas e da COVID-19, e os impactos negativos da conversão cambial, foram mais do que compensados pelo crescimento do negócio em produtos de investimento e empréstimos, refletindo benefícios da contratação anterior. As receitas líquidas no segmento de clientes de Personal Banking diminuíram 34 milhões de euros, ou 4%, para 870 milhões de euros em 2020. Esta diminuição deveu-se principalmente aos impactos negativos da compressão da margem de depósito e da COVID-19.

A provisão para perdas de crédito foi de 711 milhões de euros em 2020, em comparação com 344 milhões de euros em 2019. O aumento deveu-se principalmente aos impactos negativos da pandemia da COVID-19, bem como aos benefícios mais elevados, em 2019, das vendas de carteira e dos refinamentos de modelos. O aumento esteve também relacionado com o crescimento do negócio de empréstimos.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 7,5 mil milhões de euros diminuíram 645 milhões de euros, ou 8%, em comparação com 2019. O impacto positivo anual da não recorrência de uma imparidade de goodwill de 545 milhões de euros em 2019 foi largamente compensado por 297 milhões de euros de efeitos mais elevados relacionados com a transformação, motivados por gastos de reestruturação e indemnização mais elevados, refletindo iniciativas relacionadas com a execução da agenda estratégica, bem como 104 milhões de euros em encargos de litígio mais elevados.

Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, de 6,8 mil milhões de euros, diminuíram 501 milhões de euros, ou 7%, em comparação com 2019. A diminuição deveu-se principalmente a iniciativas de redução de custos e a sinergias de medidas de eficiência, incluindo reduções de mão-de-obra. A mão-de-obra interna do PB diminuiu para menos de 30 000 no final de 2020.

Os ativos sob gestão no valor de 493 mil milhões de euros aumentaram 11 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2019. O aumento foi principalmente atribuível a entradas líquidas de 16 mil milhões de euros e à apreciação de mercado de 6 mil milhões de euros, parcialmente compensado por um impacto negativo de 9 mil milhões de euros de variações cambiais. As entradas líquidas de 16 mil milhões de euros durante 2020 foram quase inteiramente em produtos de investimento.

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.370	2.136	2.141	233	11	(5)	(0)
Comissões de desempenho e transação	212	90	201	122	135	(111)	(55)
Outros	126	3	(10)	123	N/S	13	N/S
Total de receitas líquidas	2.708	2.229	2.332	478	21	(103)	(4)
Provisão para perdas de crédito	5	2	1	3	148	1	59
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	822	740	832	82	11	(92)	(11)
Despesas gerais e administrativas	840	763	851	77	10	(88)	(10)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	(0)	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	2	22	29	(20)	(92)	(6)	(22)
Despesas totais (excluindo juros)	1.664	1.526	1.711	138	9	(185)	(11)
Participações minoritárias	223	157	152	66	42	5	4
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	816	544	468	272	50	76	16
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	10	9	10	1	10	(0)	(5)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	928	793	768	135	17	25	3
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	48	30	25	17	N/S	5	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	4.072	3.926	3.925	146	4	1	0

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

2021

Em 2021, apesar da continuação da pandemia global da COVID-19, todos os principais índices de ações foram negociados a níveis significativamente mais elevados, com o dólar americano a valorizar em relação ao euro. O crescimento global dos ativos sob gestão foi impulsionado por maiores fluxos líquidos, bem como por condições de mercado favoráveis, resultando em receitas mais elevadas em comparação com 2020.

Em 2021, os ativos sob gestão relataram um lucro significativamente maior antes de impostos de 816 milhões de euros, um aumento de 272 milhões de euros, ou 50%, em comparação com 544 milhões de euros no ano anterior, impulsionado principalmente por receitas significativamente mais elevadas. Ajustado a encargos de transformação, bem como a despesas de reestruturação e indemnizações, o lucro antes de impostos foi de 840 milhões de euros em 2021, face a 586 milhões de euros em 2020.

As receitas líquidas foram de 2,7 mil milhões de euros, um aumento de 478 milhões de euros, ou 21%, em comparação com o ano anterior.

As comissões de gestão foram de 2,4 mil milhões de euros em 2021, mais elevadas em 233 milhões de euros, ou 11%, em comparação com o ano anterior, principalmente a partir de ativos médios mais elevados sob gestão ao longo do ano.

As comissões de desempenho e transação de 212 milhões de euros em 2021 foram significativamente mais elevadas em 122 milhões de euros, ou 135%, em comparação com o ano completo de 2020, impulsionadas por uma comissão excepcional de desempenho de múltiplos ativos, bem como pelo aumento do desempenho imobiliário e das taxas de transação.

Outras receitas foram de 126 milhões de euros, um aumento de 123 milhões de euros em relação a 2020, impulsionado principalmente pela mudança favorável no justo valor dos produtos garantidos, um aumento nos rendimentos de investimento para produtos ilíquidos e uma maior contribuição do investimento na Harvest Fund Management Co. Limited.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,7 mil milhões de euros, um aumento de 138 milhões de euros, ou 9%, em comparação com o ano anterior, impulsionado por maiores remunerações e benefícios, maiores serviços profissionais e custos de TI impulsionados pela transformação da plataforma principal combinada com custos de serviços mais elevados como resultado do aumento dos ativos sob gestão.

Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, foram de 1,6 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 154 milhões de euros, ou 10%, em comparação com 1,5 mil milhões de euros em 2020.

Os ativos sob gestão foram de 928 mil milhões de euros, um aumento de 135 mil milhões de euros, ou 17 %, em comparação com 31 de dezembro de 2020. O aumento foi impulsionado por um desempenho positivo do mercado de 60 mil milhões de euros, um desenvolvimento favorável dos fluxos líquidos de 48 mil milhões de euros e um impacto cambial positivo de 26 mil milhões de euros. As entradas líquidas foram impulsionadas principalmente por fortes entradas para áreas de crescimento direcionadas de Passivo e Alternativas, bem como de Numerário Ativo, Rendimento Fixo Ativo, Multi Ativo e Investimentos Sistemáticos e Quantitativos Ativos (SQI). Os fundos dedicados à área ambiental, social e de governação (ESG) continuaram a atrair fortes entradas líquidas, representando 40% do total de entradas líquidas.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2021, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97	220	59	69	75	179	93	793
Fluxos de entrada	16	47	13	14	510	95	14	708
Fluxos de saída	(16)	(43)	(9)	(11)	(504)	(69)	(9)	(660)
Fluxos líquidos	(1)	5	4	2	6	26	6	48
Impacto cambial	2	8	0	0	4	8	3	26
Desempenho	18	(4)	6	5	(0)	25	11	60
Outros	(0)	(0)	1	0	(0)	(1)	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116	227	70	77	84	238	115	928
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	72	13	33	28	3	18	49	28

2020

Em 2020, as condições de mercado foram afetadas pela pandemia global da COVID-19. Todos os principais índices de ações foram negociados a níveis significativamente inferiores no segundo trimestre, com uma recuperação na maioria dos mercados no final do ano e com a depreciação do dólar dos Estados Unidos em relação ao euro. Os fluxos líquidos globais foram positivos, combinados com um crescimento em Ativos sob Gestão.

Em 2020, os ativos sob gestão relataram um lucro antes de impostos de 544 milhões de euros, um aumento de 76 milhões de euros, ou 16%, em relação aos 468 milhões de euros do exercício anterior, impulsionado principalmente por uma redução nas despesas. Ajustado a encargos de transformação, bem como a despesas de reestruturação e indemnizações, o lucro antes de impostos foi de 586 milhões de euros em 2020, face a 540 milhões de euros em 2019.

As receitas líquidas foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 103 milhões de euros, ou 4%, em comparação com o exercício anterior.

As comissões de gestão foram de 2,1 mil milhões de euros em 2020, essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que os efeitos do desempenho positivo do mercado e do crescimento da área de Passivos foram parcialmente compensados pela diminuição das margens das comissões de gestão.

As comissões de desempenho e transação de 90 milhões de euros em 2020 aumentaram significativamente em 111 milhões de euros, ou 55%, em comparação com o exercício de 2019, impulsionadas principalmente por uma comissão de desempenho não recorrente de "Alternatives" e "Multi Asset" reconhecida em 2019.

As outras receitas foram de 3 milhões de euros, face a 10 milhões de euros negativos em 2019, com ambos os anos afetados negativamente pelo justo valor de produtos garantidos, combinados com rendimentos de investimento mais baixos, maior contribuição do investimento na Harvest Fund Management Co. Limited e encargos de financiamento do tesouro mais baixos em 2020.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 185 milhões de euros, ou 11%, em comparação com o exercício anterior, motivados por uma diminuição da remuneração variável e iniciativas de eficiência combinadas com poupanças relacionadas com pandemias, tais como custos de viagem e entretenimento e marketing. Os gastos operacionais (excl. juros) também foram inferiores, uma vez que no ano anterior incluíram encargos de transformação relacionados com uma redução de imóveis.

Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, foram de 1,5 mil milhões de euros em 2020, uma diminuição de 159 milhões de euros, ou 10%, em comparação com 1,6 mil milhões de euros em 2019, uma vez que as despesas de remuneração mais baixas foram apoiadas por custos não remuneratórios mais baixos.

Os ativos sob gestão foram de 793 mil milhões de euros, uma diminuição de 25 mil milhões de euros, ou 3%, face a 31 de dezembro de 2019. O aumento foi impulsionado por entradas líquidas de 30 mil milhões de euros e 24 mil milhões de euros relacionados com o desenvolvimento favorável do mercado, principalmente a partir do segundo semestre de 2020, parcialmente compensado por efeitos cambial negativos de 26 mil milhões de euros. As entradas líquidas foram principalmente impulsionadas por Passivos e Numerário e continuaram a ser apoiadas por Alternativos. Os fundos dedicados à SAG continuaram a atrair entradas líquidas fortes.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2020, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multitativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96	234	58	71	57	156	96	768
Fluxos de entrada	21	47	16	19	503	85	12	703
Fluxos de saída	(19)	(54)	(18)	(22)	(483)	(68)	(8)	(673)
Fluxos líquidos	2	(7)	(2)	(3)	20	17	4	30
Impacto cambial	(2)	(9)	(0)	(0)	(4)	(7)	(3)	(26)
Desempenho	3	7	1	1	0	13	(2)	24
Outros	(1)	(6)	1	1	2	0	(1)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97	220	59	69	75	179	93	793
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	72	13	34	28	4	19	50	28

Capital Release Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	26	(225)	217	251	N/S	(442)	N/S
Provisão para perdas de crédito	(42)	29	(14)	(70)	N/S	43	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	128	168	359	(40)	(24)	(191)	(53)
Despesas gerais e administrativas	1.306	1.774	2.898	(468)	(26)	(1.124)	(39)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(2)	5	143	(7)	N/S	(139)	(97)
Despesas totais (excluindo juros)	1.432	1.947	3.400	(515)	(26)	(1.453)	(43)
Participações minoritárias	-	(0)	1	0	N/S	(1)	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(1.364)	(2.200)	(3.170)	836	(38)	970	(31)
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	132	198	259	(66)	(33)	(62)	(24)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	267	478	614	(211)	(44)	(136)	(22)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

2021

A Capital Release Unit relatou perdas antes de impostos de 1,4 mil milhões de euros em 2021, uma redução de 38% face a um prejuízo de 2,2 mil milhões de euros em 2020, refletindo principalmente reduções de custos ano após ano.

As receitas líquidas foram de 26 milhões de euros em 2021, face a 225 milhões de euros negativos no ano anterior, uma vez que as receitas provenientes da recuperação dos custos do Prime Finance e da carteira de empréstimos só foram parcialmente compensadas pelo impacto financiamento, da gestão de riscos e da redução do risco.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso líquido de 42 milhões de euros, em comparação com uma provisão de 29 milhões de euros em 2020. O lançamento líquido foi impulsionado pelo legado de carteiras imobiliárias e de transporte marítimo.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,4 mil milhões de euros, menos 26% face ao ano anterior. Este desenvolvimento foi impulsionado principalmente por uma redução de 35% nos custos ajustados, refletindo encargos de serviços internos mais baixos e a atribuição de taxas bancárias, bem como despesas diretas mais baixas.

A exposição à alavancagem era de 39 mil milhões de euros no final do ano de 2021, face a 72 mil milhões de euros no final de 2020, e à frente do último objetivo de 51 mil milhões de euros estabelecido pela divisão no final do ano de 2022. Este progresso refletiu, em parte, a transferência das empresas do Deutsche Bank Global Prime Finance e Electronic Equities para o BNP Paribas, que foi concluída com sucesso no final de 2021, de acordo com o calendário previsto.

Os ativos ponderados pelo risco eram de 28 mil milhões de euros no final de 2021, face a 34 mil milhões de euros no final de 2020 e antes do objetivo do banco de 32 mil milhões de euros no final do ano de 2022.

Desde a sua criação após o segundo trimestre de 2019, a CRU reduziu a exposição à alavancagem em 84% e as RWA em 57%, enquanto a perda antes de impostos foi reduzida em 57% desde 2019.

2020

A CRU sofreu um prejuízo antes de impostos de 2,2 mil milhões de euros em 2020, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 3,2 mil milhões de euros em 2019. Esta melhoria em relação ao ano anterior foi principalmente motivada por menores despesas gerais e administrativas, remunerações e benefícios mais baixos e custos de reestruturação mais baixos, que mais do que compensaram a perda de receitas da saída da atividade de negociação de ações.

As receitas líquidas foram negativas em 225 milhões de euros, uma diminuição de 442 milhões de euros em comparação com 2019. As receitas negativas em 2020 representam um ano completo de execução da estratégia e foram impulsionadas pela redução do risco, pelo financiamento e pelos custos de garantia, parcialmente compensados pela recuperação dos custos do Prime Finance. O ano anterior incluiu seis meses de receitas operacionais antes da constituição da CRU.

A provisão para perdas de crédito foi de 29 milhões de euros, em comparação com uma libertação de 14 milhões de euros em 2019. Embora o lançamento líquido em 2019 tenha sido dominado por um pequeno número de eventos específicos em várias carteiras, 2020 viu provisões adicionais impulsionadas pela carteira de transportes marítimos já herdada.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,9 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,5 mil milhões de euros, ou 43%, em comparação com o exercício anterior. Em coerência com a estratégia do banco, 2020 viu custos de reestruturação significativamente inferiores de 5 milhões de euros, em comparação com 143 milhões de euros incorridos no ano anterior. Do mesmo modo, a CRU incorreu em custos de transformação significativamente inferiores, com 162 milhões de euros incorridos em 2020, em comparação com encargos de transformação de 510 milhões de euros em 2019, principalmente relacionados com imparidades ao nível do software.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 1,7 mil milhões de euros, um decréscimo de 862 milhões de euros, ou 33%, em comparação com 2019, na sequência de custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração fixa como na variável, e custos não remuneratórios reduzidos, principalmente devido a honorários profissionais mais baixos, bem como a serviços de comunicação e dados.

A exposição à alavancagem foi de 72 mil milhões de euros, 8 mil milhões de euros acima do objetivo de final do ano do euro de 80 mil milhões de euros. Isto representa uma redução de 43% face a 127 mil milhões de euros no final de 2019.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) foram de 34 mil milhões de euros no final de 2020, 4 mil milhões de euros abaixo do objetivo de 38 mil milhões de euros no final do exercício. Isto representa uma redução de 11 mil milhões de euros no exercício completo, dos quais 10 mil milhões de euros de risco de crédito e de mercado ou uma redução de 48% em relação ao período do ano anterior.

Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	(339)	(534)	107	195	(36)	(641)	N/S
Provisão para perdas de crédito	5	(4)	(0)	9	N/S	(3)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.012	3.217	3.406	(206)	(6)	(188)	(6)
Despesas gerais e administrativas	(2.008)	(2.652)	(2.916)	644	(24)	263	(9)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(0)	3	41	(3)	N/S	(38)	(93)
Despesas totais (excluindo juros)	1.004	568	531	436	77	37	7
Participações minoritárias	(206)	(169)	(173)	(37)	22	3	(2)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(1.143)	(929)	(251)	(213)	23	(679)	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	30.064	29.587	30.672	477	2	(1.085)	(4)

N/S – não significativo
Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

2021

A C&O relatou perdas antes de impostos de 1,1 mil milhões de euros em 2021 em comparação com perdas antes de impostos de 929 milhões de euros em 2020, refletindo principalmente gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas foram de 339 milhões de euros negativos em 2021, em comparação com 534 milhões de euros negativos em 2020. As receitas relatadas provenientes das diferenças de avaliação e calendarização foram de 158 milhões de euros em 2021, em comparação com 85 milhões de euros negativos em 2020. Esta melhoria foi impulsionada pelo impacto positivo no preço de mercado das atividades de cobertura de taxas de juro relacionadas com os acordos de financiamento do banco, onde a contabilidade de cobertura não pode ser aplicada. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram de 242 milhões de euros negativos em 2021, face a 235 milhões de euros negativos em 2020.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,0 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 436 milhões de euros, ou 77%, em comparação com 2020. Os gastos operacionais (excl. juros) de 2021 incluíram 603 milhões de euros de despesas relacionadas com transformação contabilizadas em C&O, em parte relacionadas com um acordo de contrato e imparidades de software, em parte desencadeadas pela migração do banco para a tecnologia da Nuvem. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 460 milhões de euros em 2021 face a 403 milhões de euros em 2020.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos na C&O. Estes foram de 206 milhões de euros em 2021, em comparação com 169 milhões de euros em 2020, principalmente relacionados com a DWS.

2020

A C&O relatou um prejuízo antes de impostos de 929 milhões de euros em 2020, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 251 milhões de euros em 2019.

As receitas líquidas foram de 534 milhões de euros negativos em 2020, em comparação com 107 milhões de euros em 2019. As receitas relatadas provenientes das diferenças de avaliação e calendarização foram de 85 milhões de euros negativos em 2020, em comparação com 573 milhões de euros em 2019. Tal deveu-se ao impacto negativo das atividades de negociação no mercado relacionadas com os acordos de financiamento do banco, no contexto de spreads mais apertados na emissão de financiamento do Deutsche Bank, que conduziram a custos de financiamento mais baixos. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 235 milhões de euros em 2020, contra 208 milhões de euros negativos em 2019.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 568 milhões de euros em 2020, um aumento de 37 milhões de euros, ou 7%, em comparação com 2019. Os gastos operacionais (excl. juros) de 2020 incluíram 168 milhões de euros acima das despesas de infraestrutura previstas, que são retidas em C&O, em comparação com 65 milhões de euros inferiores às despesas de infraestrutura planeadas em 2019, bem como encargos de transformação, refletindo principalmente a racionalização acelerada do banco da sua pegada imobiliária. As despesas com litígios totalizaram um crédito de 67 milhões de euros em 2020, refletindo uma libertação líquida de provisões, em comparação com gastos de 238 milhões de euros em 2019. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 403 milhões de euros em 2020, uma descida de 15% em comparação a 2019. Em 2019, os efeitos positivos foram reconhecidos a partir da libertação de saldos herdados.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos na C&O. Estes foram de 169 milhões de euros em 2020, em comparação com 173 milhões de euros em 2019, principalmente relacionados com a DWS.

Posição Financeira

Ativos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021	31 dez 2020	Variação absoluta	Variação em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	199.363	175.339	24.024	14
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	8.432	8.533	(101)	(1)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	491.233	527.941	(36.709)	(7)
Dos quais: Ativos detidos para negociação	102.396	107.929	(5.532)	(5)
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.732	343.455	(43.723)	(13)
Dos quais: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	88.965	76.121	12.844	17
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	28.979	55.834	(26.856)	(48)
Empréstimos pelo custo amortizado	471.319	426.995	44.324	10
Restantes ativos	124.668	130.617	(5.949)	(5)
Dos quais: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	71.495	74.564	(3.070)	(4)
Total do ativo	1.323.993	1.325.259	(1.266)	(0)

Passivo e capital próprio

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021	31 dez 2020	Variação absoluta	Variação em %
Depósitos	603.750	568.031	35.719	6
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	772	4.023 ¹	(3.251)	(81)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	400.857	419.199	(18.342)	(4)
Dos quais: Passivos detidos para negociação	54.718	44.316	10.403	23
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	287.108	327.775	(40.666)	(12)
Dos quais: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	58.468	46.582	11.886	26
Outros empréstimos a curto prazo	4.034	3.553	481	14
Dívida a longo prazo	144.485	149.163	(4.679)	(3)
Restantes passivos	102.066	119.094 ¹	(17.028)	(14)
Dos quais: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	70.165	79.810	(9.645)	(12)
Total do passivo	1.255.962	1.263.063	(7.100)	(1)
Total do capital próprio	68.030	62.196	5.834	9
Total do passivo e do capital próprio	1.323.993	1.325.259	(1.266)	(0)

¹ Em 31 de dezembro de 2020 os números foram atualizados.

Movimentos nos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2021, o balanço total de 1,3 bilhões de euros diminuiu ligeiramente em 1,3 mil milhões de euros (ou 0,1%) em comparação com o final do ano de 2020.

Os saldos em numerário e do banco central e interbancário aumentaram 24,0 mil milhões de euros, impulsionados principalmente pelas receitas de vendas selecionadas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral de 26,9 mil milhões de euros, como resultado do reequilíbrio da nossa reserva estratégica de liquidez à luz das condições de mercado.

Os recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo mensurados a custo amortizado e em ativos financeiros não negociáveis obrigatórios ao justo valor através de resultados aumentaram 14,8 mil milhões de euros, motivados por uma maior atividade dos clientes nas atuais condições de mercado no nosso Investment Bank. O passivo correspondente aumentou 7,4 mil milhões de euros.

Os ativos detidos para negociação diminuíram 5,5 mil milhões de euros, principalmente devido ao desenrolar de posições longas de títulos de capital como resultado da venda da nossa franquia Prime Finance ao BNP Paribas. Os passivos detidos para negociação aumentaram 10,4 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento da procura dos clientes e às oportunidades de mercado.

Os valores de mercado positivos e negativos dos instrumentos financeiros derivados diminuíram 43,7 mil milhões de euros e 40,7 mil milhões de euros, respetivamente, principalmente devido à redução do risco na nossa Capital Release Unit e produtos de taxas de juro, uma vez que as alterações nas curvas das taxas de juro estavam inversamente correlacionadas com as alterações nos valores de mercado. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por aumentos nos produtos cambiais no negócio de Fixed Income & Currencies no nosso Investment Bank devido a maiores volumes de negociação.

Os empréstimos a custo amortizado aumentaram 44,3 mil milhões de euros, motivados principalmente por um forte crescimento subjacente e um grande financiamento esporádico que se espera reverter no primeiro trimestre de 2022 no nosso Investment Bank, um forte crescimento dos empréstimos hipotecários e protegidos por garantias colaterais no nosso Private Bank, bem como uma sólida procura de empréstimos em Serviços de Tesouraria Empresarial no nosso Corporate Bank. Os depósitos aumentaram 35,7 mil milhões de euros, principalmente devido ao crescimento direcionado no nosso Corporate Bank, ao crescimento orgânico no Private Bank e ao financiamento por grosso a curto prazo, apoiando as necessidades de financiamento no final do ano.

A dívida a longo prazo diminuiu 4,7 mil milhões de euros, motivada principalmente pelos prazos de vencimento e recompra de emissões de dívida, parcialmente compensada por saques ao abrigo do terceiro programa de refinanciamento TLTRO do BCE.

Os restantes ativos diminuíram 5,9 mil milhões de euros principalmente devido a uma diminuição dos ativos detidos para venda devido à transferência da nossa franquia Prime Finance para o BNP Paribas. Os restantes passivos diminuíram 17,0 mil milhões de euros, principalmente devido a menores dívidas de corretagem em linha com posições de derivados mais baixas e a uma diminuição dos passivos detidos para venda devido à referida transferência.

O movimento global do balanço incluiu um aumento de 35,6 mil milhões de euros devido a variações cambiais, motivadas principalmente por um fortalecimento do dólar americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Liquidez

Os ativos líquidos totais de alta qualidade (HQLA), tal como definidos pelo Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e alterados pelo Regulamento (UE) 2018/1620, eram de 207 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, uma diminuição de 6 mil milhões de euros em relação aos 213 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. O Grupo mantém ativos adicionais elegíveis do banco central com elevada liquidez, não qualificados como HQLA ou sujeitos a restrições de transferência ao abrigo da definição de HQLA. Estes ativos líquidos adicionais eram de 34 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2021, de tal forma que as Reservas de Liquidez totais do Grupo eram de 241 mil milhões de euros. O decréscimo é motivado principalmente por uma maior atividade de crédito e emissões vencidas no mercado de capitais parcialmente compensadas por uma participação adicional no TLTRO do BCE e por depósitos mais elevados. O rácio de cobertura de liquidez era de 133% no final do quarto trimestre de 2021, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 52 mil milhões de euros em comparação com 145% no final do quarto trimestre de 2020, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 66 mil milhões de euros.

Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2021 aumentou 5,8 mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2020. Esta alteração foi impulsionada por uma série de fatores, incluindo a emissão de componentes de capital próprio adicionais (títulos adicionais Tier 1, tratados como capital próprio de acordo com as IFRS) de 2,5 mil milhões de euros (1,25 mil milhões de euros cada em 9 de maio de 2021 e 16 de novembro de 2021). Contribuíram ainda para o aumento os lucros relatados para o período de 2,5 mil milhões de euros, um impacto positivo da conversão cambial de 1,1 mil milhões de euros, após impostos, resultante principalmente do fortalecimento do dólar americano em relação ao euro, bem como ganhos de reavaliação relacionados com planos de benefícios definidos de 592 milhões de euros, líquidos de impostos. Isto foi parcialmente compensado por perdas líquidas não realizadas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral de 398 milhões de euros, líquido de impostos e cupões pagos sobre componentes adicionais de capital próprio no valor de 363 milhões de euros.

Fundos Próprios

O nosso capital Common Equity Tier 1 (CET 1) conforme o CRR/CRD em 31 de dezembro de 2021 aumentou 1,6 mil milhões de euros para 46,5 mil milhões de euros, em comparação com 44,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Os Ativos ponderados pelo risco (RWA) de acordo com o quadro CRR/CRD aumentaram 22,7 mil milhões de euros para 351,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, em comparação com 329,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Devido a este aumento nos CRR/CRD RWA, o rácio de capital CRR/CRD CET 1 em 31 de dezembro de 2021 diminuiu para 13,2%, em comparação com 13,6% em 31 de dezembro de 2020.

A 31 de dezembro de 2021, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 55,4 mil milhões de euros, sendo composto por um capital CRR/CRD CET 1 de 46,5 mil milhões de euros e num capital CRR/CRD Tier 1 adicional (AT1) de 8,9 mil milhões de euros. O capital Tier 1 CRR/CRD foi 3,6 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 31 de dezembro de 2020, motivado por um aumento no capital CET 1 CRR/CRD de 1,6 mil milhões de euros e por um aumento no capital CRR/CRD AT1 de 2,0 mil milhões de euros desde o final do ano de 2020. O rácio de capital Tier 1 CRR/CRD em 31 de dezembro de 2021 mantém-se inalterado em 15,7%, em comparação com 31 de dezembro de 2020.

O nosso capital regulamentar total CRR/CRD em 31 de dezembro de 2021 totalizava 62,7 mil milhões de euros, em comparação com 58,7 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2020. O aumento de capital total CRR/CRD foi motivado por um aumento no capital Tier 1 CRR/CRD de 3,6 mil milhões de euros e por um aumento no capital CRR/CRD Tier 2 de 0,4 mil milhões de euros desde o final do ano de 2020. O rácio de capital Total CRR/CRD em 31 de dezembro de 2021 mantém-se inalterado em 17,8%, em comparação com 31 de dezembro de 2020.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Deutschland GmbH ("Moody's"), S&P Global Ratings UK Limited ("S&P"), Fitch Ratings - uma filial da Fitch Ratings Ireland Limited ("Fitch"), e DBRS Ratings GmbH ("DBRS Morningstar", juntamente com a Moody's, S&P e Fitch, as "Agências de notação").

A Moody's, a Fitch e a DBRS Morningstar estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à S&P, as notações de crédito são aprovadas pela sede da na Irlanda (S&P Global Ratings Europe Limited), em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reconheceram o progresso contínuo em termos de execução que o banco fez para atingir os seus objetivos ao longo de 2021, nomeadamente a melhoria da rentabilidade e a redução das provisões para perdas de crédito, apesar do ambiente macroeconómico desafiante. Isto refletiu-se em atualizações da notação de crédito pela Moody's, Fitch e S&P, e numa revisão da perspetiva da DBRS Morningstar ao longo do ano.

A 4 de agosto de 2021, a Moody's melhorou todas as notações do Deutsche Bank em um nível. As notações de depósitos a longo e curto prazo do banco foram melhoradas para A2/P-1, de A3/P-2, e as suas notações de dívida sénior não garantida (senior preferred) a longo prazo foram melhoradas para A2, de A3. A perspetiva sobre as notações de depósitos a longo prazo e de dívida sénior não garantida (senior preferred) foi alterada para positiva em relação às notações em revisão. Além disso, as notações de dívida sénior júnior não garantida (senior non-preferred) do banco foram aumentadas para Baa2, de Baa3, bem como a sua Avaliação de Crédito de Base (BCA) para Baa3, de Ba1. A Moody's destacou o progresso contínuo do Deutsche Bank no sentido de cumprir os seus objetivos a médio prazo, em particular através da melhoria da rentabilidade. A Moody's acredita que o banco continuará a aumentar as receitas e os ganhos ao mesmo tempo que diminui a base de custos e mantém uma apetência pelo risco prudente e bem controlado.

As atualizações seguiram-se à colocação das notações do Deutsche Bank em revisão para serem atualizadas pela Moody's a 17 de maio de 2021. Esta medida teve em conta os progressos rápidos e pronunciados do banco no sentido do seu objetivo de alcançar um modelo de negócio mais equilibrado e sustentável e os suportes adicionais de liquidez de capital sólido inalterados.

A 23 de setembro de 2021, a Fitch melhorou todas as notações de risco de longo prazo do Deutsche Bank, bem como o Derivative Counterparty Rating (DCR) e o Viability Rating (VR) em um nível. A notação de incumprimento a longo prazo do emitente (IDR) do banco foi atualizada para BBB+, de BBB, o VR para bbb+, de bbb, e o DCR e as notações de depósitos a longo prazo e de dívida sénior para A-, de BBB+. A perspetiva sobre o IDR a longo prazo manteve-se positiva. As atualizações refletiram bons progressos e desafios cada vez mais controláveis decorrentes do processo de transformação, que a Fitch espera que continue no bom caminho em 2022. Além disso, a Fitch destacou um modelo de negócio reforçado e uma melhoria da franquia, qualidade sólida dos ativos, financiamento e liquidez, bem como uma capitalização adequada.

Esta ação de notação seguiu a revisão das perspetivas do Deutsche Bank de negativo para positivo pela Fitch a 25 de janeiro de 2021. A revisão refletiu o progresso da reestruturação do banco, incluindo a manutenção da trajetória de custos necessária para atingir objetivos a curto e longo prazo, a redução de negócios não essenciais, evitando ao mesmo tempo o desgaste das receitas nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank, e a manutenção de uma capitalização adequada e acima do objetivo.

Em 9 de novembro de 2021, a S&P elevou a notação de crédito a longo prazo do emitente do Deutsche Bank de BBB+ para A-. A notação de dívida sénior não garantida (senior preferred) do banco foi também elevada para A-, de BBB+. Além disso, a S&P aumentou as notações de contraparte de resolução de longo e curto prazo para A/A-1, de A-/A-2. As atualizações refletiram a execução disciplinada do programa de transformação do Deutsche Bank, proporcionando um modelo de negócio mais centrado e rentável, enquanto o balanço se mantém resiliente. A revisão da perspetiva para estável indica que o banco está bem posicionado para continuar a executar a sua estratégia e a reforçar o seu desempenho.

As atualizações seguiram-se a uma revisão das perspetivas da notação de crédito a longo prazo do emitente do Deutsche Bank para positivo de negativo por parte da S&P a 26 de fevereiro de 2021. Ao mesmo tempo, a S&P elevou as notações de emissão sobre os instrumentos híbridos adicionais Tier 1 do banco para BB-, de B+. A S&P destacou a demonstração da execução robusta da fase profunda da reestruturação operacional e salientou a antecipação de que os benefícios da

reestruturação emergirão ao longo dos próximos 12-24 meses, o que traria estabilidade ao negócio e elevaria o desempenho do Deutsche Bank mais em linha com os seus pares europeus com melhor classificação.

A 1 de julho de 2021, a DBRS Morningstar reviu as suas perspetivas sobre todas as notações a longo prazo do Deutsche Bank para estáveis, a partir de negativas. A DBRS Morningstar refletiu o progresso feito na redução do risco do banco e na execução do plano de transformação, o que estabilizou a franquia. Além disso, a mudança de perspetivas realçou os resultados alcançados no que respeita à despesa, mantendo ao mesmo tempo um perfil de crédito e de risco de mercado bem gerido, e sólidos fundamentos do balanço.

Todas as Agências acompanharão de perto os progressos feitos no sentido dos objetivos do banco para 2022, com destaque para outras melhorias na rentabilidade. Além disso, as Agências procuram uma rentabilidade sustentável para além de 2022, mantendo simultaneamente uma gestão prudente do risco e uma forte qualidade de ativos.

Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch totaliza aproximadamente 0,2 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,3 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de derivados contratuais e/ou requisitos de margem.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/ Depósitos ¹	Sénior não preferencial ²	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A2 (cr)	A2	Baa2	P-1
Standard & Poor's, Nova Iorque	-	A-	BBB-	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque	A- (notação de contraparte de derivados)	A-	BBB+	F2
DBRS, Toronto	A (elevada)	A (baixa)	BBB (elevado)	R-1 (baixa)

¹ Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida não garantida sénior na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.

² Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na DBRS.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2021.

Obrigações contratuais em milhões de euros	Total	Pagamento devido por período			
		Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo ¹	154.068	51.378	40.028	31.278	31.383
Títulos fiduciários preferenciais ^{1,2}	529	529	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados ³	3.809	1.225	574	1.288	722
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações ⁴	6.433	10	163	376	5.884
Passivos por locação ¹	4.515	682	875	875	2.082
Obrigações de aquisição	4.045	547	1.649	1.678	171
Depósitos de longo prazo ¹	22.188	0	7.733	4.462	9.994
Outros passivos de longo prazo	1.467	1.101	284	2	79
Total	197.054	55.474	51.306	39.959	50.315

¹ Inclui pagamentos de juros.

² Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.

³ Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

⁴ Para mais detalhes, consulte a Nota 22 "Locações".

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

A secção seguinte fornece uma visão geral das nossas perspetivas para o Grupo e as nossas divisões para o exercício financeiro de 2022. As perspetivas para a economia global e o setor bancário no capítulo seguinte refletem as nossas expectativas gerais relativamente à evolução futura da economia e da indústria. Os pressupostos económicos utilizados nos nossos modelos são definidos separadamente nas respetivas secções.

A economia global

Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %) ¹	2022 ²	2021	Principal fator responsável
Economia global			
PIB	4,2	6,0	2022 começou com uma dinâmica positiva na economia global, que se espera que continue moderadamente ao longo do ano seguinte. Espera-se que o crescimento ao longo de 2022 seja apoiado por uma combinação de uma recuperação em curso dos programas da pandemia da COVID-19 e de estímulo fiscal. A inflação global deverá aumentar visivelmente em 2022. Espera-se que os bancos centrais reforcem a política monetária.
Inflação	5,7	4,1	
Dos quais:			
Países desenvolvidos			
PIB	3,6	5,1	À medida que a onda Omicron de infeções por COVID-19 diminui, espera-se que a recuperação económica das economias desenvolvidas recupere o seu dinamismo. É expectável que as economias beneficiem de um comércio global robusto e do reforço da procura interna em 2022, uma vez que as restrições da cadeia de abastecimento são facilitadas e poupanças excessivas são utilizadas. Taxas de inflação elevadas e sustentadas são suscetíveis de induzir os bancos centrais dos países desenvolvidos a restringir a política monetária.
Inflação	4,7	3,2	
Mercados emergentes			
PIB	4,6	6,6	A recuperação nos mercados emergentes deverá abrandar um pouco em 2022, embora se espere que as economias beneficiem de uma forte procura de exportação e, em particular, que a economia chinesa recupere. Espera-se que os mercados emergentes enfrentem vários desafios em 2022, incluindo a grande diferença nas vacinas em comparação com as economias desenvolvidas, perfis de inflação mais rígidos, um crescimento mais fraco e uma elevada dívida expressa em divisas.
Inflação	6,4	4,6	
Economia da área do euro			
PIB	3,8	5,2	A economia da Zona Euro teve um início lento até 2022 devido a estrangulamentos no fornecimento e ao aumento dos preços da energia. No entanto, espera-se uma recuperação significativa a partir da primavera, apoiada por uma normalização da situação pandémica devido às elevadas taxas de vacinação, à procura reprimida, a um mercado de trabalho robusto e aos impulsos do Fundo de Recuperação da UE. Estes fatores são suscetíveis de evitar um declínio mais forte da inflação. O Banco Central Europeu deverá terminar as compras líquidas ao abrigo do Programa de Compras de Emergência Pandémica até ao final de março de 2022 e começar a aumentar as taxas de políticas no terceiro trimestre de 2022.
Inflação	4,7	2,6	
Dos quais: Economia alemã			
PIB	4,0	2,8	Espera-se que a economia alemã veja um crescimento equilibrado em 2022, impulsionado pela aceleração nos setores internos e mais externos da economia. Após um arranque fraco devido a um novo aumento das infeções por COVID-19, espera-se que o crescimento do PIB acelere fortemente durante 2022. Um mercado de trabalho robusto, uma procura reprimida e a atenuação dos constrangimentos da cadeia de abastecimento devem apoiar o impulso do crescimento. Espera-se que a inflação permaneça elevada devido ao aumento dos preços da energia e provavelmente só diminua gradualmente no decurso de 2022. O governo pretende aumentar o investimento público para a digitalização e a transição para a neutralidade de carbono.
Inflação	4,3	3,2	
Economia dos Estados Unidos			
PIB	3,6	5,7	A despesa dos consumidores continuará a ser um importante motor da dinâmica de crescimento da economia dos EUA em 2022, apoiada pela melhoria das finanças domésticas devido ao excesso de poupanças, pela continuação da normalização da despesa em serviços e pela recuperação das vendas de automóveis. Espera-se que o Governo forneça mais estímulos fiscais. Com o mercado de trabalho em pleno emprego e a inflação elevada, espera-se que a Reserva Federal reforce a sua posição de política monetária e aumente as taxas de juro seis vezes em 2022. O recente desenvolvimento geopolítico poderia levar a preços significativamente mais elevados da energia e das matérias-primas.
Inflação	5,9	4,7	
Economia do Japão			
PIB	2,3	1,7	Espera-se que a economia japonesa acelere em 2022, apoiada pela vacinação generalizada contra a COVID-19, o abrandamento das restrições da cadeia de abastecimento e o declínio das taxas de infeção pela COVID-19 no Sudeste Asiático. O governo e o Banco do Japão tornaram-se mais alinhados na coordenação da política. Espera-se que o Banco do Japão mantenha a sua posição acomodaticia, ao mesmo tempo que está atento aos efeitos de repercussão de políticas.
Inflação	1,0	(0,2)	
Economia asiática³			
PIB	5,5	7,1	Espera-se que as economias asiáticas sejam apoiadas por um crescimento robusto das exportações e por uma recuperação da procura interna. Embora atinjam um pico em algumas regiões, é provável que as pressões inflacionistas se mantenham elevadas. Poucos bancos centrais asiáticos deverão aumentar as taxas mais cedo em 2022.
Inflação	3,1	2,1	
Dos quais: Economia chinesa			
PIB	5,1	8,1	Espera-se que a economia chinesa recupere dinamismo durante o ano, uma vez que a política fiscal e monetária se tornou novamente favorável e o impacto da COVID-19 irá provavelmente abrandar em 2022. Espera-se também que a dinâmica económica seja reforçada pelo apoio governamental ao investimento verde, à recuperação da venda de propriedades e à flexibilização das restrições de abastecimento. Espera-se que a inflação aumente, especialmente no segundo semestre do ano. É provável que o Banco Popular da China promova ativamente a concessão de empréstimos para projetos de investimento verde e assegure empréstimos suficientes ao setor imobiliário.
Inflação	2,3	0,9	

¹ Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.

² Fontes: Deutsche Bank Research.

³ Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

Há uma série de riscos para as nossas perspetivas económicas globais. Os desafios contínuos da COVID-19 por variantes ou vacinas potencialmente mais severas se tornarem menos eficazes poderiam amortecer consideravelmente o ímpeto económico. Os crescentes encargos com a dívida pública poderão também ter impacto em certas economias. Se a inflação não baixar, tal levará os bancos centrais a uma postura mais agressiva de aperto, causando potencialmente uma reação fortemente negativa nos mercados financeiros e muito provavelmente uma recessão económica significativa. As tensões comerciais podem ter um impacto negativo nas perspetivas económicas globais. Além disso, o aumento das tensões geopolíticas poderia criar mais incerteza. Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ação militar em larga escala contra a Ucrânia. Em resposta à ação militar russa contra a Ucrânia, o Ocidente moveu-se no sentido de impor sanções alargadas dirigidas à Rússia, incluindo mas não se limitando aos principais bancos russos, algumas outras empresas, membros do parlamento russo e alguns membros da elite russa e respetivas famílias, mas proibindo também a negociação primária/secundária de dívida soberana e outros títulos selecionados. Os efeitos secundários destes desenvolvimentos, como por exemplo o custo e a suficiência do abastecimento energético na Europa Ocidental e o impacto económico de vários cenários, são difíceis de prever e podem ser graves. Sempre que possível e na medida dos nossos conhecimentos atuais, estes impactos, incluindo potenciais contramedidas russas, foram considerados na nossa estratégia de carteira. Estamos a acompanhar de perto os desenvolvimentos e a utilizar estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crises Global e Regional, conforme e quando necessário.

O setor bancário

O desempenho da indústria bancária mundial poderia melhorar ainda mais em 2022, em função do subsídio da pandemia da COVID-19 e da redução da escassez da oferta em muitas indústrias. Dadas as perspetivas macroeconómicas positivas, o crescimento dos empréstimos poderá recomeçar, as taxas de juro deverão subir, as provisões para perdas de empréstimos poderão permanecer relativamente baixas, e o ambiente dos mercados de capitais poderá permanecer globalmente favorável, embora seja provável que a dinâmica abrande em comparação com 2021. Dada a considerável incerteza da política monetária, a volatilidade do mercado poderia aumentar, e as surpresas da política poderiam ter impacto nos preços dos ativos. Uma forte rentabilidade do setor bancário pode resultar em rendimentos de capital substanciais para os acionistas. Espera-se que as medidas políticas e regulamentares para fazer avançar a transição para uma economia e um sistema financeiro mais sustentáveis moldem cada vez mais as decisões e relatórios de financiamento e investimento dos bancos e gestores de ativos. Um desempenho em parte decepcionante na absorção e distribuição de vacinas e uma inflação crescente poderiam de certa forma diminuir as perspetivas de crescimento.

Na Europa, as receitas deveriam beneficiar da saída gradual do BCE dos seus instrumentos de crise, particularmente o corte das compras de ativos no contexto de uma flexibilização quantitativa e potenciais sinais de taxas de juro mais elevadas. Da mesma forma, um consumo privado mais forte, bem como uma despesa governamental robusta sustentada e um investimento empresarial podem ter um impacto positivo nas receitas bancárias. Do outro lado, as condições de financiamento mais favoráveis no âmbito do programa TLTRO III do BCE expirarão.

Nos EUA, o rendimento de juros líquido poderia receber um impulso de várias subidas de taxas pela Reserva Federal, semelhante ao início do último ciclo em 2015/2016. Pelo menos inicialmente, a perspetiva de taxas mais elevadas poderia também estimular a procura de crédito, tanto no que diz respeito a empréstimos como a obrigações de empresas.

Na maior parte da Ásia, os bancos poderiam também beneficiar do aumento das taxas de juro e, portanto, das margens, bem como de uma recuperação do consumo interno. Na China, o quadro vai provavelmente ser mais misto, com um arrastamento de uma flexibilização moderada da política monetária, mas a verificação de impulsos da expansão fiscal e uma aceleração do crescimento económico global.

Depois de o Reino Unido (UK) deixar a União Europeia (UE), o futuro imediato das suas relações económicas é regido por um acordo comercial, que não abrange os serviços financeiros transfronteiriços. Esses serviços serão regidos por requisitos regulamentares locais ou por acordos ad hoc entre entidades reguladoras das duas jurisdições. O Banco de Inglaterra e a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) com a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) relativo à supervisão das entidades de infraestrutura de mercado. Em princípio, foi acordado um MOU que estabelece um quadro estruturado para a cooperação regulamentar e o processo de adoção, suspensão e retirada das decisões de equivalência entre o Reino Unido e a UE, mas que ainda não foi ratificado pelo Parlamento Europeu. Até à data, apenas duas decisões de equivalência limitadas no tempo foram tomadas pela UE. A primeira, que se dirige às centrais de depósito de títulos do Reino Unido, expira a 30 de junho de 2021, e a segunda, relativa às contrapartes centrais do Reino Unido, expira a 30 de junho de 2022, mas espera-se que seja prorrogada na sequência de um anúncio da Comissão Europeia (CE) de novembro de 2021.

Em relação à proposta legislativa da Comissão Europeia de 27 de outubro de 2021, os decisores políticos europeus irão debater alterações à regulamentação prudencial e de resolução destinadas a implementar o pacote final de Basileia III, com particular incidência nos modelos de risco. Espera-se que a negociação do pacote final demore vários anos.

O Grupo Deutsche Bank

Em julho de 2019, anunciámos uma transformação estratégica do Deutsche Bank para voltarmos a concentrar-nos na rentabilidade sustentável e numa melhoria dos rendimentos para os nossos acionistas. As declarações incluídas nesta secção cobrem o desempenho esperado em relação aos nossos indicadores-chave de desempenho para o exercício financeiro de 2022.

Apesar dos restantes desafios associados à pandemia da COVID-19 e das incertezas associadas à ação militar russa contra a Ucrânia, pretendemos continuar a executar a nossa estratégia de forma disciplinada em 2022 e depois, concentrando-nos na melhoria da rentabilidade sustentável através do crescimento das receitas nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank e mantendo-nos disciplinados nos custos e no capital. Continuamos a trabalhar para os nossos objetivos financeiros de 2022, apoiados pela execução contínua da nossa estratégia.

Os nossos indicadores-chave de desempenho, incluindo os nossos objetivos financeiros, são apresentados no quadro abaixo:

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho	31 dez 2021	Objetivos 2022	KPI 2025
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) do Grupo ¹	3,8%	8,0%	acima de 10%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) do Core Bank ²	6,4%	acima de 9,0%	N/A
Taxa de crescimento anual composta de receitas de 2021 a 2025 ³	N/A	N/A	3,5 a 4,5%
Relação custo/rendimento ⁴	84,6%	70,0%	Inferior a 62,5%
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁵	13,2%	12,5%	~ 13 %
Taxa de alavancagem (fully loaded) ⁶	4,9%	~4,5%	acima de 4,5%

¹ Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

² Com base no lucro líquido do Core Bank atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

³ Com base nas receitas líquidas.

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁵ O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

⁶ Em 17 de setembro de 2020, o BCE anunciou a sua decisão de exercer a sua discricionariedade regulamentar, declarando circunstâncias excecionais. Esta medida permite aos bancos excluir determinados saldos dos bancos centrais elegíveis da exposição à alavancagem. Os bancos beneficiarão da medida de alívio até 31 de março de 2022, quando a CRR2 entrar em vigor. O rácio de alavancagem excluindo este efeito era de 4,5% em 31 de dezembro de 2021.

Em 2022, estamos a trabalhar no sentido de atingir os nossos objetivos financeiros, principalmente o objetivo de Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) de 8% para o Grupo e acima de 9% para as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, aproveitando os progressos realizados desde que começámos a nossa transformação estratégica em 2019. Todas as projeções prospetivas abaixo são baseadas nas taxas de câmbio estrangeiras de 31 de janeiro de 2022.

Em 2022, as receitas do Grupo e das principais áreas de negócio do Deutsche Bank deverão ser ligeiramente mais elevadas em comparação com o ano anterior. Esperamos ganhar entre 26 a 27 mil milhões de euros de receitas a nível do Grupo, excedendo as nossas ambições de receitas anteriores de 2022, apoiados pela resiliência e o potencial de crescimento das nossas principais empresas e pela continuação da dinâmica empresarial. No Investment Bank, as receitas deverão diminuir ligeiramente, impulsionadas principalmente pela área de geração e consultoria, à medida que os volumes da indústria e os conjuntos de comissões normalizam a partir dos níveis observados em 2021. O crescimento em volumes e rendimentos de comissões no Corporate Bank deve ser apoiado por mais uma implementação de fixação de novos preços de depósitos e um melhor ambiente de taxas de juro. No Private Bank, esperam-se receitas mais elevadas, principalmente devido ao crescimento contínuo dos negócios em produtos de investimento e empréstimos, à diminuição do impacto da sentença do BGH e a um ganho esperado na venda da rede de consultores financeiros em Itália após o encerramento. Na área de Asset Management, espera-se que as receitas se mantenham essencialmente inalteradas, assumindo a estabilização do mercado.

Estamos a gerir a base de custos do Grupo no sentido do nosso objetivo de relação custo/rendimento. Continuamos altamente concentrados na disciplina de custos e na concretização das iniciativas em curso. Esperamos que os gastos operacionais (excl. juros) em 2022 sejam inferiores aos de 2021, em grande parte motivados por efeitos relacionados com a transformação significativamente inferiores. De 2019 a 2021, reconhecemos 8,4 mil milhões de euros de efeitos relacionados com a transformação. Isto representa 97% do impacto previsto para os anos de 2019 a 2022. Espera-se que os custos ajustados excluindo os encargos de transformação sejam ligeiramente inferiores em 2022. Esperamos que o desenvolvimento de custos beneficie das eficiências de TI resultantes da execução de estratégias de TI, dos benefícios de redução do número de colaboradores do ano anterior e do alinhamento total, bem como das poupanças em funções de infraestrutura resultantes da otimização e automatização de processos. Estes efeitos serão potencialmente compensados por investimentos contínuos em controlos, efeitos inflacionistas e o impacto previsto das alterações das taxas de câmbio.

Esperamos que as provisões para perdas de crédito sejam significativamente mais elevadas em 2022 em comparação com o ano anterior, refletindo níveis de provisionamento mais normalizados. O baixo nível de provisões em 2021 foi apoiado por uma forte recuperação económica, particularmente após o abrandamento de várias restrições relacionadas com a pandemia durante o ano, recuperações, e uma redução líquida das sobreposições de gestão. No meio de um abrandamento previsto do crescimento macroeconómico em 2022 em relação aos níveis excepcionalmente fortes do ano anterior, esperamos, portanto, que a provisão para perdas de crédito seja de cerca de 20 pontos base como percentagem dos nossos empréstimos médios previstos para o ano inteiro de 2022. A qualidade da nossa carteira de crédito permanece forte, e estamos bem posicionados para gerir os riscos emergentes, incluindo incertezas geopolíticas, ruturas na cadeia de abastecimento e o esperado aperto das políticas. A secção "Relatório de Risco" do presente relatório fornece dados mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL).

Esperamos que o nosso rácio Common Equity Tier 1 (rácio CET 1) até ao final do ano 2022 permaneça essencialmente inalterado em comparação com 2021. Esperamos que as decisões regulamentares sobre modelos tenham impacto nos nossos ativos ponderados pelo risco (RWA) ao longo do ano, em particular no que respeita ao risco de crédito, conduzindo a alguma variabilidade do rácio CET1. Esperamos que o crescimento empresarial aumente os nossos RWA. Globalmente, espera-se que os RWA sejam ligeiramente superiores. Para 2022, continuamos empenhados em manter o nosso rácio CET1 acima do nosso objetivo externo de 12,5%.

Esperamos que a nossa exposição à alavancagem até ao final do ano de 2022 seja superior a 2021. Espera-se que a exposição à alavancagem do Grupo aumente à medida que a exclusão temporária de certos saldos dos bancos centrais do sistema Euro expire no segundo trimestre de 2022. Consequentemente, esperamos que o nosso rácio de alavancagem (fully loaded) seja ligeiramente inferior mas consistente com o nosso objetivo de rácio de alavancagem de aproximadamente 4,5% até ao final do ano de 2022. Pretendemos propor um dividendo de 0,20 euros por ação relativamente ao exercício financeiro de 2021, a pagar em 2022, e complementaremos a distribuição aos acionistas com recompras de ações de 300 milhões de euros na primeira metade de 2022. Estamos empenhados em entregar dividendos em numerário de crescimento sustentável e devolver o excesso de capital aos acionistas através da recompra de ações que ultrapasse o necessário para apoiar o crescimento rentável e as próximas mudanças regulamentares ao longo do tempo, sujeito à aprovação regulamentar e à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da lei empresarial alemã. Para o efeito, e sob reserva do cumprimento dos nossos objetivos estratégicos, o Conselho de Administração pretende aumentar os dividendos em numerário por ação em 50% por ano nos próximos 3 anos, a partir de 0,20 euros por ação para o exercício financeiro de 2021, o que se traduziria em aproximadamente 3,3 mil milhões de euros de pagamentos de dividendos acumulados até 2025 relativamente aos exercícios financeiros de 2021-2024. Em relação ao exercício financeiro de 2024, pretendemos alcançar um rácio de pagamento total de 50% a partir de uma combinação de dividendos pagos e recompra de ações executada em 2025; e pretendemos manter um rácio de pagamento total de 50% nos anos subsequentes. Para além da já anunciada recompra de ações em 2022 de 300 milhões de euros, a satisfação das nossas atuais aspirações financeiras apoiaria, portanto, as distribuições cumulativas anteriormente anunciadas aos acionistas sob a forma de dividendos pagos ou de recompra de ações executada no montante total de 5 mil milhões de euros relativamente aos exercícios financeiros de 2021-2024. Além disso, se executarmos com sucesso os nossos planos financeiros e estratégicos até 2025, o total de distribuições cumulativas implícitas de aproximadamente 8 mil milhões de euros em relação aos exercícios financeiros de 2021-2025 será realizável. A nossa ambição de devolver o capital aos acionistas é ainda sustentada pelo nosso objetivo de manter um sólido rácio de Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de aproximadamente 13%, ou seja, um rácio CET 1 não inferior a 200 pontos base acima do nosso limiar do Montante Máximo Distribuível (MDA), que assumimos atualmente prevalecer ao longo do tempo. Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução. Para 2022, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígio está sujeita a muitas incertezas, esperamos despesas de litígio líquidas inferiores aos níveis observados no ano anterior.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ação militar em larga escala contra a Ucrânia. Em resposta a esta ação, o Ocidente moveu-se no sentido de impor sanções alargadas, incluindo sanções de congelamento/bloqueio de ativos) contra a Rússia, incluindo mas não se limitando aos principais bancos russos, o Banco Central Russo, algumas outras empresas, membros do parlamento russo e alguns membros da elite russa e respetivas famílias, mas proibindo também a negociação primária/secundária de dívida soberana e outros títulos selecionados, bem como anunciando a desconexão de bancos russos selecionados do SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication). É possível que sejam impostas sanções adicionais, incluindo sanções adicionais ou novas de congelamento/bloqueio de ativos de particulares (SDN) ou empresas (incluindo outras empresas e bancos sistemicamente importantes), a proibição de conversão de instrumentos de empréstimo intercalar, por exemplo, em USD, EUR ou GBP, e a desconexão da Rússia do SWIFT. As sanções estão sujeitas a mudanças rápidas e é também possível que novas sanções secundárias diretas ou indiretas possam ser impostas pelos Estados Unidos ou outras jurisdições sem aviso prévio, em resultado da evolução da situação. Considerando as sanções anunciadas na sequência do dia 24 de fevereiro, estamos perante uma quantidade sem precedentes de medidas de sanções, nem todas totalmente alinhadas entre jurisdições e, por conseguinte, aumentam ainda mais a complexidade operacional e o risco de cometer erros na gestão das atividades comerciais quotidianas no âmbito do ambiente de sanções em rápida evolução. Geralmente, as sanções reforçadas da Rússia resultam num aumento da complexidade do nosso contexto de controlo e, quanto

mais clientes forem afetados, mais difícil poderá ser reduzir por completo os casos dentro do prazo previsto pelas licenças ou autorizações. Novas sanções, bem como contramedidas por parte do governo russo, poderiam também resultar em diferenças entre a aplicação / implementação local de requisitos relevantes pelo Deutsche Bank Moscovo e pelo Grupo Deutsche Bank (uma vez que o Deutsche Bank Moscovo teria de cumprir a lei local). Subsequentemente, isto criaria situações de conflito de leis e determinadas isenções teriam de ser aplicadas. Além disso, o Deutsche Bank está a utilizar recursos tecnológicos próprios na Rússia, que contribuem para o desenvolvimento de algumas das aplicações críticas do Banco. Estamos sujeitos ao risco de que a nossa capacidade de utilizar estes recursos tecnológicos possa ser prejudicada ou perdida, por exemplo, devido a sanções do Ocidente, ações iniciadas pelo Estado russo ou ações de gestão. O risco acrescido de sanções, incluindo contramedidas russas, foi considerado na nossa estratégia de carteira. Estamos a acompanhar de perto os desenvolvimentos e a utilizar estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crises Global e Regional, conforme e quando necessário. Assistimos também a um aumento dos ciberataques, que podem representar riscos diretos e indiretos para nós. O impacto negativo da situação em curso na Ucrânia, tanto do ponto de vista do risco financeiro como não financeiro, dependerá da forma como a atual crise se desenvolverá e poderá ter impacto na nossa capacidade de atingirmos os nossos objetivos declarados. O contexto regulamentar ou outras restrições, incluindo sanções impostas, podem resultar na inviabilização das nossas atividades comerciais relacionadas com a Rússia ou na perda de controlo sobre os nossos ativos. Apesar das políticas de continuidade empresarial e de gestão de crises atualmente em vigor, o conflito também coloca desafios relacionados com o pessoal, bem como com a perda de continuidade empresarial, o que pode perturbar os nossos negócios e conduzir a perdas significativas.

Os custos ajustados, custos ajustados excluindo encargos de transformação, a rentabilidade das participações de capital tangíveis médias após impostos e o rácio de alavancagem (fully loaded) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Os nossos segmentos de negócio

Corporate Bank

Espera-se que as receitas do Corporate Bank sejam mais elevadas em 2022 em comparação com o ano anterior, apoiadas pelas nossas iniciativas de crescimento, a implementação de fixação de novos preços de depósitos e impulsos das taxas de juro. Esperamos que as receitas dos Serviços de Tesouraria Empresarial sejam mais elevadas, apoiadas pela extensão dos empréstimos, o crescimento do fluxo e dos produtos de financiamento ao comércio estruturado, a fixação de novos preços de depósitos e perspetivas mais favoráveis de taxas de juro. Para os Serviços Institucionais ao Cliente, espera-se também que as receitas sejam mais elevadas, apoiadas pelo crescimento das empresas e pelas perspetivas mais favoráveis das taxas de juro. Espera-se que as receitas do Business Banking sejam mais elevadas em comparação com o ano anterior, refletindo principalmente a fixação de novos preços de depósitos e outras ações de fixação de novos preços.

Esperamos que a provisão para perdas de crédito para o Corporate Bank em 2022 seja significativamente mais elevada, refletindo níveis de provisionamento mais normalizados, em comparação com um lançamento líquido em 2021, devido aos efeitos desfasados da pandemia da COVID-19 e à dissolução de programas de apoio específicos.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) para 2022 sejam inferiores. Os custos ajustados, excluindo as taxas de transformação, deverão ser ligeiramente inferiores, tanto nas atribuições de custos de serviços internos, como nas despesas diretas. Esperamos beneficiar da nossa rigorosa disciplina de custos em geral e relativamente a despesas administrativas, bem como de remunerações e benefícios mais baixos, apoiados pelas nossas ações de contagem de colaboradores em períodos anteriores. A conformidade regulamentar, a melhoria dos processos Conheça o seu cliente (KYC) e de integração de clientes, a estabilidade do sistema e o controlo e a conduta continuam a ser uma área de forte enfoque.

Esperamos que os RWA no Corporate Bank se mantenham essencialmente estáveis em 2022, uma vez que se espera que os aumentos das nossas atividades de empréstimo sejam compensados por mudanças favoráveis do modelo.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem potenciais impactos no nosso modelo de negócios decorrentes da incerteza macroeconómica e geopolítica global, incluindo incertezas quanto à duração e recuperação da pandemia da COVID-19 e associadas à ação militar russa contra a Ucrânia. Além disso, a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais (por exemplo, o contexto das taxas de juro), a evolução regulamentar em curso (por exemplo, a finalização do quadro de Basileia III), os riscos de eventos geopolíticos e os níveis de atividade dos clientes podem também ter um impacto adverso.

Investment Bank

Esperamos que as receitas do Investment Bank sejam essencialmente estáveis em 2022, em comparação com o ano anterior. 2021 foi um ano muito forte para o Investment Bank, impulsionado por um conjunto recorde de comissões na área de Geração

e consultoria e pelo contínuo reencaminhamento de clientes, auxiliado por atualizações de notação das três principais agências de notação. Embora esperemos que este benefício continue até 2022, para além de um fortalecimento do dólar americano, este deverá ser compensado por um conjunto de taxas do setor materialmente mais baixas na área de Geração e consultoria.

Esperamos que as receitas de Vendas e Negociação (FIC) se sejam essencialmente inalteradas até 2021. Relativamente às Taxas, planeamos visar e construir determinadas áreas do negócio e esperamos beneficiar ainda mais do nosso novo modelo de cobertura institucional lançado em 2021, enquanto que nos Mercados cambiais esperamos que a melhoria das condições de mercado verificada no quarto trimestre de 2021 continue em 2022. O nosso negócio de mercados globais emergentes procurará desenvolver ainda mais a sua pegada terrestre e as soluções de fluxo de trabalho dos clientes. Na Negociação de Crédito, pretendemos investir em áreas específicas do negócio onde existem oportunidades de crescimento, mas não esperamos que o negócio, que atravessa dificuldades, repita o desempenho muito forte visto em 2021. O nosso negócio de Financiamento continuará a adotar uma abordagem disciplinada e seletiva na afetação de recursos. Esperamos que as receitas sejam ligeiramente inferiores devido a uma redução na atividade da ABS, que foi muito forte em 2021.

Na área de Geração e consultoria, esperamos que as receitas sejam inferiores em 2022 em comparação com 2021, principalmente devido a um declínio esperado no conjunto das comissões de mercado em comparação com o ano passado. Esperamos que o nosso negócio de Geração de dívida aumente ainda mais as suas funções de “left lead” e de agência administrativa nas transações e desenvolva ainda mais as nossas capacidades de ESG para os clientes. Na área de Geração de ações, continuaremos a fornecer uma oferta competitiva nos produtos. Em Consultoria, planeamos aproveitar o impulso do ano anterior e investir em áreas de cobertura específicas onde vemos potencial de crescimento, o que também deverá beneficiar o negócio mais vasto de Geração e consultoria.

Esperamos que a provisão para perdas de crédito para o Investment Bank em 2022 seja significativamente mais elevada do que no ano anterior, refletindo níveis de provisionamento mais normalizados. 2021 beneficiou de desembolsos significativas na sequência das provisões relativas à COVID-19 tomadas em 2020. Não esperamos que estas voltem a ocorrer este ano.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) do Investment Bank em 2022 se mantenham essencialmente inalterados em comparação com o ano anterior. Prevê-se que as reduções de custos decorrentes do alinhamento total contínuo, da otimização de processos e da desativação de aplicações sejam compensadas por obstáculos cambiais, custos mais elevados de taxas bancárias e investimentos no nosso pessoal. Espera-se também que os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação fiquem essencialmente inalterados.

Para 2022, esperamos que os RWA no Investment Bank sejam mais elevados, impulsionados pelos RWA de risco de crédito resultantes da inflação regulamentar. Espera-se que o crescimento do negócio subjacente seja globalmente estável para o ano.

As nossas perspetivas para 2022 têm vários riscos. A atual pandemia da COVID-19 tem o potencial de criar mais perturbações para a recuperação económica. O relativo sucesso da implementação da vacinação no mundo em desenvolvimento e quaisquer novas variantes potenciais podem ter impactos positivos ou adversos. O impacto da atual ação militar russa contra a Ucrânia nos mercados financeiros é altamente incerto. As políticas dos bancos centrais, especificamente em torno da redução das aquisições de ativos e das taxas de juro criam riscos, tal como o potencial para um período de inflação mais elevada, juntamente com os desenvolvimentos regulamentares em curso. Em termos mais gerais, os riscos de eventos geopolíticos também podem ter um impacto adverso.

Private Bank

No Private Bank (PB), continuaremos a finalizar as nossas iniciativas de transformação e pretendemos apoiar o crescimento contínuo dos nossos negócios de empréstimo e investimento. Esperamos uma perspetiva mais favorável para as nossas empresas com base nos movimentos recentes das taxas de juro; embora vejamos as pressões sobre as taxas de juro a diminuir, elas continuarão a ter um impacto negativo modesto no desenvolvimento das nossas receitas. Após termos chegado a acordos de consentimento para a maioria das contas afetadas pela sentença de abril de 2021 do Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) sobre acordos de preços, esperamos que os impactos negativos correspondentes nas receitas sejam consideravelmente inferiores em 2022 em comparação com 2021.

Assumimos que as receitas líquidas em 2022 serão mais elevadas em comparação com 2021. Espera-se que o crescimento das receitas seja apoiado por um lucro com o encerramento da venda da rede de consultores financeiros em Itália. Excluindo este impacto, prevemos que as receitas sejam ligeiramente mais elevadas em comparação com 2021, impulsionadas pelo crescimento contínuo dos negócios em produtos de investimento e empréstimos, que deverão em parte ser compensados pelos impactos do contexto de baixas taxas de juro em curso. Também esperamos impactos negativos mais baixos da referida sentença do BGH.

Esperamos que as receitas do Private Bank Alemanha sejam ligeiramente mais elevadas em comparação com 2021, apoiadas por menores impactos negativos nas receitas decorrentes da sentença do BGH. Excluindo este impacto, esperamos que as

receitas do Private Bank Alemanha se mantenham essencialmente estáveis ano após ano, uma vez que o crescimento significativo das receitas de investimento e de empréstimos será parcialmente compensado pelos obstáculos da compressão das margens dos depósitos, que deverão diminuir ainda mais em períodos futuros, em virtude das perspetivas recentes mais positivas das taxas de juro.

No International Private Bank (IPB), esperamos que as receitas sejam mais elevadas ano após ano, apoiadas pelo já referido ganho previsto com a venda da rede de consultores financeiros italianos. Excluindo este impacto, esperamos que as receitas sejam também mais elevadas em comparação com 2021, uma vez que o crescimento contínuo do investimento e dos produtos de empréstimo só será parcialmente compensado por benefícios reduzidos do programa TLTRO do BCE.

No Private Bank, esperamos que os volumes de ativos sob gestão (AuM) permaneçam essencialmente estáveis em comparação com 2021. As entradas líquidas contínuas serão em parte compensadas pelo impacto da alienação após o encerramento da transação do consultor financeiro em Itália.

Espera-se que a provisão para perdas de crédito no Private Bank seja mais elevada em 2022, refletindo níveis baixos em 2021, bem como a nossa expectativa de evolução macroeconómica e o impacto do crescimento contínuo de empréstimos selecionados.

Espera-se que os RWA sejam ligeiramente mais elevados em 2022, uma vez que o crescimento na nossa carteira de empréstimos será em parte compensado pelos impactos positivos da conclusão das atualizações do modelo de risco.

Os gastos operacionais (excl. juros) no Private Bank deverão ser mais baixos em 2022, refletindo custos mais baixos e maiores poupanças associadas às nossas iniciativas de transformação. Este último impacto conduzirá também a custos ajustados ligeiramente mais baixos (excluindo as taxas de transformação) em comparação com 2021. Além disso, esperamos impactos positivos de provisões para litígio mais baixas e uma disciplina contínua de custos, bem como impactos negativos da inflação e regulação.

Os riscos para as nossas previsões incluem potenciais impactos no nosso modelo de negócio a partir de incertezas macroeconómicas, incluindo incertezas em torno da duração e recuperação da pandemia da COVID-19 e associadas à ação militar russa contra a Ucrânia, incertezas quanto às taxas de juro na zona Euro, crescimento económico mais lento nos nossos principais países operacionais e menor atividade dos clientes. A atividade dos clientes pode ser afetada por incertezas do mercado, incluindo volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito. A implementação de requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção e atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem também ter um impacto negativo nos nossos proveitos, consumo de capital e custos.

Asset Management

O segmento de Asset Management é constituído principalmente pelos resultados financeiros consolidados da DWS Group GmbH & Co. KGaA, da qual o Deutsche Bank AG detém uma participação maioritária de aproximadamente 80%.

A DWS está totalmente empenhada em concretizar as suas aspirações para a fase dois do seu percurso empresarial. A DWS espera que o crescimento e a eficiência impulsionem a criação de valor acionista ao longo do tempo. A DWS aperfeiçoou os seus objetivos a médio prazo no início de 2021.

A DWS pretende focar-se em produtos e serviços inovadores onde possa diferenciar e servir de melhor forma os clientes, mantendo ao mesmo tempo uma abordagem de custos disciplinada.

Em 2022, esperamos que a taxa de entrada líquida esteja em conformidade com o nosso objetivo a médio prazo de mais de 4%, em média, até 2024, impulsionada por áreas de crescimento direcionadas de investimentos passivos e alternativos, reforçadas por alianças estratégicas e inovações de produtos, incluindo mais ofertas de ESG. Na área de Asset Management, espera-se que as receitas se mantenham amplamente inalteradas, assumindo a estabilização do mercado. Além disso, esperamos mais investimentos em crescimento e transformação de plataformas, que serão parcialmente compensados pela contínua disciplina de custos. Espera-se que os custos em 2022 sejam ligeiramente mais elevados do que em 2021.

A recente ação militar iniciada pela Rússia contra a Ucrânia aumentou a incerteza política e económica, o que pode ter um impacto nos nossos pressupostos de futuro e impacto nos nossos pressupostos de crescimento.

Capital Release Unit

A CRU cumpriu materialmente o caminho estratégico de transformação estabelecido em 2019, tendo sido alcançadas a transição da plataforma Prime Finance and Electronic Equities completa e a significativa redução do risco.

Em 2022, esperamos concentrar-nos em três áreas-chave. Em primeiro lugar, reduzir ainda mais os nossos custos, incluindo a afetação de serviços internos. De acordo com a nossa comunicação anterior, visamos custos ajustados excluindo taxas de transformação de 0,8 mil milhões de euros para o ano inteiro. Em segundo lugar, continuando a gerir o risco da carteira enquanto se efetua uma redução do risco de forma oportunista. Em conjunto, esperamos reportar receitas negativas para o ano de 2022, impulsionadas por custos de financiamento, custos de cobertura, impactos do preço de mercado e de saídas de carteiras, os quais serão parcialmente compensados por receitas de carteiras de empréstimos. Em terceiro lugar, simplificando a infraestrutura da divisão através da desativação de aplicações, do encerramento de carteiras de negociação, da saída de locais e entidades jurídicas.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem o contexto legal e regulamentar, que continuamos a acompanhar cuidadosamente, particularmente no que diz respeito à carteira hipotecária denominada em divisa na Polónia. A evolução judicial ou regulamentar adversa poderá ter um impacto negativo na carteira.

Corporate & Other

Em 2022, esperamos que a área Corporate & Other (C&O) gere uma perda antes de impostos; no entanto, espera-se que esta perda seja menor em comparação com o ano anterior. Os resultados continuarão a ser influenciados pelas diferenças de avaliação e de calendário em posições que estão economicamente cobertas mas que não estão em conformidade com os requisitos contabilísticos para a contabilidade de cobertura. Haverá determinados custos transitórios detidos centralmente relacionados com alterações no nosso quadro interno de preços de transferência de fundos ("FTP"), bem como custos associados a atividades antigas relacionadas com a fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG. Em 2022, esperamos reter cerca de 300 milhões de euros no total, relacionados com estes custos de financiamento na área de C&O. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definidas nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, deverão ser de cerca de 400 milhões de euros, inferiores em comparação com o ano anterior. Espera-se também que a C&O seja afetada por maiores investimentos incrementais em todo o grupo, principalmente nas nossas áreas de TI e Combate aos crimes financeiros.

Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas "perspetivas".

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos, alguns dos quais não podemos influenciar. A realização atempada e completa das nossas aspirações estratégicas pode ser negativamente afetada pela redução das capacidades geradoras de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais, se se verificar uma cristalização dos riscos macroeconómicos e de mercado. Estes riscos incluem os impactos em curso da pandemia da COVID-19, juntamente com as pressões inflacionistas e os desafios da cadeia de abastecimento numa série de indústrias e mercados, os obstáculos em curso colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos que recaem sobre nós dos procedimentos legais e regulamentares. Alguns riscos geopolíticos são também elevados, particularmente no que diz respeito à ação militar da Rússia contra a Ucrânia. A materialização dos riscos, quer individualmente quer simultaneamente, poderá (entre outros) conduzir a uma redução da rentabilidade que afete negativamente a adição de capital e a capacidade de dividendos. Em contrapartida, melhores condições macroeconómicas e de mercado, a nossa estratégia de negócio focalizada e os benefícios contínuos da digitalização podem gerar oportunidades para o Banco.

A atual pandemia da COVID-19 afetou e pode continuar a afetar muitas áreas diferentes do banco, tanto no que diz respeito aos riscos como às oportunidades, impulsionando níveis significativos de flutuação nos resultados das nossas operações, planos estratégicos e metas, bem como o preço das nossas ações.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento económico, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com as nossas perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

O contexto macroeconómico, empresarial e operacional do Deutsche Bank melhorou ao longo de 2021, à medida que a economia global registou uma forte recuperação da recessão pandémica. No entanto, as perspetivas a curto prazo deterioraram-se, e os riscos negativos aumentaram à medida que a pressão inflacionista se intensificou ainda mais, as perturbações da oferta se tornaram mais enraizadas, e a nova variante altamente infecciosa Omicron da COVID-19 se espalhou rapidamente por todo o globo. A ação militar em larga escala da Rússia contra a Ucrânia e a resposta de sanções severas do Ocidente contra a Rússia podem ter consequências económicas negativas significativas, não só para a economia russa mas também para a Europa. A crise tem o potencial de agravar a situação dos preços da energia na Europa, já em esforço, o que poderia levar a um abrandamento económico que conduziria a maiores perdas, incluindo maiores provisões de crédito, na nossa carteira.

A pandemia da COVID-19 continua a apresentar um risco tangível de desvantagem para o nosso negócio. O aumento global dos casos da COVID-19 relacionados com a variante altamente transmissível Omicron teve um impacto negativo na atividade económica devido ao aumento das restrições impostas pelos governos de muitos países, apesar dos indícios de que causa doenças menos graves do que as variantes anteriores. Espera-se que os impactos diminuam à medida que as taxas de vacinação continuem a aumentar globalmente e que novos medicamentos antivirais se tornem disponíveis, o que deverá limitar o número de doenças e mortes graves, embora as taxas de vacinação em muitos mercados emergentes continuem a manter-se baixas e os mercados desenvolvidos continuem a enfrentar a hesitação relativa à vacinação em partes significativas da sua população. Como resultado, o calendário e a força das recuperações económicas continuarão a variar de país para país. O aparecimento de novas variantes preocupantes pode exigir requisitos de distanciamento social adicionais ou confinamentos, não sendo os respetivos efeitos totalmente previsíveis, uma vez que os mesmos variarão dependendo da natureza da variante, das condições pandémicas específicas do país e das preferências políticas. Os países que seguiram uma política zero relativamente à COVID-19, incluindo a China, podem ter tanta dificuldade em conter a Omicron como outras variantes, devido à sua natureza mais infecciosa. Embora algumas mudanças incipientes na política tenham começado a ocorrer, poderão ser necessários bloqueios rigorosos que poderão ter impacto na economia da China e nas cadeias de abastecimento globais.

As pressões da cadeia de abastecimento na produção, comércio e logística global resultantes da pandemia e da subsequente forte recuperação da procura irão provavelmente persistir até 2022, restringindo a produção e alimentando a inflação dos preços dos bens manufaturados e intermédios, bem como a energia e outras matérias-primas. As taxas de inflação dos preços ao consumidor atingiram máximos de várias décadas na Europa e nos EUA e o aumento dos preços da energia está a provocar pressões de custos para empresas e famílias que podem ter impacto na qualidade das nossas carteiras, em particular em

indústrias com impacto direto, tais como os Serviços públicos. Como resultado, podemos observar incumprimentos mais elevados do que o esperado em indústrias ou regiões selecionadas, levantamentos de crédito mais elevados e, em geral, uma maior volatilidade do mercado.

A previsão da inflação permanece incerta. O consenso e as projeções implícitas no mercado apontam para uma pressão inflacionista continuamente elevada à medida que os estrangulamentos de abastecimento e outros fatores temporários se desvanecem com lentidão. Embora se espere que os principais bancos centrais eliminem gradualmente o extraordinário estímulo da política monetária através da eliminação gradual das compras de obrigações de emergência e do levantamento das principais taxas políticas, continua a existir o risco de que a inflação dos preços ao consumidor e dos ativos nas principais economias avançadas continue a acelerar mais rapidamente do que o previsto, exigindo uma política monetária mais agressiva. Embora tal possa criar algum potencial ascendente para os nossos níveis de atividade empresarial e rendimento líquido de juros, um aumento desordenadamente acentuado das taxas de rendimento de obrigações poderia desencadear uma correção descendente para as ações e o alargamento dos spreads de crédito, o que poderia ter um impacto negativo nos resultados de negociação. Além disso, pudemos ver uma maior exposição ao crédito da contraparte sobre derivados, um aumento dos riscos de crédito em clientes altamente alavancados e mercados emergentes com desequilíbrios externos, bem como riscos para os ativos de fundos de pensões. Em termos mais gerais, isto poderia ter impacto na avaliação dos nossos ativos e passivos e conduzir a alterações na composição do nosso balanço.

Apesar das elevadas pressões inflacionistas, atualmente as taxas de juro permanecem extremamente baixas, com a taxa da facilidade de depósito do BCE ainda fixada em -0,50%, os rendimentos nominais da dívida pública alemã, até há pouco tempo, a serem negociados em/perto de território negativo e as taxas reais profundamente negativas. O contexto de baixas taxas de juro tem apoiado avaliações de mercado elevadas em ativos de risco, particularmente em ações dos EUA, incluindo o setor tecnológico, aumentando o risco de uma correção de preços significativa se as taxas de políticas subirem mais rapidamente e para um nível mais elevado do que o atualmente previsto. O aperto retardado iria provavelmente exacerbar ainda mais as avaliações de mercado alargadas e exercer uma pressão renovada sobre as margens de juro bancárias. Mais importante ainda, mais um período prolongado de taxas de juro baixas na Zona Euro poderia afetar materialmente a nossa rentabilidade e a implantação do balanço. Embora as nossas receitas sejam particularmente sensíveis às taxas de juro, dada a dimensão dos nossos livros de empréstimos e depósitos denominados em euros, a conjuntura de taxas de juro baixas também pode afetar outras posições do balanço, que são contabilizadas pelo seu justo valor.

Os riscos relacionados com a China são elevados, com preocupações constantes sobre o potencial para uma deterioração ampla e persistente do setor imobiliário e dos promotores imobiliários da China, altamente alavancados. Assistimos a numerosas ações de notação por agências externas - sendo que alguns dos nomes que registaram uma deterioração significativa da notação foram até há pouco tempo classificados como de investimento - e uma escassez generalizada de liquidez para o setor. A estabilização da economia tornou-se uma prioridade fundamental para o governo chinês em 2022, mas os riscos de contínuas restrições de liquidez e incumprimentos selecionados, no setor imobiliário, continuam a ser elevados. Sendo uma grave desvantagem, isto pode levar a um contágio mais amplo através de empresas estatais e privadas mais fracas, o que poderia conduzir a maiores perdas, incluindo provisões de crédito mais elevadas, na nossa carteira.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no nosso balanço inclui instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, incorremos em perdas no passado e podemos incorrer em mais perdas no futuro. Estamos expostos a riscos relacionados com os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo em relação ao USD e à GBP.

Do mesmo modo, o risco de liquidez pode decorrer de um valor e viabilidade comercial dos ativos líquidos totais de alta qualidade, uma vez que estes afetariam o montante das receitas disponíveis para cobrir as saídas de caixa durante um evento de esforço. Podem ser incorridas margens de avaliação (haircuts) adicionais para além de quaisquer valores de ativos já em imparidade. Além disso, os valores mobiliários podem perder a sua elegibilidade como garantia necessária para aceder às facilidades do banco central, bem como o seu valor no mercado de recompra/financiamento por grosso. Como tal, uma crise de dívida afetaria diretamente a posição de liquidez do banco.

Os desenvolvimentos externos acima mencionados podem afetar a nossa capacidade de geração de receitas, ao mesmo tempo que os declínios do mercado e a volatilidade podem também afetar negativamente o valor dos instrumentos financeiros e causar-nos perdas.

Estamos expostos a riscos de pensões que podem afetar significativamente a mensuração das nossas obrigações com pensões, incluindo riscos de taxas de juro, inflação e longevidade que podem afetar significativamente os nossos ganhos.

Se vários riscos descendentes se materializarem e/ou ocorrerem simultaneamente em combinação com uma desaceleração económica mais pronunciada, o impacto negativo no nosso ambiente de negócios poderá ser mais grave do que o atualmente esperado.

Riscos políticos

Vários riscos e eventos políticos e geopolíticos podem afetar negativamente o nosso ambiente de negócios, incluindo uma atividade econômica mais fraca, correções nos mercados financeiros, riscos de conformidade ou um nível de taxas de juro mais baixo.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ação militar em larga escala contra a Ucrânia. Em resposta a esta ação, o Ocidente moveu-se no sentido de impor sanções alargadas, incluindo sanções de congelamento/bloqueio de ativos) contra a Rússia, incluindo mas não se limitando aos principais bancos russos, o Banco Central Russo, algumas outras empresas, membros do parlamento russo e alguns membros da elite russa e respetivas famílias, mas proibindo também a negociação primária/secundária de dívida soberana e outros títulos selecionados, bem como anunciando a desconexão de bancos russos selecionados do SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication). É possível que sejam impostas sanções adicionais, incluindo sanções adicionais ou novas de congelamento/bloqueio de ativos de particulares (SDN) ou empresas (incluindo outras empresas e bancos sistemicamente importantes), a proibição de conversão de instrumentos de empréstimo intercalar, por exemplo, em USD, EUR ou GBP, e a desconexão da Rússia do SWIFT. As sanções estão sujeitas a mudanças rápidas e é também possível que novas sanções secundárias diretas ou indiretas possam ser impostas pelos Estados Unidos ou outras jurisdições sem aviso prévio, em resultado da evolução da situação. Considerando as sanções anunciadas na sequência do dia 24 de fevereiro, estamos perante uma quantidade sem precedentes de medidas de sanções, nem todas totalmente alinhadas entre jurisdições e, por conseguinte, aumentam ainda mais a complexidade operacional e o risco de cometer erros na gestão das atividades comerciais quotidianas no âmbito do ambiente de sanções em rápida evolução. Geralmente, as sanções reforçadas da Rússia resultam num aumento da complexidade do nosso contexto de controlo e, quanto mais clientes forem afetados, mais difícil poderá ser reduzir por completo os casos dentro do prazo previsto pelas licenças ou autorizações. Novas sanções, bem como contramedidas por parte do governo russo, poderiam também resultar em diferenças entre a aplicação / implementação local de requisitos relevantes pelo Deutsche Bank Moscovo e pelo Grupo Deutsche Bank (uma vez que o Deutsche Bank Moscovo teria de cumprir a lei local). Subsequentemente, isto criaria situações de conflito de leis e determinadas isenções teriam de ser aplicadas. Além disso, o Deutsche Bank está a utilizar recursos tecnológicos próprios na Rússia, que contribuem para o desenvolvimento de algumas das aplicações críticas do Banco. Estamos sujeitos ao risco de que a nossa capacidade de utilizar estes recursos tecnológicos possa ser prejudicada ou perdida, por exemplo, devido a sanções do Ocidente, ações iniciadas pelo Estado russo ou ações de gestão. O risco acrescido de sanções, incluindo contramedidas russas, foi considerado na nossa estratégia de carteira. Estamos a acompanhar de perto os desenvolvimentos e a utilizar estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crises Global e Regional, conforme e quando necessário. Assistimos também a um aumento dos ciberataques, que podem representar riscos diretos e indiretos para nós. O impacto negativo da situação em curso na Ucrânia, tanto do ponto de vista do risco financeiro como não financeiro, dependerá da forma como a atual crise se desenvolverá e poderá ter impacto na nossa capacidade de atingirmos os nossos objetivos declarados. O contexto regulamentar ou outras restrições, incluindo sanções impostas, podem resultar na inviabilização das nossas atividades comerciais relacionadas com a Rússia ou na perda de controlo sobre os nossos ativos. Apesar das políticas de continuidade empresarial e de gestão de crises atualmente em vigor, o conflito também coloca desafios relacionados com o pessoal, bem como com a perda de continuidade empresarial, o que pode perturbar os nossos negócios e conduzir a perdas significativas.

As tensões entre os EUA e a China continuam elevadas em muitas áreas, incluindo questões comerciais e tecnológicas, Hong Kong, Taiwan, direitos humanos e segurança cibernética. Os EUA impuseram sanções selecionadas, bem como restrições à exportação e ao investimento a empresas e funcionários chineses, e a China impôs sanções a determinadas empresas e funcionários americanos e introduziu um quadro para o bloqueio de regulamentos destinados à aplicação extraterritorial de sanções contra a China. Do mesmo modo, a UE impôs sanções à China em relação a questões de direitos humanos, as quais foram retribuídas pela China. Embora não possamos prever os impactos das sanções nos nossos negócios ou nos nossos objetivos financeiros, tais medidas levantam potenciais desafios ao cumprimento da regulamentação e conflitos de leis, e os impactos podem ser significativos e adversos.

Outros riscos geopolíticos, que podem ter um impacto negativo no nosso contexto empresarial e nos nossos objetivos financeiros, incluem o potencial de escalada no Médio Oriente sobre o programa nuclear iraniano, caso os EUA e o Irão não cheguem a acordo sobre o regresso ou a implementação de um novo PACG (acordo nuclear iraniano).

A incerteza do Brexit e os riscos económicos negativos associados diminuíram ao longo dos doze meses desde que o Reino Unido deixou o mercado único e a união aduaneira da UE no final do período de transição, em 31 de dezembro de 2020. O Deutsche Bank tem conseguido continuar a servir os clientes baseados no EEE (Espaço Económico Europeu) graças ao seu programa de transferência de reservas de todos os clientes do EEE para o Deutsche Bank AG Frankfurt, que foi concluído antes do final de 2020. O pessoal de vendas e cobertura estava em funções na UE27 para assegurar que toda a atividade regulada relacionada com clientes do EEE é executada no âmbito das novas leis de licenciamento pós Brexit. No entanto, continua a existir alguma incerteza, uma vez que as negociações entre o Reino Unido e a UE continuaram ao longo de 2021, especialmente no que diz respeito aos serviços financeiros não amplamente cobertos pelo acordo existente. Anúncios recentes da comissão da UE confirmando uma extensão aos atuais acordos de equivalência temporária para a CCPS (Central Clearing Counterparty) do Reino Unido eliminaram o risco de o acesso à compensação do Reino Unido ser negado às empresas da UE

a partir de junho de 2022 (quando a extensão anterior expirou). Sem equivalência entre os regimes da UE e do Reino Unido para Serviços Financeiros, estaremos restringidos na nossa capacidade de fornecer serviços financeiros de e para o Reino Unido. As discussões sobre a natureza desta extensão e o resultado final continuarão em 2022, esperando-se mais esclarecimentos no primeiro trimestre de 2022. Aguardamos comunicação dos reguladores britânicos (a Autoridade de Regulação Prudencial e Autoridade de Conduta Financeira) em relação ao nosso pedido de autorização para continuar a exercer atividade regulamentada no Reino Unido (anteriormente empreendida de acordo com as disposições do Passaporte Europeu). A não obtenção de autorização enquanto agência de país terceiro pode afetar negativamente os nossos negócios, resultados de operações ou planos estratégicos. Subsistem alguns riscos económicos negativos no caso de o Reino Unido invocar o Artigo 16.º do protocolo da Irlanda do Norte, o que, no pior dos casos, poderia levar a UE a suspender o acordo comercial do Brexit. Na ausência de uma solução negociada, as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) poderiam eventualmente aplicar-se, o que poderia significar tarifas mais elevadas que teriam um impacto ainda mais negativo no comércio e na atividade económica.

Estratégia

Comunicámos vários objetivos na secção "Estratégia". Um deles diz respeito ao rácio CET 1, em que a preservação de um rácio CET 1 superior a 12,5% é um elemento-chave da nossa estratégia e dos nossos compromissos para com os reguladores. O nosso desenvolvimento de capital reflete, entre outras coisas: o desempenho operacional dos nossos principais negócios; a extensão dos nossos custos de reestruturação e transformação; os custos relacionados com potenciais litígios e ações de execução regulamentar; o progresso que fazemos na desalavancagem da Capital Release Unit; o crescimento na utilização do balanço dos principais negócios; as alterações nas nossas contas de impostos e pensões; os impactos em Outro Rendimento Integral; e as alterações no regulamento e nas normas regulamentares.

Podemos também ter dificuldades em vender negócios ou ativos a preços favoráveis, ou em vendê-los de todo, e podemos registar perdas significativas devido a estes ativos e outros investimentos, independentemente da evolução do mercado, ou podemos não conseguir fechar as transações ao abrigo de contrato.

Além disso, se falharmos as nossas metas comunicadas publicamente, tal como comunicadas na secção "Estratégia", incorreremos em perdas, incluindo mais imparidades e provisões, tivermos uma experiência de rentabilidade inferior à planeada ou uma erosão da nossa base de capital e da nossa condição financeira mais ampla, os nossos resultados operacionais e o preço das ações podem ser afetados de forma significativa e adversa. Isto inclui também o risco de não podermos fazer as distribuições de lucros desejadas aos nossos acionistas, que estão sujeitas à capacidade do Deutsche Bank AG ao abrigo das demonstrações financeiras autónomas, de acordo com as regras contabilísticas alemãs (HGB). Caso tais objetivos reflitam também os compromissos assumidos com os reguladores, a sua falta pode também desencadear a adoção de medidas por parte desses reguladores ou agências de notação.

O Grupo celebra contratos e cartas de intenção no contexto da sua transformação em curso, bem como no decurso normal dos negócios. Quando estes são de natureza preliminar ou condicional, o Grupo está exposto ao risco de não resultar na execução do acordo final ou na consumação do acordo proposto, colocando em risco os benefícios associados a tais acordos.

A conjuntura operacional pode piorar significativamente ou as nossas suposições e os controlos sobre qualquer uma das rubricas acima mencionadas podem variar significativamente em relação às nossas expectativas atuais. A pandemia da COVID-19 e o seu impacto contínuo na economia global, assim como outros desenvolvimentos macroeconómicos, incluindo a incerteza em torno das perspetivas e taxas de inflação, bem como fatores de risco geopolíticos, incluindo potenciais impactos da situação em rápida evolução em torno do conflito na Rússia, podem afetar a nossa capacidade de cumprir os nossos objetivos financeiros e não financeiros, e afetar os negócios e volumes de fluxo, incluindo os níveis planeados de ativos sob gestão em DWS e os volumes de empréstimos no nosso Corporate, Investment e Private Bank. Planeamos e adaptamo-nos continuamente a situações em evolução, mas continuamos a correr o risco de sermos gravemente afetados por uma recessão prolongada nas condições económicas locais, regionais ou globais que estão a prejudicar setores específicos de várias economias e, por sua vez, podem ter impacto nos nossos negócios essenciais. Nessas situações, teríamos de tomar medidas para assegurar o cumprimento dos nossos objetivos de capital mínimo. Essas ações ou medidas podem resultar em efeitos adversos nos nossos negócios, resultados de operações ou planos e metas estratégicas.

A pandemia da COVID-19 reduziu temporariamente a taxa de desgaste dos colaboradores regulares em relação aos níveis históricos, criando um contexto mais difícil para os nossos objetivos de custos e aumentando o custo das indemnizações por cessação de funções involuntária. Isto também limitou a oportunidade de reutilizar colaboradores com talento no banco, cujas funções foram terminadas. Os pedidos dos reguladores para demonstrar moderação nos níveis de remuneração que podemos oferecer poderão colocar o Grupo em desvantagem no que respeita a atrair e reter colaboradores com talento. No entanto, em 2021, os níveis de desgaste do pessoal voltaram aos níveis pré-COVID e estamos particularmente concentrados nos desenvolvimentos na região da Ásia-Pacífico. Enquanto as tendências atuais decorrem de acordo com os padrões históricos, ou seja, um desgaste elevado no terceiro trimestre, o desgaste mais elevado caiu no quarto trimestre de 2021, de acordo com

as tendências pré-pandêmicas. Continuamos a acompanhar de perto o atrito. A nível mundial, observamos mercados extremamente competitivos, em particular nos EUA e na Índia.

Tudo o que foi acima exposto poderia ter um impacto significativo no nosso rácio CET 1, bem como noutros rácios visados. Assim, é possível que fiquemos abaixo, por exemplo, do nosso objetivo CET 1 de pelo menos 12,5%, ou abaixo do nosso objetivo de rácio custo/rendimento de 70% ou do nosso objetivo de Rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos) de 8%, conforme salientado na secção "Estratégia" deste relatório.

Riscos de liquidez e financiamento

As nossas notações de crédito foram atualizadas em 2021 pelas três principais agências de notação. A última atualização no quarto trimestre veio da S&P, que atualizou a nossa notação de crédito a longo prazo do emitente e a nossa notação de dívida sénior preferencial para A- (de BBB+), com uma perspectiva estável. Anteriormente, em agosto de 2021, a Moody's melhorou a nossa notação de contraparte e a notação de depósitos de longo prazo para A2 (de A3), com uma perspectiva positiva. Em setembro de 2021, a Fitch melhorou a nossa notação de incumprimento a longo prazo do emitente (IDR) para BBB+ (de BBB), com uma perspectiva positiva. Estas atualizações das notações de crédito contribuíram para uma diminuição dos nossos custos de financiamento e apoiaram a vontade dos nossos clientes de continuarem a fazer negócios connosco.

Entre os riscos potenciais, a nossa liquidez, as atividades de negócio e a rentabilidade podem ser afetadas de forma adversa pela incapacidade de aceder ao mercado de capitais de dívida e fundos das nossas subsidiárias ou de vender ativos durante períodos de restrições de liquidez em todo o mercado ou específicas de algumas empresas. Esta situação poderá ocorrer devido a circunstâncias alheias ao nosso negócio e fora do nosso controlo, como perturbações dos mercados financeiros, ou devido a circunstâncias específicas da nossa atividade, como a relutância das nossas contrapartes ou do mercado para financiar as nossas operações, devido a perceções acerca de potenciais saídas devido a litígios, questões regulamentares ou outros problemas similares, debilidades reais ou percecionadas nos nossos negócios ou devido ao nosso modelo ou estratégia de negócio, bem como devido à nossa resiliência para contrariar as condições negativas da economia e do mercado.

A nossa capacidade de transacionar negociações FX pode ser reduzida quando existem questões no mercado FX ou quando as contrapartes estão preocupadas com a nossa capacidade de cumprir os termos de transação acordados e, portanto, procuram limitar a sua exposição a nós. Além disso, o aumento do desfasamento cambial pode levar a um aumento das saídas de garantias onde o euro (a nossa moeda local) desvaloriza substancialmente em relação a outras moedas importantes.

A partir de junho de 2021, o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) passou a ser um requisito regulamentar para o Grupo Deutsche Bank, incluindo a entidade-mãe Deutsche Bank AG. O NSFR aplicar-se-á também a outras filiais em todo o grupo sujeitas a requisitos regulamentares locais. Após a introdução deste rácio como requisito mínimo vinculativo, o Grupo Deutsche Bank e o Deutsche Bank AG comunicaram os níveis do NSFR superiores aos 100% exigidos. Esperamos que outras subsidiárias para as quais o NSFR se tornaria um requisito estejam acima do mínimo regulamentar.

Embora o nosso rácio de cobertura de liquidez tenha permanecido bem acima do mínimo regulamentar em 2021, o risco de, por exemplo, vagas futuras de COVID-19 e dos impactos económicos a elas relacionados podem pressionar os indicadores de liquidez e conduzir a saídas de liquidez e financiamento. Ao mesmo tempo, isto pode afetar temporariamente o nosso custo de financiamento e, por conseguinte, afetar negativamente a nossa rentabilidade.

Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares foram seletivamente adiadas a fim de apoiar os esforços dos bancos para gerir mais facilmente os impactos da COVID-19 e proporcionar financiamento à economia real. No entanto, as reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta a debilidades identificadas durante a última crise financeira, juntamente com o aumento do escrutínio regulamentar e discricionário irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos a médio prazo. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial mais em geral. Várias mudanças futuras terão impacto no nosso negócio. Uma delas é a implementação das reformas finais de Basileia III (através do CRR III). No entanto, a implementação destas mudanças ainda é fortemente debatida em todas as jurisdições principais pelos decisores políticos. Esperamos atualmente que os nossos requisitos de capital aumentem em 2025 a partir da implementação do pacote final de Basileia III na UE, em especial a partir de ponderações de risco mais elevadas para a nossa exposição na maior parte das áreas de risco. Esperamos um novo aumento na ponderação do risco para as nossas exposições a partir de 2028/2029, com a introdução do novo limite de produtos incluído no pacote final de Basileia III. As reformas regulamentares, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar as nossas operações comerciais. Além disso, as alterações regulamentares podem ter impacto na forma como as principais entidades são financiadas, o que pode afetar o modo de operação das empresas e ter um impacto negativo nos resultados. As ações regulamentares podem também exigir que alteremos o nosso modelo de negócio ou fazer com que algumas atividades de negócio se tornem inviáveis.

Os reguladores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustamentos regulamentares, por exemplo, em resultado do Processo regular de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP). Tais ajustamentos podem, por exemplo, refletir riscos adicionais decorrentes de deficiências no nosso ambiente de controlo, ou resultar de inspeções de supervisão relativas ao tratamento de produtos ou transações específicos. Uma destas áreas em foco do Banco Central Europeu (BCE) no que respeita à assunção de riscos é a dos empréstimos alavancados, para a qual o BCE anunciou a sua intenção de clarificar as suas expectativas relativamente a todos os bancos ao abrigo do Mecanismo Único de Supervisão e de considerar medidas quantitativas em futuras decisões do SREP para instituições que o BCE considere não estarem em conformidade com estas expectativas. Tais medidas quantitativas potenciais podem resultar num impacto negativo significativo. Em termos mais gerais, isto inclui também as conclusões que o BCE tira de testes de esforço regulamentares realizados pela EBA ou pelo BCE. O BCE avalia o desempenho de cada banco de um ponto de vista qualitativo para informar a decisão sobre o nível do Requisito de Pilar 2 e um resultado quantitativo que é um aspeto na avaliação do nível de orientação de Pilar 2. O BCE já utilizou estes poderes nas suas decisões do SREP no passado e pode continuar a fazê-lo para abordar as conclusões das inspeções no local. Em casos extremos, podem mesmo suspender determinadas atividades ou a nossa autorização para operar nas suas jurisdições e impor multas monetárias por incumprimento das regras que nos são aplicáveis.

Os reguladores também podem impor sobretaxas de capital para enfrentar os riscos macroeconómicos, através da utilização de instrumentos macroprudenciais. Estes incluem aumentos de reservas de CET1 que poderiam aplicar-se a todo o grupo ou apenas para atividades locais a nível do Estado-Membro ou para tipos específicos de exposições (por exemplo, hipotecas). A utilização destes instrumentos é regida pelo quadro prudencial da UE e é tipicamente decidida pelas autoridades macroprudenciais nacionais, como o BaFin, frequentemente com base na análise dos riscos macroeconómicos pelo Banco Central.

Os reguladores da Europa e de outras regiões tomaram medidas para proporcionar uma flexibilidade específica e temporária a partir de elementos do quadro prudencial, a fim de evitar efeitos pró-cíclicos não intencionais. Por exemplo, a nível europeu, as alterações feitas ao rácio de alavancagem incluem a permissão da compensação de liquidações pendentes a pagar e a receber e a exclusão temporária de caixa detida em bancos centrais da Zona Euro. Em 18 de junho de 2021, o Banco Central Europeu ("BCE", o nosso principal regulador) anunciou que o alívio do rácio de alavancagem expiraria em março de 2022.

Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. Um exemplo de aumento imprevisto do controlo pode ser o risco de os reguladores locais exigirem que uma grande entidade jurídica do Deutsche Bank regule a liquidez detida localmente e, por sua vez, limite a redistribuição da liquidez a outras afiliadas. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez.

Os reguladores e os bancos centrais encorajaram ativamente a transição das moedas da taxa interbancária de Londres (LIBOR) para taxas alternativas sem risco (RFR) até 2021. O administrador da LIBOR cessou a publicação da CHF LIBOR, EUR LIBOR e de certas configurações GBP, JPY e USD após 31 de dezembro de 2021. As restantes configurações da USD LIBOR cessarão depois de 30 de junho de 2023. A EONIA cessou a 3 de janeiro de 2022, enquanto a EURIBOR continuará a estar disponível. Na UE, Reino Unido, e EUA, foi promulgada legislação para melhorar a segurança jurídica e a continuidade dos contratos relativos à transição para taxas sem risco. No entanto, os riscos de incerteza contratual e litígio podem permanecer.

Uma parte significativa dos nossos ativos e passivos, incluindo instrumentos financeiros que negociamos e outras transações e serviços em que estamos envolvidos, têm taxas de juro associadas a índices de referência financeiros. A descontinuação destas referências e a transição para RFRs representam para nós uma variedade de riscos, incluindo riscos de perturbação do mercado com riscos associados de mercado e liquidez, risco de litígio, riscos contabilísticos e fiscais e riscos operacionais. Alguns dos riscos de litígio e de mercado foram atenuados através de legislação de "tough legacy" proposta pelas autoridades da UE e do Reino Unido, mas mantêm-se outros riscos. As alterações à Regulação de Referências incluíram a criação de novos poderes para a Comissão Europeia designar taxas de substituição legais, bem como uma extensão do período de transição para o regime de referências do país terceiro (isto é, fora do EEE) até ao final de 2023. Desde então, a Comissão Europeia exerceu os seus novos poderes em outubro de 2021, designando taxas de substituição legais para a CHF LIBOR e EONIA. As substituições legais entraram em vigor a partir de 3 de janeiro de 2022. No Reino Unido, a Lei das Referências Críticas (Referências e Responsabilidade dos Administradores) prevê que as referências à LIBOR nos contratos relevantes ao abrigo da lei inglesa serão interpretadas como incluindo referências à LIBOR sintética.

Em termos mais gerais, as iniciativas para reformar os padrões de referência existentes, a nossa participação na apresentação de padrões de referência, a utilização de padrões de referência ao abrigo do BMR (Regulamento de padrões de referência) da UE e do Reino Unido e a administração de determinados padrões de referência, incluindo através do administrador de padrões de referência do Deutsche Bank, o Deutsche Bank Index Quant (DBIQ), poderiam potencialmente expor-nos a ações regulamentares legais, de reputação, contabilísticas e fiscais e outros riscos. Em particular, o risco legal e de conformidade

(incluindo o risco de conduta) pode surgir devido aos riscos operacionais da participar numa apresentação de referência, quer enquanto parte de um painel com o requisito de cumprir um código de conduta ao abrigo do BMR da UE e do Reino Unido (e utilizando modelos e pareceres de peritos), quer como fornecedor de dados de transações a um administrador de referência. As multas por violações do BMR da UE podem atingir um montante até 10% do volume de negócios anual.

O risco potencial para a estabilidade financeira da UE devido aos acordos de compensação central fora da UE continuará a figurar em 2022. A 8 de fevereiro de 2022, a Comissão Europeia publicou uma prorrogação da decisão de equivalência temporária para as Contrapartes Centrais do Reino Unido até 30 de junho de 2025. Durante os próximos três anos, até ao termo da decisão de equivalência temporária, a Comissão Europeia continuará a concentrar-se em medidas para canalizar os serviços de compensação em produtos denominados em euros para as contrapartes centrais da UE, tornando-os mais competitivos e rentáveis e reforçando a supervisão a nível da UE. Além disso, o período de transição existente para as CCP de países terceiros que lhes permite serem classificadas como CCP qualificadas para efeitos de alocação de capital sem uma decisão formal de equivalência pela Comissão Europeia e reconhecimento pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (a entidade reguladora europeia dos valores mobiliários) expirará em 28 de junho de 2022 e não deverá ser prorrogado. Dependendo do estado destas decisões e das potenciais ações mitigadoras, estas mudanças podem ter um impacto negativo no nosso capital regulamentar e aumentar os nossos custos operacionais.

Embora continuemos a desenvolver e implementar a nossa abordagem de avaliação e gestão de riscos climáticos e promovamos a integração de fatores relacionados ao clima em toda a nossa plataforma, tanto as exigências regulatórias como as das partes interessadas podem afetar substancialmente os nossos negócios, resultados de operações ou planos estratégicos se não adotarmos ou implementarmos as nossas medidas de transição para uma economia de baixo carbono.

Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

Estamos sujeitos a uma série de processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de estimar e pode afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

A luta contra a criminalidade financeira e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis são essenciais para garantir a estabilidade dos bancos, como o Deutsche Bank, e a integridade do sistema financeiro internacional.

Um contexto de controlo interno robusto e eficaz e infraestruturas adequadas (incluindo pessoas, políticas e procedimentos, testes de controlo e sistemas informáticos) são necessários para assegurar que conduzimos os nossos negócios em conformidade com as leis, regulamentos e expectativas de supervisão associadas.

Os nossos processos de controlo de conformidade e de vigilância, bem como outros processos de controlo interno que visam garantir a boa conduta dos nossos negócios e serviços, bem como prevenir abusos de mercado, abusos de informação interna e violações de conduta estão, de tempos a tempos, sujeitos a revisões regulamentares e/ou a inquéritos em determinadas jurisdições.

Além disso, os nossos processos e controlos de Combate ao Branqueamento de Capitais (AML) e Conheça o seu Cliente (KYC), destinados a impedir a utilização indevida dos nossos produtos e serviços para cometer crimes financeiros, continuam a ser objeto de revisões regulamentares, investigações e ações de execução em várias jurisdições. Procuramos constantemente aumentar a eficácia do nosso ambiente de controlo interno e melhorar a nossa infraestrutura para os requisitos regulamentares revistos e para colmatar as lacunas identificadas por nós e/ou pelos reguladores e monitores.

Em setembro de 2018, o BaFin ordenou-nos que adotássemos salvaguardas internas apropriadas e cumpríssemos as obrigações gerais de diligência devida para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; em fevereiro de 2019, que revissemos os processos de gestão de risco do nosso grupo no banco de correspondência e os ajustássemos quando necessário; e em abril de 2021, que adotássemos outras salvaguardas internas apropriadas e cumpríssemos as obrigações de diligência devida, no que diz respeito a revisões regulares dos ficheiros dos clientes. Esta expansão aplica-se também às relações de correspondência e ao controlo das transações. O BaFin nomeou um representante especial para acompanhar a implementação das medidas ordenadas, bem como avaliar e informar o BaFin sobre o progresso da implementação.

De modo mais geral, operamos num contexto litigioso e alta e continuamente regulamentado, que nos expõe potencialmente a passivo e outros custos, cujos montantes podem ser consideráveis e difíceis de estimar, bem como a sanções regulamentares

e legais e a prejuízos na reputação. Continuamos a manter um diálogo regular com as nossas autoridades de supervisão que esperam que o banco introduza melhorias de controlo a um ritmo mais rápido e com maior qualidade. Compreendemos estas críticas e estamos empenhados em corresponder a estas expectativas.

Se algum dos procedimentos legais for resolvido contra nós, ou quaisquer investigações resultarem na constatação de que o Banco não cumpriu a lei aplicável, o Banco poderá ficar exposto a danos materiais, multas, limitações de negócios, organismos de reparação, ações judiciais, ou outros efeitos adversos significativos na nossa condição financeira, bem como o risco para a nossa reputação e potencial perda de negócios devido à atenção extensiva dos meios de comunicação social. As declarações de culpa ou condenações relativamente a nós ou às nossas filiais em processos criminais, ou ordens regulamentares ou de execução, liquidações ou acordos aos quais nós ou as nossas filiais estejamos sujeitos, poderão ter consequências com efeitos adversos em alguns dos nossos negócios.

Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Dedicámos recursos significativos ao desenvolvimento das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco, incluindo em relação ao mercado, crédito, liquidez, risco operacional, bem como risco de reputação e risco de modelo. Contudo, tais recursos podem não ser totalmente eficazes na mitigação da nossa exposição ao risco em todos os contextos económicos ou de mercado ou contra todos os tipos de risco, incluindo os riscos que não conseguimos identificar ou antecipar. Quando utilizamos estes modelos para calcular os ativos ponderados pelo risco para fins regulamentares, as potenciais deficiências podem também levar os reguladores a impor uma recalibração de parâmetros de entrada ou uma revisão completa do modelo.

Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos nossos processos, como por exemplo no processamento de transações, bem como a perda de continuidade do negócio, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, podemos também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços disponibilizados por terceiros não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as nossas normas internas.

Enquanto banco global, o Deutsche Bank é frequentemente notícia. O Deutsche Bank conduz o seu diálogo com os meios de comunicação social através de equipas oficiais. No entanto, por vezes os membros dos meios de comunicação social abordam os colaboradores do Deutsche Bank fora destes canais e a informação interna do Banco, incluindo assuntos confidenciais, foram já objeto de cobertura de meios de comunicação social externos. As fugas para os meios de comunicação social podem ter graves consequências para o Deutsche Bank, especialmente quando envolvem declarações imprecisas, rumores, especulações ou opiniões não penalizadas. Tal pode resultar em consequências financeiras, como a perda de confiança ou de negócio com clientes, e pode afetar o preço das ações do banco ou os nossos instrumentos de capital, minando a confiança dos investidores. Embora tenhamos processos em aberto para gerir estes riscos, a nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Adicionalmente, estamos também expostos a risco de conduta, que inclui riscos relativos a práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. Por exemplo, a conduta imprópria de um colaborador que reflete intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais.

Do ponto de vista operacional, e apesar das políticas de continuidade das atividades e de gestão de crises atualmente em vigor, a pandemia da COVID-19, o aparecimento de novas variantes do vírus e as rápidas alterações resultantes nas respostas governamentais podem continuar a ter um impacto adverso nas nossas atividades empresariais e ambiente de controlo. O movimento contínuo das indústrias globais para realizar negócios a partir de casa e longe dos locais dos escritórios principais está a conduzir a uma evolução mais acelerada das práticas empresariais em comparação com as tendências históricas. A procura da nossa infraestrutura tecnológica e o risco de ciberataques pode levar a falhas tecnológicas, violações da segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade de serviços, e aumentar a probabilidade de violações de conduta.

Qualquer destes eventos pode potencialmente resultar em litígios, numa perda financeira, na perturbação das nossas atividades de negócio e responsabilidade para com os nossos clientes, escrutínio regulamentar, intervenção governamental ou danos à nossa reputação. Ao mesmo tempo, o custo para nós da gestão destes riscos cibernéticos, da segurança da informação e de outros riscos continua a ser elevado. Os atrasos na aplicação dos requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção dos consumidores e dos nossos projetos estratégicos, poderão também ter um impacto negativo nas nossas receitas e custos, ao mesmo tempo que um retorno de maior volatilidade do mercado conduziu e poderia continuar a conduzir a um aumento da procura no acompanhamento e processamento da fiscalização dos mercados. Os nossos fornecedores e prestadores de serviços enfrentam desafios semelhantes, com o risco de estas contrapartes podendo ser incapazes de cumprir as suas obrigações contratuais, colocando em risco os benefícios que procuramos obter com esses contratos.

A fim de gerir os impactos do risco financeiro e não financeiro da COVID-19, o Deutsche Bank está a utilizar estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crise Global e Regional. De um modo mais geral e sempre que relevante, foram

estabelecidos controles e processos adicionais, incluindo relatórios adicionais para assegurar que as partes interessadas relevantes, incluindo o Conselho de Administração, estão atualizadas. Esperamos que 2022 seja exigente do ponto de vista da gestão do risco.

Risco de terceiros

Os terceiros são parte integrante do bom funcionamento diário de qualquer empresa de serviços financeiros, incluindo o Deutsche Bank. Ao longo dos anos, a utilização e a dependência de terceiros no setor aumentaram, em apoio das nossas atividades e operações, o que requer um aumento correspondente das capacidades para as gerir. Há um interesse crescente dos reguladores no risco de concentração de terceiros e de terceiros críticos para assegurar a estabilidade financeira no mercado. Além disso, as tendências regulamentares dentro dos Serviços Financeiros e em geral exigem que as organizações considerem o impacto mais amplo que um terceiro pode produzir.

A natureza da utilização que fazemos de terceiros também evoluiu e agora inclui aspetos mais fundamentais dos serviços, incluindo a utilização da Nuvem como infraestrutura para a nossa própria tecnologia. Isto representa riscos diferentes e exige avaliações de risco mais sólidas, contratação adequada e supervisão contínua proporcionais aos riscos relevantes. Também levou a um aumento constante da regulamentação e do escrutínio regulamentar, não só sobre a forma como gerimos o dia a dia de terceiros, mas também avaliando os níveis de resiliência necessários que são proporcionais à importância dos serviços comerciais apoiados por terceiros.

O Deutsche Bank tem uma abordagem bem estabelecida em relação à Gestão de Risco de Terceiros; desde uma política e procedimento claros até ao processo centralizado de risco para as empresas utilizarem quando se envolvem com fornecedores externos. No entanto, os serviços prestados por terceiros colocam-nos riscos comparáveis aos que suportamos quando nós próprios prestamos os serviços, e permanecemos, em última análise, responsáveis pelos serviços que os nossos terceiros prestam. Dependemos dos nossos terceiros para realizarem a sua prestação de serviços em conformidade com as leis e regulamentos e de acordo com as condições contratuais e os níveis de serviço que acordaram connosco. Se os nossos terceiros não realizarem as atividades em conformidade com estas normas, poderemos estar expostos a perdas materiais e ser alvo de ações regulamentares ou de litígio, bem como estar expostos a danos de reputação. De um modo mais geral, se uma relação de terceiros não cumprir as nossas expectativas, poderemos estar expostos a riscos financeiros, tais como os custos e despesas associados à migração dos serviços para outro terceiro e riscos comerciais e operacionais relacionados com a transição, e poderemos não conseguir alcançar os benefícios que procuramos obter com a relação. A fim de atenuar esses riscos, continuamos a melhorar o nosso ambiente de controlo interno e a nossa infraestrutura para cumprir os requisitos regulamentares revistos, e a colmatar quaisquer lacunas identificadas por nós e/ou pelos reguladores e/ou pelos seus monitores nomeados.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

O Goodwill é revisto anualmente para efeitos de imparidade, ou com maior frequência se houver indícios de que possa ter ocorrido uma imparidade.

Outros ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente. Isto inclui os testes em relação às imparidades de software.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na nossa rentabilidade e nos resultados de operações.

Obrigações com pensões

Patrocínamos vários planos de benefícios pós-emprego em nome dos nossos colaboradores, incluindo planos de benefício definido. Na medida em que os fatores que impulsionam os nossos passivos por pensões se movam de uma forma adversa para nós, ou que os nossos pressupostos relativos a variáveis-chave se revelem incorretos, ou que o nosso financiamento dos nossos passivos com pensões não cubra suficientemente esses passivos, poderemos ser obrigados a fazer contribuições adicionais ou a ficar expostos a perdas atuariais ou contabilísticas relativamente aos nossos planos de pensões.

Ativos por impostos diferidos

Reconhecemos os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficiente rendimento tributável disponível para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos nossos ativos por impostos diferidos, teremos de reduzir os valores escriturados. Esta estimativa contabilística relacionada com os ativos por impostos diferidos depende de pressupostos subjacentes, tais como pressupostos sobre a capacidade fiscal histórica e informação de rentabilidade, assim como de resultados operacionais previstos com base em planos de negócio aprovados, que podem mudar de período para período e requerem um julgamento significativo por parte da gestão. Em cada trimestre, reavaliamos a nossa estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os nossos pressupostos sobre a futura rentabilidade. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na nossa rentabilidade, no nosso capital e na nossa condição financeira.

Tecnologia e Inovação

A inovação digital oferece oportunidades de entrada no mercado aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria, empresas globais de alta tecnologia ou empresas de tecnologia financeira. Desta forma, prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado.

Para poder responder aos desenvolvimentos do mercado e às necessidades dos clientes de forma mais rápida e flexível, o banco decidiu migrar as aplicações abrangidas para a Nuvem pública através de uma parceria estratégica com o Google Cloud. Esta parceria com a Google é um marco importante no percurso digital do Banco e demonstra um compromisso de adoção de novas tecnologias, como o Google Cloud. O objetivo é melhorar a experiência do cliente através de melhores produtos e serviços, uma resiliência e segurança do sistema, bem como reduzir as ineficiências de custos da gestão de plataformas antigas. Uma migração tecnológica tão importante exige uma governação e um planeamento robustos, incluindo a atribuição necessária de financiamento, para gerir o risco de questões de segurança e estabilidade. Além disso, há um interesse regulamentar significativo neste programa. Da mesma forma, tal como com quaisquer prestadores de serviços externos, o banco deve assegurar os mais elevados padrões de privacidade e controlos de segurança dos dados, a fim de salvaguardar a informação dos clientes e dos bancos. Não fazê-lo pode comprometer a confiança dos clientes, conduzir a perdas financeiras e, em casos graves, a sanções regulamentares, litígios e à obrigação de indemnizar clientes individuais por danos.

Operamos num contexto com um panorama de ameaças em constante evolução relacionadas com a segurança da informação. Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo, incluindo erros no desempenho dos nossos processos ou controlos de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, podemos também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as nossas normas internas. Os ciberataques podem afetar-nos de forma direta e indireta, através dos nossos clientes ou de serviços prestados por terceiros.

Por conseguinte, continuamos a investir na atenuação dos riscos de segurança. De particular importância em 2021 foi a continuação do foco na abordagem às seguintes ameaças principais: roubo financeiro, divulgação de dados e perturbação do serviço, juntamente com a utilização indevida do sistema, destruição de ativos, distorção de dados e cumprimento da regulamentação de segurança da informação e risco de conduta. O banco reviu continuamente e - quando necessário - alterou a sua defesa em níveis, trabalhando sistematicamente para afastar ameaças em evolução. Pretendemos construir controlos de segurança da informação em todos os níveis de tecnologia, incluindo identidade, dados, infraestruturas, dispositivos e aplicações. Esta abordagem em níveis deve proporcionar uma proteção completa, bem como múltiplas oportunidades de deteção, prevenção, resposta e recuperação das ameaças cibernéticas.

A falta de uma abordagem abrangente aos dados na gestão do ciclo de vida dos nossos clientes pode colocar em risco a experiência dos clientes e as revisões regulamentares. Qualquer destes eventos pode envolver-nos em litígios ou fazer-nos sofrer perda financeira, interrupção das nossas atividades comerciais, responsabilidades para com os nossos clientes, intervenção governamental ou dano para a nossa reputação. Em especial, os riscos decorrentes do incumprimento do KYC durante a integração de clientes, e os riscos adicionais de AFC e AML a jusante do ciclo de vida do cliente poderiam ser mediados por uma abordagem coerente aos dados, que está atualmente em fase de desenvolvimento. Além disso, enfrentamos também desafios no que diz respeito à adoção e integração de novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente, a fim de garantir as normas industriais de segurança da informação e de experiência dos clientes.

As grandes transformações tecnológicas nas nossas áreas de negócio são executadas através de iniciativas dedicadas. Os benefícios destas transformações incluem a redução dos custos de TI e do negócio, a melhoria do controlo, o crescimento das receitas através da oferta de novas características dos clientes ou o crescimento visado do cliente. Uma destas iniciativas, UNITY, que visa simplificar o nosso ambiente informático através da migração dos sistemas informáticos do antigo Postbank

para os do Deutsche Bank, enfrenta marcos importantes no início de 2022. Os riscos associados à execução do programa - incluindo a escassez de recursos, prazos de implementação prolongados ou o impacto da atividade relacionada com as alterações no ambiente de controlo ou nas questões de funcionalidade nas aplicações atualizadas ou na tecnologia subjacente - são cuidadosamente geridos para atenuar parcialmente o risco de não alcançar plenamente os benefícios esperados.

Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento da temperatura global, e o maior foco nas alterações climáticas e a transição da sociedade, dos nossos reguladores e do setor bancário para uma economia net-zero levaram ao aparecimento de novas e crescentes fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, que estão a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que os setores intensivos em carbono são confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso potencialmente restrito ao financiamento. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros.

As instituições financeiras enfrentam um maior escrutínio sobre o clima e questões mais amplas relacionadas com ESG por parte dos governos, reguladores, acionistas e outros organismos, levando a riscos reputacionais se não apoiarmos a transição para uma economia de carbono mais baixa, para proteger a biodiversidade e os direitos humanos. Também somos obrigados a rever e melhorar os nossos quadros de gestão de riscos de ESG de acordo com as orientações regulamentares emergentes, e a assegurar que retratamos com precisão os impactos das nossas atividades nos aspetos de ESG. Hoje em dia, há uma falta de dados e metodologias ESG consistentes e abrangentes disponíveis, o que significa que estamos fortemente dependentes de estimativas de representação e abordagens qualitativas ao avaliar os riscos para o nosso balanço, o que introduz um elevado grau de incerteza nas nossas divulgações relacionadas com o clima. Em 2022, o BCE irá realizar o seu primeiro teste de esforço climático, um exercício que contém uma série de elementos novos e complexos que requerem o desenvolvimento de novas metodologias e fontes de dados.

O Deutsche Bank está empenhado em gerir as nossas atividades e operações de negócios de uma forma sustentável, incluindo o alinhamento das nossas carteiras com emissões líquidas zero até 2050. Continuamos a desenvolver e implementar a nossa abordagem à avaliação e gestão de riscos ambientais, a fim de promover a integração de fatores ambientais em todas as nossas atividades de negócios. Isto inclui a capacidade de identificar, monitorizar e gerir riscos e de realizar análises regulares de cenários e testes de esforço. Tanto os requisitos regulamentares como os das partes interessadas em rápida mudança, combinados com um enfoque significativo por parte das partes interessadas, podem afetar significativamente as nossas empresas se não adotarmos tais exigências ou não implementarmos adequadamente os nossos planos estratégicos.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como o crescimento do PIB ou os níveis de desemprego, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os lucros antes de impostos, o lucro líquido e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subseqüentemente as medidas reguladoras, tais como o CET 1 e o rácio de alavancagem. Níveis mais elevados de inflação e de taxa de juro poderiam apresentar-nos uma série de oportunidades em todas as nossas divisões, como o aumento das receitas de fluxos de negociação mais elevados entre clientes privados, corporativos e institucionais, reposicionando as suas carteiras, ganhos de rendimento de juros líquido, bem como margens mais elevadas sobre empréstimos em todo o nosso balanço.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no nosso balanço inclui instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado dessas alterações, podemos realizar ganhos no futuro.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas, lucros e custos de concessão de crédito. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

A maior disponibilidade de vacinas eficazes em todo o mundo, incluindo nos mercados emergentes, poderia ajudar a acelerar a taxa de recuperação subjacente nos países e a atenuar o risco de novos confinamentos ou de respostas mais duras por parte dos governos. Juntamente com a diminuição da pressão sobre as cadeias de abastecimento, isto poderia impulsionar um aumento do comércio transfronteiriço, aumentar a atividade empresarial e dos clientes e, por conseguinte, conduzir a um potencial de receitas adicionais. Certas indústrias podem beneficiar mais da recuperação, em especial as indústrias que foram

mais significativamente afetadas pela pandemia ou por estrangulamentos recentes na cadeia de abastecimentos, poderiam ter uma recuperação mais rápida, resultando assim em oportunidades comerciais adicionais para nós.

Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, podemos ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

Estratégia

A nossa estratégia passa pela melhoria da rentabilidade material para os acionistas ao longo do tempo e pela implementação do nosso balanço, bem como outros recursos para devolver atividades consistentes com a franquia dos nossos clientes e a apetência pelo risco. Como tal, a implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Isto inclui benefícios potenciais de condições macroeconómicas, de mercado e geopolíticas melhores do que as planeadas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações. O progresso poderia ser ainda mais estimulado se os mercados reagissem favoravelmente aos nossos esforços de transformação em curso, às atualizações de notação do Deutsche Bank e ao desempenho sustentado das receitas. Tal poderá, por sua vez, reduzir os custos de financiamento e amplificar ainda mais a rentabilidade do Banco.

Ao investir nas áreas que são os nossos pontos fortes, esperamos alcançar a nossa estratégia de crescimento direcionado e tornar-nos o ponto de partida para todos os nossos clientes, abordando toda a gama das suas necessidades financeiras - como o seu "Global Hausbank". A nossa rede global, conhecimentos de mercado, gama de produtos abrangente e a nossa extraordinária gestão do risco, como recentemente evidenciado pelo prémio de Gestor de Risco Bancário do Ano da Risk.net, deverá ajudar-nos a estabelecer-nos para a fase seguinte da nossa evolução, que estará concentrada em tornar-nos sustentáveis e rentáveis através do crescimento dos nossos negócios, aumentando ao mesmo tempo a eficiência e mantendo a disciplina de capital. No Corporate Bank, procuramos continuar a aumentar as receitas no nosso mercado interno da Alemanha, mas também a expandir-nos para a Ásia e Pacífico e alavancar negócios de pagamentos, para captar a cadeia de valor. Vemos também oportunidades crescentes em novos produtos, tais como soluções comerciais. O Investment Bank continua a ser um líder global em produtos de rendimento fixo e de financiamento, e estamos centrados em defender a nossa forte posição no mercado, mantendo a quota de mercado ganha nos últimos anos e estabilizando a franquia, ao mesmo tempo que reduzimos os custos. Para o Private Bank, o nosso foco continua a ser o retalho alemão, o retalho internacional e os clientes empresariais, bem como a procura do crescimento, predominantemente nas áreas de consultoria. No que respeita às nossas atividades de Wealth Management, vemos oportunidades de crescimento particularmente na EMEA e APAC. A Asset Management, incluindo as entidades jurídicas da DWS, definiu uma estratégia a seguir com um crescimento direcionado, particularmente na Europa, para consolidar o estatuto de principal gestor de ativos, e também na Ásia, e antecipa o lançamento de novos produtos em áreas de crescimento de elevada margem e investimento responsável. De uma forma mais ampla, acreditamos que a tendência de mudança de ativos para soluções Passivas e Alternativas proporciona áreas de crescimento em várias partes da DWS.

Continuamos a centrar-nos na sustentabilidade em todo o banco e vimos oportunidades de crescimento neste espaço em todos os nossos negócios fundamentais, à medida que a resposta dos nossos clientes às alterações climáticas ganha mais força. Em 2021, dados os progressos que temos vindo a fazer no Financiamento Sustentável, anunciámos antecipar em dois anos, até ao final de 2022, o nosso objetivo de 200 mil milhões de euros para financiamentos e investimentos sustentáveis. Dada a forte apetência dos clientes, continuamos a ver o Financiamento Sustentável como uma oportunidade fundamental e uma área de investimento. Como parte dos esforços mais amplos para desenvolver uma estratégia de apetência pelo risco para gerir o risco climático, vemos oportunidades de apoiar os nossos clientes, por exemplo, no desenvolvimento de estratégias de descarbonização credíveis e apoio à sua transição.

Os investidores privados e institucionais, incluindo os nossos clientes e não clientes, consideram cada vez mais os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação como significativos para os retornos a longo prazo, e acreditamos que este se tornará um diferenciador fundamental. Está a aumentar o interesse em motivadores dedicados de serviços SAG, como a inclusão de fatores SAG nos processos de investimento ou no processo de tomada de decisões para a concessão de mandatos de negócio nos nossos negócios. Como tal, pretendemos desenvolver e fornecer produtos financeiros ou possibilidades de investimento que possam ajudar-nos a nós e aos nossos clientes a alcançar os nossos objetivos comuns de SAG e avançar a nossa estratégia holística de SAG. De um modo mais geral, acreditamos que o avanço das nossas atividades de SAG pode conduzir a oportunidades de receitas adicionais, mas também a uma melhor marca e percepção das partes interessadas sobre nós.

Ao mesmo tempo, podemos beneficiar de oportunidades para aumentar a nossa quota de mercado e a nossa base de clientes nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank, especialmente na Europa e no nosso mercado interno alemão, apoiando clientes nos casos em que os pares se retiraram durante a pandemia da COVID-19 e apoiando a economia, assegurando às empresas o fundo de maneo necessário para sobreviverem às incertezas que se avizinham.

A pandemia da COVID-19 também teve impacto na estrutura de custos do banco. Embora, a curto prazo, tenhamos sido obrigados a equipar sucursais e edifícios de escritórios com fornecimentos anti-infeção, estamos agora a focar-nos em opções para reduzir de forma sustentável os custos, incluindo os custos imobiliários, através de níveis de trabalho continuados mais elevados a partir de casa. Em termos gerais, tal tem sido recebido de forma positiva pelos colaboradores e pode ajudar a acelerar as nossas iniciativas de poupança de custos. Certas categorias de custos foram temporariamente afetadas pela COVID-19, tais como Travel & Entertainment e Marketing & Events.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são reconhecidos separadamente do goodwill são objeto de testes de imparidade pelo menos anualmente. A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. Dependendo de alterações nos pressupostos subjacentes, o valor recuperável de um outro ativo intangível anteriormente em imparidade pode aumentar novamente no futuro. Nesse caso, poderemos ser capazes de reintegrar o ativo intangível pelo seu valor contabilístico original e reverter as imparidades anteriores, resultando num impacto positivo nos nossos lucros.

Ativos por impostos diferidos

Reconhecemos os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficiente rendimento tributável disponível para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos ativos por impostos diferidos, teremos de reduzir os valores escriturados e reconhecer ajustamentos de avaliação. Em cada trimestre, reavaliamos a nossa estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, tendo em conta os pressupostos subjacentes sobre a capacidade fiscal histórica e a futura rentabilidade. Em relação à transformação, em 2019 o Grupo reconheceu ajustamentos de avaliação de 2,8 mil milhões de euros relacionados com ativos por impostos diferidos em jurisdições afetadas, tais como o Reino Unido e os Estados Unidos. Desde que empreendemos a transformação em 2019, fizemos progressos substanciais nos nossos principais compromissos e, no quarto trimestre de 2021, reconhecemos um ajustamento positivo da avaliação dos DTA de 274 milhões de euros, relacionado com o nosso forte desempenho nos EUA durante 2021. Dependendo do nosso desempenho nas jurisdições afetadas, o valor contabilístico dos nossos ativos por impostos diferidos para os quais reconhecemos ajustamentos de avaliação relacionados com a transformação, ou anteriores a ela, pode continuar a recuperar ao longo do tempo. Isto pode resultar em ajustamentos de avaliação positivos no futuro, que reduziriam a nossa taxa efetiva de imposto.

Tecnologia e Inovação

A inovação digital oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da nossa carteira de produtos e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. As tendências de mercado, como a economia de plataformas, a correspondência de produtos internos e externos à procura dos clientes e a realização de transações através de uma plataforma central, bem como o open banking, representam uma clara oportunidade para nos posicionarmos como um interveniente dominante nestes ecossistemas. O objetivo passa por desenvolver um ecossistema de serviços abrangentes, com diferentes componentes desenvolvidos por diferentes firmas para áreas como o mercado de depósitos do segmento de retalho, os serviços de planeamento financeiro automatizados (consultoria automática) ou serviços de recomendação de seguros, alavancando a plataforma bancária do Deutsche Bank. Adicionalmente, temos uma oportunidade para expandir as nossas capacidades de dados, para melhorar os serviços personalizados e proporcionar uma melhor experiência ao cliente, e para adotar tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, para expandir a nossa oferta de serviços. O nosso alcance global permite-nos escalar os produtos de forma rápida e eficiente em várias áreas geográficas.

Para impulsionar a mudança, acelerar a adoção de tecnologias no banco e rentabilizar as oportunidades de mercado acima mencionadas, o Banco tem uma divisão de Tecnologia, Dados e Inovação (TDI). Embora as atividades gerais de digitalização e inovação aconteçam dentro das linhas de negócios, esta abordagem centralizada permite-nos enfrentar os principais desafios estratégicos numa configuração focada, impulsionar uma cultura de engenharia e inovação e investir em serviços digitais e novos modelos de negócios de médio a longo prazo.

Em termos de custos, a digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autointegração digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade pode ser aumentada. O desenvolvimento de fortes capacidades de dados deverá melhorar a nossa capacidade de fazer previsões mais precisas acerca do comportamento de clientes e do mercado, reduzindo a fraude e definindo preços de produtos de uma forma mais eficiente, ao mesmo tempo que cumprimos as obrigações regulamentares tirando partido das tecnologias mais recentes. Para mitigar riscos ao trabalhar com dados, o Deutsche Bank lançou uma iniciativa interna de Engenharia de Privacidade de Dados. Mais uma vez, a organização TDI pretende servir como um ponto central para acelerar iniciativas estratégicas selecionadas e reduzir o custo total.

O Deutsche Bank e a Google formaram uma parceria estratégica em finais de 2020. A cooperação plurianual tem como objetivo acelerar a transição do banco para a Nuvem e inovar juntamente novos produtos e serviços. A parceria oferecerá ao Deutsche Bank acesso direto a ciência de dados de classe mundial, inteligência artificial e capacidades de aprendizagem de máquinas que resultarão em melhores perceções dos clientes, análises de risco e soluções avançadas de segurança para proteger não só as contas dos clientes, mas também através da melhoria dos processos de combate aos crimes financeiros do banco, por exemplo, reforçando as capacidades de KYC e as soluções de monitorização de transações.

A pandemia da COVID-19 traz também oportunidades potenciais, incluindo a aceleração do processo de digitalização em vários setores, permitindo ao banco prestar um serviço mais rápido aos clientes através de pontos de contacto digitais emergentes, bem como a oportunidade de co-inovar e apoiar os clientes com o seu investimento em projetos e estratégias de digitalização. Ambas reforçam as nossas relações com os clientes e impulsionam negócios adicionais.

Relatório de Risco

	Introdução – 59
60	Visão geral do risco e do capital
	Indicadores de risco fundamentais – 60
	Perfil de risco – 62
64	Quadro de risco e de capital
	Princípios de gestão do risco – 64
	Governança do risco – 65
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 67
	Plano de risco e de capital – 68
	Testes de esforço – 70
	Sistemas de medição e relatório do risco – 71
	Planeamento de recuperação e resolução – 73
74	Gestão do risco e de capital
	Gestão de capital – 354
	Definição de limites para recursos – 355
	Identificação e avaliação do risco – 75
	Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos – 75
	Gestão do risco de mercado – 106
	Gestão do risco operacional – 113
	Gestão do risco de liquidez – 118
	Gestão do risco empresarial – 123
	Gestão do risco do modelo – 125
	Gestão do risco de reputação – 126
128	Desempenho de capital e risco
	Capital, rácio de alavancagem e MREL – 128
	Exposição ao risco de crédito – 145
	Qualidade dos ativos – 88
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 166
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 169
	Exposição ao risco operacional – 171
	Exposição ao risco de liquidez – 172

Introdução

Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações. Também considera a classificação subjacente e os requisitos de mensuração e imparidade na IFRS 9, podendo consultar-se mais detalhes na secção "Gestão e Modelo de Risco de Crédito", na secção "Qualidade dos ativos", na secção "Redução do risco de crédito" e na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um sombreado azul claro ao longo deste Relatório de Risco.

O Regulamento Europeu (UE) 2019/876 e a Diretiva (UE) 2019/878 introduziram alterações à CRR/CRD, com várias alterações ao quadro regulamentar que se tornou aplicável a 30 de junho de 2021: Foi introduzido um novo método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR) que substituiu o método de valor de mercado para determinar o valor de exposição para derivados que não se situam no âmbito do método do modelo interno. Além disso, foi introduzido um novo quadro para determinar a ponderação do risco dos investimentos da carteira bancária em organismos de investimento coletivo e das contribuições do fundo de incumprimento para as contrapartes centrais. Além disso, um rácio mínimo de alavancagem regulamentar de 3% é determinado como o rácio de capital Tier 1 e a exposição à alavancagem regulamentar. Adicionalmente, foi introduzido um rácio mínimo de financiamento estável líquido (NSFR) de 100% que requer que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável em relação às suas exposições dentro e fora do balanço.

No terceiro trimestre de 2021, o Grupo introduziu a nova definição de incumprimento, que consiste em duas diretrizes da EBA. Uma orientação inclui uma norma técnica da EBA relativa ao limiar de materialidade das obrigações de crédito vencidas (aplicada com o regulamento do BCE (UE) 2018/1845) e a segunda orientação abrange a aplicação da definição de incumprimento. Estes dois novos requisitos são a seguir referidos conjuntamente como a nova Definição de Incumprimento, após a aprovação do BCE em agosto de 2021. A nova Definição de Incumprimento substituiu a definição de incumprimento ao abrigo do acordo de Basileia II e é aplicada a todas as principais métricas de risco em todo o Relatório Anual, incluindo como um impulsionador para a Fase 3 ao abrigo da IFRS 9.

Desde 30 de junho de 2020, o Grupo aplica os regimes transitórios em relação à IFRS 9 como previsto no atual CRR/CRD para todas as medidas CET1.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia III

As nossas divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR"), incluindo emendas recentes; e apoiadas pela Orientação da EBA "Projeto final de implementação de normas técnicas sobre a divulgação pública pelas instituições das informações referidas nos Títulos II e III da Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" e diretrizes relacionadas, aplicáveis às divulgações de Pilar 3, são publicadas no nosso relatório adicional do Pilar 3, que pode ser encontrado no nosso site.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB"), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no nosso Relatório Pilar 3 adicional.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

Como mencionado nas Perspetivas, bem como na secção de Riscos e Oportunidades acima, o banco está exposto a uma variedade de fatores de risco financeiros e não financeiros. Embora o contexto macroeconómico, empresarial e operacional tenha melhorado ao longo de 2021, à medida que a economia global registou uma forte recuperação da recessão pandémica, os riscos para a atividade económica e os mercados financeiros permanecem elevados à medida que são descobertas novas variantes da COVID-19, crescem os desafios da cadeia de fornecimento e dos preços mais elevados da energia, e aumentam os riscos geopolíticos, incluindo da China e da Rússia.

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital económico (ECA), rácio de alavancagem (LR), capacidade total de absorção de perdas (TLAC), requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL), rácio de cobertura de liquidez (LCR), rácio de financiamento estável líquido (NSFR) e posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco e práticas de planeamento de recuperação e resolução, os quais são revistos e aprovados pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente.

Rácio Common Equity Tier 1		Total dos ativos ponderados pelo risco	
31/12/2021	13,2%	31/12/2021	351,6 mil milhões de euros
31/12/2020	13,6%		
Rácio de Adequação de Capital Económico		31/12/2020	329,0 mil milhões de euros
31/12/2021	206%		
31/12/2020	179%		
Rácio de alavancagem fully loaded		Total de capital económico	
31/12/2021	4,9%	31/12/2021	23,5 mil milhões de euros
31/12/2020	4,7%		
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)		31/12/2020	28,6 mil milhões de euros
31/12/2021 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	31,0%		
31/12/2021 (baseado na exposição à alavancagem)	9,7%	Exposição à alavancagem	
31/12/2020 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	32,0%	31/12/2021	€ 1.125 mil milhões
31/12/2020 (baseado na exposição à alavancagem)	9,8%		
Rácio de cobertura de liquidez		31/12/2020	1.078 mil milhões de euros
31/12/2021	133%		
31/12/2020	145%	Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	
		31/12/2021 ¹	32,7%
		31/12/2020 ¹	10,7%
		Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)	
		31/12/2021	47,6 mil milhões de euros
		31/12/2020	43,0 mil milhões de euros
		Rácio de financiamento estável líquido (NSFR)²	
		31/12/2021	121%

¹ Para 31 de dezembro de 2021 como percentagem dos RWA (requisito incluindo o requisito de amortecedor combinado) e para 31 de dezembro de 2020 como percentagem do TLOF.

² O NSFR foi recentemente introduzido como um rácio mínimo pelas alterações do CRR em vigor a 28 de junho de 2021; por conseguinte, não é apresentada qualquer comparação.

Além disso, avaliamos regularmente os impactos potenciais dos riscos no nosso balanço e na rentabilidade através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank. Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, são suficientes para resistir a períodos de esforço potencial.

Concluimos que os riscos, tal como descritos acima ou nas secções seguintes, aos quais o Deutsche Bank está exposto, incluindo potenciais impactos na nossa estratégia empresarial, fornecem uma imagem verdadeira e justa do nosso perfil de risco.

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções “Perfil de risco”, “Apetência pelo risco e capacidade de risco”, “Plano de risco e de capital”, “Testes de esforço”, “Planeamento de recuperação e resolução”, “Gestão do risco e de capital”, “Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL” (para valores de integração progressiva e fully loaded), “Rácio de cobertura de liquidez” e “Testes de esforço e análise de cenários”.

Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela procura de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco económico global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Posição de risco global, medida pela procura de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021	31 dez 2020	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	11.725	11.636	90	1
Risco de mercado	7.920	10.894	(2.974)	(27)
Risco de mercado relacionado com a negociação	2.292	2.198	94	4
Risco de mercado não relacionado com a negociação	5.628	8.696	(3.068)	(35)
Risco operacional	4.937	5.512	(574)	(10)
Risco estratégico ¹	3.173	5.949	(2.776)	(47)
Vantagem de diversificação ²	(4.213)	(5.429)	1.216	(22)
Total de procura de capital económico	23.542	28.560	(5.018)	(18)

¹ Anteriormente relatado como risco de negócio. Esta categoria inclui o resultado do modelo para risco estratégico e risco fiscal, bem como encargos de capital para riscos relacionados com ativos de software e ativos por impostos diferidos das IFRS sobre diferenças temporárias.

² Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico.

Em 31 de dezembro de 2021, a nossa utilização de capital económico ascendia a 23,5 mil milhões de euros, um valor 5,0 mil milhões de euros, ou 18%, inferior aos 28,6 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2020.

A utilização do capital económico de risco de crédito totalizava 11,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que era 0,1 mil milhões de euros, ou 1%, superior em comparação com o final do ano de 2020. O aumento foi impulsionado principalmente pela adoção qualificada dos resultados das análises direcionadas dos modelos internos (TRIM) por parte do BCE, que foi parcialmente compensada por um menor risco de transferência e liquidação.

A procura de capital económico para risco de mercado totalizava 7,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que era de 3,0 mil milhões de euros, ou 27%, inferior em comparação com o final do ano de 2020. O decréscimo foi impulsionado pelo risco de mercado não relacionado com a negociação, principalmente devido a reduções na exposição às taxas de juro na carteira de obrigações de reserva estratégica de liquidez, bem como por alterações na metodologia de cálculo da carteira de investimento em ações.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 4,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, sendo inferior em 0,6 mil milhões de euros, ou 10%, relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2020, no total de 5,5 mil milhões de euros. Em linha com o desenvolvimento dos nossos RWA para risco operacional, a diminuição foi em grande parte impulsionada por um perfil de perdas internas mais leve, em particular uma menor frequência de perdas que alimenta o nosso modelo de capital. Para obter uma descrição detalhada, consulte a secção “Gestão do risco operacional”.

A categoria de risco estratégico capta o capital económico resultante do modelo de risco estratégico (que também inclui implicitamente elementos de riscos não normalizados, tais como o risco de reputação), o modelo de risco fiscal, e os encargos de capital para o risco relacionado com os ativos de software e os ativos de impostos diferidos das IFRS sobre diferenças temporárias. O capital económico para risco estratégico diminuiu para 3,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que foi 2,8 mil milhões de euros, ou 47%, inferior em comparação com 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, refletindo principalmente a melhoria das perspetivas de lucro suportadas pela execução da transformação do Deutsche Bank.

O benefício da diversificação entre riscos da procura de capital económico entre riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico totalizava 4,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que era 1,2 mil milhões de euros, ou 22%, inferior em comparação com o final do ano de 2020. Esta diminuição reflete principalmente alterações no perfil do tipo de risco subjacente.

O nosso mix de atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos também os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.

Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

31 dez 2021

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.984	4.869	2.519	60	376	917	11.725	50
Risco de mercado	306	2.094	570	83	140	4.728	7.920	34
Risco operacional	446	2.002	602	269	1.619	0	4.937	21
Risco estratégico ¹	242	10	32	0	1	2.888	3.173	13
Vantagem de diversificação ²	(478)	(1.533)	(540)	(145)	(826)	(693)	(4.213)	(18)
Total de CE	3.500	7.442	3.183	267	1.309	7.840	23.542	100
Total de EC em %	15	32	14	1	6	33	100	N/S

N/S – Não significativo

¹ Anteriormente relatado como risco de negócio. Esta categoria inclui o resultado do modelo para risco estratégico e risco fiscal, bem como encargos de capital para riscos relacionados com ativos de software e ativos por impostos diferidos das IFRS sobre diferenças temporárias.

² Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico.

31 de dezembro de 2020³

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.593	4.669	2.404	60	648	1.262	11.636	41
Risco de mercado	836	2.355	1.170	420	235	5.877	10.894	38
Risco operacional	482	2.169	646	284	1.930	0	5.512	19
Risco estratégico ¹	193	2.767	80	0	0	2.909	5.949	21
Vantagem de diversificação ²	(471)	(2.455)	(534)	(180)	(982)	(808)	(5.429)	(19)
Total de CE	3.634	9.506	3.766	584	1.831	9.239	28.560	100
Total de CE em %	13	33	13	2	6	32	100	N/S

N/S – Não significativo

¹ Anteriormente relatado como risco de negócio. Esta categoria inclui o resultado do modelo para risco estratégico e risco fiscal, bem como encargos de capital para riscos relacionados com ativos de software e ativos por impostos diferidos das IFRS sobre diferenças temporárias.

² Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico.

³ Os montantes dos riscos afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2020.

O perfil de risco do Corporate Bank é dominado pelos produtos e serviços oferecidos de Financiamento ao Comércio, Banca Comercial e Gestão de Tesouraria. A procura de capital económico deve-se, em grande parte, ao risco de crédito e é predominantemente impulsionada pelos negócios de Financiamento ao Comércio e Clientes Comerciais. A procura de capital económico para o Corporate Bank diminuiu 0,1 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2020, principalmente em resultado de um menor risco de mercado, parcialmente compensado por um maior risco de crédito. A procura de capital económico para o risco de mercado diminuiu 0,5 mil milhões de euros ao longo do ano, principalmente devido ao impacto nas afetações a todos os negócios devido às alterações na metodologia de cálculo da carteira de investimentos em participações. A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 era 0,4 mil milhões de euros mais elevada em comparação com o final do ano de 2020, impulsionada principalmente pelo crescimento do Financiamento ao Comércio e da Estratégia de Empréstimos a Empresas. A procura de capital económico para risco operacional e estratégico no Banco de Empresas manteve-se bastante estável em comparação com o final do ano de 2020.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Global Credit Trading, Rates e Leveraged Debt Capital Markets. O risco de mercado decorre principalmente das atividades de negociação e criação de mercado. O remanescente do perfil de risco do Investment Bank deriva grandemente do risco estratégico que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A procura de capital económico para o Investment Bank diminuiu 2,1 mil milhões de euros em comparação com o final de 2020, como resultado de um menor risco estratégico, de mercado e operacional. A procura de capital económico para o risco estratégico diminuiu 2,8 mil milhões de euros face ao ano anterior, impulsionada pela melhoria das perspetivas de lucros apoiada pela execução da transformação do Deutsche Bank. A procura de capital económico para o risco de mercado diminuiu 0,3 mil milhões de euros ao longo do ano, principalmente devido ao impacto nas afetações a todos os negócios devido às alterações na metodologia de cálculo da carteira de investimentos em participações. A procura de capital económico para o risco operacional diminuiu 0,2 mil milhões de euros, principalmente devido a um perfil de perdas internas mais leve, em particular uma menor frequência de perdas. Estas reduções foram parcialmente compensadas por 0,2 mil milhões de euros de aumento na procura de capital económico para o risco de crédito, principalmente devido ao Global Credit Trading e à redução do benefício de diversificação entre riscos de 0,9 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2020.

O perfil de risco do Private Bank inclui negócios com clientes alemães de retalho, de retalho internacional e de negócios, bem como clientes de gestão de património que geram riscos de crédito, bem como riscos de mercado não relacionados com a negociação decorrentes do risco de investimento, da modelação de depósitos de clientes e do risco de spread de crédito. A procura de capital económico para o Private Bank diminuiu 0,6 mil milhões de euros em comparação com o final de 2020. O decréscimo foi principalmente impulsionado por uma redução do risco de mercado de 0,6 mil milhões de euros, devido à

transferência da carteira de reserva de liquidez para a Tesouraria do Grupo dentro da divisão Corporate & Other no início de 2021. O capital económico para riscos operacionais e estratégicos demonstra pequenas reduções ao longo do ano devido a maiores efeitos de diversificação com outras divisões. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por um aumento do risco de crédito em resultado do crescimento da carteira e de alterações metodológicas relacionadas com a nova definição da regulação de incumprimento.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, os principais fatores de risco são não financeiros. A procura de capital económico para o risco de mercado é impulsionada principalmente por riscos de mercado não relacionado com a negociação, que surgem em produtos de garantia e coinvestimentos nos fundos. A procura de capital económico para Asset Management diminuiu 0,3 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior, principalmente devido a melhorias metodológicas nos modelos de risco de mercado que tiveram impacto nas afetações às empresas, e por uma ligeira redução do risco operacional. Isto foi parcialmente compensado por uma redução da vantagem de diversificação.

A Capital Release Unit continuou a sair e a reduzir os ativos não estratégicos ao longo de 2021. A redução do risco entre tipos de risco alcançada ao longo do ano levou a uma redução na procura de capital económico de 0,5 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2020. A diminuição acima referida foi parcialmente compensada por uma vantagem de diversificação reduzida em resultado da redução da dimensão e complexidade da carteira.

O perfil de risco do segmento Corporate & Other inclui principalmente riscos de mercado não relacionado com a negociação de risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de compensação de ações, bem como risco estratégico do modelo de risco fiscal e encargos de capital relacionados com ativos de software e ativos fiscais diferidos de acordo com as IFRS sobre diferenças temporárias. A procura de capital económico para o segmento Corporate & Other diminuiu 1,4 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2020, principalmente devido ao reequilíbrio da nossa reserva estratégica de liquidez em resposta às condições de mercado.

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco

O nosso modelo de negócio envolve inerentemente assumir riscos. Os riscos podem ser financeiros e não financeiros e incluir riscos patrimoniais e extrapatrimoniais. O nosso objetivo é criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O quadro de gestão do risco contribui para isso, alinhando a nossa gestão de risco planeada e efetiva com a nossa apetência pelo risco, tal como expresso pelo Conselho de Administração, estando ao mesmo tempo em linha com o nosso capital e liquidez disponíveis.

O nosso quadro de gestão do risco é composto por várias componentes. São definidos princípios e normas para cada componente:

- As estruturas organizacionais devem seguir o modelo de três linhas de defesa ("3LoD") com uma definição clara de funções e responsabilidades para todos os tipos de risco.
 - A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm e são responsáveis por estes riscos. A 1.ª LoD gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida, estabelece uma governação de risco e uma cultura de risco adequadas e adere aos quadros de tipo de risco definidos pela 2.ª Linha de Defesa ("2nd LoD").
 - A 2.ª LoD refere-se às funções do Banco que definem o quadro de gestão do risco para um tipo de risco específico. A 2.ª LoD avalia e questiona de forma independente a implementação do quadro do tipo de risco e a adesão à apetência pelo risco, e atua como consultor à 1.ª LoD sobre a forma de identificar, avaliar e gerir os riscos.
 - A 3.ª Linha de Defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno.
- Todos os colaboradores devem atuar como gestores de risco em coerência com a nossa apetência pelo risco, normas e valores de gestão do risco.
- A apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração deve ser em cascata e cumprida em todas as dimensões do Grupo, com consequências adequadas em caso de violação.
- Os riscos devem ser identificados e avaliados.
- Os riscos devem ser geridos ativamente, incluindo a redução adequada dos riscos e sistemas de controlo interno eficazes.
- Os riscos devem ser medidos e comunicados utilizando dados precisos, completos e em tempo real, através de modelos aprovados.

- Devem ser realizados testes de esforço regulares contra cenários adversos e deve ser estabelecido um planejamento adequado de resposta a crises.

Promovemos uma forte cultura de risco em que todos os colaboradores devem compreender plenamente e ter uma visão holística dos riscos que podem resultar das suas ações, compreender as consequências e geri-las adequadamente em relação à nossa apetência pelo risco. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o nosso Código de Conduta. Para promover este objetivo, as nossas políticas exigem que os riscos assumidos (incluindo contra a apetência pelo risco) devem ser tidos em consideração durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do Deutsche Bank. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

Governança do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo do risco, incluindo itens relacionados com o risco de reputação, bem como casos de litígios significativos. Formou várias comissões para tratar dos temas específicos (para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").
 - Nas reuniões da Comissão de Risco, o Conselho de Administração relata sobre exposições de risco atuais e futuras, carteiras, a apetência e estratégia de risco e sobre questões consideradas relevantes para a avaliação e supervisão da situação de risco do Deutsche Bank AG. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco aconselha sobre questões relacionadas com a apetência pelo risco geral, a posição de risco agregado e a estratégia de risco, e mantém o Conselho de Fiscalização informado sobre as suas atividades.
 - O Comité de Integridade, entre outras responsabilidades, aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que respeita ao compromisso da administração com um desenvolvimento economicamente sólido e sustentável da empresa e monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas da empresa, incluindo as políticas de risco. É também responsável por rever o código de conduta e de ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
 - O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração é responsável por garantir uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das diretrizes internas. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo ("GRC") como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comitê de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados e a análise do inventário de riscos, carteiras de risco de alto nível, desenvolvimentos de exposição ao risco e resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.
- O Comitê de Risco Não Financeiro (NFRC) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de crimes financeiros. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar a eficácia do modelo operacional de risco não financeiro (incluindo as interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo), bem como monitorizar a evolução de riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo.
- O Comitê de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
- O Comitê de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte do seu mandato, o ERC aprova o inventário de risco do grupo, determinados aumentos do limiar do país e da indústria e diretrizes de conceção de cenários para testes de esforço mais rigorosos em todo o grupo, bem como

testes de esforço inversos. Analisa os resultados dos testes de esforço em conformidade com a apetência pelo risco, analisa a perspectiva de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações em toda a empresa.

- O Comitê de Governança de Produtos está incumbido de assegurar que haja supervisão, governança e coordenação adequadas da Governança de Produtos no Grupo, estabelecendo uma perspectiva transversal ao risco e holística dos principais riscos financeiros e não financeiros associados a produtos e transações ao longo do ciclo de vida.
- O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governança ad-hoc, presidido pelo Diretor financeiro e pelo Gestor de risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco. O FRMC fornece um único fórum para supervisionar a execução do Plano de financiamento de contingência e do Plano de recuperação do grupo. O conselho recomenda a implementação de ações de redução em momentos de esforço de liquidez ou de capital antecipado ou real. Especificamente, o FRMC tem a tarefa de analisar a posição de capital e liquidez do banco, em antecipação de um cenário de esforço, recomendar propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e supervisionar a execução das decisões tomadas.
- O Comitê de gestão de ativos e passivos do grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração. O seu mandato passa por otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração.

O nosso Diretor de Risco (CRO), que é membro do Conselho de Administração, tem a responsabilidade supradivisional em todo o Grupo de estabelecer um quadro de gestão de risco com a identificação, mensuração, monitorização, mitigação e comunicação apropriada de riscos de liquidez, crédito, mercado, empresa, modelo e não financeiros (incluindo riscos operacionais e de reputação). Contudo, os quadros para determinados riscos são estabelecidos por outras funções, de acordo com o plano de afetação de negócios.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta da função do CRO. Os deveres de controlo e gestão do risco na função do CRO são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco estabelecida pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões e respetivas unidades de negócio;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Os Diretores de Risco de cada divisão empresarial, tendo uma visão holística do respetivo negócio, desafiam e influenciam as estratégias das divisões, a consciência e a propriedade do risco, bem como o cumprimento da apetência pelo risco.

A responsabilidade por Compliance e Combate aos crimes financeiros foi transferida do Diretor de Risco para o Diretor administrativo no primeiro semestre de 2021.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado e dos tipos de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que funcionam como indicadores da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos órgãos de governação apropriados.

Plano de risco e de capital

Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para reforçar a nossa visão de sermos um banco alemão líder, com fortes raízes europeias e uma rede global, e tem como objetivo assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- Avaliar a nossa adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- Aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvabilidade, tal como expressos pelo nosso supervisor interno.

Em 9 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2020, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, na sequência dos resultados do SREP de 2019. A decisão estabeleceu o requisito de Pilar 2 do BCE (P2R) para 2,50% dos RWA, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,43%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 12,40% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,03%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,41 %, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,03% e o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00 %. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,47%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,63%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank que a sua expectativa individual de manter um complemento de capital de CET 1 de Pilar 2, geralmente referido como "orientação de Pilar 2" será vista apenas como orientação e – pelo menos até ao final de 2022 – uma violação desta orientação não irá desencadear a necessidade de fornecer um plano de restabelecimento do capital ou a necessidade de executar medidas para a reconstrução do capital de CET 1.

Em fevereiro de 2022, o BCE informou-nos da sua decisão, em vigor a 1 de março de 2022, de que o nosso requisito de Pilar 2 permanece inalterado. Em 2021, o Deutsche Bank participou no teste de esforço da EBA de 2021, que foi adiado de 2020 devido à pandemia da COVID-19. Através dos seus procedimentos normais, o BCE considerou o nosso desempenho quantitativo no cenário adverso como um fator de informação ao reconsiderar o nível das Orientações de Pilar 2 na sua avaliação do SREP de 2021 e o nosso desempenho qualitativo como um único aspeto ao rever holisticamente o Requisito de Pilar 2.

Em janeiro de 2022, o BaFin anunciou um amortecedor contracíclico de 0,75% para a Alemanha, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, o que se traduz em aproximadamente 30 bps de requisitos de capital CET1 necessário para o Grupo Deutsche Bank, dada a nossa atual quota-parte de exposição ao crédito alemão. Além disso, o BaFin está a considerar um amortecedor de risco sistémico sectorial de 2% para as exposições no setor imobiliário residencial alemão, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023. Se for implementado como considerado, este amortecedor sectorial poderia aumentar a necessidade de capital CET1 para o Grupo Deutsche Bank em cerca de 20 bps, considerando a nossa atual exposição no setor imobiliário residencial alemão.

Note-se que o Conselho de Estabilidade Financeira anunciou, em 2019, que o nosso amortecedor G-SII foi reduzido para 1,5%, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2021. No entanto, tal não altera os requisitos de capital dos Bancos, uma vez que o amortecedor O-SII permanece em 2,0%.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes bem estabelecidas que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade. Pode encontrar mais detalhes na secção "Identificação e avaliação do risco".
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulatório e económico que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções "Perfil de risco" e "Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL".
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas. Podem ser encontrados mais detalhes nas secções "Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL" e "Adequação do Capital Económico".

- **Apetência pelo risco:** O Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, indicadores quantitativos e limiares que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para atingir os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Apetência pelo risco e capacidade de risco” e “Indicadores de risco fundamentais”.
- **Planeamento de capital:** Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos no plano do capital para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção “Plano estratégico e de capital”.
- **Testes de esforço:** Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital regulatório e económico são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar vulnerabilidades sob esforço. Pode encontrar mais detalhes na secção “Testes de esforço”.
- **Avaliação da adequação de capital:** Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma declaração da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão numa base contínua sob um cenário de base e um cenário adverso. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da continuidade do Deutsche Bank.

Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de teste de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco (tipo de risco específico, bem como risco transversal). Os testes de esforço internos são parte integrante do nosso quadro de gestão do risco, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de teste de esforço do risco abrangente, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), atende vários processos de gestão bancária, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a atribuição de capital. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os nossos testes de esforço internos são realizados regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave, bem como de eventos adversos específicos do banco, no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. O nosso quadro de testes de esforço compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações regionais importantes. Incluímos nas nossas atividades de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço.

A fase inicial do nosso teste de esforço do risco transversal consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas empresariais através de um Conselho de conceção de cenários formal de fórum de governação. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA, o rácio de MREL e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e nas reservas de liquidez. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é de um a cinco anos,

dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. O Comité de Risco da Sociedade (ERC) analisa os resultados finais do esforço. Após a comparação desses resultados com a nossa apetência pelo risco definida, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do Banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco.

Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2021 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, conforme definido no Plano de Recuperação do Grupo, permitem alcançar o nível de saída de esforço definido internamente.

O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é tipicamente realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio ao determinar cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando um tal cenário hipotético que resultaria na não viabilidade do banco, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário de esforço hipotético é extremamente baixa. Desta forma, não acreditamos que a continuidade do nosso negócio esteja em risco.

A partir do final de 2020, reforçámos ainda mais o nosso quadro, aumentando a frequência do nosso cenário de Apetência pelo Risco para mensal, permitindo assim um controlo mais rigoroso da apetência pelo risco.

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas, temos programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Para os programas de teste de esforço relevantes devem consultar-se as secções que descrevem os métodos individuais de gestão do risco.

O Deutsche Bank também participou em dois importantes testes de esforço regulamentares realizados em 2021, nomeadamente o teste de esforço bianual da Autoridade Bancária Europeia (EBA), bem como o teste de esforço CCAR baseado nos EUA, tal como implementado de acordo com a Lei Dodd-Frank dos EUA.

Quadro GWST do Grupo Deutsche Bank



Sistemas de medição e relatório do risco

Os nossos sistemas de medição do risco servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacionais, reputação, empresariais e de modelos. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas no âmbito da função de Diretor Financeiro e Diretor de Risco assumem a responsabilidade pela medição, análise e comunicação dos riscos, promovendo simultaneamente a qualidade e integridade suficientes dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "mensuração e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja claramente compreendido.
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade (ERC) e o Comité de Risco do Grupo (GRC), e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário).
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma proativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão proativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal).

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco. Para assegurar que os Relatórios de riscos principais satisfazem os requisitos dos destinatários, as funções que produzem relatórios verificam regularmente se os Relatórios de riscos principais são claros e úteis.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal do perfil de risco e capital (RCP) consiste num relatório de risco transversal e fornece uma visão abrangente do perfil de risco do Deutsche Bank, bem como é utilizado para informar o ERC, o GRC e o Conselho de Administração e, em seguida, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O RCP inclui o tipo de risco específico, visões gerais em consonância com o negócio e assuntos relacionados com o risco ao nível da empresa. Também inclui atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do grupo e outros indicadores importantes de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações à evolução dos principais riscos, destacando áreas de especial importância com atualizações sobre as estratégias de gestão do risco correspondentes.
- O Relatório Semanal de Risco (WRR) é uma informação semanal que cobre questões atuais de alto nível nas principais áreas de risco e é apresentado todas as sextas-feiras aos Membros do ERC, do GRC e do Conselho de Administração e, subsequentemente, aos Membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O WRR é caracterizado pela natureza ad-hoc dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas, e está centrado em indicadores de risco mais voláteis.
- O Deutsche Bank realiza vários testes esforço macroeconómicos em todo o Grupo. Um cenário mensal de apetência pelo risco serve o propósito de definir e monitorizar regularmente a nossa apetência pela perda de esforço. Além disso, existem cenários atuais (normalmente uma vez por trimestre) que são relatados e discutidos no ERC e encaminhados para o GRC, se se considerar necessário. Os principais indicadores de desempenho em esforço são avaliados em relação aos limiares de apetência pelo risco do Grupo.

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma holística, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares, incluindo para Tipos de Risco ou Carteiras de Foco, que são utilizados para monitorizar e controlar o perfil de risco.

Planeamento de recuperação e resolução

Na UE, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (“Regulação SRM”) e a Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos (“BRRD”) visam reduzir a probabilidade de uma outra crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em conformidade com as disposições do Regulamento SRM e do BRRD (que foram implementadas principalmente na Alemanha pela Lei Alemã de Recuperação e Resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz - “SAG”), mantemos o nosso quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para identificar e gerir o impacto de eventos adversos de forma atempada e coordenada.

Mantemos um plano de recuperação do Grupo que é aprovado pelo Conselho de Administração. A última apresentação em 2021 incluí, entre outros:

- Capacidade geral de recuperação atualizada que foi avaliada em relação a dois cenários de esforço grave e é considerada suficiente para suportar um esforço grave de capital e liquidez; e
- Todos os níveis de métricas de recuperação foram ajustados à nova apetência pelo risco do Grupo e foram acrescentadas novas métricas de recuperação/aviso precoce.

O plano de resolução do Grupo, por outro lado, é preparado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. Trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução (CUR) e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada (SPE) como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de recapitalização SPE, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa prepare um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para apoiar e melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o DB completou em grande parte os preparativos adicionais, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis (“MREL”) para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, está sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (“TLAC”), que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como “não preferencial”, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (“preferenciais”) tais como obrigações “plain vanilla” preferenciais sénior, instrumentos de dívida que são “estruturados”, depósitos e derivados.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor (“Lei Dodd-Frank”), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (“FDIC”) um plano de resolução completo ou específico (o “Plano de Resolução dos EUA”) num calendário prescrito por essas agências. O Plano de Resolução dos EUA deve demonstrar que o Deutsche Bank AG tem a capacidade de executar e implementar uma estratégia para a resolução ordenada das suas entidades e operações relevantes nos EUA. Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos.

O Deutsche Bank AG apresentou o seu mais recente Plano de Resolução dos EUA em dezembro de 2021 e está atualmente à espera de comentários regulamentares por escrito. Esta apresentação do plano de resolução específico fornece informações detalhadas sobre a nossa Estratégia de Resolução dos EUA, as nossas capacidades de resolução nos EUA, alterações significativas feitas ao nosso Plano de Resolução dos EUA desde a última apresentação completa em 2018, bem

como determinadas informações adicionais. O próximo plano de resolução completo do Deutsche Bank nos EUA deverá ser apresentado em 2024.

Gestão do risco e de capital

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do nosso rácio CET 1 e do capital em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este fim, o Tesouro propõe e o Conselho de Administração determina quais as divisas que serão cobertas. Nesta base, e dentro das restrições de uma apetência pelo risco para a sensibilidade ao rácio CET 1 aprovada pelo Conselho de Administração e risco absoluto de perda de capital, o Tesouro desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas. O capital investido nas nossas filiais e agências estrangeiras ou não é coberto, ou é parcialmente coberto ou totalmente coberto, equilibrando os efeitos do capital, de rubricas de dedução de capital e ativos ponderados pelo risco em divisas.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Como parte do nosso processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura capital (definido como a soma dos ativos ponderados pelo risco [RWA] e de determinados equivalentes de RWA de elementos de dedução de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das nossas subsidiárias e algumas agências estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a nossa posição de capital e de liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e

regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comitê de investimentos do grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do nosso Comitê de Pensões e está representada no comitê de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

Identificação e avaliação do risco

Identificamos regularmente os riscos para as operações do nosso negócio e infraestrutura, incluindo em condições de esforço. Esta avaliação incorpora os dados da 1.ª e da 2.ª LoD, com os riscos identificados avaliados quanto à materialidade com base na respetiva gravidade e probabilidade de materialização. A avaliação dos riscos é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspectiva prospetiva. Este processo de identificação e avaliação do risco resulta no nosso inventário de risco que capta os riscos materiais para o Grupo, e nos casos relevantes, entre empresas, entidades e agências.

As atualizações regulares ao inventário de risco são comunicadas à direção para serem revistas e questionadas e, subsequentemente, informam sobre os principais processos de gestão de risco. Estes incluem o desenvolvimento de cenários de esforço adaptados ao perfil de risco do Deutsche Bank, e as informações sobre a definição e monitorização da apetência pelo risco. Os riscos no inventário são também mapeados para os riscos na taxonomia do tipo de risco.

Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na taxonomia do tipo de risco, o risco de crédito está agrupado em quatro categorias principais, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de transação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação e risco de concentração de crédito. Isto é complementado por uma avaliação regular da identificação e materialidade dos riscos.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento.
- O risco de transação/liquidação (risco de exposição) é o risco que resulta de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial.
- O risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado.
- O risco de concentração de crédito é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou classe de produto/ativo específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou classe de produto/ativo.

Gerimos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e princípios que se seguem:

- A Gestão do risco de crédito (CRM) faz parte da 2ª Linha de Defesa (2nd LoD) dentro do modelo das Três Linhas de Defesa do Grupo DB. O negócio como principal indivíduo que assume o risco e proprietário forma a 1ª Linha de Defesa (1st LoD) e a Auditoria de Grupo a 3ª Linha de Defesa (3rd LoD)
- A Compliance reporta a um membro do Conselho de Administração diferente e, portanto, a função de risco de crédito é independente da função de compliance até ao nível do Conselho de Administração.
- Em cada uma das nossas divisões, os padrões, processos e princípios de decisão de crédito são aplicados de forma consistente.

- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito indevido a nível das contrapartes e das carteiras. Alargamos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
- Qualquer nova facilidade de crédito e extensão (tal como o aumento do limite de exposição) a qualquer contraparte requer a aprovação de crédito ao nível da autoridade apropriada, de acordo com o cálculo mínimo exigido pela autoridade de crédito. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Gerimos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor em todo o nosso Grupo consolidado com base no "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da CRM - quando apropriado - equipas especializadas para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados. Para efeitos de aprovação de transações, as equipas estruturadas de gestão do risco de crédito estão alinhadas com as respetivas áreas de negócio de concessão de crédito.
- Sempre que necessário, estabelecemos processos para gerir as exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica.
- Para cumprir os requisitos do artigo 190.º do CRR, o Grupo DB atribuiu os vários requisitos de controlo dos processos de crédito às unidades da 2.ª LoD que são mais adequadas para realizar tais controlos.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação da procura de capital regulatório de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, para todos os modelos importantes e parcialmente para novos modelos, é necessária a aprovação do Diretor da Gestão do Risco do Modelo. Quando apropriado, alterações menos significativas podem ser aprovadas por um delegado de qualquer uma das funções sob uma autoridade delegada. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas são comunicados ao Fórum de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMF) e ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens "avançadas", de "fundação" e "padrão", das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), recorremos ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. O método IRB básico continua em vigor para algumas exposições decorrentes do ex-Postbank.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é um componente importante aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites e exposições ao crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital.

IFRS 9 Imparidade

Descrição do Modelo e Metodologia da IFRS 9

Na secção seguinte, o Grupo fornece uma visão geral do quadro de imparidade da IFRS 9 que inclui descrições das principais decisões tomadas em relação a estimativas e julgamentos contabilísticos críticos, juntamente com metodologias e definições aplicadas no modelo de imparidade da IFRS 9.

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da nossa abordagem de imparidades, referimos estes instrumentos como ativos financeiros.

O Grupo determina a sua provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os ativos financeiros em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significativa após o seu reconhecimento inicial.
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- A fase 3 consiste em ativos financeiros de clientes que estão em situação de incumprimento de acordo com as políticas do DB sobre incumprimento regulamentar, que se baseiam no Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) ao abrigo do art. 178.º. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade, não rentáveis e em incumprimento.
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas.
- Os ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem (“POCI”) são ativos para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade.

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral dos procedimentos de gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de Perdas de crédito esperadas (ECL) é realizada através do cálculo automático, baseado em parâmetros das ECL, usando o modelo ECL do Grupo ou determinada pelos colaboradores de crédito. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual. O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogénea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da nossa carteira não homogénea na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada pelos colaboradores de crédito.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: as probabilidades de incumprimento (PD), as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavanca os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de complementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de condições económicas futuras na medição das perdas de crédito esperadas também influencia a provisão para perdas de crédito nas Fases 1 e 2. Para calcular as perdas de crédito esperadas na duração, o cálculo do Grupo obtém as probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

Determinação da fase e aumento significativo no risco de crédito

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são refletidos na Fase 1, a menos que os ativos financeiros sejam POCI. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. A atribuição de ativos financeiros à Fase 3 baseia-se no facto de o mutuário estar em incumprimento. Se um mutuário estiver em incumprimento, todos os ativos financeiros do mutuário são transferidos para a Fase 3.

Indicadores da Fase 2 relacionados com a notação: O Grupo compara o histórico dos PD de um mutuário na data do relatório com as expectativas do histórico dos PD na data do reconhecimento inicial para determinar se houve uma alteração significativa nos PD do mutuário e em todas as suas transações no âmbito da imparidade da IFRS 9. Com base no comportamento de migração historicamente observado e numa amostragem de diferentes cenários económicos, obtém-se uma distribuição do histórico dos PD. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido

como o limiar do histórico dos PD. Se o histórico remanescente dos PD de uma transação, de acordo com as expectativas atuais, exceder este limiar, o ativo financeiro sofreu um aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2. Os percentis utilizados para definir os limiares da Fase 2 são determinados através de pareceres de especialistas, são validados anualmente e não foram alterados em resultado da COVID-19. Os limiares aplicados variam em função da qualidade do crédito original do mutuário, do histórico decorrido, do histórico restante e da classe da contraparte. A administração acredita que a abordagem definida e os percentis representam um indicador significativo de que um ativo financeiro sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Indicadores da Fase 2 relacionados com os processos: Os indicadores relacionados com os processos são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião da administração, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem mutuários a serem adicionados a uma lista de vigilância de crédito, a serem transferidos para o estado de reestruturação, a pagamentos vencidos há 30 dias ou mais ou em situação de carência (exceto para certas medidas de carência relacionadas com a COVID-19, como descrito mais abaixo).

Enquanto as condições para um ou mais indicadores relacionados com o processo ou com a notação estiverem preenchidas e o mutuário do ativo financeiro não cumprir a definição de incumprimento, o ativo permanecerá na Fase 2. Se os indicadores da Fase 2 deixarem de ser cumpridos e se o ativo financeiro não se encontrar em incumprimento, o ativo financeiro é transferido novamente para a Fase 1. Em caso de desempenho de ativos financeiros com período de carência, o período de vigilância em conformidade com as orientações regulamentares ascende a 2 anos antes de o ativo financeiro ser reclassificado para a Fase 1.

No segundo trimestre de 2021, o Grupo aperfeiçoou um dos ativadores da Fase 2 relacionados com o processo. Os ativos financeiros acrescentados à lista de vigilância por razões discricionárias são agora transferidos para a Fase 2, enquanto antes desta alteração apenas os ativos acrescentados à lista de vigilância por razões obrigatórias eram transferidos para a Fase 2. Esta mudança de metodologia, que representa uma mudança na estimativa, resultou num aumento de 60 milhões de euros da provisão para perdas de crédito do Grupo, o que se reflete nos resultados financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2021.

Em caso de incumprimento do mutuário, todas as transações do mutuário são atribuídas à Fase 3. Se numa data posterior o mutuário já não se encontrar em incumprimento, são aplicados os critérios de cura de acordo com as orientações regulamentares (incluindo períodos de carência), que são de pelo menos 3 meses ou 1 ano no caso de reestruturações em dificuldades. Uma vez cumprido o período ou critério de cura regulamentar, o mutuário deixará de ser classificado como em incumprimento e os seus ativos serão transferidos novamente para a Fase 2 ou para a Fase 1.

No terceiro trimestre de 2021, o Grupo obteve a aprovação do BCE e completou a implementação das últimas orientações regulamentares sobre a definição de incumprimento, que consiste em duas orientações da EBA. Uma orientação inclui uma norma técnica da EBA relativa ao limiar de materialidade das obrigações de crédito vencidas (aplicada com o regulamento do BCE (UE) 2018/1845) e a segunda orientação abrange a aplicação da definição de incumprimento. Ambos os novos requisitos são conjuntamente referidos como Orientações da EBA sobre a definição de incumprimento. Estas Orientações da EBA substituíram a definição de incumprimento ao abrigo do acordo de Basileia II e afetaram principalmente a ECL para carteiras específicas dentro do Private Bank. O impacto da alteração na estimativa não foi significativo.

O cálculo das perdas de crédito esperadas para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogénea e não homogénea, e ativos financeiros POCI. Para as transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogénea, o Grupo utiliza uma abordagem automatizada baseada em parâmetros para determinar a provisão para perdas de crédito por transação. Para estas transações, os parâmetros LGD são parcialmente modelados para serem dependentes do tempo, ou seja, consideram a expectativa de recuperação decrescente como à medida que o tempo decorre após o incumprimento. A provisão para perdas de crédito para ativos financeiros nas nossas carteiras não homogéneas na Fase 3, bem como para ativos POCI, é determinada pelos colaboradores de crédito. Isto permite aos colaboradores de crédito considerar a informação atualmente disponível e as expectativas de recuperação específicas para os mutuários e os ativos financeiros na data do relatório.

O Grupo não alterou os seus mecanismos e regras de desencadeamento de fases existentes devido à pandemia da COVID-19, exceto no que diz respeito às moratórias em conformidade com a EBA e às concessões concedidas aos clientes mais afetados pela COVID-19. Este tratamento excecional tornou-se menos relevante em 2021, uma vez que se aplicava a um número limitado de relações com clientes em Itália, Alemanha e Espanha, já que a maior parte das moratórias concedidas na Alemanha expirou no final de 2020, e noutros países no final de 2021.

Técnicas de estimação dos fatores-chave de cálculo

O primeiro fator-chave de cálculo da ECL do Grupo é a PD de um ano para mutuários que deriva dos nossos sistemas internos de notação de crédito. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito do mutuário com base numa escala principal de notação de crédito de 21 níveis para a totalidade da nossa exposição.

As notações de crédito atribuídas ao mutuário são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a mutuários nas classes de exposição “Governos centrais e Bancos centrais”, “Instituições” e “Corporativos”, com exceção dos segmentos “Corporativos”, para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas (TTC) e previsões macroeconómicas. Com base em cenários económicos centrados em torno da previsão de base macroeconómica, as matrizes TTC são primeiro transformadas em matrizes de migração de notação de crédito referentes a pontos temporais (PIT), geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes PIT alavanca uma ligação entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento por defeito e de notação de crédito dos mutuários, que deriva de variáveis macroeconómicas históricas (MEV) e séries temporais de notação de crédito através de técnicas de regressão. Numa etapa final, as curvas de PD plurianuais derivam de matrizes PIT de migração de notação de crédito para períodos em que estão disponíveis previsões razoáveis e suportáveis e extrapoladas com base em matrizes TTC de migração de notação de crédito para além desses períodos.

O segundo fator-chave de cálculo da ECL é o parâmetro LGD, que é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento por parte do mutuário. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento do mutuário. Os modelos de LGD aplicados nas Fases 1 e 2, que se baseiam em modelos de LGD regulamentares mas ajustados aos requisitos da IFRS 9 (remoção de complementos de crise e remoção de custos indiretos de reestruturação), asseguram que os principais fatores de risco de perda (ou seja, diferentes níveis e qualidade de garantia e tipos de cliente ou produto ou antiguidade da instalação) sejam refletidos como fatores de risco nas estimativas de LGD. Nos nossos modelos LGD, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (haircuts)). A definição de LGD para carteiras homogêneas em incumprimento depende parcialmente do tempo após o incumprimento e é calibrada com base na experiência de perda e recuperação de várias décadas do Grupo utilizando métodos estatísticos ou, para carteiras menos significativas, certos parâmetros de cálculo do modelo de LGD (por exemplo, taxas de cura) são determinados pelo parecer de peritos.

O terceiro fator-chave de cálculo é a exposição em caso de incumprimento (EAD) ao longo da duração de um ativo financeiro, que é modelada tendo em conta os perfis de reembolso esperados (por exemplo, amortização linear, anuidades, estruturas de empréstimo de um só pagamento). As opções de pré-pagamento não são modeladas para todas as carteiras, uma vez que não são consideradas significativas. Aplicamos fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de um mutuário, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de um mutuário. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior ao saldo pendente atual. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se em dados históricos internos e, ou se baseiam em análises empíricas, ou são apoiadas pelo parecer de peritos, e consideram as características específicas dos mutuários e dos tipos de produtos. Quando os valores CCF de fiscalização têm de ser aplicados para fins regulamentares, são utilizadas estimativas internas para a IFRS 9.

Duração esperada

A IFRS 9 requer a determinação das perdas de crédito esperadas na duração, para as quais a duração esperada de um ativo financeiro é um fator-chave de cálculo. As perdas de crédito esperadas na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as perdas de crédito esperadas tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que

estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as perdas de crédito esperadas é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, aplicamos uma duração para calcular as perdas de crédito esperadas de 24 meses.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, em conformidade com a IFRS 9 o Grupo aplica uma aproximação da taxa de juro efetiva (EIR), que é normalmente a taxa de juro contratual (CIR). A CIR é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, reconhecimento de juros e para desconto da ECL e não difere significativamente da EIR.

Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O modelo ECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Na data do relatório, o modelo utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado no modelo de capital económico do DB. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada ativo financeiro. No cálculo da ECL, o Grupo aplica subsequentemente os LGD acima mencionados para as exposições garantidas e não garantidas, para obter a ECL para a parte garantida e não garantida da exposição separadamente.

Para garantias colaterais pessoais (por exemplo, garantias), o modelo ECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição em risco e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias colaterais físicas (por exemplo, bens imobiliários), a ECL assume que o valor colateral absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e o valor do empréstimo diminui em conformidade.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação disponíveis sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Grupo, utilizamos dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visões consensuais sobre o PIB e as taxas de desemprego). Além disso, o nosso modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é usado para prever variáveis macroeconómicas que não são cobertas por dados de consenso externo. Assume-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis e são atualizadas pelo menos uma vez por trimestre.
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar o cenário base numa análise de cenários que abrange um número infinito de cenários, definidos por distribuições de probabilidade das variáveis macroeconómicas. Estes cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base. A distribuição de cenários é então utilizada para derivar curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo da ECL e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima nos indicadores da Fase 2 relacionados com a notação.

A utilização geral de informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos, bem como ajustamentos tendo em conta fatores extraordinários (como a COVID-19), é monitorizada pelo Fórum de provisão para perdas de crédito de risco e financeiro do Grupo. No mínimo, o Grupo atualiza trimestralmente as suas previsões de fatores macroeconómicos e revê aspetos de potencial imprecisão do modelo (por exemplo, parâmetros MEV fora do intervalo histórico utilizado para a calibração do modelo, se não estiverem ainda incluídos no modelo) como parte de um quadro de monitorização MEV para avaliar a necessidade de medidas corretivas sob a forma de sobreposições.

A metodologia de sobreposição do Grupo introduzida em 2021 centra-se nos movimentos individuais extremos do MEV no contexto de pressupostos e limitações metodológicos específicos. Um procedimento de teste quantitativo envolve o cálculo de rácios entre (a) projeções de cenários a partir da previsão consensual e (b) movimentos máximos históricos de MEV para identificar MEV únicos que estão fora dos intervalos históricos.

Como descrito anteriormente, a abordagem padrão do Grupo para refletir variáveis macroeconómicas no cálculo da estimativa de ECL é incorporar previsões para os próximos dois anos, utilizando oito observações trimestrais discretas. Após

o período de oito trimestres, o Grupo cria previsões baseadas em variáveis macroeconómicas e respetivas tendências históricas.

No segundo trimestre de 2021: O Deutsche Bank implementou um aperfeiçoamento do seu modelo de informação prospetiva, o qual introduziu uma abordagem mais granular na segmentação das suas carteiras para melhor refletir os principais fatores de risco nas carteiras importantes. Esta alteração na estimativa resultou num aumento da provisão do Grupo para perdas de crédito de 31 milhões de euros, refletido em primeiro lugar nos resultados do segundo trimestre de 2021.

O quadro abaixo contém os MEV que incorporam informações prospetivas no nosso modelo ECL a 31 de dezembro de 2021, o que inclui a abordagem mais granular implementada no segundo trimestre de 2021.

Informações prospetivas aplicadas

	31 de dezembro de 2021 ^{1 2}	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
Matérias-primas - Ouro	1.764,58	1.696,51
Matérias-primas - WTI	73,19	68,21
Crédito - Mercados emergentes CDX	231,80	268,64
Crédito - Elevado rendimento CDX	353,42	399,62
Crédito - CDX IG	59,53	63,98
Crédito - Índice de Alto Rendimento	3,95	4,46
Crédito - ITX Europa 125	61,37	69,93
Ações - MSCI Ásia	1.543	1.514
Ações - Nikkei	29.673	30.764
Ações - S&P500	4.777	5.033
PIB - Ásia em desenvolvimento	3,78%	6,26%
PIB - Mercados emergentes	3,72%	5,38%
PIB - Zona Euro	4,67%	2,91%
GDP - Alemanha	3,35%	2,86%
PIB - Itália	5,17%	2,33%
PIB - EUA	4,46%	2,79%
Preços Imobiliários - Índice US CRE	348,86	377,26
Desemprego - Zona Euro	7,41%	7,07%
Desemprego - Alemanha	3,13%	2,83%
Desemprego - Itália	9,18%	8,92%
Desemprego - Japão	2,73%	2,53%
Desemprego - Espanha	14,26%	13,66%
Desemprego - EUA	4,05%	3,68%

¹ MEV a 31 de dezembro de 2021; MEV fora da gama calibrada foram ajustados no modelo ou através de uma sobreposição de gestão, como discutido mais adiante.

² O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2021 até ao terceiro trimestre de 2022, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2022 até ao terceiro trimestre de 2023

Durante o auge da pandemia da COVID-19 em 2020, a administração foi da opinião que a abordagem mais representativa para estimar ECL era reduzir o peso das previsões a curto prazo e derivar entradas de modelos ajustadas com base em médias a longo prazo. Por este motivo, o Grupo aplicou uma sobreposição ao seu modelo da norma IFRS 9 em 2020. A sobreposição, que reduziu a provisão em 104 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, baseou-se em previsões médias do PIB e das taxas de desemprego para os três anos seguintes. Esta sobreposição deixou de ser aplicada a partir de janeiro de 2021, uma vez que os MEV tinham ganho a sua relevância, sendo quaisquer imprecisões remanescentes tratadas através do processo de monitorização da imprecisão do modelo acima discutido.

	31 de dezembro. 2020 ^{1 2}		
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)	Ano 3 (média 4 trimestres)
Crédito - ITX Europa 125	52,81	-	-
FX - EUR/USD	1,20	-	-
PIB - Zona Euro	1,38%	4,37%	2,32%
GDP Germany	1,54%	4,01%	2,08%
PIB - Itália	1,92%	3,80%	1,93%
PIB - EUA	2,80%	3,35%	2,29%
Taxa - Tesouro EUA 2anos	0,17%	-	-
Desemprego - Zona Euro	8,86%	8,35%	7,94%
Desemprego - Alemanha	4,30%	3,95%	3,72%
Desemprego - Itália	10,65%	10,38%	9,85%
Desemprego - Espanha	17,89%	16,32%	15,49%
Desemprego - EUA	6,40%	5,19%	4,46%

¹ Taxas, FX e spreads de crédito em 7 de Dezembro; PIB, previsões de desemprego atualizadas em 16 de dezembro.

² O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2020 até ao terceiro trimestre de 2021, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2021 até ao terceiro trimestre de 2022

Sobreposições de gestão

A direção revê regularmente os principais contributos para o cálculo de ECL e discute aspetos da potencial imprecisão do modelo para avaliar a necessidade de medidas corretivas sob a forma de sobreposições. Na secção seguinte, o Grupo fornece detalhes sobre as suas sobreposições de gestão registadas em 31 de dezembro de 2020 e desenvolvimentos até 31 de dezembro de 2021

Desenvolvimento de sobreposições de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Sobreposições em 31 de dezembro de 2020	Sobreposições descontinuidas	Novas sobreposições	Sobreposições em 31 de dezembro de 2021
Descrição da sobreposição	Impacto sobre				
3nos de média de MEV específicos	Todos os ativos financeiros nas Fases 1 e 2	(104)	104	0	0
Riscos negativos relacionados com a COVID-19	Todos os ativos financeiros nas Fases 1 e 2	130	(130)	0	0
Risco de construção na sequência do aumento dos preços dos materiais de construção	Carteiras hipotecárias no Private Bank nas Fases 1 e 2	0	0	15	15
Calibração do modelo (MEV fora da gama calibrada do modelo FLI)	Todos os ativos financeiros nas Fases 1 e 2	0	0	56	56
Recalibrações necessárias devido à nova Definição de Incumprimento	Ativos financeiros principalmente no Private Bank na Fase 3	0	0	(57)	(57)
Total		26	(26)	14	14

O Grupo aplicou as seguintes sobreposições ao seu resultado do modelo IFRS 9 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

- Sobreposição do modelo FLI: Como descrito acima na secção MEV, o Grupo aplicou uma sobreposição ao seu modelo da norma IFRS 9 como resultado da pandemia da COVID-19, o que resultou numa diminuição da provisão do Grupo para perdas de crédito. A sobreposição foi baseada em previsões médias do PIB e das taxas de desemprego para os próximos três anos na sua estimativa ECL. O Grupo não aplicou a sobreposição acima referida após o final do ano de 2020 e regressou à sua abordagem da norma IFRS 9 em 2021.
- Incertezas da COVID-19: A 31 de dezembro de 2020, o Grupo reservou uma sobreposição adicional de 130 milhões de euros para fazer face à elevada incerteza que subsiste no ambiente de crédito, o que resultou num aumento da provisão do Grupo para perdas de crédito. Em particular, no final de 2020, as medidas de confinamento relacionadas com a pandemia da COVID-19 e as medidas de apoio económico associadas oferecidas pelos governos centrais tinham dificultado ainda mais a capacidade de avaliar a verdadeira situação da capacidade dos mutuários para reembolsar as suas obrigações financeiras, tendo igualmente em conta as emergentes desvantagens esperadas, em especial porque as moratórias estão a terminar (embora parcialmente prorrogadas, por exemplo em Espanha e Itália) e uma segunda vaga de medidas de confinamento foi iniciada em dezembro de 2020. Esta sobreposição foi publicada no início de 2021, depois de as incertezas esperadas não se terem materializado.
- Risco de construção na sequência do forte aumento dos preços dos materiais de construção em 2021: o Grupo decidiu registar uma sobreposição de 15 milhões de euros, para fazer face ao risco de derrapagens e atrasos orçamentais devido à indisponibilidade dos materiais de construção ou ao facto de este serem significativamente mais caros, o que resultou num aumento da provisão do Grupo para perdas de crédito. Esta sobreposição foi registada contra empréstimos hipotecários aprovados, mas ainda não totalmente pagos, aplicados para a construção ou remodelação de propriedades na Alemanha.
- Calibração de modelos: O Grupo aplica uma sobreposição de gestão para lidar com movimentos anuais significativos em determinadas variáveis macroeconómicas, em particular o PIB, que foram identificadas como estando fora da gama calibrada do modelo FLI. Uma vez que o modelo não foi calibrado para lidar com movimentos anuais tão extremos de determinados MEV, é opinião da administração que o modelo está a subestimar o montante das perdas de crédito esperadas exigidas na data do relatório. A quantificação do montante da sobreposição foi apoiada por um cálculo de impacto ECL com previsões fora do intervalo histórico substituídas por movimentos MEV máximos observados durante a janela de tempo considerada para efeitos de calibração do modelo. No final do ano de 2021, esta sobreposição foi de 56 milhões de euros e resultou num aumento da provisão do Grupo para perdas de crédito.
- Recalibrações necessárias devido à nova Definição de Incumprimento introduzida: no terceiro trimestre de 2021, o Deutsche Bank implementou a nova Definição de Incumprimento que é o fator acionador da Fase 3 no quadro da IFRS 9 do Deutsche Bank. A implementação da nova Definição de Incumprimento afetou principalmente o Banco Privado, onde a população de Fase 3 nas carteiras homogéneas aumentou. Como não se espera que um ajustamento na Definição de Incumprimento altere substancialmente as expectativas de perdas relacionadas com esta carteira, a Administração é da opinião de que esta alteração resultou numa sobreavaliação das provisões na Fase 3, não refletindo as expectativas de perdas para as carteiras afetadas à data do relatório, uma vez que a nova Definição de Incumprimento exigirá também uma recalibração do parâmetro de perda em caso de incumprimento (LGD) no modelo que ainda não teve lugar. As definições de LGD são revistas anualmente com validação independente realizada pela função de Gestão de Risco do Modelo. A recalibração só é esperada em 2022 quando estiverem disponíveis dados empíricos para uma recalibração

estatística e, conseqüentemente, foi registada uma sobreposição para fazer face aos efeitos esperados da recalibração da LGD no valor de 57 milhões de euros, o que resultou numa diminuição da provisão do Grupo para perdas de crédito.

Sensibilidade do modelo

Variáveis macroeconómicas

A sensibilidade do nosso modelo em relação a potenciais alterações nas projeções para MEV chave é apresentada na tabela abaixo, que fornece impactos de ECL para as Fases 1 e 2 de mudanças ascendentes e descendentes aplicadas separadamente a cada grupo de MEV. Cada um destes grupos é composto por MEV da mesma categoria:

- Taxas de crescimento do PIB: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Ásia em Desenvolvimento, Mercados Emergentes
- Taxas de desemprego: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Japão, Espanha
- Ações: S&P500, Nikkei, MSCI Asia
- Spreads de crédito: ITX Europe 125, High Yield Index, CDX IG, CDX High Yield, CDX Emerging Markets
- Imobiliário: Índice de Preços de Imóveis Comerciais
- Matérias-primas: Preço do petróleo WTI, preço do ouro

Os quadros abaixo apresentam o impacto das mudanças ascendentes e descendentes para cada um dos grupos de MEV e o impacto na provisão de ECL a 31 de dezembro de 2021. De notar que a análise de sensibilidade inclui apenas o impacto do grupo de MEV agregado (ou seja, a correlação potencial entre diferentes grupos de MEV ou o impacto das sobreposições de gestão não é levada em consideração).

Uma vez que o Grupo aperfeiçoou o seu modelo de informação prospetiva em 2021 para incluir uma abordagem mais detalhada da segmentação da sua carteira, a informação do ano anterior não é diretamente comparável, uma vez que 2020 se baseia numa abordagem menos detalhada.

A ECL para a Fase 3 não é afetada nem refletida nas tabelas seguintes, uma vez que a sua modelização é independente dos cenários macroeconómicos.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas – Nível do Grupo

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(49,4)	(1) pp	55,5
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(23,8)	0,5 pp	25,4
Preços imobiliários	5%	(3,9)	(5) %	4,2
Ações	10%	(7,2)	(10)%	9,4
Spreads de crédito	(40) %	(20,9)	40%	23,5
Matérias-primas ¹	10%	(15,0)	(10)%	16,2

¹ Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

1 pp (ponto percentual), por exemplo, o PIB muda de 3% para 4% // 1% (variação percentual), por exemplo, o preço dos imóveis muda de 100 para 101.

	31 de dezembro de 2020			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(93,5)	(1) pp	99,1
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(49,9)	0,5 pp	56,4

A nível do Grupo, a sensibilidade de ECL é principalmente impulsionada por alterações nas taxas de crescimento do PIB, desemprego e spreads de crédito. Também são observadas sensibilidades moderadas no que diz respeito a alterações de matérias-primas, ações e preços imobiliários. Em comparação com 2020, o impacto da sensibilidade total diminuiu ligeiramente em 2021 devido à menor provisão de ECL.

Ao nível das divisões, a análise só foi realizada para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e revelou que as taxas de crescimento do PIB, os spreads de crédito e os preços das mercadorias eram os fatores dominantes para o Investment Bank, enquanto a sensibilidade do modelo para o Corporate Bank e o Private Bank está principalmente associada a alterações nas taxas de crescimento do PIB e nas taxas de desemprego. A tabela de sensibilidade do modelo para o Private Bank mostra apenas taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego como as principais MEV relevantes para as carteiras subjacentes.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Corporate Bank

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(12,5)	(1) pp	13,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(8,9)	0,5 pp	9,6
Preços imobiliários	5%	(0,5)	(5)%	0,5
Spreads de crédito	(40)%	(4,3)	40%	4,9
Matérias-primas ¹	10%	(4,5)	(10)%	5,0

¹ Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Investment Bank

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(24,5)	(1) pp	27,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(3,7)	0,5 pp	4,2
Preços imobiliários	5%	(3,4)	(5)%	3,6
Ações	10%	(2,4)	(10)%	3,1
Spreads de crédito	(40)%	(14,4)	40%	15,8
Matérias-primas ¹	10%	(10,1)	(10)%	10,8

¹ Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Private Bank

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(10,0)	(1) pp	10,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(9,7)	0,5 pp	9,8

Impacto das perdas de crédito esperadas na duração para os mutuários da Fase 1

Conforme descrito anteriormente, o Grupo utiliza uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos para determinar o Aumento significativo no risco de crédito que exige, para os mutuários afetados, uma mudança para ECL na duração (Fase 2). Se, para todos os mutuários da Fase 1, o Deutsche Bank registrar perdas de crédito esperadas na duração, a provisão do Grupo para perdas de crédito no valor de 5,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 aumentaria aproximadamente 44% no final do ano de 2021 e 41% no final do ano de 2020.

Definição de LGD da Fase 3

A provisão do Grupo para perdas de crédito na Fase 3 para as carteiras homogêneas ascende a 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. O fator-chave na determinação da provisão de ECL é a estimativa da Perda em caso de incumprimento, que difere por carteiras individuais. A Perda em caso de incumprimento é influenciada pelas taxas de recuperação, recebimentos da venda de garantias, bem como pelas taxas de sanção. Alguns dos fatores de seleção para diferentes carteiras incluem elementos de juízo de peritos. Se as LGD para todas as carteiras homogêneas aumentassem 1%, a ECL da Fase 3 aumentaria em aproximadamente 20 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Resultados do modelo da IFRS 9

Com base no modelo da IFRS 9 acima descrito e nas sobreposições aplicadas, o Grupo reportou uma provisão para perdas de crédito de 515 milhões de euros para o ano findo em 2021, o que representa uma redução significativa para 1,8 mil milhões de euros para o ano findo em 2020. Esta provisão para perdas de crédito em 2021 e a redução significativa em relação ao ano findo em 2020 foi impulsionada por um ambiente de crédito favorável, uma forte recuperação das principais economias após o abrandamento das restrições relacionadas com a COVID-19 e uma perspetiva positiva baseada na melhoria dos parâmetros macroeconómicos.

Como abordado acima, o Grupo aplicou várias sobreposições de gestão tanto em 2021 como em 2020 para abordar os riscos negativos relacionados com a COVID-19, mas também para abordar potenciais imprecisões do modelo impulsionadas por uma elevada volatilidade nas MEV.

No que diz respeito às Divisões, o Corporate Bank registou um desembolso de provisão para perdas de crédito de 3 milhões de euros em 2021 em comparação com uma provisão para perdas de crédito de 364 milhões de euros em 2020. A redução homóloga foi impulsionada por baixas imparidades (Fase 3) e desembolsos na Fase 1 e 2. O Investment Bank registou um aumento das provisões para perdas de crédito de 104 milhões de euros em comparação com a provisão para perdas de crédito de 690 milhões de euros em 2020. A redução homóloga foi impulsionada pelo nível significativamente mais baixo de imparidades relacionadas com a COVID-19 (Fase 3) em 2021. O Private Bank registou uma provisão para perdas de crédito de 446 milhões de euros em 2021 em comparação com 711 milhões de euros em 2020, beneficiando de um cenário macroeconómico globalmente favorável.

O Grupo avaliou os riscos de crédito e as suas concentrações relacionadas com os riscos climáticos e a forma como esses riscos afetam os montantes reconhecidos na provisão para perdas de crédito que são considerados imateriais no final de 31 de dezembro de 2021.

Para obter detalhes sobre a política contabilista do Grupo relacionada com a norma IFRS 9 Imparidade, consulte a Nota 1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas.

Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19

A recuperação da economia global acelerou com os progressos da vacinação para a COVID-19 em 2021 nas principais economias, que se espera que continue a apoiar os lucros das empresas. No entanto, continua a haver uma dispersão significativa na recuperação entre sectores com certas indústrias a assistirem a impactos mais persistentes da pandemia da COVID-19 e do surto de infeções devido à propagação global da variante Omicron.

Com os preços do petróleo e do gás a aumentarem acima dos níveis pré-COVID-19 na segunda metade de 2021, este sector já não é considerado uma indústria em destaque.

Os principais sectores em destaque representavam aproximadamente 8% da carteira de empréstimos e aproximadamente 27% das provisões para perdas de crédito da Fase 3 do Grupo no final do ano findo em 2021. As informações abaixo baseiam-se numa visão de risco interna que não é totalmente congruente com a NACE (Nomenclature des Activités Economiques dans la Communauté Européenne, que é a nomenclatura estatística das atividades económicas na União Europeia) aplicada noutros pontos do presente relatório, por exemplo, na secção Qualidade dos ativos.

- Imóveis comerciais (CRE) (31 mil milhões de euros de exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 27 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020): A exposição a CRE representa 7% da carteira de empréstimos e inclui o Grupo CRE (19 mil milhões de euros), as exposições a CRE da APAC no Investment Bank (6 mil milhões de euros) e os negócios de CRE sem recurso no Corporate Bank (6 mil milhões de euros). O aumento anual foi impulsionado pelo aumento da atividade de empréstimo devido à recuperação gradual dos mercados de CRE, bem como ao impacto cambial de um dólar americano mais forte. O perfil de risco da carteira melhorou moderadamente em 2021 à medida que as economias globais e os mercados de CRE continuaram a sua recuperação e o sector hoteleiro dos EUA beneficiou de uma forte recuperação das viagens de lazer. O ritmo das novas modificações de empréstimos continuou a diminuir. Rácios moderados entre o montante do empréstimo e o valor do ativo (LTV) com uma média de aproximadamente 59% oferecem uma reserva substancial para absorver declínios nos valores das garantias.
- Retalho (excluindo alimentos/básicos) (4 mil milhões de euros de exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020): O setor está a beneficiar da reabertura após um período prolongado de restrições relacionadas com a COVID. No entanto, alguns segmentos estão a sofrer de escassez de oferta e a pandemia veio acrescentar-se aos desafios estruturais que o setor está a enfrentar com a digitalização. Os riscos da carteira são mitigados pela concentração em marcas globais fortes, com cerca de dois terços dos limites de crédito líquidos relacionados com clientes com classificação de investment grade.

Aviação (3 mil milhões de euros de exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020): embora tenham sido observados os primeiros sinais de recuperação do setor, os volumes de

tráfego permaneceram significativamente abaixo dos níveis de 2019. O regresso aos volumes de passageiros pré-COVID-19 não é esperado por vários anos. A carteira beneficia de uma parte significativa do financiamento garantido de aeronaves, que tende para aeronaves é direcionada para aeronaves mais novas/líquidas. A carteira não garantida concentra-se nas transportadoras de bandeira de mercado desenvolvidas, muitas das quais beneficiam de pacotes sólidos de apoio governamental.

- Lazer (2 mil milhões de euros de exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020): A indústria foi atingida por um declínio muito acentuado tanto nas viagens comerciais como nas viagens privadas durante os períodos de confinamento. É pouco provável que os volumes recuperem para os níveis pré-crise a curto prazo. A nossa carteira é direcionada para os líderes da indústria no segmento dos hotéis e casinos, na sua maioria domiciliados no mercado dos Estados Unidos.

IFRS 9 – Aplicação das orientações da EBA relativas ao incumprimento, à carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19

A "Declaração sobre a aplicação do quadro prudencial em matéria de incumprimento, carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19" da EBA publicada em 25 de março de 2020 afirma que se espera que as instituições utilizem um certo grau de juízo e distingam entre mutuários cuja capacidade de crédito não seria significativamente afetada pela situação atual a longo prazo, e aqueles que seriam pouco provável que recuperassem a sua solvabilidade. O Banco realizou revisões da carteira e aplicou esta orientação regulamentar a um número de clientes principalmente no Investment Bank e Corporate Bank.

Além disso, a EBA é de opinião que a moratória pública e privada, em resposta à pandemia da COVID-19, não tem de ser automaticamente classificada como uma carência se a moratória não for específica do mutuário, com base na legislação nacional aplicável ou numa iniciativa privada do setor ou da indústria acordada e aplicada em geral pelas instituições de crédito relevantes. O Deutsche Bank introduziu esta orientação nos seus processos internos de gestão do risco.

Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19

Em 2020, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) emitiu uma "Declaração sobre a aplicação do quadro prudencial em matéria de incumprimento, carência e IFRS 9 à luz das medidas COVID-19", juntamente com orientações sobre moratórias legislativas e não legislativas.

A tabela seguinte apresenta uma panorâmica dos empréstimos e adiantamentos ativos e expirados sujeitos a moratórias em conformidade com a EBA, empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19 e empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a um regime de garantia pública no contexto da pandemia da COVID-19 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Panorâmica das moratórias ativas e caducadas, medidas de carência e regimes de garantia à luz da pandemia da COVID-19

em milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratória em conformidade com a EBA	Empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19	Empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a regimes de garantia pública no contexto da crise da COVID-19 ¹	Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratória em conformidade com a EBA	Outros empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19	Empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a regimes de garantia pública no contexto da crise da COVID-19
Corporate Bank	519	2.466	2.322	610	2.956	2.362
Investment Bank	108	3.501	60	107	4.353	60
Private Bank	6.357	928	1.570	7.499	1.114	1.124
Capital Release Unit	384	2	0	433	0	0
Total	7.368	6.897	3.952	8.649	8.424	3.546

¹ Excluindo 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 que se qualificam para desreconhecimento, uma vez que estes empréstimos cumpriram os critérios de passagem para instrumentos financeiros nos termos da IFRS 9.

Discriminação das medidas relacionadas com a COVID-19 por fases

31 dez 2021						
em milhões de euros	Moratórias legislativas e não legislativas		Medidas de carência relacionadas com a COVID-19		Regimes de garantia pública	
	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas
Fase 1	5.381	(10)	3.330	(6)	3.079	(2)
Fase 2	1.288	(30)	2.602	(31)	770	(9)
Fase 3	698	(162)	965	(122)	103	(14)
Total	7.368	(202)	6.897	(158)	3.952	(25)

31 dez 2020						
em milhões de euros	Moratórias legislativas e não legislativas		Medidas de carência relacionadas com a COVID-19		Regimes de garantia pública	
	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas
Fase 1	6.464	(23)	5.746	(18)	3.135	(3)
Fase 2	1.872	(63)	1.994	(54)	360	(4)
Fase 3	313	(69)	684	(80)	51	(4)
Total	8.649	(155)	8.424	(152)	3.546	(11)

Medidas de carência relacionadas com a COVID-19: A 31 de dezembro de 2021, as medidas de carência relacionadas com a COVID-19 foram concedidas a empréstimos e adiantamentos no valor 6,9 mil milhões de euros; refletindo um amplo leque de alívio relativamente a modificações das condições contratuais, incluindo acordos no contrato de empréstimo correspondente e prorrogação dos períodos de carência para diferimentos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, mais de 84% dos clientes continuavam a ter um bom desempenho e o Banco continua a manter-se a um nível estável de ECL. Mais de metade das medidas de carência consistiram em modificações de contratos não relacionadas com diferimentos de pagamento. Todos os empréstimos e adiantamentos com período de carência devem ser classificados como empréstimos com período de carência até ser atingido um período de vigilância de 24 meses.

As moratórias em conformidade com a EBA podem ser divididas em moratórias legislativas, instituídas pelo Governo, e moratórias não legislativas concedidas por um grupo de instituições financeiras. Moratórias em conformidade com a EBA: a moratória para as PME e grandes empresas em Itália estava inicialmente prevista para terminar a 30 de setembro de 2020, mas foi novamente prorrogada até dezembro de 2021. Além disso, o governo espanhol prorrogou as moratórias legislativas espanholas para as PME e grandes empresas até ao final de 2021. Moratórias não legislativas: as moratórias não legislativas lançadas em Itália para apoiar os clientes de financiamento ao consumo desde janeiro de 2021 até ao final de março de 2021 expiraram todas.

Durante 2021, o número de clientes e os volumes ao abrigo de moratórias diminuíram significativamente devido aos reembolsos, desde os níveis máximos no segundo trimestre de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, quase todas as moratórias expiraram e as que ainda estão ativas encontram-se muito abaixo dos 30 milhões de euros. Mais de 95% destes clientes, que aproveitaram a moratória, retomaram agora os pagamentos. A transição foi gerida ativamente, com o DB a contactar cada cliente privado, a fim de assegurar que os clientes tinham conhecimento e eram capazes de retomar os pagamentos antes de abandonarem a moratória.

Empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a um regime de garantia pública: o Grupo tinha originado aproximadamente 4,2 mil milhões de euros de empréstimos ao abrigo do regime de garantia pública a 31 de dezembro de 2021 e, na maioria dos casos, os termos dos novos empréstimos e adiantamentos originados estão entre dois e cinco anos. Cerca de 2,1 mil milhões de euros de empréstimos foram concedidos na Alemanha através de programas patrocinados pela KfW, dos quais 0,3 mil milhões de euros foram desreconhecidos, uma vez que os termos do empréstimo e da garantia reuniam os critérios de desreconhecimento no âmbito da IFRS 9, e 1,6 mil milhões de euros eram originários de Espanha e 0,5 mil milhões de euros do Luxemburgo. Em 31 de dezembro de 2021, 99,4% dos empréstimos que foram concedidos a garantias públicas continuam a efetuar reembolsos regulares.

Qualidade dos ativos

A secção “Qualidade dos ativos” ao abrigo da norma IFRS 9 descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”).

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

	31 dez 2021					31 dez 2020				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Custo amortizado¹										
Valor contabilístico bruto	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697
Provisão para perdas de crédito ²	440	532	3.740	182	4.895	544	648	3.614	139	4.946
dos quais empréstimos										
Valor contabilístico bruto	425.342	38.809	10.653	1.272	476.077	385.422	34.537	10.138	1.710	431.807
Provisão para perdas de crédito ²	421	530	3.627	177	4.754	522	647	3.506	133	4.808
Justo valor através de OCI										
Justo valor	28.609	326	44	0	28.979	55.566	163	105	0	55.834
Provisão para perdas de crédito	15	10	16	0	41	12	6	2	0	20
Extrapatrimoniais										
Valor nocional	268.857	14.498	2.582	11	285.948	251.545	8.723	2.587	1	262.856
Provisão para perdas de crédito ³	108	111	225	0	443	144	74	200	0	419

- ¹ Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos.
- ² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.
- ³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do desenvolvimento dos ativos financeiros ao custo amortizado e da respetiva provisão para perdas de crédito em cada um dos períodos de relato relevantes, discriminados por fases de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento das exposições no atual período de relato

	31 dez 2021				
em euros	Valor contabilístico bruto				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	78.565	7.507	305	(102)	86.277
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(155)	(1.109)	1.264	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	(1)	(0)	(16)	0	(17)
Alterações nos modelos					
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período	(34.157)	(1.891)	(1.271)	(372)	(37.691)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	14.078	774	333	19	15.204
Saldo, fim do período de relato	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram 64 mil milhões de euros ou 9%, em 2021, motivados principalmente pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 aumentaram 58 mil milhões de euros ou 9%, principalmente devido ao aumento dos empréstimos ao custo amortizado no Investment Bank e no Private Bank, bem como ao aumento dos saldos do banco central.

As exposições da Fase 2 aumentaram 5 mil milhões de euros ou 15%, em grande parte impulsionadas pelo Investment Bank, devido a melhorias nos ativadores da Fase 2 relacionados com o processo, debatidos acima na secção de imparidade da IFRS 9.

As exposições da Fase 3 aumentaram ligeiramente em 240 milhões de euros ou 2% em 2021, o que foi impulsionado pelo aumento no Private Bank devido à nova definição de incumprimento da EBA, bem como a novos incumprimentos no

Investment Bank. Isto foi parcialmente compensado pelas reduções na nossa carteira de empréstimos POCI, bem como pelo Corporate Bank e a Capital Release Unit.

Desenvolvimento das exposições no período de relato anterior

	31 dez 2020				
	Valor contabilístico bruto				
em euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	79.588	8.215	3.304	(166)	90.940
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(7.462)	5.543	1.919	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	0	(3)	(31)	0	(34)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(48.990)	(2.268)	(1.910)	(263)	(53.430)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(17.162)	(795)	(216)	7	(18.165)
Saldo, fim do período de relato	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram 19 mil milhões de euros ou 3%, em 2020, motivados principalmente pela Fase 2:

As exposições da Fase 1 aumentaram ligeiramente 6 mil milhões de euros, ou 1%.

As exposições da Fase 2 aumentaram 11 mil milhões de euros ou 43% devido a empréstimos pelo custo amortizado no Private Bank e Corporate Bank devido à atualização das perspetivas macroeconómicas.

As exposições da Fase 3 aumentaram em 2703 milhões de euros, ou 28 %, em 2020, impulsionadas por novos incumprimentos em todas as divisões, parcialmente compensadas por uma redução na carteira de empréstimo POCI.

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito ³				
em euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	544	648	3.614	139	4.946
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(245)	85	615	26	480
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	138	(197)	58	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ²	0	0	(561)	(5)	(566)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	3	(4)	(41)	(0)	(43)
Saldo, fim do período de relato	440	532	3.740	182	4.895
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(107)	(112)	673	26	480

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

² Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2021 e de 50 milhões de euros em 2020.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuíram ligeiramente em 51 milhões de euros ou 1%, em 2021, motivada sobretudo pelas Fases 1 e 2:

As provisões da Fase 1 diminuíram 104 milhões de euros, ou 19%, devido à atualização das perspetivas macroeconómicas, tal como explicado anteriormente.

As provisões da Fase 2 diminuíram 117 milhões de euros, ou 18%, devido à atualização das perspetivas macroeconómicas, tal como explicado anteriormente.

As provisões da Fase 3 aumentaram 169 milhões de euros, ou 5%, devido a novos incumprimentos no Private Bank e no Investment Bank, bem como ao aumento das provisões em relação à carteira de empréstimos POCI existente, que foram parcialmente compensados pelas reduções no Corporate Bank e na Capital Release Unit.

O nosso índice de cobertura da Fase 3 (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) dividido por ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 33% no ano fiscal corrente, comparado com 34% no ano anterior.

Devido às perspectivas macroeconómicas positivas, as transferências da Fase 1 e as transferências para a Fase 2 devido a alterações na qualidade creditícia diminuíram em 2021, em termos homólogos. Deste modo, a melhoria dos parâmetros macroeconómicos resultou em encargos líquidos com provisões mais elevados na Fase 1, bem como em desembolsos de provisões líquidos mais elevados na Fase 2, devido a alterações na qualidade creditícia em todo o ano de 2021.

Em 2021, as transferências para a Fase 3 diminuíram em relação a 2020 e resultaram principalmente de transferências da Fase 2. Esta redução foi impulsionada pela diminuição do impacto da COVID-19, que foi parcialmente compensada pela introdução da nova definição de incumprimento da EBA em 2021. Houve um aumento moderado dos encargos líquidos com provisões na Fase 3 devido a alterações na qualidade creditícia em 2021.

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito ³				
em euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	549	492	3.015	36	4.093
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(44)	309	1.348	72	1.686
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	77	(125)	49	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ²	0	0	(781)	0	(781)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(38)	(28)	(75)	31	(110)
Saldo, fim do período de relato	544	648	3.614	139	4.946
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	33	184	1.397	72	1.686

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

² Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 50 milhões de euros em 2020 e de 0 milhões de euros em 2019.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 853 milhões de euros ou 21%, em 2020, motivada principalmente pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 permaneceram aproximadamente estáveis, com uma ligeira diminuição de 5 milhões de euros, ou 1%.

As provisões da Fase 2 aumentaram 156 milhões de euros, ou 32%, devido à atualização das perspectivas macroeconómicas.

As provisões da Fase 3 aumentaram 702 milhões de euros, ou 23%, motivadas por novos incumprimentos entre todas as divisões e pelo aumento em relação à carteira de empréstimos POCI existente.

Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	116.332	10.165	2.113	0	128.611	56	83	901	0	1.040
Investment Bank	147.177	9.783	2.487	1.264	160.711	106	78	356	182	723
Private Bank	235.067	19.526	6.496	33	261.122	269	365	2.383	0	3.018
Asset Management	2.218	58	0	0	2.276	1	1	0	0	2
Capital Release Unit	2.743	210	212	0	3.165	2	1	99	0	103
Corporate & Other	206.734	910	18	0	207.663	6	3	1	0	10
Total	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548	440	532	3.740	182	4.895

31 dez 2020										
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	109.484	7.747	2.305	0	119.537	85	106	1.052	0	1.244
Investment Bank	134.634	5.832	2.023	1.459	143.948	139	92	290	139	659
Private Bank	216.412	21.328	5.954	270	243.964	311	446	2.098	0	2.855
Asset Management	2.131	57	0	0	2.188	1	1	0	0	1
Capital Release Unit	4.463	303	372	0	5.138	4	4	174	0	182
Corporate & Other	184.816	105	1	0	184.922	5	(0)	0	0	5
Total	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697	544	648	3.614	139	4.946

Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

A tabela abaixo fornece uma visão geral da qualidade dos nossos ativos por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores. A informação abaixo não é totalmente congruente com a visão de risco interna aplicada na secção "Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19".

	31 dez 2021									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	544	73	29	0	646	1	1	11	0	12
Indústria mineira e de extração de minérios	2.771	95	63	0	2.929	3	0	13	0	17
Indústria	31.776	3.466	957	97	36.296	24	37	481	3	543
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.414	174	117	0	4.705	2	2	41	0	45
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	580	51	50	0	680	1	2	8	0	11
Construção	3.672	375	271	128	4.446	8	5	178	(1)	190
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.582	1.355	747	32	21.717	18	19	397	3	436
Transporte e armazenamento	4.513	862	378	29	5.782	12	12	72	(0)	96
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.356	769	122	18	2.265	1	9	62	(2)	70
Informação e comunicação	6.431	257	157	16	6.860	10	4	98	0	112
Atividades financeiras e de seguros	359.874	6.711	1.756	491	368.832	94	48	322	55	519
Atividades imobiliárias	34.827	5.339	1.115	271	41.551	16	22	97	55	190
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.017	751	225	34	7.027	6	9	107	0	122
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.477	1.767	467	24	11.736	11	21	132	4	167
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	18.174	2.073	49	0	20.295	5	11	5	0	21
Educação	190	34	5	0	228	0	1	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.620	331	105	0	4.056	4	6	18	0	28
Artes, entretenimento e atividades de lazer	690	371	11	1	1.073	2	3	3	1	8
Outras atividades de serviços	8.564	920	225	140	9.850	6	12	39	49	107
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	193.159	14.880	4.477	16	212.532	218	309	1.653	16	2.196
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	0	1	0	41	0	0	1	0	1
Total	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548	440	532	3.740	182	4.895

	31 dez 2020									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	538	69	39	0	646	1	1	12	0	14
Indústria mineira e de extração de minérios	2.808	115	162	0	3.085	4	4	98	0	106
Indústria	23.245	2.518	1.024	138	26.925	32	42	479	3	557
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.268	276	117	0	3.661	3	2	35	0	40
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	573	52	57	0	681	1	2	9	0	12
Construção	3.706	304	271	169	4.450	6	7	193	6	212
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.049	1.066	830	46	20.991	21	20	516	2	558
Transporte e armazenamento	4.760	710	387	12	5.869	20	18	93	0	131
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.871	445	90	24	2.429	5	8	22	0	35
Informação e comunicação	5.482	207	131	0	5.820	12	5	95	0	111
Atividades financeiras e de seguros	316.950	6.336	1.159	551	324.996	88	64	285	37	474
Atividades imobiliárias	38.993	2.089	824	293	42.200	32	22	94	42	190
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.295	1.049	223	198	7.765	8	15	97	5	125
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.966	1.365	409	47	10.787	14	22	88	1	125
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	16.648	593	229	0	17.469	8	5	11	0	24
Educação	179	23	3	0	205	0	1	1	0	2
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.104	347	15	1	3.468	4	6	8	0	17
Artes, entretenimento e atividades de lazer	874	79	9	1	961	3	1	3	0	8
Outras atividades de serviços	10.548	823	180	215	11.766	13	12	21	40	86
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	184.031	16.906	4.496	34	205.468	270	393	1.453	2	2.120
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	52	0	1	0	53	0	0	1	0	1
Total	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697	544	648	3.614	139	4.946

Ativos financeiros ao custo amortizado por região

	31 dez 2021									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	316.467	17.941	3.581	33	338.023	191	298	1.653	14	2.156
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	134.187	9.224	3.652	937	148.000	134	156	1.610	150	2.050
Europa Oriental	6.818	494	99	0	7.412	2	4	53	0	59
América do Norte	174.574	8.853	2.131	145	185.703	53	55	180	16	304
América Central e América do Sul	3.908	206	197	7	4.318	3	0	13	2	18
Ásia e Pacífico	58.984	2.351	1.518	137	62.990	45	8	227	2	282
África	2.081	1.319	39	0	3.439	3	11	1	0	16
Outros	13.252	263	110	38	13.664	10	0	2	(2)	11
Total	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548	440	532	3.740	182	4.895

	31 dez 2020									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	294.063	17.709	3.840	270	315.884	252	356	1.438	52	2.098
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	130.592	7.639	3.188	1.103	142.522	152	215	1.603	77	2.048
Europa Oriental	5.175	214	90	0	5.480	7	2	42	0	51
América do Norte	144.876	6.303	2.079	105	153.362	77	57	225	7	366
América Central e América do Sul	3.731	146	374	7	4.258	4	4	32	0	40
Ásia e Pacífico	57.197	2.691	973	219	61.081	31	13	273	2	318
África	2.617	218	11	0	2.845	5	1	1	0	7
Outros	13.689	453	99	24	14.265	15	1	0	(0)	16
Total	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697	544	648	3.614	139	4.946

Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

	31 dez 2021									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA-iAA	257.805	471	0	0	258.276	2	0	0	0	2
iA	99.418	1.325	0	9	100.753	6	1	0	0	7
iBBB	163.434	3.938	0	0	167.371	39	12	0	0	51
iBB	151.290	11.898	0	0	163.188	150	71	0	0	221
iB	33.572	17.942	0	16	51.530	205	253	0	6	463
iCCC e inferior	4.752	5.079	11.326	1.272	22.430	39	195	3.740	177	4.151
Total	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548	440	532	3.740	182	4.895

	31 dez 2020									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA-iAA	225.216	538	0	0	225.754	1	0	0	0	1
iA	88.250	734	0	0	88.983	5	0	0	0	5
iBBB	150.519	2.662	0	0	153.181	43	9	0	0	52
iBB	147.005	11.891	0	0	158.896	202	76	0	0	279
iB	36.178	13.674	0	0	49.851	240	251	0	0	492
iCCC e inferior	4.774	5.874	10.655	1.729	23.032	54	310	3.614	139	4.117
Total	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697	544	648	3.614	139	4.946

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a 384 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 446 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

	31 dez 2021			31 dez 2020		
em milhões de euros	Valor contábilístico bruto	Garantias	Garantias	Valor contábilístico bruto	Garantias	Garantias
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3)	11.326	4.140	496	10.655	3.753	558

¹ A Fase 3 consiste aqui apenas em ativos não POCI

Em 2021, as garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 aumentaram 325 milhões de euros, ou 8%, sobretudo impulsionadas pelo Investment Bank e pelo Private Bank.

Não reconhecemos uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de 1130 milhões de euros em 2021 e 625 milhões de euros em 2020, devido à garantia total destes ativos.

Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
- A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

A tabela seguinte fornece a visão geral dos ativos financeiros modificados ao custo amortizado nos períodos de relato discriminados em fases da IFRS 9.

Ativos modificados ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2021					31 dez 2020				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	0	22	17	0	40	0	81	73	0	153
Resultados da modificação líquidos reconhecidos	(1)	0	(16)	0	(16)	0	2	(30)	0	(29)

Em 2021, observámos a diminuição de 113 milhões de euros, ou 74%, dos ativos modificados ao custo amortizado devido às modificações não recorrentes relacionadas com grandes clientes, que foram concedidas em 2020. Não incluímos quaisquer alterações impulsionadas pela COVID-19 na tabela acima. Para mais informações sobre as alterações motivadas pela COVID-19, consultar a "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

Em 2021, não observámos quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

Em 2020, observámos valores imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a Fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades foi de 29 mil milhões em 31 de dezembro de 2021, comparativamente a 56 mil milhões em 31 de dezembro de 2020. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (41 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 20 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020). Por não ser materialmente relevante, não é fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da nossa classe de ativos financeiros extrapatrimoniais, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento do montante nominal no atual período de relato

	31 dez 2021				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	251.545	8.723	2.587	1	262.856
Movimentos incluindo novos negócios	11.197	3.236	(273)	10	14.170
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(2.177)	2.019	158	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	8.292	521	110	0	8.923
Saldo, fim do período de relato	268.857	14.498	2.582	11	285.948
dos quais: Garantias financeiras	55.477	2.975	1.036	0	59.488

Desenvolvimento do montante nominal no período de relato anterior

	31 dez 2020				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	251.930	5.864	1.424	0	259.218
Movimentos incluindo novos negócios	16.918	(2.786)	126	1	14.259
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(7.247)	6.101	1.146	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(10.056)	(455)	(110)	0	(10.622)
Saldo, fim do período de relato	251.545	8.723	2.587	1	262.856
dos quais: Garantias financeiras	45.064	1.887	1.031	0	47.982

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	144	74	200	0	419
Movimentos incluindo novos negócios	(43)	38	18	0	13
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	3	(5)	2	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	3	6	0	12
Saldo, fim do período de relato	108	111	225	0	443
dos quais: Garantias financeiras	69	64	164	0	297
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(40)	33	19	0	13

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	128	48	166	0	342
Movimentos incluindo novos negócios	13	21	41	0	75
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	0	0	(1)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	4	(6)	0	1
Saldo, fim do período de relato	144	74	200	0	419
dos quais: Garantias financeiras	99	43	115	0	257
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	13	22	40	0	75

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a 234 milhões para o exercício de 2021, principalmente relacionados com o Corporate Bank, o Investment Bank e o Private Bank. Em 2020, as ações judiciais ascenderam a 295 milhões de euros, principalmente no Corporate Bank, no Investment Bank e no Private Bank.

Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, seguimos a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, relatamos o empréstimo como tendo um período de carência; removemos o ativo do nosso relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontra em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Em 2020, as medidas de carência concedidas em consequência da pandemia da COVID-19 foram acrescentadas aos regulamentos acima mencionados e estão incluídas na tabela seguinte, mesmo se estas medidas, em conformidade com as orientações da EBA, não desencadearem, em geral, uma transição faseada. A moratória relacionada com a COVID-19, em contrapartida, não é relevante para a tabela abaixo. Para mais informações, consulte a secção "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2021						31 dez 2020						
	Em cumprimento			Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	Em cumprimento			Em incumprimento		
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Alemães	690	1.903	0	17	1.056	3.665	1.014	1.404	2	18	1.297	3.735	
Não alemães	2.478	3.489	135	25	3.949	10.076	4.515	2.388	10	35	2.775	9.723	
Total	3.168	5.391	135	42	5.004	13.741	5.529	3.792	12	53	4.072	13.459	

Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Saldo no início do período	13.459	4.796
Classificados como de carência durante o exercício	4.945	10.141
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(4.934)	(1.371)
Reconhecimento de perdas	(43)	(35)
Taxa de câmbio e outros movimentos	313	(72)
Saldo no fim do exercício	13.741	13.459

Os ativos com período de carência ao custo amortizado diminuíram ligeiramente em 282 milhões de euros, ou 2%, em 2021.

Os ativos de carência pelo custo amortizado aumentaram 8,7 mil milhões de euros em 2020, principalmente devido à inclusão das medidas de carência concedidas em consequência da pandemia da COVID-19.

Os ativos com período de carência a custo amortizado diminuíram ligeiramente em 45 milhões de euros, ou 1%, em 2019.

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis residenciais obtidas em 2020 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2021	2020 ²
Imóveis comerciais	0	15
Imóveis residenciais ¹	2	43
Outros	0	3
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	2	60

¹ O montante escriturado de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 67 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 89 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. (Os números foram reajustados em comparação com a divulgação do ano anterior).

² Os números foram reajustados em comparação com a divulgação do ano anterior.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2021, o Grupo obteve 46 milhões de euros de garantias relacionadas com estes fundos, em comparação com 54 milhões de euros em 2020.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivativos OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivativos

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivativos nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivativos relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivativos com pouca antecedência.

Os contrato-tipo e os acordos de garantia associados para transações de derivativos OTC executadas com os nossos clientes resultam normalmente em que a maior parte da nossa exposição ao crédito é garantida por garantia. Também fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento.

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivativos resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivativos em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, nós temos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. Utilizamos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos

nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Private Bank Germany é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito que são organizadas por tipos de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e apoiadas por equipas de analistas de notação de crédito, sempre que considerado necessário. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados nestes processos de crédito altamente automatizados no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e minimizar potenciais perdas. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações, experiência e formação profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.
- Garantias nas suas várias formas para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas. Os princípios-chave para a gestão de garantias incluem a eficácia jurídica e a aplicabilidade, avaliações prudentes e realistas das garantias, redução do risco e do capital regulamentar, bem como a eficiência dos custos.
- Transferências de risco, que transferem o risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo Strategic Corporate Lending (SCL). Outros instrumentos de redução do risco, tais como titularizações, etc., também podem ser utilizados
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra).
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da nossa sala de Gestão da carteira de contraparte.

Garantias

Aceitamos regularmente a receção de garantias de clientes sujeitos a risco de crédito ou o seu fornecimento por terceiros acordados por contratos legalmente eficazes e executórios, documentados por um parecer jurídico escrito e fundamentado. A garantia é uma proteção de crédito sob a forma de ativos (financiados) cedidos ou penhorados ou obrigações (não financiadas) de terceiros que serve para mitigar o risco inerente de perda de crédito numa exposição, substituindo o risco de incumprimento da contraparte ou melhorando as recuperações em caso de incumprimento. Geralmente, aceitamos todos os tipos de garantias de valor e elegíveis para os nossos respetivos negócios, mas podemos limitar os tipos de garantias aceites para negócios ou regiões específicos, conforme habitual no respetivo mercado, ou motivados por objetivos de eficiência. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

Separámos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

- Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, títulos (ações, obrigações), penhores de garantias ou cessões de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, ativos móveis (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários. Todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito. O valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos.
- Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros não correlacionados. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco. As garantias e cartas de conforto fortes fornecidas por membros correlacionados do grupo de clientes (geralmente a empresa-mãe) são também aceites e utilizadas para transferência de risco em pontuações de classificação aprovadas. As garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Isto inclui processos para assegurar, em geral, documentação juridicamente eficaz e aplicável para ativos de garantia realizáveis e mensuráveis que são avaliados dentro do processo de integração por avaliadores internos dedicados ou equipas com as devidas qualificações, competências e experiência ou avaliadores externos adequados mandatados em processos regulamentados. As avaliações aplicadas seguem métodos ou modelos de avaliação geralmente aceites. A correção contínua dos valores é monitorizada através de revisões frequentes e orientadas por eventos específicos do tipo de garantia, considerando parâmetros de risco relevantes. As reavaliações são aplicadas em casos de deterioração material provável identificada e o controlo futuro pode ser ajustado respetivamente. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (haircuts) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de “correlação desfavorável” (wrong-way), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidez é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor notional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e

- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nas políticas respetivas.

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um componente prospetivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Considerando os recebimentos esperados da liquidação dos diferentes tipos de garantias, as respetivas flutuações de valor, os custos de liquidação específicos do mercado e os haircuts aplicados no tempo variam entre 0 e 100%. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo Strategic Corporate Lending ("SCL") em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O SCL gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs nas nossas divisões do CB e IB.

Atuando como uma referência de preços central, o SCL fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O SCL centra-se em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente, de acordo com a lei aplicável e as Políticas e Procedimentos de Compensação de Contratos Financeiros e de Garantias do Banco – Jurídico (coletivamente, "Políticas de Compensação").

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) exigem uma compensação de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice, sujeito a exceções limitadas face a determinadas contrapartes. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O Banco pediu com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A.. A partir de 31 de dezembro de 2021, o Banco está autorizado a utilizar as isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 57 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 57 relações intragrupo, 14 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE),

para as quais foi concedida uma isenção total, e 43 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Tais pedidos repetidos, na altura, foram apresentados para 39 das relações de países terceiros, tendo algumas destas entidades sido liquidada entretanto. Devido ao "Brexit", o estado de algumas entidades do grupo sofreu alterações, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro. Existem duas entidades do grupo afetadas no Reino Unido, mas não foi realizado qualquer pedido de isenção de compensação do regulamento EMIR para essas entidades.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de medição do risco e de avaliação do risco, aplicamos uma compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acreditamos que as provisões de compensação com vencimento antecipado da CCP relevantes são legalmente válidas e executórias e foram aprovadas em conformidade com as Políticas de Compensação do Banco.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. A compensação de pagamentos pode ser acordada periodicamente com as nossas contrapartes para várias transações com as mesmas datas de pagamento (por exemplo, transações cambiais) nos termos dos contratos-tipo, o que pode reduzir o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de medição e avaliação do risco, aplicamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que tenhamos concluído que o contrato-tipo é legalmente válido e aplicável em todas as jurisdições relevantes e o reconhecimento da compensação com vencimento antecipado tenha sido aprovado de acordo com as Políticas de Compensação do Banco.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas a nós. Analisamos e monitorizamos as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes resultantes de uma descida de notação no âmbito da nossa abordagem de teste de esforço e rácio de cobertura de liquidez para o risco de liquidez de forma contínua. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo numa redução da nossa notação de crédito.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Alguma documentação é também exigida pelas regras relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. Ao abrigo das regras de margem dos reguladores prudenciais dos EUA, é-nos exigido que declaremos e recolhamos a margem inicial das nossas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as nossas contrapartes que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor notional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que declaremos e recolhamos a margem de variação para os nossos derivados com outros corretores de derivados e determinadas contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial, mas sem um limiar para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes

dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressivamente de setembro de 2017 a setembro de 2022.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial foram originalmente sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. No entanto, foram publicadas alterações legislativas em 17 de fevereiro de 2021 que, entre outras, prolongarão os prazos até 2022. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O Banco irá recorrer a esta isenção. O Banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2021, o Banco tem autorização para utilizar isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para várias relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas em [db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining](https://www.db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining). Para as filiais de países terceiros, a isenção intragrupo está atualmente limitada até 30 de junho de 2022, ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência pela Comissão da UE, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja efetuado e concedido um pedido de isenção de acompanhamento. Preparámo-nos para as margens intragrupo e iremos implementar a troca de garantias à medida que e quando as isenções intragrupo forem formalmente retiradas pela autoridade competente. Para algumas relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. O risco de concentração pode também ocorrer em carteiras de garantias (por exemplo, vários créditos e valores a receber contra terceiros) que são considerados de forma conservadora no âmbito do processo de avaliação e/ou inspeções no local, quando aplicável. Utilizamos várias ferramentas e indicadores para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito e concentrações associadas.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A Estrutura de Gestão da Carteira de Risco Empresarial e Risco de Crédito (ER & CR PM) estabelece o quadro para a gestão dos riscos de concentração a nível de carteira. Isto inclui a definição estratégica, monitorização e revisão das apetências pelo risco de crédito através de várias dimensões, tais como Grupo, Divisão, Unidade de Negócio, Entidade Jurídica, Agência, Classe de Ativos, País e Indústria que têm de ser considerados no contexto das aprovações de crédito. Além disso, a ER & CR PM também proporciona uma visão abrangente e holística do perfil de risco do Banco em todos os tipos de risco.

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para

a nossa carteira de crédito, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

No nosso quadro de limite industrial, os limiares são estabelecidos para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. Para efeitos de gestão do risco, a agregação de limites entre setores industriais segue uma visão interna de risco que não tem de ser congruente com a visão baseada no código NACE (Nomenclature des Activités Economiques dans la Communauté Européenne) aplicada noutros pontos do presente relatório. São preparados resumos regulares para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco setorial inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limiares do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os Mercados Emergentes estão divididos em regiões. Tal como acontece para o risco setorial, as carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição e qualidade das carteiras e os riscos de concentração transversais e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base neste cenário, são definidas a apetência pelo risco do país e estratégias.

No nosso quadro de limites de risco do país, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte em cada país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limiares abrangem as exposições a entidades constituídas localmente e as filiais de sociedades multinacionais estrangeiras, bem como empresas com uma dependência económica ou operacional significativa de um país específico, embora sejam constituídas externamente. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país. Como tal, para efeitos de gestão do risco, a agregação de exposições entre países segue uma visão de risco interna que pode diferir da visão da exposição geográfica aplicada noutro ponto do presente relatório. Para além do risco de crédito, o nosso quadro de risco de país inclui limiares para posições de negociação em mercados emergentes e mercados desenvolvidos seletivos que medem o valor de mercado agregado das posições de risco de crédito negociadas. Para mercados emergentes, são também definidos limiares para medir o impacto dos resultados em cenários de esforço específicos por país nas posições de negociação em toda a carteira do Banco. São ainda definidos limites para capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto. As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. Estes incluem:

- Notação soberana (definida e gerida pela ERM): Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
- Notação de risco de transferência (definida e gerida pela ERM): Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e definimos limites ou limiares, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinadas condições. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou de outros fatores. Centramo-nos especificamente nas transações com riscos de subscrição em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de fornecer empréstimos bancários para sindicado no mercado de capitais de dívida e empréstimos intercalares para a emissão de títulos. Os riscos inerentes de não ser bem-sucedido na distribuição das facilidades ou na colocação das notas incluem um atraso na distribuição, o financiamento de empréstimos subjacentes, bem como um risco na definição de preços, uma vez que alguns compromissos de subscrição estão adicionalmente expostos ao risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Sempre que aplicável, cobrimos dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o Deutsche Bank está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da nossa divisão de Mercados de capital de dívida alavancada (LDCM). O modelo de negócio consiste numa abordagem focada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos supra referidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da nossa divisão LDCM inclui uma abordagem restritiva às concentrações de risco de nome individual retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta numa carteira global diversificada sem quaisquer concentração materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito completo e a um quadro de cobertura.

O Deutsche Bank também assume risco de subscrição no que diz respeito a empréstimos de imóveis comerciais (CRE), principalmente na divisão de CRE do Investment Bank, onde os empréstimos podem ter origem com a intenção de titularizar nos mercados de capitais ou de sindicat a outros credores. Os riscos de subscrição inerentes acima mencionados, tais como o atraso na distribuição e o risco de definição de preços, são geridos através de limites nocionais, limites de risco de mercado e de cobertura contra o risco de deslocações do mercado.

Além do risco de subscrição, centramo-nos também na concentração de transações com dinâmicas de risco específicas (incluindo risco para imóveis comerciais e risco de posições de titularização).

Adicionalmente, os nossos negócios de Private Bank e alguns negócios de Corporate Bank são geridos através de estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras com características de risco de crédito semelhantes, tais como carteiras de retalho de créditos hipotecários e de consumo, bem como de produtos para clientes empresariais. Neste caso, as análises de risco são realizadas ao nível da carteira, incluindo uma maior discriminação por Unidades de Negócio, bem como por Países/Regiões. A análise para clientes individuais é de importância secundária. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Gestão do risco de mercado

Quadro de risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos spreads de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. O risco de mercado pode afetar as opiniões contabilísticas, económicas e regulamentares da nossa exposição.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da nossa função de risco independente e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes das divisões do Investment Bank e do Corporate Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às suas unidades de negócio individuais, com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos, com base numa abordagem de Monte Carlo baseada na sensibilidade. Em outubro de 2020, o BCE aprovou uma alteração significativa ao nosso modelo VaR, agora uma abordagem de simulação histórica utilizando predominantemente a reavaliação completa, embora algumas carteiras permaneçam numa abordagem baseada na sensibilidade. A nova abordagem é utilizada tanto para a gestão do risco como para os requisitos de capital.

A nova abordagem proporciona uma modelização mais precisa dos nossos riscos, melhora as nossas capacidades de análise e proporciona uma ferramenta mais eficaz para a gestão do risco. Para além de permitir uma visão mais precisa do risco de mercado, a implementação do VaR de simulação histórica levou a um alinhamento ainda mais próximo dos nossos sistemas e modelos de risco de mercado com o nosso preço de fim de dia.

O VaR de gestão do risco é calibrado a um nível de confiança de 99 % e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para efeitos de capital regulamentar, o nosso modelo VaR é calibrado a um intervalo de confiança de 99% e um período de carência de dez dias.

O cálculo utiliza uma técnica de simulação histórica que utiliza um ano de dados históricos de mercado como dados de cálculo e correlações observadas entre os fatores de risco durante este período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de swap/governo, curvas de crédito específicas por índices e emittentes,

preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respectivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são também considerados no cálculo do VaR. A lista de fatores de risco incluída no modelo VaR é revista regularmente e melhorada como parte das avaliações de desempenho do modelo em curso.

O modelo incorpora tanto os impactos lineares como, especialmente para os derivados, os impactos não lineares predominantemente através de uma abordagem de reavaliação completa, mas também utiliza uma abordagem baseada na sensibilidade para determinadas carteiras. A abordagem de reavaliação completa utiliza as alterações históricas aos fatores de risco como dados para as funções de preços. Embora esta abordagem seja dispendiosa em termos de cálculo, dá uma visão mais precisa do risco de mercado para posições não lineares, especialmente em cenários de esforço. A abordagem baseada na sensibilidade utiliza sensibilidades para fatores de risco subjacentes, em combinação com alterações históricas desses fatores de risco.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O VaR permite-nos aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao valor justo. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar imediatamente após um período de esforço significativo (como na pandemia da COVID-19).
- O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que não sejam totalmente captados no modelo VaR (parcialmente captados ou não captados de todo).

O nosso processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no nosso modelo do VaR foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro Risco não incluído no VaR (RNIV). Este quadro também foi submetido a uma revisão significativa em 2020. Tal inclui o alinhamento das metodologias com a abordagem de simulação histórica que, por sua vez, produz uma estimativa mais precisa da contribuição destes elementos em falta e da sua potencial capitalização.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria.

Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVaR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O VaR em esforço é calculado com um período de carência de dez dias. O nosso cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da simulação do histórico.

O processo de seleção do período de esforço para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na comparação do VaR calculado utilizando janelas de tempo históricas em comparação com o SVaR atual. Se uma janela histórica produzir um VaR superior ao SVaR atual, esta é investigado mais aprofundadamente e a janela de SVaR pode então ser subsequentemente atualizada em conformidade. Este processo decorre numa base trimestral.

Durante 2021, o processo de seleção do período de esforço para o DB Group foi conduzido conforme descrito acima. Como resultado, a janela de SVaR utilizada em vários períodos em 2021 incluiu a crise de crédito financeiro de 2008/09, a crise soberana europeia de 2011/12 e o mais recente período de stress relacionado com a COVID-19 de 2020.

Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Utilizamos uma simulação de Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de capital de um ano sob uma abordagem de posição constante e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação, as maturidades, as notações com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado ("MRSA") é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro SVaR, enquanto os BSST estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum. A CE baseada no SVaR utiliza o quadro de SVaR Monte Carlo.

Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR EC capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através de MRM, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,8 mil milhões de euros. O montante em 31 de dezembro de 2020 era de 1,4 mil milhões de euros. O aumento deveu-se predominantemente ao facto de o fator da vantagem de diversificação ter voltado aos níveis normais após a alteração através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2020/866 que proporcionou um alívio temporário para responder à extrema volatilidade do mercado devido à pandemia da COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2021, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 117 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais, e de considerações sobre os diferentes tratamentos contabilísticos das transações. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, tais como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

Quanto aos riscos de mercado relacionados com a negociação, o nosso quadro de apetência pelo risco e limite também é aplicado para gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação. A nível do grupo, as que são captadas pelo Conselho de Administração estabelecem limites para as exposições de captura de capital económico de risco de mercado a todos os riscos de mercado em todas as classes de ativos, bem como os limites baseados nos ganhos e no valor económico para o risco de taxa de juro nas carteiras bancárias. Esses limites são em cascata por gestão do risco de mercado até ao nível das divisões ou da carteira. O quadro-limite para a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação é ainda complementado por um conjunto de testes de esforço específicos do negócio, limites de valor em risco e sensibilidade monitorizados diariamente ou mensalmente, dependendo da medida de risco utilizada.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A nossa função de Tesouraria do Grupo está mandatada para gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão de Risco de Mercado a atuar como

2.ª Linha de Defesa ("2.ª LoD"), avaliando e desafiando de forma independente a implementação do quadro e o cumprimento da apetência pelo risco. A Auditoria do Grupo, a sua função de 3.ª Linha de Defesa ("3.ª LoD") é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno. O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo ("ALCo") supervisiona e orienta a posição de risco de juro estrutural do Grupo, com particular ênfase nos riscos da carteira bancária e na gestão da margem financeira. O ALCo monitoriza a sensibilidade dos recursos financeiros e as métricas associadas aos parâmetros-chave do mercado, tais como curvas de taxas de juro, e supervisiona o cumprimento dos limites de recursos financeiros das divisões/do negócio.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital (Δ EVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela autoridade bancária europeia (EBA), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco. Para a comunicação de cenários internos de esforço e apetência pelo risco, o Grupo aplica algumas hipóteses de modelização diferentes, tal como utilizadas nesta divulgação. Ao agregar Δ EVE através de diferentes divisas, o DB adiciona alterações negativas e positivas ao EVE sem aplicar fatores de ponderação para alterações positivas. Além disso, o Grupo está a utilizar pressupostos de modelos comportamentais quanto à duração da taxa de juro do capital próprio, bem como depósitos sem prazo de vencimento de instituições financeiras.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede o Δ NII como a redução máxima no NII no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela autoridade bancária europeia (EBA), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. A taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerida através dos mercados e investimentos de tesouraria. As posições de risco de taxa de juro residuais são cobertas pelas carteiras de negociação do Deutsche Bank na divisão IB. Por conseguinte, o Grupo utiliza derivados e aplica diferentes técnicas de contabilidade de cobertura, tais como contabilidade de cobertura do justo valor ou contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas no contexto da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juro de referência.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB, consoante todos os modelos de risco de mercado, em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições nas nossas divisões PB e CB. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento (NMD) através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de NMD é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 2,17 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de spread de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pelos negócios, com a Gestão do Risco de Mercado a agir como função de supervisão independente, assegurando que a exposição está dentro da apetência pelo risco aprovada. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos spreads relativos às taxas de juro subjacentes. O cálculo das sensibilidades do spread de crédito e do valor em risco para a exposição ao spread de crédito é, em geral, realizado diariamente, sendo a medição e a comunicação de capital económico e os testes de esforço realizados mensalmente.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação do Investment Bank, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial aberto não relacionado com a negociação resulta da conversão cambial do capital local para a moeda de relato do DB Group e de posições de cobertura de capital relacionadas. Assim, são assumidas posições longas abertas para um número selecionado de moedas relevantes por forma a imunizar a sensibilidade do rácio de capital do Grupo contra alterações nas taxas de câmbio.

Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As nossas participações de investimento de capital não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

As propostas de investimento para investimentos estratégicos, bem como a monitorização dos progressos e do desempenho em relação a objetivos assumidos são avaliadas pela Comissão de Investimento do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação da Comissão de investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização.

CRM Investimentos em capital é responsável pela governação e monitorização relacionadas com o risco das nossas atividades de ativos alternativos. A revisão dos compromissos de investimento em capital novos ou aumentados é tarefa do Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital (PICAG), criado pelo Comité de Risco Empresarial (ERC) como fórum de gestão do risco para investimentos de ativos alternativos. O PICAG aprova os investimentos sob a sua autoridade ou recomenda decisões acima da sua autoridade ao Conselho de Administração para aprovação. O Conselho de Administração também fixa limites de investimento para divisões e várias carteiras de risco, mediante recomendação do ERC.

As participações de investimentos de capital são incluídas em testes de esforço regulares a nível do grupo e nos cálculos mensais de capital económico de risco de mercado.

Risco de pensões

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes de planos de pensões de benefícios prestação definida para colaboradores atuais e antigos. Os riscos de mercado nos planos de pensões materializam-se devido a um potencial declínio no valor de mercado dos ativos do plano ou a um aumento do valor atual das responsabilidades com pensões de cada um

dos planos de pensões. A Gestão do Risco de Mercado é responsável por uma medição, monitorização, informação e controlo regulares dos riscos de mercado do lado do ativo e do passivo dos planos de pensões de prestação definida. Assim, os riscos de mercado nos planos de pensões incluem, mas não estão limitados ao risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de ações e risco de longevidade. Para mais detalhes sobre as obrigações com pensões de prestação definida do Grupo e a sua gestão, consultar a Nota 33 "Benefícios de colaboradores" na secção "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas".

Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do nosso negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de investimentos nos nossos fundos.

Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro de gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários." O risco operacional forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco (NFR).

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de eventos de risco operacional (tais como violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

O quadro de gestão do risco operacional (ORMF) é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e mitigar os riscos operacionais do banco. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva com base no risco à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do ORMF incluem a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo as respetivas ferramentas e o modelo de capital de risco operacional do banco.

Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e cargos da infraestrutura, onde estes riscos são gerados, o Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o banco. O NFRM faz parte da função de risco do Grupo, o Diretor de Risco, dirigida pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor do NFRM, responsável pela conceção, supervisão e manutenção de um ORMF do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do ORMF a nível do Grupo, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco operacional do banco.

O Comité de Risco Não Financeiro ("NFRC"), presidido pelo Diretor de Risco, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento

de uma perspectiva transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.ª e da 2.ª LoD apoiam o NFRC para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao NFRC ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de NFR da 1.ª LoD para a supervisão e gestão do risco operacional nos vários níveis da organização.

A governação dos nossos riscos operacionais segue a abordagem de três linhas de defesa (3LoD) do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. O ORMF estabelece os padrões de governação do risco operacional, incluindo as funções centrais da 1.ª e 2.ª LoD e as respetivas responsabilidades, para assegurar uma gestão de risco eficaz e uma contestação independente apropriada:

Requisitos do risco operacional para a primeira linha de defesa (1.ª LoD): Os proprietários do risco, como 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco operacional são as funções do banco cujas atividades geram – ou estão expostas a – riscos operacionais. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional, gerir ativamente estes riscos na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais para garantir que estes se mantêm dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos da 1.ª linha de defesa.

Requisitos do risco operacional para a segunda linha de defesa (2.ª LoD): Os Controladores do Tipo de Risco (RTC) atuam como as funções de controlo da 2.ª LoD para todos os tipos de subrisco sob o tipo de risco principal "risco operacional".

Os RTC estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco operacional específico que supervisionam. Os RTC definem os padrões mínimos de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco nos seus processos diários, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC oferecem supervisão do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Os RTC monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e têm direito de veto nas decisões de risco que levam a violações previsíveis da apetência pelo risco. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação do quadro do tipo de risco na 1.ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Os requisitos do risco operacional para a NFRM como o RTC para o tipo de risco principal "risco operacional": Como função de RTC / controlo de risco para o risco operacional, a NFRM estabelece e mantém o ORMF abrangente e determina o nível adequado de capital para sustentar o risco operacional do Grupo.

- Enquanto função de controlo de riscos da 2.ª linha de defesa, a NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza o seu cumprimento, eventuais violações e as respetivas consequências. O NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1.ª linha de defesa relacionadas com o perfil holístico de risco operacional de uma unidade (enquanto os SRT monitoram e contestam atividades relacionadas com os seus tipos de risco específicos). O NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo para garantir o regresso do risco operacional do banco à respetiva apetência pelo risco, quando necessário. Também estabelece e reporta regularmente o perfil do risco operacional e os principais riscos operacionais do banco, ou seja, os principais riscos operacionais do banco que estão fora da apetência pelo risco.
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco (1.ª linha de defesa) e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco.
- O NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração. Isto inclui o cálculo e a atribuição da procura de capital de risco operacional e das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA).

Gestão do nosso risco operacional

A fim de gerir o vasto leque de tipos de subriscos subjacentes ao risco operacional, o ORMF fornece um conjunto de ferramentas e processos que se aplicam a todos os tipos de risco operacional em todo o banco. Estas ferramentas e processos permitem-nos determinar o nosso perfil de risco operacional em relação à nossa apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2021, continuámos a desenvolver a gestão dos riscos operacionais através de uma maior integração e simplificação dos nossos processos de gestão do risco, através do aumento do inventário central de controlos do banco e do reforço das nossas atividades de controlo conduzidas pelas funções da 1.ª e da 2.ª LoD a vários níveis em todo o banco.

Recolha de dados de perdas: Recolhemos, categorizamos e analisamos, em tempo útil, dados relativos aos eventos de risco operacional externos (com um impacto na demonstração de resultados ≥ 10.000 €). Os eventos materiais de risco operacional levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados na 1.ª LoD, em estreita colaboração entre parceiros de negócio, controlo do risco e outras funções de infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam os motivos dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. Em 2021, continuámos a trabalhar na iniciativa plurianual para implementar uma plataforma de gestão de eventos conforme e modular. Durante a fase 1, continuamos a trabalhar na otimização da experiência do utilizador e na conveniência da plataforma.

Análise de cenários. Complementamos os conhecimentos do risco existentes através da utilização da análise de cenários exploratórios. A fonte do nosso enredo de cenários e o acionador para a sua conclusão baseia-se em perdas internas, revisões de riscos emergentes, concentrações de principais riscos e revisão de eventos de perdas OU de pares externos. Assim, utilizamos sistematicamente informações de eventos de perda atuais e potenciais futuros para identificar suscetibilidades temáticas e procuramos ativamente reduzir a probabilidade de incidentes semelhantes, por exemplo, através de análises profundas ou revisões do perfil de risco e planeamento da Garantia de Controlo. Em 2021, melhorámos a nossa abordagem e reforçámos as nossas funções e responsabilidades, através da integração mais direta do processo nas atividades quotidianas de gestão do risco. A análise de cenários continua a desempenhar um papel importante na avaliação de impactos potenciais a longo prazo dos temas de risco da COVID-19, conduta e ASG.

Avaliação e controlo de risco: O processo de avaliação e controlo do risco (RCA) é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelas unidades de negócio e cargos da infraestrutura (1.ª linha de defesa), pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para colocar os riscos fora da apetência pelo risco de volta na apetência pelo risco. Tal permite que a 1.ª e a 2.ª LoD tenham uma visão clara dos riscos operacionais importantes do banco. Em 2021, concentrámo-nos em incorporar a abordagem dinâmica e baseada no acionador da RCA para rever o nosso perfil de risco em tempo real através de reuniões de governação do NFR. Continuámos a evoluir na área dos controlos, aperfeiçoando o inventário central de controlo do banco e aumentando as atividades de garantia de controlo conduzidas em ambas as funções da 1.ª e 2.ª LoD em vários níveis do banco. O resultado proporcionou maior transparência aos responsáveis pelo risco sobre o ambiente de controlo em que o banco confia para mitigar os seus riscos operacionais.

Principais riscos: Reportamos e realizamos regularmente análises sobre os nossos principais riscos para verificar que são devidamente mitigados. Como todos os riscos, os principais riscos são classificados em termos de probabilidade de ocorrência e do respetivo impacto no banco, e através desta avaliação são identificados aqueles que são particularmente importantes para o banco. A comunicação fornece uma perspetiva prospectiva do impacto de melhorias de controlo e correção planeadas. Além disso, inclui os riscos emergentes e os assuntos que podem evoluir como principais riscos no futuro. Os programas de redução do principal risco incluem as atividades de redução de risco mais importantes, que são fundamentais para restabelecer as nossas questões do principal risco operacional na apetência pelo risco. Em 2021, promovemos uma maior conectividade entre os principais riscos e os resultados de RCA mais detalhados através de ferramentas melhoradas e da melhoria da lógica de agregação para melhor identificar os principais riscos a partir do processo ascendente de RCA.

Avaliação de riscos de transformação: Para identificar e gerir adequadamente os riscos das principais iniciativas de mudança dentro do banco, está em curso um processo de Avaliação do Risco de Transformação (TRA) para avaliar o impacto da transformação no perfil de risco e no ambiente de controlo do banco. Este processo considera impactos para tipos de risco financeiro e não financeiro e é aplicável a iniciativas, incluindo iniciativas regulamentares, migrações tecnológicas, projetos de remediação de riscos, alterações estratégicas, alterações organizacionais e movimentos imobiliários no banco. Em 2021, a dimensão da resiliência operacional foi formalizada mandatando que os impactos da resiliência operacional devidos a potenciais mudanças no processo, controlo ou base de recursos subjacentes à iniciativa sejam tidos em conta durante a avaliação do risco de transformação.

- Manter o quadro do Grupo Deutsche Bank para políticas, procedimentos e documentos do quadro e agir como guardião para as políticas e procedimentos do Grupo, bem como os documentos do quadro
 - Aconselhar sobre leis, regras e regulamentação em matéria de privacidade de dados e manter o quadro de risco e controlo de privacidade de dados do DB Group
 - Garantir a qualidade adequada em relação a todas as atividades supra referidas
-
- A NFRM Governação de Produtos supervisiona os processos de risco transversal de aprovação de novos produtos (NPA) e de revisão sistemática de produtos (SPR), que formam um quadro de controlo concebido para gerir os riscos associados à implementação de novos produtos e serviços, alterações nos produtos e serviços durante os seus ciclos de vida e o processo através do qual são sistematicamente revistos. Aplicáveis a todo o banco, os processos transversais de risco cobrem diferentes fases do ciclo de vida do produto com o NPA a centrar-se na pré-implementação e o SPR na pós-implementação. Antes da implementação, o principal objetivo do processo NPA é assegurar uma avaliação adequada de todos os riscos, tanto financeiros como não financeiros, em produtos e serviços relevantes do NPA, bem como processos e infraestruturas relacionados. Após a implementação, o processo SPR concentra-se na revisão periódica de todos os produtos, a fim de determinar se devem permanecer ativos ou se têm de ser alterados ou retirados.
 - A NFRM é o RTC para uma série de riscos de resiliência operacional. O respetivo mandato inclui a supervisão de segunda linha de controlos sobre atividades de processamento de transações, bem como riscos de infraestrutura para impedir perturbações tecnológicas ou de processos, manter a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados, registos e segurança da informação e assegurar que as unidades de negócio e as funções da infraestrutura dispõem de planos robustos em vigor para recuperar processos e funções essenciais do negócio em caso de perturbações decorrentes de avaria técnica ou do edifício ou dos efeitos de um ciberataque ou desastre natural, bem como qualquer risco físico de segurança. O RTC do NFRM também gere os riscos resultantes do envolvimento de fornecedores internos e externos do banco através da disponibilização de um quadro de gestão do risco de terceiro abrangente

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

Os requisitos regulamentares e de capital económico para o risco operacional derivam do percentil de 99,9%; consulte a secção "Adequação de capital interno" para mais pormenores. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. O NFRM estabelece e mantém a abordagem de quantificação da procura de capital e garante que estão implementados os processos de desenvolvimento, validação e alteração adequados, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 2021, as nossas perdas totais de risco operacional aumentaram 172 milhões de euros (43%) em termos homólogos, impulsionadas predominantemente por perdas e provisões resultantes de processos civis e execução regulamentar. Estas perdas contabilizam ainda até 89% das nossas perdas de risco operacional, correspondendo à maioria da procura de capital regulamentar e económico de risco operacional, e são mais dependentes do nosso histórico de perdas a longo prazo. Consultar a secção "Processos individuais atuais" e a Nota 29 "Provisões" para uma descrição dos nossos processos legais e regulamentares atuais e um resumo das demonstrações financeiras consolidadas. As perdas de risco operacional decorrentes de processos civis e execução regulamentar aumentaram 225 milhões de euros (44%), enquanto as nossas

perdas de risco operacional não jurídicas diminuíram 53 milhões de euros (46%) em comparação com 2020, principalmente em resultado de as despesas relacionadas com a COVID-19 não terem sido repetidas em 2021.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no nosso perfil de risco operacional, dedicamos especial atenção à gestão e medição dos nossos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o Banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceptualmente, o Banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas máximas que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas máximas inclui um componente que, devido aos critérios de IFRS, se reflete nas nossas demonstrações financeiras e um componente que é expresso como procura de capital regulamentar ou económico que é superior ao montante refletido como provisões nas nossas demonstrações financeiras.

As perdas legais que o Banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37. O desenvolvimento das nossas provisões legais para processos civis e execução regulamentar é destacado em pormenor na Nota 29 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são expressas como "procura de capital regulamentar ou económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

Incluimos as previsões jurídicas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no nosso modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou sem incorrer em custos excessivos. O quadro de gestão do risco de liquidez do grupo deve assegurar que a orientação e os controlos são estabelecidos dentro do DB Group para cumprir as suas obrigações de pagamento a todo o momento (incluindo intradia) e pode gerir os seus riscos de liquidez e de financiamento dentro da apetência pelo risco aprovada pelo MB, ao executar a estratégia do Banco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de gestão do risco de liquidez

Os princípios de gestão do risco de liquidez do banco estão documentados na "Política de Gestão do Risco de Liquidez" (PGR) aplicável globalmente, e cumprem as 8 principais práticas de gestão do risco (Governança do risco, Organização do risco (3 LoD), Cultura de risco, Apetência e estratégia de risco, Identificação e avaliação do risco, Mitigação e controlos, Medição e comunicação do risco, Planeamento e execução de esforço). Todas as políticas e procedimentos adicionais (tanto globais como locais) emitidos pelas funções de gestão do risco de liquidez definem em maior detalhe os requisitos específicos para as práticas de risco de liquidez. Estão subordinadas a esta política e sujeitas às normas que esta estabelece. As funções de gestão de liquidez estão organizadas em alinhamento com as três linhas de estrutura de defesa estabelecidas na "Política de Gestão do Risco - Deutsche Bank Group". As Linhas de Negócio e a Tesouraria constituem a primeira linha de defesa ("1LoD"), responsável pela execução dos passos necessários para gerir a posição de liquidez do Banco. O risco compreende a segunda linha de defesa ("2LoD"), responsável pela supervisão independente do risco, desafio e validação das atividades conduzidas pela 1LoD, incluindo o estabelecimento das normas de controlo de apetência pelo risco e do Grupo. A Auditoria do Grupo compreende a terceira linha de defesa ("3LoD"), responsável pela supervisão das atividades tanto da 1LoD como da 2LoD. As funções e responsabilidades individuais no âmbito do Quadro de gestão do risco de liquidez foram definidas e

documentadas na Matriz de responsabilidade global que foi concebida para proporcionar clareza e transparência a todas as partes interessadas envolvidas.

Em conformidade com o SREP do BCE (e o requisito ILAAP emitido em novembro de 2018), o Deutsche Bank implementou um processo interno de avaliação à adequação da liquidez (ILAAP), que é analisado pelo menos anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração. A Gestão do risco de liquidez (LRM) efetua uma supervisão contínua das atividades conduzidas no âmbito do mandato da Gestão de liquidez da Tesouraria (TSY-LM) para gerir mais eficazmente a liquidez do grupo e dirigir as atividades comerciais, assegurando ao mesmo tempo que a apetência pelo risco do banco é respeitada. O ILAAP fornece documentação e avaliação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, que inclui: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) e o Comité de Risco do Grupo (GRC). O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco pelo menos anualmente. A apetência pelo risco é aplicada ao Grupo e às principais entidades de liquidez (KLE), por exemplo, a DB AG, para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A apetência pelo risco de liquidez do Banco, que é definida através de princípios qualitativos e de métricas de apoio quantitativas, está definida na "Declaração de apetência pelo risco – DB Group" e está sujeita às normas estabelecidas na "Política de apetência pelo risco – DB Group". Esta Declaração de apetência pelo risco é ainda sustentada pela Estrutura de controlo de risco de liquidez que consiste em limites de apetência pelo risco, bem como um conjunto de limites de apetência não pelo risco, limiares e indicadores de aviso prévio (EWI) definidos na Política de controlo do risco de liquidez.

O Deutsche Bank tem um quadro dedicado de testes de esforço e apetência pelo risco definido pela LRM, que garante que a posição de liquidez do Banco é equilibrada em todo o Grupo e nas suas KLE em todas as moedas.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas, incluindo limites de nível empresarial, para assegurar a conformidade. Como tal, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a LRM e as divisões, para identificar, analisar e monitorizar as características de risco de liquidez subjacentes às carteiras de negócios. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição de liquidez do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado.

Além disso, o Banco garante, ao nível de cada entidade relevante em termos de liquidez, que todas as métricas de liquidez locais são geridas em conformidade com a apetência pelo risco definida. Os excedentes de liquidez locais são agrupados em hubs DB AG e as carências de liquidez locais podem ser satisfeitas através do apoio dos hubs DB AG. As transferências de capacidade de liquidez entre entidades estão sujeitas ao quadro de aprovação delineado na "Política de financiamento entre empresas", envolvendo a função de direção da liquidez do Grupo, bem como os gestores de liquidez locais, considerando o LCR, NSFR (Pilar 1) e sNLP (Pilar 2), o excedente disponível que reside em entidades com restrições à transferência de liquidez para outras entidades do grupo, por exemplo, devido a requisitos regulamentares de empréstimo, é considerado preso e, como tal, não é contabilizado no cálculo do excedente de liquidez consolidado do grupo.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho do Banco face às principais métricas de liquidez, incluindo a apetência pelo risco e indicadores internos e de mercado, através de um Painel de Liquidez semanal. O relatório e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) tem a responsabilidade global pela prestação exata e atempado de produção do relatório de liquidez regulamentar externa e do relatório de gestão interna do risco de liquidez do Grupo DB. Além disso, a LTRA é responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação de gestão (MIS) e análise relacionada necessários para apoiar o quadro de risco de liquidez e a sua governação para a Tesouraria e a LRM.

Como parte do processo de planeamento estratégico anual, a Tesouraria projeta o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento, incluindo a exposição ao dólar americano, com base nos planos de negócio antecipados, de modo a assegurar que o plano estratégico permanece em conformidade com a apetência pelo risco do Banco.

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais. O ALCO do Grupo é o órgão de governação decisivo do Banco mandatado pelo Conselho de Administração para otimizar a aquisição e a implementação do balanço e dos recursos financeiros do Banco em linha com a adoção e estratégia de risco do Conselho de Administração. Como tal, tem a principal responsabilidade de definir, aprovar e otimizar a estratégia de financiamento do Banco.

O Plano de Financiamento de Contingência (CFP) do Deutsche Bank Group descreve como o banco responderia a um evento de esforço de liquidez real ou previsto. Inclui um conjunto decisivo de ações que podem ser tomadas para angariar dinheiro e recuperar as principais métricas de liquidez do banco em tempos de esforço de liquidez. O CFP inclui uma estrutura de governação clara e indicadores de risco de liquidez bem definidos para assegurar a tomada de decisões, comunicação e coordenação atempadas e eficazes durante um evento de esforço de liquidez. O Deutsche Bank criou o Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC), que é responsável pela supervisão do capital e liquidez em cenários de contingência, recuperação e resolução de situações de crise.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, o Banco considera que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pelo Montante dos Mercados de Tesouraria, bem como passivos garantidos, gerados principalmente pela Divisão de Investment Bank. As contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites para restringir a exposição do Banco a contrapartes no setor grossista, que demonstraram historicamente mais suscetibilidade ao esforço de mercado. Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos. As reservas de liquidez constituem os principais elementos atenuantes de potencial esforço a curto prazo.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" mostram a maturidade contratual do financiamento do Banco por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são utilizados para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Estes complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez a longo prazo baseada em informação de fluxo de caixa modelada contratual e comportamental é representada por uma métrica de longo prazo conhecida como matriz de financiamento (consulte a Gestão do risco de financiamento abaixo).

O processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados de testes de esforço. A LRM é responsável pela definição dos cenários de esforço. De acordo com os princípios estabelecidos pela Gestão do risco do modelo, a LRM executa a validação independente de modelos de risco de liquidez e estimativas não de modelo. A LTRA é responsável pela implementação destas metodologias e pela realização do cálculo do teste de esforço em conjunto com a Tesouraria, a LRM e o IT.

Os testes de esforço e a análise de cenários são utilizados para avaliar o impacto de eventos de esforço súbitos e graves sobre a posição de liquidez do Grupo. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço ("sNLP") do Grupo. Estes cenários foram concebidos para captar potenciais resultados que podem ser experienciados pelo Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e foram concebidos para serem plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado extensivo a todo o mercado e idiossincrático, incluindo reduções na nossa notação de crédito. Em cada um dos cenários, é considerado o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as linhas de negócio, de produtos e o balanço. O resultado da análise de cenários alimenta o teste de esforço a nível do grupo, que considera o impacto dos cenários em todas as bandas de risco.

Além disso, são incluídos na análise os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo levantamentos de facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Subsequentemente, as contramedidas, que são as medidas que o Grupo tomaria para contrabalançar os fluxos de saída ocorridos durante um evento de esforço, são tomadas em consideração. Essas contramedidas incluem a utilização da Reserva de Liquidez do Banco e a geração de liquidez a partir de outros ativos livres de encargos e comercializáveis sem causar qualquer impacto material no modelo de negócio do Banco.

Os testes de esforço são conduzidos a nível global e para as principais entidades em termos de liquidez, cobrindo um horizonte de esforço de oito semanas que é considerado o período de tempo mais crítico durante uma crise de liquidez e em que, a nível do Grupo, a liquidez é ativamente dirigida e avaliada. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço para divisas importantes (EUR, USD e GBP). A análise ad-hoc pode ser conduzida para refletir o impacto de potenciais eventos negativos que possam afetar o Banco, tais como a pandemia da COVID-19. São aplicados pressupostos de esforço relevantes para refletir os fluxos de liquidez dos fatores de risco e dos produtos no balanço e fora do balanço. O conjunto de cenários e pressupostos para testes de esforço é revisto regularmente e atualizado quando são feitas melhorias nas metodologias de testes de esforço.

Complementando os testes diários de esforço de liquidez, o Banco também realiza testes de esforço regulares ao nível do Grupo (GWST) realizados pela gestão do risco empresarial (ERM) que analisam os riscos de liquidez em conjunto com os outros tipos de risco definidos e avaliam o seu impacto e a interação tanto nas posições de capital como de liquidez, conforme descrito no capítulo Quadro de risco e de capital em Testes de esforço.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: Testes de esforço e análise de cenários" mostram os resultados do teste de esforço interno de liquidez global nos vários cenários.

Rácio de cobertura de liquidez

Além dos resultados do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um Banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas ao longo de um horizonte de 30 dias.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O teste de esforço de liquidez do Grupo também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, que não são explicitamente refletidos no LCR.

Gestão do risco de financiamento

A principal ferramenta interna do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento a longo prazo é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil de financiamento estrutural do Grupo ao longo de um horizonte temporal superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) são excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo Banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume, divisa e instrumento.

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) é uma métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um Banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Foram estabelecidos limites NSFR para o Grupo, bem como para a entidade Deutsche Bank AG, a fim de assegurar o cumprimento deste requisito regulamentar. Como o NSFR entrou em vigor em 28 de junho de 2021, o Banco deve agora manter o rácio mínimo prescrito de 100%. Os níveis de apetência pelo risco NSFR foram tratados como limiares até 28 de junho de 2021, após o que se tornaram limites rígidos para refletir a exigência regulamentar.

Emissão nos mercados de capitais

A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas e títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos uma vez por ano, após a aprovação do ALCO, a Tesouraria envia um plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A carteira de emissão nos mercados de capitais do Grupo é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

Diversificação de financiamento

A diversificação do perfil de financiamento do Grupo em termos de tipos de investidores, regiões e produtos é um elemento importante da estrutura de gestão do risco de liquidez. O Banco tem níveis mínimos de apetência pelo risco para a maioria das fontes de financiamento estáveis decorrentes de emissões do mercado de capitais e de ações, bem como de clientes de retalho e de transações bancárias. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes, financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na equipa de gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos líquidos detidos para negociação.

Para diversificar as nossas atividades de refinanciamento, o Deutsche Bank detém uma licença para emitir obrigações hipotecárias Pfandbriefe e mantém um programa de emissão de obrigações hipotecárias estruturadas. Além disso, o Grupo continua a gerir um programa com o objetivo de emitir obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas). O DB Group também participou no programa TLTRO III do BCE. Ao abrigo do Quadro de Financiamento Verde, o Deutsche Bank emitiu a sua primeira obrigação sénior preferencial verde (800 milhões de dólares americanos) e as primeiras obrigações verdes da Formosa (400 milhões de dólares americanos no total) para investidores de Taiwan por um grande banco internacional. Além disso, foram executadas várias obrigações estruturadas verdes, primeiros depósitos verdes e primeiros acordos de recompra (repos) verdes.

O gráfico "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" apresenta a composição das fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios/regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez apropriadas.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço.

Ao longo de 2021, o Banco continuou a apresentar resultados face às melhorias das alterações ao quadro interno de FTP iniciadas em 2019 destinadas a aumentar a sua eficácia como ferramenta de gestão, bem como a apoiar melhor a otimização dos custos de financiamento. Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 5, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos desonerados (inclui obrigações governamentais e de agências e garantias governamentais), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais desonerados. Alguns requisitos intradiários e reservas mínimas obrigatórias são diretamente deduzidos no cálculo das reservas de liquidez, enquanto outras saídas de caixa intradiárias são representadas no modelo de liquidez interno do Grupo.

A grande maioria das reservas de liquidez do Grupo é detida centralmente nas principais moedas nas contas bancárias centrais da empresa-mãe e das sucursais estrangeiras nos locais-chave em que estamos ativos e numa reserva estratégica de liquidez (SLR) detida pela Tesouraria, estabelecida exclusivamente para servir de atenuante durante períodos de tensão. Para assegurar uma composição prudente das reservas de liquidez entre as classes de ativos, são mantidos limiares mínimos de caixa para as moedas principais. Em linha com a nossa comunicação ao mercado, o Banco pretende concentrar-se na sua quantidade de ativos líquidos de alta qualidade, substituindo a medida de reservas de liquidez, uma vez que proporciona uma maior comparabilidade em todo o setor.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Geralmente, os empréstimos são onerados para apoiar a emissão garantida a longo prazo nos mercados de capitais, tais como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização, enquanto o financiamento da dívida e do inventário de ações numa base garantida é uma atividade regular para o negócio do Banco de Investimento. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos penhorados com sistemas de liquidação são considerados ativos desonerados, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Os ativos a receber de margens de derivados considerados como onerados de acordo com as diretrizes da EBA são também incluídos.

Gestão do risco empresarial

A Gestão de Risco Empresarial (ERM) é uma função transversal do risco responsável pela estrutura global de gestão do risco e gestão da carteira do banco. A ERM define, atribui e controla a apetência pelo risco e fornece análises e recomendações para orientar a estratégia do banco. A ERM está incumbida de:

- Estabelecer o quadro de gestão do risco do banco, procurando assegurar que todos os riscos são identificados, detidos e avaliados.
- Gerir a apetência pelo risco empresarial, incluindo o quadro e a metodologia quanto à forma como a apetência pelo risco é aplicada a diferentes tipos de risco, negócios e entidades jurídicas.
- Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões.
- Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação do Grupo.

Adicionalmente, a ERM atua como função de 2.^a LoD para riscos empresariais, que estão relacionados com as potenciais perdas ou consequências adversas de risco estratégico, capital insuficiente, concentrações de carteira, riscos ambientais, sociais e de governação. Isto inclui, entre outros, o estabelecimento de uma governação de risco adequada, o estabelecimento de uma apetência pelo risco, a medição do risco e a elaboração de relatórios. A gestão destes riscos está também estreitamente integrada com a estratégia e processos globais do banco em matéria de capital interno e adequação de liquidez.

Risco estratégico

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos (por pressupostos errados), a execução ineficaz do plano ou a falta de capacidade de resposta a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

O plano estratégico é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização. O plano é desafiado num processo iterativo no que diz respeito aos

seus pressupostos, credibilidade e integridade. Durante o ano, a execução de estratégias empresariais é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho em relação aos objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

O risco estratégico é medido através de um modelo de risco dedicado que quantifica as perdas potenciais causadas por quebras inesperadas de receitas antes de impostos que não podem ser compensadas por reduções de custos em condições de mercado extremas mas plausíveis ao longo de um período de 12 meses.

A função de 2.ª LoD para risco estratégico é a ERM. O departamento financeiro, juntamente com as divisões, são a 1.ª LoD e atuam como gestores de risco chave do risco associado.

Risco de capital

O risco de capital é definido como o risco de que o Deutsche Bank tenha um nível ou composição de oferta de capital insuficiente para apoiar as suas atividades comerciais atuais e planeadas e os riscos associados durante condições normais e de esforço.

O quadro de risco de capital do banco consiste em vários elementos que visam assegurar que o Deutsche Bank mantém, numa base contínua, uma capitalização adequada para cobrir os riscos a que está exposto. O quadro está fortemente integrado no processo de planeamento estratégico de todo o banco e estreitamente ligado ao processo interno de avaliação da adequação de capital do Deutsche Bank (ver secção "Processo de avaliação da adequação capital interno" para mais detalhes). A Tesouraria, juntamente com as divisões, são os principais gestores de risco dos riscos associados e representam a 1.ª LoD. A ERM atua como 2.ª LoD para o risco de capital.

A Tesouraria gere o risco de capital ao nível do grupo e localmente em cada região, conforme aplicável. Isto inclui a gestão de emissões e recompras de instrumentos de capital (ver secção sobre "Gestão de capital" para mais detalhes). Além disso, os limites por divisão dos nossos principais recursos de capital são aprovados pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo para assegurar o alinhamento com a nossa apetência pelo risco de capital (ver secção sobre "Definição de limites para recursos" para mais detalhes).

A ERM estabelece o quadro de risco de capital, avalia o perfil de risco de capital e proporciona um desafio independente. Isto inclui a fixação de limiares de apetência pelo risco para rácios de capital chave. As violações dos limiares estão sujeitas a um quadro de governação específico que desencadeia ações de gestão até à execução do plano de recuperação do Deutsche Bank. Os limiares também estabelecem limites ao plano de capital e estão totalmente integrados na avaliação regular do risco de capital sob cenários de esforço.

Risco de concentração da carteira

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, de mercado, operacionais e estratégicos), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e do risco estratégico). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com cada tipo de risco, servem de base a essa atividade.
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco. Os efeitos de diversificação entre crédito, risco de mercado, risco operacional e risco estratégico são medidos através de um modelo de risco dedicado que quantifica a vantagem de diversificação causada por correlações não perfeitas entre estes tipos de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2021 foi o Comité de Risco do Grupo (GRC).

Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento da temperatura global, e o maior foco nas alterações climáticas e a transição da sociedade, dos nossos reguladores e do setor bancário para uma economia net-zero levaram ao aparecimento de novas e crescentes fontes

de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, que estão a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que os setores intensivos em carbono são confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso potencialmente restrito ao financiamento. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros.

As instituições financeiras enfrentam um maior escrutínio sobre o clima e questões mais amplas relacionadas com ESG por parte dos governos, reguladores, acionistas e outros organismos, levando a riscos reputacionais se não apoiarmos a transição para uma economia de carbono mais baixa, para proteger a biodiversidade e os direitos humanos. Também somos obrigados a rever e melhorar os nossos quadros de gestão de riscos de ASG de acordo com as orientações regulamentares emergentes, e a assegurar que prevenimos o Greenwashing. Hoje em dia, há uma falta de dados e metodologias ASG consistentes e abrangentes disponíveis, o que significa que estamos fortemente dependentes de estimativas de representação e abordagens qualitativas ao avaliar os riscos para o nosso balanço, o que introduz um elevado grau de incerteza nas nossas divulgações relacionadas com o clima. Em 2022, o BCE irá realizar o seu primeiro teste de esforço climático, um exercício que será extremamente valioso como exercício de aprendizagem mas que contém uma série de elementos novos e complexos que requerem o desenvolvimento de novas metodologias e fontes de dados.

O Deutsche Bank está empenhado em gerir as nossas atividades e operações de negócios de uma forma sustentável, incluindo o alinhamento das nossas carteiras com emissões líquidas zero até 2050. O Comité de Sustentabilidade do Conselho de Administração do Deutsche Bank Group, que é presidido pelo Diretor Executivo, decide sobre todas as iniciativas de sustentabilidade importantes. O Comité é aconselhado pelo Conselho de Sustentabilidade, composto por executivos de divisões empresariais e funções de infraestruturas. O Comité de Risco do Grupo (GRC), presidido pelo Diretor de Risco, é estabelecido pelo Conselho de Administração para servir de fórum central de revisão e tomada de decisões em matérias relacionadas com o risco, capital e liquidez. Isto inclui a responsabilidade de desenvolver os quadros climáticos e os quadros de risco ASG mais amplos do Banco. Um fórum dedicado ao risco ASG supervisiona a integração dos riscos ASG nos quadros de gestão de riscos financeiros e não financeiros existentes no banco.

Os riscos climáticos e outros riscos ASG são incorporados na nossa taxonomia de risco como tipos de risco discretos. As nossas atividades comerciais são regidas por uma Política de Risco Climático e Ambiental que define funções e responsabilidades, bem como princípios qualitativos de apetência pelo risco e métricas quantitativas de apetência pelo risco. Além disso, a nossa Política Ambiental e Social delinea restrições específicas para certos setores. Utilizamos uma série de ferramentas complementares para identificar e avaliar riscos, incluindo o nosso processo de identificação de riscos do grupo, uma taxonomia interna de riscos climáticos e relatórios internos regulares de emissões e intensidades financiadas por carteira. Além disso, as nossas revisões anuais da nossa indústria e da estratégia da carteira do país orientadas pelo risco incluem uma avaliação da vulnerabilidade ao risco climático.

Gestão do risco do modelo

Introdução

O risco do modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em resultados de modelos incorretos ou mal utilizados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. O DB reconhece que a utilização de modelos pode afetar outros tipos de risco e que o risco do modelo é um risco distinto que pode aumentar ou diminuir o risco agregado através de outros tipos de risco.

O Deutsche Bank utiliza modelos para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. Assim, o banco está exposto ao risco do modelo, que deve ser identificado, medido e controlado de forma adequada.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por uma estrutura concebida e monitorizada pela 2ª Linha de Defesa, incluindo componentes ao longo do ciclo de vida de um modelo.

Quadro e governação da gestão do risco do modelo

O risco do modelo é um dos riscos de Nível 1 do banco e é supervisionado pelo Diretor de Risco através da definição de uma declaração quantitativa e qualitativa da apetência pelo risco e gerido através de:

- Políticas e procedimentos de risco do modelo e documentos operacionais chave (KOD) alinhados com a apetência pelo risco, requisitos regulamentares e melhores práticas da indústria, com funções e responsabilidades claras para as partes interessadas;
- Inventários de todos os modelos, apoiando componentes do quadro de risco do modelo em curso, incluindo avaliações do risco e certificações;
- Controlos-chave para todos os modelos, desde o desenvolvimento até à desativação, incluindo validação, aprovação, implementação e monitorização:
 - Validações independentes, e aprovações 2LoD subsequentes, verificam que os modelos foram adequadamente concebidos e implementados para o âmbito e finalidade pretendidos, e que os respetivos controlos estão em vigor para assegurar que continuam a funcionar como esperado durante a sua utilização;
 - Os controlos identificam as limitações e fraquezas dos modelos, resultando em conclusões e controlos compensatórios, que podem ser condições de utilização, tais como ajustamentos ou sobreposições;
- Governança do risco do modelo, incluindo fóruns seniores para monitorização e comunicação de tópicos relacionados com o risco do modelo, bem como atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre as métricas da apetência pelo risco do modelo e atualizações periódicas do risco do modelo ao Conselho de Fiscalização.

Desenvolvimentos durante o período de relato:

O risco do modelo foi elevado a um Nível 1 na Taxonomia de tipo de risco de Grupo do banco, refletindo o âmbito e a importância do risco do modelo para a empresa. Este era anteriormente coberto como risco de Nível 3 sob o risco operacional ("risco de utilização incorreta do modelo"). Além disso, as consequências para o não cumprimento da política de risco do modelo foram reforçadas.

No início de 2021, estava em curso uma iniciativa estratégica para atualizar todos os aspetos do quadro do risco do modelo, levando a um alinhamento das práticas em todo o banco, incluindo a identificação, medição, monitorização, criação de relatórios, controlos e mitigação dos riscos do modelo. Este novo quadro é apoiado pelo desenvolvimento de um sistema aperfeiçoado de inventário de modelos. A primeira fase de implementação está centrada nas nossas operações nos EUA, estando a implementação em todo o banco prevista para 2022.

Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O Deutsche Bank procura assegurar que o risco de reputação seja tão baixo quanto razoavelmente viável. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na perceção das nossas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores). O Deutsche Bank esforça-se por promover padrões sustentáveis que aumentem a rentabilidade e minimizem o risco de reputação.

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Os impactos de reputação que podem surgir como consequência de uma falha de outro tipo de risco, controlo ou processo são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado e não são, por isso, abordados nesta secção. O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes, incluindo, entre outras, potenciais problemas com o perfil da contraparte, o objetivo comercial/substância económica da transação ou produto, indústrias de alto risco, considerações ambientais e sociais, e a natureza da transação ou produto ou a sua estrutura e termos.

A modelação quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco estratégico.

Governança e Estrutura Organizacional

O quadro é aplicável a todas as Divisões de Negócio e Regiões. As questões que dizem especificamente respeito à DWS são revistas por um comité de risco de reputação dedicado à DWS, e encaminhados para o Conselho Executivo da DWS, sempre que necessário.

Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com

o risco de reputação recai sobre as Divisões de Negócio do Deutsche Bank como principais detentores do risco. Cada Divisão de Negócios tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões consideradas como constituindo um risco de reputação moderado ou superior. Trata-se do processo de avaliação do risco de reputação da unidade (RRAP da unidade).

A RRAP da unidade é obrigada a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação (RRRC). O Quadro também estabelece uma série de questões que são consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os RRRC. Os RRRC, que são os Comités da 2.^a LoD, são responsáveis por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação na respetiva região do Deutsche Bank. Os RRRC reúnem-se, no mínimo, trimestralmente, com reuniões ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação no Deutsche Bank, em nome do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração. Adicionalmente, o GRRC analisa casos com impacto em todo o Grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional.

Desempenho de capital e risco

Capital, rácio de alavancagem e MREL

Fundos Próprios

O cálculo dos nossos fundos próprios inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital ou “CRD”), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2021, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 (CET 1) e capital Tier 1 adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis (que excedam o seu valor prudencial), (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na definição do CRR de instrumentos de fundos próprios aplicáveis ao capital Tier 1 adicional

(AT1) e capital Tier 2 (T2) e valores baseados nesse capital, (incluindo o Tier 1, Capital Total e Rácio de alavancagem) numa base “fully loaded”. Calculamos esses valores “fully loaded” excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável.

Os nossos números CET1 e RWA incluem os impactos transitórios de inclusão da IFRS 9 também nos números “fully-loaded”, uma vez que é uma diferença insignificativa.

São aplicáveis regimes transitórios para os instrumentos AT1 e T2. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como

atualmente aplicável, estão sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e estão a ser eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20 % em 2020 e 10 % em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava em emissão em 31 de dezembro de 2012), com a eliminação total da anterioridade a partir de 1 de janeiro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e T2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Assim, os instrumentos AT1 e T2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Para além de 2021, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e T2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. Tínhamos quantidades imateriais desses instrumentos pendentes no final do ano de 2021, o que praticamente elimina a diferença entre instrumentos AT1 e T2 "fully loaded" e "transitórios" a partir de 1 de janeiro de 2022.

Acreditamos que estes cálculos "fully-loaded" fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face a futuras normas de capital regulamentar conhecidas. Muitos dos nossos concorrentes têm descrito cálculos numa base "fully-loaded". No entanto, os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar de tal forma que as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela concorrência.

Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2020 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2025. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2020 e a Assembleia-Geral Anual de 2021 (27 de maio de 2021), foram adquiridas 28,7 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 3,7 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2021.

A Assembleia-Geral Anual de 2021 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2026. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2021 e 31 de dezembro de 2021, foram adquiridos 4,0 milhões de ações e 24,0 milhões de opções de compra. As ações no inventário serão utilizadas neste período ou em períodos próximos para efeitos de compensação de capital próprio; o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, foi de 0,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. As opções de compra devem ser utilizadas também para fins de remuneração baseada em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2021, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2021, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). O Conselho de Administração decidiu que não fará uso deste capital condicional. Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos *Tier 1* adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. Para 31 de dezembro de 2021, isto resultou em instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis no valor de 8,9 mil milhões de euros (ou seja, 8,3 mil milhões de euros de Notas AT1 reconhecidas ao abrigo das regras CRR/CRD "fully-loaded", bem como 0,6 mil milhões de euros de instrumentos híbridos Tier 1 já existentes reconhecíveis durante o período de transição; estes últimos são reconhecidos como capital regulamentar em dezembro de 2021 pela última vez). Em 2021, o banco emitiu notas AT1 no valor de 2,5 mil milhões de euros. Além disso, o banco resgatou instrumentos híbridos Tier 1 já existentes um nocional de 0,5 mil milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2021, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD, era de 7,4 mil milhões de euros (valor nominal de 8,8 mil milhões de euros). Os instrumentos de Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD "fully loaded" totalizaram 7,3 mil milhões de euros (valor nominal de 8,7 mil milhões de euros). Em 2021, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor

nominal de 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (montante equivalente a 1,1 mil milhões de euros). Além disso, foram resgatados instrumentos de capital Tier 2 com um nominal de 0,3 mil milhões de euros.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2021.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital ficaram totalmente em vigor a partir de 2021. Estes requisitos de reservas têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2021 e em diante.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2022. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2021, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,03 %.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2021, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de reservas para G-SII de 1,50% de capital CET 1 de RWA em 2021 com base nos indicadores publicados em 2019. Esta avaliação foi confirmada pelo FSB em 2020 e 2021. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com o Deutsche Bundesbank, como "outra instituição de importância sistémica global" (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% em 2021 que não foi cumprido a nível consolidado. Assim, para o Deutsche Bank, as reservas O-SII ascendem a 2,00% em 2021. Deve ser aplicada a mais elevada das reservas para instituições sistemicamente importantes (reserva G-SII ou reserva O-SII).

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2).

Em 9 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2020, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, na sequência dos resultados do SREP de 2019. A decisão estabeleceu o requisito de Pilar 2 do BCE (P2R) para 2,50% dos RWA, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,43%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 12,40% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,03%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,41 %, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,03% e o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00 %. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,47%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,63%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank que a sua expectativa individual de manter um complemento de capital de CET 1 de Pilar 2, geralmente referido como "orientação de Pilar 2" será vista apenas como orientação e – pelo menos até ao final de 2022 – uma violação desta orientação não irá desencadear a necessidade de fornecer um plano de restabelecimento do capital ou a necessidade de executar medidas para a reconstrução do capital de CET 1.

Em fevereiro de 2022, o BCE informou-nos da sua decisão, em vigor a 1 de março de 2022, de que o nosso requisito de Pilar 2 permanece inalterado. Em 2021, o Deutsche Bank participou no teste de esforço da EBA de 2021, que foi adiado de 2020 devido à pandemia da COVID-19. Através dos seus procedimentos normais, o BCE considerou o nosso desempenho quantitativo no cenário adverso como um fator de informação ao reconsiderar o nível das Orientações de Pilar 2 na sua avaliação do SREP de 2021 e o nosso desempenho qualitativo como um único aspeto ao rever holisticamente o Requisito de Pilar 2.

Em janeiro de 2022, o BaFin anunciou um amortecedor contracíclico de 0,75% para a Alemanha, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, o que se traduz em aproximadamente 30 bps de requisitos de capital CET1 necessário para o Grupo Deutsche Bank, dada a nossa atual quota-parte de exposição ao crédito alemão. Além disso, o BaFin está a considerar um amortecedor de risco sistémico sectorial de 2% para as exposições no setor imobiliário residencial alemão, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023. Se for implementado como considerado, este amortecedor sectorial poderia aumentar a necessidade de capital CET1 para o Grupo Deutsche Bank em cerca de 20 bps, considerando a nossa atual exposição no setor imobiliário residencial alemão.

tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de Pilar 2), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank para os anos 2021 e 2022:

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2021	2022
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	4,53%	4,53%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Amortecedor contracíclico	0,03%	0,03% ¹
Amortecedor de risco sistémico	0,00%	0,00% ²
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	1,50%	1,50%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
Pilar 2		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,50%	2,50%
dos quais cobertos por capital CET 1	1,41%	1,41%
dos quais cobertos por capital Tier 1	1,88%	1,88%
dos quais cobertos por capital Tier 2	0,63%	0,63%
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2³	10,43%	10,43%
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	12,40%	12,40%
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	15,03%	15,03%

¹ O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2022 seja de 0,03% no início do ano de 2022. O buffer contracíclico está sujeito a alterações ao longo do ano, dependendo dos seus constituintes.

² Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0% para o exercício projetado de 2022, sujeito a alterações com base em novas diretivas.

³ O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de reservas de risco sistémico, do requisito de reservas de conservação de capital e do requisito de reservas contracíclicas, bem como do mais elevado entre o G-SII e o O-SII.

Desenvolvimento de fundos próprios

O nosso capital regulamentar total em 31 de dezembro de 2021 totalizava 62,7 mil milhões de euros, em comparação com 58,7 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2020. A 31 de dezembro de 2021, o nosso capital Tier 1 totalizava 55,4 mil milhões de euros, sendo composto por um capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de 46,5 mil milhões de euros e um capital Tier 1 adicional (AT1) de 8,9 mil milhões de euros. O capital Tier 1 foi 3,6 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 31 de dezembro de 2020, motivado por um aumento no capital CET 1 de 1,6 mil milhões de euros e por um aumento no capital AT1 de 2,0 mil milhões de euros desde o final do ano de 2020.

O aumento de capital CET 1 de 1,6 mil milhões de euros foi, em grande parte, resultado do nosso lucro líquido positivo de 2,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, que foi parcialmente compensado por deduções regulamentares para futuros dividendos de ações ordinárias e pagamentos de cupão AT1 de, no total, 1,0 mil milhões de euros, em conformidade com a Decisão do BCE (UE) (2015/656) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou no fim do exercício no capital CET 1, em conformidade com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4). Os aumentos adicionais incluem o resultado dos efeitos positivos de ajustamentos de conversão cambial no valor de 1,1 mil milhões de euros líquidos de efeitos cambiais contrários de rubricas de dedução de capital. Além disso, o nosso capital CET 1 aumentou em 0,7 mil milhões de euros, principalmente devido a uma libertação de deduções de capital regulamentar, na sequência de melhorias no nosso quadro de controlo de avaliação no quarto trimestre de 2021.

Estes impactos positivos foram parcialmente compensados pelos efeitos negativos do aumento dos ajustamentos regulamentares dos filtros prudenciais no valor de 0,4 mil milhões de euros (ajustamentos de valor adicionais) devido à reintrodução da metodologia pré-crise e à alteração do modelo relacionado com a alteração do livro de regras Pruvall, ao

aumento da dedução de capital dos montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas de 0,5 mil milhões de euros, à perda não realizada de instrumentos financeiros ao justo valor através de outros rendimentos abrangentes de 0,4 mil milhões de euros impulsionada principalmente por ganhos realizados nos resultados, ao aumento das taxas de juro e ao alargamento dos spreads de crédito e a 0,2 mil milhões de euros causados por contribuições regulares através de compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Sistema de Garantia de Depósitos e o Fundo Único de Resolução.

O aumento de 2,0 mil milhões de euros no capital AT1 resultou da nova emissão de dois instrumentos de capital AT1 com um montante nocional acumulado de 2,5 mil milhões de euros durante o segundo e o quarto trimestre de 2021, parcialmente compensado pela compra e resgate de um instrumento híbrido Tier 1 já existente, reconhecível como capital AT1 durante o período de transição, com um montante nocional de 0,5 mil milhões de euros, no quarto trimestre de 2021.

O nosso capital regulamentar total fully loaded em 31 de dezembro de 2021 era de 62,1 mil milhões de euros em comparação com 57,3 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2020. O nosso capital Tier 1 fully loaded em 31 de dezembro de 2021 era de 54,8 mil milhões de euros, comparado com 50,6 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2020. O nosso capital AT1 fully loaded totalizava 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que aumentou em comparação com 5,7 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2020 devido às emissões acima mencionada no valor de 2,5 mil milhões de euros. O nosso capital CET 1 totalizava 46,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 (face a 44,9 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2020).

Modelo de fundos próprios (incluindo RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2021		31 de dezembro de 2020 ³	
	CRR/CRD fully-loaded	CRR/CRD	CRR/CRD fully loaded	CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.864	45.864	45.890	45.890
Lucros não distribuídos	10.506	10.506	9.784	9.784
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(444)	(444)	(1.118)	(1.118)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	1.379	1.379	253	253
Outros	910	910	805	805
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	58.215	58.215	55.613	55.613
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.812)	(1.812)	(1.430)	(1.430)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(14)	(14)	(112)	(112)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.897)	(4.897)	(4.635)	(4.635)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.466)	(1.466)	(1.353)	(1.353)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(573)	(573)	(99)	(99)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(991)	(991)	(772)	(772)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	0	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	(151)	(151)	(75)	(75)
Outros ajustamentos regulamentares ²	(1.805)	(1.805)	(2.252)	(2.252)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(11.709)	(11.709)	(10.728)	(10.728)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	46.506	46.506	44.885	44.885
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	8.328	8.328	5.828	5.828
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	600	N/S	1.100
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	8.328	8.928	5.828	6.928
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(60)	(60)	(80)	(80)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR			N/S	N/S
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(60)	(60)	(80)	(80)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	8.268	8.868	5.748	6.848
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	54.775	55.375	50.634	51.734
Capital Tier 2 (T2)	7.328	7.358	6.623	6.944
Total do capital (TC = T1 + T2)	62.102	62.732	57.257	58.677
Total dos ativos ponderados pelo risco	351.629	351.629	328.951	328.951
Rácios de capital				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,2	13,2	13,6	13,6
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,6	15,7	15,4	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,7	17,8	17,4	17,8

N/S – Não significativo

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4).² Inclui deduções de capital de 1,1 mil milhões (dezembro de 2020: 0,9 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (dezembro de 2020: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para uma provisão prudencial de exposições de incumprimento, 17 milhões de euros resultantes de compromissos de valor mínimo conforme o artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR que entrou em vigor em 30 de junho de 2021 e aumento no CET 1 de 39 milhões de euros (dezembro de 2020: 54 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR. Foram libertadas deduções de capital no valor de 0,7 mil milhões de euros, com base na revisão regular do BCE, incluída em dezembro de 2020, a 31 de dezembro de 2021.³ O capital Common Equity Tier 1 para 31 de dezembro de 2020 foi atualizado para refletir um pagamento de dividendos de zero para o exercício de 2020.

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2021	31 de dezembro de 2020 ³
Total do capital acionista por balanço contabilístico	58.027	54.786
Desconsolidação/Consolidação de entidades	265	265
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	265	265
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
Total do capital acionista por balanço regulamentar	58.292	55.050
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	910	805
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas ¹	(987)	(242)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	58.215	55.613
Ajustamentos de valor adicionais	(1.812)	(1.430)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(14)	(112)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.897)	(4.635)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1.617)	(1.428)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(991)	(772)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares ²	(2.378)	(2.351)
Capital Common Equity Tier 1	46.506	44.885

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

² Inclui deduções de capital de 1,1 mil milhões (dezembro de 2020: 0,9 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (dezembro de 2020: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 0,6 mil milhões de euros (dezembro de 2020: 0,1 mil milhões de euros) montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas, 17 milhões de euros resultantes de compromissos de valor mínimo conforme o artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR que entrou em vigor em 30 de junho de 2021 e aumento no CET 1 de 39 milhões de euros (dezembro de 2020: 54 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR. Foram libertadas deduções de capital no valor de 0,7 mil milhões de euros, com base na revisão regular do BCE, incluída em dezembro de 2020, a 31 de dezembro de 2021.

³ O capital Common Equity Tier 1 para 31 de dezembro de 2020 foi atualizado para refletir um pagamento de dividendos de zero para o exercício de 2020.

Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	doze meses terminados 31.12.2021	doze meses terminados 31.12.2020
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura	44.885	44.148
Ações ordinárias, efeito líquido	0	0
Capital realizado adicional	(26)	113
Lucros não distribuídos	2.834	854
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	1	(3)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	675	(1.655)
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas ¹	(987)	(242)
Ajustamentos de valor adicionais	(381)	308
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(262)	1.880
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(113)	(227)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(474)	160
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(219)	119
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	(77)	244
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	650	(814)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	46.506	44.885
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	6.848	6.397
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	2.487	1.134
Instrumentos vencidos e adquiridos	(500)	(713)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	33	30
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	8.868	6.848
Capital Tier 1	55.375	51.734
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	7.358	6.944
Total do capital regulamentar	62.732	58.677

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4).

² O capital Common Equity Tier 1 para 31 de dezembro de 2020 foi atualizado para refletir um pagamento de dividendos de zero para o exercício de 2020.

Cobertura mínima das perdas para a exposição em incumprimento (Non Performing Exposure - NPE)

Em abril de 2019, a UE publicou o Regulamento (UE) 2019/630 que altera o CRR (Regulamento (UE) n.º 575/2013) para uma reserva prudencial de proteção para riscos de incumprimento (NPE). Este regulamento resulta numa dedução do Pilar 1 do capital CET 1 quando não é cumprido um requisito mínimo de cobertura de perdas. É aplicado às exposições originadas e em incumprimento após 25 de abril de 2019.

Além disso, em março de 2018, o BCE publicou a sua "Adenda às Orientações do BCE aos bancos sobre empréstimos em incumprimento: expectativas de supervisão para o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento" e, em agosto de 2019, a sua "Comunicação sobre as expectativas de cobertura de supervisão para as NPE".

As orientações do BCE emitidas são aplicáveis a todos os novos empréstimos em situação de incumprimento após 1 de abril de 2018 (ECB-NPE-Flow) e, à semelhança das regras da UE, exige que os bancos tomem medidas caso não seja cumprido um requisito mínimo de cobertura por imparidade. No âmbito das discussões anuais do SREP, o BCE pode impor medidas de Pilar 2 aos bancos, caso o BCE não esteja confiante com as medidas tomadas pelo banco individual.

Para o final do ano de 2020, introduzimos um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposição em incumprimento como medida de Pilar 2, como solicitado nas orientações do BCE anteriormente mencionadas e na recomendação SREP.

Para a expectativa de cobertura mínima de perdas para NPE decorrentes de clientes em incumprimento antes de 1 de abril de 2018 (BCE – Stock NPE), foi prevista uma trajetória de integração progressiva para uma expectativa de cobertura de 100% com um aumento anual de 10%. Numa primeira fase, os bancos foram atribuídos a três grupos comparáveis com base nos rácios líquidos de NPL do banco no final de 2017 e, numa segunda fase, foi efetuada uma avaliação da capacidade relativamente ao impacto potencial para cada banco individual com um horizonte de final de 2026. O Deutsche Bank foi atribuído ao Grupo 1 que requer uma aplicabilidade total de cobertura mínima de perdas de 100% até ao final do ano de 2024 para empréstimos garantidos e até ao final do ano de 2023 para empréstimos não garantidos, respetivamente.

O desencontro entre os requisitos mínimos de cobertura de perdas para a exposição em incumprimento e as reservas de risco registadas em conformidade com a IFRS 9 para ativos em incumprimento (Fase 3) elevava-se a 748 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e foi deduzido do CET 1. Este CET 1 adicional pode ser considerado como reserva de perdas adicionais e conduz a uma redução de 384 milhões de euros em RWA.

Cobertura das perdas de exposição em incumprimento

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2021			
	Valor da exposição	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	3.746	626	1.109	119
Investment Bank	14.671	7.823	10.155	273
Private Bank	7.119	1.263	2.449	311
Asset Management	0	0	0	0
Capital Release Unit	253	120	102	42
Corporate & Other	22	3	0	3
Total	25.811	9.835	13.816	748

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2020			
	Valor da exposição	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	2.852	377	1.058	63
Investment Bank	13.510	7.816	10.574	255
Private Bank	6.123	1.269	2.011	361
Asset Management	0	0	0	0
Capital Release Unit	422	183	182	60
Corporate & Other	1	1	0	1
Total	22.907	9.646	13.825	740

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Inclui os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão

	31 dez 2021						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	59.588	93.125	77.632	11.017	5.426	16.964	263.752
Risco de liquidação	0	1	0	0	10	49	60
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	120	4.879	167	9	1.098	55	6.327
Risco de mercado	128	17.565	40	33	1.293	715	19.773
Risco operacional	5.571	25.031	7.527	3.357	20.232	0	61.718
Total	65.406	140.600	85.366	14.415	28.059	17.783	351.629

	31 de dezembro de 2020 ¹						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	50.995	70.550	68.353	6.224	7.214	19.371	222.708
Risco de liquidação	0	0	0	0	1	54	56
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	75	6.302	92	198	1.599	125	8.392
Risco de mercado	385	24.323	548	31	1.470	2.139	28.897
Risco operacional	6.029	27.115	8.081	3.544	24.130	0	68.899
Total	57.483	128.292	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951

¹ A repartição por divisões para 31 de dezembro de 2020 foi atualizada a partir das divulgações anteriores para refletir a atual estrutura de divisões.

Os nossos RWA foram de 351,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, face a 329,0 mil milhões de euros no final do exercício de 2020. O aumento de 22,7 mil milhões de euros foi impulsionado principalmente pelo RWA de risco de crédito, que foi parcialmente compensado pelo RWA para risco de mercado, risco de ajustamento da avaliação de crédito (CVA) e risco operacional. O aumento do RWA de risco de crédito em 41,0 mil milhões de euros foi impulsionado principalmente pela inflação do RWA da análise direcionada dos modelos internos (TRIM) do Banco Central Europeu, que levou a aperfeiçoamentos de modelos para grandes empresas, bancos/instituições financeiras e empréstimos alavancados, no montante de 15,5 mil milhões de euros, pelas alterações ao CRR aplicáveis a partir de 28 de junho de 2021, no montante de 6,3 mil milhões de euros, e pela introdução da Orientação da EBA sobre a nova definição de incumprimento, no montante de 8,1 mil milhões de euros, bem como pelo crescimento do negócio no âmbito dos nossos negócios essenciais. Além disso, o nosso RWA de risco de crédito aumentou 6,4 mil milhões de euros devido às variações cambiais. Isto foi parcialmente compensado pelas reduções do RWA na nossa Capital Release Unit devido à transferência bem sucedida da nossa plataforma Global Prime Finance e Electronic Equities para o BNP Paribas e Corporate & Other, bem como aos impactos da migração da notação. O RWA de risco de mercado diminuiu 9,1 mil milhões de euros e foi impulsionado principalmente pela componente VaR devido à eliminação progressiva da volatilidade relacionada com a COVID-19 e a uma atualização do modelo VaR/SVaR. Além disso, a diminuição do RWA para os requisitos de capital para riscos adicionais mostra a redução das exposições a obrigações soberanas europeias. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por um aumento do SVaR impulsionado pelo cenário da COVID-19 e um aumento da abordagem uniformizada ao risco de mercado (abrangendo titularizações, longevidade e certos organismos de investimento coletivo (OIC)). A eliminação progressiva da volatilidade da COVID-19 também trouxe um benefício ao nosso RWA de CVA, que reduziu em 2,1 mil milhões de euros ao longo do último ano. A redução do RWA de risco operacional de 7,2 mil milhões de euros foi principalmente impulsionada por um desenvolvimento mais favorável do nosso perfil de perdas internas que alimentou o nosso modelo de capital, sendo parcialmente compensada por atualizações relacionadas com o modelo.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado e risco operacional no período de relato. Além disso, as tabelas também mostram os movimentos correspondentes em requisitos de capital, derivados de RWA com um rácio de capital de 8%.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	222.708	17.817	221.060	17.685
Dimensão da carteira	4.719	378	4.659	373
Qualidade da carteira	(899)	(72)	1.160	93
Atualizações do modelo	(97)	(8)	(2.072)	(166)
Metodologia e política	30.172	2.414	6.542	523
Aquisições e alienações	131	10	(1.672)	(134)
Variações cambiais	6.431	514	(7.237)	(579)
Outros	587	47	268	21
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	263.752	21.100	222.708	17.817

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	23.814	1.905	23.698	1.896
Dimensão da carteira	(4.527)	(362)	1.784	143
Qualidade da carteira	(422)	(34)	(594)	(48)
Atualizações do modelo	125	10	(643)	(51)
Metodologia e política	4.805	384	669	54
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	986	79	(1.100)	(88)
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	24.780	1.982	23.814	1.905

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]). As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

O aumento do RWA para risco de crédito em 18,4% ou 41,0 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2020 é principalmente impulsionado pelas categorias "metodologia e política" e "dimensão da carteira", bem como por movimentos relacionados com o câmbio, juntamente com o aumento marginal nas categorias "outros" e "aquisições e alienações". Isto é parcialmente compensado por alterações apresentadas nas categorias "qualidade da carteira" e "atualizações do modelo". A categoria "metodologia e política" reflete principalmente os impactos gerados pela "análise direcionada dos modelos internos TRIM" resultante de revisões regulares do BCE, no valor de 15,5 mil milhões de euros, e atualizações da Orientação da EBA sobre definição de incumprimento, no valor de 8,1 mil milhões de euros, bem como pelas alterações ao CRR aplicáveis a partir de 28 de junho de 2021, no valor de 6,3 mil milhões de euros. O aumento na categoria "tamanho da carteira" reflete o crescimento do negócio nos nossos principais segmentos de negócio, parcialmente compensado por iniciativas de redução na nossa Capital Release Unit. A diminuição na categoria "qualidade da carteira" inclui reduções resultantes da melhoria das notações das contrapartes, bem como desenvolvimentos favoráveis dos parâmetros e melhorias dos dados.

O aumento do risco de crédito de contraparte é principalmente motivado pelo aumento na categoria "metodologia e política" resultante de revisões regulares do BCE através de suplementos às TRIM, bem como de movimentos relacionados com câmbio. Além disso, um aumento na categoria "atualizações de modelos" reflete as melhorias dos nossos modelos internos. Isto foi compensado por alterações na categoria "tamanho da carteira" refletindo a atual volatilidade do mercado, bem como na categoria "qualidade da carteira", particularmente devido aos impactos das alterações de notação.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA

com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	8.392	671	4.683	374
Variações dos níveis de risco	(449)	(36)	(3.338)	(267)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(1.581)	(126)	0	0
Atualizações do modelo	0	0	5.787	463
Metodologia e política	0	0	1.260	101
Aquisições e alienações	(33)	3	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	6.329	506	8.392	671

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: "Variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "Calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "Atualizações do modelo", que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; "Metodologia e política", que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria com essa designação.

Em 31 de dezembro de 2021, os RWA para CVA ascendiam a 6,3 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 2,1 mil milhões de euros ou (25%) face a 31 de dezembro de 2020. A diminuição global foi principalmente impulsionada por alterações dos dados de mercado em resultado de uma mudança na janela do VaR no T2, em que a volatilidade a partir de março e abril de 2020 foi retirada dos cálculos dos RWA para CVA; as alterações dos dados de mercado também incorporam a melhor estratégia de cobertura implementada para incorporar a mudança no período do VaR. Diminuições adicionais também se materializaram através de melhorias na representação do risco, resultando em melhores entradas de cálculo.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	31 dez 2021					Total de requisitos de capital
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	12.109	6.983	7.005	2.799	28.897	2.312
Variações dos níveis de risco	(1.067)	537	(3.349)	28	(3.850)	(308)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(4.943)	0	0	334	(4.609)	(369)
Atualizações/alterações do modelo	(2.196)	2.675	0	0	479	38
Metodologia e política	(366)	(835)	0	0	(1.201)	(96)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	57	57	5
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	3.538	9.360	3.657	3.219	19.773	1.582

em milhões de euros	31 dez 2020					Total de requisitos de capital
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	4.273	13.734	4.868	2.493	25.368	2.029
Variações dos níveis de risco	(4.775)	(2.397)	2.698	570	(3.902)	(311)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	4.237	0	0	(131)	4.105	328
Atualizações/alterações do modelo	(107)	547	(561)	0	(121)	(10)
Metodologia e política	8.481	(4.901)	0	(15)	3.565	285
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(118)	(118)	(9)
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	12.109	6.983	7.005	2.799	28.897	2.312

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço (SVaR), requisitos de capital para riscos adicionais (IRC), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão (MRSA), que está incluído na tabela sob a categoria "Outros". O MRSA é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". Na categoria "Metodologia e política" refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2021, o RWA para o risco de mercado era de 19,8 mil milhões de euros, o qual diminuiu 9,1 mil milhões de euros (-31%) desde 31 de dezembro de 2020. A diminuição foi impulsionada pela categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado" em todo o valor em risco, impulsionada pela volatilidade do mercado relacionada com a COVID-19, que saiu da janela do valor em risco, e pela categoria "Metodologia e política", impulsionada pela redução do multiplicador de capital de 4,5 para 4, com base no encerramento dos resultados de auditoria da Equipa Comum de Supervisão (JST) sobre a simulação histórica do valor em risco. A diminuição dos requisitos de capital para riscos adicionais foi impulsionada pela redução das exposições a obrigações soberanas europeias.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	68.899	5.512	72.662	5.813
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(8.000)	(640)	(4.677)	(374)
Evolução da perda esperada	(113)	(9)	1.164	93
Componente prospetiva de risco	(278)	(22)	533	43
Atualizações do modelo	1.210	97	(784)	(63)
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	61.718	4.937	68.899	5.512

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetiva de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através das métricas de apetência de NFR e da classificação de RCA, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

A diminuição global dos RWA de 7,2 mil milhões de euros foi sobretudo motivada por um perfil de perda interno mais ligeiro, em particular frequências de perda inferiores que integram o nosso modelo de capital. Estas alterações do perfil de perda reduziram os nossos RWA para risco operacional em 8,0 mil milhões de euros.

Um pequeno aumento dedutível de perdas levou a uma diminuição do RWA de 0,1 mil milhões de euros, enquanto a componente prospetiva foi afetada por métricas de apetência pelo NFR e pontuações de RCA ligeiramente mais fortes, resultando numa diminuição do RWA de 0,3 mil milhões de euros.

O aumento do RWA de 1,2 mil milhões de euros resultante de atualizações de modelos foi impulsionado por duas alterações. Em primeiro lugar, a utilização mais ampla da métrica de apetência pelo NFR como indicadores-chave do risco leva a uma maior precisão da componente prospetiva do risco. Foi feito um segundo aperfeiçoamento do modelo para tornar o modelo mais robusto no tratamento de tipos de eventos de risco com perdas internas escassas.

Capital económico

Adequação de capital económico

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo.

Total de oferta e procura de capital económico

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2021	31 dez 2020
Componentes da oferta de capital económico		
Capital próprio dos acionistas	58.027	54.786
Participações minoritárias ¹	858	880
Dedução de cupões AT1	(298)	(242)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	42	(11)
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(56)	(100)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1.812)	(1.430)
Ativos intangíveis	(3.583)	(3.463)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(1.653)	(1.503)
Défice para perda esperada	(573)	(99)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(991)	(772)
Outros ajustamentos ²	(1.492)	(1.566)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional ³	0	4.659
Oferta de capital económico	48.470	51.138
Componentes da procura de capital económico		
Risco de crédito	11.725	11.636
Risco de mercado	7.920	10.894
Risco operacional	4.937	5.512
Risco estratégico ⁴	3.173	5.949
Vantagem de diversificação	(4.213)	(5.429)
Total de procura de capital económico	23.542	28.560
Rácio de adequação de capital económico	206%	179%

¹ Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

² Inclui 1,1 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações da ECB sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução e o Sistema de Garantia de Depósitos. Foram libertadas deduções de capital de 0,7 mil milhões de euros, com base na revisão regular do BCE, a partir de dezembro de 2021 devido a remediação.

³ Foram totalmente desreconhecidos instrumentos de capital Tier 1 adicional da oferta de capital económico a partir de dezembro de 2021.

⁴ Anteriormente relatado como risco de negócio. Esta categoria inclui o resultado do modelo para risco estratégico e risco fiscal, bem como encargos de capital para risco relacionado com ativos por impostos diferidos sobre diferenças temporárias e ativos de software das IFRS.

O rácio de adequação de capital económico era de 206% em 31 de dezembro de 2021, em comparação com 179% em 31 de dezembro de 2020. A alteração no rácio deveu-se sobretudo a uma diminuição na procura de capital, que foi parcialmente compensada por uma oferta de capital inferior. A oferta de capital económico diminuiu em 2,7 mil milhões de euros e foi motivada principalmente pela decisão de desreconhecer completamente 4,7 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional da oferta de capital económico e pelo aumento das deduções de capital, principalmente devido a um maior défice de perdas previstas de 0,5 mil milhões de euros, filtros prudenciais (ajustamento de valor adicional) de 0,4 mil milhões de euros e compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos de 0,2 mil milhões de euros. Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelo nosso resultado líquido positivo de 2,4 mil milhões de euros, libertação de deduções de capital regulamentar de 0,7 mil milhões de euros e outras rubricas compensatórias. A diminuição na procura de capital deveu-se a uma procura de capital económico inferior, conforme explicado na secção "Perfil de risco".

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC).

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco.

Foi introduzido um requisito mínimo de rácio de alavancagem de 3%, a partir de 28 de junho de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2023, será aplicado um requisito adicional de rácio de alavancagem de 50% da taxa de amortecedor G-SII aplicável. Espera-se atualmente que este requisito adicional seja igual a 0,75% para o Deutsche Bank.

Calculamos a nossa exposição de rácio de alavancagem em conformidade com os artigos 429.º a 429.º-G do CRR.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição extrapatrimonial e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando a versão modificada do método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR), que compreende o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O componente de exposições no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados, SFT e compras e vendas regulares à espera de liquidação), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1. O valor da exposição das compras e vendas regulares que aguardam liquidação é determinado como compensação entre esses valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento.

Certas exposições baseadas no euro que os bancos centrais do Sistema Euro enfrentam podem ser excluídas da exposição de alavancagem, desde que tenha sido obtida autorização do Banco Central Europeu. Com base na Decisão (UE) 2020/1306 do Banco Central Europeu, o Grupo foi autorizado pela primeira vez no relatório de 30 de setembro de 2020 a excluir estas exposições da exposição a alavancagem. Esta exclusão foi aplicada até 27 de junho de 2021. A Decisão (UE) 2021/1074 do Banco Central Europeu prorroga até 31 de março de 2022 a isenção de certas exposições baseadas no euro com que os bancos centrais do Sistema Euro se confrontam.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. A tabela comum de divulgação do Rácio de alavancagem fornece o rácio de alavancagem numa base fully loaded e de fase com o Capital Tier 1 fully loaded e de fase, respetivamente, no numerador. Para mais informações sobre o capital Tier 1, consulte também a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.324	1.325
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	1	1
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(163)	(206)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	2	10
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	115	101
Outros ajustamentos	(154)	(153)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.125	1.078

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 de dezembro de 2021 ¹	31 de dezembro de 2020 ^{1,2}
Total de exposições a derivados	138	141
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	91	83
Total de exposições extrapatrimoniais	115	101
Outros ativos	791	761
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(9)	(8)
Rácio de capital Tier 1 (fully loaded)	54,8	50,6
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.125	1.078
Rácio de alavancagem (fully loaded, em %)	4,9	4,7
Capital Tier 1 (inicial)	55,4	51,7
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.125	1.078
Rácio de alavancagem (inicial, em %)	4,9	4,8

¹ O capital Tier 1 e os rácios relacionados para 31 de dezembro de 2020 foram atualizados para refletir um pagamento de dividendos de zero.

² Na sequência de orientações adicionais da EBA, as deduções dos ativos a receber para a margem de variação de caixa fornecidas em transações de derivados foram transferidas para "Outros ativos" de "Total de exposições a derivados".

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2021

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso rácio de alavancagem fully loaded era de 4,9% em comparação com 4,7% em 31 de dezembro de 2020. Isto tem em conta um capital Tier 1 fully loaded de 54,8 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1125 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 (50,6 mil milhões de euros e 1078 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, respetivamente).

Ao longo do ano de 2021, a nossa exposição a alavancagem aumentou em 46 mil milhões de euros para 1125 mil milhões de euros, impulsionada em grande parte pela exposição a alavancagem para os restantes ativos, que aumentou 30 mil milhões de euros. Isto reflete a evolução do nosso balanço (para mais informações, consultar a secção "Movimentos nos ativos e passivos" deste relatório) e certos impactos das alterações ao CRR em vigor desde 28 de junho de 2021: o crescimento dos empréstimos no balanço, bem como os impactos das alterações ao CRR resultaram num aumento de 52 mil milhões de euros e os saldos de caixa e de bancos centrais/interbancários aumentaram 11 mil milhões de euros. As liquidações pendentes aumentaram 2 mil milhões de euros numa base líquida, apesar de serem 6 mil milhões de euros mais elevados numa base bruta. Estes aumentos foram parcialmente compensados por ativos financeiros ao justo valor através de OCI, que diminuíram 27 mil milhões de euros, e ativos comerciais não derivados, que diminuíram 6 mil milhões de euros. As exposições extrapatrimoniais a alavancagem aumentaram 13 mil milhões de euros, correspondentes a valores nocionais superiores por compromissos de crédito irrevogáveis e ao impacto das alterações ao CRR. Além disso, as rubricas relacionadas com SFT (títulos comprados com acordos de revenda, títulos emprestados e valores a receber de corretagem prime) aumentaram 8 mil milhões de euros, em linha com a evolução do balanço. Além disso, a exposição a alavancagem relacionada com derivados diminuiu 3 mil milhões de euros.

O aumento da exposição a alavancagem em 2021 incluiu um impacto cambial positivo de 35 mil milhões de euros, principalmente devido ao fortalecimento do dólar americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso rácio de alavancagem em conformidade com provisões transitórias era de 4,9% (4,8% em 31 de dezembro de 2020), calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 55,4 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1125 mil milhões de euros (51,7 mil milhões de euros e 1078 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, respetivamente).

Excluimos certas exposições a bancos centrais no montante de 99 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, com base no artigo 429.º-A, n.º 1, alínea n) do CRR e na Decisão 2021/1074 do BCE. Ao fazer uso desta isenção, o artigo 429.º-A, n.º 7 do CRR especifica que o rácio mínimo de alavancagem aplicável deve ser aumentado para 3,2%. Note-se que até ao primeiro trimestre de 2021 uma isenção semelhante foi aplicada com base no artigo 500.º-B do CRR. Não aplicando a exclusão temporária de certas exposições a bancos centrais, a nossa exposição a alavancagem era de 1223 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que corresponde a um rácio de alavancagem de 4,5% numa base "fully-loaded" e numa base de integração progressiva.

Para os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") e Capacidade total de absorção de perdas ("TLAC")

Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") foi introduzido através do Regulamento da União Europeia, o qual estabeleceu regras homogéneas e um procedimento homogéneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou "Regulamento MUR") e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou "BRRD"), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado caso a caso, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução ("CUR"). Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, o MUR, o BRRD e um regulamento delegado definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

No último trimestre de 2019, o requisito de rácio de MREL vinculativo do Deutsche Bank AG numa base consolidada foi definido como 8,58% do total do passivo e fundos próprios ("TLOF"), aplicável imediatamente, dos quais 6,11% do TLOF foram cumpridos com fundos próprios e instrumentos subordinados como requisito adicional. O TLOF consiste principalmente no passivo total após a compensação de derivativos, mais os fundos próprios, ou seja, o capital regulamentar.

Como resultado da sua revisão anual regular, o CUR reviu o requisito obrigatório do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no último trimestre de 2021, aplicável imediatamente. Estes novos requisitos refletem pela primeira vez as alterações legais do pacote de reformas bancárias através de alterações ao MUR e ao BRRD apresentadas em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/877 e da Diretiva (UE) 2019/879. Como resultado, o requisito MREL e o requisito de MREL subordinado deixarão de ser expressos em percentagem de TLOF, mas como uma percentagem de Ativos ponderados pelo risco (RWA) e exposição ao rácio de alavancagem (LRE). O requisito do rácio de MREL numa base consolidada é agora de 24,05% do RWA e 6,88% do LRE, dos quais 20,27% do RWA e 6,88% do LRE devem ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados. Os requisitos combinados de reservas de 4,53% em 31 de dezembro de 2021 devem ser cumpridos para além dos requisitos de MREL com base no RWA e do MREL subordinado.

Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais ("TLAC"). O requisito de TLAC foi implementado através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior dos 16% dos RWA, mais os requisitos de reservas combinados e 6,00% do LRE para um período de transição até 31 de dezembro de 2021. Desde 1 de janeiro de 2022, o requisito é fixado no maior de 18% do RWA mais os requisitos de reservas combinadas e 6,75% do LRE.

Desenvolvimento do rácio de MREL

Em 31 de dezembro de 2021, o MREL disponível era de 114,9 mil milhões de euros, o que corresponde a uma proporção de 32,66% do RWA. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de MREL de 14,4 mil milhões de euros acima dos requisitos MREL de 100,5 mil milhões de euros (ou seja, 28,58% do RWA, incluindo o requisito de reservas combinadas). 109,1 mil milhões de euros do nosso MREL disponível eram fundos próprios e passivos subordinados, correspondendo a um rácio de subordinação de MREL de 31,03% do RWA, uma reserva de 21,9 mil milhões de euros acima do nosso requisito de subordinação de 87,2 mil milhões de euros (ou seja, 24,79% do RWA, incluindo requisitos de reservas combinadas). Em comparação com 31 de dezembro de 2020, os excedentes acima do nosso requisito de MREL e do nosso requisito de MREL subordinado foram reduzidos principalmente através da alteração da legislação e da metodologia de fixação de requisitos de MREL descritas acima. Isto foi parcialmente compensado por um aumento da nossa capacidade de MREL a partir de novas emissões de fundos próprios e passivos elegíveis, que mais do que compensaram as resoluções e as alterações metodológicas na base de medição. Estes desenvolvimentos também tiveram impacto no nosso rácio de TLAC.

Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2021, o TLAC era de 109,1 mil milhões de euros e os rácios TLAC correspondentes eram de 31,03% do RWA e 9,70% do LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de TLAC de 36,9 mil milhões de euros acima dos requisitos TLAC de 72,2 mil milhões de euros (ou seja, 20,53% do RWA, incluindo os requisitos de reservas combinadas).

Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2021	31 dez 2020
Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	46.506	44.885
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	8.868	6.848
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	7.358	6.944
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	1.208	518
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	8.566	7.462
Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL	63.941	59.195
Outros elementos do TLAC/MREL		
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	45.153	46.048
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	109.094	105.243
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)	109.094	105.243
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	5.759	3.658
Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	114.853	108.901
Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)	351.629	328.951
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.124.667	1.078.277
Total do passivo e fundos próprios após compensação prudencial (TLOF)	-	1.018.744
Rácio de TLAC		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	31,03	31,99
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	20,53	20,52
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	9,70	9,76
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,00	6,00
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	36.919	37.747
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	41.614	40.547
Subordinação de MREL		
Rácio de subordinação de MREL (%) ¹	31,03	10,33
Requisito de subordinação de MREL (%) ¹	24,79	6,11
Excedente acima do requisito de subordinação de MREL	21.909	42.998
Rácio de MREL		
Rácio de MREL (%) ¹	32,66	10,69
Requisito de MREL (%) ¹	28,58	8,58
Excedente de MREL acima do requisito	14.372	21.493

¹ Para 31 de dezembro de 2021 como percentagem dos RWA (requisito incluindo o requisito de amortecedor combinado) e para 31 de dezembro de 2020 como percentagem do TLOF.

Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de uma quantidade suficiente de instrumentos de passivo elegíveis. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares ("fundos próprios") e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado "passivo elegível".

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital Tier 2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos e os passivos de derivados são também geralmente excluídos. Os instrumentos de dívida com características de derivados incorporadas podem ser incluídos em determinadas condições (por exemplo, um capital conhecido e fixo ou crescente). Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva. O CUR concedeu um período de transição para passivos emitidos ao abrigo da lei britânica em ou antes de 15 de novembro de 2018, que não incluem uma cláusula de recapitalização executória e efetiva, mas que ainda podem ser incluídos nos passivos elegíveis após o Brexit até 28 de junho de 2025.

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos requisitos de subordinação de MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como “não preferenciais sénior” abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir agora se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida “sénior não preferencial” emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como “sénior não preferencial” ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões “sénior não preferencial” cumprem os critérios de subordinação TLAC e MREL.

Exposição ao risco de crédito

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no “Quadro do risco de crédito”.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (haircuts) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31 dez 2021					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito ¹	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ²	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado³						
Caixa e saldos do banco central	192.025	192.025	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.345	7.345	-	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.370	8.370	-	8.070	-	8.070
Títulos obtidos por empréstimo	63	63	-	63	-	63
Empréstimos	476.077	476.077	-	247.109	33.353	280.462
Outros ativos sujeitos a risco de crédito ^{4,5}	83.314	79.361	30.639	709	206	31.555
Total de ativos financeiros ao custo amortizado³	767.193	763.240	30.639	255.951	33.559	320.150
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados⁶						
Ativos detidos para negociação	97.080	-	-	2.217	1.091	3.308
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.732	-	238.411	41.692	37	280.140
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	87.873	-	2.176	75.960	187	78.324
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	59.931	-	2.176	57.755	0	59.931
Títulos obtidos por empréstimo	18.355	-	-	17.978	0	17.978
Empréstimos	895	-	-	190	187	378
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	140	-	-	0	82	82
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	484.825	-	240.587	119.869	1.398	361.854
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI						
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.231	1.231	-	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Empréstimos	4.370	4.370	-	1.480	891	2.371
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	28.979	28.979	-	1.480	891	2.371
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁷	59.394	59.394	-	3.077	6.857	9.934
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁷	227.132	226.454	-	18.545	5.888	24.433
Total de extrapatrimoniais	286.525	285.848	-	21.622	12.746	34.368
Exposição máxima ao risco de crédito	1.567.522	1.078.067	271.227	398.922	48.593	718.742

¹ Não inclui crédito derivado nocional vendido (491.407 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido.

² A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.

³ Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.

⁴ Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados.

⁵ Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.

⁶ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁷ Os números são refletidos nos valores nominais.

	31 dez 2020					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito ¹	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ²	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado³						
Caixa e saldos do banco central	166.211	166.211	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.132	9.132	-	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.535	8.535	-	8.173	-	8.173
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	-	0
Empréstimos	431.807	431.807	-	228.513	30.119	258.632
Outros ativos sujeitos a risco de crédito ^{4,5}	96.394	85.106	43.316	902	55	44.273
Total de ativos financeiros ao custo amortizado³	712.078	700.790	43.316	237.588	30.174	311.078
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados⁶						
Ativos detidos para negociação	94.757	-	-	2.998	1.248	4.246
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	343.455	-	262.486	52.329	83	314.898
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	75.116	-	993	62.036	244	63.273
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	46.057	-	993	44.967	0	45.961
Títulos obtidos por empréstimo	17.009	-	-	16.730	0	16.730
Empréstimos	2.192	-	-	272	244	516
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	437	-	-	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	513.764	-	263.479	117.364	1.575	382.418
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI						
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.543	1.543	-	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Empréstimos	4.635	4.635	-	1.581	1.153	2.734
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	55.834	55.834	-	1.581	1.153	2.734
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁷	47.978	47.978	-	2.327	6.157	8.484
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁷	215.877	214.898	-	15.345	5.779	21.124
Total de extrapatrimoniais	263.854	262.876	-	17.672	11.936	29.608
Exposição máxima ao risco de crédito	1.545.531	1.019.501	306.795	374.205	44.838	725.838

¹ Não inclui crédito derivado nacional vendido (395 636 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nacional adquirido.

² A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente.

³ Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.

⁴ Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados.

⁵ Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.

⁶ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁷ Os números são refletidos nos valores nominais.

O aumento global da exposição máxima ao risco de crédito para 31 de dezembro de 2021 foi de 22,0 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento de 44,3 mil milhões de euros em empréstimos ao custo amortizado, 24,0 mil milhões de euros em numerário e saldos de bancos centrais e interbancários, 14,8 mil milhões de euros em recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo em todas as categorias de medição aplicáveis e 22,7 mil milhões de euros em compromissos irrevogáveis e garantias financeiras. Estes aumentos foram compensados por reduções nos valores positivos de mercado de derivados em 43,7 mil milhões de euros, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral em 26,9 mil milhões de euros, principalmente em títulos de dívida, e outros ativos sujeitos a risco de crédito em 13,0 mil milhões de euros.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2021, obrigações negociadas no valor de 85,5 mil milhões de euros (83,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020), mais de 83% das quais com notação investment-grade (mais de 84% em 31 de dezembro de 2020).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no nosso balanço patrimonial ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito. Isto inclui os "empréstimos negociados" comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis.
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os "derivados OTC" são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em ambos os casos apenas aplicando garantias em numerário recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.
- Os "títulos de dívida" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através dos resultados. Isto inclui as "obrigações negociadas", que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas, aplicando apenas as garantias recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

em milhões de euros	31 dez 2021						
			Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	Empréstimos pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Fora do balanço Passivos contingentes	Derivados OTC pelo justo valor através dos resultados ⁴
	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados					
Corporate Bank	122.310	255	311	4.169	135.944	55.560	190
Investment Bank	92.966	8.590	702	202	50.768	1.764	17.415
Private Bank	254.439	0	7	0	39.660	1.883	524
Asset Management	23	0	1	0	110	9	0
Capital Release Unit	2.222	344	15	0	41	31	5.813
Corporate & Other	4.117	0	0	0	608	146	203
Total	476.077	9.189	1.035	4.370	227.132	59.394	24.146

31 dez 2021

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelo custo amortizado ⁵	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Corporate Bank	839	15	0	862	0	0	320.454
Investment Bank	3.332	88.692	1.045	6.692	74.441	0	346.608
Private Bank	525	1	2	0	0	0	297.041
Asset Management	0	3.582	154	0	0	0	3.879
Capital Release Unit	0	625	0	0	3.397	0	12.489
Corporate & Other	10.154	2.452	22.177	879	448	1.231	42.415
Total	14.849	95.367	23.377	8.433	78.286	1.231	1.022.886

¹ Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

² Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 28,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 368,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁶ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31 dez 2020

em milhões de euros	Empréstimos			Extrapatrimoniais		Derivados OTC	
	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³		Passivos contingentes
Corporate Bank	114.491	621	784	4.393	130.690	44.293	299
Investment Bank	69.309	6.366	1.618	220	45.053	1.889	22.533
Private Bank	237.194	0	7	0	37.315	1.625	440
Asset Management	20	0	0	0	121	9	0
Capital Release Unit	2.807	1.352	220	22	1.592	38	9.388
Corporate & Other	7.986	0	0	0	1.106	123	268
Total	431.807	8.339	2.629	4.635	215.877	47.978	32.928

31 dez 2020

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelo custo amortizado ⁵	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Corporate Bank	733	68	0	345	0	0	296.717
Investment Bank	2.078	86.579	980	7.356	59.974	0	303.956
Private Bank	521	2	1	10	0	0	277.115
Asset Management	0	2.850	198	0	0	0	3.198
Capital Release Unit	0	1.404	0	1	3.091	0	19.915
Corporate & Other	9.294	4.443	48.476	824	0	1.543	74.063
Total	12.625	95.347	49.656	8.535	63.066	1.543	974.964

¹ Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 11,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

² Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 90,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 360,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁶ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

A nossa principal exposição total ao crédito aumentou 47,9 mil milhões de euros face ao ano anterior.

- Em termos de divisões, a exposição total a crédito principal aumentou 42,7 mil milhões de euros no Investment Bank, incluindo um grande financiamento episódico na carteira de empréstimos que se prevê inverter no primeiro trimestre de 2022, 23,7 mil milhões de euros no Corporate Bank, 19,9 mil milhões de euros no Private Bank e 0,7 mil milhões de euros em Asset Management, parcialmente compensados por decréscimos em Corporate & Other de 31,6 mil milhões de euros e 7,4 mil milhões de euros na Capital Release Unit. A divisão de negócio Corporate & Other inclui principalmente exposições em Tesouraria.
- Do ponto de vista do produto, observaram-se aumentos de exposição para empréstimos, posições extrapatrimoniais e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, enquanto se observaram diminuições nos títulos de dívida e derivados OTC.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

Os quadros abaixo fornecem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor, com base no código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores e não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutros pontos do presente relatório.

em milhões de euros	31 dez 2021						
	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
	pelos custos amortizados ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴
Agricultura, exploração florestal e pesca	645	2	0	0	593	36	3
Indústria mineira e de extração de minérios	2.783	190	0	33	5.220	1.893	32
Indústria	35.404	348	26	1.042	51.706	11.612	5.034
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.548	226	46	0	5.068	2.807	360
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	681	0	0	0	484	175	67
Construção	4.374	234	2	40	2.939	2.714	256
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.285	196	34	930	16.368	7.135	298
Transporte e armazenamento	5.330	334	87	316	5.729	947	515
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.259	5	0	8	1.308	136	7
Informação e comunicação	6.363	286	80	658	13.837	2.896	924
Atividades financeiras e de seguros	106.343	3.219	578	1.099	65.114	24.361	13.369
Atividades imobiliárias	40.629	2.478	30	83	6.486	208	822
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.959	63	0	0	5.245	2.147	85
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.759	472	71	22	5.114	816	496
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.183	757	12	124	2.519	105	1.037
Educação	225	0	0	0	132	56	255
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.869	111	25	0	1.646	141	157
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.062	6	0	0	1.899	88	56
Outras atividades de serviços	4.941	262	44	14	4.790	810	91
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	212.434	0	0	1	30.934	311	253
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	0	0	0	0	2	31
Total	476.077	9.189	1.035	4.370	227.132	59.394	24.146

							31 dez 2021
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	12	0	0	0	0	1.291
Indústria mineira e de extração de minérios	4	371	2	0	0	0	10.529
Indústria	4	1.746	37	0	0	0	106.960
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	15	601	1	0	0	0	13.669
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	22	0	0	0	0	1.429
Construção	60	456	10	0	0	0	11.086
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	6	335	2	0	0	0	46.589
Transporte e armazenamento	306	888	1	0	0	0	14.452
Atividades de serviços de alojamento e restauração	0	91	0	0	0	0	3.814
Informação e comunicação	78	1.007	9	0	0	0	26.137
Atividades financeiras e de seguros	3.542	18.588	4.511	8.428	76.317	1.231	326.701
Atividades imobiliárias	381	2.405	129	0	0	0	53.650
Atividades profissionais, científicas e técnicas	28	176	157	0	0	0	14.860
Atividades de serviços administrativos e de apoio	27	323	3	0	0	0	17.103
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	10.185	63.108	18.216	0	1.957	0	104.203
Educação	0	275	0	0	0	0	942
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	468	0	0	0	0	6.417
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	131	0	0	0	0	3.241
Outras atividades de serviços	174	2.693	14	5	12	0	13.849
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	243.933
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	1.671	287	0	0	0	2.032
Total	14.849	95.367	23.377	8.433	78.286	1.231	1.022.886

¹ Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

² Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 28,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 368,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁶ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

								31 dez 2020		
								Empréstimos	Extrapatrimoniais	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴			
Agricultura, exploração florestal e pesca	637	0	0	0	544	40	3			
Indústria mineira e de extração de minérios	2.871	250	8	15	5.148	1.370	34			
Indústria	26.050	525	354	1.111	52.722	10.314	4.677			
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.419	295	51	0	5.080	1.783	614			
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	681	0	0	0	396	156	80			
Construção	4.440	243	2	22	2.672	2.490	438			
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	20.697	330	83	913	15.672	5.025	614			
Transporte e armazenamento	5.575	427	69	312	5.235	978	715			
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.427	60	0	27	1.203	158	27			
Informação e comunicação	5.525	308	3	404	14.030	2.072	887			
Atividades financeiras e de seguros	84.724	2.860	1.823	813	56.024	19.467	18.042			
Atividades imobiliárias	36.571	989	46	339	5.776	312	1.401			
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.707	228	0	12	4.919	1.915	147			
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.112	333	66	56	4.266	453	672			
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.139	828	13	433	2.983	93	3.094			
Educação	205	0	0	0	126	14	459			
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.436	68	26	0	2.373	127	484			
Artes, entretenimento e atividades de lazer	929	22	0	0	1.105	59	30			
Outras atividades de serviços	5.353	551	84	177	4.305	877	131			
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	205.308	22	0	2	31.298	272	325			
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	0	0	0	0	2	54			
Total	431.807	8.339	2.629	4.635	215.877	47.978	32.928			

							31 dez 2020
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	6	0	0	0	0	1.230
Indústria mineira e de extração de minérios	0	354	2	0	0	0	10.053
Indústria	0	995	39	0	0	0	96.788
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	0	437	1	0	0	0	11.679
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	40	0	0	0	0	1.354
Construção	0	565	70	0	0	0	10.944
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	213	2	0	0	0	43.548
Transporte e armazenamento	203	811	26	0	0	0	14.351
Atividades de serviços de alojamento e restauração	0	63	0	0	0	0	3.964
Informação e comunicação	8	514	5	0	0	0	23.756
Atividades financeiras e de seguros	3.167	20.866	8.114	8.428	61.801	1.543	287.672
Atividades imobiliárias	333	3.047	109	0	0	0	48.924
Atividades profissionais, científicas e técnicas	25	105	25	8	0	0	15.091
Atividades de serviços administrativos e de apoio	36	270	3	99	0	0	15.367
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	8.670	61.459	40.574	0	1.089	0	125.374
Educação	0	120	21	0	0	0	945
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	473	0	0	0	0	6.987
Artes, entretenimento e atividades de lazer	31	83	0	0	0	0	2.258
Outras atividades de serviços	110	3.654	162	0	176	0	15.580
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	237.226
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	1.272	503	0	0	0	1.873
Total	12.625	95.347	49.656	8.535	63.066	1.543	974.965

¹ Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 11,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

² Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 90,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 360,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁶ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos/classe de ativos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de vender ou distribuir parte do risco a terceiros, estão sujeitas a revisão e aprovação por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (dependendo da dimensão) por um comité de subscrição e/ou pelo Conselho de Administração. Coloca-se grande ênfase na estruturação e na definição de preços dessas transações, de modo a que a redução do risco possa ser alcançada em tempo real e – nos casos em que o DB assume o risco de preço de mercado – para atenuar esse risco de mercado.

A nossa exposição a empréstimos de custo amortizado dentro das categorias acima é principalmente para mutuários de boa qualidade. Além disso, com o foco no Corporate Bank e no Investment Bank, a exposição a empréstimos está sujeita a uma maior redução do risco através da nossa unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas (“SCL”).

A nossa exposição a empréstimos familiares está principalmente associada às nossas carteiras do Private Bank.

A nossa exposição a empréstimos de custo amortizado de 40,6 mil milhões de euros para atividades imobiliárias acima baseia-se na classificação do código NACE. Também fornecemos uma compreensão das nossas exposições a imóveis comerciais em todo o Grupo de imóveis comerciais, as exposições APAC CRE no Investment Bank e o negócio CRE sem recurso no Corporate Bank. Consulte o capítulo “Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19” para mais informações sobre as exposições a imóveis comerciais.

Os nossos créditos imobiliários comerciais, sobretudo com origem nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que serão mantidos os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, enquanto as posições titularizadas podem ser inteiramente vendidas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de operações imobiliárias.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e eventos idiossincráticos que afetem as propriedades subjacentes. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 8% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2021, em comparação com 9% em 31 de dezembro de 2020. As nossas dez principais exposições a contraparte eram contrapartes com boa notação ou transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição ao crédito global no setor das Atividades financeiras e de seguros era predominantemente composto por exposições “investment-grade”. Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 111,2 mil milhões de euros, o total de operações de recompra e tipo recompra em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 86,0 mil milhões de euros e as atividades extrapatrimoniais ascenderam a 89,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, e estavam principalmente associados a carteiras do Investment Bank e do Corporate Bank, que eram maioritariamente detidas na América do Norte e na Europa.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

								31 dez 2021		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴			
Europa	341.429	3.411	702	1.365	129.396	35.814	13.525			
Dos quais:										
Alemanha	235.389	407	20	173	73.087	14.388	1.535			
Reino Unido	6.331	529	243	297	8.851	2.796	4.480			
França	3.581	59	2	55	6.840	2.179	925			
Luxemburgo	14.195	517	82	53	7.393	713	646			
Itália	24.316	227	9	0	3.484	4.510	398			
Países Baixos	9.383	137	102	384	8.391	2.237	1.226			
Espanha	16.283	246	0	43	3.215	3.464	668			
Irlanda	4.652	262	234	72	2.687	210	549			
Suíça	13.083	34	0	110	6.156	2.710	145			
Polónia	2.293	0	0	16	401	116	14			
Bélgica	1.426	5	0	76	1.724	578	212			
Federação Russa ⁸	806	54	0	51	629	209	27			
Ucrânia ⁸	109	441 ⁹	0	0	3	22	0			
Outros Europa ^{8,10}	9.583	492	10	37	6.535	1.683	2.700			
América do Norte	87.628	3.904	132	2.060	87.172	9.411	7.853			
Dos quais:										
EUA	73.007	3.156	91	1.836	82.800	8.685	6.839			
Ilhas Caimão	5.709	157	3	0	1.555	80	396			
Canadá	935	291	0	200	1.977	419	218			
Outros países da América do Norte	7.976	301	37	24	839	227	401			
Ásia e Pacífico	40.093	944	185	874	9.151	12.786	2.605			
Dos quais:										
Japão	1.921	62	108	48	608	519	656			
Austrália	2.112	264	25	0	2.248	532	257			
Índia	7.948	4	6	18	920	3.440	95			
China	5.606	9	0	42	480	1.913	554			
Singapura	5.750	127	23	135	1.157	1.566	157			
Hong Kong	3.146	89	0	51	1.258	752	181			
Outros países da Ásia e Pacífico	13.610	390	23	581	2.480	4.064	706			
Outras áreas geográficas	6.926	931	16	71	1.414	1.383	163			
Total	476.077	9.189	1.035	4.370	227.132	59.394	24.146			

							31 dez 2021
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Europa	3.464	45.063	7.578	2.745	32.525	484	617.500
Dos quais:							
Alemanha	548	7.152	932	274	3.301	32	337.236
Reino Unido	951	8.604	1.151	571	8.824	0	43.628
França	0	6.482	1.411	5	12.910	0	34.448
Luxemburgo	57	2.471	497	0	971	0	27.594
Itália	314	3.655	315	85	729	0	38.042
Países Baixos	212	2.157	51	29	38	0	24.347
Espanha	74	7.193	199	1.126	500	0	33.012
Irlanda	1.143	1.264	3	2	3.158	0	14.237
Suíça	3	583	4	0	140	0	22.968
Polónia	0	73	1.870	0	76	0	4.859
Bélgica	33	1.932	805	0	7	0	6.798
Federação Russa ⁸	0	14	36	0	0	0	1.826
Ucrânia ⁹	0	2	29	0	0	0	606
Outros Europa ^{8,10}	130	3.481	274	653	1.870	452	27.900
América do Norte	8.618	26.899	10.363	2.551	38.688	0	285.278
Dos quais:							
EUA	8.600	25.959	10.059	517	26.173	0	247.722
Ilhas Caimão	0	238	0	2.034	11.679	0	21.851
Canadá	0	476	235	0	834	0	5.586
Outros países da América do Norte	18	225	69	0	3	0	10.119
Ásia e Pacífico	2.718	21.369	5.053	2.868	7.000	508	106.154
Dos quais:							
Japão	25	2.951	556	0	3.672	0	11.127
Austrália	1.597	1.726	510	0	515	0	9.787
Índia	617	5.067	944	0	253	360	19.670
China	16	1.576	560	0	594	0	11.349
Singapura	9	860	246	0	107	0	10.136
Hong Kong	213	742	246	0	184	0	6.861
Outros países da Ásia e Pacífico	242	8.447	1.990	2.868	1.675	147	37.224
Outras áreas geográficas	49	2.037	384	268	72	240	13.954
Total	14.849	95.367	23.377	8.433	78.286	1.231	1.022.886

¹ Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

² Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 28,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 368,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁶ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

⁸ Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia.

⁹ Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demônima.

¹⁰ Outros Europa inclui a Bielorrússia, com uma exposição total de menos de 2 milhões de euros.

								31 dez 2020		
								Empréstimos	Extrapatrimoniais	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴			
Europa	317.584	3.092	1.519	1.615	128.440	29.529	20.283			
Dos quais:										
Alemanha	224.577	340	57	347	75.531	12.195	1.715			
Reino Unido	5.796	160	341	64	9.820	2.327	7.102			
França	3.460	65	33	187	6.103	1.383	1.331			
Luxemburgo	10.097	546	252	0	4.839	1.251	701			
Itália	23.442	340	66	0	3.600	3.888	1.854			
Países Baixos	9.679	79	222	554	9.890	1.727	1.942			
Espanha	17.134	304	0	28	3.755	2.763	1.094			
Irlanda	4.173	190	200	127	2.023	200	465			
Suíça	6.817	39	19	150	4.518	1.762	268			
Polónia	2.421	0	1	0	374	128	17			
Bélgica	1.133	4	0	53	1.566	679	295			
Federação Russa ⁸	665	74	0	57	382	239	17			
Ucrânia ⁸	280	425	0	0	17	11	0			
Outros Europa ⁸	7.910	527	327	46	6.021	976	3.480			
América do Norte	73.742	3.266	841	1.896	78.079	7.430	9.420			
Dos quais:										
EUA	61.137	2.926	784	1.792	73.215	7.033	8.496			
Ilhas Caimão	3.790	113	3	0	2.131	25	246			
Canadá	887	37	0	91	1.790	47	303			
Outros países da América do Norte	7.928	191	54	13	943	326	374			
Ásia e Pacífico	34.194	1.248	237	992	7.813	9.960	2.766			
Dos quais:										
Japão	1.385	17	0	89	415	483	312			
Austrália	1.525	258	36	35	1.785	367	542			
Índia	6.355	54	21	32	1.110	2.253	149			
China	4.764	6	149	46	684	1.780	658			
Singapura	5.309	210	30	28	918	685	248			
Hong Kong	2.872	109	0	61	986	671	186			
Outros países da Ásia e Pacífico	11.984	593	0	702	1.914	3.721	670			
Outras áreas geográficas	6.286	734	31	133	1.545	1.059	460			
Total	431.807	8.339	2.629	4.635	215.877	47.978	32.928			

							31 dez 2020
			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ²				Total
		Títulos de dívida					
em milhões de euros	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	aos custos amortizados	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Europa	2.468	46.446	31.902	2.180	21.696	498	607.251
Dos quais:							
Alemanha	544	8.252	10.467	263	1.078	10	335.377
Reino Unido	890	7.980	2.776	0	11.352	0	48.607
França	2	8.136	5.216	0	5.981	0	31.898
Luxemburgo	41	2.509	1.412	0	819	0	22.466
Itália	117	5.908	1.496	108	478	0	41.297
Países Baixos	112	3.486	118	0	33	0	27.843
Espanha	0	3.053	3.088	1.077	500	0	32.796
Irlanda	680	1.415	136	0	396	0	10.004
Suíça	4	637	4	0	79	0	14.299
Polónia	0	112	1.993	0	0	0	5.047
Bélgica	40	1.575	1.616	0	5	0	6.966
Federação Russa ⁸	0	42	34	0	0	0	1.510
Ucrânia ⁸	0	8	17	0	0	0	758
Outros Europa ⁸	38	3.334	3.529	731	975	488	28.381
América do Norte	7.727	27.547	11.798	2.780	31.907	0	256.433
Dos quais:							
EUA	7.351	26.408	11.197	1.814	29.370	0	231.523
Ilhas Caimão	359	567	0	885	2.086	0	10.206
Canadá	0	417	543	0	451	0	4.567
Outros países da América do Norte	16	155	58	81	0	0	10.137
Ásia e Pacífico	2.431	19.246	5.740	3.353	9.426	646	98.052
Dos quais:							
Japão	64	2.807	25	0	6.283	0	11.881
Austrália	1.545	2.535	860	0	659	0	10.149
Índia	349	3.284	2.047	0	128	396	16.177
China	0	3.012	309	0	421	0	11.830
Singapura	78	2.067	472	0	105	0	10.152
Hong Kong	207	725	286	60	12	0	6.175
Outros países da Ásia e Pacífico	188	4.816	1.740	3.293	1.817	250	31.689
Outras áreas geográficas	0	2.107	216	223	37	399	13.229
Total	12.625	95.347	49.656	8.535	63.066	1.543	974.965

¹ Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 11,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

² Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 90,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 360,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁶ Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

⁸ Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia.

As tabelas acima apresentam uma visão geral da nossa exposição de crédito por região geográfica, alocada com base no país de domicílio da contraparte. O ponto de vista do domicílio acima mencionado não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutro ponto do presente relatório

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito ao longo das nossas divisões de negócio, o que está em linha com os mandatos do Diretor de Risco alinhados em termos de divisão. Na secção abaixo, apresentamos a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. Na secção seguinte, fornecemos a exposição ao crédito para o Private Bank.

Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a nossa principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

		31 dez 2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados ²
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	23.066	130	13	159	26.153	3.545	4.008
iA	> 0,04 ≤ 0,11	41.041	138	202	1.151	53.557	27.267	4.502
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	61.562	789	192	1.967	54.600	14.362	2.710
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	51.617	4.058	296	857	26.794	6.799	5.923
iB	> 2,27 ≤ 10,22	29.606	2.333	111	207	22.360	3.479	373
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.385	1.397	198	29	3.247	1.872	90
Total		215.276	8.845	1.013	4.370	186.711	57.324	17.606

		31 dez 2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.253	49.214	0	473	35.615	–	143.629
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.433	11.698	108	1.127	17.831	–	160.055
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	439	11.786	90	2.035	9.144	–	159.678
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	265	13.621	225	1.844	11.363	–	123.659
iB	> 2,27 ≤ 10,22	357	1.745	590	1.475	361	–	62.995
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	423	643	32	600	128	–	17.045
Total		4.171	88.707	1.045	7.554	74.441	–	667.062

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

² Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

		31 de dezembro de 2021 ¹						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	16.959	130	13	45	24.962	2.664	2.518
iA	> 0,04 ≤ 0,11	31.570	53	202	998	51.421	24.751	3.087
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	32.646	633	89	1.752	51.426	12.207	2.287
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	26.315	2.451	208	435	24.316	5.343	5.843
iB	> 2,27 ≤ 10,22	10.221	1.551	45	167	21.138	2.236	370
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.336	961	67	29	3.079	1.095	90
Total		122.047	5.779	624	3.427	176.342	48.295	14.195

31 de dezembro de 2021¹

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.253	49.214	0	16	0	–	97.775
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.433	11.698	108	0	22	–	125.344
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	439	11.773	90	67	22	–	113.430
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	260	13.583	225	14	259	–	79.252
iB	> 2,27 ≤ 10,22	334	1.745	590	0	0	–	38.397
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	361	621	32	0	0	–	10.672
Total		4.080	88.635	1.045	97	304	–	464.869

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS.² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

As tabelas seguintes apresentam a nossa principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2020 por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados ²
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	13.679	44	446	114	20.168	1.911	4.230
iA	> 0,04 ≤ 0,11	29.365	436	347	641	47.835	11.794	6.414
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	55.845	1.047	672	2.149	57.941	22.069	4.395
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	48.063	2.470	500	1.458	26.476	5.566	3.202
iB	> 2,27 ≤ 10,22	26.885	1.813	76	160	18.789	2.864	4.477
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	9.962	1.177	361	92	4.535	1.978	113
Total		183.800	6.987	2.401	4.614	175.743	46.182	22.831

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.183	50.886	103	298	27.745	–	120.806
iA	> 0,04 ≤ 0,11	527	7.762	82	827	8.504	–	114.533
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	307	12.569	87	1.425	8.346	–	166.851
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	174	13.062	400	2.239	15.004	–	118.616
iB	> 2,27 ≤ 10,22	239	1.607	293	2.311	375	–	59.889
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	382	762	15	600	0	–	19.978
Total		2.811	86.647	980	7.700	59.974	–	600.672

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.² Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

31 de dezembro de 2020¹

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	8.684	44	446	0	19.088	1.618	3.381
iA	> 0,04 ≤ 0,11	22.618	131	347	621	46.384	9.837	4.957
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	31.266	889	625	1.602	54.626	19.365	4.190
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	22.984	1.887	407	955	23.947	3.995	3.100
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8.853	824	6	140	17.614	2.244	4.432
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.823	759	207	92	4.263	1.269	113
Total		99.228	4.534	2.038	3.410	165.922	38.330	20.174

31 de dezembro de 2020¹

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.183	50.886	103	0	27	–	85.460
iA	> 0,04 ≤ 0,11	527	7.762	82	0	1	–	93.268
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	307	12.569	87	23	3	–	125.551
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	171	13.017	400	71	3	–	70.939
iB	> 2,27 ≤ 10,22	239	1.607	293	0	0	–	36.253
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	311	727	15	0	0	–	12.579
Total		2.737	86.567	980	95	34	–	424.049

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS.

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

As tabelas acima mostram um aumento global na nossa exposição bruta do Corporate Bank e do Investment Bank em 2021 de 66,4 mil milhões de euros, ou 11%. Os empréstimos ao custo amortizado aumentaram 31,5 mil milhões de euros, impulsionados principalmente pelo crescimento em empresas, bem como por um grande financiamento episódico que se espera reverter no T1'22. As posições extrapatrimoniais aumentaram 22,1 mil milhões de euros, principalmente devido a novos compromissos e garantias emitidas durante o período. Os acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra aumentaram 14,3 mil milhões de euros no Investment Bank, impulsionadas principalmente por uma maior atividade dos clientes, e os títulos de dívida aumentaram 3,5 mil milhões de euros. Numa perspetiva regional, o aumento foi principalmente atribuível a contrapartes domiciliadas nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça, nas Ilhas Caimão e em França. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição nos derivados OTC de 5,2 mil milhões de euros, impulsionados principalmente por produtos de taxa de juro.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas de exposição "líquida" apresentam a evolução das nossas exposições ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank líquidas de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Redução do risco pelo SCL relativamente à exposição ao crédito

A nossa unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas (Strategic Corporate Lending – SCL) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nominal das atividades de redução de risco do SCL diminuiu de 34,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, para 31,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

No fim do exercício de 2021, o SCL reduziu o risco de crédito de 27,0 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 30,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

O SCL detinha também derivados de crédito com um valor nominal subjacente de 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. A posição totalizava 3,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados pelo justo valor.

Exposição ao crédito do Private Bank

Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito na Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros		Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros		Custos de crédito líquidos em % da exposição total ¹	
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
PB Germany	194.486	185.959	169.639	160.683	2.668	2.798	0,12%	0,17%
Financiamento ao consumo	29.638	29.352	15.360	15.240	1.446	1.277	0,77%	0,77%
Hipotecas	159.825	153.165	150.082	143.368	1.187	1.481	0,00%	0,06%
Finanças empresariais	1.310	1.246	905	870	7	6	0,07%	0,15%
Outros	3.713	2.196	3.291	1.206	27	35	0,01%	0,05%
International Private Bank	102.556	91.156	84.800	76.511	4.037	3.484	0,21%	0,43%
Financiamento ao consumo	11.007	11.162	8.940	8.937	435	350	0,71%	1,50%
Hipotecas	12.950	13.611	12.889	13.520	701	668	0,21%	(0,08%)
Finanças empresariais	13.226	12.151	11.320	9.914	968	728	0,83%	1,16%
Wealth Management	64.553	53.928	51.570	44.072	1.933	1.739	0,00%	0,17%
Outros	819	303	81	68	0	0	(0,01%)	1,41%
Total	297.041	277.115	254.439	237.194	6.705	6.282	0,15%	0,26%

¹ Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.

² Os custos de crédito líquidos em % da exposição total na linha Outros para o International Private Bank em 2020 foram atualizados.

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) a classificação do cliente, montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogênea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de alto risco.

O financiamento às empresas representa produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes de menor dimensão, com um volume de negócios inferior a 2,5 milhões de euros, estão limitados a contas correntes e a empréstimos. Os clientes encontram-se principalmente em Itália e Espanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa.

A divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços de escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências. Os clientes estão localizados um pouco por todo o mundo.

Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do PB¹

	31 dez 2021	31 dez 2020
≤ 50%	64%	65%
> 50 ≤ 70%	17%	16%
> 70 ≤ 90%	10%	10%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	2%	2%
> 130%	2%	1%

¹ Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2021, 64% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, ligeiramente inferior em comparação com o exercício anterior.

Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorreremos a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo, capital, margem, normas de conduta empresarial, manutenção de registos e outros requisitos para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC requerem uma compensação de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Os requisitos de margem para transações de derivados não compensados nos EUA começaram em setembro de 2016. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados.

A CFTC adotou regras que implementam as disposições mais significativas da Lei Dodd-Frank. Mas recentemente, em setembro de 2020, a CFTC emitiu uma regra final sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, que se baseia em e, em alguns casos, substitui a orientação transfronteiriça da CFTC a partir de 2013 e nas respetivas cartas de não interferência. Em outubro de 2020, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC finalizou regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes.

A SEC também finalizou regras relativas a registo, reporte de negociação, capital, margem, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta empresarial, reconhecimento e verificação do mercado, manutenção de registos e relato financeiro e requisitos transfronteiriços para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. O cumprimento destes requisitos foi geralmente exigido a partir de novembro de 2021.

Finalmente, os reguladores prudenciais dos EUA (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de Divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regras finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados e swaps baseados em valores mobiliários que são aplicáveis aos corretores de swaps e aos corretores de swaps baseados em valores mobiliários que estão sujeitos aos regulamentos prudenciais dos EUA (como o Deutsche Bank) em vez das regras de margem da CFTC e da SEC. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivativos não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores estão no processo de ser implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas. Os reguladores prudenciais dos EUA atrasaram a data inicial de cumprimento da margem de setembro de 2020 até setembro de 2021 ou setembro de 2022 para swaps com determinadas contrapartes com níveis inferiores de volume de transações em resultado do impacto da COVID-19.

A tabela seguinte mostra uma discriminação dos montantes nominais e valores de mercado brutos para os ativos e passivos de transações cambiais e de derivativos OTC tendo por base o canal de aprovação

Valores nominais de derivativos tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31 dez 2021

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	13.625.153	10.672.998	6.717.198	31.015.349	167.037	154.392	12.645
Bilateral (Amt)	1.541.797	1.976.392	1.542.479	5.060.668	156.247	143.526	12.721
CCP (Amt)	12.083.356	8.696.606	5.174.718	25.954.681	10.790	10.865	(76)
Produtos negociados em bolsa	730.798	286.032	514	1.017.344	174	131	43
Total relacionadas com taxas de juro	14.355.951	10.959.030	6.717.712	32.032.693	167.211	154.523	12.688
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	5.323.845	847.188	420.701	6.591.734	108.030	108.282	(252)
Bilateral (Amt)	5.220.578	843.099	420.511	6.484.189	107.244	107.347	(103)
CCP (Amt)	103.267	4.088	190	107.545	786	934	(148)
Produtos negociados em bolsa	20.765	0	0	20.765	2	8	(6)
Total relacionadas com câmbios	5.344.610	847.188	420.701	6.612.499	108.032	108.289	(258)
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	25.341	9.272	2.881	37.493	5.595	3.666	1.929
Bilateral (Amt)	25.341	9.272	2.881	37.493	5.595	3.666	1.929
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	184.194	44.141	2.286	230.621	3.455	4.723	(1.267)
Total relacionadas com ações/índices	209.535	53.413	5.167	268.115	9.050	8.388	661
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	129.185	823.005	85.102	1.037.292	15.611	16.359	(748)
Bilateral (Amt)	78.553	71.414	34.561	184.529	2.102	2.466	(364)
CCP (Amt)	50.632	751.591	50.540	852.763	13.509	13.892	(384)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	129.185	823.005	85.102	1.037.292	15.611	16.359	(748)
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	2.764	3.419	1.421	7.605	105	107	(2)
Bilateral (Amt)	2.764	3.419	1.421	7.605	105	107	(2)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	27.241	1.356	0	28.598	218	225	(6)
Total relacionadas com matérias-primas	30.006	4.776	1.421	36.203	323	332	(8)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	40.047	3.565	157	43.769	606	675	(69)
Bilateral (Amt)	40.047	3.565	157	43.769	606	675	(69)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	8.786	186	0	8.971	5	9	(5)
Total Outros	48.832	3.751	157	52.741	610	684	(74)
Total negócio mercado de balcão	19.146.335	12.359.447	7.227.460	38.733.243	296.983	283.480	13.503
Negócio bilateral total	6.909.080	2.907.161	2.002.011	11.818.253	271.899	257.787	14.111
Negócio CCP total	12.237.255	9.452.286	5.225.448	26.914.990	25.084	25.692	(608)
Total negócio em bolsa	971.784	331.716	2.800	1.306.300	3.854	5.095	(1.241)
Total	20.118.119	12.691.163	7.230.260	40.039.542	300.837	288.575	12.262
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	25.518	-	-

31 dez 2020

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	11.299.988	8.076.426	5.241.008	24.617.422	230.512	215.795	14.717
Bilateral (Amt)	1.476.276	1.977.542	1.598.819	5.052.637	220.704	206.192	14.512
CCP (Amt)	9.823.712	6.098.884	3.642.189	19.564.785	9.808	9.602	206
Produtos negociados em bolsa	605.924	215.611	66	821.601	347	154	193
Total relacionadas com taxas de juro	11.905.912	8.292.037	5.241.074	25.439.023	230.859	215.948	14.911
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.351.809	791.671	401.111	5.544.590	91.241	87.177	4.063
Bilateral (Amt)	4.255.560	788.132	401.012	5.444.704	90.297	85.830	4.466
CCP (Amt)	96.249	3.539	98	99.886	944	1.347	(403)
Produtos negociados em bolsa	43.601	8	0	43.608	5	24	(19)
Total relacionadas com câmbios	4.395.409	791.679	401.111	5.588.199	91.246	87.202	4.044
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	28.938	32.164	7.186	68.288	5.700	5.692	8
Bilateral (Amt)	28.938	32.164	7.186	68.288	5.700	5.692	8
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	126.825	36.818	1.634	165.277	3.772	4.902	(1.130)
Total relacionadas com ações/índices	155.763	68.982	8.821	233.565	9.473	10.594	(1.122)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	61.552	689.031	86.593	837.176	13.557	13.272	285
Bilateral (Amt)	23.672	124.373	32.647	180.692	3.043	2.628	415
CCP (Amt)	37.880	564.658	53.947	656.484	10.515	10.645	(130)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	61.552	689.031	86.593	837.176	13.557	13.272	285
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	3.716	2.857	1.341	7.913	142	993	(851)
Bilateral (Amt)	3.716	2.857	1.341	7.913	138	661	(522)
CCP (Amt)	0	0	0	0	4	332	(328)
Produtos negociados em bolsa	15.446	744	0	16.190	409	55	353
Total relacionadas com matérias-primas	19.162	3.600	1.341	24.103	551	1.048	(497)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	119.254	3.438	154	122.846	1.043	936	108
Bilateral (Amt)	119.254	3.438	154	122.846	1.043	936	108
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	9.411	0	0	9.411	29	53	(24)
Total Outras	128.665	3.438	154	132.258	1.072	989	84
Negócio OTC total	15.865.257	9.595.586	5.737.393	31.198.236	342.196	323.866	18.331
Negócio bilateral total	5.907.416	2.928.505	2.041.159	10.877.080	320.925	301.939	18.986
Negócio CCP total	9.957.840	6.667.081	3.696.234	20.321.155	21.271	21.926	(656)
Total negócio em bolsa	801.207	253.181	1.701	1.056.088	4.562	5.188	(626)
Total	16.666.463	9.848.767	5.739.094	32.254.324	346.758	329.054	17.704
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	35.161	-	-

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em participações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ações de negociação	5.094	11.769
Ações não relacionadas ¹	2.644	2.375
Exposição total do capital próprio	7.739	14.145

¹ Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 87 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e de 291 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a nossa exposição a ações de negociação era composta principalmente por 4,3 mil milhões de euros do Investment Bank e 0,5 mil milhões de euros das atividades da Capital Release Unit. Em termos globais, as ações

de negociação diminuíram 6,7 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, devido principalmente à anulação das transações no negócio de Ações.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco de Simulação Histórica calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

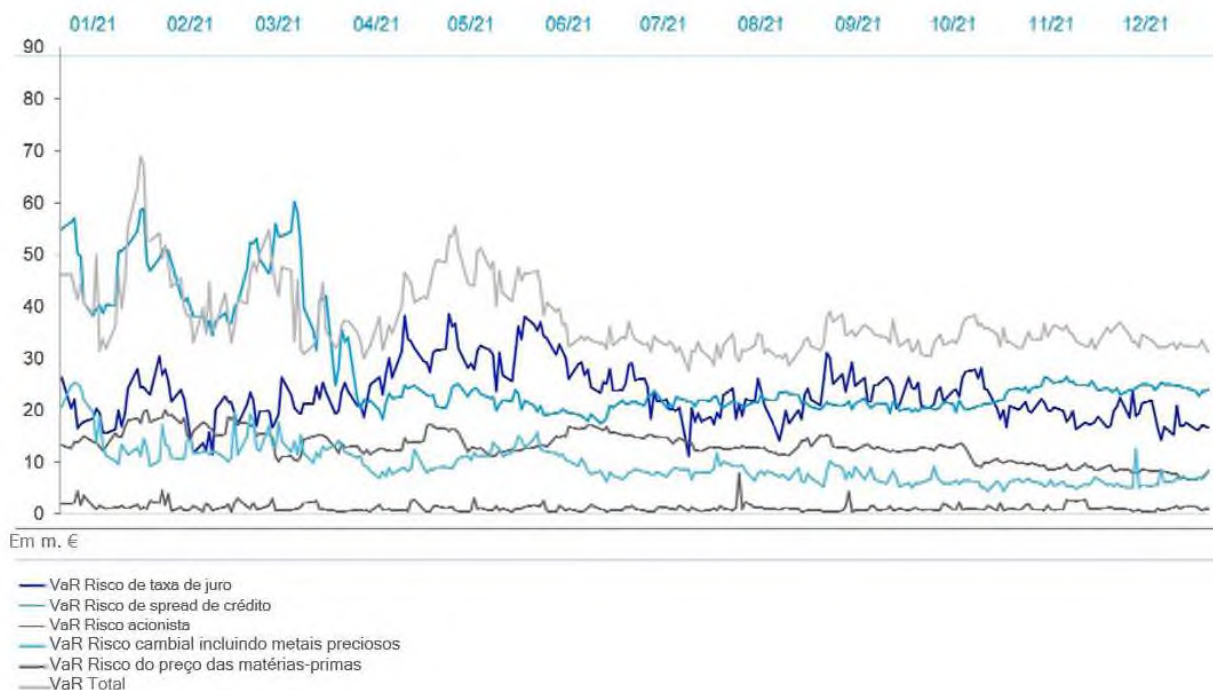
Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco¹

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ²		Risco de preço das matérias-primas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Médio	37,5	58,9	(37,2)	(44,0)	23,1	17,9	27,9	53,6	13,0	15,5	9,5	13,3	1,1	2,7
Máximo	69,0	133,3	(21,0)	(10,2)	38,5	36,3	60,3	117,1	20,1	30,8	25,2	32,3	7,9	8,8
Mínimo	27,7	25,6	(76,9)	(84,4)	11,3	8,1	17,5	17,9	6,8	5,3	4,4	4,5	0,3	0,4
Final do período	31,1	48,1	(27,0)	(72,2)	16,6	27,1	24,1	55,4	8,3	13,5	8,1	22,5	1,0	1,8

¹ Valores para 2021 em 31 de dezembro de 2021. Valores para 2020 em 31 de dezembro de 2020.

² Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Evolução do valor em risco de simulação histórica por tipos de risco em 2021



O valor médio em risco em 2021 foi de 37,5 milhões de euros, que diminuiu 21 milhões de euros (-36%) em comparação com a média para 2020, devido a diminuições em classes de risco de impactos de volatilidade do mercado relacionados com a COVID-19 que foram retiradas da janela de valor em risco.

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos Requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2,3}

em milhões de euros	Total		Negociação de crédito		Core Rates		Mercados emergentes		Outros ⁴	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Médio	436,6	591,4	118,1	100,2	211,4	347,4	188,3	242,6	(81,2)	(98,7)
Máximo	604,1	688,8	154,6	147,4	574,5	631,6	267,9	324,9	59,1	(70,0)
Mínimo	292,5	537,3	62,5	50,0	60,1	263,1	84,4	62,8	(224,9)	(147,6)
Final do período	292,5	560,4	85,4	124,8	78,0	283,6	133,1	250,4	(4,0)	(98,5)

¹ Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, respetivamente.

² As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2021, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.

³ Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

⁴ Outros incluem a Capital Release Unit.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2021 eram de 293 milhões de euros, um decréscimo de 268 milhões de euros (-48 %) face ao exercício de 2020. A média dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2021 era de 437 milhões de euros e, por conseguinte, mais 155 milhões de euros (-26%) comparativamente à média para o período findo a 31 de dezembro de 2020. A diminuição dos requisitos de capital para 2021 para riscos adicionais foi impulsionada pela redução das exposições a obrigações soberanas europeias em comparação com 2020.

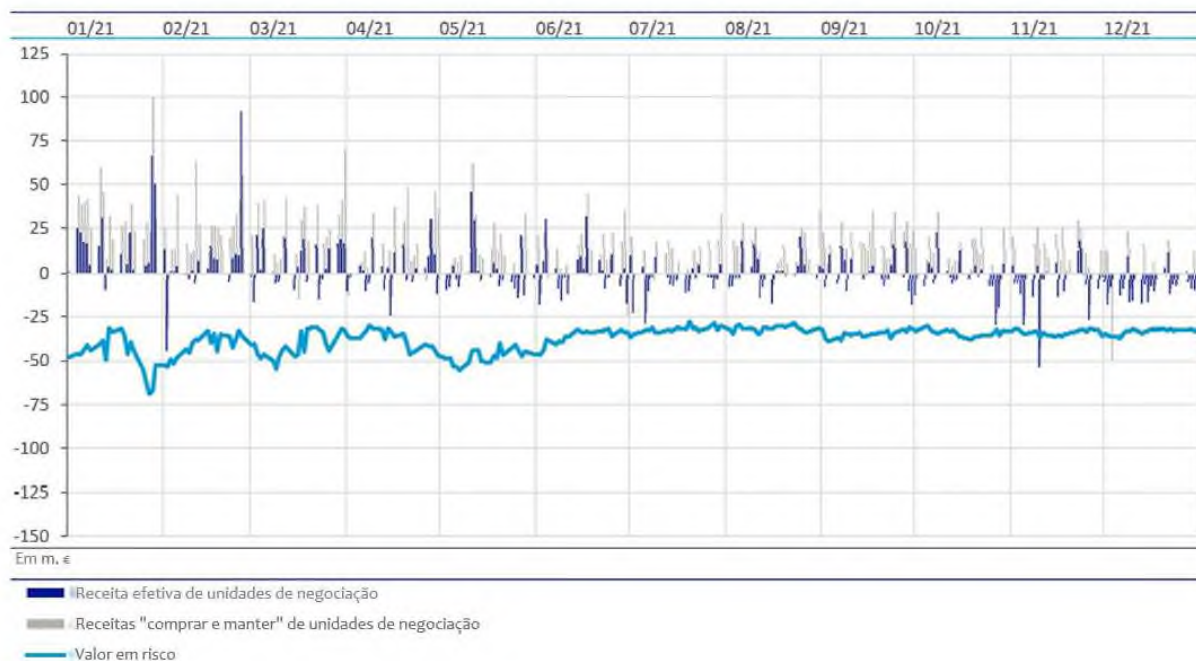
Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2021, registámos um valor discrepante global através do modelo de Simulação Histórica, nos quais a nossa perda de tipo "comprar e manter" excedeu o valor em risco das nossas carteiras de negociação, em comparação com sete valores discrepantes em 2020. O valor discrepante foi impulsionado pelo esforço significativo de mercado sofrido nas exposições imobiliárias na China. Além disso, durante o ano de 2021, houve dois valores discrepantes de testes reais, que comparam o VaR à receita total menos taxas e comissões. Um dos valores discrepantes de testes reais foi causado pelo esforço do mercado relativamente às exposições imobiliárias na China, enquanto o segundo valor discrepante se deveu a perdas no Investment Bank devido a um risco de evento fora do âmbito do valor em risco.

Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado. O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 48% dos dias de negociação em 2021 (versus 60% em 2020), apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2021.

Os requisitos de capital para o modelo de valor em risco, para o qual os resultados dos testes a posteriori são apresentados aqui, correspondem a 5,6% do total dos requisitos de capital para o Grupo.

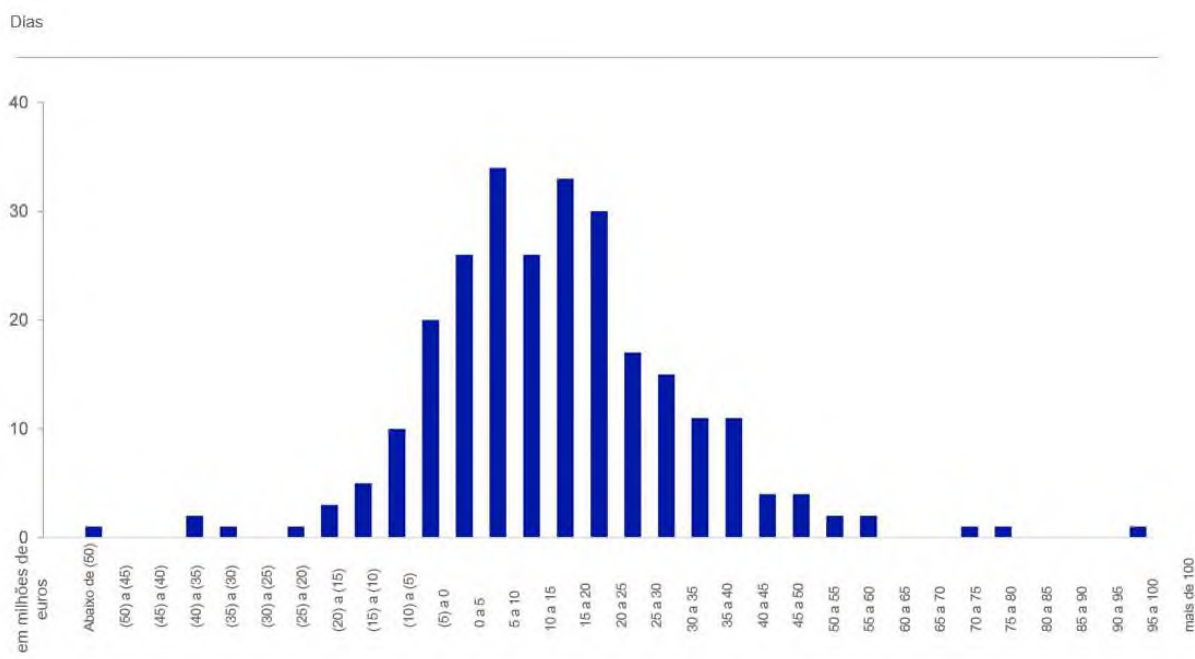
MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo “comprar e manter”, reservas, carry e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2021



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 84% dos dias de negociação em 2021, em comparação com 90% em 2020.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

Utilização de capital económico por tipo de risco.

em milhões de euros	Utilização de capital económico	
	31 dez 2021	31 dez 2020
Risco de taxa de juro	1.853	4.062
Risco de spread de crédito	21	92
Risco de capital e de investimento	1.031	1.885
Risco cambial	1.509	1.682
Risco de pensões	1.128	934
Risco de fundos garantidos	85	41
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	5.628	8.696

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava 5,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, 3,1 mil milhões de euros inferior à nossa utilização de capital económico no final do exercício de 2020.

- Risco de taxa de juro. O encargo do capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2021 foi de 1853 milhões de euros, face a 4062 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020. A diminuição da contribuição de capital económico foi principalmente impulsionada pelo aumento da vantagem de diversificação com outros tipos de risco, na sequência de alterações na metodologia de agregação de risco, bem como pela diminuição do nível de exposição ao risco de taxa de juro nos nossos títulos de reserva estratégica de liquidez.
- Risco de spread de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco de spread de crédito. A utilização de capital económico era de 21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, face aos 92 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.
- Risco de capital e de investimento. O encargo do capital económico para o risco de capital das nossas participações de investimento não consolidadas, tais como os nossos investimentos estratégicos e ativos alternativos, e de uma posição curta estrutural na cotação das nossas ações resultante dos nossos planos de remuneração em capital. A utilização de capital económico era de 1031 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, face aos 1885 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. A diminuição da contribuição de capital económico foi predominantemente motivada por alterações na metodologia de cálculo da carteira de investimentos em participações.
- Risco cambial. O risco cambial surge predominantemente da nossa posição estrutural assumida para imunizar a sensibilidade do nosso rácio de capital contra alterações nas taxas de câmbio. A nossa utilização de capital económico era de 1509 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, face aos 1682 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. O decréscimo foi impulsionado por alterações na metodologia de cálculo.
- Risco de pensões. Este risco decorre das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de spread de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 1128 milhões de euros e de 934 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, respetivamente. O aumento da utilização de capital económico foi principalmente impulsionado por uma alteração na posição de risco da taxa de juro.
- Risco de fundos garantidos. A utilização de capital económico era de 85 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, face aos 41 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto na margem financeira do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA):

Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária por cenário da EBA

em mil milhões de euros	Delta de EVE		Delta NII ¹	
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
Curva paralela ascendente	(3,5)	(5,2)	1,4	2,3
Curva paralela descendente	0,1	0,5	(0,9)	(1,1)
Critério para acentuação da curva	(0,0)	(0,6)	(0,7)	(0,9)
Critério para nivelamento da curva	(1,3)	(0,6)	1,1	2,1
Curva da taxa de curto prazo ascendente	(1,7)	(1,7)	1,7	2,7
Curva da taxa de curto prazo descendente	0,4	0,4	(0,9)	(1,1)
Máximo	(3,5)	(5,2)	(0,9)	(1,1)

em mil milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Capital Tier 1	55,4	51,7

¹ O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark to Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) foi de (3,5) mil milhões de euros em dezembro de 2021, em comparação com (5,2) mil milhões de euros em dezembro de 2020. Em dezembro de 2021, a perda máxima do EVE representa 6,3% do capital Tier 1.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) devido a uma mudança paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos em todas as moedas, conforme definido pelo BaFin, foi de (3,4) mil milhões de euros em dezembro de 2021, representando 5,4% do Capital Total.

A diminuição da perda máxima de valor económico de capital para o cenário de taxas de juro de "curva paralela ascendente" foi parcialmente impulsionada por melhorias na nossa medição do risco. Em particular, alargámos os nossos pressupostos de modelação para os depósitos sem prazo de vencimento e o TLTRO para nos alinharmos melhor com o comportamento esperado num ambiente de taxas de juro negativas. Estas alterações são regidas pelas funções de risco e validação de modelos do Deutsche Bank e permitem uma melhor reflexão e gestão do risco.

Além disso, as alterações nas posições de risco no fundo de pensões do Deutsche Bank, bem como na "reserva de liquidez estratégica", reduzem a perda máxima do valor económico do capital (EVE) para esse cenário. Esses riscos fazem parte do quadro do IRRBB, mas são geridos através de estratégias de gestão de risco separadas e definidas.

A perda máxima de um ano na margem financeira (NII) era de (0,9) mil milhões de euros em dezembro de 2021, em comparação com (1,1) mil milhões de euros em dezembro de 2020.

A perda máxima para os 12 meses de sensibilidade da margem financeira para o cenário de descida da taxa de juro foi reduzida em cerca de 0,2 mil milhões de euros.

O Deutsche Bank gere a sensibilidade NII com o objetivo de estabilizar e aumentar os ganhos. As medidas adicionais implementadas em 2021 pelas divisões redefinir os preços da nossa base de depósitos, bem como as estratégias de gestão ativa do risco, ajudaram a aumentar os ganhos e a reduzir o risco NII, permitindo ao mesmo tempo manter o potencial de subida.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31 dez 2021	
	Curva paralela ascendente	Curva paralela descendente
EUR	(2,4)	(0,2)
USD	(1,0)	0,4
Outros	(0,1)	(0,1)
Total	(3,5)	0,1

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

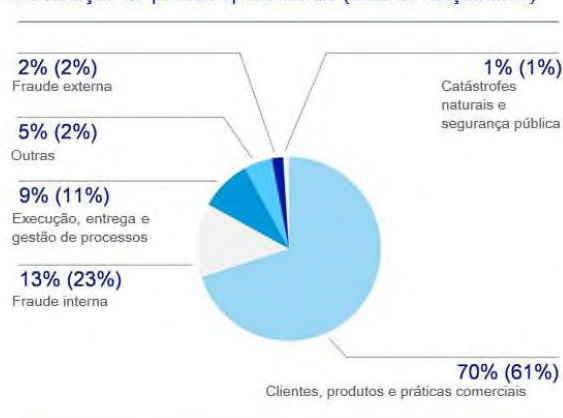
em milhões de euros	2021	2020 ¹
Cientes, produtos e práticas comerciais	402	232
Fraude interna	72	44
Execução, entrega e gestão de processos	52	55
Outras	28	8
Fraude externa	12	16
Catástrofes naturais e segurança pública	7	47
Grupo	573	401

¹ Números de 2020 relativos à perda, revistos em relação à apresentação do ano anterior devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

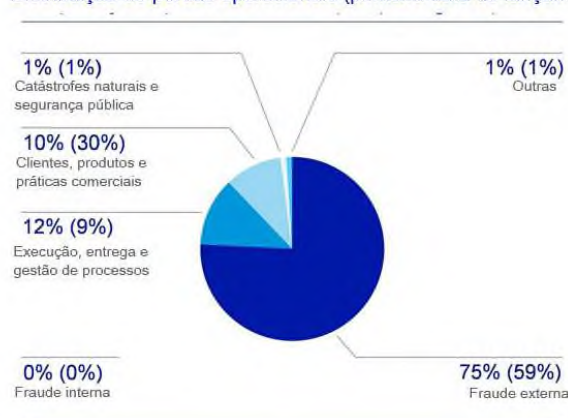
Em 31 de dezembro de 2021, as perdas operacionais aumentaram 172 milhões de euros (43%) em termos homólogos, impulsionadas predominantemente por aumentos em "Clientes, produtos e práticas comerciais". Embora os principais contribuidores tenham sido as provisões decorrentes de processos civis e execução regulamentar, um fator-chave decorre das decisões judiciais em relação à aplicabilidade de termos específicos em contratos-tipo para clientes, o que também tem um impacto mais amplo na indústria. As perdas relacionadas com "Fraude Interna" também aumentaram em 28 milhões de euros (64%) em termos homólogos. As despesas relacionadas com a COVID-19 não se repetiram em 2021, o que explica a diminuição das despesas com "Catástrofes naturais e segurança pública". As perdas nos restantes tipos de eventos mantiveram-se estáveis em termos homólogos.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2021 (2016-2020)¹

Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)



Distribuição de perdas operacionais (primeira data de lançamento)



¹ As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2016-2020. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

A tabela "Distribuição de Perdas Operacionais" (acima à esquerda) resume a proporção de lançamentos de perdas de risco operacional por tipo de evento utilizando o valor dos resultados em 2021, face à média do período comparativo de cinco anos de 2016 a 2020 (entre parênteses). O tipo de evento "Clientes, produtos e práticas comerciais" domina as perdas operacionais com uma quota de 70%, sendo composto principalmente por saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução (conforme referido acima).

A tabela "Frequência de perdas operacionais" (acima à direita) resume a proporção de eventos de risco operacional por tipo de evento (com base numa contagem de eventos em que as perdas foram reconhecidas pela primeira vez em 2021), face à média do período comparativo de cinco anos de 2016 a 2020 (entre parênteses). A maior frequência de tipo de evento, "Fraude externa", representou 75% de todos os eventos de perda observados. Embora este tipo de evento tenha contribuído significativamente para a distribuição da frequência das perdas em 2021, contribuiu de forma negligenciável para o valor financeiro dos eventos de perda total em 2021.

Embora procuremos garantir a captação abrangente dos eventos de perda de risco operacional com um impacto na demonstração de resultados de 10.000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Em 2021, a pandemia da COVID-19 permaneceu em foco e os mercados continuaram a reagir com sensibilidade às notícias relacionadas com a pandemia. Apesar desta incerteza macroeconómica, o Banco continuou a contração idiossincrática e executou com sucesso o Plano de Emissão de 2021 de 15 a 20 mil milhões de euros, incluindo a emissão de dívida com um prazo de maturidade original superior a um ano.

Olhando para o desempenho de crédito do Banco, as obrigações de numerário não preferenciais sénior superaram significativamente as suas homólogas ao longo de 2021. Apoiado por atualizações de notação da Moody's, da Fitch e da S&P, o crédito do Banco recuperou e reduziu continuamente o delta face aos nossos pares europeus. No final do ano, o delta de SNP para os pares é negociado de forma mais restrita do que em qualquer outra altura em 2021.

O Grupo concluiu 2021 tendo angariado 19,7 mil milhões de euros em financiamento a prazo. Este financiamento foi amplamente repartido entre as fontes de financiamento da seguinte forma: Emissão AT1 (2,5 mil milhões de euros), emissão Tier 2 (1,1 mil milhões de euros), emissão "plain-vanilla" não preferencial sénior (9,6 mil milhões de euros), emissão "plain vanilla" preferencial sénior (4,0 mil milhões de euros) e outras emissões estruturadas preferenciais sénior (2,5 mil milhões de euros). O total (19,7 mil milhões de euros) está dividido em EUR (6,8 mil milhões de euros), USD (11,3 mil milhões de euros), GBP (0,7 mil milhões de euros) e outras divisas agregadas (0,9 mil milhões de euros).

A base de investidores do Grupo para emissões em 2021 foi composta por gestores de ativos e fundos de pensões (60%), clientes de retalho (5%), bancos (7%), governos e agências (0%), companhias de seguros (6%) e outros investidores institucionais (21%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (12%), resto da Europa (33%), EUA (36%), Ásia e Pacífico (16%) e Outros (3%). O spread médio da emissão a 3 meses das Taxas Euribor/Libor/Sem Risco foi de 161 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 5,7 anos. Apesar de uma maior atividade de emissão no quarto trimestre, as emissões totais foram mais elevadas no primeiro semestre do ano do que no segundo. O Grupo emitiu os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 7,0 mil milhões de euros, T2: 5,0 mil milhões de euros, T3: 1,3 mil milhões de euros e T4: 6,3 mil milhões de euros, respetivamente.

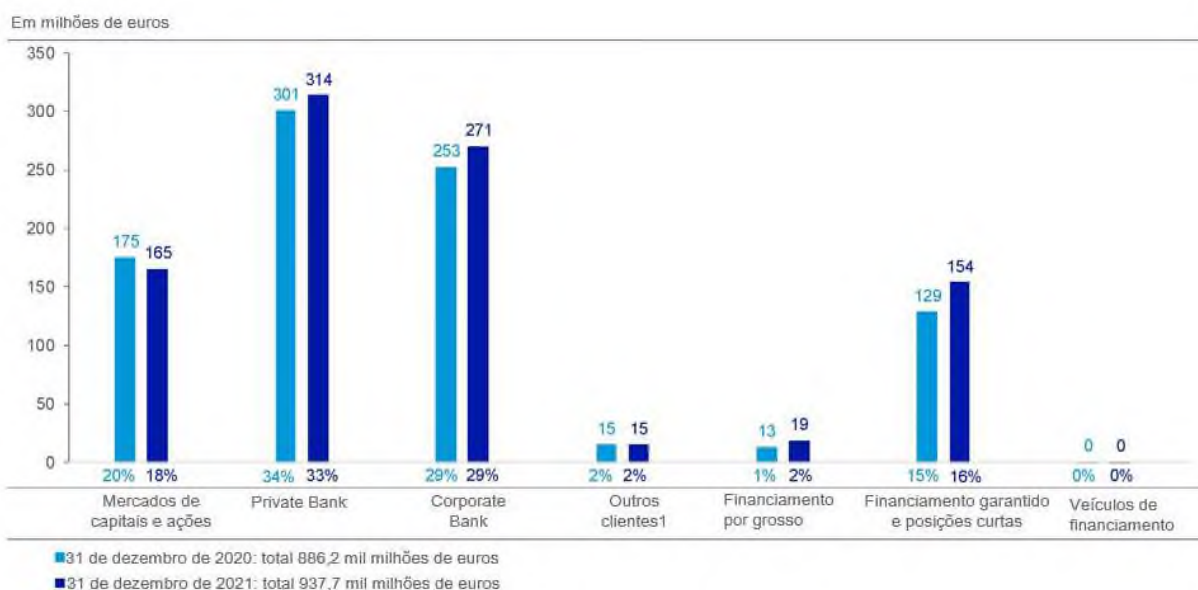
Em 2022, o nosso plano de emissão é de 15 a 20 mil milhões de euros e inclui instrumentos de capital, obrigações não preferenciais e preferenciais sénior e obrigações cobertas. Também planeamos angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderemos celebrar swaps cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 12 mil milhões de euros em 2022.

Diversificação de financiamento

Em 2021, o valor total de financiamento externo aumentou 51,5 mil milhões de euros, de 886,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 para 937,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O aumento foi sobretudo impulsionado pelos fluxos no Corporate Bank, onde os depósitos aumentaram 17,8 mil milhões de euros. Os depósitos mais estáveis do DB no Private Bank aumentaram 12,7 mil milhões de euros, predominantemente no International Private Bank. Além disso, o financiamento garantido e as vendas a descoberto aumentaram 25,0 mil milhões de euros devido ao aumento da procura dos clientes e às oportunidades de mercado, bem como à participação do DB no programa TLTRO III do BCE. Além disso, os fluxos de depósitos direcionados de 5,9 mil milhões de euros levaram a um maior financiamento por grosso não garantido. O decréscimo de 9,9 mil milhões de euros do mercado de capitais e das ações em circulação refere-se a uma menor dívida de longo prazo, principalmente devido a maturidades que excedem as novas emissões, parcialmente compensadas por emissões superiores de ações e AT1 adicional.

Com a divulgação do rácio de financiamento estável líquido (NSFR) regulamentar, o DB suspendeu a divulgação do rácio de financiamento mais estável (MSFR) interno.

Composição das fontes de financiamento externas



¹ Outros Clientes incluem depósitos fiduciários, notas de X-markets e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida). Referência: Reconciliação para o balanço total de 1324,0 mil milhões de euros (1325,3 mil milhões de euros): Derivados e saldos de liquidação de 306,8 mil milhões de euros (348,2 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 49,0 mil milhões de euros (63,4 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 30,5 mil milhões de euros (27,4 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais¹

31 dez 2021

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	1.556	572	447	490	3.065	63	52	3.180
Depósitos de outros clientes grossistas	4.577	3.944	1.178	2.276	11.975	617	957	13.549
CD e PC	242	288	1.009	1.014	2.553	0	0	2.553
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	1.375	2.932	1.836	2.590	8.733	6.259	37.858	52.850
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	3	39	38	9	89	3.394	2.520	6.003
Estruturados sénior	105	487	546	1.471	2.610	2.325	10.162	15.096
Obrigações/ABS cobertos	110	151	723	361	1.345	1.509	11.356	14.210
Passivos subordinados	0	0	2.016	280	2.296	1.336	13.949	17.581
Outros	213	0	0	0	213	0	0	213
Total	8.180	8.413	7.794	8.491	32.878	15.503	76.854	125.234
Dos quais:								
Garantidos	110	151	723	361	1.345	1.509	11.356	14.210
Sem garantia	8.070	8.262	7.070	8.130	31.533	13.994	65.497	111.024

¹ Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas. Volume de financiamento garantido reportado após a eliminação da dívida própria.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 31 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 241 mil milhões de euros.

31 dez 2020

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	964	1.063	779	547	3.354	162	78	3.594
Depósitos de outros clientes grossistas	1.626	1.326	407	986	4.344	409	1.162	5.914
CD e PC	693	466	887	753	2.800	0	21	2.821
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	3.689	3.970	2.349	8.291	18.298	8.235	34.106	60.639
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	15	0	5	1.698	1.718	85	1.955	3.759
Estruturados sénior	544	416	917	1.465	3.343	2.310	12.021	17.674
Obrigações/ABS cobertos	70	1.179	786	1.966	4.001	1.337	17.303	22.641
Passivos subordinados	0	0	538	531	1.069	1.765	11.437	14.271
Outros	137	0	0	0	137	0	695	832
Total	7.738	8.420	6.668	16.237	39.063	14.303	78.779	132.145
Dos quais:								
Garantidos	70	1.179	786	1.966	4.001	1.337	17.303	22.641
Sem garantia	7.668	7.241	5.882	14.271	35.063	12.966	61.476	109.505

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31 dez 2021					31 dez 2020				
	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	986	797	414	984	3.180	963	2.222	149	261	3.594
Depósitos de outros clientes grossistas	3.346	7.946	201	2.055	13.549	4.474	989	90	361	5.914
CD e PC	1.370	837	0	345	2.553	1.082	715	365	658	2.821
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	25.583	21.244	2.297	3.726	52.850	29.700	25.122	1.833	3.984	60.639
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	1.989	3.838	0	176	6.003	1.894	1.635	0	230	3.759
Estruturados sénior	6.720	6.395	12	1.970	15.096	7.725	7.972	14	1.963	17.674
Obrigações cobertas/ABS	14.210	0	0	0	14.210	22.641	0	0	0	22.641
Passivos subordinados	8.396	8.216	774	195	17.581	4.693	3.577	0	6.001	14.271
Outros	213	0	0	0	213	832	0	0	0	832
Total	62.813	49.272	3.698	9.451	125.234	74.004	42.232	2.451	13.458	132.145
Dos quais:										
Garantidos	14.210	0	0	0	14.210	22.641	0	0	0	22.641
Sem garantia	48.603	49.272	3.698	9.451	111.024	51.363	42.232	2.451	13.458	109.505

Reservas de liquidez

Composição das nossas reservas de liquidez por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	181	181	155	155
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	144	144	130	130
Subsidiárias	37	37	25	25
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	40	40	62	62
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	20	20	42	41
Subsidiárias	20	20	20	20
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais				
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	20	18	26	24
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	15	13	21	19
Subsidiárias	5	5	5	5
Total de reservas de liquidez	241	239	243	241
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	179	177	192	191
Subsidiárias	62	62	51	50

Em 31 de dezembro de 2021, as nossas reservas de liquidez totalizavam 241 mil milhões de euros, por oposição a 243 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. A diminuição de 2 mil milhões de euros incluía aproximadamente um aumento de 26 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes, compensado por uma diminuição de 22 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez e um aumento de 6 mil milhões de euros noutros títulos desonerados. O desenvolvimento foi motivado principalmente por uma maior atividade de crédito e, parcialmente, por emissões vencidas no mercado de capitais compensadas por uma participação adicional no TLTRO do BCE e por depósitos mais elevados. A média do trimestre das nossas reservas de liquidez para este exercício foi de 247 mil milhões de euros, por oposição a 233 mil milhões de euros durante 2020. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

Rácio de cobertura de liquidez

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2021 mantém-se em 133,1% face a 144,8% em 31 de dezembro de 2020.

O nosso LCR médio ponderada a doze meses continua a ser de 142%. Este foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

Componentes do LCR

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021	31 dez 2020
	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	12	12
Ativos líquidos de alta qualidade	220	207
Total de saídas de caixa líquidas	155	146
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	142%	142%

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respetiva apetência pelo risco no final do exercício de 2021 e 2020.

Testes de esforço e análise de cenários

No final de 2021, a nossa posição de liquidez líquida em situação de esforço era de 48 mil milhões de euros em comparação com os 43 mil milhões de euros no final de 2020. O motor predominante do aumento foi uma alteração na apresentação do excesso de liquidez disponível mantido em sucursais e subsidiárias dentro do Grupo onde existem restrições de transferência

limitada de liquidez. Anteriormente, os saldos em excesso não eram apresentados na métrica sNLP do Grupo, mas estão agora a ser refletidos. O impacto desta alteração de apresentação foi de 16 mil milhões de euros e foi parcialmente compensada por alterações de metodologia e atividades empresariais. Sem a alteração de apresentação, o SNLP no final de 2021 teria sido de 32 mil milhões de euros.

Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	100	220	119	82	189	107
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	78	220	141	17	145	128
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	152	240	88	157	216	59
Combinado ³	195	243	48	177	220	43

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

em mil milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Combinado ³	91	112	21	86	104	18

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

em mil milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Combinado ³	78	88	10	60	64	4

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

em mil milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
Combinado ³	4	8	4	4	10	6

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivativos contratuais	205	294	354	439
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	0	0

Rácio de financiamento estável líquido

O NSFR requer que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

O Regulamento de Requisitos de Capital II ("CRR2"), o regulamento que define e implementa o NSFR para a UE, foi finalizado em junho de 2019 e está em vigor desde 28 de junho de 2021.

O NSFR em 31 de dezembro de 2021 calculado de acordo com o CRR2 é de 121%, ou 105 mil milhões de euros de excesso em relação ao mínimo regulamentar de 100%. Rácio de financiamento estável líquido

	31 dez 2021
	Total do valor ponderado ajustado
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	
Financiamento estável disponível (ASF)	602
Financiamento estável requerido (RSF)	498
Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) em %	121%

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico de patrimoniais e extrapatrimoniais pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte "Reservas de liquidez" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	131	66	65	0
Instrumentos de capital	6	1	5	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	199	14	186	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	8	0	0	8
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	10	0	10	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	300	0	0	300
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	78	0	0	78
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	1	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ²	6	0	4	1
Empréstimos	513	86	6	420
Outros ativos	73	45	0	29
Total	1.325	212	277	836

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	260	223	35	2
Títulos de dívida	254	219	35	0
Instrumentos de capital	4	4	0	0
Outras garantias recebidas	2	0	0	2

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	156	61	95	0
Instrumentos de capital	13	6	7	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	175	13	162	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	9	0	0	9
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	9	0	9	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	344	0	0	344
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	63	0	0	63
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	0	3	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ²	6	0	5	2
Empréstimos	459	83	3	373
Outros ativos	90	55	0	35
Total	1.326	218	282	825

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	237	199	36	2
Títulos de dívida	193	159	34	0
Instrumentos de capital	42	40	2	0
Outras garantias recebidas	2	0	0	2

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibam consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31 dez 2021

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central ¹	186.020	5.513	488	0	0	0	0	0	0	192.021
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ¹	6.153	641	191	120	119	114	0	0	4	7.342
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	178	1.979	2.042	569	992	144	831	1.633	0	8.368
Com bancos	168	1.375	740	303	277	8	629	1.611	0	5.111
Com clientes	10	604	1.302	266	715	136	202	23	0	3.257
Títulos obtidos por empréstimo	0	63	0	0	0	0	0	0	0	63
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	63	0	0	0	0	0	0	0	63
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	420.971	47.776	7.155	2.514	1.190	3.577	747	1.966	5.336	491.233
Ativos detidos para negociação	100.079	0	76	0	0	1.815	0	4	423	102.396
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	94.607	0	0	0	0	0	0	0	130	94.737
Ações e outros títulos de rendimento variável	4.801	0	76	0	0	1.815	0	4	293	6.989
Outros ativos detidos para negociação	671	0	0	0	0	0	0	0	0	671
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.732	0	0	0	0	0	0	0	0	299.732
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	21.155	47.776	7.079	2.514	1.142	1.762	663	1.962	4.912	88.965
Títulos comprados com acordos de revenda	6.373	44.027	5.850	1.934	895	202	56	594	0	59.931
Títulos obtidos por empréstimo	14.777	2.829	663	86	0	0	0	0	0	18.355
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	5	198	374	415	242	726	437	1.228	4.125	7.750
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	722	193	79	4	834	170	140	787	2.929
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	6	0	0	0	48	0	84	1	1	140
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	124	57	103	11	92	25	223	469	1.106
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	0	2.188	1.897	1.281	890	738	2.236	5.970	13.778	28.979
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.231	0	0	0	0	0	0	0	1.231
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	502	950	689	532	626	1.772	4.560	13.746	23.377
Empréstimos	0	455	947	593	358	112	464	1.410	32	4.370
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	16.962	39.291	27.993	23.939	11.882	12.449	29.518	89.735	219.550	471.319
A bancos	282	885	899	503	274	183	441	3.387	753	7.607
A clientes	16.680	38.406	27.095	23.436	11.609	12.265	29.077	86.348	218.796	463.712
Retalho	2.782	5.143	4.262	2.092	1.071	2.209	4.337	16.256	171.602	209.754
Grandes empresas e outros clientes	13.898	33.263	22.833	21.343	10.537	10.056	24.740	70.093	47.195	253.958
Outros ativos financeiros	65.378	7.742	1.223	1.206	1.322	3.306	4.879	3.968	8.022	97.046
Total de ativos financeiros	695.661	105.317	41.047	29.732	16.406	20.420	38.237	103.496	247.160	1.297.477
Outros ativos	8.445	1.258	1	2.118	31	2.576	130	1.372	10.585	26.516
Total do ativo	704.106	106.575	41.048	31.851	16.437	22.996	38.367	104.868	257.744	1.323.993

¹ As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 526 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia.

31 dez 2020

em milhões de euros	À vista (incl. notificação e um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	163.953	2.165	32	39	13	6	0	0	0	166.208
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.106	1.239	470	138	95	71	0	0	11	9.130
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	151	2.111	1.378	765	84	237	2.212	1.593	0	8.533
Com bancos	137	1.578	206	508	64	0	1.529	1.505	0	5.527
Com clientes	14	533	1.172	257	20	237	683	88	0	3.005
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	462.636	39.834	6.189	2.971	593	3.391	1.898	4.063	6.366	527.941
Ativos detidos para negociação	104.766	291	0	0	0	2.480	83	0	309	107.929
Títulos de rendimento fixo e empréstimos ¹	91.353	291	0	0	0	2.480	83	0	119	94.326
Ações e outros títulos de rendimento variável ¹	11.579	0	0	0	0	0	0	0	190	11.769
Outros ativos detidos para negociação	1.833	0	0	0	0	0	0	0	0	1.833
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	343.455	0	0	0	0	0	0	0	0	343.455
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	14.415	39.543	6.189	2.971	593	912	1.461	3.980	6.057	76.121
Títulos comprados com acordos de revenda	3.649	32.309	5.052	2.848	560	97	373	1.169	0	46.057
Títulos obtidos por empréstimo	10.532	5.752	721	0	0	0	4	0	0	17.009
Títulos de rendimento fixo e empréstimos ¹	198	1.188	399	117	6	278	997	2.691	5.678	11.553
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados ¹	36	294	16	6	27	536	88	121	378	1.503
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	353	83	1	437
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	528	622	350	131	71	215	258	1.129	3.303
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5	3.013	3.182	3.059	3.304	1.831	8.436	11.271	21.735	55.834
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.543	0	0	0	0	0	0	0	1.543
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.167	2.621	2.684	2.963	1.653	7.633	9.252	21.683	49.656
Empréstimos	5	303	561	374	341	179	803	2.019	52	4.635
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	13.792	41.904	19.375	15.763	9.482	11.575	28.140	75.957	211.005	426.995
A bancos	270	693	744	577	235	384	258	1.602	751	5.514
A clientes	13.522	41.210	18.632	15.186	9.247	11.191	27.882	74.355	210.255	421.480
Retalho	2.288	8.222	3.226	1.817	1.100	1.262	4.955	16.034	164.343	203.246
Grandes empresas e outros clientes	11.234	32.988	15.406	13.369	8.148	9.929	22.927	58.321	45.912	218.234
Outros ativos financeiros	73.415	7.766	1.362	1.112	430	2.207	2.073	6.867	1.560	96.791
Total de ativos financeiros	721.057	98.560	32.611	24.197	14.133	19.390	42.975	100.008	241.806	1.294.736
Outros ativos	13.892	1.599	1	1.672	9	1.983	211	1.406	9.749	30.523
Total do ativo	734.950	100.159	32.612	25.869	14.142	21.373	43.186	101.414	251.555	1.325.259

¹ Os números foram reajustados refletindo uma reclassificação de determinados certificados de investimento de "títulos e empréstimos de rendimento fixo" para "ações e outros títulos de rendimento variável" como parte de ativos de negociação, e de "títulos e empréstimos de rendimento fixo" para "outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados" como parte de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados, no montante de 2,5 mil milhões de euros e 1,2 mil milhões de euros, respetivamente.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contábilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2021

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	393.371	23.033	95.474	49.687	10.775	9.937	4.726	7.095	9.652	603.750
A pagar a bancos	42.195	2.312	8.091	9.328	5.619	1.637	2.374	5.105	7.652	84.315
A pagar a clientes	351.176	20.721	87.383	40.359	5.156	8.299	2.352	1.989	1.999	519.435
Retalho	158.038	3.040	59.964	28.293	889	745	416	495	127	252.006
Grandes empresas e outros clientes	193.138	17.681	27.419	12.066	4.267	7.555	1.936	1.494	1.873	267.429
Passivos detidos para negociação	341.827	0	0	0	0	0	0	0	0	341.827
Títulos para negociação	54.235	0	0	0	0	0	0	0	0	54.235
Outros passivos detidos para negociação	483	0	0	0	0	0	0	0	0	483
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	287.108	0	0	0	0	0	0	0	0	287.108
Passivos financeiros designados ao justo valor										
através de resultados	12.038	22.809	4.219	648	13.987	2.114	376	1.497	780	58.468
Títulos vendidos com acordos de recompra	10.802	22.069	4.077	548	13.855	1.950	1	3	58	53.364
Dívida a longo prazo	1.008	0	35	36	87	59	368	1.439	667	3.699
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	228	740	106	64	44	105	7	54	56	1.404
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	562	0	0	0	562
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	317	362	187	188	48	34	252	79	1.467
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	226	2	30	39	1	0	440	2	8	747
A pagar a bancos	218	1	28	37	1	0	440	0	3	727
A pagar a clientes	8	2	2	2	0	0	0	2	5	21
Títulos cedidos por empréstimo	24	0	0	0	0	0	0	0	0	24
A pagar a bancos	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
A pagar a clientes	18	0	0	0	0	0	0	0	0	18
Outros empréstimos a curto prazo	2.676	639	114	536	2	67	0	0	0	4.034
Dívida a longo prazo	0	1.838	31.616	10.889	1.452	3.637	17.832	48.166	29.054	144.485
Títulos de dívida – sénior	0	1.772	3.287	2.934	1.344	2.849	12.901	34.760	21.780	81.629
Títulos de dívida subordinados	0	0	14	0	0	0	1.231	4.879	2.479	8.603
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	66	28.315	7.955	93	788	3.597	8.397	4.749	53.960
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	0	15	0	103	130	46	293
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	264	0	264	0	0	0	528
Outros passivos financeiros	78.320	1.358	1.988	329	171	284	762	1.235	1.828	86.274
Total de passivos financeiros	828.483	49.996	133.803	62.580	26.576	16.912	24.169	58.245	41.401	1.242.165
Outros passivos	13.797	0	0	0	0	0	0	0	0	13.797
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	68.030	68.030
Total do passivo e do capital próprio	842.280	49.996	133.803	62.580	26.576	16.912	24.169	58.245	109.432	1.323.993
Compromissos assumidos fora do balanço	42.737	11.379	13.969	15.500	8.712	24.010	32.770	99.808	37.641	286.525
Bancos	1.243	1.538	2.018	1.765	1.502	2.555	2.180	3.167	4.592	20.560
Retalho	16.057	783	683	163	165	2.058	257	822	10.258	31.244
Grandes empresas e outros clientes	25.437	9.058	11.267	13.573	7.045	19.397	30.334	95.819	22.790	234.720

31 dez 2020

em milhões de euros	À vista (incl. Notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	375.436	20.323	85.104	47.290	10.005	6.510	5.362	8.053	9.948	568.031
A pagar a bancos	34.818	1.364	7.860	7.969	5.353	1.354	2.961	5.853	7.901	75.432
A pagar a clientes	340.618	18.959	77.244	39.322	4.653	5.156	2.401	2.199	2.047	492.599
Retalho	151.438	3.660	57.516	28.093	992	714	605	490	150	243.656
Grandes empresas e outros clientes	189.180	15.300	19.728	11.229	3.661	4.442	1.796	1.709	1.898	248.943
Passivos detidos para negociação	372.090	0	0	0	0	0	0	0	0	372.090
Títulos para negociação	43.882	0	0	0	0	0	0	0	0	43.882
Outros passivos detidos para negociação	434	0	0	0	0	0	0	0	0	434
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	327.775	0	0	0	0	0	0	0	0	327.775
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	12.658	18.594	9.961	2.101	86	26	347	1.494	1.316	46.582
Títulos vendidos com acordos de recompra	11.258	18.511	9.780	2.065	0	1	11	10	0	41.636
Dívida a longo prazo	84	36	164	34	24	25	317	1.450	1.240	3.374
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	1.316	47	17	1	62	0	18	34	77	1.572
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	526	0	0	0	526
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	108	245	46	11	9	65	254	541	1.279
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	1.815	14	1	0	0	0	9	485	1	2.325
A pagar a bancos	1.814	13	0	0	0	0	9	409	0	2.246
A pagar a clientes	1	0	1	0	0	0	0	76	1	79
Títulos cedidos por empréstimo	1.697	0	0	0	0	0	0	0	0	1.698
A pagar a bancos	426	0	0	0	0	0	0	0	0	427
A pagar a clientes	1.271	0	0	0	0	0	0	0	0	1.271
Outros empréstimos a curto prazo	1.385	282	366	647	400	474	0	0	0	3.553
Dívida a longo prazo	0	4.307	5.579	13.873	25.273	10.595	13.751	47.489	28.297	149.163
Títulos de dívida – sénior	0	4.143	5.229	3.643	5.093	7.356	12.462	35.199	20.266	93.391
Títulos de dívida subordinados	0	0	14	4	0	0	0	3.948	3.386	7.352
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	164	335	10.202	20.180	3.239	1.274	8.156	4.552	48.103
Outras dívidas a longo prazo –subordinadas	0	0	0	24	0	0	15	185	93	316
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	524	269	528	0	0	0	1.321
Outros passivos financeiros	86.658	942	1.735	272	188	230	875	1.211	1.784	93.894
Total de passivos financeiros	851.738	44.569	102.991	64.753	36.232	18.898	20.410	58.985	41.888	1.240.463
Outros passivos	22.599	0	0	0	0	0	0	0	0	22.599
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	62.196	62.196
Total do passivo e do capital próprio	874.337	44.569	102.991	64.753	36.232	18.898	20.410	58.985	104.084	1.325.259
Compromissos assumidos fora do balanço	41.744	8.996	11.000	18.109	8.285	21.379	36.149	84.924	33.269	263.854
Bancos	576	1.356	1.268	2.137	1.453	1.532	2.008	2.401	2.704	15.437
Retalho	16.654	802	950	333	225	1.529	349	468	10.262	31.570
Grandes empresas e outros clientes	24.514	6.838	8.783	15.639	6.607	18.318	33.792	82.054	20.303	216.847

Sustentabilidade

Como uma instituição de financiamento global, temos um papel importante a desempenhar para apoiar a transformação para um mundo que seja ambientalmente saudável, socialmente inclusivo e melhor governado. Consequentemente, a sustentabilidade é uma componente central da nossa estratégia "Competir para vencer". Em 2021, fizemos progressos na implementação da nossa estratégia de sustentabilidade, concentrando-nos em quatro dimensões: Financiamento sustentável, Políticas e compromissos, Pessoas e operações, bem como Liderança pensada e envolvimento das partes interessadas. Um dos principais motores para este progresso é a governação do banco para gerir, medir e controlar as suas atividades de sustentabilidade. Esta governação inclui o Comité de Sustentabilidade e o Conselho de Sustentabilidade do Grupo, dois fóruns inteiramente dedicados à sustentabilidade. A equipa central de sustentabilidade do banco, Group Sustainability, impulsiona a implementação da nossa estratégia de sustentabilidade. Para estarmos à altura da importância da sustentabilidade, começámos a aumentar a equipa em 2021. Além disso, os especialistas de ASG estão a crescer em número nas nossas empresas. Estes peritos colaboram para além das fronteiras organizacionais em fluxos de trabalho que abrangem uma vasta gama de tópicos, desde a estratégia empresarial e gestão de risco até à nossa abordagem aos dados ASG. Todos estes fluxos de trabalho têm objetivos mensuráveis e planos de implementação detalhados. O seu progresso é relatado regularmente ao Comité de Sustentabilidade do Grupo. O grau de cumprimento dos objetivos ASG está entre os critérios utilizados para calcular a remuneração baseada no desempenho dos nossos executivos de topo. Foram acrescentadas novas metas ASG em 2021, incluindo o montante de financiamento e investimentos sustentáveis, uma redução no consumo de eletricidade dos nossos edifícios e uma classificação de sustentabilidade composta que consiste na pontuação atribuída ao banco pelas seguintes agências de notação: CDP, ISS ESG, MSCI ESG Ratings, S&P Global e Sustainalytics.

Financiamento sustentável

Em maio de 2020, anunciámos a nossa meta de 200 mil milhões de euros em financiamento e investimento sustentáveis até 2025. Os ativos ASG geridos pela nossa Asset Management não estão incluídos neste número. Dados os progressos que temos vindo a fazer, decidimos primeiro antecipar esta meta em dois anos, até ao final de 2023, e agora esperamos alcançá-la até ao final do ano de 2022. Para apoiar a tomada de decisões daqueles que realizam operações e efetuam validações no âmbito do quadro de financiamento sustentável do banco, estabelecemos em 2021 um Fórum de Definição Financeira Sustentável e Governação de Produtos. O fórum recomenda as definições do quadro de financiamento sustentável e a classificação de produtos e faz parte da nossa governação global da sustentabilidade. Os destaques de financiamento sustentável incluíram:

- Terminar 2021 como o quinto organizador mais proeminente de dívida ASG (Dealogic, por taxas), uma subida face à oitava posição em 2020. As operações em destaque incluíram uma obrigação verde de 10 mil milhões de libras esterlinas para o Reino Unido e a primeira obrigação verde de 12 mil milhões de euros para a União Europeia. Para ambas as operações, o Deutsche Bank agiu como *joint bookrunner*.
- Executar o nosso primeiro acordo de recompra verde, angariando 20 milhões de libras esterlinas e a nossa primeira operação de acordo de recompra associada indexada a ASG a nível mundial com o Akbank da Turquia. A operação de 300 milhões de dólares americanos foi a primeira vez que as metas ASG e de sustentabilidade foram associadas ao financiamento interbancário em formato de recompra na Europa Central e Oriental, no Médio Oriente e em África.
- Colocação de duas obrigações verdes em formato Formosa, cada uma angariando 200 milhões de dólares.
- Lançamento de depósitos verdes para os nossos clientes empresariais sob a forma de depósitos a prazo.
- Assinatura de um acordo na COP26 para investir em soluções de descarbonização para a África subsaariana, juntamente com o Fundo Verde para o Clima.
- Implementação de um conceito de consultoria ASG em 143 agências do Deutsche Bank, excedendo a nossa ambição de 2021.

Políticas e compromissos

Em 2021, continuámos a desenvolver e implementar um quadro de risco climático abrangente, em conformidade com as recomendações da Task Force para divulgações financeiras relacionadas com o clima. O quadro permitirá compreender, gerir e salvaguardar o banco contra potenciais impactos negativos das alterações climáticas. Em abril de 2021, Tornámo-nos um membro fundador da Net Zero Banking Alliance, comprometendo-nos a ajustar as nossas emissões operacionais e atribuíveis da nossa carteira de empréstimos em direção ao net zero até 2050. Isto complementa a assinatura pelo banco do compromisso coletivo do setor financeiro alemão para a ação climática em 2020 e o nosso compromisso de publicar a pegada de carbono da nossa carteira de empréstimos até ao final de 2022. Juntamente com o nosso envolvimento na Net-Zero Banking Alliance, iniciámos diálogos de transição para apoiar os nossos clientes na aceleração da sua transição para a sustentabilidade e desenvolver planos de transição credíveis. Outros exemplos das nossas atividades em 2021 incluíram:

- Adesão ao Forest Investor Club como membro fundador na COP26 durante o Dia da Floresta da Cimeira de Líderes Mundiais.
- Tornar-se o primeiro banco a aderir à Ocean Risk and Resilience Action Alliance como membro de pleno direito.
- Adesão à Alliance of CEO Climate Leaders do Fórum Económico Mundial.
- Assinatura da adesão à carteira ASG com a Arabesque S-Ray.

Pessoas e operações

Em 2021, permanecemos neutros em carbono nas nossas próprias operações e viagens de negócios, como temos sido desde 2012. Além disso, implementámos o nosso compromisso de fornecer 100% de eletricidade renovável até 2025. Lançámos também o nosso Código de Conduta do Fornecedor revisto, estabelecendo claras expectativas éticas e profissionais de acordo com normas internacionalmente reconhecidas. A partir de 2022, o pré-requisito para cada contrato novo ou prolongado de mais de 500.000 euros por ano será que o fornecedor tenha uma notação de sustentabilidade externa da EcoVadis ou de outras agências de notação. O cumprimento do Código ajudará a multiplicar o nosso impacto na sustentabilidade para além dos limites do banco."

Liderança pensada e envolvimento das partes interessadas

Em 2021, uma delegação do Deutsche Bank participou pela primeira vez numa Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Os nossos peritos em sustentabilidade envolveram-se com clientes e outras partes interessadas em questões de sustentabilidade na COP 26, que teve lugar em Glasgow, Escócia. O banco organizou vários eventos juntamente com académicos, decisores políticos e clientes sobre temas tão abrangentes como a proteção dos nossos oceanos e a gestão da transição para uma economia de baixo carbono e o papel que o financiamento verde pode desempenhar. Outros exemplos das nossas atividades em 2021 incluíram:

- Criação de um Centro de Excelência ASG em cooperação com a Autoridade Monetária de Singapura.
- Financiamento de uma cadeira de Finanças Sustentáveis na recém-criada Iniciativa para a Transformação Empresarial Sustentável na Escola Europeia de Gestão e Tecnologia de Berlim.
- Lançamento do Deutsche Bank Ocean Resilience Philanthropy Fund, um novo fundo filantrópico global dedicado à conservação dos oceanos e à resiliência costeira.

Com a nossa abordagem holística à sustentabilidade, pretendemos maximizar o nosso contributo para o Acordo de Paris sobre o Clima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Vários fornecedores com notação ASG reconheceram os progressos que fizemos em 2021: O CDP elevou a pontuação do banco em termos de alterações climáticas de C para B; a S&P Global atribuiu 60 pontos ao Deutsche Bank (avaliação CSA da S&P Global), colocando-nos novamente no Índice Dow Jones Sustainability Europe, e a nossa pontuação Sustainalytics melhorou de 30,0 (alto risco) para 27,4 (médio risco).

Mais informações sobre sustentabilidade são publicadas no nosso Relatório Não Financeiro de 2021. Inclui a demonstração não financeira do Deutsche Bank em conformidade com o n.º 3 do artigo 315.º do Código Comercial alemão. Um PDF do relatório não financeiro é publicado no nosso sítio web de Relações com os Investidores em [db.com/annual-report](https://www.db.com/annual-report).

Colaboradores

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos um total de 82.969 colaboradores, em comparação com 84.659 em 31 de dezembro de 2020. Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019.

Colaboradores ¹	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2019
Alemanha	35.741	37.315	40.491
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	19.311	19.617	19.672
Ásia e Pacífico	20.215	19.430	18.874
América do Norte ²	7.556	8.149	8.399
América Latina	145	148	162
Total de colaboradores	82.969	84.659	87.597

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos..

² Principalmente Estados Unidos.

Em 2021, o número de colaboradores diminuiu em 1690 ou 2,0%, devido à implementação de iniciativas de transformação anunciadas em julho de 2019.

- Alemanha (-1574; -4,2%) devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo no segmento Private Bank e em funções de infraestrutura;
- América do Norte (-592; -7,3 %) devido a reduções em todas as divisões e funções de infraestrutura relacionadas;
- América Latina (-3; -2,0%) devido às reduções principalmente no Brasil como resultado da implementação da nossa estratégia de presença;
- EMEA ex Alemanha (-306; -1,6 %) principalmente devido a reduções no Private Bank e no Corporate Bank, parcialmente compensadas por aumentos em Tecnologia, Dados e Inovação;
- Ásia/Pacífico (+785; +4,0 %) principalmente devido a aumentos em Tecnologia, Dados e Inovação.

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019.

Colaboradores	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2019
Corporate Bank (CB)	16,0%	15,7%	15,4%
Investment Bank (IB)	8,7%	9,0%	8,5%
Private Bank (PB)	33,9%	35,2%	35,9%
Asset Management (AM)	4,9%	4,6%	4,5%
Capital Release Unit (CRU)	0,3%	0,6%	0,7%
Infraestrutura	36,2%	34,9%	35,0%

- Corporate Bank (CB, -55; -0,4%) principalmente devido a reduções nas Américas e no Reino Unido, parcialmente compensadas por aumentos sobretudo na APAC;
- Investment Bank (IB, -382; -5,0%) principalmente devido a reduções em funções operacionais;
- Private Bank (PB, -1,665; -5,6%) principalmente devido às reduções na Alemanha e na EMEA ex Alemanha;
- Asset Management (AM,+146;+3,7%), principalmente como resultado de aumentos na Alemanha, Reino Unido e Ásia-Pacífico;
- Capital Release Unit (CRU, -211; -44,2 %) principalmente devido a reduções relacionadas com a venda da plataforma Global Prime Finance e Electronic Equities;
- Funções de infra-estrutura (+477; +1,6 %) principalmente devido a aumentos em Dados Tecnológicos e Inovação (+1040) sobretudo impulsionados pela internalização de funções externas críticas para as empresas, parcialmente compensadas por reduções em todas as outras funções de infraestrutura.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Reestruturação

Em 31 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank reduziu o número de colaboradores em 1690 (2,0%) para 82.969. A pandemia da COVID-19 afetou o nosso objetivo de redução em 2021. O Deutsche Bank continuou a melhorar a eficiência e a infraestrutura em 2021 e planeia uma nova redução das posições até ao final de 2022.

Reduções principalmente na Alemanha, sobretudo impulsionadas pelo Private Bank (-1529).

Aquisição de talentos

As taxas de rotação voluntária de pessoal diminuíram em 2020, principalmente devido à pandemia da COVID-19. Em 2021, as taxas de rotação voluntária de pessoal regressaram quase ao nível pré-COVID-19: a taxa de rotação voluntária de pessoal era de 7,9% (2020: 5,9%, 2019: 8,0 %). O aumento de 2,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior é principalmente impulsionado por uma maior taxa de rotação de pessoal na Ásia/Pacífico (2021: 14,6%, 2020: 11,3%), Américas (2021: 17,0%, 2020: 10,1%) e na EMEA, excluindo a Alemanha (2021: 7,9%, 2020: 5,6 %), enquanto a taxa de rotação voluntária de pessoal na Alemanha diminuiu (2021: 2,2%, 2020: 2,6 %).

Mesmo no contexto das medidas de reestruturação acima referidas, o recrutamento de talentos continua a ser uma prioridade fundamental para nós. Em 2021, o foco principal foi o preenchimento das funções de front office em áreas de crescimento (tais como International Private Bank e Asset Management). Além disso, esteve também na substituição de colaboradores do centro de operações que saíram voluntariamente e na contratação de talentos para fazer frente à procura crescente em funções regulamentares (como a gestão do ciclo de vida do cliente e o combate aos crimes financeiros).

Permanecemos empenhados na nossa prioridade estratégica de contratação de diplomados universitários, pois eles ajudam a impulsionar a nossa agenda de mudança. Contratámos 890 diplomados universitários em 2021 (2020: 717). O banco também internalizou 1.697 funções externas (2020: 1.498), em especial na área de TI.

Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital no desenvolvimento e na manutenção de colaboradores qualificados e talentos e na garantia de que o banco continua a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência. Promovemos a mobilidade entre divisões, o que permite aos colaboradores alargar as suas competências e experiência. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco.

Em 2021, o Deutsche Bank continuou a implementar a sua estratégia de mobilidade interna e a manter o seu compromisso de preencher um terço de todas as posições vagas com candidatos adequados de dentro da organização. As posições vagas (exceto os Diretores executivos) são normalmente anunciadas pela primeira vez dentro do Grupo durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela reestruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco.

Em 2021, 31,0% (2020: 35,9%) de todas as vagas foram preenchidas internamente (excluindo o Postbank). Em média, foram necessários 81 dias para preencher as vagas (2020: 74 dias).

Diversidade e inclusão

A diversidade faz parte da cultura empresarial do banco. Procuramos atrair, desenvolver e reter os colaboradores com talento de todas as culturas, países, raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, incapacidades, crenças, proveniências e experiências. Queremos que todos os colaboradores se sintam acolhidos, aceitos, respeitados e apoiados. Esperamos que os nossos líderes criem equipas inclusivas de pessoas com diferentes competências, estilos e abordagens, capacitadas para contribuir com o seu melhor trabalho e sejam incentivados a manifestar-se.

Ao longo de 2021, continuámos a incorporar a diversidade e a inclusão na nossa cultura e práticas de colaboradores, apoiando o avanço das mulheres e dos membros de outros grupos subrepresentados. As medidas que tomamos incluem a captação e contratação de pessoal, melhor planeamento de carreiras, desenvolvimento de liderança, oportunidades de exposição e patrocínio de líderes seniores. Continuamos a dotar os nossos colaboradores com recursos para praticar a inclusão e quebrar preconceitos involuntários nas decisões relacionadas com as pessoas.

No final de 2021, seis, ou 30%, dos membros do Conselho de Fiscalização eram mulheres (2020: 30 %). Este número cumpria o requisito estatutário de 30% para as empresas alemãs co-determinadas e cotadas em bolsa, nos termos da legislação de quotas de género que entrou em vigor em 2015.

A meta do Conselho de Fiscalização, estabelecida em 2017, é ter pelo menos 20% de mulheres no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Seria necessário haver duas mulheres para atingir esta meta, num Conselho de Administração que tem entre oito e doze membros. Com a nomeação de Rebecca Short, responsável pela transformação do Banco em maio de 2021, este objetivo de 2022 foi atingido no final do ano de 2021. Porque com ela e Christiana Riley, responsável pelo negócio americano do banco, duas mulheres estão representadas no Conselho de Administração.

Embora tenhamos melhorado, ficámos aquém dos objetivos mais amplos de diversidade de género que estabelecemos em 2019. Como resultado, reforçaremos os nossos esforços para impulsionar a diversidade de género no nosso banco e trabalhar para objetivos renovados: Como parte do nosso compromisso 35 por 25, queremos que as mulheres representem pelo menos 35% da nossa população de diretores executivos, diretores e vice-presidentes até 2025 (excluindo o DWS). Também planeamos ter pelo menos 30% de mulheres nos cargos um e dois níveis abaixo do Conselho de Administração (excluindo o DWS).

O banco está empenhado em aumentar a proporção de mulheres em posições de liderança sénior em toda a organização, mas são as nossas empresas individuais que honram este compromisso. Uma vez que as culturas e os desafios sociais variam consoante o país e o tipo de negócio, cada uma das nossas regiões e empresas tem a sua própria diversidade e esforços de inclusão. No entanto, o Conselho de Administração continua empenhado nestes objetivos, e o banco lançou iniciativas específicas para acelerar a mudança. Estas iniciativas têm sido implementadas ao longo de todo o ciclo de vida dos colaboradores, desde atrair e contratar talentos até ao seu desenvolvimento, retenção e promoção.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2021 do Banco.

	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2019
Colaboradoras (em %, número de colaboradores)¹			
Diretoras Executivas	19,3%	18,4%	18,3%
Diretoras	25,7%	25,1%	25,1%
Vice-Presidentes do sexo feminino	32,8%	32,4%	31,4%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	41,3%	40,6%	40,6%
Não Diretoras	60,4%	59,9%	59,6%
Total de colaboradoras	46,6%	46,4%	46,3%
Idade (em %, total)²			
até 29 anos	14,7%	14,9%	15,1%
30 – 39 anos	28,1%	28,4%	28,6%
40 – 49 anos	27,1%	27,1%	27,1%
50 – 59 anos	25,7%	25,2%	25,0%
mais de 59 anos	4,5%	4,4%	4,2%
Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)			
Alemanha	26,8%	27,2%	24,1%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,6%	5,8%	6,1%
Américas	0,3%	0,2%	0,3%
Ásia e Pacífico	0,2%	0,1%	0,2%
Total de trabalho a tempo parcial	13,8%	14,3%	13,3%
Taxa de aprendizes na Alemanha	4,1%	4,2%	3,6%
	2021	2020	2019
Índice de compromisso	71%	69%	58%
Índice de envolvimento	73%	76%	66%
Taxa de rotação de voluntários			
Alemanha	2,2%	2,6%	2,5%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	7,9%	5,6%	7,7%
Américas	17,0%	10,1%	14,4%
Ásia e Pacífico	14,6%	11,3%	17,0%
Total da taxa de rotação de voluntários	7,9%	5,9%	8,0%
Taxa de saúde (em %) ³	93,1%	92,7%	92,2%

¹ Os cargos corporativos declarados do Postbank (incluindo subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados.

² Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos.

³ Taxa de saúde: $100 - ((\text{total de dias de doença} \times 100) / \text{total de dias de trabalho regular})$.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre o relato financeiro é um processo concebido sob a supervisão do nosso Presidente do Conselho de Fiscalização e do nosso Diretor Financeiro para proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro. Para além da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para efeitos de relato externo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). O nosso controlo interno sobre relato financeiro inclui os nossos controlos de divulgação e procedimentos concebidos para evitar declarações inexatas.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As declarações inexatas poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam devido às demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a administração do Grupo estabeleceu o controlo interno sobre relato financeiro com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. Além disso, foi realizada uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Tal baseou-se na Estrutura Integrada de Controlo Interno (2013) emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o controlo interno sobre o relato financeiro, a Direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram;
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras;
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nas demonstrações financeiras pelos montantes adequados;
- Direitos, Obrigações e Propriedade – os direitos, obrigações e propriedade são devidamente contabilizados como ativos e passivos;
- Apresentação e Divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas;
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o controlo interno sobre o relato financeiro, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlo interno do relato financeiro não são capazes de impedir todos os erros; erros involuntários ou intencionais (fraudes). Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar ao longo do tempo. Ademais, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;
- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos, a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro, e considera:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento da demonstração financeira; e
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a Direção tem de avaliar para determinar se o controlo interno sobre o relato financeiro estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação do controlo interno sobre o relato financeiro. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do controlo interno sobre o relato financeiro realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e ad-hoc. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da Direção no que diz respeito à eficácia operacional global do controlo interno sobre o relato financeiro.

Em resultado da avaliação, a Direção concluiu em 31 de dezembro de 2021 que o controlo interno sobre o relato financeiro está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco ou as suas subsidiárias detinham ações próprias durante o exercício de 2021 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmem direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Podere s do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2026, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. A consideração da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser definida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (forward). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2026.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no nosso sítio Web, através da hiperligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo “3 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade”.

Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Introdução

O Deutsche Bank AG (DB AG) é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nos resultados das IFRS das nossas divisões corporativas. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão ("Handelsgesetzbuch", HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

Desempenho do Deutsche Bank AG

Um parâmetro para avaliar o desempenho do Grupo é a capacidade de fazer distribuições aos acionistas. Esta capacidade depende da disponibilidade de lucros distribuíveis do Deutsche Bank AG determinados em conformidade com o HGB. Além disso, a informação financeira do Deutsche Bank AG preparada em conformidade com o HGB é geralmente menos relevante para avaliar ou orientar o desempenho financeiro do Grupo devido às circunstâncias estabelecidas na introdução acima.

Em 2021, o Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 1,9 mil milhões de euros em comparação com uma perda líquida de 1,8 mil milhões de euros em 2020. A perda do ano anterior foi em grande parte motivada pela COVID-19, levando a um resultado operacional negativo e a saldos negativos de outros resultados ordinários. No ano em curso, assistimos a uma recuperação devido à flexibilização das restrições da COVID-19, resultando numa libertação global de provisões para perdas de crédito. De acordo com o desempenho do Grupo, também registámos um aumento geral nas nossas atividades comerciais e ambos os efeitos aumentaram o nosso lucro operacional líquido em 1,0 mil milhões de euros.

Fora do lucro operacional, um desembolso do fundo para riscos bancários gerais de 2,2 mil milhões de euros sobrecompensou a redução do resultado extraordinário de 924 milhões de euros. Esta redução foi principalmente causada pela ausência dos ganhos do ano passado com a fusão entre a DB AG e a DB PFK AG. Finalmente, um benefício fiscal de 400 milhões de euros em comparação com uma despesa fiscal de 894 milhões de euros no ano anterior contribuiu para o rendimento líquido de 1,9 mil milhões de euros.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 0,20 euros por ação e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Demonstração de resultados

Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros			Alterar	
	2021	2020	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros ¹	12.959	15.079	(2.119)	(14)
Rendimento corrente ²	1.443	1.254	188	15
Rendimento de juros total	14.402	16.333	(1.931)	(12)
Gastos de juros	5.369	7.808	(2.439)	(31)
Rendimento de juros líquido	9.033	8.525	508	6
Rendimento de comissões	9.052	7.841	1.210	15
Gastos com comissões	2.240	2.487	(247)	(10)
Rendimento de comissões líquido	6.811	5.354	1.457	27
Resultado de negociação líquido	1.266	1.328	(62)	(5)
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	N/S
Total de receitas	17.110	15.207	1.903	13
Salários e vencimentos	4.758	4.679	80	2
Contribuições obrigatórias para a segurança social ³	1.246	1.294	(47)	(4)
Gastos com pessoal	6.005	5.972	32	1
Outras despesas administrativas ⁴	10.419	10.002	418	4
Gastos administrativos	16.424	15.974	450	3
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	(560)	835	(1.396)	N/S
Provisionamento de risco	4	971	(966)	(100)
Lucros operacionais	121	(902)	1.023	N/S
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	(658)	(752)	94	(12)
Resultado extraordinário	(145)	779	(924)	N/S
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	2.200	0	2.200	N/S
Resultados antes de impostos	1.518	(875)	2.393	N/S
Impostos	(400)	894	(1.295)	N/S
Resultado líquido	1.919	(1.769)	3.688	N/S
Lucros transitados do ano anterior	0	0	0	N/S
Retirada de reservas de capital	0	1.769	(1.769)	N/S
Alocações a reservas de receitas	950	0	950	N/S
– a outras reservas de receitas	950	0	950	N/S
Lucros distribuíveis	969	0	969	N/S

N/S – Não significativo

¹ De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo e créditos inscritos no registo da dívida pública.

² De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros).

³ Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores.

⁴ Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis.

O rendimento de juros líquido aumentou 508 mil milhões de euros para 9,0 mil milhões de euros em 2021. O rendimento corrente, até 188 milhões de euros, beneficiou das contribuições das empresas afiliadas. O rendimento de investimentos em subsidiárias aumentou 339 milhões de euros, parcialmente compensado pelo rendimento da agregação de lucros, que diminuiu 164 milhões de euros. Os juros líquidos resultam de empréstimos e os títulos menos despesas com juros aumentaram 320 milhões de euros, impulsionados por acordos de fixação de novos preços para depósitos e menores custos de financiamento, refletindo a melhoria das notações de crédito do Deutsche Bank.

As receitas líquidas de comissões de 6,8 mil milhões de euros aumentaram 1,5 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior, incluindo 525 milhões de euros de receitas de serviços prestados a empresas do grupo, 392 milhões de euros de receitas líquidas de comissões de negócios de títulos, e 362 milhões de euros de comissões líquidas de negócios de empréstimos.

O Deutsche Bank AG apresentou um resultado de negociação líquido de 1,3 mil milhões de euros em 2021, o que representa uma diminuição de 62 milhões de euros face ao ano anterior.

As despesas com pessoal mantiveram quase estáveis em 6,0 mil milhões de euros. O ligeiro aumento de 32 milhões de euros em relação a 2020 foi motivado principalmente por salários e vencimentos mais elevados.

Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ¹	31 dez 2021	31 dez 2020	Alterar
Alemanha	21.589	22.305	(716)
Europa (excl. Alemanha)	7.703	8.144	(441)
Américas	454	560	(106)
África/Ásia/Austrália	5.113	5.331	(218)
Total	34.859	36.341	(1.482)

¹ Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes.

A diminuição do número de colaboradores foi impulsionada principalmente pela implementação da transformação estratégica do Deutsche Bank. Na Alemanha, a diminuição esteve principalmente relacionada com o Private Bank. Na Europa, excluindo a Alemanha, o número de colaboradores diminuiu principalmente no Reino Unido. O número de colaboradores nas Américas diminuiu principalmente devido a reduções nas funções de Corporate Bank e infraestruturas. Na região África/Ásia/Austrália, a redução do número de colaboradores foi impulsionada principalmente por Hong Kong e Singapura.

Outros custos administrativos foram de 10,4 mil milhões de euros, um aumento de 418 milhões de euros. Outras despesas administrativas (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) aumentaram 387 milhões de euros para 9,2 mil milhões de euros. Este desenvolvimento foi impulsionado por custos mais elevados de equipamento informático, mais 612 milhões de euros, parcialmente compensados por menores despesas operacionais gerais, despesas com instalações e marketing. A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 1,2 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 31 milhões de euros.

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais foi 560 mil milhões de euros negativos em 2021 para 835 milhões de euros positivos em 2020. O encargo total dos lucros de 1,4 mil milhões de euros foi impulsionado por uma diminuição do resultado líquido dos instrumentos financeiros na carteira bancária de 735 milhões de euros, bem como por aumentos relacionados com custos de juros líquidos sobre provisões relacionadas com o pessoal de 569 milhões de euros e com despesas por danos civis, penalizações e multas de 200 milhões de euros.

Em 2021, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, foi de 4 milhões de euros, uma melhoria de 967 milhões de euros em comparação com 2020. Esta evolução foi atribuível a um menor aprovisionamento de risco no negócio de empréstimos, que diminuiu 1,2 mil milhões de euros, parcialmente compensados por menores ganhos líquidos de títulos detidos na reserva de liquidez, que diminuíram 242 milhões de euros, principalmente devido a menores ganhos nas vendas. O aprovisionamento de risco no negócio de empréstimos em 2021 beneficiou de um panorama de apoio ao crédito, de uma carteira de empréstimos de alta qualidade e de uma rigorosa disciplina de risco contínua num contexto de recuperação económica devido à flexibilização das restrições da COVID-19 durante 2021, o que, em geral, levou a libertações da provisão para perdas de crédito. Além disso, o aprovisionamento de risco do ano anterior aumentou 249 milhões de euros devido a uma alteração da metodologia. Isto relacionou-se com alterações no nosso cálculo da dedução para perdas de crédito em ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito, mas que têm uma maior probabilidade de incumprimento.

O saldo de outros resultados e gastos ordinários foi de 658 milhões de euros negativos (2020: 752 milhões de euros negativos), consistindo em ajustamentos de avaliação de investimentos em empresas afiliadas, amortizações e depreciações não programadas de ativos tangíveis e intangíveis e despesas decorrentes da assunção de perdas.

Os ajustamentos de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 298 milhões de euros (2020): 613 milhões de euros), em grande parte relacionados com um investimento. Os ajustamentos de valor dos anos anteriores refletiram, entre outros fatores, o agravamento das perspetivas económicas causado pela COVID-19 e a evolução esperada das taxas de juro.

Além disso, os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 216 milhões de euros em 2021 (2020: 38 milhões de euros). Imparidades do ano corrente relacionadas principalmente com software autodesenvolvido.

As despesas com o controlo das perdas, também apresentadas no âmbito de outras receitas e despesas ordinárias, totalizaram 145 milhões de euros em 2021 (2020: 100 milhões de euros).

Os resultados e gastos líquidos extraordinários foram de 145 milhões de euros negativos (2020: 779 milhões de euros positivos). Os montantes do ano anterior incluíram um ganho único de 1,2 mil milhões de euros com a fusão com a DB PFK AG.

O banco libertou 2,2 mil milhões de euros do fundo para riscos bancários gerais de acordo com a secção 340.º-G do HGB em 2021, com base na avaliação de que o perfil de risco do banco melhorou consideravelmente após o nosso reposicionamento estratégico.

Em 2021, o banco registou um benefício fiscal de 400 milhões de euros em comparação com uma despesa de 894 milhões de euros no ano anterior. O benefício fiscal do ano corrente foi principalmente impulsionado pelos rendimentos isentos de impostos e pela nova medição dos ativos por impostos diferidos

O Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 1,9 mil milhões de euros em 2021, após um prejuízo líquido de 1,8 mil milhões de euros no ano anterior.

Após uma adição às reservas de proveitos de 950 milhões de euros, o lucro distribuível de 2021 ascendeu a 1,0 mil milhões de euros. O Banco irá propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 0,20 euros por ação. Isto irá reduzir o lucro distribuível em 413 milhões de euros, dependendo do número de ações em circulação na data de registo. Será ainda proposto que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Balanço

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020	Alterar	
			em milhões de euros	em %
Ativos				
Valores a receber de bancos e clientes, incl. saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público	666.732	610.390	56.342	9
Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas	26.519	28.190	(1.670)	(6)
Obrigações e outros títulos e ações de capital	60.479	89.519	(29.040)	(32)
Ativos detidos para negociação	246.705	241.390	5.315	2
Outros ativos remanescentes	19.673	23.803	(4.130)	(17)
Total do ativo	1.020.109	993.292	26.817	3
Passivos e Capital próprio dos acionistas				
Responsabilidades para com bancos e clientes	644.803	609.701	35.102	6
Passivo na forma de certificados	79.681	87.002	(7.321)	(8)
Passivos detidos para negociação	197.069	203.986	(6.917)	(3)
Provisões	5.972	5.670	302	5
Capital e reservas	34.913	32.959	1.953	6
Passivos subordinados, capital de direitos de participação, instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional e fundo para riscos bancários gerais	21.333	20.179	1.154	6
Outros passivos remanescentes	36.338	33.794	2.544	8
Total do passivo e capital próprio dos acionistas	1.020.109	993.292	26.817	3

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 1020,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O aumento de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2020 foi principalmente impulsionado por aumentos nos valores a receber de bancos e clientes, incluindo saldos com bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público, parcialmente compensados por diminuições em obrigações e outros títulos e ações de capital. O crescimento líquido foi principalmente financiado por dívidas superiores a bancos e clientes.

Total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em mil milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Créditos sobre clientes	421	380	41	11
com um período residual de				
até 5 anos ¹	305	272	33	12
mais de 5 anos	116	107	9	8
Empréstimos a bancos	43	38	5	13
com um período residual de				
até 5 anos ¹	34	32	2	6
mais de 5 anos	9	6	3	51
Total	463	417	46	11

¹ Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido.

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) aumentou 46,1 mil milhões de euros (11 %) para 463,4 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a um aumento em Créditos sobre clientes de 41,1 mil milhões de euros (11%) para 420,6 mil milhões de euros e um aumento em Empréstimos a bancos, que são relatados no total de crédito concedido, em 5,0 mil milhões de euros (13%) para 42,7 mil milhões de euros.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 0,8 mil milhões de euros para 79,4 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2020.

A nossa carteira de títulos (excluindo ativos detidos para negociação) diminuiu 29,0 mil milhões de euros para 60,5 mil milhões de euros, principalmente impulsionada por uma diminuição nas obrigações.

Os ativos detidos para negociação ascenderam a 246,7 mil milhões de euros, um aumento de 5,3 mil milhões de euros (2%) em comparação com 31 de dezembro de 2020. Isto foi principalmente impulsionado por um aumento dos valores a receber elegíveis como de negociação, que aumentaram em 16 mil milhões de euros (20)% para 94,5 mil milhões de euros, parcialmente compensados por uma diminuição de 4,6 mil milhões de euros (6)% nos títulos elegíveis como de negociação e valores de mercado positivos reduzidos de derivados de negociação em 4,9 mil milhões de euros (6%) para 77,9 mil milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 1,6 mil milhões de euros para 26,3 mil milhões de euros. A diminuição foi atribuível a reembolsos de capital de 2,0 mil milhões de euros e a depreciações de 0,3 mil milhões de euros. Foi parcialmente compensada por aumentos de capital de 0,4 mil milhões de euros e um impacto positivo da conversão cambial de 0,4 mil milhões de euros.

São fornecido mais detalhes sobre Responsabilidades para com bancos, Responsabilidades para com clientes e Responsabilidades em forma de certificado na tabela seguinte:

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Dívidas a bancos	152	142	9	6
reembolsáveis à vista	58	59	(1)	(2)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	94	83	11	13
Responsabilidades para com clientes	493	467	26	6
depósitos de poupança	62	61	2	3
outros passivos				
reembolsáveis à vista	334	327	6	2
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	97	79	18	22
Passivo na forma de certificados	80	87	(7)	(8)
obrigações emitidas	77	84	(6)	(8)
outros passivos na forma de certificados	3	4	(1)	(28)
dos quais: instrumentos do mercado monetário	2	3	(1)	(40)

Os passivos detidos para negociação ascenderam a 197,1 mil milhões de euros, um diminuição de 6,9 mil milhões de euros (3%) em comparação com 31 de dezembro de 2020. Isto foi impulsionado por decréscimos nos valores de mercado negativos de derivados de negociação de 14,7 mil milhões de euros (16%) para 74,8 mil milhões de euros, parcialmente compensados por um aumento de 10,1 mil milhões de euros (29%) em títulos (posições curtas) para 45,2 mil milhões de euros.

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional totalizaram 8,6 mil milhões de euros, em comparação com 5,7 mil milhões de euros no ano passado. O movimento face ao ano anterior é o resultado de novos instrumentos AT1 emitidos em 2021, bem como dos efeitos de conversão cambial.

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG ascenderam a 34,9 mil milhões de euros. O aumento de 1,9 mil milhões de euros é principalmente atribuível ao lucro distribuível gerado em 2021.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta requisitos de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Em suma: O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Riscos e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo as Divisões corporativas, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura de gestão. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo as políticas do Grupo, o Deutsche Bank AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR), que é calculado separadamente para assegurar um nível adequado de liquidez no Deutsche Bank AG, situa-se em 121% em 31 de dezembro de 2021, em comparação com 136% em 31 de dezembro de 2020.

Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.

Riscos e oportunidades

Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo, no sentido em que determinadas transações num determinado ano podem conduzir a perdas mais elevadas ou mais baixas do que nas demonstrações financeiras do Grupo elaboradas ao abrigo das IFRS. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura política e económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, reestruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos de empresas afiliadas podem não permitir o pagamento de dividendos suficientes ao Deutsche Bank AG para facilitar o pagamento de dividendos pelo Deutsche Bank AG como pretendido.

Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao Grupo, na medida em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que podem ser reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de o Deutsche Bank AG, como empresa-mãe, apresentar lucros num determinado ano que sejam superiores à sua contribuição para o resultado líquido do Grupo, que resultem do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as Demonstrações Anuais do Grupo ao abrigo das IFRS e os aplicam-se às nossas demonstrações financeiras ao abrigo do HGB em conformidade. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB; e,
- Revisões analíticas de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã.

Demonstração não financeira para o Deutsche Bank AG

Os pormenores nos termos do artigo 340.º-A, n.º 1, alínea a) do Código Comercial alemão (HGB), em conjugação com o artigo 289-B, n.º 3 do HGB, podem ser encontrados como um relatório não financeiro separado combinado em <https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>.

2- Demonstrações financeiras consolidadas

205	Demonstração consolidada dos resultados	23 –	Goodwill e outros ativos intangíveis – 290
206	Demonstração consolidada do rendimento integral	24 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 296
207	Balanço consolidado	25 –	Outros ativos e outros passivos – 297
208	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	26 –	Depósitos – 298
210	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	27 –	Disposições – 298
212	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	28 –	Compromissos de crédito e passivos contingentes – 313
1 –	Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 212	29 –	Outros empréstimos a curto prazo – 314
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 238	30 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 314
3 –	Aquisições e alienações – 241	31 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 315
4 –	Segmentos de negócio e informação associada – 241	32 –	Ações ordinárias – 317
250	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	33 –	Benefícios dos empregados – 318
5 –	Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 250	317	Notas adicionais
6 –	Rendimentos de serviços e comissões – 252	34 –	Impostos sobre o rendimento – 334
7 –	Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado – 254	35 –	Derivados – 336
8 –	Outro resultado (perdas) – 254	36 –	Operações com partes relacionadas – 339
9 –	Despesas gerais e administrativas – 255	37 –	Informações sobre subsidiárias – 341
10 –	Reestruturação – 255	38 –	Entidades estruturadas – 342
11 –	Resultados por ação – 257	39 –	Ativos e passivos correntes e não correntes – 347
258	Notas ao balanço consolidado	40 –	Acontecimentos após o período de relato – 349
12 –	Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 258	41 –	Informação sobre o capital regulamentar – 350
13 –	Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 259	42 –	Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã – 356
14 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 276	43 –	Relatórios por país – 358
15 –	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – 278	44 –	Participações – 359
16 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 278	45 –	Impacto da transformação do Deutsche Bank – 376
17 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 279	46 –	Reforma do índice de referência das taxas de juro – 377
18 –	Empréstimos – 282	380	Confirmações
19 –	Provisão para perdas de crédito – 283		
20 –	Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia – 285		
21 –	Ativos fixos tangíveis – 288		
22 –	Locações – 289		

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2021	2020	2019
Juros e rendimentos similares ¹	5	16.599	17.806	25.208
Gasto de juros	5	5.444	6.280	11.458
Rendimento de juros líquido	5	11.155	11.526	13.749
Provisão para perdas de crédito	19	515	1.792	723
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		10.640	9.734	13.026
Rendimentos de serviços e comissões	6	10.934	9.424	9.520
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	3.045	2.465	193
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	7	1	311	3
Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		237	323	260
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	16	98	120	110
Outro resultado	8	(58)	(141)	(671)
Rendimento total excluindo juros		14.255	12.503	9.416
Remunerações e benefícios	33	10.418	10.471	11.142
Despesas gerais e administrativas	9	10.821	10.259	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	5	0	1.037
Atividades de reestruturação	10	261	485	644
Despesas totais (excluindo juros)		21.505	21.216	25.076
Resultado antes de impostos sobre o rendimento		3.390	1.021	(2.634)
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	880	397	2.630
Lucros (prejuízos)		2.510	624	(5.265)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		144	129	125
Ganhos (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		2.365	495	(5.390)

¹ Os juros e rendimentos similares incluíram 13,2 mil milhões de euros, 13,9 mil milhões de euros e 18,0 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

Resultados por ação

em milhões de euros	Notas	2021	2020	2019
Resultados por ação:¹	11			
Básicos		0,96 €	0,07 €	(2,71 €)
Diluído		0,93 €	0,07 €	(2,71 €)
Número de ações em milhões:				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		2.096,5	2.108,2	2.110,0
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas ²		2.143,2	2.170,1	2.110,0

¹ Os lucros foram ajustados em 363, 349 e 330 milhões de euros antes de impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2021, abril de 2020 e abril de 2019. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo.

² Devido à situação de perda líquida para 2019, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 60 milhões de ações para 2019.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2021	2020	2019
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	2.510	624	(5.265)
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	804	149	(1.396)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	(15)	(24)	(3)
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	(202)	82	403
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(344)	676	309
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(237)	(323)	(260)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	1	(14)	(2)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(54)	4	(2)
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	0	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	0	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	1.117	(1.819)	(20)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(14)	6	(9)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	(5)	1	(22)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	285	(122)	193
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	1.334	(1.385)	(809)
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	3.844	(762)	(6.073)
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	212	59	136
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	3.632	(821)	(6.209)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		192.021	166.208
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		7.342	9.130
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	8.368	8.533
Títulos obtidos por empréstimo	20	63	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		102.396	107.929
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		299.732	343.455
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		88.965	76.121
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados		140	437
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	491.233	527.941
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	28.979	55.834
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	1.091	901
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	471.319	426.995
Ativos fixos tangíveis	21, 22	5.536	5.549
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	6.824	6.725
Outros ativos ¹	24, 25	103.785	110.399
Ativos por impostos correntes		1.214	986
Ativos por impostos diferidos	34	6.218	6.058
Total do ativo		1.323.993	1.325.259
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	26	603.750	568.031
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	747	2.325
Títulos cedidos por empréstimo	20	24	1.697
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		54.718	44.316
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		287.108	327.775
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		58.468	46.582
Passivos por contratos de investimento		562	526
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	400.857	419.199
Outros empréstimos a curto prazo	29	4.034	3.553
Outros passivos ¹	22, 24, 25	97.796	114.208
Provisões	19, 27	2.641	2.430
Passivos por impostos correntes		600	574
Deferred tax liabilities	34	501	561
Dívida a longo prazo	30	144.485	149.163
Títulos fiduciários preferenciais	30	528	1.321
Total do passivo		1.255.962	1.263.063
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de 2,56 €	32	5.291	5.291
Capital realizado adicional		40.580	40.606
Lucros não distribuídos		12.607	10.014
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(6)	(7)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(444)	(1.118)
Total do capital acionista		58.027	54.786
Componentes de capital adicionais		8.305	5.824
Participações minoritárias		1.698	1.587
Total do capital próprio		68.030	62.196
Total do passivo e do capital próprio		1.323.993	1.325.259

¹ Inclui ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados													Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais ³	Participações minoritárias	Total do capital próprio
	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos ²	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos ²	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos ²	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos ²	Conversão cambial, líquida de impostos ²	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos ¹						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.291	40.252	16.714	(15)	(34)	28	17	0	228	15	253	62.495	4.675	1.568	68.737		
Impacto da transição para a IFRS 16	0	0	(136)	0	0	0	0	0	0	0	0	(136)	0	0	(137)		
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (IFRS 16)	5.291	40.252	16.578	(15)	(34)	28	17	0	228	15	253	62.358	4.675	1.568	68.601		
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	0	0	(5.390)	0	79	(2)	(3)	0	108	(15)	168	(5.222)	0	142	(5.079)		
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Dividendos pagos em numerário	0	0	(227)	0	0	0	0	0	0	0	0	(227)	0	(59)	(286)		
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(330)	0	0	0	0	0	0	0	0	(330)	0	0	(330)		
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(987)	0	0	0	0	0	0	0	0	(987)	0	(7)	(994)		
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	118	0	0	0	0	0	0	0	0	0	118	0	2	119		
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	185	0	0	0	0	0	0	0	185	0	0	185		
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(1.359)	0	0	0	0	0	0	0	(1.359)	0	0	(1.359)		
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	1.185	0	0	0	0	0	0	0	1.185	0	0	1.185		
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3		
Outros	0	133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	133	(10) ⁴	(9)	114		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.291	40.505	9.644	(4)	45	25	14	0	336	0	421	55.857	4.665	1.638	62.160		
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	0	0	495	0	233	(18)	(7)	0	(1.747)	(1)	(1.539)	(1.044)	0	57	(987)		
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(77)	(77)		
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(349)	0	0	0	0	0	0	0	0	(349)	0	0	(349)		
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	223	0	0	0	0	0	0	0	0	223	0	2	225		
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(131)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(131)	0	(4)	(135)		
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	208	0	0	0	0	0	0	0	208	0	0	208		
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11		
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(279)	0	0	0	0	0	0	0	(279)	0	0	(279)		
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	68	0	0	68		
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outros	0	221	0	0	0	0	0	0	0	0	0	221	1.159 ⁴	(28)	1.352		

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados														
	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos ²	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos ²	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos ²	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos ²	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos ²	Conversão cambial, líquida de impostos ²	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos ¹	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais ³	Participações minoritárias
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.291	40.606	10.014	(7)	278	7	7	0	(1.411)	(1)	(1.118)	54.786	5.824	1.587	62.196
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	0	0	2.365	0	(398)	(13)	(40)	0	1.129	(5)	672	3.038	0	207	3.245
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	(2)	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(85)	(85)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(363)	0	0	0	0	0	0	0	0	(363)	0	0	(363)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	592	0	0	0	0	0	0	0	0	592	0	4	597
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(99)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(99)	0	(2)	(101)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	312	0	0	0	0	0	0	0	312	0	0	312
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	29
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(50)	0	0	(50)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(346)	0	0	0	0	0	0	0	(346)	0	0	(346)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	35
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	94	0	0	0	0	0	0	0	0	0	94	2.481 ⁴	(13)	2.562
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.291	40.580	12.607	(6)	(120)	(3)	(33)	0	(282)	(6)	(444)	58.027	8.305	1.698	68.030

¹ Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

² Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

³ Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

⁴ Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2021	2020	2019
Resultados líquidos	2.510	624	(5.265)
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	515	1.792	723
Atividades de reestruturação	261	485	644
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(276)	(665)	(277)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	19	(296)	1.868
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	3.568	2.192	3.993
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(197)	(103)	(104)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	6.400	4.030	1.582
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	97	(1.202)	(1.203)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	102	5.688	(2.529)
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(12.124)	8.597	11.403
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	309	(430)	101
Empréstimos pelo custo amortizado	(41.628)	(1.098)	(27.335)
Outros ativos	8.046	(11.743)	7.464
Depósitos	33.269	(2.154)	6.432
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento ¹	11.144	(3.233)	(3.766)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(3.249)	678	(4.871)
Outros empréstimos a curto prazo	477	(1.638)	(8.954)
Outros passivos	(17.823)	7.030	(16.563)
Dívida sénior a longo prazo ²	(6.191)	13.282	(16.112)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	19.559	9.892	22.559
Outros, líquido	(1.341)	3.036	(8.657)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	(2.952)	30.736	(40.449)
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	52.131	38.325	23.721
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	21.424	32.964	40.806
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	67	10.110	390
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	5.468	4.890	964
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	23	69	9
Venda de ativos fixos tangíveis	114	24	92
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(46.801)	(82.709)	(56.568)
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(7.166)	(4.011)	(20.134)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(100)	(3)	(17)
Ativos fixos tangíveis	(550)	(512)	(327)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	(5)	5	1.762
Outros, líquido	(1.010)	(1.045)	(978)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	23.595	(1.892)	(10.280)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	1.146 ³	1.684	47
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(42) ³	(1.168)	(152)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	0 ⁴	0	0
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(504) ⁴	(676)	(1.235)
Parte de capital dos pagamentos de locação	(679)	(653)	(659)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(346)	(279)	(1.359)
Venda de ações próprias (tesouraria)	35	76	1.191
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	2.500	1.153	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(2.662)	(792)	(131)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	2.642	798	121
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(363)	(349)	(330)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(85)	(77)	(59)
Variação líquida em participações minoritárias	(13)	(28)	(9)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	0	0	(227)
Outros, líquido	0	0	0

em milhões de euros	2021	2020	2019
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	1.630	(311)	(2.802)
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	1.345	(1.074)	1.578
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	23.618	27.459	(51.953)
Caixa e seus equivalentes no início do período	156.328	128.869	180.822
Caixa e seus equivalentes no fim do período	179.946	156.328	128.869
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	1.031	805	945
Juros pagos	5.557	6.937	11.493
Juros recebidos	15.807	18.498	23.748
Dividendos recebidos	364	307	1.309
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos do banco central (não inclui: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais no valor de 17,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, 16,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 16,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019)	174.089	149.323	121.412
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo remunerados em bancos no valor de 1,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, 2,1 mil milhões em 31 de dezembro de 2020 e 2,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2019)	5.857	7.006	7.457
Total	179.946	156.328	128.869

¹ Inclui emissões de dívida sénior a longo prazo de 1,3 mil milhões de euros e 2,3 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 1,0 mil milhões de euros e 3,5 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente.

² Inclui emissões de 33,6 mil milhões de euros e 67,4 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 39,5 mil milhões de euros e 51,4 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente.

³ As alterações não monetárias para dívida subordinada a longo prazo são de 123 milhões de euros no total e impulsionadas por variações cambiais de 293 milhões de euros e alterações de valor justo de (179) milhões de euros.

⁴ As alterações não monetárias para títulos fiduciários preferenciais são de (289) milhões de euros no total e impulsionadas por movimentos cambiais de justo valor de (267) milhões de euros.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (coletivamente o "Grupo", "Deutsche Bank" ou "DB"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Separação da UE

O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. O objetivo da aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE é alinhar a abordagem de contabilidade de cobertura do Grupo com a sua prática de gestão do risco e com a prática contabilística dos seus principais pares europeus. Nos termos da versão de separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia da cobertura só é reconhecida quando a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao montante original designado desse agregado. Se o montante revista dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao montante original designado, não há ineficácia da cobertura. Nos termos das IFRS emitidas pelo IASB, a contabilidade de cobertura para macrocoberturas de justo valor não pode ser aplicada a depósitos principais. Além disso, nos termos das IFRS, tal como emitidas pelo IASB, a ineficácia da cobertura surge para todas as relações de contabilidade de macrocobertura de justo valor sempre que a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programadas seja superior ou inferior ao montante original designado desse agregado.

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE teve um impacto negativo de 128 milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 85 milhões de euros nos lucros líquidos de impostos. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2020, a aplicação da versão da UE teve um impacto positivo de 18 milhões de euros nas receitas líquidas e nos lucros antes de impostos e de 12 milhões de euros nos lucros líquidos de impostos.

O capital regulamentar do Grupo e os rácios do mesmo são também relatados com base na versão de separação da IAS 39 da UE. O impacto no lucro também tem impacto no cálculo do rácio de capital CET1. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a aplicação da separação da UE teve um impacto negativo no rácio de capital CET1 de cerca de 2 pontos base e um impacto positivo de menos de 1 ponto base para o exercício findo a 31 de dezembro de 2020.

Divulgações da IFRS 7

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de risco do Relatório de gestão e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações auditadas estão assinaladas a azul claro no Relatório de risco.

Divulgações relacionadas com a COVID-19 e o risco climático

O impacto da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras do Grupo reflete-se da seguinte forma:

- A secção Relatório de Gestão inclui o impacto da COVID-19 nos objetivos financeiros do Grupo e no franchise de clientes, na economia global e nas condições macroeconómicas e de mercado nos capítulos Estratégia, Perspetivas e Riscos e Oportunidades, respetivamente.

- A secção do Relatório de risco inclui referências à pandemia da COVID-19 no capítulo de Gestão do risco e do capital, secção "IFRS 9 Imparidade" especificamente nas rubricas "Informações prospetivas", "Aplicação das orientações da EBA relativas ao incumprimento, à carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19", "Moratórias legislativas e não legislativas e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19", "Resultados do modelo ECL" e "Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19". O capítulo Desempenho de capital e risco inclui o impacto das medidas de supervisão em reação à pandemia COVID-19 na rubrica "Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais".
- As demonstrações financeiras consolidadas incluem as divulgações relacionadas com a COVID-19 nas notas 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", 13 "Instrumentos financeiros medidos ao justo valor", 23 "Goodwill e outros ativos intangíveis" e 33 "Benefícios de colaboradores".
- A secção Informações adicionais (não-auditadas) descreve o impacto da COVID-19 nos encargos de transformação do Grupo no capítulo Medidas financeiras não-GAAP.

O impacto do risco climático nas demonstrações financeiras do Grupo reflete-se da seguinte forma:

- A secção do Relatório de gestão inclui o impacto do risco climático nos objetivos financeiros do Grupo e no franchise de clientes, na economia global e nas condições macroeconómicas e de mercado nos capítulos Riscos e oportunidades e Sustentabilidade, respetivamente.
- A secção do Relatório de risco inclui referências ao risco climático no capítulo Quadro de risco e de capital, no capítulo Gestão do risco e de capital (secção "Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos", rubrica IFRS 9 Imparidades) e no capítulo Gestão do risco empresarial (secção Risco ambiental, social e de governação).

Alteração nas estimativas contabilísticas

No segundo trimestre de 2021, o Grupo aperfeiçoou um dos acionadores da Fase 2 relacionados com o processo no modelo ECL do Grupo. Os ativos financeiros acrescentados à lista de vigilância por razões discricionárias são agora transferidos para a Fase 2, enquanto antes desta alteração apenas os ativos acrescentados à lista de vigilância por razões obrigatórias eram transferidos para a Fase 2. A alteração da metodologia resultou num aumento de 60 milhões de euros da provisão para perdas com empréstimos do Grupo durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

No terceiro trimestre de 2021, o Grupo introduziu aperfeiçoamentos no seu modelo da IFRS 9 de perdas de crédito esperadas (ECL) para refletir uma nova definição regulamentar de incumprimento. Esta nova definição de incumprimento leva a que as transações sejam migradas para a Fase 3. Como não se espera que as expectativas de perdas para as transações subjacentes mudem substancialmente, é necessária uma recalibração do fator perda (LGD) no modelo de ECL. A partir do terceiro trimestre de 2021, o Grupo registou uma sobreposição de gestão para ajustar o impacto esperado da recalibração da LGD que será implementada no modelo de ECL em 2022. Por conseguinte, embora a implementação da nova definição de incumprimento seja uma alteração na estimativa, o efeito global é irrelevante quando considerado em conjunto com a sobreposição da gestão. Para mais pormenores, consultar o Relatório de risco e a secção "IFRS 9 Imparidade".

No quarto trimestre de 2021, foi aprovada para utilização no Reino Unido uma metodologia revista de curva de desconto que proporciona uma melhor qualidade de dados para a determinação do universo de obrigações subjacente. A adoção por parte do Grupo desta metodologia resultou num ganho atuarial líquido de cerca de 45 milhões de euros que foi reconhecido através de Outro rendimento integral. Isto resultou num aumento correspondente do excedente global de pensões e do ativo líquido de benefícios definidos, devido à apresentação líquida dos ativos do plano de pensões e da obrigação com benefícios definidos.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas da gestão, especialmente no que diz respeito à pandemia da COVID-19. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contabilísticas".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
- a imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais” abaixo)
- a determinação do justo valor (ver abaixo “Determinação do justo valor”)
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Reconhecimento de lucros à data da operação”)
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais”)
- a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis (ver abaixo “Goodwill e outros ativos intangíveis”)
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

Principais políticas contábilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contábilísticas do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contábilísticas e as alterações nas estimativas contábilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contábilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo goodwill atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contábilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação. O goodwill resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento. Como o goodwill não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração positiva das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado. A quantia escriturada aumentada do investimento na entidade associada atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não excederá a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade para o investimento em anos anteriores.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

Estimativas contábilísticas críticas: A avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer. O Grupo considera que se trata de uma estimativa contábilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias.

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

Margem financeira – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor do custo amortizado. O valor do custo amortizado de um ativo financeiro é o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro após ajuste para quaisquer provisões para imparidades. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo apresenta juros pagos negativos sobre ativos remunerados a juros como custos de juros e receitas de juros recebidas de passivos remunerados a juros como rendimento de juros.

O Grupo apresenta os rendimentos e gastos de juros calculados através do método EIR separadamente na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

Rendimentos de serviços e comissões – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes” para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificável tiver sido cumprida. O Grupo não apresenta informações sobre as suas restantes obrigações de desempenho se fizer parte de um contrato com uma duração original esperada de um ano ou menos.

O Grupo determina o preço de venda individual no início do contrato de um serviço distinto subjacente a cada obrigação de desempenho no contrato e atribui o preço de transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais. O preço de venda individual é o preço a que o DB venderia um serviço prometido separadamente a um cliente numa base separada. A melhor prova de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo vende esse serviço separadamente em circunstâncias semelhantes e a clientes semelhantes. Se o Grupo não vender o serviço a um cliente separadamente, estima o preço de venda individual a um valor utilizando um método adequado, por exemplo, em transações de sindicância de empréstimos, o Grupo aplica os requisitos para o reconhecimento do lucro do dia de negociação e considera o preço a que outros participantes no mercado prestam o mesmo serviço numa base separada. Como tal, ao estimar um preço de venda individual, o Grupo considera todas as informações (incluindo as condições de mercado) que estão razoavelmente à sua disposição. Ao fazê-lo, o Grupo maximiza a utilização de dados observáveis e aplica métodos de estimativa de forma coerente em circunstâncias semelhantes.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. O Grupo reconhece os proveitos destes serviços ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos.

Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões na demonstração consolidada dos resultados. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante

ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

- Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
- Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
- Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de “Deter para recolher” ou de “Deter para recolher e vender”. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio exige um juízo baseado em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher e vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida aquando do reconhecimento inicial para determinar a classificação do modelo de negócio. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos detidos para negociação – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são apresentados como derivados detidos para negociação.

Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados ao justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. A utilização da opção de justo valor ao abrigo da IFRS 9 é limitada. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

Ao abrigo do FVOCI, um ativo financeiro é medido ao seu justo valor com quaisquer alterações que sejam reconhecidas em Outro rendimento integral (“OCI”) e é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são registadas através de resultados e reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. O efeito de conversão cambial dos ativos FVOCI é reconhecido nos resultados, tal como o componente de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

Os ativos financeiros classificados como FVOCI são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

Modificação de ativos financeiros e passivos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original. Quando uma modificação resulta no desreconhecimento, o instrumento original é desreconhecido e o novo instrumento reconhecido pelo justo valor.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo).

Quando os termos de um passivo financeiro são renegociados ou modificados, o Grupo avalia se os termos alterados resultam numa alteração significativa do passivo financeiro e, por conseguinte, desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Quando estas modificações não forem consideradas como significativas, o passivo financeiro não é desreconhecido e ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. Em caso de desreconhecimento, o passivo financeiro original é desreconhecido e o novo passivo reconhecido pelo seu justo valor.

Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem extrapatrimoniais, exceto se forem atribuídos ao modelo de negócio Outro e apresentados como derivados detidos para negociação. O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor de compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, como se especifica nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais estão no âmbito do modelo da imparidade da IFRS 9.

Passivos financeiros

No âmbito da IFRS 9, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. Para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em Outro rendimento integral.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a emitir ou recomprar o passivo financeiro.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos detidos para negociação - Os passivos financeiros derivados de dívida emitida são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o

financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromissos de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Contratos de investimento - Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento que correspondem a ativos específicos detidos pelo Grupo. Os contratos obrigam o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar passivos por contratos de investimento. Não contêm características significativas de risco de seguro ou de participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados,

que são compensados por agências de compensação central. Para mais informações, consulte a Nota 17, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
- Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contábilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" e a Nota 14, "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor".

Reconhecimento de lucros à data da operação

O reconhecimento de lucros à data da operação é reconhecido se o justo valor do instrumento financeiro medido pelo justo valor através de resultados for obtido a partir de um preço de mercado cotado num mercado ativo, ou de outra forma evidenciado por comparação com outras transações de mercado correntes observáveis ou com base numa técnica de avaliação que incorpore dados de mercado observáveis. Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer reconhecimento de lucro diferido à data da operação remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se torna observável. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contabilísticas críticas - A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação do instrumento financeiro subjacente (consultar a secção "Determinação do justo valor" para o juízo da direção necessário para estabelecer o justo valor dos instrumentos financeiros). Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macro-coberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. Nos termos da separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macro-cobertura de justo valor pode ser aplicada a depósitos principais e a ineficácia da cobertura para todas as aplicações contabilísticas de macro-cobertura de justo valor só é reconhecida quando a estimativa revista do valor dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao valor original designado desse agregado e não for reconhecida quando o valor revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao valor original designado.

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura,

e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio spot é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por (“Ativos financeiros”).

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 estabelece uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses para todos os ativos financeiros. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer o cálculo de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito desde a origem ou compra e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na Fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") é analisado mais adiante.

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito alinha-se com o processo interno de gestão de risco de crédito ("CRM") e utiliza:

- Indicadores relacionados com a notação - baseados num modelo que compara as expectativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplica uma abordagem quantificada para determinar um limiar de forma a definir o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2; e
- Indicadores relacionados com o processo - que utilizam indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião da administração, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Estes indicadores são discutidos mais adiante na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco.

Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação sobre se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, por isso, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

- O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
- Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogêneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogêneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de ECL do Grupo é efetuada mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogêneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCL. Os ativos financeiros POCL são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCL só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

- Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
- Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
- Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, o Grupo aplica, em conformidade com a IFRS 9, uma aproximação da EIR, que é normalmente a taxa de juro contratual ("CIR") e que não difere materialmente da EIR. A CIR é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, no reconhecimento de juros e para desconto da ECL.

Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS" no Relatório de risco.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários prospetivos em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, conseqüentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogêneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas Fases 1 e 2 e dos créditos homogêneos na Fase 3 é calculada utilizando o modelo de ECL do Grupo. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão. O juízo da administração sobre as seguintes estimativas contabilísticas críticas aumentou desde o início de 2020 como resultado da pandemia da COVID-19:

- Informação prospetiva: A informação prospetiva é incorporada na medição da provisão para perdas de crédito do Grupo em termos de ajustamentos às curvas de PD plurianuais com base em previsões macroeconómicas. A identificação das variáveis macroeconómicas chave (MEV) reflete um equilíbrio de juízos quantitativos e qualitativos. A análise estatística, incluindo, por exemplo, testes retrospectivos e sensibilidades do modelo, é realizada para avaliar o poder explicativo das MEV, enquanto a contribuição especializada de colaboradores de crédito assegura o conforto da administração no comportamento geral do modelo. A parametrização final do modelo baseia-se numa revisão e desafio dos impactos nos fóruns internos de governação e numa validação independente realizada pela função de Gestão do risco do modelo. Além disso, a solidez conceptual da abordagem de estimativa é assegurada pela análise de testes de modelo preparada como parte das alterações ao modelo e por um quadro de monitorização contínuo, a fim de que a provisão de ECL reflita a melhor estimativa da administração no cálculo das perdas de crédito esperadas.
- Aumento significativo no risco de crédito: Em conformidade com a secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco, o Grupo utiliza indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o início. Para os ativos financeiros em carteiras não homogêneas, as notações são determinadas para cada contraparte individualmente com base no juízo especializado dos colaboradores de crédito. Para os ativos financeiros das carteiras homogêneas (devido ao grande número de relações com clientes), o processo de notação é significativamente automatizado com menos julgamento exigido pelos colaboradores de crédito sobre as contrapartes individuais. Tanto para carteiras homogêneas como não homogêneas, os indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente baseiam-se num modelo que compara as probabilidades de incumprimento na duração na data do relatório com as expectativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subseqüentemente, aplicando uma abordagem de quantificação para determinar um limiar que define o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2. A determinação do quantil para definir os limiares da Fase 2 é determinada por peritos na função de Risco do Grupo. Isto representa um dos principais juízos críticos no quadro da IFRS 9 do Grupo e é validado anualmente com base em análises detalhadas de mudança de fase, análise comparativa com comportamentos históricos e comparações entre pares.
- Definição de LGD da Fase 3 para carteiras homogêneas: A provisão para perdas de crédito na Fase 3 é determinada para as carteiras homogêneas do Grupo através de um processo automatizado baseado em LGD parcialmente dependentes do tempo, refletindo a menor expectativa de recuperação quanto mais tempo o cliente estiver em incumprimento, diferenciando assim entre exposições garantidas e não garantidas. Os LGD são calibrados utilizando o histórico de perdas do Grupo construído ao longo das décadas anteriores, os preços de mercado verificados das carteiras em incumprimento vendidas e o juízo de peritos. No caso de carteiras menos materiais, a calibração empírica do LGD é parcialmente apoiada por juízos especializados de colaboradores de crédito, especialmente para determinar as taxas de sanção do cliente como um dos contributos chave. As definições de LGD são validadas anualmente e são regularmente revistas pelo processo de validação do modelo independente do Grupo, que faz parte da função de Gestão do risco do modelo.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 18, "Créditos" e na Nota 19, "Provisão para perdas de crédito".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à recepção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um swap de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controle sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controle sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, strips só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por “interesses retidos”). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e spreads. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de revenda que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como "Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados".

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

O Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do goodwill, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliada ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o goodwill é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o goodwill for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o goodwill atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com software desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de software de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do software estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como “Juros e encargos similares”.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

Estimativas contabilísticas críticas –A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. Ver Nota 27 “Disposições” para mais informações sobre as incertezas dos procedimentos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se invertem no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação de ativos financeiros classificados como FVTOCI, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

Estimativas contábilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um historial de perdas recentes à data de relato. A determinação de um histórico de perdas recentes baseia-se nos resultados antes de impostos ajustados para ter em conta diferenças permanentes e abrange normalmente os exercícios fiscais atuais e os dois anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rentabilidade.

O Grupo crê que a estimativa contábilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contábilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registada como goodwill. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (goodwill negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (step acquisitions), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em

subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (additional paid-in capital – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os ativos e passivos financeiros que respeitam os critérios continuam a ser medidos de acordo com a IFRS 9. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como software (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 25 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

Garantias financeiras emitidas

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Garantias financeiras adquiridas

As garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio HTC ou HTC&S. Tal

resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida atribuídos aos modelos de negócio HTC ou HTC&S podem também ser incorporadas em Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas pelo Grupo. Essas garantias incorporadas não são contabilizadas separadamente como um ativo de reembolso e, em vez disso, contabilizadas como parte do passivo de CLO detido ao custo amortizado. O Grupo revê regularmente o seu pagamento de resgate contratual estimado (incluindo o benefício de tais garantias incorporadas) de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. A revisão baseia-se nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO).

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados.

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

O Grupo avalia, no início do contrato, se um contrato constitui, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contrapartida.

O Grupo aplica uma abordagem de reconhecimento e medição única para todas as locações com um prazo superior a 12 meses, a menos que o ativo subjacente seja de baixo valor. Enquanto locatário, na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo, deduzidas quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas, e ajustado para qualquer remensuração dos passivos por locação. O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante dos passivos por locação, ajustados em relação a quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de início ou antes, acrescidos de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o ativo subjacente ou para restabelecer o local em que está localizado, deduzidos quaisquer incentivos à locação recebidos. Os ativos sob direito de uso são amortizados numa base linear ao longo do prazo da locação.

O passivo por locação é medido ao valor atual dos pagamentos da locação a efetuar ao longo do prazo da locação. Os pagamentos de locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) deduzidos de quaisquer incentivos à locação e pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou de uma taxa. Os pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. Uma vez que os ativos sob direito de uso não geraram fluxos de caixa de forma independente para calcular o seu valor em utilização, o Grupo considera qualquer rendimento de sublocação que pudesse razoavelmente ser obtido. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospectivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de

baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, "Benefícios dos empregados" contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rentabilidade (yields) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas

de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Subsídios governamentais

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais quando existe garantia razoável de que receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao subsídio. O benefício é reconhecido no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos relacionados e é apresentado como uma redução das despesas relacionadas.

O Grupo considera o Banco Central Europeu (BCE) como um governo ou organismo semelhante para efeitos da IAS 20. A taxa de juro efetiva para empréstimos ao abrigo do programa de refinanciamento de longo prazo III ("TLTRO III") do BCE é determinada com base nas taxas de refinanciamento aplicáveis do BCE fora do TLTRO III. O Grupo contabiliza o benefício como uma subvenção governamental. O programa de refinanciamento do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO III) destina-se a estimular a criação de crédito na zona euro, incentivando a concessão de empréstimos pelos bancos participantes a sociedades não financeiras e famílias. A dimensão do benefício depende dos valores emprestados e da realização dos vários limiares de desempenho dos empréstimos. Durante 2021, o Comité de Interpretação das IFRS (IFRS IC) recebeu um pedido de esclarecimento sobre a forma de contabilizar o TLTRO III mas, à data destas demonstrações financeiras, ainda não publicou o seu parecer final sobre este assunto. O Grupo tem acompanhado de perto as deliberações do IFRS IC sobre este tema e a avaliação do TLTRO III por parte do Grupo. A este respeito, embora o DB aguarde a decisão final das deliberações do IFRS IC, não espera um impacto material da decisão.

Para mais informações sobre o benefício reconhecido pelo Grupo do programa de refinanciamento TLTRO III, consulte a Nota 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Obrigações de comprar ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares". Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelos segmentos de linha de negócio Corporate Bank e Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2021 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Reforma dos referenciais de taxas de juro (alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Em 1 de janeiro de 2021, o Grupo adotou alterações à IFRS 9, "Instrumentos financeiros", à IAS 39, "Instrumentos financeiros": Reconhecimento e medição", à IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações", à IFRS 4, "Contratos de seguros" e à IFRS 16, "Locações" como a Fase 2 do projeto do Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade que aborda os potenciais efeitos da reforma das taxas interbancárias de Londres (LIBOR) e Eonia (coletivamente, "IBOR") no relato financeiro. O Grupo adotou os requisitos da Fase 1 em 1 de janeiro de 2019. A Fase 1 continua a aplicar-se a certas maturidades da LIBOR em USD em que a cessação não ocorrerá antes de junho de 2023.

Por conseguinte, as alterações da fase 2 abordam questões de substituição que podem afetar o relato financeiro quando um índice de referência de taxa de juro existente é substituído. Isto inclui a alteração de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, bem como requisitos específicos de contabilidade de cobertura. As alterações introduzem um expediente prático para as alterações exigidas pela reforma (alterações exigidas em consequência direta da reforma da IBOR e realizadas numa base economicamente equivalente). Estas alterações são contabilizadas através da atualização da taxa de juro efetiva. Todas as outras alterações são contabilizadas pela utilização dos atuais requisitos das IFRS. É introduzido um expediente prático semelhante para a contabilidade do locatário que aplica a IFRS 16, em que, ao avaliar a modificação da locação devido à reforma da IBOR, a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor contábilístico revisto do passivo da locação é alterada apenas para a alteração na taxa de referência. Além disso, nos termos das alterações a contabilidade de cobertura não é descontinuada apenas devido à reforma da IBOR. As relações de cobertura (e documentação relacionada) devem ser alteradas de forma a refletir alterações à rubrica de cobertura, ao instrumento de cobertura e ao risco coberto. As relações de cobertura alteradas devem cumprir todos os critérios qualificados para aplicar a contabilidade de cobertura, incluindo requisitos de eficácia. As alterações exigem também divulgações adicionais que permitam aos utilizadores compreender a natureza e a extensão dos riscos decorrentes da reforma da IBOR a que a entidade está exposta e a forma como a entidade gere esses riscos. Além disso, o progresso da entidade na transição da IBOR para taxas de referência alternativas e a forma como a entidade está a gerir esta transição exigem divulgação.

O Grupo estabeleceu em 2018 um programa de transição da IBOR e do Regulamento da UE relativo aos índices de referência para todo o Grupo, destinado a gerir uma transição suave da IBOR para as novas taxas sem risco (RFR). O programa é patrocinado pelo Diretor Financeiro do Grupo e tem uma representação sénior de cada divisão, região e função de infraestrutura. O programa tem-se concentrado na identificação e quantificação das exposições a vários índices de referência de taxa de juro, fornecendo a capacidade de negociar produtos que referenciam RFR alternativas e avaliando os contratos existentes que referenciam a IBOR. As atualizações dos progressos são fornecidas mensalmente ao Conselho Diretor de Transição IBOR do Grupo e ao Diretor Financeiro. A supervisão do programa de preparação para a transição tem sido um foco importante, juntamente com atividades em todas as três linhas de defesa, a fim de minimizar o risco e as perturbações para os clientes e mercados financeiros.

O Grupo tem uma exposição significativa às IBOR predominantemente em instrumentos financeiros e muitos destes contratos venceram após a data de cessação para cada índice de referência. As exposições do Grupo a derivados decorrem de transações que são realizadas a fim de realizar mercados para os seus clientes e cobrir os seus riscos, bem como de empréstimos e depósitos, obrigações e titularizações. O Grupo tem planos, processos e procedimentos detalhados em vigor para apoiar a transição até à data prevista para a sua cessação.

Como parte do programa, o Grupo realizou uma avaliação de risco de transformação abrangente que é atualizada regularmente e identificou os principais riscos inerentes e ações de mitigação para melhorar o ambiente de controlo. Os principais riscos incluem o risco estratégico do negócio, o risco legal e de conformidade, o risco de conduta, o risco de liquidez, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco operacional, o risco de transição, o risco de modelo, a contabilidade, o relato financeiro e o risco fiscal, o risco de segurança da informação e o risco de transformação tecnológica.

O Grupo continua a implementar planos, com o objetivo de atenuar os restantes riscos associados à descontinuação esperada das taxas de juro de referência referenciadas pela IBOR. A este respeito, o Grupo:

- reviu a linguagem de repercussão dos instrumentos associados à IBOR, incluindo o desenvolvimento de um novo quadro introduzido para quantificar o impacto potencial das posições difíceis de transição, a que se refere como "legado difícil";

- foi iniciado um fórum de consultoria para o risco de conduta no início de 2020, com o objetivo de discutir e rever todos os tipos de riscos de conduta (incluindo novos riscos e plano atual) relevantes para a transição IBOR;
- implementou a transição dos seus programas de contabilidade de cobertura de risco de taxa de juro para as taxas sem risco, exceto para a LIBOR em USD que está em curso.
- empenhou-se proativamente com os clientes para facilitar e apoiar a transição de instrumentos financeiros para novas RFR.

Embora o Grupo tenha uma exposição significativa às IBOR predominantemente em instrumentos financeiros, as alterações não tiveram um impacto significativo na transição nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 2021, o Grupo fez progressos positivos nas suas atividades de transição, particularmente nas IBOR que cessaram a sua publicação a 3 de janeiro de 2022. Especificamente para estas IBOR, o Grupo:

- é capaz de oferecer aos clientes a maioria dos produtos numa base equivalente a RFR.
- tem texto de recurso para a grande maioria das transações bilaterais de derivados do Grupo.
- está a utilizar proativamente o texto de recurso eficaz disponível ao realizar quaisquer novas transações baseadas na IBOR.
- transitou ativamente quase todos os contratos existentes de IBOR para RFR com os clientes.
- migrou a sua arquitetura de risco e preços de LIBOR em GBP, CHF, JPY e USD para SONIA, SARON, TONAR e SOFR, respetivamente, incluindo os nossos cálculos de capital.
- alterou a documentação de cobertura e o risco coberto nas relações de contabilidade de cobertura para a transição da LIBOR em GBP, LIBOR em CHF, LIBOR em JPY, LIBOR em USD e EONIA para SONIA, SARON, TONAR, SOFR e ESTR, respetivamente.

À medida que a indústria transita da IBOR para a RFR, espera-se que a liquidez do mercado se reduza nos instrumentos financeiros baseados em IBOR e que aumente nos instrumentos financeiros baseados em RFR. A avaliação dos instrumentos financeiros deve, portanto, ser derivada com referência às RFR. Não se espera que isto tenha um impacto material na demonstração consolidada dos resultados do Grupo. Em algumas jurisdições e em algumas divisas, estão a surgir várias taxas de referência que podem ser adotadas em certos instrumentos financeiros. O Grupo continua a examinar estas taxas de referência e irá acompanhar a evolução do mercado ao longo do tempo.

IFRS 4 "Contratos de seguros"

Em 1 de janeiro de 2021, o Grupo adotou alterações à IFRS 4 "Contratos de seguro" que prorrogam a isenção temporária para aplicar a IFRS 9 a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 16 "Locações"

Em 30 de agosto de 2021, o Grupo adotou alterações à IFRS 16 "Locações" que prorrogam a isenção anteriormente prevista para os locatários de avaliar se uma concessão de arrendamento relacionada com a COVID-19 é uma modificação de locação a concessões de arrendamento para as quais qualquer redução nos pagamentos de locação afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (em vez de apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021). As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 17 "Contratos de seguros"

Em maio de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a IFRS 17 "Contratos de seguros", que estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do âmbito da norma. A IFRS 17 substitui a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 17 será efetiva para períodos anuais com início

em ou após 1 de janeiro de 2023. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, é expectável que a IFRS 17 não tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em junho de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 17 "Contratos de seguros" que abordam preocupações e desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17 em 2017. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Em dezembro de 2021, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IFRS 17 "Contratos de seguros" que é uma alteração de âmbito restrito aos requisitos de transição da IFRS 17 para entidades que aplicam pela primeira vez a IFRS 17 e a IFRS 9 ao mesmo tempo. As alterações (se optadas) serão aplicáveis quando a IFRS 17 for aplicada pela primeira vez. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes"

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" para esclarecer os custos que uma entidade considera ao avaliar se um contrato é oneroso. As alterações especificam que o "custo de cumprimento" de um contrato inclui os "custos diretamente relacionados com o contrato". Os custos diretamente relacionados com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma atribuição de outros custos diretamente relacionados com o cumprimento dos contratos. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 12 "Impostos sobre o rendimento"

Em maio de 2021, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IAS 12 "Impostos sobre o rendimento". Alteram o tratamento fiscal diferido relacionado com ativos e passivos numa única transação de forma a introduzir uma isenção da isenção de reconhecimento inicial prevista na IAS 12.15(b) e IAS 12.24. Por conseguinte, a isenção de reconhecimento inicial não se aplica às transações em que tanto as diferenças temporárias dedutíveis como as temporárias tributáveis surjam no reconhecimento inicial e resultem no reconhecimento de ativos e passivos por impostos diferidos. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. A alteração não produzirá um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras"

Em janeiro de 2020 e julho de 2020, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras": Classificação dos passivos como correntes ou não correntes". Estas esclarecem que a classificação dos passivos como correntes ou não correntes deve basear-se em direitos existentes no final do período de relato. As alterações também esclarecem que a classificação não é afetada pelas expectativas quanto à questão de saber se uma entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação de um passivo e deixar claro que a liquidação se refere à transferência para a contraparte de numerário, instrumentos de capital, outros ativos ou serviços. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. A alteração não produzirá um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

Melhorias para os ciclos das IFRS 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do IASB nos ciclos 2018-2020. Estas incluem alterações que resultam em alterações contábilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com a IFRS 1 "Adoção das normas internacionais de relato financeiro pela primeira vez", IAS 9 "Instrumentos financeiros", IFRS 16, "Locações" e IAS 41 "Agricultura". As alterações à IFRS 9 clarificam quais as taxas que uma entidade inclui ao avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais

No terceiro trimestre de 2021, o Grupo concluiu a aquisição de 100% das ações da Better Payment Germany GmbH, um prestador de serviços de pagamentos em fase inicial com sede em Berlim. Através desta aquisição, o Grupo pretende expandir a sua quota de mercado no processamento e aceitação de pagamentos. O justo valor do preço de compra pago pela aquisição consistiu em 5 milhões de euros em numerário e numa contraprestação de 3 milhões de euros dependente de um conjunto de KPI a serem alcançados no prazo de 3 anos após a aquisição. Como parte da alocação preliminar do preço de compra, o Grupo registou um goodwill de 5 milhões de euros atribuído à unidade geradora de caixa do Corporate Bank (CB CBU). Dada a avaliação específica da unidade, o novo goodwill no CB foi considerado em imparidade e imediatamente anulado em 2021 (consultar a Nota 23 "Goodwill e outros ativos intangíveis").

Durante 2020 e 2019, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Alienações

O Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/negócios durante 2021, 2020 e 2019. Estas alienações eram principalmente constituídas por negócios que o Grupo tinha anteriormente classificado como detidos para venda, incluindo a conclusão da transferência da plataforma Global Prime Finance & Electronic Equities para o BNP Paribas em 2021, a venda da Postbank Systems AG em 2020 e a venda do negócio Private & Commercial Clients em Portugal em 2019. Para mais pormenores, consultar a Nota 24 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda". A contrapartida total recebida por estas alienações (em numerário) em 2021, 2020 e 2019 foi de 34 milhões de euros (0 milhões de euros em numerário), 7 milhões de euros (7 milhões de euros em numerário) e 1,8 mil milhões de euros (1,8 mil milhões de euros em numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações. Os montantes para 2021 representam os ativos e passivos detidos para venda do negócio Global Prime Finance & Electronic Equities no final do terceiro trimestre de 2021 antes da conclusão da transferência para o BNP Paribas em 2021.

em milhões de euros	2021	2020	2019
Caixa e seus equivalentes	0	2	0
Todos os restantes ativos	3.507	7	2.713
Total do ativo alienado	3.507	9	2.714
Total do passivo alienado	8.102	79	1.003

04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio.

As operações de negócios do banco são organizadas segundo a estrutura divisional que engloba as divisões corporativas seguintes:

- Corporate Bank (CB)
- Investment Bank (IB)
- Private Bank (PB)
- Asset Management (AM)
- Capital Release Unit (CRU)
- Corporate & Other (C&O)

A informação segmental para as divisões corporativas PB, AM, CRU e C&O manteve-se inalterada no seu âmbito e a informação segmental relacionada é realçada abaixo. Houve uma alteração em relação à apresentação do ano anterior relacionada com o CB, bem como com o IB, que é descrita na secção abaixo.

A partir do primeiro trimestre de 2021, o Corporate Bank reporta proveitos nas categorias Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial.. Os Serviços de Clientes Institucionais incluem a Gestão de Caixa para Clientes Institucionais, Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários, todos eles anteriormente reportados em "Global Transaction Banking". Os Serviços de Tesouraria Empresarial fornecem o conjunto completo de Trade Finance and Lending, bem como Gestão de Tesouraria Empresarial para clientes empresariais multinacionais e alemães de grande e média dimensão, anteriormente reportado em "Global Transaction Banking" e "Commercial Banking Alemanha". A Banca Empresarial – anteriormente reportada em "Commercial Banking Alemanha" – cobre pequenas empresas e clientes empresariais na Alemanha e oferece um conjunto de produtos holístico e amplamente padronizado. As informações segmentais dos anos anteriores são apresentadas na estrutura atual.

O Investment Bank combina as áreas de Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. A partir do segundo trimestre de 2021, o Investment Bank apresentou os resultados de recuperação de CLO na sua categoria de receitas "Outras". Anteriormente, estes resultados eram apresentados em "FIC Sales & Trading" e "Origination & Advisory". As informações segmentais dos anos anteriores são apresentadas na estrutura atual.

O Private Bank inclui o Private Bank Alemanha e o International Private Bank. A divisão abrange clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Os negócios internacionais também prestam serviços a clientes comerciais.

O segmento Asset Management opera no âmbito da marca DWS. O segmento Asset Management fornece soluções de investimento a investidores e instituições individuais com uma gama diversificada de produtos e serviços de Active, Passive e Asset Management.

A Capital Release Unit inclui os restantes ativos transferidos do negócio Equities Sales & Trading, posições de rendimento fixo de menor rendimento, especialmente em Rates, a antiga carteira não estratégica da CIB, bem como uma carteira de empréstimos antiga do antigo Private & Commercial Bank na Polónia. No quarto trimestre de 2021, o banco concluiu a transição da plataforma Prime Finance and Electronic Equities do Deutsche Bank para o BNP Paribas.

O segmento Corporate & Other inclui as receitas, os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais, bem como diferenças de avaliação e momento de diferentes métodos contabilísticos utilizados para o relatório de gestão e as IFRS.

Além disso, com base em decisões de gestão durante o período abrangido pelo relatório, foram introduzidas novas alterações de divisões. As informações segmentais dos anos anteriores são apresentadas na estrutura atual.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada na secção "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. O relatório de gestão interno do Grupo não considera separadamente passivos por segmentos ou custos de juros. Do mesmo modo, a depreciação e amortização, as despesas fiscais e outro rendimento integral não são apresentados em separado internamente, pelo que não são aqui divulgados.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (em IB) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&O) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira externa do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o quadro interno de preços de transferência de fundos ("FTP") do banco. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas incluem a afetação do capital próprio médio dos acionistas.

Preços de transferência de fundos

No terceiro trimestre de 2019, o quadro FTP foi alterado a fim de aumentar a sua eficácia como instrumento de gestão, bem como para melhor apoiar a otimização dos custos de financiamento. O novo quadro FTP visa atribuir mais fielmente os custos e benefícios de financiamento às divisões da empresa de forma ajustada ao risco e uniforme em todo o Grupo. As alterações na metodologia não afetam os custos globais de financiamento do Grupo. No entanto, o quadro resulta numa reafetação de custos e benefícios entre segmentos. Esta reafetação resultou num benefício para os negócios de negociação, parcialmente compensados por uma redução dos benefícios de financiamento para o Private Bank (PB) e o Corporate Bank (CB) em relação à metodologia anterior. Como parte da introdução do novo quadro, foi tomada uma decisão de manter certos custos transitórios na Corporate & Others (C&O), o que irá reduzir ao longo do tempo, refletindo a natureza de longa data dos passivos.

O impacto do novo quadro FTP para o primeiro semestre de 2019 teria sido um impacto positivo sobre os resultados do IB e da CRU de aproximadamente 140 milhões de euros e 30 milhões de euros, respetivamente, ao mesmo tempo que os resultados do BC, PB e C&O teriam sido inferiores em cerca de 20 milhões de euros, 30 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente.

Afetação do capital próprio médio dos acionistas

O capital próprio dos acionistas é totalmente atribuído aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição ao rácio de alavancagem. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

Títulos isentos de impostos dos EUA

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 40 milhões de euros no exercício de 2021, 45 milhões de euros no exercício de 2020 e 35 milhões de euros no exercício de 2019. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&O. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável da margem financeira, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 21% em 2021, 2020 e 2019.

Reajustamento da infraestrutura de colaboradores a tempo inteiro

No terceiro trimestre de 2021, aproximadamente 9000 FTE passaram de C&O para os segmentos de negócio operacionais, impulsionados pela decisão do banco de que o Diretor de Operações (COO) deixaria de ser uma função separada do Conselho de Administração. Assim, partes relacionadas com o negócio do COO que apoiam o Investment Bank e o Corporate Bank, que anteriormente eram geridos em Infraestruturas, passaram para essas divisões. A informação financeira comparativa por segmentos foi reajustada em conformidade. Esta alteração não resultou num impacto financeiro material a nível de segmento, uma vez que os custos são alocados pela C&O aos segmentos de negócio operacionais que estão a

utilizar o serviço das respetivas funções de infraestrutura e, com esta alteração, os custos são diretamente incorridos pelas divisões em vez de serem reimputados pela C&O.

Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

	2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.150	9.631	8.234	2.708	26	(339)	25.410
Provisão para perdas de crédito	(3)	104	446	5	(42)	5	515
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.447	2.199	2.810	822	128	3.012	10.418
Despesas gerais e administrativas	2.659	3.583	4.440	840	1.306	(2.008)	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Atividades de reestruturação	42	47	173	2	(2)	(0)	261
Despesas totais (excluindo juros)	4.153	5.830	7.423	1.664	1.432	1.004	21.505
Participações minoritárias	0	(17)	0	223	0	(206)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.000	3.715	366	816	(1.364)	(1.143)	3.390
Rácio custo/rendimento	81%	61%	90%	61%	N/S	N/S	85%
Ativos²	245.716	615.906	310.496	10.387	131.775	9.713	1.323.993
Adições a ativos não correntes	17	6	149	32	1	1.734	1.939
Ativos ponderados pelo risco	65.406	140.600	85.366	14.415	28.059	17.783	351.629
Exposição da alavancagem (fully-loaded)³	299.892	530.361	320.692	10.678	38.830	22.761	1.124.667
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.301	24.181	12.663	4.815	4.473	0	56.434
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	6%	10%	1%	12%	(23)%	N/S	3%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	7%	11%	1%	30%	(23)%	N/S	4%
¹ inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.605	3.332	4.601	(5)	58	564	11.155
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	(34)	40	81	7	1	98
² inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	72	462	180	349	25	4	1.091

N/S – Não significativo

³ A exposição à alavancagem do Grupo é apresentada excluindo determinadas exposições baseadas no Eurosistema expostas a bancos centrais do Eurosistema, com base na Decisão (UE) 2020/1306 do BCE e após ter obtido autorização do BCE. As exposições de alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa dedução.

⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

							2020
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.146	9.286	8.126	2.229	(225)	(534)	24.028
Provisão para perdas de crédito	364	690	711	2	29	(4)	1.792
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.402	2.081	2.863	740	168	3.217	10.471
Despesas gerais e administrativas	2.813	3.323	4.238	763	1.774	(2.652)	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	28	14	413	22	5	3	485
Despesas totais (excluindo juros)	4.243	5.418	7.513	1.526	1.947	568	21.216
Participações minoritárias	0	11	0	157	(0)	(169)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	539	3.166	(99)	544	(2.200)	(929)	1.021
Rácio custo/rendimento	82%	58%	92%	68%	N/S	N/S	88%
Ativos²	237.675	573.536	296.596	9.453	197.667	10.333	1.325.259
Adições a ativos não correntes	10	4	202	32	0	3.174	3.423
Ativos ponderados pelo risco	57.483	128.292	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951
Exposição da alavancagem (fully-loaded)³	273.959	476.097	307.746	4.695	71.726	29.243	1.078.268
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.945	22.911	11.553	4.757	6.166	0	55.332
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3%	9%	(1)%	8%	(26)%	N/S	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3%	10%	(1)%	21%	(27)%	N/S	0%
¹ inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.883	3.325	4.499	1	61	756	11.526
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	22	23	63	9	1	120
² inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	399	60	304	67	4	901

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

³ A exposição à alavancagem do Grupo é apresentada excluindo determinadas exposições baseadas no Eurossistema expostas a bancos centrais do Eurossistema, com base na Decisão (UE) 2020/1306 do BCE e após ter obtido autorização do BCE. As exposições de alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa dedução.

⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 39% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

							2019
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.247	7.023	8.239	2.332	217	107	23.165
Provisão para perdas de crédito	284	110	344	1	(14)	(0)	723
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.419	2.156	2.971	832	359	3.406	11.142
Despesas gerais e administrativas	2.829	4.073	4.517	851	2.898	(2.916)	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Atividades de reestruturação	137	169	125	29	143	41	644
Despesas totais (excluindo juros)	4.877	6.397	8.159	1.711	3.400	531	25.076
Participações minoritárias	0	20	(0)	152	1	(173)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	86	496	(263)	468	(3.170)	(251)	(2.634)
Rácio custo/rendimento	93%	91%	99%	73%	N/S	N/S	108%
Ativos ²	228.846	501.591	270.334	9.936	259.224	27.743	1.297.674
Adições a ativos não correntes	9	1	167	27	0	1.117	1.322
Ativos ponderados pelo risco	58.993	116.367	74.032	9.527	45.874	19.223	324.015
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	270.836	432.066	282.575	4.643	126.905	51.016	1.168.040
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.340	21.736	11.663	4.865	7.253	4.314	60.170
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	(0)%	1%	(2)%	7%	(32)%	N/S	(10)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ³	(0)%	1%	(2)%	18%	(33)%	N/S	(11)%
¹ inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.635	2.709	4.838	(39)	85	3.520	13.749
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	32	14	49	12	1	110
² inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	66	412	82	276	90	4	929

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

³ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (100)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	5.150	5.146	5.247	4	0	(101)	(2)
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	2.605	2.883	2.635	(278)	(10)	248	9
Rendimentos de serviços e comissões	2.203	2.078	2.192	125	6	(114)	(5)
Rendimentos restantes	343	185	420	158	85	(235)	(56)
Provisão para perdas de crédito	(3)	364	284	(367)	N/S	80	28
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.447	1.402	1.419	46	3	(17)	(1)
Despesas gerais e administrativas	2.659	2.813	2.829	(154)	(5)	(16)	(1)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	492	5	N/S	(492)	N/S
Atividades de reestruturação	42	28	137	13	47	(108)	(79)
Despesas totais (excluindo juros)	4.153	4.243	4.877	(90)	(2)	(634)	(13)
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.000	539	86	461	86	453	N/S
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	246	238	229	8	3	9	4
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	122	115	119	8	7	(5)	(4)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	13.265	13.320	13.471	(55)	(0)	(151)	(1)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	7.063	7.074	5.524	(11)	(0)	1.550	28
Geração de dívida	1.573	1.500	1.117	73	5	383	34
Geração de ações	544	369	148	174	47	221	149
Consultoria	491	244	370	247	101	(126)	(34)
Geração e consultoria	2.608	2.114	1.635	494	23	479	29
Outros	(40)	99	(136)	(139)	N/S	235	N/S
Total de receitas líquidas	9.631	9.286	7.023	345	4	2.263	32
Provisão para perdas de crédito	104	690	110	(587)	(85)	581	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.199	2.081	2.156	118	6	(75)	(3)
Despesas gerais e administrativas	3.583	3.323	4.073	260	8	(750)	(18)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	47	14	169	33	N/S	(155)	(92)
Despesas totais (excluindo juros)	5.830	5.418	6.397	411	8	(979)	(15)
Participações minoritárias	(17)	11	20	(29)	N/S	(8)	(41)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	3.715	3.166	496	549	17	2.670	N/S
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	616	574	502	42	7	72	14
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	93	69	75	24	34	(6)	(8)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	7.202	7.584	7.494	(382)	(5)	90	1

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Private Bank Alemanha	5.008	4.989	5.109	19	0	(120)	(2)
International Private Bank	3.226	3.136	3.130	90	3	7	0
IPB Personal Banking ¹	908	870	905	38	4	(34)	(4)
IPB Private Banking ² e Wealth Management	2.318	2.266	2.225	52	2	41	2
Total de receitas líquidas	8.234	8.126	8.239	109	1	(113)	(1)
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	4.601	4.499	4.838	102	2	(339)	(7)
Rendimentos de serviços e comissões	3.207	3.052	2.866	155	5	187	7
Rendimentos restantes	426	574	534	(148)	(26)	40	7
Provisão para perdas de crédito	446	711	344	(265)	(37)	367	107
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.810	2.863	2.971	(53)	(2)	(108)	(4)
Despesas gerais e administrativas	4.440	4.238	4.517	202	5	(280)	(6)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	545	0	N/S	(545)	N/S
Atividades de reestruturação	173	413	125	(240)	(58)	287	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	7.423	7.513	8.159	(91)	(1)	(645)	(8)
Participações minoritárias	0	0	(0)	(0)	(87)	1	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	366	(99)	(263)	465	N/S	164	(62)
Total de ativos (em mil milhões de euros) ³	310	297	270	14	5	26	10
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	254	237	227	17	7	10	5
Ativos sob Gestão (em mil milhões de euros) ⁴	553	493	482	59	12	11	2
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	30	16	4	14	88	12	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	28.100	29.764	31.421	(1.665)	(6)	(1.657)	(5)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Incluindo pequenas empresas em Itália, Espanha e Índia.² Incluindo pequenas e médias empresas em Itália, Espanha e Índia.³ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.⁴ Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. No Private Bank Alemanha, IPB Personal Banking e IPB Private Banking, inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management do IPB, é assumido que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.370	2.136	2.141	233	11	(5)	(0)
Comissões de desempenho e transação	212	90	201	122	135	(111)	(55)
Outros	126	3	(10)	123	N/S	13	N/S
Total de receitas líquidas	2.708	2.229	2.332	478	21	(103)	(4)
Provisão para perdas de crédito	5	2	1	3	148	1	59
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	822	740	832	82	11	(92)	(11)
Despesas gerais e administrativas	840	763	851	77	10	(88)	(10)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	(0)	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	2	22	29	(20)	(92)	(6)	(22)
Despesas totais (excluindo juros)	1.664	1.526	1.711	138	9	(185)	(11)
Participações minoritárias	223	157	152	66	42	5	4
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	816	544	468	272	50	76	16
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	10	9	10	1	10	(0)	(5)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	928	793	768	135	17	25	3
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	48	30	25	17	N/S	5	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	4.072	3.926	3.925	146	4	1	0

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Capital Release Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	26	(225)	217	251	N/S	(442)	N/S
Provisão para perdas de crédito	(42)	29	(14)	(70)	N/S	43	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	128	168	359	(40)	(24)	(191)	(53)
Despesas gerais e administrativas	1.306	1.774	2.898	(468)	(26)	(1.124)	(39)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(2)	5	143	(7)	N/S	(139)	(97)
Despesas totais (excluindo juros)	1.432	1.947	3.400	(515)	(26)	(1.453)	(43)
Participações minoritárias	-	(0)	1	0	N/S	(1)	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(1.364)	(2.200)	(3.170)	836	(38)	970	(31)
Total de ativos (em mil milhões de euros) ¹	132	198	259	(66)	(33)	(62)	(24)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	267	478	614	(211)	(44)	(136)	(22)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	(339)	(534)	107	195	(36)	(641)	N/S
Provisão para perdas de crédito	5	(4)	(0)	9	N/S	(3)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.012	3.217	3.406	(206)	(6)	(188)	(6)
Despesas gerais e administrativas	(2.008)	(2.652)	(2.916)	644	(24)	263	(9)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(0)	3	41	(3)	N/S	(38)	(93)
Despesas totais (excluindo juros)	1.004	568	531	436	77	37	7
Participações minoritárias	(206)	(169)	(173)	(37)	22	3	(2)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(1.143)	(929)	(251)	(213)	23	(679)	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	30.064	29.587	30.672	477	2	(1.085)	(4)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais informações sobre as componentes das receitas líquidas, ver "Relatório de gestão": Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisões para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CB, IB, PB, AM e CRU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde os proveitos são registados. As informações para C&O são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&O é detida centralmente.

em milhões de euros	2021	2020	2019
Alemanha:			
Corporate Bank	2.593	2.538	2.444
Investment Bank	450	431	364
Private Bank	5.481	5.456	5.562
Asset Management	1.385	992	1.054
Capital Release Unit	4	23	80
Total da Alemanha	9.914	9.441	9.504
Reino Unido:			
Corporate Bank	144	110	207
Investment Bank	3.642	3.552	2.244
Private Bank	(2)	31	29
Asset Management	336	292	345
Capital Release Unit	(122)	(383)	(181)
Total do Reino Unido	3.997	3.602	2.645
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
Corporate Bank	900	934	846
Investment Bank	255	358	292
Private Bank	1.783	1.682	1.676
Asset Management	286	344	380
Capital Release Unit	26	35	99
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	3.249	3.355	3.293
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Corporate Bank	750	768	951
Investment Bank	3.904	3.285	2.701
Private Bank	364	362	379
Asset Management	537	465	437
Capital Release Unit	41	50	88
Total das Américas	5.596	4.929	4.556
Ásia e Pacífico:			
Corporate Bank	764	796	798
Investment Bank	1.381	1.660	1.421
Private Bank	608	594	593
Asset Management	163	136	116
Capital Release Unit	77	49	130
Total de Ásia e Pacífico	2.993	3.236	3.059
Corporativo e outros	(339)	(534)	107
Proveitos líquidos consolidados¹	25.410	24.028	23.165

¹ Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2021	2020	2019
Juros e rendimentos similares:			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	160	321	1.762
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	67	325	293
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	273	318	340
Empréstimos	10.477	11.439	13.760
Outros ¹	1.747	896	824
Total de juros e rendimentos similares de ativos medidos ao custo amortizado	12.724	13.298	16.979
Rendimento de juros sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	501	635	1.023
Total de juros e rendimentos similares calculados segundo o método da taxa de juro efetiva	13.225	13.933	18.002
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ¹	3.374	3.873	7.205
Total de juros e rendimentos similares	16.599	17.806	25.208
Dos quais: custos de juros negativos sobre passivos financeiros	1.217	636	372
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	1.244	1.941	3.643
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	148	169	367
Outros empréstimos a curto prazo	71	62	163
Dívida a longo prazo	1.484	1.612	2.002
Títulos fiduciários preferenciais	3	42	187
Outros	876	807	1.667
Total de gasto de juros medidos pelo custo amortizado	3.825	4.633	8.030
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.619	1.648	3.429
Total de gasto de juros	5.444	6.280	11.458
Dos quais: rendimentos de juros negativos sobre ativos financeiros	786	582	743
Rendimento de juros líquido	11.155	11.526	13.749

¹Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Outro rendimento de juros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 incluiu 0 milhões de euros, 43 milhões de euros e 93 milhões de euros, respetivamente, relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II).

Impacto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO III) do BCE

O Conselho do BCE decidiu sobre uma série de alterações aos termos e condições do seu programa de financiamento de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas III (TLTRO III), a fim de apoiar ainda mais a prestação de crédito às famílias e empresas face à atual perturbação económica e ao aumento da incerteza causada pela pandemia COVID-19.

A taxa de juro base no âmbito do programa de refinanciamento TLTRO III é a média da taxa das principais operações de refinanciamento, com exceção do período de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2022, em que se aplica um desconto de 50 pontos base ("desconto da taxa base"). A taxa de juro aplicável ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III pode reduzir ainda mais através de "novos descontos de empréstimo" que se aplicam se determinados limiares de empréstimo líquido forem atingidos. Consequentemente, os bancos cujos empréstimos líquidos elegíveis excedam 0% entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021 pagam uma taxa 0,5% inferior à taxa média da facilidade de depósito para empréstimos entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021. A taxa de juro fora do período de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2021 será a taxa de juro média da facilidade de depósito (atualmente (0,5)%), com exceção do período de 24 de junho de 2021 a 23 de junho de 2022, em que os bancos pagam uma taxa 0,5% inferior à taxa média da facilidade de depósito para empréstimos contraídos, desde que a sua capacidade líquida de financiamento elegível exceda 0% entre 1 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tomou emprestados 44,7 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2020): 37,5 mil milhões de euros) ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III. O Grupo contabiliza o desconto da taxa de base e os novos descontos de empréstimo como subsídio governamental ao abrigo da IAS 20. Os rendimentos provenientes do subsídio governamental estão incluídos noutra rendimento de juros. O Grupo reconhece o benefício do programa de

refinanciamento TLTRO III no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos de empréstimos relacionados se tiver estabelecido uma garantia razoável de que irá cumprir os limiares de empréstimo relevantes. A 31 de dezembro de 2021, o Grupo cumpriu os requisitos para o reconhecimento do desconto da taxa de base e dos novos descontos para empréstimos para os períodos de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2021 e de 24 de junho de 2021 a 23 de junho de 2022. Como resultado, para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo aplicou uma taxa "all-in" de (1)% que resultou no reconhecimento de rendimentos de juros de 494 milhões de euros, incluindo o impacto de um reconhecimento de recuperação da taxa de incentivo mais favorável no que diz respeito à participação no S2 2020. Em contrapartida, para o ano findo a 31 de dezembro de 2020, o Grupo não estabeleceu uma garantia razoável de tal forma que aplicou apenas o desconto da taxa de base que resultou num rendimento de juros de 86 milhões de euros.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2021	2020	2019
Rendimentos de negociação:			
FIC Sales and Trading	2.780	3.457	2.563
Outros rendimentos de negociação (perdas)	(921)	(1.228)	(2.366)
Total de rendimentos de negociação (perdas)	1.859	2.230	197
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	95	5	72
Títulos de capital	812	114	271
Créditos e compromissos de crédito	18	(38)	28
Depósitos	2	(9)	(19)
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	180	203	25
Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:	1.106	276	377
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Créditos e compromissos de crédito	11	15	(9)
Depósitos	5	(1)	(0)
Dívida a longo prazo	48	(71)	(386)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15	16	15
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	79	(40)	(381)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.045	2.465	193

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2021	2020	2019
Rendimento de juros líquido	11.155	11.526	13.749
Rendimentos de negociação (perdas) ¹	1.859	2.230	197
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1.106	276	377
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	79	(40)	(381)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.045	2.465	193
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados²	14.200	13.991	13.942
Serviços de Tesouraria Empresarial	1.814	2.073	1.757
Serviços de Clientes Institucionais	326	311	405
Banca para empresas	526	555	556
Corporate Bank	2.666	2.939	2.718
FIC Sales & Trading	6.917	6.991	5.696
Restantes produtos	(26)	202	(253)
Investment Bank	6.891	7.193	5.442
Private Bank Alemanha	3.114	2.956	3.292
International Private Bank	1.733	1.693	1.699
Private Bank	4.847	4.648	4.991
Asset Management	246	(98)	87
Capital Release Unit	(18)	(33)	155
Corporate & Other	(432)	(658)	549
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.200	13.991	13.942

¹ Os rendimentos de negociação (perda) incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura.

² Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2021	2020	2019
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	13.730	12.044	12.283
Encargos com serviços e comissões	2.796	2.620	2.763
Resultado líquido de serviços e comissões	10.934	9.424	9.520

Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

	31 de dezembro de 2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:							
Comissões de administração	231	27	259	21	4	(2)	539
Comissões de ativos geridos	16	1	369	3.570	(0)	0	3.956
Comissões de outros títulos	423	(0)	43	1	0	0	467
Comissões de subscrição e consultoria	35	2.258	12	0	(0)	(41)	2.264
Comissões de corretagem	22	246	1.302	96	118	(0)	1.784
Comissões de pagamentos locais	441	4	864	0	0	10	1.320
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	456	23	95	0	(0)	(2)	572
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	11	0	5	0	0	(0)	16
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	564	279	305	0	5	5	1.157
Comissões intermediárias	12	3	617	0	0	11	644
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	282	562	40	121	4	2	1.011
Rendimento total de serviços e comissões	2.494	3.403	3.910	3.809	132	(18)	13.730
Despesa bruta							(2.796)
Serviços e comissões líquidas							10.934

31 de dezembro de 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:							
Comissões de administração	245	17	235	23	1	(3)	518
Comissões de ativos geridos	19	1	319	3.090	(0)	0	3.429
Comissões de outros títulos	365	0	35	0	0	0	401
Comissões de subscrição e consultoria	29	1.688	13	0	1	(42)	1.688
Comissões de corretagem	21	357	1.103	72	113	(1)	1.665
Comissões de pagamentos locais	436	(2)	951	(0)	0	8	1.394
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	409	25	104	0	0	(3)	536
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	4	0	6	0	0	(0)	11
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	529	210	305	0	7	7	1.058
Comissões intermediárias	9	2	579	1	1	12	604
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	276	289	39	131	4	1	741
Rendimento total de serviços e comissões	2.344	2.588	3.689	3.317	127	(20)	12.044
Despesa bruta							(2.620)
Serviços e comissões líquidas							9.424

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual. Os rendimentos e encargos brutos de serviços e comissões foram reexpressos em 182 milhões de euros para 2020. As reclassificações não afetaram o resultado líquido de serviços e comissões.

31 de dezembro de 2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:							
Comissões de administração	251	8	234	23	5	(0)	521
Comissões de ativos geridos	22	1	304	3.219	1	1	3.547
Comissões de outros títulos	330	(0)	28	1	1	0	359
Comissões de subscrição e consultoria	29	1.568	15	0	61	(17)	1.656
Comissões de corretagem	13	253	930	81	470	4	1.751
Comissões de pagamentos locais	497	0	974	(0)	1	2	1.474
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	455	26	106	0	0	(1)	586
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	7	0	7	0	0	0	15
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	497	189	281	0	16	5	989
Comissões intermediárias	35	2	486	0	1	11	535
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	297	349	54	127	23	0	850
Rendimento total de serviços e comissões	2.433	2.395	3.419	3.451	578	7	12.283
Despesa bruta							(2.763)
Serviços e comissões líquidas							9.520

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

Os proveitos são reconhecidos quando as obrigações de desempenho são cumpridas. A obrigação de desempenho é satisfeita pelo desempenho do fundo que exceda uma "hurdle rate" (uma rentabilidade anual mínima acordada fornecida aos investidores). A 31 de dezembro de 2021, existiam obrigações de desempenho a cumprir de 244 milhões de euros com uma margem de tempo de cinco anos de 2023 a 2027 (a 31 de dezembro de 2020, 66 milhões de euros com uma margem de tempo de sete anos de 2022 a 2028) de fundos alternativos. O aumento das obrigações de desempenho a satisfazer foi principalmente impulsionado por um fundo adicional que se espera vir a gerar futuras taxas de desempenho.

Em 31 de dezembro de 2021, e 31 de dezembro de 2020, o saldo dos valores a receber de rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 834 milhões e 876 milhões de euros, respetivamente. À data de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo de responsabilidades contratuais associadas a rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 70 milhões de euros e 65 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. Consequentemente, os saldos das responsabilidades contratuais do período anterior são geralmente reconhecidos em receitas no período subsequente. O pagamento dos clientes em troca dos serviços prestados está normalmente sujeito ao desempenho do Grupo ao longo de um período de serviço específico, de modo a que o direito ao pagamento do Grupo surge no final do período de serviço quando as suas obrigações de desempenho são concluídas na íntegra. Como tal, não é relatado nenhum saldo material de ativos contratuais.

07 – Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado

Nos doze meses findos a 31 de dezembro de 2021, o Grupo vendeu ativos financeiros medidos pelo custo amortizado de 539 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2020: 10 mil milhões de euros e 31 de dezembro de 2019: 390 milhões de euros). As vendas no período comparativo relacionaram-se principalmente com uma carteira de Deter para recolher (HTC) no Postbank, bem como vendas efetuadas a partir de uma carteira HTC em Tesouraria. Foi tomada uma decisão de alienar a carteira de obrigações do Postbank como parte da integração do Postbank no Grupo. As vendas de Tesouraria foram feitas como parte de um realinhamento estratégico para gerir o risco de taxa de juro na carteira bancária. Como resultado destas vendas, o modelo de negócio HTC já não é válido para futuras aquisições de ativos nesta carteira.

O quadro abaixo apresenta os resultados decorrentes do desreconhecimento destes títulos.

em milhões de euros	2021	2020 ¹	2019 ¹
Ganhos	15	344	5
Perdas	(15)	(33)	(2)
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	1	311	3

¹ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

08 – Outro resultado (perdas)

em milhões de euros	2021	2020 ²	2019 ²
Outro resultado:			
Prémios de seguros	3	3	3
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	124	(306)	(635)
Outros rendimentos (perdas) restantes ¹	(185)	163	(40)
Total de outro resultado	(58)	(141)	(671)

¹ Inclui resultados líquidos de 10 milhões de euros, (59) milhões de euros e 4 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

² Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2021	2020	2019
Despesas gerais e administrativas:			
Tecnologias de informação	4.321	3.862	5.011
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.727	1.724	1.693
Regulamentares, impostos e seguros ¹	1.395	1.407	1.440
Serviços profissionais ²	924	977	1.142
Serviços bancários e operações subcontratados ²	946	967	969
Serviços de dados de mercado e investigação	347	376	421
Despesas de deslocação	46	76	256
Despesas de <i>marketing</i>	178	174	251
Outras despesas ³	938	697	1.070
Despesas totais gerais e administrativas	10.821	10.259	12.253

¹ Inclui taxas bancárias de 553 milhões de euros em 2021, 633 milhões de euros em 2020 e 622 milhões de euros em 2019.

² Valores comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano corrente.

³ Inclui despesas relacionadas com litígios de 466 milhões de euros em 2021, 158 milhões de euros em 2020 e 473 milhões de euros em 2019. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões"

10 – Reestruturação

A reestruturação é motivada principalmente pela implementação das mudanças estratégicas do Grupo, tal como anunciadas no terceiro trimestre de 2019. Definimos e encontramos-nos a implementar medidas que visam reforçar o banco, posicioná-lo para o crescimento e simplificar a sua configuração organizacional. As medidas também visam reduzir os custos ajustados através de uma maior eficiência, otimizando e simplificando os processos e explorando sinergias.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2021	2020	2019
Corporate Bank	42	28	137
Investment Bank	47	14	169
Private Bank	173	413	125
Asset Management	2	22	29
Capital Release Unit	(2)	5	143
Corporate & Other	(0)	3	41
Total de encargos líquidos de reestruturação	261	485	644

Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2021	2020	2019
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	241	479	641
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	224	441	476
Aceleração de retenção	16	36	156
Segurança social	1	1	9
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	21	6	2
Total de encargos líquidos de reestruturação	261	485	644

As provisões para reestruturação ascenderam a 582 milhões de euros, 676 milhões de euros e 684 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2021, 1362 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2020: 1447 e 2019: 2.564).

Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2021	2020	2019
Corporate Bank	228	303	138
Investment Bank	149	100	626
Private Bank	776	630	731
Asset Management	10	48	136
Capital Release Unit	13	69	514
Infraestrutura	186	297	419
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	1.362	1.447	2.564

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2021	2020	2019
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	2.365	495	(5.390)
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais	(363)	(349)	(330)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	2.002	146	(5.719)
Efeito de títulos diluidores	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	2.002	146	(5.719)
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	2.096,5	2.108,2	2.110,0
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	46,6	62,0	0,0
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	2.143,2	2.170,1	2.110,0

Resultados por ação

em milhões de euros	2021	2020	2019
Resultados por ação básicos	0,96	0,07	(2,71)
Resultados por ação diluídos	0,93	0,07	(2,71)

Devido à situação de perda líquida para 2019, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos¹

Número de ações em milhões	2021	2020	2019
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	0,0	117,6

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	92.536	97.756
Outros ativos detidos para negociação ¹	9.860	10.173
Total de ativos detidos para negociação	102.396	107.929
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.732	343.455
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	402.128	451.383
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	59.931	46.057
Títulos obtidos por empréstimo	18.355	17.009
Empréstimos	895	2.192
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	9.784	10.864
Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	88.965	76.121
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Empréstimos	139	437
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	140	437
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	491.233	527.941

¹ Inclui empréstimos negociados no valor de 9,2 mil milhões de euros e 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	54.235	43.882
Outros passivos detidos para negociação	483	434
Total de passivos detidos para negociação	54.718	44.316
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	287.108	327.775
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação	341.827	372.090
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	53.364	41.636
Compromissos de crédito	7	2
Dívida a longo prazo	3.699	3.374
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.397	1.570
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	58.468	46.582
Passivos por contratos de investimento	562	526
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	400.857	419.199

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados era de 139 milhões de euros e de 437 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Valor nominal de ativos financeiros expostos a risco de crédito	136	439
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	1	(8)
Varição cumulativa do justo valor	0	(8)
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	98	166
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	8
Varição cumulativa do justo valor	0	8

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo¹

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Apresentado em Outro rendimento integral		
Varição cumulativa do justo valor	7	(12)
Apresentado na Demonstração de resultados		
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Varição cumulativa do justo valor	0	0

¹ O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, a qual está dependente da garantia que detém.

Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	0

Montantes realizados no desreconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desreconhecimento	0	0

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros¹

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Incluindo compromissos de crédito não utilizados ²	2.943	963
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	607	159

¹ Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

² Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (input) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes

transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (bid/offer spreads), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em bid/offer spreads são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de compra proposto (bid) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de venda proposto (offer). Os ajustamentos de avaliação com base em bid-offer são determinados a partir dos preços de bid-offer observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço bid/offer, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (midmarket). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços bid/offer observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (credit valuation adjustments – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclui já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (netting agreement) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento (credit default swap – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis spreads de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivativos OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo [ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para ajustamento de crédito próprio e derivativos (OCA) para notas estruturadas]. Para passivos derivativos, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias constituídas pelo Grupo, o efeito de acordos-quadro de compensação relevantes, a probabilidade de incumprimento do Grupo, com base no nível de mercado de CDS do Grupo e na perda esperada em caso de incumprimento, tendo em conta a senioridade dos pedidos de derivativos sob resolução (subordinação estatutária). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam emitidos ou recomprados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. Este spread é adicionalmente parametrizado para um nível de mercado de componente de financiamento e um componente de crédito próprio idiossincrático. Ao abrigo da IFRS 9, a mudança no componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral (OCI).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (funding valuation adjustments – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivativos. O FVA reflete um spread de

desconto aplicado a derivativos sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis bid/offer menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o bid/offer através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

As IFRS exigem que o Grupo utilize os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o preço do ativo ou do passivo. Quando relevante, estes pressupostos podem incluir pressupostos sobre as alterações climáticas. O Grupo não fez ajustamentos materiais ao justo valor para as alterações climáticas além do que já foi fixado no preço de entrada no mercado.

Controlo de avaliação – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivativos negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (cash e sintéticos) ilíquidos; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor¹

em milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	51.020	42.561	8.815	44.525	55.220	8.183
Títulos para negociação	50.814	38.108	3.614	44.349	50.340	3.066
Outros ativos detidos para negociação	206	4.453	5.201	176	4.880	5.117
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	4.347	286.343	9.042	4.208	330.522	8.725
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	2.764	81.304	4.896	2.992	68.511	4.618
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	91	49	0	436	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.375	13.302	2.302	28.057	25.741	2.037
Outros ativos financeiros ao justo valor	105	922 ²	78	93	9.277 ²	20
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	71.611	424.524	25.182	79.875	489.707	23.583
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	48.364	6.272	83	36.699	7.615	2
Títulos para negociação	48.363	5.838	33	36.674	7.206	2
Outros passivos detidos para negociação	0	434	49	25	409	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	5.208	272.120	9.781	4.430	315.145	8.200
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	56.728	1.740	0	45.622	960
Passivos por contratos de investimento	0	562	0	0	526	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	5	3.026 ²	(179) ³	799	3.573 ²	(294) ³
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	53.576	338.707	11.424	41.929	372.480	8.867

¹ Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

² Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

³ Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados incorporados separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Durante o primeiro trimestre de 2021, o Grupo implementou um aperfeiçoamento da sua metodologia de nivelamento com o efeito de que, para certas transações em que o lucro da data de negociação foi diferido, a classificação da hierarquia de justo valor baseia-se agora nas condições atuais e não nas condições que existiam à data de negociação. O impacto destas alterações foi um movimento do Nível 3 para o Nível 2 de aproximadamente mil milhões de euros de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e 200 milhões de euros de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos.

Durante o quarto trimestre de 2021, o Grupo implementou um aperfeiçoamento da sua metodologia de nivelamento para certas carteiras de empréstimos, a fim de fornecer informações mais fiáveis. A alteração resultou num aumento de Nível 3 para "Outros ativos detidos para negociação" e "Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados" em aproximadamente 2,0 mil milhões de euros.

Os comparativos de 2020 não foram reexpressos para estes aperfeiçoamentos de metodologias de nivelamento, uma vez que se trata de alterações nas estimativas contabilísticas.

Até 31 de dezembro de 2021, existiram transferências do Nível 2 para o Nível 1 sobre títulos para negociação (5 mil milhões de euros de ativos). A avaliação do Nível 1 versus Nível 2 é baseada em procedimentos de teste de liquidez.

Técnicas de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias, técnicas de avaliação e procedimentos no âmbito do processo de avaliação e medição do justo valor. O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (proxy) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pagamento antecipado, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (spread, yield ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (proxy) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de empréstimo ou outros mercados de crédito, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (leveraged loan index) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da

avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição durante o exercício deveu-se principalmente a compras e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensada por vendas, liquidações, perdas e desconsolidação.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multdivisas; e certos swaps de risco de incumprimento para os quais o spread de crédito é inobservável.

O aumento dos ativos durante o exercício é derivado de ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensados por liquidações. O aumento dos passivos durante o exercício é derivado de perdas e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas por liquidações.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O aumento durante o exercício deveu-se a compras, emissões, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado por vendas e liquidações.

Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são compostos por qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não

se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. O aumento durante o exercício deveu-se a compras, emissões, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado por vendas e liquidações.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. O aumento de ativos durante o exercício deveu-se a emissões. O aumento dos passivos durante o exercício é derivado de emissões, perdas e transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas por liquidações.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O aumento durante o ano deveu-se a compras, emissões, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado por vendas e liquidações.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31 dez 2021

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emisões ²	Liquidações ³	Transferências para o Nível 3 ⁴	Transferências para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	3.066	(2)	(263)	3.183	(2445)	0	(106)	766	(585)	3.614
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos										
	8.725	0	890	0	0	0	(727)	2.938	(2783)	9.042
Outros ativos detidos para negociação	5.117	0	237	500	(2194)	2.868	(1635)	714	(406)	5.201
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados										
	4.618	0	425	493	(288)	243	(733)	1.064	(926)	4.896
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados										
	0	0	(0)	0	0	48	0	0	0	49
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral										
	2.037	0	61 ⁵	53	(150)	662	(560)	350	(150)	2.302
Outros ativos financeiros ao justo valor	20	0	2	0	0	0	(17)	0	74	78
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	23.583	(2)	1351^{6,7}	4.229	(5076)	3.821	(3777)	5.831	(4777)	25.182
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	2	0	0	0	0	0	(0)	33	(2)	33
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos										
	8.200	0	509	0	0	0	(367)	3.059	(1620)	9.781
Outros passivos detidos para negociação	0	0	(15)	0	0	0	0	64	0	49
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados										
	960	0	911	0	0	96	(314)	198	(112)	1.740
Outros passivos financeiros ao justo valor										
	(294)	0	(12)	0	0	0	33	13	81	(179)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	8.867	0	1393^{6,7}	0	0	96	(647)	3.367	(1652)	11.424

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

⁵ O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 13 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos.

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 447 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, é uma perda de 44 milhões de euros.

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

31 dez 2020

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emis-sões ²	Liqui-dações ³	Transferênci-as para o Nível 3 ⁴	Transferênci-as para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	3.430	(79)	(101)	2.134	(1628)	11	(423)	333	(612)	3.066
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.167	(1)	1.422	0	0	0	(833)	1.541	(1572)	8.725
Outros ativos detidos para negociação	6.137	0	(423)	1.188	(2712)	1.855	(1.207)	710	(433)	5.117
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.278	0	(256)	389	(394)	347	(811)	852	(786)	4.618
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	7	0	(1)	0	0	6	(12)	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.050	0	(66) ⁵	127	(50)	718	(182)	618	(177)	2.037
Outros ativos financeiros ao justo valor	363	0	(9)	0	0	0	4	(147)	(191)	20
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	24.431	(79)	567^{6,7}	3.839	(4784)	2.937	(3.463)	3.906	(3771)	23.583
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	2	0	(2)	0	0	0	1	0	(0)	2
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	6.652	0	2.108	0	0	0	(365)	1.420	(1615)	8.200
Outros passivos detidos para negociação	38	0	(1)	0	0	0	(9)	0	(28)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.954	0	55	0	0	186	(763)	215	(687)	960
Outros passivos financeiros ao justo valor	(34)	0	26	0	0	0	(16)	(187)	(83)	(294)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	8.612	0	2185^{6,7}	0	0	186	(1151)	1.448	(2413)	8.867

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

⁵ O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui um ganho de 11 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos.

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 495 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 66 milhões de euros.

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2021 poderia ter aumentado o justo valor em 1,7 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,2 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de

2020, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 1,8 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em tanto quanto 1,4 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foram uma diminuição no movimento de justo valor positivo de 90 milhões de euros e uma diminuição no movimento de justo valor negativo de 152 milhões de euros. No mesmo período, houve um aumento de 1,6 mil milhões de euros nos ativos de nível 3 do Grupo e um aumento de 2,6 mil milhões de euros nos passivos de nível 3 do Grupo. A sensibilidade relacionada com os ativos e passivos de nível 3 diminuiu ao longo de 2021, apesar dos aumentos de nível 3 comunicados no mesmo período devido a uma série de fatores idiossincráticos, resultando no impacto líquido das reduções em certas exposições de nível 3 sobre itens considerados mais sensíveis a parâmetros de entrada inobserváveis, superando o impacto dos aumentos das exposições de nível 3, uma vez que estes aumentos incidiram sobre itens considerados menos sensíveis a parâmetros de entrada inobserváveis.

O nosso cálculo de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da avaliação nos termos do regulamento delegado da Comissão Europeia (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), obrigando as instituições a aplicar como uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de avaliações adicionais em todos os ativos medidos pelo justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento¹

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	267	256	287	201 ²
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	18	15	9	22
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	13	9	20	12
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	236	233	259	167 ²
Títulos de capital	94	65	83	57 ²
Derivados:				
Crédito	163	109	283	185
Ações	105	100	257	238
Relacionados com os juros	409	232	306	266
Dívidas	34	31	37	32
Outros	98	82	93	82
Empréstimos:				
Empréstimos	570	340	483	306
Outros	0	0	0	0
Total	1.739	1.215	1.829	1.367

¹ Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

² A reavaliação de negociações resultou numa reclassificação em movimento positivo e negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis em "Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros" de "Títulos de capital".

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O spread de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os spreads de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao titular ou mutuante pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (constant default rate – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (constant prepayment rate – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, spreads de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, spreads de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as

referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (enterprise value – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31 dez 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	47	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 81	114% 1.235
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	81	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 85 0% 0% 0%	112% 1.495 85% 2% 27%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	128	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	5.074	1.654	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço	0%	212%
Detido para negociação	3.383	33		Spread de crédito (bps)	12	571
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3.383					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.568					
Designados ao justo valor através de resultados	0	1.621				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	123					
Títulos de capital	660	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	0% 5	101% 17
Detido para negociação	103	0				
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	557		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	6%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	139%
Empréstimos	8.184	49	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço	0%	275%
Detido para negociação	5.188	49		Spread de crédito (bps)	34	2.117
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	769					
Designados ao justo valor através de resultados	48	0		Taxa de recuperação	40%	85%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.179					
Compromissos de crédito	0	7	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	128 40%	906 75%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2016 ²	112 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% (27)	16% 400
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	16.062	1.823				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

² Outros ativos financeiros incluem 13 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 2,0 mil milhões de euros de outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor.

³ Outros passivos financeiros incluem 112 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor.

		Justo valor		31 dez 2021		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.725	4.724	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps) Taxa de swap sobre a inflação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	(80) 1% 0% 4%	817 5% 20% 24%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação Volatilidade das taxas de juros Correlação IR - IR Correlação híbrida	0% 0% (1)% (70)%	9% 31% 99% 100%
Derivados de crédito	686	827	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	2 0%	6.630 40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	30%	63%
Derivados de ações	766	1.749	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações Volatilidade de índice Índice - correlação de índice Ação - correlação de ação Ações - contratos a prazo Índice - contratos a prazo	25% 11% 88% 0% 0% 0%	68% 80% 91% 0% 9% 5%
Derivados FX	1.816	1.913	Modelo de preços de opção	Volatilidade Vol cotada	(33)% 0%	59% 0%
Outros derivados	1.127	388 ¹	Fluxo de caixa descontado Modelo de preços de opção	Spread de crédito (bps) Volatilidade de índice Correlação de matérias-primas	– 0% 15%	– 131% 86%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9.120	9.601				

¹ Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	28	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 133	114% 1.270
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	155	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 109 10% 1% 1%	106% 1.295 90% 2% 25%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	183	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.625	769	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço	0%	200%
Detido para negociação	2.813	2		Spread de crédito (bps)	21	544
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.813					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.652					
Designados ao justo valor através de resultados	0	768				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	160					
Títulos de capital	727	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	42%	100%
Detido para negociação	70	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	5	23
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	657		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	108%
Empréstimos	7.888	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço	0%	373%
Detido para negociação	5.101	0		Spread de crédito (bps)	51	2.233
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	910					
Designados ao justo valor através de resultados	0	0		Taxa de recuperação	20%	85%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.877					
Compromissos de crédito	0	1	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	6 25%	2.444 100%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	1432 ²	198 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% 0	16% 75
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	14.854	968				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

² Outros ativos financeiros incluem 16 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 1,4 mil milhões de euros de outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor.

³ Outros passivos financeiros incluem 192 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 6 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.708	4.025	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(77)	787
				Taxa de swap sobre a inflação	1%	3%
				Taxa de incumprimento constante	0%	10%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	30%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	8%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	19%
				Correlação IR - IR	(25)%	97%
				Correlação híbrida	(70)%	100%
Derivados de crédito	575	585	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	0	1.759
				Taxa de recuperação	0%	77%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	31%	63%
Derivados de ações	800	1.916	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	4%	85%
				Volatilidade de índice	17%	75%
				Índice - correlação de índice	68%	96%
				Ação - correlação de ação	41%	67%
				Ações - contratos a prazo	0%	5%
				Índice - contratos a prazo	0%	4%
Derivados FX	1.749	1.427	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(16)%	42%
				Vol cotada	0%	0%
Outros derivados	898	(54) ¹	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	113%
				Correlação de matérias-primas	16%	52%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	8.729	7.899				

¹ Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(332)	38
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1.556	2.589
Outros ativos detidos para negociação	93	(248)
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	241	(14)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(0)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(0)	20
Outros ativos financeiros ao justo valor	3	4
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1.560	2.389
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(0)	(0)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(1292)	(2536)
Outros passivos detidos para negociação	15	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(895)	53
Outros passivos financeiros ao justo valor	8	(26)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(2165)	(2510)
Total	(604)	(121)

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer reconhecimento de lucros à data da operação (trade date) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2021	2020
Saldo, início do exercício	454	441
Novas operações durante o período	212	308
Amortização	(142)	(140)
Operações vencidas	(61)	(130)
Transição subsequente para observabilidade	(4)	(22)
Alterações das taxas de câmbio	2	(4)
Saldo, fim do exercício	462	454

14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogêneos (p. ex. hipotecas residenciais), o justo valor é calculado para cada tipo de produtos, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro do Grupo para empréstimo a emitentes de qualidade creditícia semelhante. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico também se consideram como sendo ao justo valor.

O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado descontando o empréstimo até ao seu vencimento com base em spreads de crédito específicos do empréstimo e custos de financiamento para o Grupo.

Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço¹

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	192.021	192.021	192.021	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.342	7.342	0	7.342	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.368	8.429	0	7.651	778
Títulos obtidos por empréstimo	63	63	0	63	0
Empréstimos	471.319	476.674	0	13.682	462.991
Outros ativos financeiros	94.588	94.732	9.048	85.335	349
Passivos financeiros:					
Depósitos	603.750	604.645	307	604.338	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	747	745	0	745	0
Títulos cedidos por empréstimo	24	24	0	24	0
Outros empréstimos a curto prazo	4.034	4.035	0	4.010	25
Outros passivos financeiros	81.047	81.047	2.023	79.023	0
Dívida a longo prazo	144.485	146.871	0	141.189	5.683
Títulos fiduciários preferenciais	528	587	0	587	0

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	166.208	166.208	166.208	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.130	9.132	866	8.266	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.533	8.519	0	7.694	825
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Empréstimos	426.995	434.442	0	13.253	421.189
Outros ativos financeiros	94.069	94.393	7.714	86.049	629
Passivos financeiros:					
Depósitos	568.031	568.172	66	568.105	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	2.325	2.328	0	2.328	0
Títulos cedidos por empréstimo	1.697	1.697	0	1.697	0
Outros empréstimos a curto prazo	3.553	3.556	0	3.540	15
Outros passivos financeiros	96.602	96.602	1.902	94.700	0
Dívida a longo prazo	149.163	150.691	0	144.130	6.560
Títulos fiduciários preferenciais	1.321	1.069	0	1.069	0

¹ Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

No que respeita aos empréstimos, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico deve-se ao efeito dos movimentos da margem de produto desde o reconhecimento inicial.

No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Títulos comprados com acordos de revenda	1.231	1.543
Títulos de dívida:		
Governo alemão	876	10.245
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	8.770	9.221
Governos locais (municipais) dos EUA	253	251
Outros governos estrangeiros	10.965	26.308
Empresas	604	2.272
Outros títulos garantidos por ativos	0	31
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	714	636
Outros títulos de dívida	1.194	692
Total de títulos de dívida	23.377	49.656
Empréstimos	4.370	4.635
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	28.979	55.834

16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 59 (2020: 60) associadas e 10 (2020: 11) entidades conjuntamente controladas. Duas associadas são consideradas materiais ao Grupo.

Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2021¹

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim, China	Investimento estratégico	40,7%
Harvest Fund Management Co., Ltd.	Shanghai, China	Investimento estratégico	30,0%

¹ O Grupo tem uma influência significativa sobre estas entidades investidas através da sua quota de participação e assentos no conselho.

Resumo das informações financeiras sobre a Huarong Rongde Asset Management Company Limited¹

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Total de receitas líquidas	76	97
Resultado líquido	54	62
Outro rendimento integral	0	54
Total do rendimento integral²	54	116
em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ativo circulante	2.979	2.323
Ativos não correntes	247	804
Total do ativo	3.226	3.127
Passivos correntes	1.273	1.157
Passivos não correntes	1.180	1.274
Total do passivo	2.453	2.431
Participação minoritária	0	(3)
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	773	699

¹ Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2021 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2020 e para dezembro de 2020 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2019.

² O Grupo recebeu dividendos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited de 0 milhões de euros durante o período de reporte de 2021 (2020: 9 milhões de euros).

Reconciliação do total de ativos líquidos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited com o montante contabilístico do Grupo¹

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	773	699
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	40,7%	40,7%
Quota do Grupo de ativos líquidos	315	284
Goodwill	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Outros ajustamentos	(97)	(9)
Montante contabilístico²	218	275

¹ Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2021 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2020 e para dezembro de 2020 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2019.

² Existe uma perda por imparidade de 97 milhões de euros em 2021 (0 milhões de euros em 2020). Esta perda foi motivada por perdas por imparidade de saldos de crédito de baixo desempenho no setor imobiliário chinês mais fraco em 2021.

Resumo das informações financeiras da Harvest Fund Management Co., Ltd.

em milhões de euros	31 de dezembro de 2021 ¹	31 de dezembro de 2020 ²
Total de receitas líquidas	1.147	842
Resultado líquido	295	224
Outro rendimento integral	(1)	(5)
Total do rendimento integral³	294	219

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativo circulante	1.291	1.015
Ativos não correntes	966	804
Total do ativo	2.257	1.819
Passivos correntes	1.006	760
Passivos não correntes	192	169
Total do passivo	1.197	929
Participação minoritária	35	23
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	1.024	867

¹ Os números de dezembro de 2021 são baseados em valores financeiros não auditados de 2021.

² Os números de dezembro de 2020 são baseados em valores financeiros auditados de 2020.

³ O Grupo recebeu dividendos da Harvest Fund Management Co., Ltd. de 68 milhões de euros durante o período de reporte de 2021 (2020: 21 milhões de euros) e, em 2020, foi reportado um dividendo extraordinário a receber de 6 milhões de euros, recebido em 2021.

Reconciliação do total de ativos líquidos da Harvest Fund Management Co., Ltd. com o montante contabilístico do Grupo

em milhões de euros	31 de dezembro de 2021 ¹	31 de dezembro de 2020 ²
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	1.024	867
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	30%	30%
Quota do Grupo de ativos líquidos	307	260
Goodwill	17	16
Ativos intangíveis	15	14
Outros ajustamentos	1	0
Montante contabilístico³	341	290

¹ Os números de dezembro de 2021 são baseados em valores financeiros não auditados de 2021.

² Os números de dezembro de 2020 são baseados em valores financeiros auditados de 2020.

³ Não há perda por imparidade em 2021 (0 milhões de euros em 2020).

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	532	337
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	87	20
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(6)	(10)
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	81	10

17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (master netting arrangement) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

31 dez 2021

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	14.449	(8532)	5.917	0	0	(5667)	251
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2.451	0	2.451	0	0	(2403)	48
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	63	0	63	0	0	(63)	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	471.122	(117007)	354.115	(240587)	(33953)	(71766)	7.808
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	296.520	(11959)	284.561	(238411)	(33950)	(4516)	7.685
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	137.118	0	137.118	0	(2026)	(12.124)	122.968
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	15.170	0	15.170	0	(1963)	(1263)	11.944
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	608.240	(117.007)	491.233	(240.587)	(35978)	(83890)	130.777
Empréstimos pelo custo amortizado	471.319	0	471.319	0	(12271)	(60794)	398.254
Outros ativos	109.182	(5398)	103.785	(30639)	(101)	(63)	72.981
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1.211	(106)	1.106	(881)	(101)	(63)	61
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.231	0	1.231	0	0	0	1.231
Restantes ativos não sujeitos a compensação	247.994	0	247.994	0	(141)	(2320)	245.532
Total do ativo	1.454.930	(130.937)	1.323.993	(27.1227)	(48.492)	(155.200)	849.074

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

31 dez 2021

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	603.750	0	603.750	0	0	0	603.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	9.275	(8.532)	743	0	0	(743)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	4	0	4	0	0	0	4
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	22	0	22	0	0	(22)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	2	0	2	0	0	(2)	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	497.045	(117101)	379.944	(240380)	(27607)	(50690)	61.267
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	288.685	(12551)	276.134	(237915)	(27.607)	(4063)	6.549
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	20.913	0	20.913	0	(1261)	(4658)	14.994
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	10.975	0	10.975	0	(1.261)	(157)	9.556
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	517.958	(117.101)	400.857	(240.380)	(28868)	(55347)	76.261
Outros passivos	103.100	(5304)	97.796	(38678)	(49)	(2)	59.067
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.174	(708)	1.467	(1378)	(49)	(2)	37
Restantes passivos não sujeitos a compensação	152.788	0	152.788	0	0	0	152.788
Total do passivo	1.386.900	(130.937)	1.255.962	(27.9058)	(28.918)	(56.117)	891.870

Ativos

31 dez 2020

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	8.234	(2863)	5.371	0	0	(5319)	53
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.161	0	3.161	0	0	(2855)	307
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	0	0	0	0	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	463.354	(84550)	378.804	(263479)	(45066)	(58410)	11.849
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	336.933	(12552)	324.380	(262486)	(45048)	(5162)	11.684
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	149.137	0	149.137	0	(1.098)	(12790)	135.249
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	19.074	0	19.074	0	(1003)	(1116)	16.955
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	612.491	(84.550)	527.941	(263.479)	(46164)	(71200)	147.098
Empréstimos pelo custo amortizado	426.995	0	426.995	0	(12129)	(52571)	362.294
Outros ativos	120.574	(10175)	110.399	(43316)	(412)	(90)	66.581
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.329	(26)	3.303	(2646)	(411)	(90)	156
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.543	0	1.543	0	0	0	1.543
Restantes ativos não sujeitos a compensação	249.848	0	249.848	0	(384)	(2768)	246.697
Total do ativo	1.422.846	(97587)	1.325.259	(306795)	(59089)	(134803)	824.573

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

31 dez 2020

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	568.031	0	568.031	0	0	0	568.031
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (executável)	4.586	(2263)	2.323	0	0	(2323)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (não executável)	3	0	3	0	0	(2)	1
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1.686	0	1.686	0	0	(1686)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	11	0	11	0	0	(2)	9
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	478.541	(85315)	393.226	(265150)	(34846)	(41642)	51.588
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	325.203	(13227)	311.976	(264042)	(34.846)	(5816)	7.273
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	25.972	0	25.972	0	(1875)	(6184)	17.914
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	15.798	0	15.798	0	(1.875)	(166)	13.757
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	504.513	(85.315)	419.199	(265.150)	(36721)	(47826)	69.502
Outros passivos	124.218	(10010)	114.208	(49534)	(121)	(6)	64.547
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.803	(1524)	1.279	(1090)	(121)	(6)	62
Restantes passivos não sujeitos a compensação	157.602	0	157.602	0	(2)	(1)	157.599
Total do passivo	1.360.650	(97.587)	1.263.063	(314684)	(36844)	(51845)	859.689

Para 2020, outros ativos incluíam 1,4 mil milhões de euros de valores de mercado positivos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como ativos detidos para venda, associados à plataforma Prime Finance transferida para o BNP Paribas, juntamente com o impacto correspondente dos acordos-quadro de compensação e da garantia. Pelo mesmo motivo, outros passivos incluíam 1,9 mil milhões de euros de valores de mercado negativos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como passivos detidos para venda, juntamente com o impacto correspondente dos

acordos-quadro de compensação e da garantia. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

18 – Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral e empréstimos pelo justo valor através de resultados.

O quadro abaixo fornece uma visão geral da nossa exposição ao empréstimo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Agricultura, exploração florestal e pesca	647	637
Indústria mineira e de extração de minérios	3.006	3.145
Indústria	36.820	28.040
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.819	3.765
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	681	681
Construção	4.651	4.708
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.444	22.023
Transporte e armazenamento	6.067	6.382
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.272	2.514
Informação e comunicação	7.387	6.240
Atividades financeiras e de seguros	111.239	90.220
Atividades imobiliárias	43.220	37.946
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.022	7.946
Atividades de serviços administrativos e de apoio	10.324	9.568
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	7.076	7.413
Educação	225	205
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.005	3.530
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.068	951
Outras atividades de serviços	5.261	6.165
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	212.436	205.331
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	1
Créditos brutos	490.671	447.410
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	227	394
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	490.444	447.016
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	4.779	4.823
Total de créditos	485.665	442.193

19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito consiste na provisão para ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através da OCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito ³				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	544	648	3.614	139	4.946
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(245)	85	615	26	480
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	138	(197)	58	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ²	0	0	(561)	(5)	(566)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	3	(4)	(41)	(0)	(43)
Saldo, fim do período de relato	440	532	3.740	182	4.895
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(107)	(112)	673	26	480

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

² Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2021 e de 50 milhões de euros em 2020.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito ³				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	549	492	3.015	36	4.093
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(44)	309	1.348	72	1.686
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	77	(125)	49	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ²	0	0	(781)	0	(781)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(38)	(28)	(75)	31	(110)
Saldo, fim do período de relato	544	648	3.614	139	4.946
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	33	184	1.397	72	1.686

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

² Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 50 milhões de euros em 2020 e de 0 milhões de euros em 2019.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em euros	31 dez 2019				
	Provisão para perdas de crédito ³				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	509	501	3.247	3	4.259
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(57)	102	550	40	636
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	120	(106)	(14)		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período ²	0	0	(872)	(26)	(898)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	96	0	96
Taxas de câmbio e outras alterações	(22)	(4)	8	18	0
Saldo, fim do período de relato	549	492	3.015	36	4.093
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	62	(4)	536	40	636

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

² Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2019.

Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI¹

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	15	10	16	0	41

¹ A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu em níveis muito baixos (20 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020 e 41 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	12	6	2	0	20

¹ A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada em níveis muito baixos (35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019 e 20 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

em milhões de euros	31 dez 2019				
	Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	16	9	10	0	35

¹ A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (13 milhões de euros no início do exercício de 2019 e 35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	144	74	200	0	419
Movimentos incluindo novos negócios	(43)	38	18	0	13
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	3	(5)	2	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	3	6	0	12
Saldo, fim do período de relato	108	111	225	0	443
dos quais: Garantias financeiras	69	64	164	0	297
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(40)	33	19	0	13

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	128	48	166	0	342
Movimentos incluindo novos negócios	13	21	41	0	75
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	0	0	(1)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	4	(6)	0	1
Saldo, fim do período de relato	144	74	200	0	419
dos quais: Garantias financeiras	99	43	115	0	257
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	13	22	40	0	75

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2019				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	132	73	84	0	289
Movimentos incluindo novos negócios	(13)	(5)	88	0	70
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	9	(12)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(1)	(7)	(9)	0	(17)
Saldo, fim do período de relato	128	48	166	0	342
dos quais: Garantias financeiras	89	30	143	0	262
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(4)	(17)	90	0	70

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os swaps de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	44.898	40.654
Acordos para empréstimo de títulos	5.444	8.951
Swaps de retorno total	1.766	1.319
Outros	4.028	5.028
Total de títulos para negociação	56.136	55.953
Outros ativos detidos para negociação	244	215 ²
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	760	666
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.642	5.951
Empréstimos pelo custo amortizado ¹	13	210
Outras	481	72
Total	63.276	63066²
Montante escriturado de passivos associados	57.522	53.348

¹ Os empréstimos em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contábilístico e um justo valor nulo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os passivos associados tinham o mesmo valor contábilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0.

² Os valores do exercício anterior foram reajustados no seguimento de uma transação.

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Montante contabilístico dos ativos originais transferidos		
Títulos para negociação	1.050	1.039
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	308	673
Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos		
Títulos para negociação	61	64 ¹
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	15	17
Montante escriturado de passivos associados	102	122¹

¹ Os valores do exercício anterior foram reajustados no seguimento de uma transação.

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹
Empréstimos pelo custo amortizado						
Notas de titularização	283	302	302	254	271	271
Outros	0	0	0	7	7	7
Total de empréstimos pelo custo amortizado	283	302	302	261	279	279
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Notas de titularização	29	29	29	28	28	28
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	465	465	465	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	494	494	494	28	28	28
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:						
Notas de titularização	709	713	713	624	645	645
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	709	713	713	624	645	645
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	1.486	1.509	1.509	913	951	951
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	8	8	0	11	11	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	8	8	0	11	11	0

¹ A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nominal de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

em milhões de euros	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	31	81	48	22	49	99
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	41	41	0	(1)	(1)	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	72	123	48	21	48	99

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens)

em responsabilidades com derivativos OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes¹

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	51.165	47.553
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.395	7.858
Empréstimos	79.485	77.433
Outros	611	1.257
Total	137.656	134.101

¹ Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora¹

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	48.426	44.210
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.252	4.911
Empréstimos	2.073	2.232
Outros	481	72
Total	56.233	51.426

¹ Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivativos, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	260.003	237.157
Dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	222.232	199.346

21 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
Custo da aquisição:							
Saldo em 1 de janeiro de 2020	656	2.380	2.961	155	6.153	3.533	9.686
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)	0	0	(1)	(1)	(3)
Adições	2	128	47	335	512	1.806	2.317
Transferências	8	173	43	(97)	127	(388)	(261)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(73)	(65)	0	(1)	(139)	(0)	(139)
Alienações	2	223	96	0	321	41	362
Alterações das taxas de câmbio	(4)	(50)	(58)	(5)	(117)	(64)	(181)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	587	2.343	2.897	387	6.214	4.844	11.058
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	0	0	0	(1)	0	(1)
Adições	0	113	46	391	550	254	804
Transferências	58	(8)	354	(321)	83	367	451
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(131)	(16)	(94)	(1)	(241)	0	(241)
Alienações	0	187	146	79	412	165	578
Alterações das taxas de câmbio	1	38	45	21	105	139	244
Saldo em 31 de dezembro de 2021	514	2.283	3.102	398	6.297	5.439	11.737
Depreciação e imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2020	325	1.841	1.927	0	4.093	663	4.756
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)	0	0	(1)	0	(1)
Depreciação	16	171	187	0	373	648	1.021
Perdas por imparidade	5	2	8	0	16	77	93
Reversão de perdas por imparidade	3	0	0	0	3	10	12
Transferências	2	145	2	0	149	5	153
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(25)	(53)	0	0	(78)	0	(78)
Alienações	1	206	89	0	296	11	307
Alterações das taxas de câmbio	(3)	(42)	(45)	0	(90)	(24)	(114)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	317	1.856	1.989	0	4.163	1.347	5.510
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	0	0	0	(1)	0	(1)
Depreciação	16	140	204	0	360	631	991
Perdas por imparidade	12	7	39	1	59	99	158
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	18	18
Transferências	57	16	10	0	84	2	85
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(115)	(15)	(62)	0	(191)	0	(191)
Alienações	0	178	125	0	303	133	436
Alterações das taxas de câmbio	1	34	39	0	74	29	103
Saldo em 31 de dezembro de 2021	288	1.860	2.095	1	4.244	1.957	6.201
Valor escriturado:							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	270	487	908	387	2.051	3.497	5.549
Saldo em 31 de dezembro de 2021	226	423	1.007	398	2.054	3.482	5.536

As despesas de depreciação, as perdas por imparidade e a reversão de perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor escriturado de rubricas de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 22 milhões de euros e de 23 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 35 milhões de euros no fim de 2021 e de 27 milhões de euros no fim de 2020.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático para os quais conta com ativos sob direito de uso. Durante 2021, os acréscimos a ativos sob direito de uso totalizaram 254 milhões de euros e refletiram em grande parte novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização de 631 milhões de euros reconhecidos em 2021 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso de 3,5 mil milhões de euros incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 representava predominantemente propriedades arrendadas de 3,5 mil milhões de euros e locações de veículos de 11 milhões de euros. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 22 "Locações".

22 - Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas nos termos da IFRS 16, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020), o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de 3,5 mil milhões de euros (3,5 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas de 3,5 mil milhões de euros (3,5 mil milhões de euros) e locações de veículos de 11 milhões de euros (12 milhões de euros). Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020), o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de 4,0 mil milhões de euros (4,0 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em outros passivos. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos por locação incluíam o valor descontado de futuros pagamentos de rendas de 495 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O contrato foi prorrogado no quarto trimestre de 2021 com um prazo fixo até ao final de 2036 e inclui duas opções para prorrogar a locação por dois períodos adicionais de 5 anos, até ao final de 2046.

Durante 2021 e 2020, o custo de juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a 86 milhões de euros e 79 milhões de euros, respetivamente. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2021 (2020) relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a 2 milhões de euros (7 milhões de euros) e 0 milhões de euros (2 milhões de euros), respetivamente.

As receitas registadas em 2021 (2020) provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram 34 milhões de euros (24 milhões de euros).

A saída de caixa total para as locações em 2021 (2020) foi de 767 milhões de euros (729 milhões de euros) e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias superiores a 754 milhões de euros (708 milhões de euros).

Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de 679 milhões de euros (653 milhões de euros) para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de 87 milhões de euros (77 milhões de euros) foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o Grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na medição dos passivos da locação, incluem principalmente exposições potenciais ao pagamento decorrentes de opções de extensão (2021: 5,3 mil milhões de euros) e pagamentos futuros para locações ainda não iniciadas, mas para os quais o Grupo está comprometido (2021: 1,1 mil milhões de euros). As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:		
Até um ano	10	50
Entre um ano e cinco anos	539	791
Após cinco anos	5.849	5.097
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação	6.398	5.938

23 – Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de goodwill

As alterações do valor contabilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

As operações do grupo são organizadas ao abrigo da estrutura de divisões seguinte: as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que inclui o Corporate Bank ("CB"), o Investment Bank ("IB"), o Private Bank ("PB") e as divisões corporativas de Asset Management ("AM") e a Unidade de Libertação de Capital ("CRU"). As divisões corporativas CB, IB, PB e AM, bem como a CRU, são consideradas unidades geradoras de caixa (UGC).

Consulte também a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Investment Bank	Corporate Bank	Asset Management	Private Bank	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	0	0	2.881	0	2.881
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade ¹	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	(142)	0	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	0	0	2.739	0	2.739
Montante bruto do goodwill	3.608	569	3.197	3.698	11.073
Perdas por imparidade acumuladas	(3.608)	(569)	(458)	(3.698)	(8.334)
Balanço a partir de 1 de janeiro de 2021	0	0	2.739	0	2.739
Goodwill adquirido durante o exercício	0	5	0	0	5
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	(56)	0	(56)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade ¹	0	(5)	0	0	(5)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	123	0	123
Saldo em 31 de dezembro de 2021	0	0	2.806	0	2.806
Montante bruto do goodwill	3.854	602	3.295	3.716	11.467
Perdas por imparidade acumuladas	(3.854)	(602)	(489)	(3.716)	(8.662)

¹ As perdas por imparidade de goodwill são registradas como imparidade de goodwill e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

As alterações de goodwill em 2021 incluíram principalmente a reclassificação de 56 milhões de euros de goodwill AM para ativos detidos para venda, na sequência da venda designada da plataforma de investimento digital da DWS a uma joint venture com a BlackFin (ver Nota 24). Após a aquisição de um prestador de serviços de pagamentos (Better Payment Germany GmbH) em setembro de 2021 (ver Nota 3), como parte da alocação do preço de compra, o Grupo tinha inicialmente registado um goodwill de 5 milhões de euros atribuído à UCG do CB. Dada a avaliação específica da unidade geradora de caixa do CB, com um déficit contínuo do seu valor recuperável em relação ao seu valor contabilístico, o goodwill recentemente adquirido foi considerado depreciado e totalmente amortizado em 2021.

Alterações de goodwill em 2020 apenas relacionadas com variações cambiais de goodwill AM detidas em moedas não do Grupo.

As alterações do goodwill em 2019 foram principalmente impulsionadas pelas medidas transformadoras, relacionadas com os negócios do Grupo e a sua reorganização. Desencadeado pelo impacto de uma perspetiva reduzida sobre os planos de negócios, e impulsionado tanto por ajustamentos a fatores macroeconómicos como pelo impacto das decisões estratégicas na preparação do anúncio de transformação, no segundo trimestre de 2019 o Grupo analisou os montantes recuperáveis das suas UGC na estrutura então existente. Esta revisão resultou numa ligeira queda dos valores recuperáveis em relação aos respetivos valores contabilísticos existentes para a WM no âmbito da antiga divisão corporativa do Private & Commercial Bank ("PCB") e da GTB e CF na antiga divisão corporativa Corporate & Investment Bank ("CIB").

Com um valor recuperável de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros para a WM, o goodwill na antiga UGC WM (545 milhões de euros) foi prejudicado e teve de ser totalmente amortizado, principalmente em resultado do agravamento de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro, bem como correções do crescimento do mercado específicas do setor para o negócio da WM a nível global. Para a antiga UGC GTB e CF, o valor recuperável de aproximadamente 10,2 mil milhões de euros levou à total imparidade de goodwill atribuído (491 milhões de euros). Isto deveu-se principalmente a tendências desfavoráveis da indústria no financiamento das empresas, bem como a ajustamentos de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro. Os encargos com imparidades totais de mil milhões de euros foram registados em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis dos resultados do segmento respetivo Private Bank (neste caso: UGC WM; 545 milhões de euros) e Corporate Bank (491 milhões de euros) no segundo trimestre de 2019.

Teste de imparidade de goodwill

Para efeitos de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O goodwill é objeto de

um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

Na sequência da supramencionada anulação de goodwill nas antigas UGC GTB e CF no segundo trimestre de 2019 e do desreconhecimento de goodwill incluído na alienação de uma subsidiária não integrada registada no terceiro trimestre de 2019, a UGC do AM foi a única UGC com goodwill a ser testada quanto à imparidade anual em 2019, 2020 e 2021. Os testes de imparidade anual de goodwill levados a cabo nestes períodos não tiveram como resultado uma perda por imparidade nas principais UGC com goodwill do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes da UGC da AM foram superiores aos valores escriturados respetivos.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para a indústria bancária, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

Valor escriturado

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas”, para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais (“Notas AT1”) que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado para um ajustamento adicional para goodwill atribuível a participações minoritárias.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expectativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento para a UGC do AM a longo prazo constante de até 2,7% (2020: até 3,1%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. No que respeita à GCU AM, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2021 e 2020 foram de 9,1% e 9,8%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	—Fornecer um forte desempenho de produtos de investimento	—Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às nossas estratégias de investimento
	—Expandir o conjunto de produtos em áreas de crescimento (por ex., esquemas de investimento SAG, alternativas, multiativos, passivos), consolidando ao mesmo tempo estratégias não essenciais	—Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos
	—Fluxos líquidos consistentes potencializando a liderança da quota de mercado na Alemanha e no resto da Europa, ao mesmo tempo que se expande a cobertura na Ásia e Pacífico e se foca no crescimento nas Américas	—Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado
	—Diversificação da cobertura intermediária relativamente a canais de elevado crescimento e implementação de soluções digitais para servir novos canais	—Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas
	—Maior eficiência através de processos operacionais essenciais melhorados, otimização de plataformas e racionalização de produtos	
	—Antecipação de mais obstáculos no setor de Asset Management como resultado do ambiente regulamentar em mutação	

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A direção acredita que eventuais alterações em pressupostos-chave razoavelmente possíveis podem causar perda por imparidade na AM. Atualmente, na AM, o valor recuperável excede o valor contabilístico em 32%, ou 2,1 mil milhões de euros.

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	AM
Aumento na taxa de desconto (após impostos)	
de	9,1%
para	11,3%
Alteração nos lucros futuros previstos em cada período até	21,1%
Taxa de crescimento a longo prazo	N/S

N/S – Não significativo, dado que uma taxa de 0% levaria ainda a um valor recuperável superior ao valor escriturado.

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020

em milhões de euros	Não amortizado		Ativos intangíveis adquiridos					Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis	
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados		Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1.030	442	1.472	1.403	70	625	2.098	7.512	11.082	
Adições	0	0	0	5	0	138	143	911	1.054	
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Alienações	0	0	0	0	0	5	5	390	394	
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(37)	(37)	(9)	(46)	
Transferências	0	0	0	0	0	60	60	21	81	
Alterações das taxas de câmbio	(85)	(1)	(86)	(53)	0	(2)	(55)	(136)	(277)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	945	441	1.386	1.356	70	778	2.204	7.910	11.499	
Adições	0	0	0	13	0	22	35	1.106	1.141	
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	5	4	
Alienações	0	0	0	0	0	12	12	86	98	
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(40)	(40)	
Transferências	0	0	0	(5)	0	0	(5)	(1)	(6)	
Alterações das taxas de câmbio	71	1	72	34	0	1	35	125	231	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.017	440	1.457	1.398	70	789	2.257	9.018	12.732	
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de janeiro de 2020	260	440	700	1.384	70	528	1.982	4.254	6.935	
Amortização do exercício	0	0	0	8	0	37	45	994	1.040 ¹	
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Alienações	0	0	0	0	0	3	3	385	388	
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(33)	(33)	(8)	(41)	
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	50	51 ²	
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	2	2 ³	
Transferências	0	0	0	0	0	106	106	(22)	84	
Alterações das taxas de câmbio	(22)	0	(22)	(52)	0	(2)	(54)	(88)	(165)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	239	439	678	1.340	70	633	2.043	4.793	7.513	
Amortização do exercício	0	0	0	6	0	37	43	974	1.017 ⁴	
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	(1)	
Alienações	0	0	0	0	0	12	12	85	97	
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(9)	(9)	
Perdas por imparidade	0	0	0	3	0	0	3	149	152 ⁵	
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Transferências	0	0	0	0	0	3	3	0	2	
Alterações das taxas de câmbio	18	0	18	34	0	1	35	83	136	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	257	439	696	1.383	70	662	2.115	5.904	8.714	
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2020	706	2	708	16	0	145	161	3.117	3.986	
Em 31 de dezembro de 2021	760	1	761	15	0	128	143	3.114	4.018	

¹ Mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

² 51 milhões de euros eram sobretudo compostos por imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.

³ 2 milhões de euros eram compostos por reversão de imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.

⁴ Mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

⁵ 152 milhões de euros foram constituídos por imparidades de 149 milhões de euros em software autodesenvolvido e 3 milhões de euros em intangíveis relacionados com clientes, registados em despesas gerais e administrativas.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2021, a amortização de outros ativos intangíveis permaneceu praticamente inalterada, diminuindo apenas ligeiramente em 21 milhões de euros líquidos. Isto reflete despesas de amortização de mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (149 milhões de euros). Mais informações relativas ao impacto relacionado com a estratégia de transformação estão incluídas na Nota 45 "Impacto da transformação do Deutsche Bank". Adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,1 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensado pela diminuição no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 42 milhões de euros.

Em 2020, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu 161 milhões de euros. Esta redução foi impulsionada por despesas de amortização de mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (50 milhões de euros). Adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,1 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensado pela diminuição no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de 112 milhões de euros.

Em 2019, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu num valor líquido de 1,1 mil milhões de euros. Isto foi principalmente impulsionado por despesas de amortização de 1,3 mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (1,2 mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (937 milhões de euros). Isto foi compensado por adições aos ativos intangíveis gerados internamente de mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Adicionalmente, a desvalorização do euro em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 26 milhões de euros.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Outros	até 10

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 760 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da AM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à AM o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor e é essencialmente estável, comparativamente ao valor contabilístico. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa

de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. A taxa de desconto (custo de capital) aplicada no cálculo foi de 9,8% em 2021 (10,3% em 2020). A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2021 é de 4,1% (em comparação com 4,1% em 2020). As análises das avaliações para os anos 2021 e 2020 não resultaram em nenhuma imparidade nem na reversão das imparidades anteriores.

24 - Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Caixa e saldos do banco	6	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	0	6.086
Ativos fixos tangíveis	9	11
Goodwill e outros ativos intangíveis	88	0
Outros ativos	296	0
Total de ativos classificados como detidos para venda	398	6.097
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	2.000
Outros passivos	252	7.850
Total de passivos classificados como detidos para venda	252	9.850

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

O DWS estabelece uma parceria com a BlackFin para desbloquear todo o potencial da Plataforma de Investimento Digital IKS

Em Setembro de 2021, o DWS Group ("DWS") e a BlackFin Capital Partners ("BlackFin") acordaram uma parceria estratégica a longo prazo para fazer evoluir conjuntamente a plataforma de investimento digital para um ecossistema de plataforma que fornece soluções e serviços de investimento digital abrangentes a parceiros de distribuição, investidores institucionais e clientes de retalho. Foi acordado que a DWS irá transferir a sua plataforma de investimento digital para uma joint venture com a BlackFin, mantendo uma participação de 30%. A 31 de dezembro de 2021, o Grupo classificou os ativos e passivos relacionados no perímetro de transação como um grupo de alienação detido para venda em Asset Management. A remensuração para o valor contabilístico mais baixo e o justo valor menos os custos de venda destes ativos e passivos não resultou no reconhecimento de uma perda por imparidade. A conclusão da transação está prevista para a segunda metade de 2022.

Transferência da plataforma global Prime Finance e Electronic Equities para o BNP Paribas concluída

Como parte dos planos estratégicos de transformação e reestruturação do Grupo anunciados em 7 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Deutsche Bank tinha anunciado a saída da atividade de Equity Sales & Trading. Neste contexto, o Deutsche Bank tinha assinado um acordo com o BNP Paribas S.A. ("BNP Paribas") para assegurar a continuidade do serviço aos seus clientes de Prime Finance e Electronic Equities, com vista a transferir tecnologia e pessoal para o BNP Paribas e a continuar a operar a plataforma até os clientes migrarem para o BNP Paribas, com receitas transferidas para o BNP Paribas e determinados custos a reembolsar ao Deutsche Bank. Em 14 de novembro de 2019, o BNP Paribas e o Deutsche Bank anunciaram que o acordo de reencaminhamento de clientes e de transferência de tecnologia e de pessoal-chave das empresas respetivas para o BNP Paribas tinha recebido as aprovações necessárias e, por conseguinte, foi considerado incondicional. O acordo de transferência de receitas e de reembolso de custos teve início em 1 de dezembro de 2019. Por conseguinte, no quarto trimestre de 2019, os ativos (5 mil milhões de euros) e passivos (9,6 mil milhões de euros) que constituem o perímetro da transação foram classificados como ativos e passivos detidos para venda da Unidade de Libertação de Capital (CRU). A 31 de Dezembro de 2020, o grupo de alienação era composto por ativos e passivos no valor de 6,1 mil milhões de euros e 9,9 mil milhões de euros, respetivamente.

O Grupo e o BNP Paribas anunciaram a 5 de janeiro de 2022 que a transferência de clientes, tecnologia e pessoal chave das empresas Global Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank para o BNP Paribas foi concluída com sucesso até

ao final de 2021, em conformidade com a linha temporal visada. Com isto, o Deutsche Bank alcançou um marco fundamental na sua transformação em curso.

Acordo para vender a rede italiana de consultores financeiros à Zurich Italy

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank e o Zurich Insurance Group Italy ("Zurich Italy") chegaram a um acordo no qual a Zurich Italy irá adquirir a Rede de Consultores Financeiros do Deutsche Bank em Itália. A transação está sujeita a aprovações regulamentares substantivas pendentes e, portanto, não foi considerada um grupo de alienação detido para venda no final do exercício de 2021. A conclusão está prevista para a segunda metade de 2022.

Alienações em 2020

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Infraestrutura	Em 9 de novembro de 2020, o Deutsche Bank tinha anunciado a venda da sua subsidiária Postbank Systems AG, incluindo os seus cerca de 1500 empregados, à Tata Consultancy Services (TCS). Após o cumprimento de todas as condições de conclusão alcançadas no quarto trimestre de 2020, a TCS adquiriu a Postbank Systems AG e, conseqüentemente, a filial foi desconsolidada no final do exercício de 2020.	Impacto negativo antes de impostos de (120) milhões de euros registado no quarto trimestre de 2020 dentro de outras receitas ((104) milhões de euros) e gastos operacionais (excl. juros) ((16) milhões de euros).	Quarto trimestre de 2020

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

25 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	48.675	58.714
Valores a receber de corretagem prime	5	41
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	3.579	2.752
Valores a receber de operações regular way não liquidadas	19.236	13.057
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	71.495	74.564
Títulos de dívida detidos para recolher	14.800	12.587
Juros acumulados a receber	2.084	1.656
Ativos detidos para venda	398	6.097
Outros	15.008	15.495
Total de outros ativos	103.785	110.399

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	52.875	66.259
Valores a pagar de corretagem prime	583	271
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	1.549	1.612
Valores a pagar de operações regular way não liquidadas	15.158	11.668
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	70.165	79.810
Juros acumulados a pagar	1.625	1.740
Passivos detidos para venda	252	9.850
Passivos por locação	3.965	3.974
Outros	21.789	18.834
Total de outros passivos	97.796	114.208

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

26 – Depósitos

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Depósitos à ordem não remunerados	225.782	220.646
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	167.590	154.790
Depósitos a prazo	122.478	106.551
Depósitos de poupança	87.901	86.044
Total de depósitos remunerados	377.969	347.385
Total de depósitos	603.750	568.031

27 – Disposições

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros	Total ¹
Saldo em 1 de janeiro de 2020	119	544	543	684	384	2.276
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	(0)	(0)	(3)	(4)
Novas provisões	20	107	183	553	505	1.368
Montantes utilizados	11	182	165	641	401	1.400
Montantes não utilizados revertidos	39	106	27	105	84	361
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	(9)	(41)	4	(15)	(60)
Transferências	(0)	0	(1)	181	8	189
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89	355	492	676	396	2.007
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	2	2
Novas provisões	62	475	110	302	641	1.590
Montantes utilizados	2	112	113	339	470	1.036
Montantes não utilizados revertidos	106	78	40	58	151	434
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	6	26	1	7	40
Transferências	(0)	(1)	0	(0)	24	22
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42	644	475	582	448	2.192

¹ Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

Classes de provisões

As provisões de **risco operacional** surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de **processos civis** surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para **reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

Outras provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2021, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota, mas menos do que provável era de cerca de 1,7 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2020: 2,1 mil milhões de euros) e 0,1 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2020: 0,2 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incorrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. Os conjuntos de matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

Questões relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais que envolvem relações de antigos correspondentes bancários. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação das autoridades governamentais relativos a algumas relações de antigos correspondentes bancários, incluindo o Danske Bank. O Deutsche Bank está a fornecer informações e a cooperar com as autoridades responsáveis pela investigação. O Banco concluiu igualmente uma investigação interna centrada no processamento histórico das transações bancárias correspondentes em nome dos clientes da sucursal do Danske Bank na Estónia antes da cessação da relação de correspondentes bancários com essa sucursal em 2015, incluindo a possibilidade de terem ocorrido quaisquer violações da lei, regulamentações ou políticas bancárias, e a eficácia do ambiente de controlo interno relacionado.

Adicionalmente, em 24 e 25 de setembro de 2019, com base num mandato de busca emitido pelo Tribunal Local (*Amtsgericht*) em Frankfurt, o Ministério Público de Frankfurt (FPP) conduziu investigações ao Deutsche Bank em relação a relatórios de atividades suspeitas relacionadas com potencial branqueamento de capitais no Danske Bank. Em 13 de outubro de 2020, o FPP encerrou a sua investigação criminal porque o FPP não encontrou elementos de prova suficientes para fundamentar a suspeita de branqueamento de capitais. No entanto, o Banco concordou em pagar uma multa administrativa de 13,5 milhões de euros ao FPP por não apresentar relatórios de atividades suspeitas (SAR) na Alemanha em tempo hábil, que o Deutsche Bank pagou no quarto trimestre de 2020.

Em 7 de julho de 2020, o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) emitiu uma Ordem de Consentimento, apurando que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque em ligação com as suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank – a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank – e que impõe uma sanção civil de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a estas três relações antigas, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020.

O entendimento é o de que as restantes estão atualmente em curso.

Em 15 de julho de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado réu numa ação coletiva de títulos apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Nova Jérсия, alegando que o Banco fez deturpações materiais relativamente à eficácia dos seus controlos antibranqueamento de capitais (AML) e à remediação relacionada. A denúncia cita alegações relativas a deficiências de controlo levantadas na Decisão de Consentimento do DFS relacionadas com as relações do Banco com a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank. Em 30 de setembro de 2020, o queixoso apresentou uma queixa alterada que incluía alegações adicionais sobre a eficácia dos controlos AML do Banco. Em 28 de dezembro de 2020, o tribunal nomeou o queixoso principal e o principal consultor. O queixoso principal apresentou uma segunda queixa alterada em 1 de março de 2021. Em 23 de abril de 2021, o Banco apresentou uma moção para transferir a ação, ou, em alternativa, para indeferir a segunda queixa alterada. Informações sobre a moção concluídas a 1 de julho de 2021.

O Grupo não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente no que diz respeito aos restantes inquéritos e ações civis.

BGH. Em 27 de abril de 2021, o Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) decidiu que certas cláusulas utilizadas nos Termos e Condições Gerais do Banco, que assumem o consentimento do cliente após um aviso prévio e um período de não objeção, são nulas em relação aos consumidores (*Verbraucher*). O grupo recebeu o raciocínio por escrito para este juízo a 27 de maio de 2021. As cláusulas relevantes eram amplamente utilizadas na indústria bancária alemã. O BGH anulou as decisões anteriores tanto do Tribunal Regional como do Tribunal Regional Superior de Colónia, que tinham indeferido a reclamação apresentada por uma associação de defesa do consumidor. Como resultado desta decisão, as taxas introduzidas ou aumentadas desde 2018 com base neste mecanismo de modificação são potencialmente ineficazes e os consumidores

(*Verbraucher*) podem reclamar o reembolso das respetivas taxas bancárias. O grupo estabeleceu uma provisão de classe de litígio civil de 130 milhões de euros no segundo trimestre de 2021, no que diz respeito a este assunto.

Investigações e litígios Cum-ex. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo, em especial, estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (*Staatsanwaltschaft Köln*, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações Cum-ex de alguns antigos clientes do Banco. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30 o da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. Este processo poderá resultar numa redução dos lucros e em multas. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP. No final de maio e início de junho de 2019, o CPP iniciou investigações penais contra outros atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e cinco antigos membros do Conselho de Administração. Em julho de 2020, durante a inspeção do processo de investigação do CPP, o Deutsche Bank tomou conhecimento de que o CPP tinha prorrogado a sua investigação em junho de 2019 para incluir outro pessoal atual e antigo do DB, incluindo um antigo membro do Conselho de Administração e um atual membro do Conselho de Administração. Registaram-se no processo informações muito limitadas sobre os indivíduos. Esta investigação encontra-se ainda numa fase inicial e o âmbito da mesma pode ainda ser alargado.

Em Maio de 2021, o Deutsche Bank tomou conhecimento através de um pedido de informação recebido pelo Deutsche Oppenheim Family Offices AG ("DOAG") como sucessor legal de Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA ("Sal. Oppenheim") que o CPP em 2021 abriu um processo de investigação criminal em relação a transações cum-ex contra antigo pessoal desconhecido de Sal. Oppenheim. O DOAG forneceu as informações solicitadas em 13 de setembro e 15 de outubro de 2021.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (*Elektronisches Datenträgerverfahren*) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (*Bundeszentralamt für Steuern*, "FTO") um pedido de cerca de 49 milhões de euros para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em 20 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO solicitando o pagamento de 2,1 milhões de euros até 20 de janeiro de 2020 relativamente aos pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro cliente de custódia anterior. Em 2020, o Deutsche Bank efetuou o pagamento pedido e apresentou uma objeção contra a notificação de incumprimento. Em 3 de dezembro de 2020, o Deutsche Bank recebeu outra carta de audição da FTO em relação ao aviso de 2,1 milhões de euros de responsabilidade, à qual o Deutsche Bank respondeu em 16 de abril de 2021. Em 28 de julho de 2021, o Deutsche Bank recebeu uma carta da FTO declarando que o aviso de liquidação fiscal revisto, datado de dezembro de 2019, não era um ato administrativo válido, uma vez que não podia ser notificado ao cliente do Deutsche Bank devido à sua liquidação já em 2016. No mesmo dia, a FTO emitiu outro aviso de responsabilidade para o Deutsche Bank, argumentando que este emitiu certificados fiscais incorretos. O pagamento de 2,1 milhões de euros efetuado pelo Deutsche Bank ao abrigo da primeira notificação de responsabilidade foi compensado pela FTO na segunda notificação de responsabilidade. Assim, não foram efetuados mais pagamentos pelo Deutsche Bank. O Deutsche Bank opôs-se à segunda notificação de responsabilidade em 31 de agosto de 2021 e apresentou o raciocínio em 14 de outubro de 2021. Em 9 de novembro de 2021, apresentou novas informações sobre este assunto.

Por carta datada de 26 de fevereiro de 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados Cum-ex incorridos pelo BHF Asset Service GmbH ("BAS") e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no mesmo ano. O BNY estima que a dívida fiscal potencial ascende a até 120 milhões de euros. Em novembro e dezembro de 2020, o consultor da BNY informou o Deutsche Bank de que a BNY e/ou a Service KAG (entre outras) receberam avisos das autoridades fiscais no montante estimado no que diz respeito às negociações Cum-ex relacionadas por determinados fundos de investimento em 2009 e 2010. A BNY apresentou objeções contra os avisos.

Em 6 de fevereiro de 2019, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Frankfurt am Main notificou o Deutsche Bank acerca de uma queixa da M.M.Warburg & CO Gruppe GmbH e M.M.Warburg & CO (AG & Co.) KGaA (conjuntamente "Warburg") em relação às transações Cum-ex da Warburg com um cliente de custódia do Deutsche Bank entre 2007 a 2011. A Warburg queixou-se de ter direito a uma indemnização do Deutsche Bank face aos impostos alemães referentes a operações realizadas entre 2007 e 2011. Além disso, a Warburg reclamou a indemnização por danos não especificados relacionados com estas

transações. Com base nos avisos de avaliação fiscal recebidos para 2007-2011, a Warburg reivindicava um total de 250 milhões de euros (dos quais 166 milhões de euros estão relacionados com impostos e 84 milhões de euros estão relacionados com juros). Em 20 de março de 2020, a Warburg prorrogou o seu pedido contra o Deutsche Bank para indenizar a Warburg em relação à decisão de confiscação criminal de 176 milhões de euros (dos quais 166 milhões de euros estão relacionados com impostos e 10 milhões de euros estão relacionados com juros) emitida pelo Tribunal Regional de Bona no julgamento Cum-ex criminal em 18 de março de 2020 relativamente às mesmas transações. Em 28 de julho de 2021, o Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) confirmou a confiscação criminal. Em 23 de setembro de 2020, o Tribunal Regional de Frankfurt rejeitou integralmente o pedido da Warburg contra o Deutsche Bank, alegando que a Warburg como devedor fiscal (*Steuerschuldner*) é principalmente responsável e não pode solicitar o pagamento ao Deutsche Bank. O tribunal alegou ainda que as reclamações prescreveram. Em 29 de outubro de 2020, a Warburg recorreu da decisão junto do Tribunal Superior Regional (*Oberlandesgericht*) de Frankfurt am Main. Na sequência de cartas de recurso da Warburg e do Deutsche Bank, a audiência do processo de recurso teve lugar a 3 de novembro de 2021. Em 1 de dezembro de 2021, a Warburg reduziu a sua reivindicação a partir do processo de primeira instância. A Warburg reclama agora 86 milhões de euros (dos quais 63 milhões em relação a impostos e 23 milhões em relação a juros). Além disso, a Warburg reclama um montante de 54 milhões de euros em relação à confiscação criminal. Uma nova audiência teve lugar a 26 de janeiro de 2022. Num acórdão datado de 2 de março de 2022, o Tribunal Regional Superior (*Oberlandesgericht*) de Frankfurt am Main indeferiu totalmente o recurso da Warburg. O tribunal não admitiu um recurso da sua decisão para o Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH). A Warburg pode apresentar um recurso contra esta inadmissão (*Nichtzulassungsbeschwerde*).

Em 25 de janeiro de 2021, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Hamburgo serviu o Deutsche Bank com um pedido da Warburg Invest Kapitalanlagegesellschaft mbH ("Warburg Invest") em relação a transações de dois fundos de investimento em 2009 e 2010, respetivamente. A Warburg Invest era gestora de fundos para ambos os fundos. A Warburg Invest pede, do Deutsche Bank juntamente com várias outras partes como devedores conjuntos e diversos (*Gesamtschuldner*), indemnização contra impostos alemães em relação a transações Cum-ex realizadas pelos dois fundos. Além disso, a Warburg Invest reclama a indemnização por danos não especificados relacionados com estas transações. Em novembro de 2020, a Warburg Invest recebeu uma notificação de responsabilidade fiscal das autoridades fiscais para um dos fundos no montante de 61 milhões de euros. Com base em informações publicamente disponíveis, o Deutsche Bank estima que o montante do imposto para o segundo fundo seja de aproximadamente 49 milhões de euros. A Warburg Invest apresentou o seu pedido contra várias partes, incluindo o Deutsche Bank *inter alia*, com base numa alegação de danos intencionais contrários à política pública (Secção 826 do Código Civil alemão) e na acusação de que o Deutsche Bank participou num modelo de negócio que era contrário à política pública (*sittenwidriges Geschäftsmodell*). A 5 de julho de 2021, o Deutsche Bank apresentou a sua declaração de defesa ao tribunal. Em 31 de dezembro de 2021, dois outros arguidos do processo apresentaram uma notificação de litígio (*Streitverkündung*) a várias partes, incluindo o Deutsche Bank.

A 26 de fevereiro de 2021, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Frankfurt am Main notificou o Deutsche Bank com uma queixa da Seriva Vermögensverwaltungs GmbH ("Seriva"). A Seriva solicita que o Deutsche Bank reemita certos certificados fiscais (*Steuerbescheinigungen*) que o Deutsche Bank retirou em abril de 2017 à luz das transações cum-ex da Seriva. O Deutsche Bank respondeu à declaração de reivindicação da Seriva em 6 de abril de 2021. A 5 de julho de 2021, o Deutsche Bank recebeu um resumo de resposta da Seriva. O Deutsche Bank respondeu a 17 de agosto de 2021. A audiência teve lugar a 7 de fevereiro de 2022. Num acórdão datado de 28 de fevereiro de 2022, o tribunal indeferiu o pedido de Seriva. A Seriva pode recorrer da decisão.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank colaborou nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 19 de outubro de 2016, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities (CFTC) dos EUA, Divisão de Execução emitiu uma carta ("Carta da CFTC") a notificar o Deutsche Bank de que a Divisão de Execução da CFTC "não levará a cabo qualquer outra ação, de momento, e encerrou a investigação ao Deutsche Bank" relativamente a divisas. Como é hábito, a Carta da CFTC afirma que a Divisão de Execução da CFTC "mantém a discricionariedade para decidir reabrir a investigação a qualquer momento no futuro". A Carta do CFTC não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank.

Em 7 de dezembro de 2016, foi anunciado que o Deutsche Bank celebrou um acordo com a CADE, a agência brasileira de execuções antitrust, para resolver uma investigação de conduta por um operador de mercado do Deutsche Bank sediado no Brasil. Como parte desse acordo, o Deutsche Bank pagou uma multa de 51 milhões de reais e concordou continuar a cumprir o processo administrativo da CADE até à sua conclusão. Isto resolve o processo administrativo da CADE na medida em que está relacionado com o Deutsche Bank, desde que o Deutsche Bank continue a cumprir os termos do acordo.

Em 13 de fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“DOJ”), Divisão Criminal, Seção de Fraude, emitiu uma carta (“Carta do DOJ”) a notificar o Deutsche Bank de que o DOJ encerrou o seu inquérito criminal “respeitante a possíveis violações da legislação criminal federal em ligação com os mercados cambiais”. Como é hábito, a Carta do DOJ afirma que o DOJ poderá reabrir o seu inquérito caso obtenha informações adicionais ou provas referentes ao inquérito. A Carta do DOJ não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank.

A 20 de abril de 2017, foi anunciado que o Deutsche Bank AG, a DB USA Corporation e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a uma decisão para fazer cessar e proibir e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 137 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, a Reserva Federal ordenou ao Deutsche Bank que “continuasse a implementar melhorias adicionais na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria” no negócio cambial e outros produtos semelhantes e relatar periodicamente o seu progresso à Reserva Federal.

Em 20 de junho de 2018, foi anunciado que o Deutsche Bank AG e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Departamento de Serviços Financeiros (DFS) do Estado de Nova Iorque para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a medidas preventivas e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 205 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, o DFS ordenou ao Deutsche Bank que continuasse a implementar melhorias na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria no negócio cambial e relatar periodicamente o seu progresso ao DFS.

As investigações levadas a cabo por determinadas outras agências reguladoras continuam a decorrer e o Deutsche Bank cooperou com estas investigações.

Em 25 de fevereiro de 2020, os queixosos da ação “Compradores Indiretos” pendente no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque (*Contant, et al. v. Bank of America Corp., et al.*) informaram o Tribunal de um acordo global com os onze réus restantes nessa ação, incluindo o Deutsche Bank, coletivamente de 10 milhões de dólares dos Estados Unidos. A contribuição de cada réu individual, incluindo a do Deutsche Bank, continua a ser confidencial. O tribunal aprovou o acordo e rejeitou com extinção todas as reclamações alegadas contra o Deutsche Bank nessa ação em 19 de novembro de 2020. Apresentada em 7 de novembro de 2018, *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.*, foi apresentada numa base individual por um grupo de gestores de ativos que recusaram o acordo na ação consolidada (*Em Contencioso antitrust das taxas cambiais de referência*). A moção dos réus foi concedida e recusada em parte em 28 de maio de 2020. Os queixosos apresentaram uma terceira queixa alterada em 28 de julho de 2020. A fase de instrução está a decorrer.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadianos apresentados nas províncias de Ontário e Quebec. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indemnizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação. A moção de certificação coletiva dos queixosos na ação Ontário foi concedida em 14 de abril de 2020. A 2 de julho de 2021, o Deutsche Bank celebrou um acordo para resolver o processo coletivo canadiano. O acordo de resolução foi aprovado pelo Tribunal Superior de Justiça do Ontário a 23 de setembro de 2021, e pelo Tribunal Superior de Justiça do Quebec a 20 de outubro de 2021.

O Deutsche Bank também foi nomeado réu numa ação coletiva alterada e consolidada apresentada em Israel. Esta ação afirma alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procura indemnizações ao abrigo da lei antitrust de Israel bem como outras causas de ação. Esta ação está em fases preliminares.

Em 10 de novembro de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado numa ação emitida no Tribunal Superior de Justiça do Reino Unido (Tribunal Comercial) interposta pelo The ECU Group PLC. O processo foi agora resolvido em termos confidenciais.

Em 11 de novembro de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado numa ação emitida no Tribunal Superior de Justiça do Reino Unido (Tribunal Comercial) interposta por muitos dos mesmos queixosos que interpuseram a *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* referidos acima. A alegação baseava-se em alegações factuais semelhantes às efetuadas em *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* O processo encontra-se na fase de contestação.

Em 4 de maio de 2021, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi nomeado numa ação civil antitrust intentada no Tribunal Cível da Jurisdição Central de São Paulo pela Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) contra certos corretores cambiais e instituições financeiras filiadas no Brasil. Esta ação afirma alegações factuais baseadas na conduta investigada pelo CADE e procura obter uma indemnização nos termos da lei antitrust brasileira. O Deutsche Bank ainda não foi notificado.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias, pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.* O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

Tal como reportado anteriormente, o Deutsche Bank pagou 725 milhões de euros à Comissão Europeia na sequência de um acordo de liquidação com data de 4 de dezembro de 2013 relacionado com conduta anticoncorrencial na negociação de derivados de taxa de juros.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o DOJ, a CFTC, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank pagou penalizações de 2175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e DFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Como parte da resolução com o DOJ, o DB Group Services (UK) Limited (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) confessou-se culpado do delito de fraude em transferências no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito do Connecticut e o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três exercícios em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação junto do tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a lei Sherman. Em 23 de abril de 2018, venceu-se o acordo de adiamento da acusação e o tribunal distrital dos EUA do distrito do Connecticut indeferiu subsequentemente as informações criminais contra o Deutsche Bank.

Adicionalmente, tal como reportado anteriormente em 20 de março de 2017, o Deutsche Bank pagou 5,4 milhões de francos suíços à Comissão da Concorrência suíça, (WEKO) em cumprimento de um acordo de liquidação relacionados com a LIBOR em ienes.

A 25 de outubro de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo com um grupo de trabalho dos procuradores-gerais dos EUA para a resolução da sua investigação de taxas interbancárias. Entre outras condições, o Deutsche Bank efetuou um pagamento de acordo no valor de 220 milhões de dólares dos Estados Unidos.

Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Visão geral dos processos civis. O Deutsche Bank é uma parte de 27 ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como ações pendentes no Reino Unido, em Israel, na Argentina e em Espanha. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo três das ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As três ações judiciais pendentes nos Estados Unidos contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também foram apresentadas no distrito sul de Nova Iorque e incluem uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP), uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF) e uma ação relativa a duas taxas de referência em dólares de Singapura (SGD), a taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de swap (SOR).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 27 ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal e federal. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com duas exceções, todas as ações civis nos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o “MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos”) no distrito sul de Nova Iorque. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações civis incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio

pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust, queixas ao abrigo das leis Commodity Exchange Act e Securities Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas antitrust e a permitir que outras avancem. Vários queixosos interpuseram recursos do parecer de 20 de dezembro de 2016 do tribunal distrital perante o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição e esses recursos decorreram paralelamente aos processos em curso no tribunal distrital. Em 30 de dezembro de 2021, o segundo circuito confirmou a decisão do tribunal distrital sobre os fundamentos da defesa da concorrência, mas inverteu a decisão do tribunal por motivos de jurisdição pessoal, e remeteu os casos para o tribunal distrital para novos procedimentos.

Em 29 de julho de 2020, o Deutsche Bank executou um acordo de liquidação com os queixosos no montante de 425 000 dólares dos Estados Unidos para resolver uma ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos que afirma créditos em nome de instituições de crédito com sede nos Estados Unidos que originaram, compraram diretamente ou adquiriram uma participação em empréstimos ligados à LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*The Berkshire Bank v. Bank of America*). O tribunal concedeu a aprovação final do acordo em 15 de março de 2021 e rejeitou todas as reclamações contra o Deutsche Bank. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

Em 5 de março de 2021, o Deutsche Bank e os queixosos numa ação não coletiva pendente como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*Amabile v. Bank of America Corporation*) estipularam o indeferimento das alegações dos queixosos contra o Deutsche Bank. O tribunal indeferiu as alegações dos queixosos em 8 de março de 2021.

Em 8 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank e os queixosos em quatro ações não coletivas pendentes como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (as ações Schwab) estipularam o indeferimento das alegações dos queixosos contra o Deutsche Bank, e o tribunal indeferiu as alegações dos queixosos em 10 de dezembro de 2021. Em 3 de fevereiro de 2022, o Deutsche Bank e os queixosos em duas ações não coletivas pendentes como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (as ações de Filadélfia) estipularam o indeferimento das alegações dos queixosos contra o Deutsche Bank. O tribunal indeferiu as alegações dos queixosos em 4 de fevereiro de 2022.

Em janeiro e março de 2019, os queixosos apresentaram três queixas de ação coletiva putativa no SDNY contra diversas instituições financeiras, alegando que os réus, os membros do painel de bancos que forneceram submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, a organização que administra a LIBOR e respetivas afiliadas, conspiraram para eliminar as submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos de 1 de fevereiro de 2014 até ao presente. Estas ações foram posteriormente consolidadas no âmbito do *Em contencioso antitrust contencioso antitrust ICE da LIBOR* e, em 1 de julho de 2019, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada. Em 26 de março de 2020, o tribunal concedeu a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos recorreram da decisão ao Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito. As informações do recurso estão completas. Em 28 de dezembro de 2020, a DYJ Holdings, LLC apresentou uma moção de intervenção no recurso como queixoso e representante da classe proposto, uma vez que um dos queixosos originalmente nomeados retirou e rejeitou as suas alegações e os outros dois queixosos nomeados manifestaram o desejo de se retirar do processo. Em 7 de janeiro de 2021, os réus apresentaram uma moção de anulação do recurso por falta de jurisdição objeto. Em 6 de abril de 2021, o tribunal deferiu a petição de intervenção e negou a petição dos réus para anular. A argumentação oral teve lugar em 29 de novembro de 2021. Esta ação não faz parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Em agosto de 2020, os queixosos apresentaram uma ação não coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia contra várias instituições financeiras, alegando que a LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi suprimida através do presente. Em 10 de novembro de 2020, os queixosos pediram autorização ao tribunal para uma injunção preliminar e permanente; a informação sobre essa moção está completa. Em 11 de novembro de 2020, determinados réus transferiram a ação para o SDNY; a informação sobre essa moção está completa. Em 24 de Maio de 2021, os queixosos apresentaram uma petição para uma ordem para demonstrar as razões pelas quais o tribunal não deveria ordenar a injunção previamente solicitada pelos queixosos. Os arguidos passaram para a anulação da moção. A 3 de junho de 2021, o tribunal emitiu uma ordem (i) negando a moção dos arguidos para transferir a ação para o SDNY, (ii) negando a petição dos arguidos para anular a moção de 24 de maio dos queixosos e (iii) marcando uma audiência para as moções de injunção para 9 de setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2021, o tribunal emitiu uma decisão escrita negando as moções de injunção. Em 9 de setembro de 2021, o tribunal realizou uma audiência sobre as moções de injunção e negou tentativamente as moções. A 30 de setembro de 2021, os arguidos passaram para o indeferimento da queixa. A instrução das moções de indeferimento está agora totalmente concluída. Esta ação não faz parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Existem outras ações judiciais no Reino Unido relativas a LIBOR em dólares dos Estados Unidos, interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation dos EUA (FDIC), nas quais foi apresentado um pedido de indenização nos termos do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Secção 2 do Capítulo 1 da lei da concorrência do Reino Unido de 1998 e de leis estatais dos Estados Unidos. Em janeiro de 2022, na sequência de uma decisão emitida pelo Tribunal de Recurso dos EUA para o Segundo Circuito em relação às reivindicações antitrust USD LIBOR, o FDIC solicitou aos bancos arguidos que considerassem uma breve pausa do processo UK LIBOR, na pendência da resolução de um pedido para a sua reintegração parcial ou total nos EUA.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indenizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas com taxas de juro baseadas na LIBOR. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

SIBOR e SOR. Continua pendente uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e da taxa de swap (SOR). Em 26 de julho de 2019, o SDNY concedeu a moção dos réus para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank, e negou a moção do queixoso de autorização para apresentar uma quarta queixa alterada. O queixoso recorreu da decisão ao Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito. Em 17 de março de 2021, o tribunal anulou a decisão da SDNY e remeteu o caso para o tribunal distrital. A 1 de outubro de 2021, os arguidos (incluindo o Deutsche Bank) apresentaram uma petição de certiorari ao Supremo Tribunal dos EUA para rever a decisão do Tribunal de Recurso de 17 de março de 2021. A petição foi negada a 10 de janeiro de 2022. Em 25 de outubro de 2021, os queixosos apresentaram a sua quarta queixa alterada, que os réus passaram para anulação em 24 de novembro de 2021.

LIBOR em libras esterlinas. Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em libra esterlina (GBP) continua pendente. Em 21 de dezembro de 2018, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR. Na sequência da decisão desse tribunal na ação coletiva SIBOR e SOR de 17 de março de 2021, o recurso está a avançar. Os queixosos apresentaram as suas alegações iniciais em 21 de outubro de 2021, e todos os arguidos apelados, exceto o Deutsche Bank, apresentaram as suas alegações em 20 de janeiro de 2022. Também em 20 de janeiro de 2022, os queixosos apresentaram uma moção de (1) cessação do seu recurso em relação ao Deutsche Bank, (2) suspensão do recurso separado em relação ao Deutsche Bank, e (3) prisão preventiva limitada dessa parte da questão relativa ao Deutsche Bank ao tribunal distrital para considerar a aprovação de uma proposta de acordo entre os queixosos e o Deutsche Bank. O Segundo Circuito concedeu a moção dos queixosos a 26 de janeiro de 2022.

LIBOR em francos suíços. Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em francos suíços (CHF) continua pendente. Em 16 de setembro de 2019, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR. Na sequência da decisão desse tribunal na ação coletiva SIBOR e SOR de 17 de março de 2021, a ação CHF LIBOR foi remetida para o tribunal distrital para novos procedimentos.

Reclamações EURIBOR em Espanha. 68 reclamações em Espanha foram apresentadas contra o Deutsche Bank por requerentes de empréstimos hipotecários detidos por bancos e outras instituições financeiras por danos resultantes de alegada conduta de conluio do Deutsche Bank na sequência da decisão da Comissão Europeia. Das 68 reclamações, foram iniciados processos judiciais em relação a 49 reclamações. O valor total das 68 reclamações é de aproximadamente um milhão de euros, com potencial para mais reclamações. Dos que já foram iniciados, 21 juízos foram proferidos. Em 10 destes juízos, as reclamações foram indeferidas. Nos restantes 11, os acórdãos sustentaram a aplicação da Diretiva de Danos da UE, embora em 6 destes não tenham sido concedidos quaisquer danos, tendo os restantes 5 resultado na redução dos danos para apenas 10%. O Banco está a recorrer de todas as decisões em que esta diretiva da UE sobre danos foi aplicada.

Investigações sobre as práticas de contratação designada e determinadas relações empresariais e metais preciosos. Em 22 de agosto de 2019, o Deutsche Bank alcançou um acordo com a Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (SEC, Securities and Exchange Commission) para resolver a sua investigação sobre as práticas de contratação do banco relacionadas com candidatos referidos por clientes, potenciais clientes e funcionários do governo. O banco aceitou pagar 16 milhões de dólares dos Estados Unidos no âmbito do acordo. O Ministério da Justiça dos Estados Unidos (DOJ) encerrou a sua investigação sobre o banco, no que diz respeito às suas práticas de contratação. O Deutsche Bank também chegou a acordo com o DOJ e o SEC, respetivamente, relativamente às suas investigações da conformidade do Banco com a lei Foreign Corrupt Practices Act dos EUA (lei norte-americana sobre práticas de corrupção no estrangeiro) e com outras leis, no que diz respeito ao envolvimento de localizadores e consultores do Banco. Em 8 de janeiro de 2021, o Deutsche Bank firmou um acordo de ação penal diferida (DPA) com o DOJ sobre os seus compromissos históricos de localizadores e consultores e, como parte das suas obrigações no DPA, concordou em pagar aproximadamente 80 milhões de dólares dos

Estados Unidos em relação a esta conduta. O DPA com o DOJ também envolveu uma resolução que envolve o "spoofing" em metais preciosos. Como parte das suas obrigações no DPA relacionadas com metais preciosos, o Deutsche Bank concordou em pagar aproximadamente 8 milhões de dólares dos Estados Unidos, dos quais cerca de 6 milhões de dólares dos Estados Unidos seriam creditados por força da resolução do Deutsche Bank de 2018 com a CFTC. No mesmo dia, o Deutsche Bank também chegou a um acordo com o SEC para resolver a sua investigação sobre a conduta relativamente à conformidade do Banco com a FCPA no que diz respeito ao envolvimento do Banco de localizadores e consultores. O Banco concordou em pagar aproximadamente 43 milhões de dólares dos Estados Unidos neste acordo do SEC. Em 28 de fevereiro de 2022, na sequência de uma descoberta pelo DOJ de que o Banco violou a DPA 2021 com base em relatórios inoportunos do Banco sobre certas alegações relacionadas com informações ambientais, sociais e de governação (ESG) na filial do Banco DWS Group GmbH & Co. KGaA, o Banco concordou com o DOJ em prolongar uma monitorização existente e cumprir os termos de um acordo prévio de acusação diferida até fevereiro de 2023, a fim de permitir que a monitorização certificasse a implementação pelo Banco dos controlos internos relacionados. O DOJ reservou-se todos os direitos de adotar novas medidas em relação à DPA de 2021, se o considerar necessário.

Investigações de Jeffrey Epstein. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informações de agências reguladoras e de aplicação da lei relativas à antiga relação de clientes do Banco com Jeffrey Epstein (individualmente, e através de partes e entidades relacionadas). Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank deu início ao processo para cessar a sua relação com Epstein, que teve início em agosto de 2013. O Deutsche Bank forneceu informações e cooperou com as agências que estão a investigar. O Banco também concluiu uma investigação interna sobre a relação com Epstein.

Em 7 de julho de 2020, o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) emitiu uma Ordem de Consentimento, apurando que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque em ligação com as suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank, a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank, e que impõe uma sanção civil de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a estas três relações antigas, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020. Tal como acima indicado, o Banco é também nomeado réu numa ação coletiva de títulos pendente no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Nova Jérсия, que inclui alegações relacionadas com a relação do Banco com Jeffrey Epstein e outras entidades.

O Grupo não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente no que diz respeito aos inquéritos e ações civis de Jeffrey Epstein. O entendimento é o de que as restantes investigações relativas a Jeffrey Epstein estão atualmente em curso.

Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. *Assuntos regulamentares e governamentais.* O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam intimações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda, avaliação e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (residential mortgage-backed securities – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real (CDO), outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

Em 23 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que chegou a acordo em princípio com o DOJ para resolver potenciais queixas relacionadas com os seus negócios de RMBS realizados de 2005 a 2007. O acordo tornou-se final e foi anunciado pelo DOJ em 17 de janeiro de 2017. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank pagou uma penalização monetária de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e forneceu 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor. O DOJ nomeou um supervisor independente para supervisionar e validar a prestação de assistência aos consumidores.

Em setembro de 2016, o Deutsche Bank recebeu intimações administrativas do Procurador-Geral de Maryland para obtenção de informações relativas aos negócios de RMBS e CDO do Deutsche Bank de 2002 a 2009. Em 1 de junho de 2017, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral de Maryland chegaram a acordo para resolver o assunto num valor de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos em numerário e 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor (a serem atribuídos a partir da obrigação de dedução do consumidor global de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos acordado como parte da liquidação do Deutsche Bank junto do DOJ).

Em 8 de julho de 2020, o supervisor nomeado pelo DOJ divulgou o seu relatório final, validando que o Deutsche Bank cumpriu as suas obrigações de assistência aos consumidores no valor de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos na sua totalidade, incluindo o compromisso de 80 milhões de dólares dos Estados Unidos para com o Estado de Maryland.

O Grupo registou provisões relativas a algumas das investigações regulamentares pendentes, mas não a outras. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte foi paga pelo Banco. Em 30 de agosto de 2017, a FHFA/Freddie Mac apresentou uma objeção ao acordo e pouco depois recorreu da decisão de recusa do tribunal distrital ao seu pedido de suspensão dos processos de aprovação do acordo, cujo recurso foi resolvido contra a FHFA/Freddie Mac. O tribunal aprovou o acordo em 7 de março de 2019 contra as objeções da FHFA/Freddie Mac. A FHFA apresentou o seu recurso em 28 de junho de 2019, que se encontra pendente.

O Deutsche Bank é réu numa ação relacionada com ofertas de RMBS interposta pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) dos EUA como recetador do Citizens National Bank e do Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado em indemnização contra todos os réus). Nesta ação, as queixas readmitidas do tribunal de recurso anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. Em 31 de julho de 2017, o FDIC apresentou uma segunda queixa alterada, que os réus passaram para anulação em 14 de setembro de 2017. Em 18 de outubro de 2019, foi recusada a moção de indeferimento dos réus. A fase de instrução está a decorrer.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reaquisição dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reativação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. A 29 de março de 2016, o tribunal negou provimento à ação de reanimação. O queixoso interpôs recurso e, em 8 de julho de 2019, o queixoso apresentou as suas alegações iniciais de recurso. Em 19 de novembro de 2019, o Tribunal de recurso confirmou o indeferimento. Em 19 de dezembro de 2019, o queixoso apresentou uma moção de recurso ao Tribunal de segunda instância de Nova Iorque no tribunal de recurso, que foi recusada em 13 de fevereiro de 2020. Em 16 de março de 2020, o queixoso peticionou o Tribunal de Segunda Instância de Nova Iorque por licença de recurso, que foi concedida em 1 de setembro de 2020. O recurso foi totalmente instruído e permanece pendente.

O Deutsche Bank foi constituído réu em casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os casos alegam violações de garantias e representações ao nível dos empréstimos nas ofertas de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1 RMBS, respetivamente. Ambos os casos foram anulados com base em prazos de prescrição pelo tribunal em 28 de março de 2018. O queixoso recorreu das anulações. Em 25 de abril de 2019, o primeiro departamento confirmou as anulações das queixas por incumprimento de representações e garantias e por violação do Pacto implícito de boa-fé e de negociação leal, mas inverteu a anulação das ações de autorização para apresentar queixas alteradas, alegando a não notificação do administrador acerca de alegadas declarações e violações de garantias. O HSBC apresentou queixas alteradas em 30 de abril de 2019 e o Deutsche Bank apresentou as suas respostas em 3 de junho de 2019. A fase de instrução está a decorrer. A 25 de outubro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas, procurando reativar, nos termos da secção 205(a) da lei e das regras relativas à prática civil de Nova Iorque, a violação de declarações e garantias sobre o que foi afirmado no processo relativo ao ACE 2006-FM1. Em 16 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank passou para a anulação destas ações.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Processos civis do mandatário. A Deutsche Bank National Trust Company ("DBNTC") e a Deutsche Bank Trust Company Americas ("DBTCA") (coletivamente, as "Mandatárias") foram constituídas réus em três processos civis distintos, e a DBNTC foi constituída réu num quarto processo civil, interpostos por investidores relativos à função como mandatário das Mandatárias de determinados trusts RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos

de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte das Mandatárias de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Os quatro processos judiciais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 18 trusts, que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais superiores a 3,7 mil milhões de dólares dos Estados Unidos; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light") que detêm certificados de RMBS emitidos por 43 trusts RMBS e que pretendem obter "centenas de milhões de dólares de indemnização"; (c) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 trusts RMBS, pretendendo obter "centenas de milhões de dólares em perdas"; e (d) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, o "IKB"), na qualidade de investidor de 22 trusts RMBS, pretendendo obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização. No caso do NCUA, a moção da DBNTC para indeferir a queixa alterada foi parcialmente concedida e parcialmente recusada, indeferindo as queixas de responsabilidade delitual da NCUA mas mantendo as respetivas queixas de violação de contrato. Em 27 de janeiro de 2021, o tribunal no processo IKB concedeu parcialmente e recusou parcialmente a moção de anulação das Mandatárias, tendo revogado algumas das alegações do IKB, mas permitido que a maior parte dos seus pedidos de incumprimento contratual e de responsabilidade delitual avançasse; em 10 de maio de 2021, as Mandatárias apresentaram um pedido de recurso relativamente a determinados aspetos dessa decisão e, em 20 de maio de 2021, o IKB apresentou um pedido de recurso subordinado relativamente a outros aspetos dessa decisão. A fase de instrução está a decorrer. Em 8 de fevereiro de 2022, o tribunal no processo Phoenix Light deferiu a moção de julgamento sumário da DBNTC e da DBTCA, negou a moção de julgamento sumário da Phoenix Light e negou provimento ao recurso. Em 8 de fevereiro de 2022, o tribunal no processo Commerzbank concedeu parcialmente e recusou parcialmente a moção de julgamento sumário da DBNTC e da DBTCA, indeferindo todas as queixas de responsabilidade delitual e indeferindo a queixa de violação de contrato relativas a muitos dos trusts, e negou a moção de julgamento sumário do Commerzbank na sua totalidade.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Matérias hipotecárias polacas. A partir de 2016, alguns clientes do Deutsche Bank Polska S.A. contactaram o Deutsche Bank Polska S.A., alegando que os seus contratos de empréstimo hipotecário em moeda estrangeira incluíam cláusulas injustas e eram inválidos. Estes clientes exigiram o reembolso dos alegados pagamentos em excesso ao abrigo de tais acordos num total de mais de 250 milhões de euros, tendo sido iniciados mais de 2.000 processos civis em tribunais polacos. Este tipo de casos é uma questão de âmbito industrial na Polónia e outros bancos estão a enfrentar reclamações semelhantes. O Deutsche Bank Polska S.A. tomou e irá tomar as ações judiciais necessárias para se defender e contestar tais reclamações nos tribunais.

O Grupo estabeleceu uma provisão de carteira para cobrir potenciais perdas decorrentes dos litígios existentes e potenciais relacionados com empréstimos hipotecários em moeda estrangeira. O montante da provisão da carteira é de aproximadamente 165 milhões de euros e pode estar sujeito a futuras alterações na estimativa, dependendo em particular da jurisprudência dos tribunais locais, bem como do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o Banco publicou a sua oferta oficial de aquisição e ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. Esta oferta foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação alemã aplicável. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009, uma vez que os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos ao Deutsche Bank nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 euros por ação.

O tribunal regional de Colónia (*Landgericht*) indeferiu a ação em 2011 e o tribunal de recurso de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anuiu esta decisão e remeteu o processo para o Tribunal Regional Superior de Colónia, a fim de tomar provas de determinadas alegações do queixoso.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no tribunal regional de Colónia e no tribunal regional superior de Colónia respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O tribunal regional de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de 57,25 euros por ação do Postbank (em vez de 25

euros). A contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de 32,25 euros. O Deutsche Bank recorreu desta decisão e o recurso foi atribuído ao 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia, onde foi também ouvido o recurso de Effecten-Spiegel AG.

Em 2019 e 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia chamou várias testemunhas em ambos os casos. Os indivíduos ouvidos incluíram membros atuais e anteriores da administração do Deutsche Bank, do Deutsche Post AG e do Postbank, bem como outras pessoas envolvidas na transação do Postbank. Além disso, o Tribunal Regional Superior de Colónia emitiu ordens para a produção de documentos de transação relevantes entre o Deutsche Bank e a Deutsche Post AG em 2008 e 2009. Por conseguinte, o Deutsche Bank depositou os originais destes documentos junto do tribunal em 2019.

Em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia proferiu uma decisão e rejeitou integralmente as alegações da Effecten-Spiegel AG. Além disso, numa segunda decisão proferida em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia permitiu o recurso do Deutsche Bank contra a decisão do Tribunal Regional de Colónia de 20 de outubro de 2017 e rejeitou todas as alegações relacionadas dos queixosos relevantes. O Tribunal Regional Superior de Colónia concedeu autorização para interpelar o Tribunal Federal alemão (*Bundesgerichtshof*) no que diz respeito a ambas as decisões e todos os queixosos relevantes apresentaram os respetivos recursos ao Tribunal Federal no final de janeiro e início de fevereiro de 2021, respetivamente. Até 15 de outubro de 2021, os queixosos apresentaram a sua argumentação do recurso ao Tribunal Federal alemão.

O Deutsche Bank foi notificado de um número elevado de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017, estando a maioria dos quais agora pendentes no tribunal regional de Colónia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para 64,25 € por ação.

Os pedidos de indemnização ao Deutsche Bank relativos a estas questões ascendem a um total de aproximadamente 700 milhões de euros (excluindo juros).

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Outros processos relacionados com a aquisição do Postbank. Em setembro de 2015, antigos acionistas do Postbank apresentaram no tribunal regional de Colónia ações de acionistas contra o Postbank para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Postbank, em agosto de 2015 (ações para anulação). Entre outras questões, os queixosos alegaram que o Deutsche Bank esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. Numa decisão de 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia declarou nula a resolução de afastamento. No entanto, o tribunal não se baseou numa suspensão de direitos de voto devido a uma alegada falha por parte do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória, mas argumentou que o Postbank violou direitos de informação dos acionistas do Postbank na reunião de acionistas do Postbank em agosto de 2015. O Postbank recorreu desta decisão. Em 15 de maio de 2020, o DB Privat- und Firmenkundenbank AG (sucessor legal do Postbank devido a uma fusão em 2018) foi fundido no Deutsche Bank AG. Em 3 de julho de 2020, o Deutsche Bank AG retirou o recurso no que diz respeito às ações de anulação, uma vez que os esforços e os custos para prosseguir este recurso tornaram-se desproporcionados em relação à menor importância económica remanescente do caso, considerando que o afastamento de 2015 não pode ser revertido. Consequentemente, o acórdão de primeira instância que constatou que o Postbank violou os direitos de informação dos seus acionistas na assembleia de acionistas tornou-se agora definitivo.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode também influenciar dois processos de avaliação pendentes (*Spruchverfahren*). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e a remuneração anual paga no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (*Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag*) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colónia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de junho de 2019, o tribunal regional de Colónia abandonou expressamente este parecer jurídico no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não

será relevante para determinar a compensação pecuniária adequada. É provável que o tribunal regional de Colônia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação. Em 1 de outubro de 2020, o Tribunal Regional de Colônia proferiu uma decisão no processo de avaliação relativo ao acordo de domínio e de transferência de resultados (datado de 5 de dezembro de 2012) segundo o qual a compensação anual nos termos da Secção 304 da Lei alemã sobre sociedades por ações (*jährliche Ausgleichszahlung*) será aumentada de 0,12 euros para 1,78 euros por ação do Postbank e o montante de liquidação nos termos da Secção 305 da Lei alemã sobre sociedades por ações (*Abfindungsbetrag*) será aumentado de 4,56 euros para 29,74 euros por ação do Postbank. O aumento do montante de liquidação é relevante para cerca de 492 000 antigas ações do Postbank, ao passo que o aumento da compensação anual é relevante para cerca de 7 milhões de ações antigas do Postbank. O Deutsche Bank, bem como os requerentes, interpelaram esta decisão.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido. O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres. O volume total de transações analisadas é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank avaliou as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank adotou medidas disciplinares relativamente a determinados indivíduos nesta matéria.

Em 30 de janeiro de 2017, o DFS e a FCA anunciaram acordos com o Banco relacionados com as suas investigações desta matéria. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo antibranqueamento de capitais (AML) do Banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo de liquidação, o DFS emitiu uma Decisão de consentimento em seguimento da qual o Deutsche Bank aceitou pagar uma penalização monetária civil no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois anos. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar uma penalização monetária civil no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas. A 30 de maio de 2017, a Reserva Federal anunciou o seu acordo com o Banco, resolvendo esta questão, bem como questões de AML adicionais identificadas pela Reserva Federal. O Deutsche Bank pagou uma multa de 41 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank também acordou reter terceiros independentes para avaliar o seu programa AML/Lei do sigilo bancário e analisar determinadas atividades bancárias correspondentes estrangeiras da sua subsidiária Deutsche Bank Trust Company Americas. O Banco teve de submeter programas e planos de correção escritos.

O Deutsche Bank continua a cooperar com órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei, incluindo o DOJ, que tem a sua própria investigação relativa a estas negociações de títulos que se entende estar em curso. O Grupo registou uma provisão relativa à investigação restante. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 20 de dezembro de 2018, a Comissão Europeia enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação de regras antitrust da UE em relação ao mercado de negociação secundário de obrigações de SSA denominado em dólares dos Estados Unidos; o Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia nesta matéria e, como resultado, foi-lhe concedida imunidade. Em 28 de abril de 2020, a Comissão Europeia pronunciou a sua decisão, concluindo que o Deutsche Bank e três outros bancos violaram as regras antitrust da UE. Contudo, de acordo com as diretrizes da Comissão Europeia, não foi imposta qualquer multa ao Deutsche Bank, dado o seu estatuto de imunidade.

O Deutsche Bank foi constituído arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, por alegados participantes diretos e indiretos no mercado alegando violações da lei antitrust e lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de SSA. O Deutsche Bank chegou a um acordo para liquidar as ações dos participantes diretos no mercado pelo montante de 48,5 milhões de dólares dos Estados Unidos e registou uma provisão no mesmo montante. O acordo recebeu a aprovação final do tribunal em 2 de abril de 2021. A ação apresentada em nome de alegados participantes indiretos no mercado foi voluntariamente rejeitada pelos queixosos.

O Deutsche Bank é também arguido em ações coletivas putativas apresentadas em 7 de novembro de 2017 e 5 de dezembro de 2017 no tribunal superior de Ontário e no tribunal federal do Canadá, alegando violações da lei antitrust e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações de SSA. As queixas assentam em

alegações semelhantes às das ações coletivas nos EUA envolvendo a negociação de obrigações de SSA e solicitam indenização punitiva. Os casos encontram-se na sua fase inicial.

O Deutsche Bank foi constituído em uma ação coletiva putativa consolidada apresentada no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionado com a negociação de obrigações do governo mexicano. Em outubro de 2019, o tribunal concedeu a moção dos réus para indeferir a queixa alterada consolidada dos queixosos sem prejuízo. Em dezembro de 2019, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que o tribunal rejeitou sem hipótese de recurso em 30 de novembro de 2020. Em 20 de maio de 2021, os queixosos apresentaram uma moção para reconsideração. Em 22 de janeiro de 2021, o Deutsche Bank foi notificado de que a autoridade da concorrência mexicana, a COFECE, chegou a uma resolução que impõe multas ao DB México e a dois dos seus antigos comerciantes, bem como a seis outras instituições financeiras e nove outros comerciantes, por se envolverem em alegadas práticas monopolistas no mercado secundário de obrigações do Governo mexicano. O DB México recorreu. A multa contra o DB México foi de aproximadamente 427 000 dólares dos Estados Unidos.

O Deutsche Bank é também arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" e da lei comum dos EUA relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações governamentais dos EUA; em 3 de setembro de 2019 o tribunal rejeitou uma moção para indeferir a queixa. O Deutsche Bank chegou a acordo para resolver as ações coletivas para o montante de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos, que já estava totalmente refletido nas reservas de litígios existentes, pelo que não foi necessária qualquer disposição adicional para este montante de liquidação. O tribunal concedeu a aprovação preliminar da liquidação em 29 de outubro de 2019, apoiada por um parecer emitido em 8 de novembro de 2019. O tribunal realizou uma audição final de equidade em 9 de junho de 2020. Em 18 de junho de 2020, o tribunal deu início a um acórdão final que aprova o acordo de ação coletiva com o Deutsche Bank e separadamente quanto aos acordos de ação coletiva com os outros réus, o que resultará num total de 386,5 milhões de dólares dos Estados Unidos pagos na liquidação coletiva. Foi apresentada uma ação separada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito intermédio da Louisiana a 23 de setembro de 2019, a qual foi rejeitada sem possibilidade de recurso do Deutsche Bank, por estipulação das partes, em 30 de outubro de 2019.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações de títulos de tesouraria dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank colaborou nas investigações.

A subsidiária do Deutsche Bank, Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI) foi constituída ré em várias ações coletivas, alegando violações da lei antitrust dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque. Em 16 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada, que não indicava a DBSI como ré. Em 11 de novembro de 2017, o tribunal dispensou a DBSI da ação coletiva sem prejuízo. Em 31 de março de 2021, o tribunal deferiu a petição dos réus para anular. Em 14 de maio de 2021, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que também não indicava a DBSI como ré.

Em 18 de junho de 2020, a CFTC apresentou uma ordem nos termos do acordo com a DBSI por alegado "spoofing" por dois comerciantes com sede em Tóquio entre janeiro e dezembro de 2013. Sem admitir ou negar os resultados ou conclusões, o Deutsche Bank consentiu na apresentação da ordem, incluindo uma multa monetária civil de 1,25 milhões de dólares dos Estados Unidos.

Litígios de spoofing de tesouraria dos Estados Unidos. Na sequência do acordo do Banco com a CFTC, foram apresentadas cinco ações coletivas putativas distintas no Tribunal Distrital do Illinois contra o Deutsche Bank AG e a DBSI. Os casos alegam que o Deutsche Bank e outras entidades não denominadas participaram num esquema de janeiro a dezembro de 2013 para enganar o mercado de contratos de futuros e opções de tesouraria e contratos de futuros e opções de euro/dólares. Os queixosos apresentaram uma queixa consolidada a 13 de novembro de 2020. O Deutsche Bank AG e a DBSI apresentaram uma moção de indeferimento em 15 de janeiro de 2021; a conclusão da moção de indeferimento foi concluída em 16 de abril de 2021. Em 20 de setembro de 2021, o juiz ordenou informações complementares sobre as questões da fase de instrução e capacidade do Artigo III. Os queixosos apresentaram as alegações iniciais em 11 de outubro de 2021, com as informações completas em 1 de novembro de 2021.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

28 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de fronting, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Compromissos de crédito irrevogáveis	177.334	165.643
Compromissos de crédito revogáveis	49.798	50.233
Passivos contingentes	59.394	47.978
Total	286.525	263.854

Outros compromissos e outros passivos contingentes

O quadro seguinte apresenta os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Outros compromissos e outros passivos contingentes

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Outros compromissos	163	144
Outros passivos contingentes	77	73
Total	240	217

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-Membros da OCDE) definem parâmetros de referência (benchmarks) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia, pela Euler-Hermes

Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pela Export Finance Agency do Reino Unido atuando em nome do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte ou pela Export Credit Agency (SACE S.p.A.) atuando em nome da República Italiana.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Os compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 1.078,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, e 915,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

29 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	1.840	1.748
Outros	2.194	1.804
Total de outros empréstimos a curto prazo	4.034	3.553

30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2022	Vencimento em 2023	Vencimento em 2024	Vencimento em 2025	Vencimento em 2026	Vencimento após 2026	Total 31 de dez. 2021	Total 31 de dez. 2020
Dívida sênior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	9.053	11.529	10.179	5.791	9.986	16.909	63.446	66.402 ¹
Taxa variável	3.134	1.373	2.327	3.243	3.234	4.871	18.182	26.990 ¹
Outros	37.217	3.597	6.853	791	752	4.749	53.960	48.103
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	14	33	74	2.623	1.967	2.479	7.191	6.049
Taxa variável	0	1.197	21	194	0	0	1.412	1.303
Outros	15	103	88	0	42	46	293	316
Total de dívida a longo prazo	49.434	17.832	19.542	12.643	15.980	29.054	144.485	149.163

¹ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2021 e 2020.

Títulos fiduciários preferenciais¹

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Taxa fixa	0	269
Taxa variável	528	1.052
Total de títulos fiduciários preferenciais	528	1.321

¹ Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

	31 dez 2021				
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	225.782	0	0	0	0
Depósitos remunerados	168.927	118.909	70.899	12.195	10.015
Passivos detidos para negociação ¹	54.676	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	287.108	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30.911	7.582	16.764	2.249	2.438
Passivos por contratos de investimento ²	0	0	562	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	678	423	286	79
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	227	33	40	448	8
Títulos cedidos por empréstimo	24	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	2.676	953	607	0	0
Dívida a longo prazo	0	36.692	14.770	71.239	31.449
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	529	0	0
Passivos por locação	37	142	503	1.750	2.082
Outros passivos financeiros	78.311	3.225	337	456	12
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	175.114	0	0	0	0
Garantias financeiras	24.024	0	0	0	0
Total⁴	1.047.818	168.213	105.435	88.624	46.084

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

	31 dez 2020				
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	220.646	0	0	0	0
Depósitos remunerados	154.863	105.566	64.784	13.815	10.230
Passivos detidos para negociação ¹	44.289	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	327.775	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	23.692	16.204	3.451	2.127	2.095
Passivos por contratos de investimento ²	0	0	526	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	354	66	319	541
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	1.815	17	0	504	1
Títulos cedidos por empréstimo	1.697	1	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1.385	919	1.530	0	0
Dívida a longo prazo	1	14.430	48.164	68.130	31.637
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	1.345	0	0
Passivos por locação	49	128	522	1.804	2.064
Outros passivos financeiros	86.618	2.565	225	501	16
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	164.843	0	0	0	0
Garantias financeiras	20.337	0	0	0	0
Total⁴	1.048.009	140.182	120.611	87.200	46.584

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registrados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

32 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2020	2.066.773.131	(671.357)	2.066.101.774
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(35.058.705)	(35.058.705)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	34.383.896	34.383.896
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020	2.066.773.131	(1.346.166)	2.065.426.965
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(35.979.884)	(35.979.884)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	36.647.102	36.647.102
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021	2.066.773.131	(678.948)	2.066.094.183

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

Ações compradas para tesouraria consistem principalmente em ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo, bem como detidas pelo Grupo durante um período de tempo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank AG tinha autorizado, mas não emitido, capital no valor de 2.560.000.000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2026. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2026
2.048.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2026

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com warrants. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital condicional	Finalidade do capital condicional	Data de expiração
512.000.000 €	Pode ser utilizado se os titulares de direitos de opção ou conversão que estão associados a obrigações participativas ou obrigações convertíveis ou obrigações com títulos de subscrição fizerem uso dos seus direitos de opção ou conversão ou titulares com obrigações convertíveis de obrigações participativas convertíveis ou obrigações convertíveis cumprirem a sua obrigação de conversão.	30.4.2022
51.200.000 €	Pode ser utilizado para cumprir opções que são concedidas em ou antes da data de expiração e serão usadas apenas na medida em que os titulares das opções emitidas façam uso do seu direito de receber ações e as ações não sejam entregues fora de ações em tesouraria	30.4.2022

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respetivamente.

	2021 (proposto)	2020	2019
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	413.000.000	0	0
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,20	0,00	0,00

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

33 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o período de lançamento para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma. Os prémios em ações diferidas estão sujeitos a provisões de perda de direitos e condições de desempenho até à sua disponibilização.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios e, para os colaboradores de determinadas entidades jurídicas, o capital diferido é substituído por ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

Note-se que esta tabela não abrange os prémios concedidos ao Conselho de Administração e, a partir de 2018, esta tabela não abrange os MRT AIFMD/UCITS, nem os pagamentos de remuneração com base em ações da DWS, consulte a secção DWS separada que abrange os subsídios a esta população.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2019-2021	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV numa MBU) ²
	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (não CB/IB/CRU) ²
	Prémio anual	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
2017 -2018	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ³	Colaboradores regulamentados
	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹ Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho Membros do Quadro de Liderança Sénior
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Plano de retenção essencial (KRP) ⁴	1/2: 50 meses ³ 1/2: 62 meses ³ Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 43 meses	Colaboradores que correm riscos materiais (MRT) Colaboradores que não correm riscos materiais (não-MRT)
2016	Prémio de posição-chave (Key Position Award - KPA) ⁵	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 4 exercícios ³	Colaboradores selecionados como retenção anual

¹ No caso dos colaboradores regulamentados pelo InstVV (e da Direção) aplica-se um novo período de retenção de doze meses (seis meses para os prémios concedidos entre 2017 e 2018).

² Para o ano de concessão de 2019, as divisões foram denominadas CIB, pelo que, para os anos de concessão de 2020 e 2021, a CIB é dividida em CB/IB/CRU.

³ A entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.

⁴ Os prémios baseados em ações concedidos no âmbito deste plano em janeiro de 2017 estavam sujeitos a uma condição adicional de cotação da ação e caducaram devido ao não cumprimento desta condição.

⁵ Uma proporção predefinida do KPA do indivíduo estava sujeita a uma condição adicional de cotação da ação e caducou devido ao não cumprimento desta condição.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o Grupo rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, cerca de 11.838 colaboradores de 18 países inscreveram-se no décimo segundo ciclo, que começou em novembro de 2021.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela que se segue define os movimentos em unidades de prémios em ações, incluindo subsídios no âmbito da variante em numerário do DB Equity Plan.

Ações (em milhares)	2021	2020 ¹
Saldo pendente a partir de 1 de janeiro	119.206	169.590
Concedidas	50.554	45.269
Libertadas	(43.206)	(32.693)
Caducadas	(4.537)	(62.518)
Outros movimentos	(200)	(441)
Saldo pendente em 31 de dezembro	121.818	119.206

¹ Ações reajustadas - 2020

O DB Equity Plan inclui prémios com obstáculos à cotação da ação, tanto no âmbito do Prémio de posição-chave como do Plano de retenção essencial. A condição da cotação da ação para ambos os planos foi medida durante 2020 e não foi cumprida. Como resultado, cerca de 56 milhões de ações caducaram. Em conformidade com a IFRS 2, a perda de direitos devido a uma condição de desempenho do mercado não resultou numa reversão do gasto registado.

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2021			2020		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DB Equity Plan	9,25 €	10,58 €	2	7,20 €	7,79 €	2

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 8 milhões de euros e 8 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

O volume de subsídios de prémios em ações em circulação foi de aproximadamente 0,9 mil milhões de euros e 0,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. Desses, aproximadamente 0,7 mil milhões de euros e 0,7 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a aproximadamente 0,2 mil milhões de euros e 0,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

Planos de remuneração baseados em ações da DWS

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com IPO ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO (PSU). No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano SAR da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nomenclais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o fim do período de retenção para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2021	Prémios anuais	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
	Prémios anuais	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão ¹	Colaboradores regulamentados
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
2019-2020	Prémios anuais	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão ¹	Colaboradores regulamentados
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio de ações de desempenho (PSU) (prémio único relacionado com a IPO concedido em 2019)	1/3: Março de 2022 ¹ 1/3: Março de 2023 ¹ 1/3: Março de 2024 ¹	Membros do Conselho Executivo
2018	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio de ações de desempenho (PSU) (prémio único relacionado com a IPO) ¹	1/3: Março de 2022 ¹ 1/3: Março de 2023 ¹ 1/3: Março de 2024 ¹	Selecionar diretores
	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO)	Para não MRT: 1 de junho de 2021 ³ Para MRT: 1 de março de 2023 ^{1,3}	Todos os colaboradores da DWS ²

¹ Dependendo do estado regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de seis meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de 12 meses (MRT InstVV) após a aquisição de direitos.

² Exceto se o colaborador tiver recebido o prémio PSU.

³ Em 2020, foram oferecidas duas janelas de exercício antecipado a não MRT, o que levou a uma aquisição acelerada e ao exercício após aceitação. No caso de prémios pendentes, aplica-se um período de exercício de 4 anos após a aquisição/período de retenção.

O quadro seguinte define os movimentos em unidades de prémios em ações.

	DWS Equity Plan				Plano SAR da DWS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ações (em milhares)	Número de prémios	Número de prémios	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada
Pendentes no início do exercício	2.418	2.040	1.254	24,65 €	2.087	24,65 €
Concedidas	709	805	0	-	0	-
Emitidas ou exercidas	(583)	(368)	(256)	24,65 €	(766)	24,65 €
Caducadas	(110)	(54)	(14)	24,65 €	(52)	24,65 €
Expiradas	0	0	(36)	24,65 €	0	-
Outros movimentos	(18)	(6)	0	24,65 €	(14)	24,65 €
Pendentes no final do exercício	2.415	2.418	948	24,65 €	1.254	24,65 €
Das quais, exercíveis	0	0	739	-	0	-

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2021			2020		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DWS Equity Plan	30,44 €	37,24 €	2	29,07 €	34,88 €	2
Plano SAR da DWS	n/d	39,59 €	4	n/d	31,95 €	5

O justo valor de prémios baseados em ações em circulação foi de aproximadamente 83 milhões de euros e 85 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. Dos prémios, cerca de 69 milhões de euros e 61 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados até ao período que termina em 2021 e 2020, respetivamente, dos quais 29 milhões e 21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 dizem respeito a prémios totalmente adquiridos. Os gastos totais não reconhecidos relacionados com planos baseados em ações foram de aproximadamente 14 milhões de euros e 25 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente, consoante a evolução futura da cotação da ação.

Durante 2020, os colaboradores elegíveis foram convidados a exercer os respetivos prémios SAR como parte de duas ofertas distintas de exercício antecipado. Os prémios SAR que não foram exercidos continuam a estar sujeitos aos termos e condições das Regras do Plano SAR da DWS, incluindo as disposições em matéria de perda de direitos.

O justo valor dos prémios do Plano SAR da DWS foi medido utilizando o modelo generalizado de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição dos prémios do Plano SAR da DWS foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2021	Data de medição 31 de dezembro de 2020
Unidades (em milhares)	948	1.254
Justo valor	10,99 €	10,68 €
Cotação da ação	35,48 €	34,80 €
Cotação do exercício	24,65 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	32%	33%
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	4	5
Dividendos esperados (% do rendimento)	65%	65%

Dada a negociação limitada no mercado da volatilidade implícita da cotação das ações da DWS, a volatilidade esperada da cotação das ações da DWS tem sido baseado numa avaliação da volatilidade histórica para um grupo de pares comparável durante o período de 5 exercícios anterior. O nível de dividendos esperado está relacionado com as mais recentes comunicações do Grupo DWS.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigações com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4.626	632	243	635	6.136
Participantes em estado diferido	2.535	3.020	564	118	6.237
Participantes em estado de pagamento	5.936	1.277	544	274	8.031
Total da obrigação com benefícios definidos	13.097	4.929	1.351	1.027	20.404
Justo valor dos ativos dos planos	12.642	6.019	1.148	1.079	20.888
Rácio de financiamento (em %)	97%	122%	85%¹	105%	102%

¹ A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (170 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 97%.

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigações com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4.950	706	236	648	6.540
Participantes em estado diferido	2.639	2.876	561	111	6.187
Participantes em estado de pagamento	5.943	1.335	530	272	8.080
Total da obrigação com benefícios definidos	13.532	4.917	1.327	1.031	20.807
Justo valor dos ativos dos planos	12.658	5.705	1.107	987	20.457
Rácio de financiamento (em %)	94%	116%	83%¹	96%	98%

¹ A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (168 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 96%.

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 201 milhões de euros e 202 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2021.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2021	477	134	87	67	765
Benefícios que deverão ser pagos 2022	515	235	78	66	894
Benefícios que deverão ser pagos 2023	523	133	79	64	799
Benefícios que deverão ser pagos 2024	542	143	80	67	832
Benefícios que deverão ser pagos 2025	560	161	81	63	865
Benefícios que deverão ser pagos 2026	577	165	83	63	888
Benefícios que deverão ser pagos 2027 - 2031	3.119	961	410	323	4.813
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	20	11	12	15

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro.

Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente e reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais.

Durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Quaisquer alterações ao plano seguem um processo que requer a aprovação dos Recursos humanos do Grupo e, acima de um determinado limiar, também do Comité de Pensões.

A gestão do risco das pensões está integrada na organização de gestão do risco do Grupo, com forte incidência nos riscos de mercado dada a importância da evolução do mercado de capitais (por exemplo, taxa de juro, spread do crédito, inflação dos preços) para o valor dos ativos e passivos do plano, daí as IFRS e o capital regulamentar. A gestão do risco engloba assim a medição, monitorização e comunicação regular de riscos através de métricas específicas, bem como um quadro de controlo de riscos, por exemplo, através do estabelecimento de limites ou limiares de risco, conforme aplicável. As atividades de gestão de riscos também incluem a contrapartida, revisão e medição de outros riscos financeiros, por exemplo, riscos demográficos e outros pressupostos atuariais (por exemplo, risco de longevidade), mas também a avaliação de modelos, avaliação e outros riscos não financeiros.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, que são parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (defined benefit obligation) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para muitos dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Grupo acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31 dez 2021				31 dez 2020			
	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros
Taxa de desconto (em %)	1,10%	1,86%	2,73%	1,92%	0,60%	1,26%	2,31%	1,51%
Taxa de inflação dos preços (em %)	2,19%	3,73%	2,30%	1,88%	1,29%	3,22%	2,10%	1,54%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,42%	4,23%	2,40%	2,69%	1,79%	3,72%	2,20%	2,57%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	2,10%	3,49%	2,30%	1,05%	1,19%	3,08%	2,10%	0,86%
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	21,3	23,5	21,9	22,0	21,2	23,5	21,8	22,0
Mulher com 65 anos à data de medição	23,5	25,1	23,3	24,0	23,5	25,0	23,2	24,2
Homem com 45 anos à data de medição	22,6	24,6	23,3	23,4	22,5	24,5	23,2	23,3
Mulher com 45 anos à data de medição	24,6	26,5	24,7	25,4	24,6	26,4	24,5	25,6
Tabelas de mortalidade aplicadas								
	SAPS (S3) Light/Very Light com projeções CMI 2020				SAPS (S3) Light/Very Light com projeções CMI 2019			
	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	Very Light com projeções CMI 2020	PRI-2012 com projeções MP-2021	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	Very Light com projeções CMI 2019	PRI-2012 com projeções MP-2020	Tabelas específicas do país

¹ Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados de mercado de terceiros reputados - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. No quarto trimestre de 2021, foi aprovada para utilização no Reino Unido uma metodologia revista de curva de desconto que proporciona uma melhor qualidade de dados para a determinação do universo de obrigações subjacente. A adoção desta metodologia resultou em cerca de 45 milhões de euros de resultado atuarial líquido que foi reconhecido através de Outro rendimento integral. Isto resultou num aumento correspondente do excedente global de pensões e do ativo líquido de benefícios definidos, devido à apresentação líquida dos ativos do plano de pensões e da obrigação com benefícios definidos.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade. Devido à natureza a longo prazo dos pressupostos de mortalidade e à falta de clareza sobre os impactos a mais longo prazo da pandemia nos resultados da saúde, não houve qualquer provisão específica para o impacto da COVID-19 em qualquer região, para além da experiência recente que foi captada no processo de avaliação anual.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu 48 milhões de euros de créditos de serviço anteriores em ligação com a inclusão de uma opção de pagamento de montante único num dos acordos alemães de benefícios de reforma na divisão Private Bank. Esta redução das obrigações de plano de benefícios definidos foi relatada como parte da Remuneração e benefícios na Demonstração consolidada dos resultados.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

	2021				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	13.532	4.917	1.327	1.031	20.807
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	177	23	10	40	250
Custos com juros	80	63	31	16	190
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	28	(15)	0	(1)	12
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(319)	(220)	(50)	(21)	(610)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	(5)	3	(14)	(16)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	75	(16)	20	1	80
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	14	15
Benefícios pagos	(477)	(134)	(87)	(67)	(765)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	316	97	28	441
Outros	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	13.097	4.929	1.351	1.027	20.404
dos quais:					
Não financiadas	0	14	197	90	301
Financiadas	13.097	4.915	1.154	937	20.103
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	12.658	5.705	1.107	987	20.457
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	76	74	26	14	190
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	243	5	7	46	301
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	14	15
Contribuições pagas pelo empregador	141	0	4	32	177
Benefícios pagos ¹	(477)	(134)	(75)	(52)	(738)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	374	82	39	495
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(5)	(3)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	12.642	6.019	1.148	1.079	20.888
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(455)	1.090	(203)	52	484
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(38)	(38)
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(48)	(48)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(4)	(4)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(90)	(90)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(455)	1.090	(203)	(38)	394²

¹ Apenas para planos com fundos constituídos.

² Da qual 1207 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 813 milhões de euros em Outros passivos.

	2020				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	13.270	4.687	1.418	1.043	20.418
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	200	28	12	42	282
Custos com juros	122	85	43	18	268
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	(22) ¹	11	0	0	(11)
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	536	600	75	39	1.250
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	110	(11)	(9)	2	92
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(73)	(68)	3	(14)	(152)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	15	19
Benefícios pagos	(456)	(160)	(96)	(80)	(792)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	(158) ²	0	0	0	(158)
Alterações das taxas de câmbio	0	(255)	(119)	(36)	(410)
Outros	(1)	0	0	2	1
Saldo, fim do exercício	13.532	4.917	1.327	1.031	20.807
dos quais:					
Não financiadas	0	15	195	105	315
Financiadas	13.532	4.902	1.132	926	20.492
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	11.915	5.615	1.143	982	19.655
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	111	101	34	17	263
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	777	456	60	42	1.335
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	15	19
Contribuições pagas pelo empregador	444	0	56	28	528
Benefícios pagos ³	(456)	(159)	(84)	(65)	(764)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	(137) ²	0	0	0	(137)
Alterações das taxas de câmbio	0	(303)	(99)	(31)	(433)
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(5)	(3)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	12.658	5.705	1.107	987	20.457
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(874)	788	(220)	(44)	(350)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(40)	(40)
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	2	2
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(38)	(38)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(874)	788	(220)	(82)	(388)⁴

¹ Contém um crédito de serviço anterior de 48 milhões de euros devido à introdução de uma opção de capital para um plano específico patrocinado pelo antigo Postbank.

² Postbank Systems AG.

³ Apenas para planos com fundos constituídos.

⁴ Da qual 877 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1265 milhões de euros em Outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. O enfoque principal é proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Em 2021, houve uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as métricas financeiras de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões

em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comitês de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Grupo pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, spreads de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, swaps de inflação de taxas de juro e swaps de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos que procuram retorno, tais como ações, imóveis, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações de mercados emergentes para criar valor a longo prazo e alcançar benefícios de diversificação.

Em 2020, o grupo firmou duas transações de recompra com um segurador terceiro para reduzir o risco de 1,2 mil milhões de euros de exposição aos planos de pensões de benefícios definidos do Reino Unido financiados a partir de ativos existentes, sem necessidade de contribuição patronal adicional. O reconhecimento das apólices de seguros como ativos do plano qualificados no 1.º e 4.º trimestres teve um impacto negativo em Outro rendimento integral na demonstração financeira do Grupo em aproximadamente 115 milhões de euros e 60 milhões de euros, respetivamente.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31 dez 2021					31 dez 2020				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	930	321	56	78	1.385	290	504	67	57	918
Instrumentos de capital ¹	1.220	348	151	209	1.928	899	609	126	57	1.691
Obrigações investment-grade ²										
Governamentais	2.524	1.918	436	207	5.085	2.829	1.048	422	167	4.466
Obrigações não governamentais	5.386	1.894	379	336	7.995	6.144	2.034	387	258	8.823
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	137	1	1	1	140	99	2	1	18	120
Obrigações não governamentais	423	142	33	55	653	236	107	37	28	408
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	839	124	79	7	1.049	1	122	73	0	196
Seguros	1	1.256	0	10	1.267	1	1.248	0	13	1.262
Alternativos										
Imobiliário	528	0	0	98	626	443	37	0	79	559
Matérias-primas	25	0	0	5	30	24	0	0	0	24
Capital privado	0	0	0	2	2	72	0	0	23	95
Outros ³	46	0	0	50	96	1.406	0	0	271	1.677
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	518	42	9	2	571	78	(18)	(3)	0	57
Crédito	65	(87)	16	1	(5)	115	(107)	15	1	24
Inflação	0	(62)	0	14	(48)	0	(109)	0	11	(98)
Divisas	(1)	4	0	4	7	20	3	0	4	27
Outros	1	118	(12)	0	107	1	225	(18)	0	208
Total do justo valor dos ativos dos planos	12.642	6.019	1.148	1.079	20.888	12.658	5.705	1.107	987	20.457

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

³ Esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos “cotados”, i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31 dez 2021					31 dez 2020				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	756	317	48	34	1.155	226	504	63	26	819
Instrumentos de capital ¹	983	348	151	53	1.535	760	609	126	45	1.540
Obrigações investment-grade ²										
Governamentais	902	1.902	431	77	3.312	1.107	989	417	56	2.569
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	0	118	0	0	118	0	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	(16)	0	(16)	0	1	(15)	0	(14)
Crédito	0	1	0	0	1	0	(107)	0	0	(107)
Inflação	0	0	0	14	14	0	0	0	11	11
Divisas	0	2	0	0	2	0	4	0	0	4
Outros	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	2.642	2.688	614	178	6.122	2.094	2.000	591	143	4.828

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios “cotados” e de “outros” definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

em milhões de euros	31 dez 2021							Total
	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes		
Caixa e seus equivalentes	3	174	88	1.039	45	37		1.386
Instrumentos de capital	36	61	1.182	304	258	87		1.928
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	860	1.799	500	1.153	222	551		5.085
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	0	0	4	2	134		140
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	500	1.546	2.437	2.873	539	100		7.995
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	46	61	92	438	9	7		653
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	23	97	86	31	809	3		1.049
Subtotal	1.468	3.738	4.385	5.842	1.884	919		18.236
Ação (em %)	8%	20%	24%	32%	10%	5%		100%
Outras categorias de ativos								2.652
Justo valor dos ativos dos planos								20.888

31 dez 2020

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(7)	396	170	308	20	31	918
Instrumentos de capital	209	70	703	270	336	103	1.691
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	1.018	979	470	1.150	292	557	4.466
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	2	0	0	7	11	100	120
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	639	1.601	2.685	3.265	554	79	8.823
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	1	52	46	292	8	8	407
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	1	99	82	12	0	2	196
Subtotal	1.863	3.197	4.156	5.304	1.221	880	16.621
Ação (em %)	11%	19%	25%	32%	7%	5%	100%
Outras categorias de ativos							3.836
Justo valor dos ativos dos planos							20.457

Os ativos do plano incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado positivo global de cerca de 553 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 210 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Após a recepção da decisão favorável do Supremo Tribunal Fiscal alemão (Bundesfinanzhof) para o ano fiscal de 2010 em março de 2021, as autoridades fiscais alemãs também concluíram sobre o tratamento fiscal dos nossos ativos do plano de pensões no que diz respeito aos anos fiscais de 2011-2013, de acordo com a decisão favorável do tribunal para o ano de 2010.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respectivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respectivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respectivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensões de benefícios definidos, as alterações nas condições do mercado de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais (por exemplo, através da taxa de desconto e da taxa de inflação de preços), bem como no justo valor dos ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem LDI ou tem segurada parte das obrigações como no Reino Unido, a exposição global ao risco do Grupo a tais alterações é reduzida. Para ajudar os leitores a compreender melhor a exposição ao risco do Grupo aos principais movimentos do mercado de capitais, é mostrado o impacto líquido da alteração das obrigações de benefícios definidos e dos ativos do plano devido a uma alteração do fator de risco de mercado relacionado ou do pressuposto atuarial subjacente. Quando as alterações nos pressupostos atuariais não afetam os ativos do plano, apenas é reportado o impacto nas obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31 dez 2021				31 dez 2020			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de juros (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(915)	(520)	(40)	(60)	(970)	(520)	(45)	(60)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	595	350	35	20	895	400	35	25
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(320)	(170)	(5)	(40)	(75)	(120)	(10)	(35)
Taxa de juros (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	855	470	40	55	900	470	40	55
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(595)	(350)	(35)	(20)	(895)	(400)	(35)	(25)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	260	120	5	35	5	70	5	30
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(915)	(520)	(75)	(60)	(970)	(520)	(75)	(65)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	595	125	15	10	760	120	15	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(320)	(395)	(60)	(50)	(210)	(400)	(60)	(55)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	855	470	70	55	900	470	70	60
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(595)	(125)	(15)	(10)	(760)	(120)	(15)	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	260	345	55	45	140	350	55	50
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):²								
Diminuição em DBO	370	365	0	20	320	390	0	20
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(290)	(270)	0	(10)	(235)	(255)	0	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	80	95	0	10	85	135	0	10
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):²								
(Aumento) em DBO	(385)	(365)	0	(25)	(330)	(425)	0	(20)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	290	270	0	10	235	255	0	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(95)	(95)	0	(15)	(95)	(170)	0	(10)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	55	5	0	15	60	10	0	15
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(55)	(5)	0	(15)	(60)	(10)	0	(15)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:³								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(335)	(160) ⁴	(30)	(15)	(325)	(160) ⁴	(30)	(15)

¹ As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.

² Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.

³ Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

⁴ Devido a transações de recompra, o impacto líquido no estado dos fundos constituídos reduz em 45 milhões de euros devido aos ganhos esperados dentro dos ativos do plano.

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2022, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2022
	Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	220
BVV	60
Outros planos de contribuições definidas	245
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	25
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	550

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2021	2020	2019
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço ¹	234	246	272
Custos líquidos com juros (rendimento)	0	5	2
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	234	251	274
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	58	60	63
Outros planos de contribuições definidas	244	243	244
Total dos encargos com planos de contribuição definida	302	303	307
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	536	554	581
Contribuições patronais para planos de pensões com mandato estatal			
Pagamentos de pensões relacionados com a segurança social na Alemanha	221	233	231
Contribuições para o fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	66	79	85
Outros planos de benefícios estatais relacionados com pensões	217	245	249
Contribuições patronais totais para planos de benefícios com mandato estatal	504	557	565
Despesas com pagamentos baseado em ações:			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio ²	455	318	549
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário ²	35	49	39
Encargos com planos de retenção de numerário²	398	329	516
Encargos com indemnizações por cessação de funções³	184	184	92

¹ Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções são reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções.

² Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.

³ Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções.

34 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2021	2020	2019
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	847	739	757
Ajustamentos de anos anteriores	14	(46)	5
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	861	693	762
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	65	(218)	(71)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(26)	(11)	(9)
Ajustamentos de anos anteriores	(20)	(67)	1.948
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	19	(296)	1.868
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	880	397	2.630

As despesas totais com impostos diferidos incluem benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidos (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que diminuiu as despesas com impostos diferidos em 242 milhões de euros em 2021, diminuiu o benefício com impostos diferidos em 96 milhões de euros em 2020 e aumentou as despesas com impostos diferidos em 2785 milhões de euros em 2019.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2021	2020	2019
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2020 e 31,3% em 2019)	1.061	319	(825)
Diferenças cambiais	(92)	(38)	170
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(183)	(181)	(191)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(11)	(18)	(19)
Custos não dedutíveis	287	293	326
Imparidades de goodwill	1	0	269
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos ¹	(227)	96	2.785
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(26)	(11)	(9)
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	1	(29)	54
Outros ¹	69	(34)	70
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	880	397	2.630

¹ Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2021, 2020 e 2019.

Impostos sobre o rendimento creditados ou debitados ao capital (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2021	2020	2019
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	(207)	76	402
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	5	6	1
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	109	(204)	(42)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	68	84	71
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(2)	4	1
Resultados líquidos reclassificados em resultados	15	(1)	1
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	88	(19)	162
Resultados líquidos reclassificados em resultados	7	14	0
Impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em outro rendimento integral	83	(40)	596
Outros impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em capital próprio	45	11	(11)

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	1.653	1.476
Créditos fiscais não utilizados	2	0
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	2.105	2.994
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	2.533	2.457
Gasto de juros acumulados	1.428	1.122
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	892	1.069
Locações	857	806
Ativos intangíveis	52	214
OCI de justo valor (IFRS 9)	53	1
Outros ativos	515	560
Outras provisões	110	122
Outros passivos	10	4
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	10.210	10.825
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	1.958	2.752
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	296	183
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	538	501
Locações	774	712
Ativos intangíveis	501	560
OCI de justo valor (IFRS 9)	76	144
Outros ativos	214	350
Outras provisões	82	79
Outros passivos	54	47
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	4.493	5.328

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Apresentados como ativos por impostos diferidos	6.218	6.058
Apresentados como passivos por impostos diferidos	501	561
Ativos líquidos por impostos diferidos	5.717	5.497

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos pode não ser igual aos encargos/(benfício) com impostos diferidos. De modo geral, isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2021 ¹	31 de dezembro de 2020 ¹
Diferenças temporárias dedutíveis	(988)	(2.204)
Não a expirar	(10.331)	(9.982)
A expirar no período subsequente	0	(138)
A expirar após o período subsequente	(5.811)	(4.702)
Perdas fiscais não utilizadas	(16.142)	(14.822)
A expirar após o período subsequente	(20)	(56)
Créditos fiscais não utilizados	(21)	(58)

¹ Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,4 mil milhões de euros e 5,1 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor

de 242 milhões de euros e 254 milhões de euros, respetivamente (o comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano corrente), relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

35 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (bid) ou de venda (offer) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (spreads) e volumes.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma

abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta.

Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma combinação de contratos a prazo e swaps cambiais como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nominal do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras. As fontes potenciais de ineficácia limitam-se a situações em que os derivados com um justo valor não zero à data de início da relação de cobertura são utilizados como instrumento de cobertura, resultando em desfasamento em termos da rubrica de cobertura.

Contabilidade de cobertura e índices de referência de taxas de juro

A tabela abaixo mostra as relações de contabilidade de cobertura do grupo afetadas pelas alterações de referência da reforma do IASB, os índices de referência de taxas de juro significativos a que o grupo está exposto e que estão sujeitos à futura reforma esperada e os montantes nominais dos instrumentos de cobertura de derivados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021 não havia relações de cobertura com instrumentos de cobertura, sendo as rubricas cobertas ou o risco coberto uma referência IBOR que deixou de ser cotada no início de 2022. Os instrumentos de cobertura de derivados proporcionam uma estreita aproximação à dimensão da exposição ao risco que o grupo gere através de relações de contabilidade de cobertura.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
	Nocional	Nocional
Coberturas de justo valor		
LIBOR em francos suíços	0	493
LIBOR em libras esterlinas	0	2.073
LIBOR em ienes	0	1.383
LIBOR em dólares dos Estados Unidos	20.298	20.877

Contabilidade de cobertura de justo valor

Derivados detidos como cobertura de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2021			2021		31 dez 2020			2020	
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura		
Derivados detidos como cobertura de justo valor	4.591	1.928	156.553	(1.424)	7.015	2.835	143.047	757		
							2021		2020	
							Ineficácia da cobertura		Ineficácia da cobertura	
Resultado das coberturas de justo valor							448		14	

Instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2021				2021		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12.397	0	(221)	0	4	0	(724)
Obrigações ao custo amortizado	582	0	5	0	2	0	(12)
Dívida a longo prazo	0	62.294	0	1.595	0	302	2.329
Depósitos	0	57.893	0	(646)	0	0	1.357
Empréstimos pelo custo amortizado	16.949	0	(751)	0	0	0	(1.078)

em milhões de euros	31 dez 2020				2020		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	25.568	0	100	0	2	0	12
Obrigações ao custo amortizado	831	0	22	0	4	0	63
Dívida a longo prazo	0	57.883	0	4.196	0	629	(1.132)
Depósitos	0	54.730	0	265	0	21	(4)
Empréstimos pelo custo amortizado	16.354	0	303	0	0	0	318

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2021			2021	31 dez 2020			2020
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	49	43	7.451	(75)	79	0	6.171	(14)

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2019
Reportados em capital ¹	(42)	11	21
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	1	(14)	(2)
Resultados retirados do capital no exercício findo	(54)	4	(2)
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	66	(7)	0
Ineficácia registada nos resultados	25	(12)	0

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

De acordo com a IAS 39.96, os resultados declarados ao capital numa relação de cobertura de fluxos de caixa é o menor dos resultados cumulativos no instrumento de cobertura desde o início da cobertura e a variação cumulativa do justo valor dos fluxos de caixa futuros esperados na rubrica de cobertura desde o início da cobertura. Como resultado, as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura não são totalmente registadas em capital se excederem as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura. Consequentemente, a ineficácia da cobertura registada dentro da P&L nem sempre se concilia com a diferença entre as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura e as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2025.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	31 dez 2021			2021	31 dez 2020			2020
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	227	1.093	39.087	(1.707)	1.617	408	40.277	1.933

em milhões de euros	2021		2020	
	Alterações no justo valor reconhecidas no capital ¹	Ineficácia da cobertura	Alterações no justo valor reconhecidas no capital ¹	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	1.892	(179)	(1.415)	(186)

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	38.965	103	16	3
Montante nominal dos swaps cambiais	0	0	0	0
Total	38.965	103	16	3
Em 31 de dezembro de 2020				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	40.217	60	0	0
Montante nominal dos swaps cambiais	0	0	0	0
Total	40.217	60	0	0

O Grupo utiliza uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Como indicado na tabela acima, a grande maioria dos contratos a prazo alcança a maturidade no ano. O Grupo não calculou uma taxa média em moeda estrangeira porque o montante de contratos que alcançam a maturidade após 1 ano não é material.

36 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, incluindo membros íntimos da família e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respectivas subsidiárias, e
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2021	2020	2019
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	36	30	32
Benefícios pós-emprego	7	7	6
Outros benefícios de longo prazo	10	2	6
Benefícios por cessação do vínculo laboral	6	0	34
Pagamento baseado em ações	15	8	21
Total	74	47	99

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2021, a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2020 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2019.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2021, contam-se créditos e compromissos de 8 milhões de euros e depósitos de 13 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2020, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 8 milhões de euros e depósitos de 21 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Empréstimos

em milhões de euros	2021	2020
Créditos pendentes, início do ano	214	228
Movimento líquido em empréstimos durante o período	159	(19)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(193)	5
Créditos pendentes, fim do ano¹	181	214
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	0	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	28	42

¹ O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de 0 milhões de euros e de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2021	2020
Depósitos pendentes, início do ano	49	58
Movimento líquido em depósitos durante o período	14	(8)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	(0)
Depósitos pendentes, fim do ano	63	49

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2020. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Outros ativos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 55 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Outros passivos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), os planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses

planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2021	2020
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	23	1
Outros ativos	17	24
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	22	24
Valor de mercado de derivativos com uma contraparte do Grupo	765	306
Valor nominal de derivativos com uma contraparte do Grupo	12.309	14.623

37 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 563 (2020: 628) entidades consolidadas, das quais 225 (2020: 242) entidades estruturadas consolidadas. 376 (2020: 420) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 187 (2020: 208) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31 dez 2021	31 dez 2020
DWS Group GmbH & Co. KGaA		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	161	117
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1.545	1.412
Dividendos pagos a participações minoritárias	74	69
Resumo das informações financeiras:		
Total do ativo	11.611	10.448
Total do passivo	4.166	3.685
Total de receitas líquidas	2.720	2.237
Resultado líquido	782	558
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	1.064	259

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivativos OTC.
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
- Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	180.942	196	152.143	153
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	491.233	55.325	527.941	52.494
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	28.979	6.648	55.834	8.110
Empréstimos pelo custo amortizado	471.319	79.764	426.995	78.144
Outros	151.521	3.233	162.346	3.316
Total	1.323.993	145.166	1.325.259	142.217

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 25,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020: 43,5 mil milhões de euros).

38 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;
- Um objetivo estreito e bem definido;
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 1,2 mil milhões de euros e 1,0 mil milhões de euros, respetivamente.

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O Grupo pode transferir ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos

movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados Líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2021, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 104 mil milhões de euros, 296 mil milhões de euros e 22 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2020, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 78 mil milhões de euros, 238 mil milhões de euros e 16 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nominal de derivados quando a participação do Grupo é composta por derivados.
- Titularizações – Valor nominal de notas em emissão (excluindo apenas os juros e o excesso de títulos quando aplicável) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivados quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivados.
- Entidades de financiamento de terceiros – Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nominal da exposição que o Grupo tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de 2168 mil milhões de euros, dos quais a maioria de 1251 mil milhões de euros provém de fundos. Em 2020, eram 1878 mil milhões de euros e de 1088 mil milhões de euros, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31 dez 2021

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	11	12
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	82	1.593	1.675
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	328	7.860	4.923	44.192	57.303
Ativos detidos para negociação	172	4.825	3.243	3.980	12.220
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	156	300	9	2.671	3.135
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	2.735	1.671	37.542	41.948
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	298	1.043	530	1.871
Empréstimos pelo custo amortizado	1.089	60.338	26.406	15.245	103.079
Outros ativos	4	575	3.333	12.202	16.114
Total do ativo	1.422	69.072	35.787	73.773	180.054
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	74	185	20	8.721	9.000
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	74	185	20	8.721	9.000
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	13	13
Total do passivo	74	185	20	8.734	9.013
Exposições extrapatrimoniais	0	7.765	10.093	3.683	21.541
Total	1.348	76.652	45.861	68.722	192.582

31 dez 2020

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	12	13
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	126	0	1.901	2.027
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	340	6.368	4.428	50.316	61.452
Ativos detidos para negociação	181	4.134	2.408	4.304	11.027
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	158	154	31	3.635	3.977
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	2.080	1.990	42.377	46.448
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	333	457	270	1.060
Empréstimos pelo custo amortizado	165	46.867	27.638	10.270	84.939
Outros ativos	51	400	3.065	20.499	24.015
Total do ativo	557	54.096	35.587	83.267	173.508
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	92	58	10	11.191	11.351
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	92	58	10	11.191	11.351
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	1.815	1.815
Total do passivo	92	58	10	13.006	13.166
Exposições extrapatrimoniais	0	5.889	8.279	1.944	16.112
Total	466	59.927	43.856	72.205	176.453

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, no valor de 12,2 mil milhões de euros e de 11,0 mil milhões de euros são principalmente compostos por 3,2 mil milhões de euros e 2,4 mil milhões de euros em titularizações e por 4,0 mil milhões de euros e 4,3 mil milhões de euros em entidades estruturadas de fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 consistem num investimento de 103,1 mil milhões de euros e 84,9 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 no valor de 16,1 mil milhões de euros e de 24,0 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

Os proveitos brutos de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram de 254 milhões de euros e (134) milhões de euros, respectivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2021 de 3,2 mil milhões de euros para titularização e 1,4 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2020, existiam 1,4 mil milhões de euros para titularização e 1,2 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

39 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2021
Caixa e saldos do banco central	192.012	9	192.021
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.318	24	7.342
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	5.904	2.465	8.368
Títulos obtidos por empréstimo	63	0	63
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	483.183	8.050	491.233
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.995	21.984	28.979
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.091	1.091
Empréstimos pelo custo amortizado	132.516	338.803	471.319
Ativos fixos tangíveis	0	5.536	5.536
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	6.824	6.824
Outros ativos	87.654	16.131	103.785
Ativos por impostos correntes	717	497	1.214
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	916.360	401.415	1.317.775
Ativos por impostos diferidos			6.218
Total do ativo			1.323.993

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2021
Depósitos	582.278	21.472	603.750
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	297	450	747
Títulos cedidos por empréstimo	24	0	24
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	398.203	2.653	400.857
Outros empréstimos a curto prazo	4.034	0	4.034
Outros passivos	96.138	1.658	97.796
Provisões	2.641	0	2.641
Passivos por impostos correntes	411	189	600
Dívida a longo prazo	49.434	95.051	144.485
Títulos fiduciários preferenciais	528	0	528
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.133.988	121.474	1.255.462
Deferred tax liabilities			501
Total do passivo			1.255.962

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2020

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2020
Caixa e saldos do banco central	166.208	0	166.208
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.120	11	9.130
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	4.728	3.805	8.533
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	515.614	12.327	527.941
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.393	41.441	55.834
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	901	901
Empréstimos pelo custo amortizado	111.892	315.103	426.995
Ativos fixos tangíveis	0	5.549	5.549
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	6.725	6.725
Outros ativos	94.685	15.714	110.399
Ativos por impostos correntes	300	686	986
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	916.939	402.262	1.319.201
Ativos por impostos diferidos			6.058
Total do ativo			1.325.259

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2020

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2020
Depósitos	544.669	23.362	568.031
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	1.830	495	2.325
Títulos cedidos por empréstimo	1.698	0	1.698
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	416.042	3.157	419.199
Outros empréstimos a curto prazo	3.553	0	3.553
Outros passivos	112.617	1.592	114.208
Provisões	2.430	0	2.430
Passivos por impostos correntes	328	246	574
Dívida a longo prazo	59.626	89.537	149.163
Títulos fiduciários preferenciais	1.321	0	1.321
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.144.113	118.389	1.262.502
Deferred tax liabilities			561
Total do passivo			1.263.063

40 – Acontecimentos após o período de relato

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão em grande escala contra a Ucrânia. Em resposta, o Ocidente moveu-se no sentido de impor amplas sanções dirigidas à Rússia, incluindo, mas não se limitando a certos bancos russos e ao Banco Central russo, empresas, membros do Parlamento e membros da elite russa e respectivas famílias. É possível que no futuro possam ser impostas sanções adicionais e outras medidas. A evolução no que diz respeito ao conflito militar está a avançar rapidamente e a extensão de qualquer impacto financeiro e não financeiro no Grupo não é atualmente conhecida.

A 31 de dezembro de 2021, a subsidiária operacional do Grupo na Rússia, OOO "Deutsche Bank" (DB Moscovo), tinha um capital de 0,2 mil milhões de euros, sendo o risco cambial ativamente gerido e totalmente coberto a partir de janeiro de 2022. Os ativos totais do DB Moscovo ascendiam a 1,5 mil milhões de euros, dos quais aproximadamente 0,5 mil milhões de euros (equivalente em rublos russos) encontravam-se depositados junto do Banco Central na Rússia. O Grupo também opera um centro de serviços tecnológicos na Rússia, OOO "Deutsche Bank TechCentre" (DBTC), que é um dos vários centros tecnológicos em todo o mundo, com cerca de 1600 empregados no final de 2021 (aproximadamente 5% da força de trabalho tecnológica do Grupo). O Grupo está continuamente a avaliar a configuração operacional do DBTC, o que poderá resultar em custos adicionais para a nossa base de custos no futuro.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do Grupo a empréstimos à Rússia ascendia a 1,4 mil milhões de euros numa base bruta, o que representa aproximadamente 0,3% da carteira total de empréstimos. Numa base líquida, após ter em conta as garantias e as garantias patrimoniais, a exposição a empréstimos ascendia a 0,6 mil milhões de euros. A maioria desta exposição a empréstimos diz respeito a grandes empresas russas com operações significativas e fluxo de caixa fora da Rússia. Os empréstimos podem ser concedidos onshore pelo DB Moscovo, ou offshore por outras entidades do Grupo fora da Rússia. Além disso, o negócio de Wealth Management tem empréstimos offshore a contrapartes com ligações à Rússia, garantidos em conformidade com as políticas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo também tinha exposições de derivados à Rússia. A maioria destas posições está atualmente em processo de anulação, estando o Grupo numa posição de passivo líquido. Consequentemente, não existe qualquer risco de crédito material adicional, embora possa surgir risco de contágio do mercado e risco de liquidação. Além disso, em 31 de dezembro de 2021, as exposições relacionadas com compromissos não utilizados ascendiam a 1,0 mil milhões de euros e com garantias financeiras e comerciais escritas a 0,5 mil milhões de euros.

O Grupo tem gerido o seu risco de mercado para a Rússia através da realização de avaliações regulares do seu perfil de risco. Para mitigar um risco de contágio mais amplo, foram tomadas medidas para reduzir a exposição direta antes e imediatamente após o desenrolar dos acontecimentos. Isto foi conseguido através da celebração de coberturas adicionais e da remoção seletiva de riscos. O Grupo continua a acompanhar de perto a situação através da realização de mais testes de esforço de contágio em diferentes cenários, com um enfoque fundamental nas potenciais reações do Banco Central da Rússia.

A exposição financeira e não financeira do Grupo à Ucrânia não é significativa, mas está a ser acompanhada de perto.

Globalmente, o potencial impacto financeiro e não financeiro da situação em curso no Grupo dependerá da forma como a crise se desenrolar. A crise e o seu impacto nas condições económicas locais e globais poderá ter impacto na nossa capacidade de gerar receitas ou cumprir os nossos objetivos financeiros, aumentar os nossos custos, afetar negativamente carteiras específicas, resultar em perdas de crédito superiores às previstas ou potenciais depreciações de ativos, e ter potencialmente um impacto negativo nas nossas operações na Rússia ou na Ucrânia. Dada a incerteza da situação, não é atualmente possível estimar qualquer impacto futuro nas demonstrações financeiras.

41 – Informação sobre o capital regulamentar

Definições gerais

O cálculo dos nossos fundos próprios inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital ou “CRD”), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2021, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 (CET 1) e capital Tier 1 adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis (que excedam o seu valor prudencial), (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na definição do CRR de instrumentos de fundos próprios aplicáveis ao capital Tier 1 adicional

(AT1) e capital Tier 2 (T2) e valores baseados nesse capital, (incluindo o Tier 1, Capital Total e Rácio de alavancagem) numa base “fully loaded”. Calculamos esses valores “fully loaded” excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável.

Os nossos números CET1 e RWA incluem os impactos transitórios de inclusão da IFRS 9 também nos números “fully-loaded”, uma vez que é uma diferença insignificante.

São aplicáveis regimes transitórios para os instrumentos AT1 e T2. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estão sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e estão a ser eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20 % em 2020 e 10 % em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava em emissão em 31 de dezembro de 2012), com a eliminação total da anterioridade a partir de 1 de janeiro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e T2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Assim, os instrumentos AT1 e T2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Para além de 2021, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e T2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. Temos quantidades imateriais de tais instrumentos pendentes no final do ano de 2021, o que praticamente elimina a diferença entre instrumentos AT1 e T2 "fully loaded" e "transitórios" a partir de 1 de janeiro de 2022.

Acreditamos que estes cálculos "fully-loaded" fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face a futuras normas de capital regulamentar conhecidas. Muitos dos nossos concorrentes têm descrito cálculos numa base "fully-loaded". No entanto, os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar de tal forma que as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela concorrência.

Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2020 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2025. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2020 e a Assembleia-Geral Anual de 2021 (27 de maio de 2021), foram adquiridas 28,7 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 3,7 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2021.

A Assembleia-Geral Anual de 2021 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2026. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2021 e 31 de dezembro de 2021, foram adquiridos 4,0 milhões de ações e 24,0 milhões de opções de compra. As ações no inventário serão utilizadas neste período ou em períodos próximos para efeitos de compensação de capital próprio; o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, foi de 0,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. As opções de compra devem ser utilizadas também para fins de remuneração baseada em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2021, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2021, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). O Conselho de Administração decidiu que não fará uso deste capital condicional. Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos *Tier 1* adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. Para 31 de dezembro de 2021, isto resultou em instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis no valor de 8,9 mil milhões de euros (ou seja, 8,3 mil milhões de euros de Notas AT1 reconhecidas ao abrigo das regras CRR/CRD "fully-loaded", bem como 0,6 mil milhões de euros de instrumentos híbridos Tier 1 já existentes reconhecíveis durante o período de transição; estes últimos são reconhecidos como capital regulamentar em dezembro de 2021 pela última vez). Em 2021, o banco emitiu notas AT1 no valor de 2,5 mil milhões de euros. Além disso, o banco resgatou instrumentos híbridos Tier 1 já existentes um nocional de 0,5 mil milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2021, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD, era de 7,4 mil milhões de euros (valor nominal de 8,8 mil milhões de euros). Os instrumentos de Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD "fully loaded" totalizaram 7,3 mil milhões de euros (valor nominal de 8,7 mil milhões de euros). Em 2021, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (montante equivalente a 1,1 mil milhões de euros). Além disso, foram resgatados instrumentos de capital Tier 2 com um nocional de 0,3 mil milhões de euros.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2021.

Detalhes sobre capital regulamentar

Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2021		31 de dezembro de 2020 ^a	
	CRR/CRD fully-loaded	CRR/CRD	CRR/CRD fully loaded	CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.864	45.864	45.890	45.890
Lucros não distribuídos	10.506	10.506	9.784	9.784
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(444)	(444)	(1.118)	(1.118)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	1.379	1.379	253	253
Outros	910	910	805	805
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	58.215	58.215	55.613	55.613
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.812)	(1.812)	(1.430)	(1.430)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(14)	(14)	(112)	(112)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.897)	(4.897)	(4.635)	(4.635)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.466)	(1.466)	(1.353)	(1.353)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(573)	(573)	(99)	(99)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(991)	(991)	(772)	(772)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	0	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	(151)	(151)	(75)	(75)
Outros ajustamentos regulamentares ²	(1.805)	(1.805)	(2.252)	(2.252)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(11.709)	(11.709)	(10.728)	(10.728)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	46.506	46.506	44.885	44.885
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	8.328	8.328	5.828	5.828
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	600	N/S	1.100
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	8.328	8.928	5.828	6.928
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(60)	(60)	(80)	(80)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR			N/S	N/S
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(60)	(60)	(80)	(80)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	8.268	8.868	5.748	6.848
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	54.775	55.375	50.634	51.734
Capital Tier 2 (T2)	7.328	7.358	6.623	6.944
Total do capital (TC = T1 + T2)	62.102	62.732	57.257	58.677
Total dos ativos ponderados pelo risco	351.629	351.629	328.951	328.951
Rácios de capital				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,2	13,2	13,6	13,6
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,6	15,7	15,4	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,7	17,8	17,4	17,8

N/S – Não significativo

1 É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4).

2 Inclui deduções de capital de 1,1 mil milhões (dezembro de 2020: 0,9 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (dezembro de 2020: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para uma provisão prudencial de exposições de incumprimento, 17 milhões de euros resultantes de compromissos de valor mínimo conforme o artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR que entrou em vigor em 30 de junho de 2021 e aumento no CET 1 de 39 milhões de euros (dezembro de 2020: 54 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR. Foram libertadas deduções de capital no valor de 0,7 mil milhões de euros, com base na revisão regular do BCE, incluída em dezembro de 2020, a 31 de dezembro de 2021.

3 O capital Common Equity Tier 1 para 31 de dezembro de 2020 foi atualizado para refletir um pagamento de dividendos de zero para o exercício de 2020.

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2021	31 de dezembro de 2020 ³
Total do capital acionista por balanço contabilístico	58.027	54.786
Desconsolidação/Consolidação de entidades	265	265
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	265	265
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
Total do capital acionista por balanço regulamentar	58.292	55.050
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	910	805
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas ¹	(987)	(242)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	58.215	55.613
Ajustamentos de valor adicionais	(1.812)	(1.430)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(14)	(112)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.897)	(4.635)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1.617)	(1.428)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(991)	(772)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares ²	(2.378)	(2.351)
Capital Common Equity Tier 1	46.506	44.885

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

² Inclui deduções de capital de 1,1 mil milhões (dezembro de 2020: 0,9 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (dezembro de 2020: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 0,6 mil milhões de euros (dezembro de 2020: 0,1 mil milhões de euros) montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas, 17 milhões de euros resultantes de compromissos de valor mínimo conforme o artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR que entrou em vigor em 30 de junho de 2021 e aumento no CET 1 de 39 milhões de euros (dezembro de 2020: 54 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR. Foram libertadas deduções de capital no valor de 0,7 mil milhões de euros, com base na revisão regular do BCE, incluída em dezembro de 2020, a 31 de dezembro de 2021.

³ O capital Common Equity Tier 1 para 31 de dezembro de 2020 foi atualizado para refletir um pagamento de dividendos de zero para o exercício de 2020.

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas divisas. Para este efeito, a Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas. O capital investido nas nossas filiais e agências estrangeiras nas principais divisas, Euro, Dólar dos Estados Unidos, Renminbi Chinês e Libra Esterlina, não é coberto para equilibrar os respetivos efeitos de movimentos em elementos de dedução de capital e ativos ponderados pelo risco. O capital investido em divisas secundárias é parcialmente coberto tendo em conta a procura de capital ou integralmente coberto.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Como parte do nosso processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura capital (definido como a soma dos ativos ponderados pelo risco [RWA] e de determinados equivalentes de RWA de elementos de dedução de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das nossas subsidiárias e algumas agências estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de investimentos do grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2021	2020
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	8.551	8.526
Encargos de segurança social	1.867	1.945
dos quais: relacionados com pensões	1.038	1.111
Total	10.418	10.471

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2021 era de 84.298 (2020: 86.756) dos quais 37.359 (2020: 38.193) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 47.460 (2020: 46.948) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2021, uma remuneração no total de 49.984.668 euros (2020: 40.119.062 euros). Desse valor, 26.467.225 euros (2020): 22.473.664 euros) destinavam-se a remuneração fixa, 1.300.000 euros (2020: 920.833 euros) para provisões fixas, 1.115.438 euros (2020: 1.353.072 euros) para benefícios marginais e 21.102.005 euros (2020): 15.371.493 euros) para componentes relacionados com o desempenho.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 38.737.800 euros e 31.929.318 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 184.815.849 euros e 198.577.478 euros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respetivamente (comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso).

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 27 de maio de 2021 e entraram em vigor em 23 de julho de 2021. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2021 uma remuneração total de 6.520.833 euros (2020: 6.077.083 euros), dos quais 4.965.625 euros serão pagos na primavera de 2022 (2021: 4.632.813 euros), de acordo com as provisões dos Estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 6.476.340 euros e 6.516.181 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 1.559.179 euros e 1.546.839 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 93.771 euros em 2021.

Rentabilidade dos ativos

O artigo 26.º-A da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de 0,18% e 0,04% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação das taxas cobradas pela Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY GmbH") e outras empresas membros da EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2021	2020
Honorários por serviços de auditoria dos quais para a EY GmbH	54	53
Honorários relacionados com auditoria dos quais para a EY GmbH	42	40
Honorários por serviços de consultoria fiscal dos quais para a EY GmbH	8	5
Todas as outras comissões dos quais para a EY GmbH	6	4
Todas as outras comissões dos quais para a EY GmbH	1	0
Todas as outras comissões dos quais para a EY GmbH	0	0
Todas as outras comissões dos quais para a EY GmbH	1	0
Todas as outras comissões dos quais para a EY GmbH	0	0
Total de comissões	64	58

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria da DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

43 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26.º-A da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 44 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proventos de juros líquidos e proventos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021			
	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro) ¹	Resultado antes de imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Austrália	292	267	102	(41)
Áustria	12	72	(2)	(0)
Bélgica	183	488	20	(5)
Brasil	61	122	36	(18)
Canadá	8	12	4	(2)
Ilhas Caimão	3	0	2	0
China	202	553	89	(21)
República Checa	14	40	3	(1)
França	71	193	(7)	(2)
Alemanha	10.257	35.741	1.266	(261)
Grã-Bretanha	3.862	7.341	46	(44)
Grécia	(0)	10	0	(0)
Hong Kong	675	844	121	(20)
Hungria	17	50	5	(1)
Índia	680	14.114	459	(175)
Indonésia	90	190	30	(16)
Irlanda	11	217	(2)	(1)
Israel	(1)	10	(1)	0
Itália	1.007	3.269	40	(0)
Japão	265	391	29	(26)
Jersey	(0)	0	(4)	(0)
Luxemburgo	951	520	565	(95)
Malásia	67	180	34	(8)
Maurícia	(76)	0	(75)	(0)
México	4	23	(7)	0
Países Baixos	221	541	45	(9)
Paquistão	13	84	5	(2)
Peru	2	0	0	0
Filipinas	21	1.333	3	4
Polónia	64	347	(173)	3
Portugal	11	42	(5)	(2)
Catar	(0)	2	1	(0)
Roménia	0	1.035	6	(1)
Federação da Rússia	51	1.722	26	(6)
Arábia Saudita	8	51	(12)	4
Singapura	909	1.794	153	(24)
África do Sul	7	43	(14)	(1)
Coreia do Sul	90	187	16	(5)
Espanha	546	2.273	30	(11)
Sri Lanca	14	61	6	(1)
Suécia	2	27	4	(1)
Suíça	259	595	23	(5)
Taiwan	37	124	1	1
Tailândia	31	107	(6)	1
Turquia	40	108	22	(6)
Emirados Árabes Unidos	10	199	6	0
Ucrânia	5	32	1	(0)
EUA	5.475	7.545	1.542	(102)
Vietname	20	71	8	(2)

¹ FTE (equivalentes a tempo inteiro) a partir de 31 de dezembro de 2021

44 – Participações

- 360 Subsidiárias
- 366 Entidades estruturadas consolidadas
- 370 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
- 372 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
- 376 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão (“HGB”).

Notas de rodapé:

- 1 Controlada.
- 2 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
- 3 Parceria geral.
- 4 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 5 Joint venture
- 6 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 7 Não controlada.
- 8 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 9 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 10 Fundos próprios preliminares no valor de 7.720,4 milhões de euros/Resultado no valor de 333,2 milhões de euros (Exercício de 2021).
- 11 Fundos próprios preliminares no valor de 9.679,2 milhões de euros/Resultado no valor de 155,7 milhões de euros (Exercício de 2021).
- 12 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
- 13 Fundos próprios de 17,4 milhões de euros/Resultado no valor de 1,8 milhões de euros (Exercício de 2020).

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
3	ABS MB Ltd.	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
4	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
5	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
6	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	100,0
7	Ambidexter GmbH i.L.	Frankfurt		Instituição de pagamento	100,0
8	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
9	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
10	Baldur Mortgages Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
11	Bankers Trust Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Outra empresa	100,0
12	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		Instituição financeira	100,0
13	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
14	Better Financial Services GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
15	Better Payment Germany GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
16	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		Instituição financeira	100,0
17	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		Instituição de crédito	100,0
18	BHW Holding GmbH	Hameln		Empresa de participação financeira	100,0
19	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
20	Breaking Wave DB Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
21	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
22	Cardales UK Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Outra empresa	100,0
23	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
24	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
25	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
26	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		Instituição financeira	100,0
27	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		Instituição financeira	67,6
28	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
29	China Recovery Fund, LLC	Wilmington		Instituição financeira	85,0
30	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1	Instituição financeira	10,0
31	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		Instituição financeira	100,0
32	D B Investments (GB) Limited	Londres		Empresa de participação financeira	100,0
33	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
34	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Empresa de serviços auxiliares	100,0
35	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
36	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
37	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Instituição financeira	100,0
38	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	100,0
39	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
40	DB Boracay LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
41	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
42	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
43	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	100,0
44	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Instituição financeira	100,0
45	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
46	DB Direkt GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
47	DB Elara LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
48	DB Energy Trading LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
49	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
50	DB Equity Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
51	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
52	DB Global Technology SRL	Bucareste		Empresa de serviços auxiliares	100,0
53	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
54	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
55	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
56	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		Empresa de serviços auxiliares	100,0
57	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG i.L.	Frankfurt		Outra empresa	93,6
58	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	2	Instituição financeira	100,0
59	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	2	Instituição financeira	100,0
60	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
61	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
62	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito	100,0
63	DB International Investments Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
64	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
65	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
66	DB Investment Partners Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
67	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
68	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
69	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
70	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
71	DB Io LP	Wilmington	2	Instituição financeira	100,0
72	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
73	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
74	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
75	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Empresa de serviços auxiliares	100,0
76	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
77	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
78	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	100,0
79	DB Omega Holdings LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
80	DB Omega Ltd.	George Town		Instituição financeira	100,0
81	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	100,0
82	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	99,9
83	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
84	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
85	DB Print GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
86	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
87	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
88	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
89	DB Service Centre Limited	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	100,0
90	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		Instituição financeira	100,0
91	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	100,0
92	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
93	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
94	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Empresa de serviços auxiliares	100,0
95	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
96	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
97	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
98	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
99	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Empresa de participação financeira	100,0
100	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
101	DB UK Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
102	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
103	DB USA Core Corporation	West Trenton		Empresa de serviços auxiliares	100,0
104	DB USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
105	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de participação financeira	100,0
106	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
107	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
108	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Empresa de seguros	75,0
109	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
110	DBCIBZ1	George Town		Instituição financeira	100,0
111	DBFIC, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
112	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
113	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
114	DBR Investments Co. Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
115	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Empresa de gestão de ativos	100,0
116	DBRMS4	George Town	2, 3	Instituição financeira	100,0
117	DBRMSGP1	George Town	2, 3	Instituição financeira	100,0
118	DBUK PCAM Limited	Londres		Empresa de participação financeira	100,0
119	DBUKH No. 2 Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	0,0
120	DBUSBZ1, LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
121	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
122	DBX Advisors LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
123	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	2	Empresa de serviços auxiliares	100,0
124	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
125	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
126	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
127	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
128	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
129	Deutsche Access Investments Limited	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
130	Deutsche Aeolia Power Production Soci�t� Anonyme	Atenas		Outra empresa	95,6
131	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Empresa de gest�o de ativos	100,0
132	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Empresa de participa�o financeira	100,0
133	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Empresa de servi�os auxiliares	100,0
134	Deutsche Australia Limited	Sydney		Institui�o financeira	100,0
135	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
136	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Institui�o de cr�dito	100,0
137	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Institui�o de cr�dito	100,0
138	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Institui�o de cr�dito	100,0
139	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad An�nima Instituci�n Financiera Externa	Montevideo		Institui�o de cr�dito	100,0
140	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Institui�o de cr�dito	100,0
141	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Empresa de participa�o financeira	100,0
142	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Institui�o de cr�dito	100,0
143	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Institui�o financeira	100,0
144	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Institui�o financeira	100,0
145	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		Outra empresa	100,0
146	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Institui�o de cr�dito	100,0
147	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Mil�o		Institui�o de cr�dito	100,0
148	Deutsche Bank M�xico, S.A., Instituci�n de Banca M�ltiple	Cidade do M�xico		Institui�o de cr�dito	100,0
149	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Institui�o financeira	100,0
150	Deutsche Bank Polska Sp�lka Akcyjna	Vars�via		Institui�o de cr�dito	100,0
151	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		Empresa de servi�os auxiliares	100,0
152	Deutsche Bank S.A. - Banco Alem�o	S�o Paulo		Institui�o de cr�dito	100,0
153	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Institui�o financeira	100,0
154	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Institui�o financeira	100,0
155	Deutsche Bank Societ� per Azioni	Mil�o		Institui�o de cr�dito	99,9
156	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Institui�o de cr�dito	100,0
157	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Institui�o de cr�dito	100,0
158	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Institui�o financeira	100,0
159	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Empresa de participa�o financeira	100,0
160	Deutsche Bank, Sociedad An�nima Espa�ola	Madrid		Institui�o de cr�dito	100,0
161	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Institui�o financeira	100,0
162	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		Institui�o financeira	100,0
163	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Institui�o financeira	100,0
164	Deutsche Capital Partners China Limited	Camana Bay		Institui�o financeira	100,0
165	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		Outra empresa	100,0
166	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		Empresa de servi�os auxiliares	100,0
167	Deutsche Custody N.V.	Amsterd�o		Institui�o financeira	100,0
168	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Institui�o financeira	100,0
169	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Institui�o financeira	100,0
170	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		Institui�o financeira	100,0
171	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Institui�o financeira	100,0
172	Deutsche Gesellschaft f�r Immobilien-Leasing mit beschr�nktter Haftung	D�sseldorf		Institui�o financeira	100,0
173	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Empresa de servi�os auxiliares	100,0
174	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Institui�o financeira	100,0
175	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Empresa de servi�os auxiliares	100,0
176	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn		Institui�o financeira	100,0
177	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschr�nktter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
178	Deutsche Holdings (BTI) Limited (em dissolu�o volunt�ria pelos membros)	Londres		Institui�o financeira	100,0
179	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		Empresa de participa�o financeira	100,0
180	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.� r.l.	Luxemburgo		Empresa de participa�o financeira	100,0
181	Deutsche Holdings Limited	Londres		Empresa de participa�o financeira	100,0
182	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Institui�o financeira	100,0
183	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Institui�o financeira	100,0
184	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		Institui�o financeira	100,0
185	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	D�sseldorf		Institui�o financeira	100,0
186	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Empresa de participa�o financeira	100,0
187	Deutsche India Private Limited	Mumbai		Empresa de servi�os auxiliares	100,0
188	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Institui�o financeira	100,0
189	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
190	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
191	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterd�o		Institui�o financeira	100,0
192	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Institui�o financeira	100,0
193	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
194	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Empresa de serviços auxiliares	100,0
195	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Empresa de serviços auxiliares	100,0
196	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de participação financeira	100,0
197	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
198	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
199	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
200	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
201	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
202	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colônia		Instituição de crédito	100,0
203	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Empresa de serviços auxiliares	100,0
204	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
205	Deutsche Private Asset Management Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Outra empresa	100,0
206	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Instituição financeira	100,0
207	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
208	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
209	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
210	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
211	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
212	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Instituição financeira	100,0
213	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Instituição financeira	100,0
214	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène		Instituição financeira	100,0
215	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		Instituição financeira	100,0
216	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Instituição financeira	100,0
217	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		Instituição financeira	100,0
218	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
219	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
220	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
221	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
222	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
223	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
224	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de ativos	100,0
225	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
226	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
227	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
228	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
229	DWS Alternatives France	Paris		Outra empresa	100,0
230	DWS Alternatives Global Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
231	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
232	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Empresa de gestão de ativos	100,0
233	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	98,9
234	DWS CH AG	Zurique		Instituição financeira	100,0
235	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
236	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		Instituição financeira	60,0
237	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	2	Empresa de participação financeira	79,5
238	DWS Group Services UK Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
239	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	99,9
240	DWS International GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	100,0
241	DWS Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
242	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
243	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de ativos	100,0
244	DWS Investments Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
245	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
246	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		Instituição financeira	100,0
247	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		Instituição financeira	100,0
248	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		Instituição financeira	100,0
249	DWS Investments UK Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
250	DWS Management GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
251	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	99,9
252	DWS Service Company	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
253	DWS Shanghai Private Equity Fund Management Limited	Xangai		Instituição financeira	100,0
254	DWS Trust Company	Concord		Instituição financeira	100,0
255	DWS USA Corporation	Wilmington		Empresa de participação financeira	100,0
256	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
257	Elizabethan Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
258	Elizabethan Management Limited	George Town		Outra empresa	100,0
259	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		Instituição financeira	100,0
260	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		Outra empresa	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
261	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
262	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
263	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
264	G Finance Holding Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
265	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
266	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
267	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	96,6
268	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	44,0
269	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	2	Empresa de serviços auxiliares	68,8
270	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	71,2
271	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	65,0
272	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	99,0
273	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	59,5
274	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
275	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
276	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
277	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		Instituição de crédito	100,0
278	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
279	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
280	Kidson Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
281	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
282	LA Water Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	75,0
283	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	100,0
284	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
285	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
286	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		Instituição financeira	100,0
287	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
288	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Instituição financeira	100,0
289	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
290	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
291	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito	100,0
292	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Empresa de serviços auxiliares	100,0
293	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito	100,0
294	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
295	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
296	OPB-Quarta GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
297	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
298	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
299	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
300	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
301	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
302	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
303	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		Empresa de serviços auxiliares	100,0
304	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
305	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
306	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamel		Outra empresa	100,0
307	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
308	Postbank Direkt GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
309	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Instituição financeira	100,0
310	Postbank Finanzberatung AG	Hamel		Outra empresa	100,0
311	Postbank Immobilien GmbH	Hamel		Outra empresa	100,0
312	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
313	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		Instituição financeira	99,0
314	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
315	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
316	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
317	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
318	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
319	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
320	RREEF Fund Holding Co.	George Town		Instituição financeira	100,0
321	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
322	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
323	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel		Instituição financeira	100,0
324	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
325	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
326	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
327	Sharps SP I LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
328	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		Outra empresa	100,0
329	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
330	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
331	Tempurrite Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
332	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguetcoque		Instituição financeira	100,0
333	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
334	Triplereason Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
335	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		Instituição de pagamento	100,0
336	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan		Instituição financeira	100,0
337	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
338	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
339	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
340	Alixville Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
341	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt		Outra empresa	
342	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de serviços auxiliares	100,0
343	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amsterdão	4	Outra empresa	
344	Atena SPV S.r.l. in liquidazione	Conegliano		Empresa de serviços auxiliares	60,0
345	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
346	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
347	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
348	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
349	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Instituição financeira	0,0
350	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	4	Outra empresa	
351	Australian Secured Personal Loans Trust	Melbourne		Outra empresa	100,0
352	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	4	Outra empresa	
353	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
354	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan		Outra empresa	
355	Cathay Capital Company Limited	Ebène		Instituição financeira	9,5
356	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Instituição financeira	
357	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		Instituição financeira	
358	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	
359	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
360	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
361	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
362	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
363	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
364	City Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
365	CLASS Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
366	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Instituição financeira	
367	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
368	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
369	Dariconic Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
370	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	95,0
371	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	95,0
372	DB Aster II, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
373	DB Aster III, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
374	DB Aster, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
375	DB Aster, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
376	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Instituição financeira	90,0
377	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
378	DB Finance International GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
379	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado	São Paulo		Instituição financeira	100,0
380	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
381	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt		Instituição financeira	74,0
382	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
383	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
384	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
385	db PBC	Luxemburgo	4	Outra empresa	
386	DB RC Holdings, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
387	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8074 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
388	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8075 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
389	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8076 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
390	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8077 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
391	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8080 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
392	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8052 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
393	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8054 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
394	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8055 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
395	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8056 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
396	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8057 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
397	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8059 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
398	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8060 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
399	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8061 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
400	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8062 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
401	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8063 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
402	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8064 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
403	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8065 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
404	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8066 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
405	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8067 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
406	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8068 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
407	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8069 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
408	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8070 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
409	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8071 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
410	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8073 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
411	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8081 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
412	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8082 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
413	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8083 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
414	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8084 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,5
415	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8901 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	5,0
416	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
417	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
418	DBX ETF Trust	Wilmington	4	Outra empresa	
419	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	
420	Deloraine Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
421	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	4	Outra empresa	
422	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	4	Outra empresa	
423	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-8011 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
424	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		Instituição financeira	100,0
425	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição financeira	100,0
426	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		Instituição financeira	100,0
427	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição financeira	100,0
428	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1	Instituição financeira	0,0
429	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington		Instituição financeira	100,0
430	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1	Instituição financeira	0,0
431	DWS Access S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
432	DWS Alternatives (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
433	DWS Funds	Luxemburgo	4	Outra empresa	
434	DWS Garant	Luxemburgo	4	Outra empresa	
435	DWS Invest (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
436	DWS Noor Islamic Funds Public Limited Company (em dissolução)	Dublin		Outra empresa	100,0
437	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Outra empresa	
438	DWS-Fonds Treasury Liquidity (EUR)	Frankfurt		Outra empresa	100,0
439	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington		Instituição financeira	
440	Earls Four Limited	George Town	4	Outra empresa	
441	EARLS Trading Limited	George Town		Instituição financeira	
442	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à r.l & Co. KG i.l.	Colónia		Outra empresa	
443	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	4	Outra empresa	
444	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	4	Outra empresa	
445	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
446	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	4	Outra empresa	
447	Emeris	George Town		Instituição financeira	
448	Encina Property Finance Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
449	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano		Empresa de serviços auxiliares	
450	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
451	Fondo Privado de Titulizacion Activos Reales 1 B.V.	Amesterdão		Outra empresa	
452	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
453	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-037	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
454	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-039	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
455	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-040	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
456	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-041	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
457	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-043	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
458	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-044	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
459	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-047	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
460	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
461	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
462	Galene S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
463	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
464	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Instituição financeira	
465	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town		Instituição financeira	
466	Groton Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
467	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
468	Hamildak Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
469	Havbell Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
470	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
471	Iberia Inversiones Designated Activity Company (em dissolução)	Dublin		Outra empresa	
472	Iberia Inversiones II Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
473	Infrastructure Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
474	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		Instituição financeira	
475	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
476	Investor Solutions Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
477	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
478	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	
479	Kelona Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
480	Kelsey Street LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
481	KH Kitty Hall Holdings Limited	Galway		Instituição financeira	
482	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
483	Ledyard, S.L.	Madrid		Outra empresa	
484	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
485	Leonardo Charitable 1 Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	
486	Lerma Investments 2018, Sociedad Limitada	Madrid		Instituição financeira	
487	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano		Empresa de serviços auxiliares	
488	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		Empresa de serviços auxiliares	100,0
489	Lockwood Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
490	London Industrial Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
491	Lunashadow Limited	Dublin		Instituição financeira	
492	2755 LVB I LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
493	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
494	Merlin XI	George Town		Instituição financeira	
495	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
496	Micro-E Finance S.r.l. in liquidazione	Roma		Empresa de serviços auxiliares	
497	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	2	Instituição financeira	100,0
498	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
499	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		Empresa de serviços auxiliares	100,0
500	NCW Holding Inc.	Vancouver		Instituição financeira	100,0
501	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
502	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1	Empresa de serviços auxiliares	0,0
503	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
504	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	4	Outra empresa	
505	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		Empresa de serviços auxiliares	
506	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	4	Outra empresa	
507	Palladium Global Investments S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
508	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
509	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	4	Instituição financeira	
510	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
511	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo		Instituição financeira	0,7
512	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
513	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg	2	Outra empresa	55,1
514	Peruda Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
515	PERUS 1 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
516	PES Carry and Employee Co-Investment Feeder SCSp	Luxemburgo		Instituição financeira	1,1
517	PES Carry and Employee Co-Investment GP S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
518	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		Instituição financeira	95,0
519	Property Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
520	QR Tower 2, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
521	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo		Empresa de serviços auxiliares	
522	Radical Properties Unlimited Company	Dublin		Instituição financeira	
523	Reference Capital Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
524	REO Properties Corporation II	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	0,0
525	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto		Instituição financeira	
526	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
527	Riviera Real Estate	Paris		Outra empresa	100,0
528	ROCKY 2021-1 SPV S.r.l.	Conegliano		Empresa de serviços auxiliares	
529	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
530	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
531	Samburg Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
532	Sanne Trust Company Limited Japan (Trust Account Project Narita 7303)	Tóquio		Outra empresa	
533	SCB Al্পspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Instituição financeira	
534	Seaconview Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
535	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
536	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
537	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	100,0
538	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
539	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Instituição financeira	99,9
540	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Empresa de serviços auxiliares	99,8
541	Style City Limited	Dublin		Instituição financeira	
542	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	
543	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
544	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		Empresa de serviços auxiliares	100,0
545	Tasman NZ Residential Mortgage Trust	Auckland		Outra empresa	
546	Tender Option Bond Series 2019-BAML3502AB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	15,0
547	Tender Option Bond Series 2019-BAML3503AB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	15,0
548	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
549	TRS Aria LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
550	TRS Leda LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
551	TRS Oak II LTD	George Town		Instituição financeira	100,0
552	TRS Scorpio LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
553	TRS SVCO LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
554	TRS Venor LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
555	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
556	Vermögensfondmandat Flexible (80 % teilgeschützt)	Luxemburgo		Outra empresa	
557	Waltzfire Limited	Dublin		Instituição financeira	
558	Wedverville Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
559	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	
560	5353 WHMR LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
561	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	4	Outra empresa	0,0
562	Xtrackers ETC Public Limited Company	Dublin		Outra empresa	
563	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
564	A.C.N. 603 303 126 Pty Ltd	Melbourne		Instituição financeira	19,4
565	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
566	Arabesque AI Ltd	Londres		Instituição financeira	24,9
567	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
568	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
569	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	5, 6	Outra empresa	0,0
570	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		Instituição financeira	25,9
571	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
572	Deutsche Gulf Finance	Riade	5	Instituição financeira	29,1
573	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
574	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colônia		Outra empresa	25,1
575	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
576	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
577	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	18,7
578	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
579	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas	5	Outra empresa	40,0
580	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
581	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
582	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
583	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		Instituição financeira	50,0
584	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
585	gixyz Abwicklungs GmbH i.L.	Frankfurt		Outra empresa	33,3
586	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	36,6
587	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	22,9
588	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	20,8
589	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	49,9
590	Grundstücksgesellschaft Mietwohnhäuser Leipzig-Gohlis GbR	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
591	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	16,2
592	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Instituição financeira	30,0
593	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
594	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf	5	Instituição financeira	50,0
595	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Chemnitz	2	Outra empresa	11,4
596	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	28,5
597	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colônia	2	Outra empresa	20,5
598	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	21,4
599	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	20,1
600	Ingrid S.à r.l.	Munsbach	5	Outra empresa	23,8
601	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
602	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	22,9
603	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	22,9
604	Krockow Esch GbR	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
605	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	25,6
606	Lion Residential Holdings S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	17,4
607	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	5, 7	Outra empresa	96,7
608	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
609	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
610	Prestipay S.p.A.	Udine	5	Instituição financeira	40,0
611	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		Outra empresa	49,9
612	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
613	Robuterra AG em liquidação	Zurique	6	Outra empresa	0,0
614	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
615	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
616	Teesside Gas Transportation Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Outra empresa	48,0
617	Trade Information Network Limited	Londres	5	Outra empresa	16,7
618	TRAXPAY GmbH	Frankfurt		Outra empresa	2,4
619	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		Outra empresa	33,1
620	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	7	Outra empresa	99,9
621	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
622	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
623	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
624	Volbroker.com Limited	Londres		Instituição financeira	22,5
625	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
626	WIS JV LLC	Wilmington	5	Outra empresa	50,0
627	Wood NewCo S.à r.l.	Luxemburgo	7	Outra empresa	52,1
628	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Outra empresa	25,0
629	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim	5	Instituição financeira	33,3
630	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
631	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0
632	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
633	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
634	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
635	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
636	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
637	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
638	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
639	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
640	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
641	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
642	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
643	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
644	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
645	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
646	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
647	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
648	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
649	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
650	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
651	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
652	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
653	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
654	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	8	Instituição financeira	50,0
655	Benefit Trust GmbH	Luetzen	9, 10	Instituição financeira	100,0
656	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
657	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
658	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	32,0
659	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,3
660	DB Fund (Mauritius) Limited	Ebène CyberCity	9	Outra empresa	100,0
661	DB Placement, LLC	Wilmington	7, 9	Outra empresa	100,0
662	DB RC Investments II, LLC	Wilmington	7, 9	Outra empresa	99,9
663	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	8	Instituição financeira	33,6
664	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo	8	Instituição financeira	49,0
665	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
666	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
667	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
668	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
669	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
670	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town	8	Instituição financeira	26,3
671	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
672	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres	12	Outra empresa	34,7
673	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	8	Instituição financeira	50,0
674	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
675	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
676	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
677	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	12	Outra empresa	29,0
678	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	12	Outra empresa	28,2
679	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork	12	Outra empresa	24,3
680	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolander KG i.L.	Berlim	8	Instituição financeira	20,5
681	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	8	Outra empresa	49,0
682	IOG Denali Upton, LLC	Dover	12	Outra empresa	23,0
683	IOG NOD I, LLC	Dover	12	Outra empresa	22,5
684	Isaac Newton S.A.	Capellen	7, 9	Outra empresa	95,0
685	Kinneil Leasing Company	Londres	8	Instituição financeira	35,0
686	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
687	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	7, 12, 13	Instituição financeira	77,1
688	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt	12	Instituição financeira	35,7
689	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	12	Outra empresa	37,9
690	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	40,0
691	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	12	Outra empresa	34,0
692	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	12	Outra empresa	32,8
693	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG	Hamburgo	12	Outra empresa	33,0

N.º de série	Nome da empresa i.L.	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
694	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	12	Outra empresa	35,3
695	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	12	Outra empresa	34,5
696	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
697	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
698	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
699	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
700	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
701	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	1, 2, 8	Instituição financeira	27,7
702	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
703	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
704	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
705	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
706	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
707	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
708	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
709	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
710	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
711	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
712	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
713	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
714	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
715	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
716	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
717	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
718	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
719	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
720	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
721	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
722	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
723	Private Equity Invest. Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
724	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
725	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
726	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
727	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
728	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
729	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
730	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
731	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
732	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
733	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	58,5
734	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
735	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
736	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
737	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
738	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
739	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
740	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
741	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
742	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	71,1
743	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
744	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
745	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
746	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
747	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
748	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
749	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
750	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
751	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
752	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	7, 9	Instituição financeira	100,0
753	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
754	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
755	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
756	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
757	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
758	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
759	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
760	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
761	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
762	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
763	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
764	SOLOON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
765	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
766	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
767	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
768	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
769	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
770	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
771	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
772	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	100,0
773	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
774	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
775	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
776	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
777	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
778	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
779	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
780	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
781	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
782	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
783	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
784	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
785	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
786	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
787	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
788	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
789	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
790	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
791	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
792	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	25,0
793	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
794	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
795	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	8	Instituição financeira	50,0
796	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
797	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
798	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
799	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
800	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
801	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
802	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
803	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
804	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
805	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
806	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
807	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
808	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
809	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
810	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
811	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
812	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
813	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
814	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
815	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
816	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
817	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0
818	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
819	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
820	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
821	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
822	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
823	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
824	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
825	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
826	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
827	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
828	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
829	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
830	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
831	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
832	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
833	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
834	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
835	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
836	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
837	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
838	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	George Town		Instituição financeira	8,8
839	BÜRGERSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
840	Bürgerschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
841	Bürgerschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
842	Bürgerschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
843	Bürgerschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
844	Bürgerschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
845	Bürgerschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
846	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
847	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
848	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
849	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito	11,8
850	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Instituição financeira	6,9

45 – Impacto da transformação do Deutsche Bank

A informação apresentada nesta Nota refere-se a uma série de medidas transformadoras relativas aos negócios do Grupo e à sua organização que o Deutsche Bank anunciou em 7 de julho de 2019. Os impactos imediatos e secundários que estas medidas tiveram sobre os resultados operacionais e a posição financeira do Grupo são divulgados em seguida.

Imparidades e amortizações de software de desenvolvimento próprio e outros impactos conexos

Em consonância com o anúncio de transformação, o Grupo reviu o software da plataforma atual e o software em desenvolvimento atribuídos a empresas sujeitas à estratégia de transformação. Por esse motivo, a reavaliação dos respetivos valores recuperáveis levou a uma imparidade do software de desenvolvimento próprio de 131 milhões de euros e de 36 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. A maior parte da imparidade de software de 131 milhões de euros está relacionada com a implementação da computação em nuvem.

Além disso, o Grupo registou a amortização em software e outros impactos relacionados sujeitos à estratégia de transformação de 451 milhões de euros e 178 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. A amortização em software e outros impactos relacionados de 451 milhões de euros inclui 350 milhões de euros que se referem à liquidação, em setembro de 2021, de um contrato de serviços de TI. A redução da imparidade, bem como a amortização do software, estão incluídas nas despesas gerais e administrativas dos resultados do Grupo em 2021 e 2020, respetivamente.

Imparidade dos ativos com direito de uso e outros impactos conexos

O Grupo reconheceu imparidades, uma depreciação acelerada ou mais elevada dos ativos sob direito de uso (RoU), abatimentos de ativos e uma depreciação acelerada das beneficiações em propriedades arrendadas e mobiliário, provisões para contratos onerosos para custos que não sejam de locação, depreciação dos custos de reintegração capitalizados e outros custos únicos de realocação de 269 milhões de euros e 201 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. Alguns destes custos relacionados com decisões incrementais ou aceleradas são motivados pelas alterações nas nossas operações esperadas devido à pandemia COVID-19.

Ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos

Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rentabilidade. Em ligação com a transformação, o Grupo ajustou a estimativa relacionada com ativos por impostos diferidos nas jurisdições afetadas, como o Reino Unido e os EUA, e reconheceu 0 milhões de euros e 37 milhões de euros de ajustamentos de avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

Encargos de reestruturação e indemnização

A partir do anúncio da transformação do Deutsche Bank, em 7 de julho de 2019, designámos todas as despesas de reestruturação relacionadas com o anúncio da transformação e a subsequente reorganização do negócio e as alterações de perímetro que resultaram em 261 milhões de euros e 485 milhões de euros de despesas de reestruturação para o Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. Estas despesas incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. 1362 e 1447 colaboradores (equivalente a tempo inteiro) (FTE) foram afetados pela reorganização e as alterações durante o exercício de 2021 e 2020, respetivamente.

Para além destas despesas de reestruturação, foram registados 209 milhões de euros e 203 milhões de euros de indemnizações relacionadas com o anúncio da transformação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

Outras despesas relacionadas com a transformação

Como resultado da transformação estratégica, o Grupo reconheceu outras despesas relacionadas com a transformação, incluindo despesas de Auditoria, Contabilidade e Impostos, comissões de consultoria e comissões de consultoria de TI de 152 milhões de euros e 75 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

46 – Reforma do índice de referência das taxas de juro

Nos últimos anos, as transações no mercado de financiamento de curto prazo não garantido, que os índices de referência das taxas de juro da IBOR procuram medir, reduziram significativamente. Em consequência, foram iniciados projetos de reforma da IBOR sob a liderança do Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB") e dos grupos de trabalho dos bancos centrais, para criar taxas de juro de referência alternativas e sólidas ou as chamadas taxas sem risco ("RFR").

Muitas das reformas estão agora em vigor, enquanto outras estão bem encaminhadas. Em 2019, a EURIBOR foi reformada para cumprir o regulamento da UE em termos de índices de referência financeiros e continua disponível. A EONIA deixou de existir a partir de 3 de janeiro de 2022 e foi substituída pela taxa de juro de curto prazo do euro, a "€STR". A publicação das definições da IBOR para todas as maturidades da GBP LIBOR, CHF LIBOR, EUR LIBOR e JPY LIBOR cessou em 3 de janeiro de 2022. Três índices de referência JPY LIBOR e três GBP LIBOR continuarão na forma "sintética" durante períodos limitados, mas não estão disponíveis para utilização em novos produtos. Para a USD LIBOR, a publicação de definições para 1 semana e 2 meses da USD LIBOR terminou em 31 de dezembro de 2021. As cinco definições restantes da USD LIBOR continuarão a ser publicadas até ao final de junho de 2023, embora geralmente não estejam disponíveis para utilização em novos produtos. Mais perto dessa data, será tomada uma decisão sobre a continuação de qualquer das definições da USD LIBOR em forma "sintética", e portanto não representativa.

A tabela seguinte mostra os valores nocionais dos instrumentos financeiros, externos ao Grupo, que fazem referência à IBOR onde se espera que já não haja exigência de cotar as taxas IBOR. A tabela inclui os instrumentos financeiros com uma data de vencimento que se prolonga para além da data em que se espera que termine a exigência de apresentação de cotações. Para as taxas IBOR apresentadas abaixo, a data de vencimento dos instrumentos financeiros é posterior a 31 de dezembro de 2021, exceto para os contratos referenciados da USD LIBOR com maturidades que não sejam de 1 semana ou 2 meses, em que a data é para aqueles que vençam depois de 30 de junho de 2023.

Reforma do índice de referência de taxa de juro (IBOR)

2021

em milhões de euros	LIBOR em dólares dos Estados Unidos	LIBOR em libras esterlinas	LIBOR em francos suíços	LIBOR em ienes	EONIA	Outras IBOR	Base múltipla ¹
Ativos financeiros não derivados:							
Obrigações (notas de taxa variável)	400	-	-	-	-	-	-
Titularizações	98	37	-	-	-	-	-
Empréstimos em consórcio	35.312	552	11	1	-	71	-
Acordos de recompra/Outros empréstimos garantidos	308	-	-	-	-	-	-
Empréstimos/Adiantamentos (limite total)	27.091	4.926	171	58	363	398	-
Retalho/Hipotecas comerciais	395	-	-	-	-	-	-
Outros	982	90	-	7	173	-	-
Ativos financeiros derivados²							
Derivados de taxa de juro - Negociados em bolsa	80.264	-	-	-	-	-	-
Derivados de taxa de juros – Produtos do mercado de balcão (OTC)	2.546.602	345.222	44.657	521.581	9.042	40.493	5
Outros derivados OTC	202.554	6.080	2.408	1.946	0	10	167.045
Total de ativos financeiros	2.894.005	356.907	47.246	523.593	9.578	40.971	167.050
Passivos financeiros não derivados:							
Obrigações (notas de taxa variável)	6.561	-	-	-	-	-	-
Acordos de recompra/Outros empréstimos garantidos	6	-	-	-	2	-	-
Depósitos	10.809	-	-	-	664	-	-
Outros	26	41	-	-	22	-	-
Passivos financeiros derivados²							
Derivados de taxa de juro - Negociados em bolsa	3.374	-	-	-	-	-	-
Derivados de taxa de juros – Produtos do mercado de balcão (OTC)	2.469.906	315.253	44.058	498.993	7.150	38.569	2
Outros derivados OTC	196.083	6.177	1.384	3.578	0	81	144.215
Total de passivos financeiros	2.686.766	321.471	45.442	502.571	7.840	38.650	144.217
Extrapatrimoniais:							
Compromissos de crédito	73.152	498	40	95	1.954	33	-
Outros compromissos	13	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	9	-	-
Total de extrapatrimoniais	73.166	498	40	95	1.963	33	-

¹ Base múltipla refere-se a contratos subjacentes que utilizam múltiplos índices de referência sujeitos a reformas (por exemplo, swaps de taxas de juro variáveis que têm fluxos de caixa em GBP IBOR e USD IBOR).

² O Grupo também tem exposição à reforma do índice de referência das taxas de juro de no que diz respeito aos respetivos saldos de garantia em numerário em alguns dos seus acordos dos anexos de apoio ao crédito. Esta exposição não é apresentada na tabela devido à sua natureza de curto prazo.

A tabela acima mostra a exposição às IBOR herdadas com base nos termos contratuais e na taxa de referência que atualmente se aplica. Todas as posições referentes à GBP LIBOR, CHF LIBOR, JPY LIBOR, EUR LIBOR, EONIA e aquelas maturidades da USD LIBOR que cessam no início de 2022 têm disposições de recurso em vigor que resultarão na alteração da taxa de referência sobre estes produtos para uma taxa de referência alternativa quando a IBOR respetiva cessar em 3 de janeiro de 2022, ou espera-se que utilizem a GBP IBOR e a JPY IBOR, sintéticas, em 2022 à medida que os regimes transitórios forem finalizados. O programa IBOR do Grupo está a rastrear tais contratos dos quais se espera que utilizem a

GBP LIBOR e a JPY LIBOR, sintéticas, em 2022. O valor nominal destas posições ascende a aproximadamente 1,15 mil milhões de euros num número limitado de clientes e produtos, a maioria dos quais são produtos de empréstimo e os restantes são clientes de derivados. A maioria destas posições deverá transitar para novas taxas de referência durante o primeiro trimestre de 2022.

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respectivas subsidiárias (o grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2021 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que é combinado com o relatório de gestão do Banco, para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão do grupo e que faz parte do relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira do grupo em 31 de dezembro de 2021 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. O nosso parecer sobre o relatório de gestão do grupo não abrange o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada acima referida.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras

consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

1. Avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos. O banco detinha ativos financeiros e passivos financeiros de nível 3 medidos pelo justo valor de 25.182 milhões de euros e 11.424 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Os instrumentos financeiros relevantes são relatados no âmbito de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os instrumentos financeiros e dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivativos estruturados avaliados utilizando modelos complexos; derivativos com acordos de garantia não-padrão; derivativos OTC mais complexos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação (Ajustamento da avaliação de crédito); e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivativos e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos independentemente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizada por comparação com fontes de dados do mercado.

Adicionalmente, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela gestão para determinar os ajustamentos de justo valor em relação aos requisitos da IFRS 13 e efetuámos novos cálculos para uma amostra destes ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologia independentes.

Envolvemos os nossos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas notas 1 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 5379 milhões de euros, com 1216 milhões de euros relativos às provisões da fase 1 e da fase 2.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospectivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas resultantes da pandemia da COVID-19 em curso e os riscos relacionados para a economia global, a estimativa de informação prospectiva requer um juízo significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospectivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito para nos ajudar.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas e dos respetivos ajustamentos para as fases 1 e 2 são fornecidas nas notas 1 e 19 nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo relatou goodwill de 2806 milhões de euros que foi exclusivamente atribuído à sua unidade geradora de caixa de Asset Management.

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management é calculado utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Neste contexto, são feitos pressupostos significativos relativamente às projeções de ganhos, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Uma vez que a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management se baseia num elevado grau de juízo devido às projeções de ganhos, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo contidas no modelo de fluxo de caixa descontado, esta é uma questão-chave de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do valor recuperável de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management. A este respeito, também obtivemos um entendimento dos controlos da administração relativamente às projeções de lucros, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo, avaliámos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliámos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa de Asset Management, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios significativos. Além disso, avaliámos os parâmetros de avaliação significativos utilizados para a estimativa do valor recuperável, tais como a taxa de desconto e a taxa de crescimento a longo prazo, na medida em que se encontrem dentro de uma gama de previsões disponíveis externamente.

Recalculámos também a exatidão aritmética do modelo de fluxo de caixa descontado utilizado.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação de goodwill, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de goodwill são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

4. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo relatou ativos líquidos por impostos diferidos de 5717 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo da IAS 12, avaliamos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas do grupo relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliamos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliamos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliamos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos são fornecidas nas notas 1 e 34 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

5. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do grupo do banco depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do grupo como uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Avaliamos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do grupo. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações nas versões de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Além disso, testámos se os programadores tinham direitos de aprovação para alterações nos sistemas de produção e se eram capazes de realizar quaisquer alterações devido aos seus direitos de acesso nas versões de produção das aplicações, bases de dados e sistemas operativos, respetivamente, para avaliar se estas responsabilidades estavam funcionalmente separadas.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do grupo, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do grupo.

Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Outras informações

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo relatório do Conselho de Fiscalização. Os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pela declaração nos termos do artigo 161.º da AktG ("Aktengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações) sobre o Código de governo das sociedades alemão, que faz parte da Declaração de Governo da Sociedade combinada, bem como pelo Relatório de remuneração nos termos do artigo 162.º da AktG. Em todos os outros aspetos, os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 315.º-D do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão do grupo

e as outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor, em particular:

- o Relatório não financeiro,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 297.º, n.º 2, quarta frase do HGB em conjugação com o artigo 315.º, n.º 1, sexta frase do HGB,
- a secção "Deutsche Bank – Resumo Financeiro",
- a secção "Grupo Deutsche Bank",
- O Relatório de remuneração,
- a secção "Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade" e
- a secção "Informações suplementares",

mas não as demonstrações financeiras consolidadas, não as divulgações do relatório de gestão do grupo cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação acima referida e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, as divulgações no relatório de gestão do grupo cujo conteúdo foi auditado, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e pelo relatório de gestão do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB, e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos, posição financeira e desempenho financeiro do grupo. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade do grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na

continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o compromisso. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do grupo de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB.
- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres de auditoria.

- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação [alemã], e com a perspectiva que proporciona da posição do grupo.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos administradores executivos como a base para a informação prospetiva e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB

Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma garantia razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico `Deutsche_Bank_AG_KA+KLB_ESEF-2021-12-31.zip` (SHA-256-Checksum: `d315173142 404f74c92438266ceed86b827e7184027b68bc95487ac7bff636e6`) e elaborados para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (10.2021) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor do grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QS 1).

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º (1) Frase 4 n.º 1 do HGB e para a marcação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 2 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O Conselho de Fiscalização é responsável pela supervisão da elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado.
- Avaliamos se a marcação dos documentos ESEF com tecnologia Inline XBRL (iXBRL) nos termos exigidos pelos artigos 4.º e 6.º do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2019/815, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, permite uma cópia adequada e completa em XBRL, legível por máquina, da apresentação em XHTML.

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores do grupo pela Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 21 de julho de 2021. Somos auditores do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Outro assunto - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Bundesanzeiger [Diário da República Federal da Alemanha] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos, disponibilizados em formato eletrónico.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 7 de março de 2022

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken

Wirtschaftsprüfer

[Auditor público alemão]

Mai

Wirtschaftsprüfer

[Auditor público alemão]

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, March 2, 2022



Christian Sewing



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Stuart Lewis



James von Moltke



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Rebecca Short



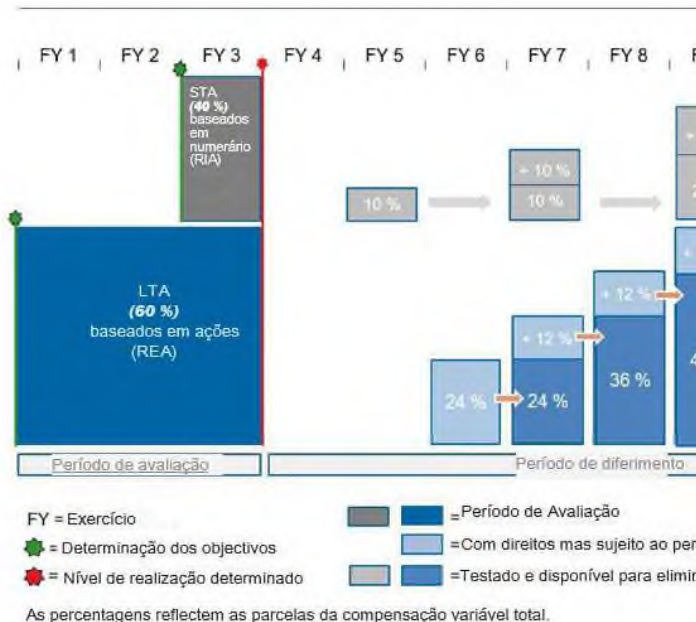
Stefan Simon

3-Relatório de Remunerações

Introdução – 393

394 Remuneração do Conselho de Administração

- Princípios para a remuneração do Conselho de Administração – 394
- Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração – 394
- Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa – 394
- Princípios de Remuneração – 395
- Desenvolvimentos relacionados com a remuneração em 2021 – 395
- Adaptação ao sistema de remuneração a partir de 1 de janeiro de 2021 – 395
- Aprovação do novo sistema de remuneração na Assembleia Geral Anual de 2021 – 397
- Alterações no Conselho de Administração em 2021 – 397
- Desenvolvimento do negócio e alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia empresarial em 2021 – 397
- Princípios que regem a determinação da remuneração – 398
- Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração 2021 – 398
- Composição do objetivo de remuneração total e de remuneração máxima – 399
- Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro – 401
- Componentes não baseados no desempenho (remuneração fixa) – 401
- Componentes baseados no desempenho (remuneração variável) – 401
- Adequação da remuneração do Conselho de Administração e conformidade com a remuneração máxima estabelecida – 412
- Diferimentos e períodos de carência – 413
- Informação sobre ações e cumprimento da obrigação de titularidade de ações (Diretrizes de participações) – 415



- Backtesting, malus e clawback – 414
- Benefícios no final do mandato – 416
- Benefícios aquando da cessação antecipada – 417
- Outras provisões do contrato de serviços – 418
- Desvios do sistema de remuneração – 418
- Remuneração do Conselho de Administração 2021 – 419
- Membros atuais do Conselho de Administração – 419
- Antigos membros do Conselho de Administração – 422

	Perspetivas para o exercício financeiro de 2022 – 423
	Alterações planeadas no Conselho de Administração – 423
	Remuneração total e remuneração máxima – 423
	Metas e objetivos para 2022 – 423
426	Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
	Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2021 e 2020 – 426
429	Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
431	Relatório do auditor independente
433	Remuneração dos colaboradores (não auditada)
	Contexto regulamentar – 433
	Governo das remunerações – 434
	Estratégia de remuneração – 435
	Quadro de remuneração do Grupo – 436
	Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas – 437
	Determinação da remuneração variável baseada no desempenho – 439
	Estrutura de remuneração variável – 440
	Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 441
	Decisões de remuneração para 2021 – 442
	Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais – 444

Introdução

O Relatório de Remuneração para o ano 2021 fornece informações detalhadas sobre a remuneração no Grupo Deutsche Bank.

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

O Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2021 foi elaborado conjuntamente pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft (a seguir: Deutsche Bank AG ou o Banco) em conformidade com o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). O Relatório de Remuneração descreve as características fundamentais dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank e fornece informações sobre a remuneração concedida e devida pelo Deutsche Bank no exercício financeiro de 2021 a cada um dos membros atuais ou antigos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

O Relatório de Remuneração cumpre os atuais requisitos legais e regulamentares, em particular o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e tem em conta as recomendações estabelecidas no código de governo das sociedades alemão (GCGC). Está também em conformidade com os requisitos aplicáveis das regras contabilísticas das empresas orientadas para o mercado de capitais [código comercial alemão (HGB), normas internacionais de relato financeiro (IFRS)], bem como com as orientações emitidas pelo grupo de trabalho que se centra nas Orientações para sistemas de remuneração sustentáveis do Conselho de Administração.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

Esta parte do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (incluindo o Grupo DWS). O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2021. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*).

Remuneração do Conselho de Administração

Princípios para a remuneração do Conselho de Administração

Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização como um todo é responsável pelas decisões sobre a conceção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas de conceção e controlo da implementação do sistema e prepara propostas de resoluções para o Conselho de Fiscalização. Se necessário, o Comité de Controlo de Remunerações recomenda que o Conselho de Fiscalização faça ajustamentos ao sistema. No caso de alterações significativas, mas pelo menos de quatro em quatro anos, o sistema de remuneração para o Conselho de Administração é submetido à aprovação da Assembleia Geral, de acordo com o artigo 120.º-A, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). O sistema de remuneração foi aprovado pela última vez na Assembleia Geral de 2021 por uma maioria de 97,76%.

Com base no sistema de remuneração aprovado, o Conselho de Fiscalização estabelece o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração para o respetivo exercício financeiro, tendo em conta o âmbito e complexidade das responsabilidades funcionais do respetivo membro do Conselho de Administração, o tempo de serviço do membro do Conselho de Administração no Conselho de Administração, bem como a situação financeira da empresa. No processo, o Conselho de Fiscalização também considera a remuneração habitual do mercado, também baseada em comparações horizontais e verticais, e estabelece o limite superior para a remuneração total (remuneração máxima) (informação adicional é fornecida na secção "Adequação da remuneração do Conselho de Administração e cumprimento da remuneração máxima estabelecida").

Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa

O Deutsche Bank tem por objetivo proporcionar uma contribuição positiva aos seus clientes, colaboradores, investidores e sociedade em geral, promovendo o crescimento económico e o progresso social. O Deutsche Bank gostaria de oferecer aos seus clientes soluções e proporcionar uma contribuição ativa para fomentar a criação de valor pelos seus clientes. Esta abordagem destina-se também a assegurar que o Deutsche Bank seja competitivo e rentável e possa operar com base numa forte posição de capital e liquidez. O Deutsche Bank está empenhado numa cultura corporativa que alinha adequadamente os riscos e os proveitos.

O Deutsche Bank estabeleceu objetivos ambiciosos para o Grupo para o período até 2022, inclusive. Estes incluem a maior estabilização do Banco, a conclusão bem sucedida da transformação do Grupo, e a rentabilidade sustentável. A realização destes objetivos pode ser medida em termos concretos através dos seguintes números-chave comunicados pelo Conselho de Administração: (1) uma receita prevista para o Grupo de cerca de 24,4 mil milhões de euros, (2) uma redução contínua dos custos, (3) um rácio Common Equity Tier 1 (rácio CET1) de mais de 12,5%, e (4) uma rentabilidade do capital próprio (RoTE) de 8%.

No interesse dos acionistas, o sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. Através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração não baseadas no desempenho (fixas) e baseadas no desempenho (variáveis), através da avaliação do desempenho ao longo de períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e desafiantes, a implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de uma forma clara e compreensível. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

Através da estruturação do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir as metas e objetivos ligados à estratégia do Deutsche Bank, a trabalhar individualmente e em equipa de forma contínua para o desenvolvimento positivo a longo prazo do Deutsche Bank, sem assumir riscos desproporcionadamente elevados. O Conselho de Fiscalização assegura assim que existe sempre uma forte ligação entre a remuneração e o desempenho de acordo com os interesses dos acionistas ("remuneração pelo desempenho").

Princípios de Remuneração

A conceção do sistema de remuneração e, assim, a avaliação dos montantes individuais de remuneração baseiam-se nos princípios de remuneração a seguir descritos. O Conselho de Fiscalização toma-os em consideração ao adotar as suas resoluções neste contexto:

Estratégia empresarial	O sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração está estreitamente ligado à estratégia do Deutsche Bank, concentrando assim o seu trabalho na sua implementação e no desenvolvimento positivo a longo prazo do Grupo, sem correr riscos desproporcionados.
Interesses dos acionistas	Os interesses dos acionistas são sempre tidos em conta na conceção da estrutura específica do sistema de remuneração, na determinação dos montantes individuais de remuneração e na estruturação dos meios de atribuição e distribuição da remuneração.
Objetivos individuais e coletivos	A definição de objetivos individuais, divisionários e coletivos fomenta não só o desenvolvimento sustentável e a longo prazo de cada uma das divisões empresariais, áreas de infraestruturas ou regiões pelas quais os membros do Conselho de Administração são responsáveis, mas também o desempenho do Conselho de Administração enquanto órgão de gestão coletiva.
Perspetiva a longo prazo	Uma ligação a longo prazo ao desempenho do Deutsche Bank é assegurada através da fixação de uma maior percentagem de objetivos a longo prazo em comparação com objetivos a curto prazo e da concessão de uma remuneração variável exclusivamente sob forma diferida e principalmente como remuneração com base em ações com períodos de aquisição e detenção até sete anos.
Sustentabilidade	Os objetivos económicos, sociais e ecológicos de acordo com a estratégia ESG (Environmental, Social and Governance) do Deutsche Bank fornecem incentivos para agir de forma responsável, também no contexto da sustentabilidade, e assim dar um importante contributo para o desempenho a longo prazo do Deutsche Bank.
Adequação e limites superiores (caps)	A adequação dos montantes de remuneração é assegurada através da revisão da remuneração com base numa comparação horizontal com os pares e numa comparação vertical com os funcionários, bem como de limites de remuneração adequados sobre a remuneração variável alcançável e a remuneração máxima.
Transparência	Ao evitar uma complexidade desnecessária nas estruturas e através de relatórios claros e compreensíveis, a transparência do sistema de remuneração é aumentada de acordo com as expectativas dos investidores e do público, bem como com os requisitos regulamentares.
Governo	A estruturação do sistema de remuneração e a avaliação para determinar a remuneração é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares.

Desenvolvimentos relacionados com a remuneração em 2021

Adaptação ao sistema de remuneração a partir de 1 de janeiro de 2021

O sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração foi ajustado pela última vez com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021. Na sua revisão do sistema de remuneração, o Conselho de Fiscalização prosseguiu, em particular, os seguintes objetivos:

- Simplificação das estruturas de remuneração para melhorar a compreensibilidade e a transparência
- Consideração das práticas de mercado atuais de instituições financeiras comparáveis (pares)
- Implementação dos recentes desenvolvimentos jurídicos e regulamentares

Como resultado da revisão, o Conselho de Fiscalização identificou três áreas que requerem ação e decidiu fazer os ajustamentos relacionados:

<p>Opção para facilitar um cumprimento mais rápido da obrigação de participação</p>	<p>O Conselho de Fiscalização pode decidir aumentar a proporção da remuneração variável baseada em ações até 100% até que seja cumprida a obrigação de participação acordada com os membros do Conselho de Administração. Isto não conduz a um aumento da remuneração variável global, mas apenas a um aumento da percentagem atribuída com base em ações.</p>
<p>Maior consistência dentro do sistema de remuneração através de ajustamentos estruturais</p>	<p>Ponderações consistentes e estruturas mais claras proporcionam maior transparência relativamente aos componentes de remuneração.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os componentes de remuneração variável já não são ponderados de forma diferente, mas sim da mesma forma para todos os membros do Conselho de Administração. - Todos os objetivos individuais e divisionários são agrupados no componente de curto prazo e os objetivos a alcançar coletivamente são refletidos no componente de longo prazo. - Os níveis máximos de realização dos objetivos para o componente de curto prazo e para o componente de longo prazo são harmonizados em 150% (em vez dos 200% anteriores para o componente de curto prazo).
<p>Remuneração do Conselho de Administração estreitamente ligada à estratégia de ESG do Deutsche Bank</p>	<p>As estruturas de remuneração estão mais fortemente ligadas a objetivos de sustentabilidade derivados da estratégia de ESG do Deutsche Bank.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os objetivos de ESG estão incluídos nas pontuações equilibradas como parte do componente de curto prazo. As metas de ESG também podem ser incluídas em objetivos individuais. - Dentro do componente de longo prazo existe uma Matriz ESG com objetivos a serem alcançados coletivamente nas áreas Ambiental, Social e de Governação. Isto resulta num fator ESG de 20% da remuneração variável total.

A seguinte visão geral mostra as alterações na estrutura de remuneração aplicável a partir de 2021, em comparação com o sistema de remuneração anterior:

Visão geral das alterações no sistema de remuneração	Componentes	Remuneração do MB desde o exercício de 2021
<p>Remuneração do MB até ao exercício de 2020</p> <p>Rácio misto de LTA e STA</p>	<p>Estrutura de remuneração</p>	<p>— Rácio uniforme de LTA (60%) e STA (40%)</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos de grupo, individuais e empresariais [Ponderação em % da remuneração variável] <ul style="list-style-type: none"> — 9 - 12% Componente do Grupo — 2 - 18% Objetivos individuais — 6 - 9% Pontuações individuais equilibradas (que consistem em indicadores de desempenho financeiro e não financeiro) — 2 - 3% Critério limitado — Objetivo máximo alcançado: 200% 	<p>Prémio de curto prazo (STA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Objetivos individuais e relacionados com as empresas (Ponderação em % da compensação variável) — Componente de grupo classificada como LTA a partir do exercício de 2021 <ul style="list-style-type: none"> — 20% Objetivos individuais — 10% Pontuações individuais equilibradas (que consistem em indicadores de desempenho financeiro e não financeiro complementado por objetivos ESG) — 10% Prioridades anuais — Objetivo máximo alcançado: 150%
<ul style="list-style-type: none"> — Três objetivos para o Grupo (com uma ponderação em % da remuneração variável) <ul style="list-style-type: none"> — 20 - 23% Fator Cultura e Cliente — 20 - 23% Retorno total relativo dos acionistas — 20 - 23% Crescimento orgânico do capital — Aquisição de Prémios restritos em ações após 5 anos numa tranche (aquisição imediata de direitos, "Cliff Vesting") 	<p>Prémio de longo prazo (LTA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Quatro objetivos para o Grupo (com uma ponderação em % da remuneração variável) <ul style="list-style-type: none"> — 20% - Fator ESG (inclui o antigo objetivo de grupo Cliente e Fator de Cultura) — 15% Retorno total relativo dos acionistas — 15% Crescimento orgânico do capital — 10% Componente do Grupo (Rácio de CET1 / Rácio de alavancagem / Custos ajustados / RoTE) — Atribuição de prémios de equidade restrita após 2, 3, 4, 5 anos mais um período de detenção de 1 ano
<ul style="list-style-type: none"> — O STA é, geralmente, concedido em numerário 	<p>Diretrizes de participações</p>	<ul style="list-style-type: none"> — A ETA é concedida em dinheiro — Opção adicional para o Conselho de Fiscalização conceder igualmente o STA e, por conseguinte, a compensação variável completa com base em ações
<ul style="list-style-type: none"> — Direito especial de cessação para os membros do MB — Direito a indemnização por cessação de funções 	<p>Alteração do controlo</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Direito especial de cessação para o ME — Nenhuma reclamação para indemnização por cessação de funções

Aprovação do novo sistema de remuneração na Assembleia Geral Anual de 2021

O sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank, tal como ajustado com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, foi submetido à Assembleia Geral ordinária a 27 de maio de 2021, para aprovação em conformidade com o artigo 120.ºa (1) da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG). A Assembleia Geral aprovou o sistema de remuneração com uma maioria de 97,76%.

A implementação do sistema de remuneração ajustado teve lugar no âmbito dos contratos de serviço do Conselho de Administração através do acordo voluntário dos membros do Conselho de Administração relativamente às alterações contratuais necessárias, e foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração em funções durante o exercício financeiro de 2021.

Alterações no Conselho de Administração em 2021

Frank Kuhnke renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor de Operações com efeitos a partir de 30 de abril de 2021. Rebecca Short foi nomeada membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de maio de 2021, por um período de três exercícios. Com efeitos a partir de 1 de maio de 2021, o Conselho de Fiscalização resolveu alterações nas responsabilidades funcionais atribuídas aos membros individuais do Conselho de Administração. O Conselho de Administração foi composto por 10 membros ao longo de 2021. A proporção de mulheres no Conselho de Administração tem sido de 20% desde 1 de maio de 2021.

Desenvolvimento do negócio e alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia empresarial em 2021

A remuneração do Conselho de Administração está estreitamente alinhada com os objetivos estratégicos do Deutsche Bank. Todos os objetivos individuais e coletivos acordados com os membros do Conselho de Administração, bem como os seus parâmetros de avaliação para o exercício financeiro de 2021 foram discutidos pelo Comité de Controlo de Remunerações no início do ano e posteriormente resolvidos pelo Conselho de Fiscalização. Os objetivos servem de um modo geral para promover a transformação estratégica do Grupo. Os níveis de realização determinados em relação aos objetivos para o exercício financeiro de 2021 no início do exercício de 2022 refletem até que ponto os objetivos individuais foram alcançados e assim contribuíram para o desempenho do Banco.

Apesar do ambiente económico persistentemente difícil, e também durante o segundo ano da pandemia da COVID-19, o Deutsche Bank conseguiu realizar a sua transformação e gerou o maior lucro líquido numa década. Em 2021, o Deutsche Bank continuou a realinhar o seu modelo de negócio, reduzindo significativamente os custos e recuperando a rentabilidade sustentável. 97% dos custos de reestruturação previstos já tinham sido reconhecidos no final de 2021.

O lucro antes de impostos ascendeu a 3,4 mil milhões de euros e o lucro líquido subiu para 2,5 mil milhões de euros, o que é mais de quatro vezes o montante alcançado em 2020. Todos os segmentos de negócio foram rentáveis em 2021 e as receitas aumentaram 6%, para 25,4 mil milhões de euros. Isto deve-se em grande parte ao forte crescimento de novos negócios e aos ganhos na quota de mercado: A carteira de empréstimos do Corporate Bank cresceu 8 mil milhões de euros em 2021. As receitas do Investment Bank aumentaram 4% em comparação com um ano anterior já forte. O Private Bank registou 23 mil milhões de euros em entradas líquidas em produtos de investimento e 15 mil milhões de euros em empréstimos líquidos a novos clientes, enquanto os depósitos cresceram 7 mil milhões de euros. A área de Asset Management registou entradas líquidas de 48 mil milhões de euros e um bom desempenho em ativos sob gestão, agora com 928 mil milhões de euros - ambos níveis recorde.

Em todas as áreas de negócio, o Deutsche Bank viu um forte crescimento na procura de produtos por parte dos clientes que têm em conta os aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG). No final de 2021, as ofertas de produtos de financiamento e investimento sustentáveis representavam 157 mil milhões de euros. Assim, a meta de 200 mil milhões de euros inicialmente projetada para 2025 neste contexto será provavelmente já atingida em 2022. A sustentabilidade, como uma das prioridades da gestão de topo desde 2019, tem vindo a assumir cada vez mais um lugar central nos esforços do Deutsche Bank.

Os objetivos individuais são agrupados no componente de curto prazo (STA (Short-Term Award)) e representam uma parte de 40% da remuneração variável total. O Conselho de Fiscalização determinou um nível de realização para estes componentes para o exercício financeiro de 2021 entre 130% e 142%. O desempenho do Conselho de Administração como órgão coletivo reflete-se no componente de longo prazo (Long-Term Award (LTA)), que representa uma percentagem de 60% da remuneração variável total. Globalmente, o nível de realização dos objetivos coletivos baseados unicamente no exercício financeiro de 2021 foi de 71,21%. Este nível de realização representa 60% do Prémio de Longo Prazo a conceder para o exercício financeiro de 2021. 30% será para o exercício financeiro de 2022 e 10% para o exercício financeiro de 2023. Uma vez que os níveis de realização dos anos anteriores (30% a partir de 2020 e 10% a partir de 2019) também afetaram o Prémio

de Longo Prazo para o exercício financeiro de 2021, o nível de realização deste componente para o exercício financeiro de 2021 foi de 66,27% com base nos níveis de realização ponderados dos três exercícios financeiros. Os detalhes sobre os níveis de realização individuais são apresentados como uma visão geral neste relatório no capítulo "Aplicação do sistema de remuneração no exercício financeiro".

Princípios que regem a determinação da remuneração

Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração 2021

O sistema de remuneração consiste em componentes não baseados no desempenho (fixos) e baseados no desempenho (variáveis). A remuneração fixa e a remuneração variável em conjunto formam a remuneração total para um membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização define os montantes alvo e máximos (limites) para todos os componentes da remuneração.

Sistema de Remuneração do Conselho de Administração 2021

Componentes	Objetivo	Implementação
Remuneração não relacionada com o desempenho		
Salário-base	A remuneração de base recompensa a assunção do papel e responsabilidade do respetivo membro do Conselho de Administração. A remuneração fixa destina-se a assegurar um rendimento justo e orientado para o mercado e a garantir que se evitem riscos indevidos. Além disso, são concedidos aos membros do Conselho de Administração benefícios recorrentes, outros benefícios e contribuições para benefícios de pensão.	- Pagamento mensal; Montante da remuneração básica numa base anual entre 2,4 milhões de euros e 3,6 milhões de euros.
Benefícios marginais		- Automóveis da empresa e serviços de condução, se aplicável despesas de mudança, subsídios de aluguer, prémios de seguro e despesas de representação comercial
Pensão		- Uma contribuição ou subsídio anual único e contratualmente acordado de 650.000 euros para uma provisão de pensão adequada
Remuneração relacionada com o desempenho		
Prémio de curto prazo (STA)	O STA recompensa a contribuição de valor individual de cada membro do Conselho de Administração para alcançar objetivos empresariais a curto e médio prazo, de acordo com a estratégia empresarial. É composto por três elementos, que são adaptados ao papel e responsabilidades do respetivo membro do Conselho de Administração e podem ser individualmente influenciados pelo seu grau de realização pelo respetivo membro do Conselho de Administração.	- 40% da remuneração variável total com 3 elementos relacionados com o desempenho individual (1) Objetivos individuais (20%); (2) Pontuações individuais equilibradas (10%); (3) Prioridades anuais (10%) - Meta máxima atingida 150% - Período de avaliação 1 ano - Desembolso o mais rapidamente possível em 4 parcelas em numerário (Prémios Restritos de Incentivo) - após 1, 3, 5 e 7 anos após a concessão - Contribuição alvo a 100% de realização: Entre 1,640 milhões de euros e 2,160 milhões de euros
Prémio de longo prazo (LTA)	No cálculo da remuneração variável, a tónica é colocada na realização de objetivos a longo prazo ligados à estratégia. Para sublinhar este facto, o Conselho de Fiscalização colocou a tónica neste componente com uma quota do LTA de 60% do total da remuneração variável alvo. Para o LTA, o Conselho de Fiscalização estabelece objetivos comuns para os membros do Conselho de Administração. Desde 2021, o fator ESG tem sido uma parte importante do LTA. Com a sua implementação e desenvolvimento, a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank está sistematicamente ligada à remuneração do Conselho de Administração.	- 60% da remuneração variável total com 4 objetivos de grupo (1) Fator ESG (20%); (2) Retorno total relativo dos acionistas (15%); (3) Crescimento do capital orgânico (15%); (4) Componente do grupo (10%): rácio de capital de base, rácio de alavancagem, custos ajustados, retorno do capital próprio tangível - Meta máxima atingida 150% - Período de avaliação 3 anos com uma ponderação de 60% (AF), 30% (AF+1), 10% (AF+2) - Pagamento em 4 parcelas exclusivamente em ações (Prémios restritos em ações) - pagamento o mais cedo possível após 2, 3, 4, 5 anos mais um respetivo período de detenção de 1 ano após a concessão - Contribuição alvo a 100% de realização: Entre 2,460 milhões de euros e 3,240 milhões de euros

Vista geral

Componentes de remuneração		Máximo	Aspectos de adiamento		Tópicos adicionais
Variável	Ponderação a curto prazo - 40% Objetivos individuais (<i>Período de avaliação = 1 anos</i>) <ul style="list-style-type: none"> * 20% Objetivos individuais * 10% Pontuações individuais equilibradas * 10% Prioridades anuais 	150%	Baseados em numerário*	Sujeito a: Provisões para perda de direitos Provisões para clawback	Diretrizes de participações Indemnização por despedimento Alteração do controlo
	Prémio Longo Prazo - ponderação 60% Objetivos coletivos (<i>Período de avaliação 3 anos</i>) <ul style="list-style-type: none"> * 20% Fator ESG * 15% Rendimento relativo das ações * 15% Crescimento orgânico do capital * 10% Componente de grupo 		* Com base em ações * Aquisição de direitos em tranches * Período de retenção de um ano		
Fixa	Salário-base				
	100%				
	Plano de pensões / subsídio Benefícios marginais				

*A menos que o Conselho Fiscal decida conceder (porções de) a STA em casos individuais como prémios baseados em ações para cumprir os requisitos das Diretrizes para Accionistas.

Estão disponíveis informações detalhadas sobre o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração da Deutsche Bank AG no website da empresa: [Sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração a partir de janeiro de 2021](#).

Composição do objetivo de remuneração total e de remuneração máxima

O Conselho de Fiscalização determina para cada membro do Conselho de Administração um objetivo (referência) de remuneração total com base no sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral. Determina também, de acordo com a recomendação do Código de governo das sociedades alemão, quais as proporções relativas que a remuneração fixa, por um lado, e a remuneração variável de curto e longo prazo, por outro lado, têm na remuneração total alvo. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização assegura, em particular, que a remuneração baseada no desempenho ligada à realização de objetivos a longo prazo exceda a parte da remuneração baseada no desempenho ligada a objetivos a curto prazo.

Ao estabelecer o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização tem em conta o âmbito e a complexidade da responsabilidade funcional do respetivo membro do Conselho de Administração, bem como a experiência e o tempo de serviço do membro no Conselho de Administração. Além disso, os montantes de remuneração são revistos quanto à sua adequação com base em dados de mercado para grupos de pares adequados. Com base nestes critérios, o Conselho de Fiscalização fixa as percentagens relativas para os componentes de remuneração dentro da remuneração-alvo total da seguinte forma:

Percentagens relativas do total anual da remuneração-alvo atribuída aos diferentes componentes da remuneração (%)

Componentes de remuneração	Percentagem relativa da remuneração total em %
Salário-base	~ 33-37%
Benefícios marginais regulares	~ 1%
Custos do serviço de pensões / subsídio de pensão	~ 7-9%
Prémio de curto prazo	~ 22-23%
Prémio de longo prazo	~ 33-34%
Remuneração total de referência	100%

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é limitada (capped) de várias formas (remuneração máxima).

De acordo com o art. 25.ºa, n.º 5 da Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz - KWG), o rácio de remuneração fixa para variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação do limite máximo), ou seja, o montante da remuneração variável não deve exceder o da remuneração fixa, a menos que os acionistas de um banco decidam aumentar o rácio até 1:2. A Assembleia Geral em maio de 2014 fez uso desta possibilidade e aumentou a relação para 1:2.

O Conselho de Fiscalização limitou ainda os níveis máximos possíveis de realização dos objetivos de curto prazo (STA) e de longo prazo (LTA) de forma consistente para 150% da remuneração-alvo variável. Além disso, especificou um limite de montante adicional (limite máximo) para o montante agregado do salário base, STA e LTA de 9,85 milhões de euros. Isto significa que mesmo com níveis de cumprimento de metas que levariam a montantes de remuneração mais elevados, a remuneração é limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros. Após a avaliação do nível de cumprimento do objetivo, se o cálculo tiver como resultado uma remuneração variável ou uma remuneração total que exceda um dos limites especificados, a remuneração variável deve ser reduzida. Isto deve ter lugar através de uma redução proporcional do STA e LTA.

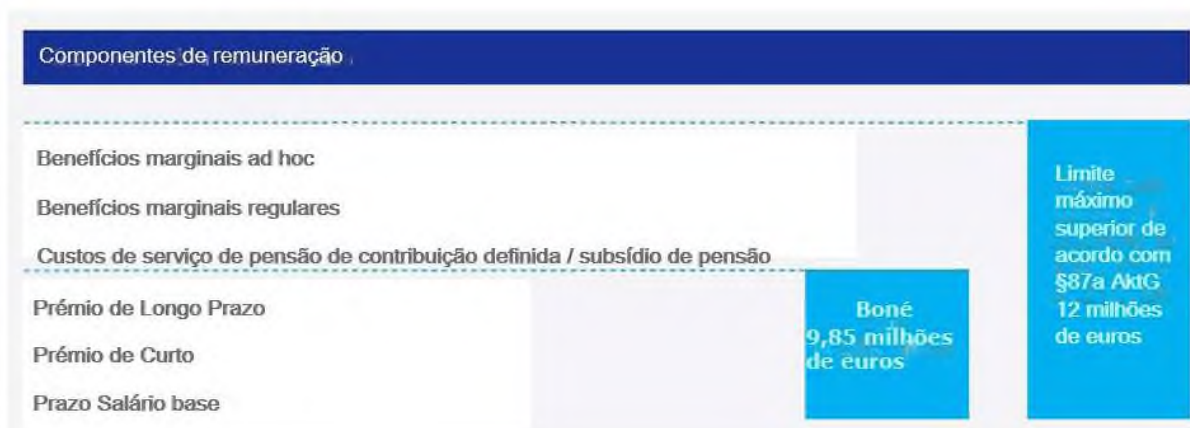
Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável

em euros	2021			2020
	Salário-base	Prémio de curto prazo	Prémio de longo prazo	Remuneração total ²
CEO				
Valor-alvo	3.600.000	2.160.000	3.240.000	9.000.000
Valor máximo	3.600.000	3.240.000	4.860.000	9.850.000
Presidente e membro ordinário do Conselho de Administração responsável pelo PB/AM¹				
Valor-alvo	3.000.000	1.760.000	2.640.000	7.400.000
Valor máximo	3.000.000	2.640.000	3.960.000	9.850.000
Membros ordinários do Conselho de Administração responsáveis pelas Finanças (CFO) e pela Gestão do Risco (CRO)				
Valor-alvo	2.800.000	1.680.000	2.520.000	7.000.000
Valor máximo	2.800.000	2.520.000	3.780.000	9.400.000
Todos os outros membros ordinários do Conselho de Administração				
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000
Valor máximo	2.400.000	2.460.000	3.690.000	9.200.000

¹ PB = Retail Bank / AM = Asset Management

² Limitar o montante total máximo do salário-base e da remuneração variável ao limite superior estabelecido pelo Conselho de Fiscalização.

Além disso, em conformidade com o artigo 87.ºa (1), frase 2, n.º 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o Conselho de Fiscalização também estabeleceu um limite superior para a remuneração total máxima de 12 milhões de euros para cada membro do Conselho de Administração (Remuneração Máxima). A Remuneração Máxima é fixada de forma consistente para todos os membros do Conselho de Administração. A Remuneração Máxima corresponde à soma de todos os componentes de remuneração para qualquer exercício financeiro. Isto inclui não só o salário base, STA e LTA, mas também os benefícios marginais e os custos de serviço para o plano de pensões ou subsídios de pensão da empresa.



Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro

Componentes não baseados no desempenho (remuneração fixa)

Os componentes fixos da remuneração sob a forma de salário-base, prestações marginais e contribuições para o plano de pensões ou subsídios de pensão foram concedidos no exercício financeiro como remuneração não baseada no desempenho e em conformidade com os acordos individuais nos contratos de serviço.

As despesas com benefícios marginais e custos de serviço de pensão variam nos seus montantes anuais. Embora a contribuição para o plano de pensões do Deutsche Bank seja definida de forma consistente para todos os membros do Conselho de Administração, os montantes para os quais o Deutsche Bank contribuiu durante o ano sob a forma de acréscimos de custos do serviço de pensões variam, contudo, com base no tempo de serviço no Conselho de Administração durante o ano financeiro, na idade do membro do Conselho de Administração e nos números atuariais (são fornecidas informações adicionais na secção "Prestações após a rescisão regular do contrato").

Componentes baseados no desempenho (remuneração variável)

O Conselho de Fiscalização, com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2021. A remuneração variável compreende dois componentes, um componente de curto prazo (STA (Short-Term Award)), com uma ponderação de 40%, e um componente de longo prazo (LTA (Long-Term Award)), com uma ponderação de 60% em relação à remuneração-alvo variável.

Todos os objetivos, mensurações e critérios de avaliação que foram utilizados para a avaliação do desempenho para o exercício financeiro de 2021 derivam da estratégia do Deutsche Bank e estão de acordo com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral. Os objetivos foram selecionados para estabelecer incentivos adequados aos membros do Conselho de Administração, para promover o desenvolvimento dos lucros do Deutsche Bank e o alinhamento com os interesses dos acionistas, bem como para cumprir a responsabilidade social do Deutsche Bank através da inclusão de aspetos de sustentabilidade e proteção climática. Os objetivos difíceis refletem as ambições do Banco. Se os objetivos não forem alcançados, a remuneração variável pode ser zero; em caso de superação, o nível máximo de realização é limitado a 150% do valor-alvo.

Equilíbrio dos objetivos financeiros e não financeiros

Os objetivos financeiros e não financeiros são considerados de forma equilibrada ao estabelecer os objetivos. Em relação à remuneração variável total, os objetivos financeiros prevaleceram no exercício financeiro de 2021, com uma percentagem de cerca de 54%. Tanto os objetivos financeiros como os não financeiros foram escolhidos de modo a serem quantitativa ou qualitativamente mensuráveis no final do exercício financeiro. Cerca de 73% dos objetivos são mensuráveis quantitativamente e uma parte de cerca de 27% é mensurada qualitativamente.

Prémio de curto prazo (STA)

O montante do **Prémio de Curto Prazo** para o exercício financeiro de 2021 baseia-se no nível de realização dos objetivos individuais e divisionários a curto e médio prazo. Inclui os três elementos seguintes com uma ponderação dentro do STA, conforme indicado:

- Objetivos individuais (50%)
- Pontuação equilibrada individual (25%)
- Prioridades anuais (25%)

Para cada um destes elementos, o Conselho de Fiscalização determina o nível de realização com base numa avaliação no início do ano seguinte do desempenho durante o ano anterior. A realização dos três componentes determina o nível de realização de cada membro do Conselho de Administração, que determina o montante do componente de curto prazo para o ano fiscal anterior.

Determinação do valor em numerário do Prémio de Curto Prazo



* Com base em 100%. Pro rata temporis ao entrar ou sair durante o ano

Todos os objetivos do STA são avaliados durante um período de um ano. Os níveis de realização dos objetivos do STA podem ir até um máximo de 150%. Se um objetivo não for atingido, o nível de realização pode ser tão baixo quanto zero. O STA determinado para o exercício financeiro é geralmente concedido sob a forma de remuneração em numerário (Prémios restritos de incentivo). O desembolso ocorre em 4 frações de 25% cada, após 1, 3, 5, e 7 anos, ou seja, ao longo de um período total de aquisição de direitos de 7 anos após o período de desempenho. Todas as parcelas estão sujeitas a condições específicas de desempenho e de perda de direitos durante este período de retenção. O Conselho de Fiscalização pode decidir conceder o STA sob a forma de prémios restritos de ações em vez de remuneração em numerário, a fim de facilitar um cumprimento mais rápido do requisito de participação acordado com os membros do Conselho de Administração.

Objetivos individuais

No início do ano, o Conselho de Fiscalização estabelece objetivos individuais e divisionários para cada membro do Conselho de Administração, a ponderação destes objetivos entre si e os critérios de desempenho relevantes quantitativa ou qualitativamente mensuráveis para a sua avaliação. Neste contexto, os objetivos são escolhidos de modo a serem desafiantes, ambiciosos e suficientemente concretos para assegurar um alinhamento adequado entre desempenho e remuneração e para que o princípio de "pagamento por desempenho" seja tido em conta.

Os objetivos individuais e divisionais derivam da estratégia empresarial e promovem a sua implementação. São estabelecidos para cada membro do Conselho de Administração tendo em consideração a respetiva área de responsabilidade e a contribuição desta área de responsabilidade para o avanço da estratégia global do Deutsche Bank. Os objetivos individuais também podem ser definidos como metas de projeto ou regionais. Além de medidas operacionais, a implementação de projetos e iniciativas estratégicas também pode ser acordada como objetivos, se estes forem diretamente determinantes para a implementação da estratégia, contribuindo, por exemplo, para a estrutura, organização e desenvolvimento a longo prazo do Deutsche Bank.

No início do exercício de 2021, foram estabelecidos entre 4 e 6 objetivos individuais com diferentes ponderações para cada membro do Conselho de Administração. À luz das alterações no Conselho de Administração em vigor a partir de 1 de maio de 2021, foi feito um ajustamento durante o ano ao Plano de afetação de negócios. Os objetivos foram ajustados de forma correspondente para refletir as novas áreas de responsabilidade funcional. Consequentemente, os membros do Conselho de Administração tinham no total até 8 objetivos no exercício financeiro, incluindo alguns que se aplicavam apenas durante uma parte do ano. Todos os objetivos aplicados durante o ano foram tidos em conta na avaliação de final de ano, de acordo com as suas ponderações e pro rata temporis, de acordo com a duração da respetiva aplicabilidade. A seguinte visão geral mostra os objetivos resolvidos pelo Conselho de Fiscalização para os membros do Conselho de Administração de acordo com a sua categoria objetiva e as suas ponderações pro rata em relação ao ano inteiro.

Membro do Conselho de Administração	Duração	Ponderação %	Objetivos individuais
Christian Sewing	Jan - dez	21,67%	Continuar a desenvolver a cultura e visão do Deutsche Bank
		20,00%	Cumprir a execução da estratégia do Grupo Deutsche Bank e os objetivos do grupo
		15,00%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
		10,00%	Implementar a estratégia de ESG & Banca Sustentável em todo o Banco
		10,00%	Reforçar o posicionamento junto dos principais intervenientes políticos
	Jan - abr	6,67%	Executar a estratégia das divisões Corporate Bank e Investment Bank para alcançar uma rentabilidade sustentável
		3,33%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro
	Maio - dez	13,33%	Supervisionar a transformação relativamente às divisões de Recursos Humanos e Imobiliário
	Karl von Rohr	Jan - dez	40,00%
20,00%			Supervisionar as Regiões da Alemanha e EMEA
15,00%			Apoiar a execução da estratégia do DWS como presidente do DWS
10,00%			Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro
10,00%			Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
5,00%			Atingir objetivos financeiros para todo o grupo em 2021
Fabrizio Campelli	Jan - abr	16,67%	Conduzir a agenda de transformação do Deutsche Bank
		8,33%	Gerir a transformação da divisão de Recursos Humanos
		5,00%	Conduzir a entrega das prioridades do Conselho de Administração no Deutsche Bank
	Jan - dez	10,00%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
	Maio - dez	24,58%	Executar a estratégia das divisões Corporate Bank e Investment Bank para alcançar uma rentabilidade sustentável
		16,67%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro
		14,58%	Conduzir um alinhamento total mais forte para as divisões do Corporate Bank e Investment Bank
		4,17%	Supervisionar a Região RU e Irlanda
	Ago - dez		
	Bernd Leukert	Jan - dez	36,67%
20,00%			Tecnologia: Continuar a melhorar as estruturas de TI
16,67%			Dados: Melhorar a qualidade
15,00%			Inovação: Conduzir uma abordagem tecnológica centrada no cliente em todo o banco
5,00%			Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
Maio - dez		6,67%	Integrar certas áreas sob a antiga responsabilidade do Diretor de operações
Stuart Lewis	Jan - dez	30,00%	Fomentar uma forte cultura de risco-retorno em todo o banco
		23,75%	Continuar a desenvolver e reforçar a organização do risco
		22,08%	Tratar as constatações regulamentares e de auditoria interna
		8,33%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
	Jan - abr	10,00%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro
		5,83%	Supervisionar a Região RU e Irlanda
	Jan - jul		
James von Moltke	Jan - dez	40,00%	Assegurar a execução do plano financeiro do Grupo através da Gestão de Desempenho do Grupo
		25,00%	Reforçar o envolvimento dos investidores e das agências de notação
		15,00%	Otimizar o Balanço & Liquidez
		15,00%	Executar a estratégia financeira do grupo, incluindo a melhoria financeira e analítica
		5,00%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta

Membro do Conselho de Administração	Duração	Ponderação %	Objetivos individuais
Alexander von zur Mühlen	Jan - dez	40,00%	Executar estratégia para a região APAC
		30,00%	Reforçar a franquia APAC e o foco no cliente
		20,00%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro
		10,00%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
Christiana Riley	Jan - dez	30,00%	Executar estratégia para as regiões da América do Norte e do Sul
		25,00%	Reforçar o envolvimento com os reguladores dos EUA
		20,00%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro
		20,00%	Reforçar o envolvimento do cliente
		5,00%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
Rebecca Short	Maio - dez	30,00%	Reduzir a Capital Release Unit
		30,00%	Conduzir a agenda de transformação do Deutsche Bank
		30,00%	Reduzir custos diretos
		10,00%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
Prof. Dr. Stefan Simon	Jan - dez	26,67%	Continuar a impulsionar a carteira de litígios em todo o banco
		25,00%	Melhorar o envolvimento estratégico com as autoridades reguladoras
		13,33%	Rever a política, incluindo a definição e implementação
		8,33%	Desenvolver ainda mais a cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta
	Maio - dez	26,67%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro

Para os objetivos qualitativos, o Conselho de Fiscalização estabeleceu expectativas e critérios de desempenho financeiro e/ou não financeiro no início do ano (e no momento do reajustamento dos objetivos a partir de 1 de maio de 2021). Estes permitem ao Conselho de Fiscalização avaliar objetivamente a contribuição do respetivo membro do Conselho de Administração para a execução concreta dos objetivos que serão avaliados para o ano de desempenho no início do ano seguinte. Os níveis de realização assim determinados para os objetivos individuais são combinados numa média para cada membro do Conselho de Administração de acordo com ponderações pré-definidas. O nível de realização determinado desta forma é multiplicado por 50% do montante-alvo de remuneração variável para o STA. Isto resulta no montante de pagamento calculado para o componente que compreende os objetivos individuais.

Os níveis de realização dos objetivos individuais situaram-se entre 123% e 146% para o exercício financeiro de 2021. No final desta subsecção STA é fornecida uma visão geral dos níveis globais de realização das contribuições individuais dos membros do Conselho de Administração para o desempenho no exercício financeiro.

Pontuação equilibrada individual

Para além dos objetivos individuais, o Prémio de Curto Prazo (STA) também se baseia nos resultados da Pontuação equilibrada individual dos membros do Conselho de Administração. A Pontuação equilibrada permite transformar objetivos estratégicos em práticas operacionais através de ações concretas. Com a Pontuação equilibrada, o Banco dispõe de uma ferramenta apropriada para a orientação e controlo dos indicadores-chave de desempenho que podem ser utilizados para verificar o nível de realização dos objetivos financeiros e não financeiros em relação a parâmetros de mensuração pré-definidos em qualquer altura e para os mensurar de forma transparente para o ano de desempenho no início do ano seguinte. Ao mesmo tempo, a Pontuação equilibrada fornece uma visão geral das prioridades das divisões individuais em todo o Grupo. As responsabilidades funcionais dos respetivos membros do Conselho de Administração estão ligadas a figuras financeiras relevantes pré-definidas e a objetivos não financeiros de várias categorias. Um total de 53 indicadores-chave de desempenho (KPI) são atribuídos a estas categorias, dos quais 10 a 28 são relevantes para cada membro do Conselho de Administração, dependendo das suas áreas de responsabilidade funcional e do respetivo número de pontuações. O seguinte quadro mostra as categorias e alguns dos KPI, em particular os de aplicabilidade geral:



A metodologia para a Pontuação equilibrada tem sido continuamente desenvolvida desde a sua introdução e ajustada para satisfazer requisitos em mudança. A fim de ligar aspetos da área de Ambiente, Social e Governação (ESG), bem como a sustentabilidade, ao sistema de remuneração, estes tópicos foram ainda mais considerados em 2021.

Os objetivos dentro das categorias individuais são estabelecidos no início do ano para cada membro do Conselho de Administração individualmente, sendo-lhe atribuídos indicadores-chave de desempenho ou parâmetros correspondentes. Além disso, a ponderação percentual é definida para cada categoria. As ponderações que as categorias individuais têm dentro da Pontuação equilibrada global podem atingir 65%, dependendo da responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. Os objetivos na Pontuação equilibrada não podem ser os mesmos que os objetivos do subcomponente "objetivos individuais", a fim de evitar que os objetivos individuais sejam considerados e avaliados mais do que uma vez.

Os indicadores-chave de desempenho do BSC são mensurados continuamente ao longo do ano, sendo feita uma avaliação global no final do ano. Para cada objetivo individual, a Pontuação equilibrada mostra se o mesmo foi cumprido ou excedido com base nos critérios de desempenho definidos ("verde"), ou apenas atingido a menos de 100% ("âmbar") ou não atingido ("vermelho"). Quando todos os objetivos de uma categoria são excedidos, o nível de realização pode ir até 150%. Contudo, se nenhuma das metas de uma categoria for atingida, o nível de realização é de 0%. Dos níveis de realização global das três

Balanced Scorecard (representação exemplar)

Categorias de KPI	KPIs	Alvos	Ponderação por categoria individual		Banda resultante	Avaliação	Ponderação x fator	Soma resultante
			Realização					
Desempenho financeiro, capital e risco	KPI 1	Alvo	30 %		Verde a âmbar (75-125%)	110 %	33 %	76 %
	KPI 2	Alvo						
	KPI n	Alvo						
Cultura, controle e conduta e franchise	KPI 1	Alvo	50 %		Verde a vermelho (50%-100%)	70 %	35 %	
	KPI 2	Alvo						
	KPI n	Alvo						
Inovação e digitalização	KPI 1	Alvo	20 %		Âmbar a vermelho (25-75%)	40 %	8 %	
	KPI 2	Alvo						
	KPI n	Alvo						

¹ Faixas de resultados das categorias de KPI: Verde (100-150%); Verde a âmbar (75-125%), Verde a vermelho (50-100%), Âmbar a vermelho (25-75%), Vermelho (0%).

Os níveis individuais de realização da Pontuação equilibrada situaram-se entre 100% e 147% para o exercício financeiro de 2021. No final desta subsecção STA é fornecida uma visão geral dos níveis globais de realização das contribuições individuais dos membros do Conselho de Administração para o desempenho no exercício financeiro de 2021.

Prioridades Anuais

Com a ajuda das Prioridades Anuais, o Conselho de Fiscalização avalia a rentabilidade e as contribuições relacionadas com o desempenho de cada membro do Conselho de Administração em relação a temas de enfoque consistentemente pré-definidos para o ano. Estes tópicos de enfoque derivam da estratégia do Deutsche Bank e destinam-se a apoiar ainda mais a mesma. São diferentes dos objetivos individuais e das Pontuações equilibradas, a fim de evitar que os mesmos objetivos sejam considerados ou avaliados mais de uma vez. Isto proporciona a possibilidade de estabelecer pontos focais operacionais anualmente, dependendo das prioridades atuais e da fase de execução da estratégia. Os critérios de desempenho a utilizar para a avaliação podem ser tanto de natureza financeira como não financeira.

Para o exercício financeiro de 2021, o Conselho de Fiscalização especificou tópicos de pontos focais como prioridades anuais que estão relacionados com as seguintes áreas:

- Estratégia / transformação empresarial
- Gestão do risco

Dentro da área da estratégia / transformação empresarial, o Conselho de Fiscalização avalia os níveis de realização das atividades relacionadas com o projeto que estão relacionadas com a estratégia empresarial e de transformação no "Livro de Trabalho" atribuído aos membros individuais do Conselho de Administração e mensurado ao longo do ano. Cada atividade está, por sua vez, ligada a critérios de mensuração que permitem uma mensuração quantitativa. Com base nisto, pode ser obtido um nível individual de realização do desempenho de cada membro individual do Conselho de Administração no final do exercício financeiro.

No que respeita à gestão do risco, o Conselho de Fiscalização avalia a forma como cada membro do Conselho de Administração reagiu a determinados acontecimentos e desenvolvimentos, por vezes imprevistos, que ocorreram durante o exercício financeiro, particularmente do ponto de vista da gestão do risco. No final do ano, o nível de realização é avaliado qualitativamente.

Os níveis de realização relativamente às prioridades anuais situaram-se entre 125% e 150 % para o exercício financeiro de 2021. No final desta subsecção STA é fornecida uma visão geral dos níveis globais de realização das contribuições individuais dos membros do Conselho de Administração para o desempenho no exercício financeiro.

Realização global do Prémio de Curto Prazo

Para o exercício financeiro de 2021, os seguintes níveis globais de realização foram determinados para os membros do Conselho de Administração com base no nível de realização relativamente aos objetivos para os três componentes identificados pelo Conselho de Fiscalização no Prémio de Curto Prazo:

Realização global do Prémio de Curto Prazo

	Valor-alvo (em euros)	Nível-alvo de realização (em %)	STA de realização global (em euros)
Christian Sewing	2.160.000	142%	3.065.400
Karl von Rohr	1.760.000	136%	2.393.600
Fabrizio Campelli	1.640.000	135%	2.218.783
Bernd Leukert	1.640.000	132%	2.161.383
Stuart Lewis	1.680.000	134%	2.258.200
James von Moltke	1.680.000	136%	2.278.500
Alexander von zur Mühlen	1.640.000	130%	2.132.000
Christiana Riley	1.640.000	132%	2.162.750
Rebecca Short ¹	1.093.333	132%	1.440.467
Prof. Dr. Stefan Simon	1.640.000	130%	2.134.050
Frank Kuhnke ²	546.667	116%	634.133

¹ Membro desde 1 de Maio de 2021.

² Membro até 30 de abril de 2021. O nível de realização do objetivo foi determinado relativamente à saída.

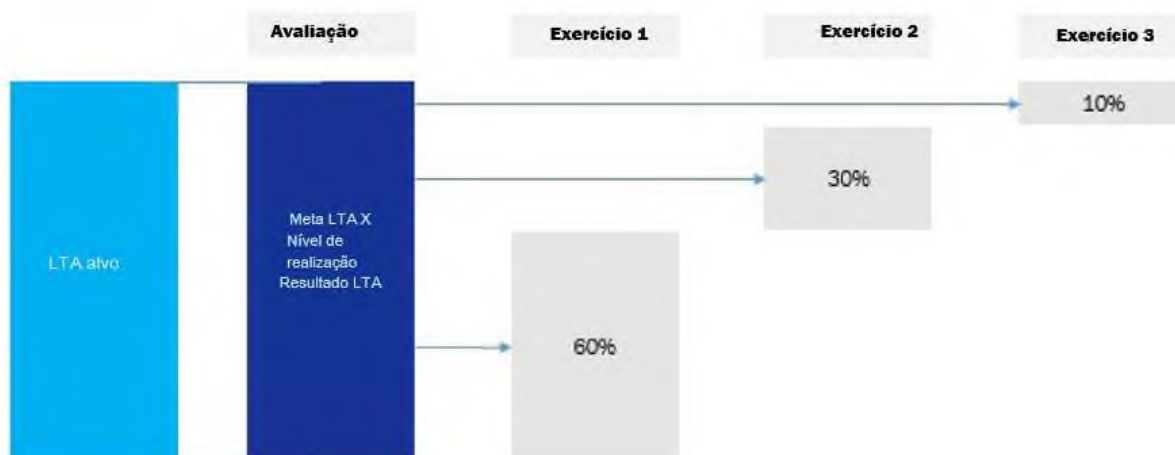
Prémio de longo prazo (LTA)

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um grande foco na consecução dos objetivos de longo ligados à estratégia do Deutsche Bank. Para enfatizar este facto, o Conselho de Fiscalização decidiu que o LTA representa 60% do total da remuneração-alvo variável. No início de cada exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização especifica os objetivos coletivos a longo prazo para os membros do Conselho de Administração relativamente ao LTA. Os objetivos e a sua ponderação no LTA para 2021 são:

- Fator ESG (33,33%)
- Retorno total relativo dos acionistas da participação do Deutsche Bank (25%)
- Crescimento orgânico do capital (25%)
- Componente de grupo (16,67%)

O Retorno total relativo dos acionistas (RTSR) da participação do Deutsche Bank e o Crescimento orgânico do capital já constituíam a base para a avaliação do LTA quando o sistema de remuneração foi aprovado pela Assembleia Geral Anual em 2017 e foram retidos para a mensuração do LTA. Para o alinhamento consistente da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia de sustentabilidade do Banco, o Fator Cliente & Cultura aplicável até 2020 foi transferido para o Fator ESG, recentemente introduzido a partir do exercício financeiro de 2021. A importância do Fator ESG é particularmente enfatizada através da ponderação mais elevada dentro do LTA em 33,33%, bem como a sua ponderação de 20% da remuneração variável total. Através da continuação dos objetivos subjacentes ao Componente do Grupo relativos ao capital essencial, rácio de alavancagem, custos e retorno do capital próprio, é assegurado o acompanhamento a longo prazo destas métricas para o perfil de capital, risco, custos e ganhos do Deutsche Bank. Ao transferir o componente de grupo do STA para o LTA, há um agrupamento de todos os objetivos coletivos para os membros do Conselho de Administração no componente de longo prazo, e a contribuição para a sustentabilidade é enfatizada como um aspeto relevante para a remuneração de todos os membros do Conselho de Administração.

Todos os objetivos do LTA são avaliados ao longo de um período de três anos. No final de cada exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização determina o nível de realização de cada um dos objetivos coletivos durante o ano anterior. 60% do montante-alvo de cada objetivo do LTA é multiplicado pelo nível de realização determinado desta forma, e este montante alimenta a remuneração variável do exercício financeiro anterior. No ano seguinte, 30% do montante-alvo é multiplicado pelo respetivo nível de realização e, no ano seguinte, 10%. Isto assegura que os resultados ponderados dos níveis de realização durante três exercícios financeiros alimentam o montante de LTA a determinar em cada ano.



Os níveis de realização dos objetivos do LTA podem ir até um máximo de 150%. Se o objetivo não for alcançado, o nível de realização pode ser tão baixo quanto zero. O LTA determinado para um exercício financeiro é concedido sob a forma de Prémios restritos em ações, que são atribuídos durante um período de diferimento de 5 anos, em 4 frações após 2, 3, 4, e 5 anos, e estão sujeitos ao desempenho do preço das ações durante este período. Cada parcela atribuída é seguida de um período de detenção adicional de um ano, para que os membros do Conselho de Administração possam dispor da primeira parcela do LTA no mínimo após três anos, e do montante total apenas após seis anos. Durante os períodos de diferimento e detenção, as parcelas estão sujeitas a condições específicas de desempenho e de perda de direitos.

Fator ESG

O Deutsche Bank estabeleceu para si próprio o objetivo de liderar iniciativas de sustentabilidade no setor financeiro, contribuindo assim para uma economia mais bem governada do ponto de vista ambiental, social e financeiro. Para associar de forma estreita e consistente a remuneração do Conselho de Administração à estratégia de sustentabilidade do Banco, o Conselho de Fiscalização decidiu combinar as metas estratégicas de sustentabilidade do Banco numa Matriz Ambiental, Social e de Governação (Matriz ESG) e implementar os resultados como um dos objetivos coletivos, o Fator ESG, no âmbito do LTA.

Para este fim, as metas e os objetivos relacionados com a governação empresarial, o ambiente de controlo e as medidas de melhoria para a prevenção do crime financeiro, que foram agrupados no Fator Cliente & Cultura aplicável até 2020, foram alargados para incluir aspetos ambientais e sociais e foram combinados na recém implementada Matriz ESG.

O Fator ESG compreende a maior parte do LTA com uma participação de 33,33%. Isto corresponde a 20% da remuneração variável total e enfatiza a importância da agenda ESG para o Deutsche Bank. No início de cada exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização fixa montantes-alvo, bem como limites superiores e inferiores para todos os objetivos agrupados na Matriz ESG. Com base nestes valores limiares fixos, a avaliação dos resultados do ano anterior ocorre retrospectivamente. O gráfico seguinte mostra os montantes-alvo, os resultados a partir do final do ano e o nível de realização resultante para o exercício financeiro de 2021:

Fator ESG			Alvo	Resultado	Nível alvo de realização	Porção relativa
Ambiente	Finanças e Investimentos Sustentáveis	Aumento dos negócios com financiamento e investimentos de Sustentabilidade (sem DWS)	77 mil milhões de euros (+/- 31 mil milhões de euros)	157 mil milhões de euros (+111 mil milhões de euros)	150%	20%
	Operações próprias	Controlo do consumo próprio de energia (% de utilização de energias renováveis)	80%	87%	135%	10%
Social		Consumo total de energia do edifício (kWh / metro quadrado)	250,2 (-10% vs. 2019)	224,6 (-19,2% vs. 2019)	150%	10%
		Cultura de Feedback dos Empregados	70%	70%	100%	5%
		Diversidade de género (VP/DMD)	30%	29,88%	80%	5%
Governo		Ambiente de controlo - Controlar a classificação de avaliação ambiental	3,5	2,65	50%	12,5%
		AML/KYC - Atividades de remediação	100%	42%	42%	37,5%
					89,38%	100%

No exercício financeiro de 2021, os valores de desempenho da Matriz ESG, medidos em relação aos montantes-alvo pré-definidos e aos limites superior e inferior, desenvolveram-se da seguinte forma:

- Com base num volume total de financiamentos e investimentos sustentáveis de 46 mil milhões de euros até ao final de 2020, o objetivo fixado para 2021 de um aumento de 31 mil milhões de euros foi claramente ultrapassado, com um aumento real de 111 mil milhões de euros para um volume total de 157 mil milhões de euros. Isto significa que o objetivo atingiu o nível máximo de realização de 150%. O Conselho de Fiscalização tomou esta evolução como um motivo para estabelecer uma meta mais ambiciosa para este objetivo para o exercício financeiro de 2022, a fim de fazer deste objetivo um incentivo mais forte para os membros do Conselho de Administração (ver secção "Perspetivas para o exercício financeiro de 2022").
- Em relação ao segundo objetivo no âmbito do Ambiente, ou seja, as operações próprias, já 87% do consumo de energia do próprio Banco foi retirado de fontes de energia renováveis a partir do final do ano. Assumindo um objetivo de 80% e um limite de 90%, o nível de realização para este objetivo foi de 135%.
- Em 2021, o consumo total de energia relacionado com a construção foi reduzido com sucesso em 19,2% em comparação com 2019. O valor-alvo de uma redução de 15% foi assim ultrapassado e atingiu o nível de cumprimento do objetivo de 150%.
- Na área Social, o objetivo "Cultura de feedback dos colaboradores" foi medido com base no último inquérito aos colaboradores, o que é decisivo para o valor de 70% ao longo de todo o ano. O nível de realização atingido em 2021 foi, assim, de 100%.
- A evolução no que diz respeito à diversidade de género, no entanto, permaneceu abaixo do valor pretendido. Aqui o nível de realização foi de 80%.
- Os dois indicadores de desempenho retirados do anterior Fator de Cultura e Cliente na área da Governação foram integrados na avaliação, com níveis de realização de 50% para o chamado Grau de Avaliação do Ambiente de Controlo

e 42% em termos de medidas para combater a criminalidade económica e prevenir atividades de branqueamento de capitais e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

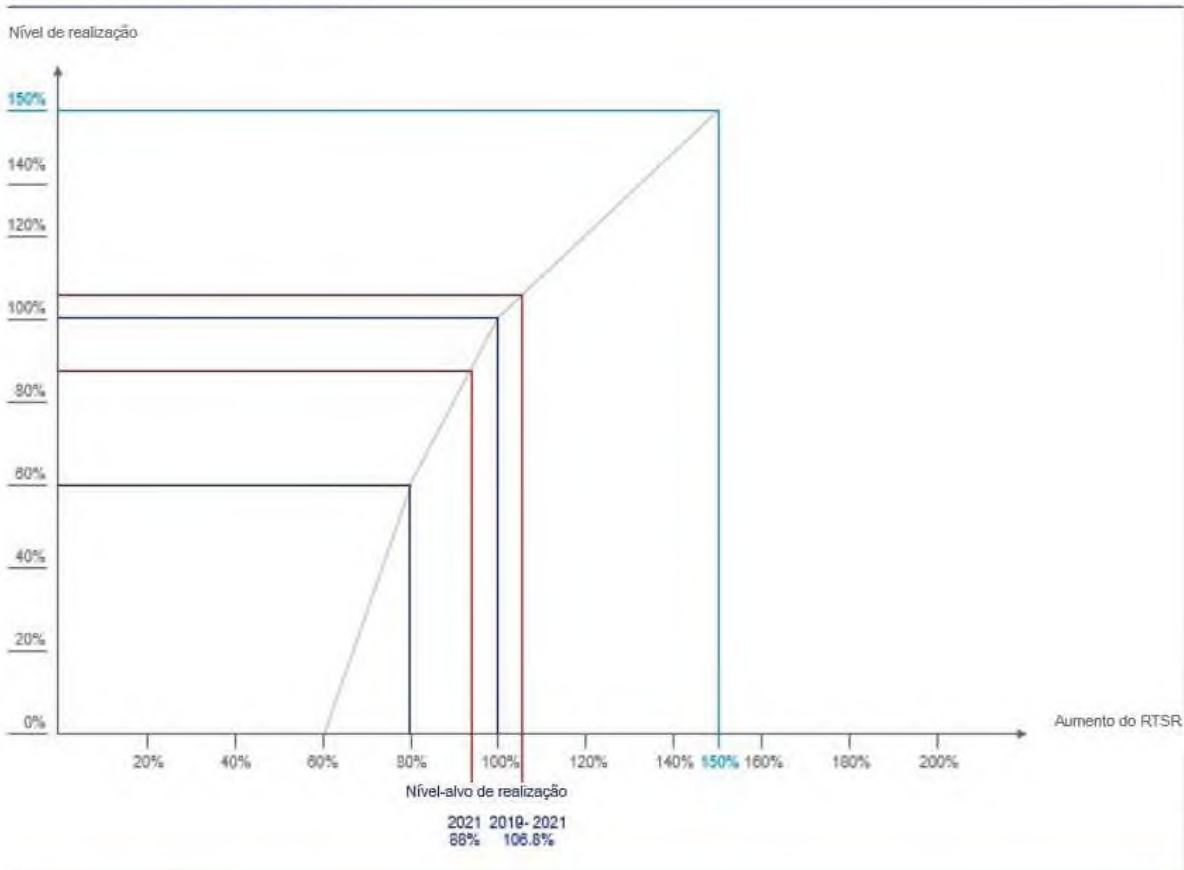
A partir dos níveis de realização ponderados para os objetivos individuais, um nível de realização global para o Fator ESG para o exercício financeiro de 2021 foi calculado e fixado em 89,38%. Uma parte de 60% da remuneração variável do objetivo atribuível ao fator ESG é multiplicada pelo nível global de realização do objetivo para 2021 e determina assim a maior parte da remuneração variável concedida para 2021. Uma parte de 30% do objetivo de remuneração baseia-se no nível de realização do Fator de Cliente e Cultura aplicável para o exercício financeiro de 2020 e fixado em 37,5%, e uma parte de 10% é determinada com base no nível de realização para o exercício financeiro de 2019 em 50%. Isto resulta num nível de realização global ponderado de 69,88% para a concessão da parte do LTA que é atribuível ao Fator ESG.

Retorno total relativo dos acionistas (RTSR)

Um alvo estratégico fundamental do Banco é o desempenho da participação do Deutsche Bank em comparação com o desempenho das ações dos seus concorrentes (RTSR (Retorno total relativo dos acionistas)). O objetivo do RTSR para a participação do Deutsche Bank em comparação com instituições financeiras selecionadas destina-se a reforçar o desempenho sustentável da participação do Deutsche Bank. O RTSR associa os interesses do Conselho de Administração aos dos acionistas. Além disso, o RTSR fornece uma mensuração relativa do desempenho, criando um incentivo para superar os pares relevantes.

O RTSR deriva do retorno total dos acionistas da participação do Deutsche Bank em relação ao retorno médio total dos acionistas de um grupo selecionado de pares. O Retorno total dos acionistas é definido como o desempenho da cotação da ação mais os dividendos brutos teoricamente reinvestidos. O RTSR é calculado como uma percentagem baseada no retorno total dos acionistas da participação do Deutsche Bank em relação à média do retorno total dos acionistas do grupo de pares. Se a média do RTSR for superior a 100%, então o nível de cumprimento da meta aumenta proporcionalmente a um limite superior de 150% do valor da meta, ou seja, o nível de cumprimento da meta aumenta 1% por cada ponto percentual acima de 100%. Se a média do RTSR for inferior a 100%, o nível de cumprimento da meta diminui desproporcionalmente. Para cada ponto percentual de diminuição do RTSR na ordem dos 80% e abaixo de 100%, o nível de realização do objetivo diminui dois pontos percentuais. No intervalo entre menos de 60% e 80%, o nível de cumprimento da meta é reduzido em três pontos percentuais por cada ponto percentual de diminuição. Se o RTSR não exceder 60% durante todo o período de avaliação, o nível de cumprimento da meta é zero.

Aumento do RTSR e nível de realização



O grupo de pares utilizado como base de cálculo do RTSR é selecionado entre as empresas com atividades comerciais geralmente comparáveis, bem como com uma dimensão e presença internacional comparáveis. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente. O grupo de pares para o RTSR em 2021 é composto pelos 11 bancos seguintes: Banco Santander, BNP Paribas, HSBC, UBS, Bank of America, Citigroup, JP Morgan Chase, UniCredit, Barclays, Credit Suisse e Société Générale.

Em 2021, a cotação da ação do Deutsche Bank aumentou 123,1% e desenvolveu-se melhor do que as ações de 4 dos 11 concorrentes do grupo de pares com uma cotação média da ação superior em 130,6%, mas manteve-se abaixo da evolução média da cotação da ação do grupo de pares. O nível de realização para o exercício financeiro de 2021 chegou assim a 88%. Uma parte de 60% da remuneração-alvo variável atribuível ao RTSR é multiplicada pelo nível de realização global para 2021. Uma parte de 30% do objetivo de remuneração baseia-se no nível de realização para o exercício financeiro de 2020, que foi de 160%, e uma parte de 10% é determinada com base no nível de realização de 60% para o exercício financeiro de 2019. Isto resulta num nível de realização global ponderado de 106,8% para a concessão da parte do LTA que é atribuível ao RTSR.

Crescimento orgânico do capital

Um outro objectivo-chave do Deutsche Bank é o seu crescimento. Como incentivo para os membros do Conselho de Administração promoverem o crescimento, o Conselho de Fiscalização definiu o crescimento orgânico do capital numa base líquida como um objetivo a longo prazo para o LTA.

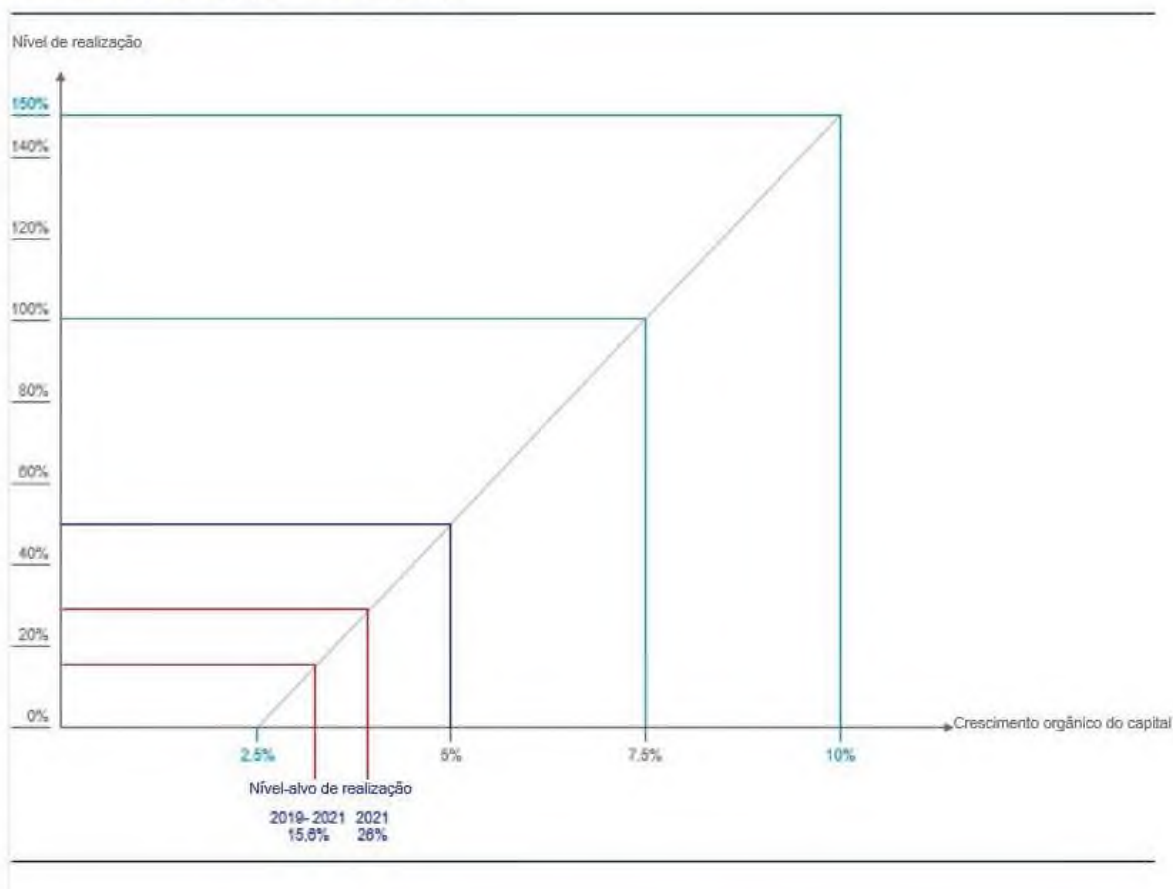
O Crescimento Orgânico do Capital é definido como o saldo das seguintes alterações (que são reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) ocorridas durante o exercício financeiro, dividido pelo total do capital próprio em 31 de dezembro do exercício financeiro anterior:

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de pensões de benefícios definidos, líquidos de impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações do Deutsche Bank
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Com base nisto, as alterações "inorgânicas" no capital próprio, em particular o pagamento de um dividendo ou um aumento de capital, não são relevantes para a realização do objetivo.

Partindo de um Crescimento orgânico do capital médio de 2,5% (limite inferior), o nível de cumprimento da meta aumenta 1% para cada 0,05% de crescimento até ao limite de 150%, que será atingido com um Crescimento orgânico do capital de 10% ou mais (limite superior). Se o crescimento de capital não exceder 2,5% durante o período de avaliação, o nível de realização do objetivo é zero.

Crescimento orgânico do capital e nível de realização



Em 2021, o Crescimento orgânico do capital de acordo com a definição acima especificada desenvolveu-se positivamente em 3,83 % e, assim, pela primeira vez no período de três anos, ficou acima do limite inferior de 2,5 %. Isto resulta num nível de realização de 26%. Uma parte de 60% da remuneração-alvo variável atribuível ao Crescimento orgânico do capital é multiplicada pelo nível de realização global para 2021. Uma parte de 30% do objetivo de remuneração baseia-se no nível de realização para o exercício financeiro de 2020, que foi de 0%, e uma parte de 10% é determinada com base no nível de realização para o exercício financeiro de 2019, que foi de 0%. Isto resulta num nível de realização global ponderado de 15,6% para a concessão da parte do LTA que é atribuível ao Crescimento orgânico do capital.

Componente de grupo

Através do Componente de Grupo, o Conselho de Fiscalização associa os valores financeiros relevantes que apoiam a estratégia empresarial com a remuneração do Conselho de Administração, estabelecendo assim um incentivo para promover de forma sustentável o perfil de capital, risco, custos e ganhos do Banco. O Componente de Grupo também fornece uma ligação à remuneração dos colaboradores, uma vez que este é um componente do sistema de remuneração dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização decidiu retirar o componente de grupo do STA e integrá-lo como quarto objetivo no LTA. Como resultado, todos os objetivos a ser alcançados coletivamente são agrupados no componente de longo prazo. A mensuração ao longo de um período de três anos apoia o acompanhamento a longo prazo destes objetivos. Os valores financeiros fundamentais do Componente de Grupo têm-se mantido inalterados desde 2017.

Componente do grupo do LTA

Rácio de capital principal	Rácio Capital Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos seus ativos ponderados pelo risco
Rácio de alavancagem	O capital principal do Banco como percentagem da sua exposição total de alavancagem, de acordo com as definições do Regulamento de Requisitos de Capital / Requisitos de Capital Diretiva 4
Custos ajustados (excluindo encargos de transformação)	Despesas totais (excluindo juros), excluindo os custos de transformação, reestruturação, indemnizações e litígios bem como a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis
Rendibilidade do capital próprio tangível	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Este último é determinado pela dedução do goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas

Aos quatro objetivos acima especificados foi atribuída uma ponderação igual. Se os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

No exercício financeiro de 2021, os quatro indicadores de desempenho para o Componente de Grupo do LTA desenvolveram-se da seguinte forma: Os níveis de realização dos objetivos do rácio Common Equity Tier 1 (CET1) e o rácio de alavancagem (são fornecidas informações adicionais na secção "Rácio de alavancagem" do Relatório de Risco) foram de 100%, e a taxa de realização dos objetivos para os gastos operacionais (excl. juros) ajustados foi de 20%. O nível de realização do objetivo para a rentabilidade do capital próprio tangível do Grupo atingiu 90% em 2021.

O nível de realização global dos quatro objetivos igualmente ponderados do Componente do Grupo foi de 77,5 %. Uma parte de 60% da remuneração-alvo variável atribuível ao Componente de Grupo é multiplicada pelo nível de realização global para 2021. Uma parte de 30% do objetivo de remuneração baseia-se no nível de realização para o exercício financeiro de 2020, que foi de 72,5%, e uma parte de 10% é determinada com base no nível de realização para o exercício financeiro de 2019, a 60%. Isto resulta num nível de realização global ponderado de 74,25% para a concessão da parte do LTA que é atribuível ao Componente de Grupo.

Realização global do Prémio de Curto Prazo

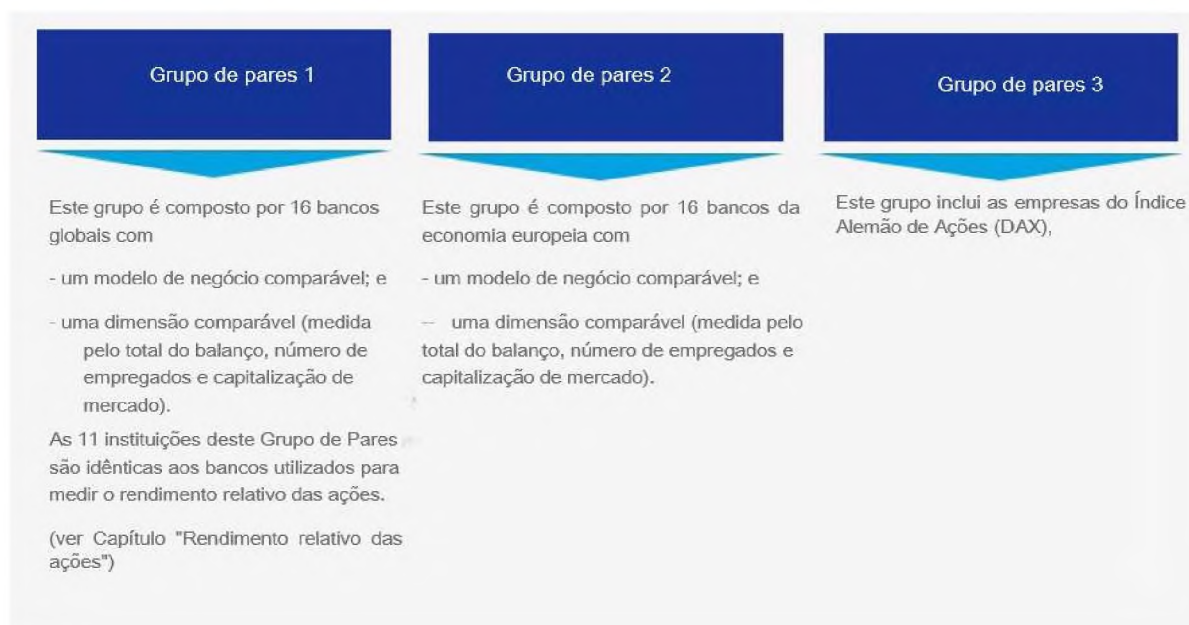
em %	Objetivos	Porção relativa	Nível-alvo de realização	LTA de realização global
	Fator ESG	33,33%	69,88%	66,27%
	Rendimento relativo sobre ações	25,00%	106,80%	0,00%
Prémio de Longo Prazo (cumulativo ao longo de 3 anos)	Crescimento orgânico do capital	25,00%	15,60%	0,00%
	Componente de grupo	16,67%	74,25%	0,00%

Adequação da remuneração do Conselho de Administração e conformidade com a remuneração máxima estabelecida

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a adequação das componentes individuais da remuneração, bem como o montante da remuneração total. A revisão da adequação da remuneração do Conselho de Administração concluiu que a remuneração do Conselho de Administração resultante dos níveis de realização para o exercício financeiro de 2021 é adequada.

Adequação horizontal

Através da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização assegura que a remuneração total alvo é adequada em relação às tarefas e realizações do Conselho de Administração e à situação da empresa, sendo também habitual no mercado. Neste contexto, o nível e a estrutura da remuneração, em particular, são examinados em empresas comparáveis (grupos de pares). As empresas adequadas em consideração da posição de mercado do Deutsche Bank (em particular no que diz respeito ao setor empresarial, dimensão e país) são utilizadas como base para esta comparação. A avaliação da adequação horizontal tem lugar em comparação com os três grupos de pares seguintes.



A adequação horizontal da remuneração do Conselho de Administração é revista anualmente pelo Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização contrata regularmente consultores externos de remuneração para a revisão da adequação horizontal, assegurando que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização tem em consideração os resultados da revisão ao estabelecer o objetivo de remuneração total para os membros do Conselho de Administração.

Adequação vertical

Para além da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização considera uma comparação vertical, que compara a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração dos colaboradores. No âmbito da comparação vertical, o Conselho de Fiscalização considera em particular, de acordo com o código de governo das sociedades alemão, o desenvolvimento da remuneração ao longo do tempo. Isto envolve uma comparação entre a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração de dois grupos de colaboradores. São tidas em conta, por um lado, a remuneração da direção, que compreende o primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e membros dos comités executivos de topo das divisões, bem como dos membros do Conselho de Administração de instituições significativas dentro do Grupo Deutsche Bank e dos correspondentes cargos de nível 1 do Conselho de Administração com responsabilidade de gestão. Por outro lado, a remuneração da direção é comparada com a remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial (colaboradores pautais e não pautais).

Conformidade com a remuneração máxima fixada (cap)

O limite máximo de remuneração (cap) é fixado em 12 milhões de euros para cada membro do Conselho de Administração. Isto baseia-se na despesa real e/ou no desembolso efetivo da remuneração atribuída para um exercício financeiro. Os salários-base são montantes fixos. As despesas para benefícios marginais variam entre os diferentes membros do Conselho de Administração num determinado ano. A contribuição para o plano de pensões ou subsídio de pensão do Deutsche Bank é fixada no mesmo montante para todos os membros do Conselho de Administração. No entanto, o montante a ser reconhecido pelo Banco durante o ano para os custos do serviço de pensões do Deutsche Bank flutua com base em variáveis atuariais. Como o montante da despesa para os componentes de remuneração variável plurianual do STA e LTA só é determinado até sete anos devido aos períodos de diferimento, o cumprimento da remuneração máxima estabelecida para o exercício financeiro de 2021 só pode ser comunicado de forma conclusiva no âmbito dos Relatórios de remuneração para os exercícios financeiros até 2029. O cumprimento do limite máximo de remuneração definido no artigo 87a da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG) já está, no entanto, assegurado para o exercício financeiro de 2021.

Diferimentos e períodos de carência

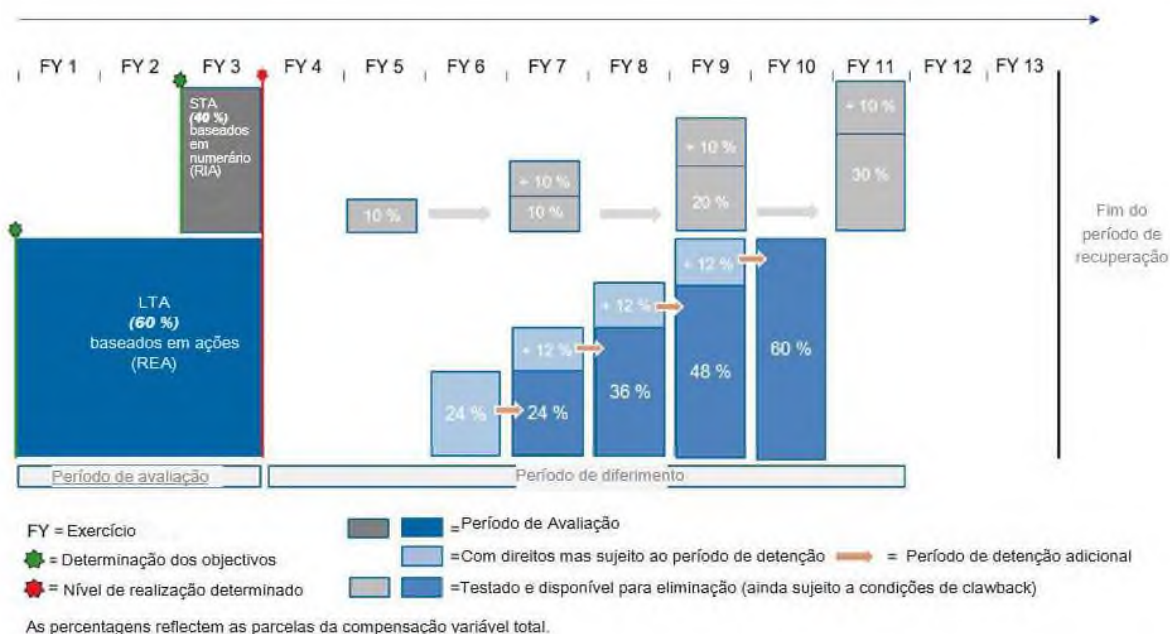
A portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) estipula geralmente um período de avaliação de três anos para a determinação da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração. O Deutsche Bank cumpre este requisito ao avaliar cada um dos objetivos do LTA durante um período de três anos. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante, por esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o nível de consecução dos objetivos será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro. O período de diferimento para o LTA é, em princípio, de cinco anos. Se o período de avaliação for inferior ao mínimo prescrito, o período de diferimento da remuneração variável a ser concedida é prolongado pelo número de anos em falta para o período mínimo de avaliação. O STA tem um período de avaliação de um ano. O período de diferimento para o STA é, em princípio, de sete anos.

O LTA é concedido sob a forma de um instrumento com base em ações (Prémios restritos em ações (REA)). O desembolso tem lugar durante um período de diferimento de 5 anos em 4 parcelas, começando com uma parcela de 40% no ano 2 após o fim do período de desempenho e 3 parcelas de 20% nos anos 3, 4, e 5 após o fim do período de desempenho. Após o período de diferimento, os REA de cada parcela estão também sujeitos a um período de detenção adicional de um ano. Por conseguinte, os membros do Conselho de Administração não podem dispor das ações subjacentes aos REA antes de decorridos 3 anos, no mínimo, e, na sua totalidade, até 6 anos depois. Durante os períodos de diferimento e de detenção, o valor dos REA está ligado ao desempenho da participação do Deutsche Bank e está, portanto, ligado ao desempenho a longo prazo do Banco, reforçando assim o alinhamento dos incentivos dos membros do Conselho de Administração com o desempenho do Deutsche Bank.

O STA é geralmente concedido sob a forma de remuneração diferida em numerário (prémios restritos de incentivo - RIA). É pago em quatro frações de 25% cada, durante um período total de sete anos após 1, 3, 5 e 7 anos após o final do período de avaliação. No entanto, se o STA representar mais de 50% do total da remuneração variável, a parcela que exceder 50% é também concedida sob a forma de prémios restritos em ações. Isto assegura que pelo menos 50% do total da remuneração variável seja sempre concedida com base em ações, de acordo com os requisitos regulamentares. A parcela que exceder 50% está sujeita às mesmas regras de diferimento que a remuneração com base em ações do LTA.

Em vez de receberem Prémios restritos em ações e Prémios restritos de incentivo, como descrito acima, os titulares de funções especificadas em determinadas entidades do Deutsche Bank U.S. são obrigados, pelo regulamento aplicável, a ser remunerados com diferentes planos. A remuneração restrita para estas pessoas consiste em concessões restritas de ações e concessões restritas em numerário. O beneficiário será o proprietário beneficiário dos prémios a partir da Data de concessão e os prémios serão detidos em nome do colaborador. Estes prémios serão limitados por um período de tempo (sujeitos às regras do plano aplicáveis e às declarações do prémio, incluindo as condições de desempenho e perda de direitos). O período de restrição está em linha com os períodos de retenção aplicáveis aos prémios habitualmente diferidos do Deutsche Bank, o que diz respeito ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, estas regras aplicam-se a Christiana Riley devido ao seu papel como CEO do Deutsche Bank USA Corp.

Para os RIA e REA, aplicam-se condições de perda de direitos específicas durante os períodos de diferimento e detenção (são fornecidas informações adicionais na secção "Backtesting, malus e clawback").



Backtesting, malus e clawback

Ao conceder componentes de remuneração de forma diferida, repartida por vários anos, é criado um incentivo a longo prazo. Além disso, as parcelas individuais estão sujeitas a condições específicas de perda de direitos até ao momento em que é atribuída a aquisição de direitos.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente se os resultados alcançados pelos membros do Conselho de Administração no passado são sustentáveis (backtesting). Se a constatação for que as realizações premiadas pela concessão da remuneração variável não foram sustentáveis, os prémios podem ser parcial ou totalmente cancelados.

Da mesma forma, se os resultados do Grupo forem negativos, a remuneração variável anteriormente concedida pode ser declarada total ou parcialmente cancelados durante o período de diferimento. Além disso, os prémios podem ser total ou parcialmente cancelados se não se encontrarem reunidas determinadas condições de solvência ou liquidez. Adicionalmente, os prémios podem ser cancelados, no todo ou em parte, em caso de conduta imprópria individual (incluindo violações de regulamentos), demissão por justa causa ou contribuições individuais negativas para o desempenho (malus).

Além disso, os contratos dos membros do Conselho de Administração também permitem ao Conselho de Fiscalização recuperar componentes já pagos ou entregues devido a certas contribuições individuais de desempenho negativo do membro do Conselho de Administração (clawback), em conformidade com as disposições dos artigos 18 (5) e 20 (6) da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV). A provisão de recuperação (clawback) é possível para toda a remuneração variável de um exercício financeiro até ao fim de dois anos após o fim do período de diferimento da última fração dos elementos de remuneração concedidos numa base diferida para o respetivo exercício financeiro.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente e em tempo útil, antes das respetivas datas de vencimento, a possibilidade de uma perda total ou parcial (malus) ou recuperação (clawback) dos componentes variáveis de remuneração dos membros

do Conselho de Administração. No exercício financeiro de 2021, o Conselho de Fiscalização fez uso da possibilidade de declarar parcialmente a perda da remuneração variável e, na sua reunião de 3 de fevereiro de 2021, decidiu que uma parte da remuneração variável concedida a um antigo membro do Conselho de Administração em 1 de março de 2019, sob a forma de Prêmios restritos de incentivo, será perdida.

Informação sobre ações e cumprimento da obrigação de titularidade de ações (Diretrizes de participações)

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a adquirir uma quantidade significativa de ações do Deutsche Bank e a detê-las a longo prazo. Este requisito destina-se a promover a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e os seus acionistas e a assegurar uma ligação a longo prazo com o desenvolvimento do negócio do Deutsche Bank.

Para o Diretor Geral, o número de ações a deter é igual a 200% do seu salário-base bruto anual, e para os outros membros do Conselho de Administração, a 100% do seu salário-base anual. Os requisitos da obrigação de participação devem ser cumpridos primeiro na data em que a remuneração variável com base em ações que foi concedida ao membro do Conselho de Administração desde a sua nomeação para o Conselho de Administração (período de espera) corresponde, no total, a 1,33 vezes a obrigação de participação. A conformidade com os requisitos é revista semestralmente. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

No contexto da concessão de remuneração variável, o Conselho de Fiscalização pode decidir, individualmente, que não só o LTA mas também partes do STA ou o STA como um todo podem ser atribuídos em ações até que a obrigação de participação seja cumprida. Isto assegurará o cumprimento mais rápido da obrigação de participação.

Membros do Conselho de Administração

O quadro seguinte apresenta o número de prêmios em ações em circulação detidos pelos atuais membros do Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021 e 11 de fevereiro de 2022, bem como o número de prêmios de ações novamente concedidos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 19.2.2021	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 11.2.2022
Christian Sewing	485.115	208.115	–	–	693.230
Karl von Rohr	392.851	153.343	26.356	–	519.839
Fabrizio Campelli	278.603	145.836	85.540	–	338.899
Bernd Leukert	25.309	136.115	10.124	–	151.300
Stuart Lewis	348.142	134.859	–	–	483.001
James von Moltke	430.513	145.836	11.884	–	564.465
Alexander von zur Mühlen	251.256	103.422	76.397	–	278.282
Christiana Riley	215.841	134.859 ¹	102.354 ²	–	248.345 ³
Rebecca Short ⁴	–	–	–	–	92.754
Prof. Dr. Stefan Simon	31.740	130.329	12.696	–	149.373

¹ No âmbito do plano subjacente, as 134.859 ações restritas inicialmente concedidas foram tributadas no momento da concessão, permanecendo 70.917 ações numa base após impostos. Consultar a apresentação correspondente no capítulo "Período de diferimento e retenção".

² Estão incluídos 63.942 prêmios em ações para cobrir o montante do imposto devido no âmbito do plano subjacente (ver nota de rodapé 1).

³ Inclui um número líquido de 70.917 direitos a ações no âmbito do plano subjacente (ver nota de rodapé 1).

⁴ Membro desde 1 de maio de 2021.

A tabela abaixo apresenta o número total de ações do Deutsche Bank detidas pelos membros em exercício do Conselho de Administração nas datas de 19 de fevereiro de 2021 e 11 de fevereiro de 2022, bem como o número de prêmios baseados em ações e o nível de cumprimento da obrigação de participação.

Membros do Conselho de Administração	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades) em 19 de fevereiro de 2021	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades) em 11 de fevereiro de 2022	Prêmio(s) restrito(s) em ações diferido(s)/ Unidades de capital em circulação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	dos quais 75% do(s) Prêmio(s) restrito(s) em ações diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	Valor total das ações do Deutsche Bank e do(s) Prêmio(s) restrito(s) em ações diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (em unidades)	A obrigação de retenção de ações deve ser cumprida Sim / Não	Nível de obrigação de participação exigida (em unidades) ¹	Taxa de cumprimento (em %)
Christian Sewing	163.665	192.000	693.230	519.923	711.923	Não	500.069	142%
Karl von Rohr	17.283	30.058	519.839	389.879	419.937	Sim	208.362	202%
Fabrizio Campelli	86.303	132.010	338.899	254.174	386.184	Não	166.690	232%
Bernd Leukert	1.500	7.882	151.300	113.475	121.357	Não	166.690	73%
Stuart Lewis	174.434	174.434	483.001	362.251	536.685	Sim	194.471	276%
James von Moltke	68.486	74.753	564.465	423.349	498.102	Sim	194.471	256%
Alexander von zur Mühlen	270.333	320.829	278.282	208.712	529.541	Não	166.690	318%
Christiana Riley	55.082	82.504	248.345	186.259	268.763	Não	166.690	161%
Rebecca Short ²	0	36.451	92.754	69.566	106.017	Não	166.690	64%
Prof. Dr. Stefan Simon	0	0	149.373	112.030	112.030	Não	166.690	67%
Total	837.086	1.050.921	3.519.488	2.639.616	3.690.537			

¹ O cálculo do valor total das ações do Deutsche Bank e dos prêmios de ações / ações em circulação elegíveis para os requisitos de participação baseia-se no preço das ações de 14.3980 euros (preço de fecho Xetra a 11 de fevereiro de 2022).

² Membro desde 1 de maio de 2021.

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de participação em 2021 ou encontram-se atualmente no período de espera.

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Sewing, comprometeu-se voluntariamente a investir 15% do seu salário mensal líquido em ações do Deutsche Bank desde Setembro de 2019 até ao final de Dezembro de 2022. Em cada caso, as compras são realizadas no 22.º dia de cada mês ou no dia de negociação seguinte.

Benefícios no final do mandato

Benefícios após a rescisão regular do contrato

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, é criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir do início do seu mandato como membro do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, recebem uma contribuição anual uniforme, contratualmente definida e fixa de 650.000 euros. A contribuição acumula juros que são creditados antecipadamente e determinados através de um fator relacionado com a idade, até à idade de 60 anos. Para os direitos de uma primeira nomeação ou renovação a partir do exercício financeiro de 2021, os juros acumulam a uma taxa média de 2% ao ano, para os direitos antigos, de 4%. A partir da idade de 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional igual ao montante resultante da aplicação da taxa de juro acima referida ao saldo da conta de pensão

a partir de 31 de dezembro do ano anterior. No conjunto, as contribuições anuais formam o montante do capital de pensão disponível para pagamento dos futuros benefícios de pensão aquando da ocorrência de um evento de pensão (idade de reforma, incapacidade ou morte). O saldo da conta de pensão é adquirido desde o início.

Se um membro do Conselho de Administração estiver sujeito a imposto sobre o rendimento não alemão, a concessão de um subsídio de pensão anual de 650.000 euros pode ser selecionada como alternativa ao direito à pensão de contribuição definida. Isto está sujeito à condição prévia de que receber as contribuições habituais para o plano de pensão implica desvantagens não insignificantes em termos fiscais para o membro do Conselho de Administração, em comparação com receber um subsídio de pensão. Esta opção pode ser exercida uma vez e a partir daí aplica-se a todo o mandato do membro do Conselho de Administração.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2021 e 2020, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2021 a partir de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Os diferentes saldos são atribuíveis aos diferentes períodos de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores relacionados com a idade, e às diferentes taxas de contribuição.

Membros do Conselho de Administração em euros	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Christian Sewing	773.500	936.000	0	0	6.516.000	5.742.500	701.494	936.063	6.263.328
Karl von Rohr	754.000	786.500	0	0	4.721.001	3.967.001	772.131	831.427	4.866.754	4.205.087
Fabrizio Campelli	1.007.500	1.046.500	0	0	2.234.918	1.227.418	906.767	1.008.742	2.091.609	1.224.209
Bernd Leukert	812.500	1.135.334	0	0	1.947.834	1.135.334	785.526	851.694	1.957.432	1.181.299
Stuart Lewis	754.000	786.500	0	0	6.411.938	5.657.938	756.618	818.838	6.919.079	6.358.878
James von Moltke	871.000	903.500	0	0	4.189.250	3.318.250	820.820	895.972	4.095.605	3.385.498
Alexander von zur Mühlen ¹	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Christiana Riley ¹	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rebecca Short ²	554.668	0	0	0	554.668	0	476.303	0	496.829	0
Prof. Dr. Stefan Simon	871.000	1.293.501	0	0	2.164.501	1.293.501	824.015	903.039	2.128.664	1.335.674
Frank Kuhnke ³	812.500	845.000	0	0	2.528.500	1.716.000	799.956	867.588	2.500.385	1.759.798

¹ O membro do Conselho de Administração recebe um subsídio de pensão, que é apresentado no capítulo "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

² Membro desde 1 de Maio de 2021.

³ Membro até 30 de abril de 2021.

Benefícios aquando da cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. De acordo com a recomendação do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções ascende, no máximo, a duas vezes a remuneração anual e não deve exceder o montante que seria pago como remuneração pelo período restante do contrato de serviços. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e, se aplicável, na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV)

Frank Kuhnke deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do final de 30 de abril de 2021. Como previsto no seu contrato de serviço, foram acordadas indemnizações de cessação de funções. O acordo de cessação de funções previa uma remuneração por uma cláusula de não concorrência ("Karenzentschädigung"), em conformidade com o seu contrato de serviço, no montante de 1.560.000 euros, bem como uma indemnização por cessação antecipada do seu contrato de serviço no montante de 1.902.111,33 euros. A primeira parcela de 20% do montante foi desembolsada em abril de 2021 como pagamento em numerário. Uma outra prestação equivalente a 20% foi atribuída em ações e deverá ser entregue a 1 de junho de 2022. Uma outra prestação de 30% foi atribuída como remuneração diferida em numerário, com um período de carência até 1 de junho de 2026. Uma última parcela de 30% foi atribuída como remuneração diferida em ações, com um período de carência até 1 de junho de 2027. A indemnização por cessação de funções está sujeita a todas as disposições acordadas contratualmente sobre componentes de remuneração variável, incluindo a possibilidade de uma recuperação de remuneração variável.

No caso de uma mudança de controlo, os membros do Conselho de Administração têm um direito especial de rescisão do seu contrato de serviços. No entanto, nesse caso não há direito a uma indemnização por cessação de funções.

Outras provisões do contrato de serviços

Prazo do contrato de serviços

A duração dos contratos de serviço do Conselho de Administração está ligada à duração da nomeação, sendo de cinco anos, no máximo, de acordo com o artigo 84 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). O Conselho de Fiscalização decidirá numa fase precoce, o mais tardar seis meses antes do termo do período de nomeação, sobre uma nova nomeação. No caso de uma nova nomeação do membro do Conselho de Administração, o contrato de serviços é prorrogado pela duração de uma nova nomeação.

Para as primeiras nomeações, não deve ser excedido um prazo de contrato de três anos. O contrato de serviços do Conselho de Administração termina automaticamente com a expiração do período de nomeação sem necessidade de aviso expresse de rescisão.

Redução do salário-base relativamente à remuneração de outros mandatos

Os contratos de trabalho dos membros do Conselho de Administração contêm uma obrigação dos membros de assegurar que não receberão qualquer remuneração à qual, de outra forma, teriam direito na sua qualidade de membro de qualquer órgão societário, em particular um conselho de fiscalização, conselho consultivo ou órgão similar de qualquer entidade do grupo do Banco, nos termos do § 18.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Assim, os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank.

O salário-base de um membro do Conselho de Administração será reduzido num montante igual a 50% da remuneração de um mandato - em particular, mandatos do Conselho de Fiscalização ou do Conselho de Fiscalização - numa empresa que não pertença ao Grupo Deutsche Bank. Não existe tal dedução de qualquer remuneração que não exceda 100.000 euros por mandato e ano civil.

No exercício financeiro de 2021, o salário-base de um membro do Conselho de Administração foi reduzido pelo montante da remuneração de um mandato numa empresa que não pertence ao Grupo Deutsche Bank, uma vez que a remuneração excedeu o montante limite.

Cláusula de não concorrência pós-contratual

Após a sua demissão do Conselho de Administração, os membros estão, como regra geral, sujeitos a uma cláusula de não concorrência de um ano. Durante o período de não concorrência, o Deutsche Bank paga ao membro do Conselho de Administração uma indemnização (subsídio de espera "Karenzentschädigung") no montante de 65% do seu salário-base anual. O subsídio de espera será creditado contra qualquer pedido de indemnização por cessação de funções. Além disso, o subsídio de espera será reduzido por quaisquer rendimentos que o membro do Conselho de Administração obtenha durante o período de não concorrência, por atividades de trabalhador independente, assalariado ou de outras atividades remuneradas que não estejam sujeitas à cláusula de não concorrência. O Deutsche Bank pode renunciar ao cumprimento da cláusula de não concorrência pós-contratual por parte de um membro do Conselho de Administração. A partir da data da renúncia. Se e quando tal renúncia for concedida, termina a obrigação do Deutsche Bank de pagar o subsídio de espera ("Karenzentschädigung").

Desvios do sistema de remuneração

Não houve desvios do sistema de remuneração no exercício financeiro de 2021.

Remuneração do Conselho de Administração 2021

Membros atuais do Conselho de Administração

Remuneração total 2021

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2021 e 2020, como se segue:

em euros						2021	2020
	Salário base ¹	Prémio de curto prazo	Prémio de longo prazo	Remuneração total	Remuneração alvo total	Rácio ao alvo	Remuneração total ²
Christian Sewing	3.600.000	3.065.400	2.147.048	8.812.448	9.000.000	98%	7.368.045
Karl von Rohr	3.000.000	2.393.600	1.749.447	7.143.047	7.400.000	97%	5.882.495
Fabrizio Campelli	2.400.000	2.218.783	1.630.166	6.248.949	6.500.000	96%	5.179.137
Bernd Leukert	2.400.000	2.161.383	1.630.166	6.191.549	6.500.000	95%	4.909.270
Stuart Lewis	2.800.000	2.258.200	1.669.926	6.728.126	7.000.000	96%	4.979.403
James von Moltke	2.800.000	2.278.500	1.669.926	6.748.426	7.000.000	96%	5.262.470
Alexander von zur Mühlen	2.400.000	2.132.000	1.630.166	6.162.166	6.500.000	95%	2.094.333
Christiana Riley	2.400.000	2.162.750	1.630.166	6.192.916	6.500.000	95%	4.779.103
Rebecca Short ³	1.600.000	1.440.467	1.086.777	4.127.244	4.333.333	95%	–
Prof. Dr. Stefan Simon	2.400.000	2.134.050	1.630.166	6.164.216	6.500.000	95%	2.124.126
Frank Kuhnke ⁴	800.000	634.133	543.389	1.977.522	2.166.667	91%	4.760.403
Total	26.600.000	22.879.266	17.017.343	66.496.609	69.400.000	96%	47.338.785

¹ Na coluna "Salário-base", os valores-alvo fixados pelo Conselho de Fiscalização são apresentados em euros por motivos de comparabilidade. A entrada real difere deste valor-alvo para os membros do Conselho de Administração Alexander von zur Mühlen e Christiana Riley devido a flutuações cambiais, e para Bernd Leukert devido à compensação da remuneração de mandatos. A entrada é apresentada no capítulo "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

² Para os membros do Conselho de Administração Alexander von zur Mühlen e Christiana Riley, as flutuações cambiais foram excluídas por motivos de comparabilidade.

³ Membro desde 1 de maio de 2021.

⁴ Membro desde 30 de abril de 2021.

O número de prémios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de prémios restritos em ações (REA), em 2022 relativamente ao exercício de 2021, foi calculado dividindo os respetivos montantes em euros pelo mais alto dos dois, a cotação de fecho Xetra média das ações do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação, em fevereiro de 2022, ou a cotação de fecho Xetra no dia 28 de fevereiro de 2022 (12.8930 euros).

Membros do Conselho de Administração	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido(s) com período de retenção adicional) (em unidades) ¹
Christian Sewing	202.143
Karl von Rohr	160.670
Fabrizio Campelli	149.265
Bernd Leukert	147.039
Stuart Lewis	152.336
James von Moltke	153.123
Alexander von zur Mühlen	145.900
Christiana Riley	147.092
Rebecca Short ²	98.008
Prof. Dr. Stefan Simon	145.979
Frank Kuhnke ³	45.665
Total	1.547.220

¹ Os Prémios restritos em ações são comercialmente arredondados para efeitos de apresentação.

² Membro desde 1 de maio de 2021.

³ Membro até 30 de abril de 2021.

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a remuneração paga e devida nos exercícios financeiros de 2021 e 2020 aos membros em exercício do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2021, nos termos do artigo 162.º (1), frase 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente pagos ou entregues aos membros individuais do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos").

Além dos montantes de remuneração, a tabela mostra adicionalmente as proporções relativas da remuneração fixa e variável da remuneração total nos termos do artigo 162.º (1), frase 2 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG).

	Christian Sewing				Karl von Rohr			
	2021		2020		2021		2020	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.600	93%	3.117	93%	3.000	93%	2.750	94%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	(8) ¹	0%	4	0%	24	1%	11	0%
Total de remuneração fixa	3.592	93%	3.120	93%	3.024	93%	2.761	94%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	232	6%	232	7%	169	5%	169	6%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	0	0%	43	1%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	275	7%	232	7%	211	7%	169	6%
Remuneração total	3.867	100%	3.352	100%	3.235	100%	2.930	100%

¹ Devido à participação económica nos custos de um veículo da empresa fornecido, que excede o montante dos outros benefícios marginais, deve ser apresentado um saldo negativo para o exercício financeiro de 2021.

	Fabrizio Campelli				Bernd Leukert			
	2021		2020		2021		2020	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.400	99%	2.200	99%	2.394 ¹	99%	2.200	99%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	12	0%	22	1%	25	1%	22	1%
Total de remuneração fixa	2.412	100%	2.222	100%	2.419	100%	2.222	100%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	7	0%	0	0%	0	0%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	7	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração total	2.420	100%	2.222	100%	2.419	100%	2.222	100%

¹ A remuneração fixa apresentada inclui a creditação da remuneração de mandatos.

	Stuart Lewis				James von Moltke			
	2021		2020		2021		2020	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.800	91%	2.283	78%	2.800	70%	2.283	63%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	80	3%	29	1%	52	1%	43	1%
Total de remuneração fixa	2.880	94%	2.312	79%	2.852	71%	2.326	64%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	140	3%	280	8%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	67	2%	67	2%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	156	5%	156	5%	169	4%	169	5%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	0	0%	43	1%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	124	3%	177	5%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	443	15%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	616	15%	616	17%
Total de remuneração variável	199	6%	599	21%	1.157	29%	1.309	36%
Remuneração total	3.079	100%	2.912	100%	4.009	100%	3.635	100%

	Alexander von zur Mühlen				Christiana Riley			
	2021		2020		2021		2020	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.345 ¹	74%	963 ¹	75%	2.328 ¹	76%	2.194 ¹	72%
Subsídio de pensão	650	21%	271	21%	650	21%	650	21%
Benefícios marginais	64	2%	15	1%	85	3%	95	3%
Total de remuneração fixa	3.059	97%	1.249	97%	3.063	99%	2.938	97%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	98	3%	33	3%	17	1%	96	3%
Total de remuneração variável	98	3%	33	3%	17	1%	96	3%
Remuneração total	3.157	100%	1.282	100%	3.079	100%	3.034	100%

¹ Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial.

	Rebecca Short (Membro desde 1 de maio de 2021)				Prof. Dr. Stefan Simon			
	2021		2020		2021		2020	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	1.600	100%	-	-	2.400	98%	1.000	99%
Subsídio de pensão	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	6	0%	-	-	46	2%	7	1%
Total de remuneração fixa	1.606	100%	-	-	2.446	100%	1.007	100%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	0	0%	-	-	0	0%	0	0%
Remuneração total	1.606	100%	-	-	2.446	100%	1.007	100%

	Frank Kuhnke (Membro até 30 de abril de 2021)			
	2021		2020	
	em euros.	em %	em euros.	em %
Componentes de remuneração fixa:				
Salário-base	800	35%	2.200	100%
Benefícios de cessação de funções ¹	1.420	63%	0	-
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	1	0%	7	0%
Total de remuneração fixa	2.221	98%	2.207	100%
Componentes de remuneração variável:				
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:				
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	2%	0	0%
dos quais prêmios em ações:				
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	43	2%	0	0%
Remuneração total	2.264	100%	2.207	100%

¹ Para mais pormenores sobre os benefícios por cessação de funções, consultar o capítulo "Benefícios aquando da cessação antecipada".

Em relação aos componentes de remuneração diferida de anos anteriores aprovados no ano do relatório, o Conselho de Fiscalização confirmou que as respetivas condições de desempenho foram cumpridas.

Antigos membros do Conselho de Administração

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a compensação paga e devida aos antigos membros do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2021, nos termos do artigo 162.º (1), frase 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente entregues aos membros antigos do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos"). Nos termos do artigo 162.º (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), não são fornecidos dados pessoais sobre antigos membros do Conselho de Administração que terminaram o seu trabalho para o Conselho de Administração antes de 31 de dezembro de 2011.

	Werner Steinmüller Membro até 31 de julho de 2020		Sylvie Matherat Membro até 31 de julho de 2019		Garth Ritchie Membro até 31 de julho de 2019		Frank Strauß Membro até 31 de julho de 2019	
	2021		2021		2021		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Benefícios de cessação de funções	130	4%	0	0%	1.639	79%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo	191	6%	186	88%	432	21%	326	100%
Prêmios em ações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	130	4%	26	12%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	2.666 ¹	86%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração total	3.117	100%	211	100%	2.071	100%	326	100%

¹ O valor apresentado representa os pagamentos de capital.

	Nicolas Moreau Membro até 31 de dezembro de 2018			
	2021			
	DB AG em euros.	DWS Management GmbH em euros.	Em geral em euros.	em %
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo	79	90	169	57%
Prêmios em ações ¹	0	130	130	43%
Benefícios marginais	0	0	0	0%
Benefícios de pensão	0	0	0	0%
Remuneração total	79	220	299	100%

Equity Awards¹ Os prêmios em ações apresentados são instrumentos baseados em ações concedidos pela DWS Management GmbH. Poderá encontrar mais informações sobre estes instrumentos no Relatório Anual do DWS.

	Kimberly Hammonds Membro até 24 de maio de 2018		Dr. Marcus Schenck Membro até 24 de maio de 2018		John Cryan Membro até 8 de abril de 2018		Hermann-Josef Lamberti Membro até 31 de maio de 2012	
	2021		2021		2021		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo	52	42%	65	100%	47	100%	0	0%
Prémios em ações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	73	59%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	1.414	100%
Remuneração total	124	100%	65	100%	47	100%	1.414	100%

	Josef Ackermann Membro até 31 de maio de 2012	
	2021	
	em euros.	em %
Remuneração variável diferida		
Prémios restritos de incentivo	0	0%
Prémios em ações	0	0%
Benefícios marginais	0	0%
Benefícios de pensão	924	100%
Remuneração total	924	100%

Perspetivas para o exercício financeiro de 2022

Alterações planeadas no Conselho de Administração

Stuart Lewis renunciará ao cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor de Risco, de acordo com o plano, com efeitos a partir do dia da Assembleia Geral a 18 de maio de 2022. A nomeação do seu sucessor, Olivier Vigneron, tem lugar com efeitos a partir de 19 de maio de 2022. Olivier Vigneron trabalhará inicialmente para o Deutsche Bank como diretor de grupo sénior (Generalbevollmächtigter), a partir de 1 de março de 2022. Como resultado, pode ser assegurada uma transição suave das tarefas e responsabilidades do Diretor de Risco. O Conselho de Administração continuará, assim, a ser composto por 10 membros.

Remuneração total e remuneração máxima

O Conselho de Fiscalização decidiu que o total da remuneração-alvo para 2022 permanecerá, em princípio, inalterado em comparação com 2021. O total da remuneração-alvo para o novo membro do Conselho, Olivier Vigneron, na sua futura função como Diretor de Risco, será de 6.500.000 euros, em sintonia com a remuneração de outros membros do Conselho de Administração com responsabilidade por uma área de infraestruturas (exceto para o Diretor Financeiro e o atual Diretor de Risco). Esta soma consiste num salário-base de 2.400.000 euros brutos e numa remuneração-alvo variável de 4.100.000 euros brutos. A remuneração variável máxima é de 6.150.000 euros brutos.

Os limites de remuneração para os membros do Conselho de Administração permanecem inalterados em relação ao exercício financeiro de 2021. Isto significa que o nível máximo de realização possível para a remuneração variável ascende a 150%, e que existe um limite máximo de 9,85 milhões de euros que limita a soma do salário-base, STA e LTA. Além disso, em conformidade com a Secção 87a (1), frase 2, n.º 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o limite fixado para a remuneração total é mantido inalterado em 12 milhões de euros uniformemente para todos os membros do Conselho de Administração como o limite máximo com base no exercício financeiro.

Metas e objetivos para 2022

A estrutura das metas e objetivos e os componentes individuais da remuneração do Conselho de Administração aplicada em 2022 estarão em conformidade com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral.

Prémio de curto prazo

Inalterado a partir de 2021, o montante do Prémio de Curto Prazo para o exercício financeiro de 2022 continuará a basear-se no nível de realização dos objetivos individuais e divisionários a curto e médio prazo. É composto por três elementos com ponderações diferentes:

- Objetivos individuais (50%)
- Pontuação equilibrada individual (25%)
- Prioridades anuais (25%)

Para cada um destes elementos, é determinado um nível de realização para o ano de desempenho no início do ano seguinte, com base numa avaliação dos critérios de mensuração e desempenho estabelecidos pelo Conselho de Fiscalização no início do ano em análise. O nível de realização determina o fator para o cálculo do montante do Prémio de Curto Prazo para o exercício financeiro anterior.

Prémio de longo prazo

Em 2022, para a determinação da remuneração variável, o foco é, uma vez mais, colocado na realização de objetivos a longo prazo ligados à estratégia. Os objetivos e as suas ponderações dentro do LTA para 2022 mantêm-se inalterados em comparação com 2021:

- Fator ESG (33,33%)
- Retorno total relativo dos acionistas (25%)
- Crescimento orgânico do capital (25%)
- Componente de grupo (16,67%)

A matriz do ESG será contínua e consistentemente desenvolvida ao longo do tempo, de acordo com a estratégia de sustentabilidade. Tal como anunciado quando o novo sistema de remuneração foi publicado em 2021, foi feita uma alteração a um importante objetivo na área da gestão do risco climático. A divulgação da pegada de carbono do livro de crédito empresarial e a fixação de objetivos de redução da intensidade de CO2 para indústrias-chave será prosseguida até ao final de 2022, em conformidade com o compromisso da Net-Zero Banking Alliance. A elevada importância deste objetivo para a estratégia de sustentabilidade do banco reflete-se numa ponderação correspondente dentro da matriz. Na área do próprio negócio, foi feita uma redução para um objetivo e, portanto, uma concentração na redução permanente das necessidades energéticas dos edifícios. A importância do ambicioso roteiro para atingir 35% de mulheres em cargos de vice-presidente para cargos de direção-geral até 2025 reflete-se numa maior ponderação dentro da matriz. Os dois objetivos de governação empresarial permanecem elevados na sua ponderação, com 50% do fator ESG. Isto sublinha a importância de medidas para combater a criminalidade económica e prevenir atividades de branqueamento de capitais, bem como o cumprimento dos requisitos regulamentares.

Os objetivos da Matriz ESG para o exercício financeiro de 2022 são, portanto, os seguintes:

Fator ESG		Limite inferior (0 %)	Alvo (100 %)	Limite superior (150%)	Porção relativa	
Ambiente	Financiamento sustentável	Aumento dos negócios com financiamento e investimentos sustentáveis	€ 210 mil milhões de euros (+50 mil milhões de euros)	€ 260 mil milhões até 103 mil milhões	330 mil milhões de euros (+ 173 mil milhões de euros)	12,5%
		Desenvolvimento da gestão dos riscos climáticos - Divulgar publicamente a pegada de carbono do livro de empréstimos corporativos e o alinhamento de percursos para sectores-chave - Definir objetivos de redução dos níveis de intensidade de carbono até 2030 para sectores-chave da indústria até ao final do ano 2022 para alinhar com o compromisso da NZBA.	Conclusão da definição de objetivos para 2 ou menos sectores-chave relevantes.	Conclusão da definição de objetivos para 4 sectores-chave relevantes.	Conclusão da definição de objetivos para 6 ou mais sectores-chave relevantes	10%
	Operações próprias	Consumo total do edifício/consumo de energia (kwh/squaremeter) vs. YE 2019	-15%	-17%	-19%	7,5%
Social	Employee Feedback Cultura (último resultado do inquérito)	65%	75%	95%	5%	
	Diversidade de género (VP/D/MD)	29,9%	30,7%	31,2%	16%	
Governo	Grau de Avaliação Ambiental de Controlo (Avaliação e Auditoria de Grupo Grau de Risco/Controlo Cultural) - média anual	2	3,5	6	12,5%	
	AML / KYC Atividades de Remediação	0%	100%	150%	37,5%	
					100%	

Os objetivos para o retorno total relativo dos acionistas em relação ao retorno médio das ações de um grupo de pares selecionado e para o Crescimento orgânico do capital mantêm-se inalterados em 2022.

O componente de grupo continuará a consistir em 4 sub-objetivos em 2022. Dois deles, o "Rácio de capital principal (CET1 ratio)" e a "Rendibilidade do capital próprio tangível (RoTE)" mantêm-se inalterados em comparação com o exercício de 2021. Os novos objetivos são a "relação custo-rendimento" e uma métrica do volume financeiro sustentável.

Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

A remuneração do Conselho de Fiscalização é regulamentada na Secção 14 dos Estatutos, que pode ser alterada pela Assembleia Geral, se necessário. As provisões de remuneração que foram novamente concebidas em 2013 foram alteradas pela última vez por resolução da Assembleia Geral, a 27 de maio de 2021, e tornaram-se efetivas a 23 de julho de 2021. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31 dez 2021	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000
Comité de Estratégia	100.000	50.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	200.000	100.000

* A partir da inscrição da alteração dos Estatutos no Registo Comercial, a 23 de julho de 2021. Até esta data, a remuneração complementar anual fixa paga pelo trabalho do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação no exercício financeiro de 2021 foi a seguinte: Presidente: 100.000 euros, membros: 50.000 euros

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão (regulamento sobre perda de direitos).

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2021 e 2020

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente aos exercícios de 2021 e 2020 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado). As duas tabelas seguintes mostram a compensação paga e devida aos

membros do Conselho de Fiscalização nos exercícios financeiros de 2021 e 2020, nos termos do artigo 162.º (1) frase 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG).

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração no exercício de 2021						
	Salário-base		Remuneração para comitês ¹		Remuneração total	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2022	
	em euros	em %	em euros	em %	em euros	em euros	em %
Dr. Paul Achleitner	200.000	23%	670.833	77%	870.833	653.125	75%
Detlef Polaschek	150.000	33%	300.000	67%	450.000	337.500	75%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Frank Bsirske ²	83.333	33%	166.667	67%	250.000	250.000	100%
Mayree Clark	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Jan Duschek	100.000	37%	170.833	63%	270.833	203.125	75%
Dr. Gerhard Eschelbeck	100.000	46%	116.667	54%	216.667	162.500	75%
Sigmar Gabriel	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Timo Heider	100.000	34%	191.667	66%	291.667	218.750	75%
Martina Klee	100.000	59%	70.833	41%	170.833	128.125	75%
Henriette Mark	100.000	40%	150.000	60%	250.000	187.500	75%
Gabriele Platscher	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Bernd Rose	100.000	31%	220.833	69%	320.833	240.625	75%
Gerd Alexander Schütz ³	41.667	83%	8.333	17%	50.000	50.000	100%
John Alexander Thain	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Michele Trogni	100.000	26%	291.667	74%	391.667	293.750	75%
Dr. Dagmar Valcárcel	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Stefan Viertel	100.000	41%	141.667	59%	241.667	181.250	75%
Dr. Theodor Weimer	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Frank Werneke ⁴	8.333	100%	0	0%	8.333	6.250	75%
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	100.000	20%	395.833	80%	495.833	371.875	75%
Frank Witter ⁵	58.333	41%	83.333	59%	141.667	106.250	75%
Total	2.141.666	33%	4.379.166	67%	6.520.833	4.965.625	76%

¹ Os respetivos membros dos comitês do Conselho de Fiscalização no exercício financeiro de 2021 são apresentados na página 429.

² Membro do Conselho de Fiscalização até 27 de outubro de 2021.

³ Membro do Conselho de Fiscalização até 27 de maio de 2021.

⁴ Membro do Conselho de Fiscalização desde 25 de novembro de 2021.

⁵ Membro do Conselho de Fiscalização desde 27 de maio de 2021.

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração no exercício de 2020						
	Salário-base		Remuneração para comitês ¹		Remuneração total	Da qual pago no 1.º trimestre de 2021	
	em euros	em %	em euros	em %	em euros	em euros	em %
Dr. Paul Achleitner ²	183.333	23%	618.750	77%	802.083	601.563	75%
Detlef Polaschek	150.000	33%	300.000	67%	450.000	337.500	75%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Frank Bsirske	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Mayree Clark	100.000	24%	325.000	76%	425.000	318.750	75%
Jan Duschek	100.000	40%	150.000	60%	250.000	187.500	75%
Dr. Gerhard Eschelbeck	100.000	67%	50.000	33%	150.000	112.500	75%
Sigmar Gabriel ³	83.333	50%	83.333	50%	166.667	125.000	75%
Katherine Garrett-Cox ⁴	41.667	42%	58.333	58%	100.000	100.000	100%
Timo Heider	100.000	40%	150.000	60%	250.000	187.500	75%
Martina Klee	100.000	67%	50.000	33%	150.000	112.500	75%
Henriette Mark	100.000	40%	150.000	60%	250.000	187.500	75%
Gabriele Platscher	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Bernd Rose	100.000	36%	175.000	64%	275.000	206.250	75%
Gerd Alexander Schütz	100.000	57%	75.000	43%	175.000	131.250	75%
Stephan Szukalski ⁵	100.000	50%	100.000	50%	200.000	200.000	100%
John Alexander Thain	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Michele Trogni	100.000	29%	250.000	71%	350.000	262.500	75%
Dr. Dagmar Valcárcel	100.000	24%	325.000	76%	425.000	318.750	75%
Dr. Theodor Weimer ⁶	58.333	54%	50.000	46%	108.333	81.250	75%
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Total	2.116.666	35%	3.960.416	65%	6.077.083	4.632.813	76%

¹ Os respetivos membros dos comitês do Conselho de Fiscalização no exercício financeiro de 2020 são apresentados na página XV do Relatório Anual de 2020.

² No contexto da discussão de uma renúncia voluntária por parte dos Diretores do Banco de parcelas dos seus pedidos de indemnização, o Dr. Achleitner ofereceu-se para renunciar a uma parte do seu futuro pedido de indemnização equivalente a um doze avos (72.917 euros) da sua indemnização para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com os termos dos Estatutos. O Conselho de Administração aceitou esta oferta.

³ Membro do Conselho de Fiscalização desde 11 de março de 2020.

⁴ Membro do Conselho de Fiscalização até 20 de maio de 2020.

⁵ Membro do Conselho de Fiscalização até 31 de dezembro de 2020.

⁶ Membro do Conselho de Fiscalização desde 20 de maio de 2020.

Após o envio das faturas, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2021 foi convertida em ações nocionais da empresa com base numa cotação da ação de 11.620 euros (cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2022). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2021 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2022 como parte da respetiva remuneração de 2021, e a variação em relação ao ano anterior, o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores como parte da remuneração, o número total de ações nocionais acumuladas durante os respetivos períodos de participação no Conselho de Fiscalização, e a variação em relação ao ano anterior, bem como os montantes totais pagos em fevereiro de 2022 para os membros que saíram do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações nocionais					
	Convertidas em fevereiro de 2022 como parte da remuneração de 2021	Alteração comparada com o ano anterior em %	Número total acumulado durante o mandato atual	Total (acumulado)	Alteração comparada com o ano anterior em %	A pagar em fevereiro de 2022 em euros ¹
Dr. Paul Achleitner	18.735,657	-17%	85.709,128	104.444,785	22%	0
Detlef Polaschek	9.681,583	-23%	35.228,225	44.909,808	27%	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	6.454,389	-23%	23.485,483	29.939,872	27%	0
Frank Bsirske ²	0	N/A	23.485,483	23.485,483	0%	272.901
Mayree Clark	9.681,583	-19%	30.167,795	39.849,378	32%	0
Jan Duscheck	5.826,879	-17%	19.571,236	25.398,115	30%	0
Dr. Gerhard Eschelbeck	4.661,503	11%	13.992,360	18.653,863	33%	0
Sigmar Gabriel	4.302,926	-8%	4.671,099	8.974,025	92%	0
Timo Heider	6.275,100	-10%	19.571,236	25.846,336	32%	0
Martina Klee	3.675,416	-13%	11.742,742	15.418,158	31%	0
Henriette Mark	5.378,657	-23%	19.571,236	24.949,893	27%	0
Gabriele Platscher	6.454,389	-23%	23.485,483	29.939,872	27%	0
Bernd Rose	6.902,610	-10%	20.271,901	27.174,511	34%	0
Gerd Alexander Schütz ³	0	N/A	12.443,407	12.443,407	0%	144.592
John Alexander Thain	4.302,926	-23%	15.656,989	19.959,915	27%	0
Michele Trogni	8.426,583	-14%	25.552,883	33.979,446	33%	0
Dr. Dagmar Valcárcel	9.681,583	-19%	17.239,860	26.921,443	56%	0
Stefan Viertel ⁴	5.199,369	N/A	0	5.199,369	N/A	0
Dr. Theodor Weimer	4.302,926	42%	3.036,214	7.339,140	142%	0
Frank Werneke ⁵	179,289	N/A	0	179,289	N/A	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	10.667,671	-15%	27.895,277	38.562,948	38%	0
Frank Witter ⁶	3.047,906	N/A	0	3.047,906	N/A	0
Total	133.838,925	-17%	432.778,037	566.616,962	31%	417.493

¹ A um valor de 11.620 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2022.

² Membro até 27 de outubro de 2021.

³ Membro até 27 de maio de 2021.

⁴ Membro desde 1 de janeiro de 2021.

⁵ Membro desde 25 de novembro de 2021.

⁶ Membro desde 27 de maio de 2021.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske (membro até 27 de outubro de 2021), Jan Duscheck e Frank Werneke (membro desde 25 de novembro de 2021), são colaboradores do Deutsche Bank Group. No exercício de 2021, pagámos a esses membros um montante total de 1,29 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2021, reservámos 0,06 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto

Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, foram fornecidos serviços de apoio equivalentes a 95.000 euros (2020): 135.000 euros) e foram pagos reembolsos de despesas no montante de 209.589 euros (2020 150.290 euros) durante o exercício financeiro de 2021.

Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos

A tabela seguinte mostra a apresentação comparativa da mudança de ano para ano na remuneração, nos ganhos da empresa e do Grupo, bem como a remuneração média dos colaboradores numa base de equivalente a tempo inteiro. As informações fornecidas nos termos da Secção 162 (1) ,frase 2, n.º 2 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) será sucessivamente expandida com a mudança de um exercício financeiro para o ano anterior até ser atingido um período de relatório de cinco anos. A partir do exercício financeiro de 2025, as mudanças de ano para ano serão mostradas para cada um dos últimos cinco anos.

As informações sobre a remuneração dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização refletem a declaração individualizada no Relatório de remuneração da remuneração paga ou devida nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). A apresentação da evolução dos lucros da empresa deve refletir, de acordo com os requisitos legais, os da empresa autónoma cotada em bolsa, ou seja, o Deutsche Bank AG. Consequentemente, o resultado líquido do Deutsche Bank AG é utilizado para apresentar lucros na aceção do artigo 162.º (1), frase 2, n.º 2 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Uma vez que a remuneração do Conselho de Administração é mensurada com base nos números do Grupo, os números dos ganhos do Grupo são mostrados adicionalmente para a apresentação comparativa. Estes valores dos ganhos do Grupo são resultado líquido, rácio custo-rendimento e rendibilidade do capital próprio tangível (RoTE). Para o grupo de colaboradores para a comparação, os dados relevantes para o Grupo Deutsche Bank foram utilizados à luz dos colaboradores do Deutsche Bank a nível global. O grupo de colaboradores para a comparação inclui todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial.

	2021	2020	Mudança anual a partir de 2020 em %
1. Evolução dos lucros da empresa			
Resultado líquido do Deutsche Bank AG (em mil milhões de euros)	1.961	(1.769)	N/S
Resultado líquido do Grupo Deutsche Bank (em mil milhões de euros)	2.365	495	N/S
Rácio custo/rendimento do Grupo Deutsche Bank (em %)	84,6%	88,3%	(4)
Rendibilidade do capital tangível (RoTE) do Grupo Deutsche Bank (em %)	3,8%	0,2%	N/S
2. Remuneração média dos colaboradores			
A nível mundial, numa base de equivalente a tempo inteiro ¹	118.477	118.765	(0)
3. Remuneração do Conselho de Administração (em milh. euros)			
Membros atuais do Conselho de Administração			
Christian Sewing	3.867	3.352	15
Karl von Rohr	3.235	2.930	10
Fabrizio Campelli	2.420	2.222	9
Bernd Leukert	2.419	2.222	9
Stuart Lewis	3.079	2.912	6
James von Moltke	4.009	3.635	10
Alexander von zur Mühlen (Membro desde 1 de agosto de 2020)	3.157	1.282	146
Christiana Riley	3.079	3.034	1
Rebecca Short (Membro desde 1 de maio de 2021)	1.606	-	N/S
Stefan Simon (Membro desde 1 de agosto de 2020)	2.446	1.007	143
Membros que saíram do Conselho de Administração durante o exercício financeiro			
Frank Kuhnke (Membro até 30 de abril de 2021)	2.264	2.207	3
Membros que saíram do Conselho de Administração antes do exercício financeiro			
Werner Steinmüller (Membro até 31 de julho de 2020)	3.117	2.436	28
Sylvie Matherat (Membro até 31 de julho de 2019)	211	910	(77)
Garth Ritchie (Membro até 31 de julho de 2019)	2.071	2.809	(26)
Frank Strauß (Membro até 31 de julho de 2019)	326	2.168	(85)
Nicolas Moreau (Membro até 31 de dezembro de 2018)	299	1.826	(84)
Kimberly Hammonds (Membro até 24 de maio de 2018)	124	52	138
Dr. Marcus Schenck (Membro até 24 de maio de 2018)	65	65	-
John Cryan (Membro até 8 de abril de 2018)	47	47	-
Hermann-Josef Lamberti (Membro até 31 de maio de 2012)	1.414	1.450	(2)
Josef Ackermann (Membro até 31 de maio de 2012)	924	911	1
4. Remuneração do Conselho de Fiscalização (em milh. euros)			
Membros atuais do Conselho de Fiscalização			
Dr. Paul Achleitner	871	802	9
Detlef Polaschek	450	450	-
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	300	300	-
Mayree Clark	450	425	6
Jan Duscheck	271	250	8
Dr. Gerhard Eschelbeck	217	150	44
Sigmar Gabriel (Membro desde 11 de março de 2020)	200	167	20
Timo Heider	292	250	17
Martina Klee	171	150	14
Henriette Mark	250	250	-
Gabriele Platscher	300	300	-
Bernd Rose	321	275	17
John Alexander Thain	200	200	-
Michele Trogni	392	350	12
Dr. Dagmar Valcárcel	450	425	6
Stefan Viertel (Membro desde 1 de janeiro de 2021)	242	-	N/S
Dr. Theodor Weimer (Membro desde 20 de maio de 2020)	200	108	85
Frank Werneke (Membro desde 25 de novembro de 2021)	8	-	N/S
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	496	450	10
Frank Witter (Membro desde 27 de maio de 2021)	142	-	N/S
Antigos membros do Conselho de Fiscalização			
Frank Bsirske (Membro até 27 de outubro de 2021)	250	300	(17)
Gerd Alexander Schütz (Membro até 27 de maio de 2021)	50	175	(71)
Stephan Szukalski (Membro até 31 de dezembro de 2020)	-	200	N/S
Katherine Garrett-Cox (Membro até 20 de maio de 2020)	-	100	N/S

¹ A remuneração média dos colaboradores é determinada pela remuneração total do ano dividida pelo número de colaboradores (equivalente a tempo inteiro).

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Auditámos o relatório de remuneração anexo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, preparado para estar em conformidade com a Sec. 162 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações para o ano fiscal entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 e as respetivas divulgações.

Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização

Os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft são responsáveis pela preparação do relatório de remuneração e pelas respetivas divulgações, em conformidade com os requisitos da Sec. 162.º da AktG. Além disso, os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pelo controlo interno que determinarem ser necessário para a preparação de um relatório de remuneração e as respetivas divulgações isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre este relatório de remuneração e as respetivas divulgações com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Contabilísticas Geralmente Aceites na Alemanha para auditorias das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores de Contas na Alemanha] (IDW). Estas normas exigem que cumpramos os requisitos deontológicos e que planeemos e realizemos a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se o relatório de remuneração e as respetivas divulgações estão isentos de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos com vista a obter provas de auditoria sobre os montantes no relatório de remuneração e as respetivas divulgações. Os procedimentos selecionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materialmente relevantes do relatório de remuneração e das respetivas divulgações, devido a fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a elaboração do relatório de remuneração e as respetivas divulgações, a fim de planejar e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelos diretores executivos e pelo Conselho de Fiscalização, bem como a avaliação da apresentação geral do relatório de remuneração e das respetivas divulgações.

Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

Parecer

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria, o relatório de remuneração para o ano fiscal de 1 janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 e as respetivas divulgações cumprem, em todos os aspetos materialmente relevantes, as provisões de relato financeiro da Sec. 162.º da AktG.

Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração

A auditoria ao conteúdo do relatório de remuneração descrito neste relatório do auditor inclui a auditoria formal do relatório de remuneração exigido pela Sec. 162 (3) da AktG e a emissão de um relatório sobre esta auditoria. Uma vez que estamos a emitir um parecer sem reservas sobre a auditoria do conteúdo do relatório de remuneração, este inclui também o parecer de que as divulgações nos termos da Sec. 162 (1) e (2) da AktG são realizadas no relatório de remuneração em todos os aspetos materialmente relevantes.

Limitação da responsabilidade

As "Condições Gerais de Compromisso para Wirtschaftsprüfer e Wirtschaftsprüfungsgesellschaften [auditores públicos e empresas de auditoria públicas alemãs]", emitidas pelo IDW em 1 de janeiro de 2017, que se encontram anexadas ao presente relatório, são aplicáveis a este compromisso e regem também a nossa responsabilidade perante terceiros no contexto deste compromisso.

Eschborn/Frankfurt am Main, 7 de março de 2022

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken

Wirtschaftsprüfer

[Auditor Público Alemão]

Mai

Wirtschaftsprüfer

[Auditor Público Alemão]

Remuneração dos colaboradores (não auditada)

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2021 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (j) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – “InstVV”*).

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2021, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália; Deutsche Bank S.A.E., Espanha.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (BCE), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito globalmente ao Regulamento e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Já adotámos de forma abrangente as regras na sua versão atual, InstVV 4.0 em vigor a 25 de setembro de 2021, para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com os critérios atualizados estipulados na Lei bancária alemã e no Regulamento Delegado 2021/923 da Comissão. Os MRT são, como nos últimos anos, identificados ao nível de Grupo e ao nível das instituições relevantes. Além disso, de acordo com os requisitos que entraram em vigor em 2021 e em conformidade com a Lei bancária alemã, o Deutsche Bank também identifica os MRT para todas as instituições CRR a nível individual.

Tendo em conta legislação sectorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas transposições locais da diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD) ou da diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS). Identificamos também colaboradores que correm riscos materiais nestas filiais. Os colaboradores identificados estão sujeitos às provisões de remuneração descritas nas Orientações sobre políticas de remuneração sãs ao abrigo das diretivas AIFMD/UCITS publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM).

O Deutsche Bank tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Assim, implementámos disposições específicas para colaboradores considerados Pessoas Relevantes, para garantir que estes atuam no melhor interesse dos nossos clientes.

Sempre que aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, por exemplo, as estruturas de remuneração aplicadas aos Colaboradores cobertos nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da sua estratégia e política de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC), O Responsável de Remuneração e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

Estrutura de governo dos prémios



¹ Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Além disso, o CCC monitoriza a adequação dos sistemas de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC analisa se o montante total da remuneração variável é acessível e fixado de acordo com a situação de risco, capital e liquidez, bem como em alinhamento com as estratégias empresariais e de risco. Além disso, o CCC apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo de identificação de MRT.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e cinco membros adicionais do Conselho de Fiscalização, três dos quais são representantes dos colaboradores. O Comité realizou seis reuniões no ano civil de 2021. Os membros do Comité de Risco participaram em duas reuniões como convidados. Podem ser encontrados mais pormenores no relatório do Conselho de Fiscalização no Relatório Anual.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank AG e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores, na identificação de MRT e na divulgação da remuneração numa base contínua. O Responsável de remuneração executa todas as obrigações de monitorização relevantes de forma independente, fornece uma avaliação da adequação da conceção e práticas dos sistemas de compensação para colaboradores pelo menos anualmente e apoia e aconselha regularmente o CCC.

Comité Executivo Sênior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comitê delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a Estratégia e Política de Remunerações e Benefícios. Além disso, ao utilizar fatores quantitativos e qualitativos, SECC avalia o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2021, o SECC era composto pelo diretor global de Recursos Humanos e pelo diretor financeiro como Copresidentes, bem como pelo diretor de risco (estes dois últimos são membros do Conselho de Administração), pelo diretor global de Conformidade, o diretor global de recompensas de desempenho e por um representante financeiro e do departamento de risco adicional como membros com direito de voto. O Responsável de Remuneração, o Responsável de Remuneração adjunto e um representante adicional do Departamento de Finanças participaram como membros sem direito a voto. Em geral, o SECC reúne-se mensalmente, mas com reuniões mais frequentes durante o processo de remuneração. Realizou, no total, 16 reuniões no que diz respeito ao processo de remuneração para o ano de desempenho de 2021.

Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que a sua estrutura de remunerações desempenha um papel vital no apoio aos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A Estratégia de remunerações e benefícios está alinhada com a estratégia empresarial, a estratégia de risco do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos, tal como descrito em seguida.

Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

Quadro de remuneração do Grupo

O nosso quadro de remuneração, em geral aplicável globalmente em todas as regiões e linhas de negócio, enfatiza um equilíbrio adequado entre o Pagamento fixo (PF) e a Remuneração variável (RV), formando, em conjunto, a Remuneração total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do nosso quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo, sexo ou etnia.

Nos termos do CRD e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas devem continuar a estar sujeitos a um rácio de pelo menos 1:1, enquanto que as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio de 2:1.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A remuneração total individual efetiva pode estar ao nível, acima ou abaixo da Remuneração Total de Referência, dependendo das decisões de remuneração variável.

A **remuneração fixa** é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa é a componente de remuneração primária.

A **remuneração variável** reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante incentivos apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o Componente de RV do grupo e o Componente de RV individual.

A **componente de RV do grupo** baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – garantir uma associação explícita entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para avaliar o desempenho anual na consecução dos nossos objetivos estratégicos, os quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) utilizados como base para a determinação do componente de RV do grupo de 2021 foram: Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam os objetivos de capital, alavancagem, rentabilidade e custos do banco.

A **Componente de RV individual** é obtida na forma de RV individual, geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente (VP) e superior, ou como Prémio de reconhecimento, geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente Adjunto (AVP) e inferior. No caso de contributos de desempenho negativos ou conduta imprópria, a RV de um colaborador pode ser reduzida em conformidade e descer até zero. A RV é concedida e paga sujeita à acessibilidade do Grupo. Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente. Estes acordos são utilizados apenas numa base muito limitada para novas contratações no primeiro ano de trabalho e estão sujeitos aos requisitos de diferimento padrão do banco.

Componentes chave do quadro de remuneração

Vice-Presidente e superior		Vice-presidente Adjunto e inferior ¹	
		Remuneração total de referência	
RV individual			Prémio de reconhecimento
Componente de RV do grupo		Remuneração total de referência	Componente de RV do grupo
Pagamento fixo			Pagamento fixo

¹ Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para a RV individual em vez do Prémio de reconhecimento.

ARV individual tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador e a adesão aos valores e convicções, bem como fatores adicionais como as decisões estratégicas do banco e considerações sobre a retenção.

Os **Prémios de reconhecimento** constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excepcionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma atempada e transparente. Geralmente, a dimensão geral do orçamento do Programa de prémios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prémios são atualmente atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos num processo gerido ao nível de cada divisão.

No contexto do InstVV, os **pagamentos por cessação de funções** são considerados remuneração variável. O quadro de indemnizações do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Os **Benefícios dos colaboradores** complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do nosso banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro dos limites regulamentares, em alguns aspetos do quadro de remuneração do Grupo acima descrito.

Unidades do Postbank

Embora geralmente os colaboradores executivos do antigo Postbank sigam a estrutura de remuneração do Deutsche Bank, a remuneração para quaisquer outros colaboradores nas unidades Postbank baseia-se em quadros específicos acordados com os sindicatos ou com os respetivos conselhos de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo e pautal nas unidades do Postbank recebe RV, mas a estrutura e a parte da RV podem diferir entre entidades jurídicas.

DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS e os colaboradores enquadram-se na AIFMD ou na UCITS, enquanto que um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas adaptados ao negócio de Asset Management. De acordo com as Orientações da ESMA, a estratégia de remuneração da DWS foi concebida de forma a assegurar uma relação adequada entre remuneração fixa e variável.

Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

Funções de controlo

De acordo com o InstVV, o banco definiu funções de controlo que estão sujeitas a requisitos regulamentares específicos. Estas funções de controlo incluem Risco, Conformidade, Combate aos crimes financeiros, Auditoria do Grupo, partes dos Recursos humanos e o Responsável de remuneração e o seu adjunto. Para evitar conflitos de interesses, os parâmetros utilizados para determinar o componente de RV individual destas funções de controlo não seguem os mesmos parâmetros utilizados para o negócio que supervisionam. Com base no seu perfil de risco, estas funções estão sujeitas a um rácio de pagamento fixo e variável de 2:1.

Além disso, para algumas funções corporativas que desempenham funções de controlo interno (incluindo Departamento jurídico, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo, Regulamentação e outras partes dos Recursos humanos), o banco determinou um rácio de pagamento fixo e variável de 1:1.

Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem 15.667 colaboradores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro). O pessoal pautal está sujeito a um contrato coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), tal como negociado entre sindicatos e associações patronais, ou sujeito a acordos tal como negociado diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste relatório.

Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

Em 2021, continuámos a colocar um forte enfoque na nossa governação relacionada com os processos de tomada de decisões em matéria de remuneração. Foi aplicado um conjunto robusto de princípios baseados em regras para as decisões relativas à remuneração, estreitamente ligadas ao desempenho tanto das empresas como dos indivíduos.

O montante total de RV para um determinado ano de desempenho é inicialmente determinado a nível do Grupo, tendo em conta a rentabilidade, solvência e posição de liquidez do banco e, em seguida, atribuído a divisões e funções de infraestrutura com base no seu desempenho em apoio à consecução dos objetivos estratégicos do banco.

Numa primeira etapa, o Deutsche Bank avalia a rentabilidade, a solvência e a posição de liquidez do banco em conformidade com o seu quadro de apetência pelo risco, incluindo uma análise holística face ao plano estratégico plurianual do banco para determinar o que "pode" conceder em conformidade com os requisitos regulamentares (ou seja, a acessibilidade do Grupo). Na próxima etapa, o banco avalia o desempenho ajustado ao risco da divisão, ou seja, o que o banco "deve" conceder a fim de proporcionar uma remuneração adequada pelas contribuições para o sucesso do banco.

Ao avaliar o desempenho das divisões, são referenciadas uma série de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e - com base nas pontuações equilibradas - não financeiras. As metas financeiras para as divisões de front-office estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestrutura, a avaliação do desempenho financeiro baseia-se principalmente na consecução de metas de custos. Embora a atribuição de RV a funções de infraestrutura e, em particular, a funções de controlo, dependa do desempenho global do Deutsche Bank, a mesma não está dependente do desempenho da(s) divisão/divisões que estas funções supervisionam.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns Princípios de orientação da remuneração variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e métricas a considerar incluem, mas não estão limitados a, (i) concretização de negócios ("O quê"), ou seja, métricas quantitativas e qualitativas de desempenho financeiro, ajustado ao risco e não financeiro, e (ii) comportamento ("Como"), ou seja, considerações de cultura, conduta e controlo, tais como contributos qualitativos de funções de controlo ou sanções disciplinares. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nossos colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo. Para ambas as partes da RV, utilizamos as ações do Deutsche Bank como instrumentos e como uma forma eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas.

Continuamos a ir para além dos requisitos regulamentares no que diz respeito ao âmbito e ao montante de RV que é diferida e aos nossos períodos mínimos de diferimento para certos grupos de colaboradores. A taxa e o período de diferimento são determinados com base na categorização de risco do colaborador, da divisão e da unidade de negócio. Quando aplicável, iniciamos o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50.000 euros ou que a RV excede 1/3 da RT. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. Os MRT estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a Direção), tal como requerido pelo InstVV. Para os MRT em Unidades de Negócio Importantes (MBU), aplicamos uma taxa de diferimento de pelo menos 50%. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros.

Além disso, os Diretores e Diretores Executivos do Corporate Bank (CB), Investment Bank (IB) ou Capital Release Unit (CRU) estão sujeitos a uma taxa de diferimento de da RV de 100% em relação a qualquer RV superior a 500.000 euros. Além disso, se o Pagamento Fixo para estes colaboradores exceder um valor de 500.000 euros, a RV é diferida.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores. Para os MRT, o período mínimo de diferimento foi aumentado de três para quatro anos, em conformidade com o requisito InstVV 4.0, aplicável a partir de 2021.

Visão geral sobre os tipos de prémio em 2021 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
Inicial: RV em numerário	Parcela inicial em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	MRT com RV ≥ 50.000 euros ou para os quais a RV excede 1/3 do RT: 50 % da RV inicial Não-MRT com RT 2021 ≤ 500.000 euros: 100% de RV inicial
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	Todos os MRT com RV ≥ 50.000 euros ou para os quais a RV excede 1/3 da VT Todos os colaboradores com RV em 2021 > 500.000 euros	N/A	Doze meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Parcela em numerário diferida	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção 1: 5 anos Outros: 3 anos	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção 1: 5 anos Outros: 3 anos	Doze meses para MRT	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

¹ Para efeitos dos pré prémios anuais do Ano de Desempenho de 2021, a Direção é definida como posições MB-1 da DB AG; Membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio; Membros do MB de Instituições Significativas; respetivas posições MB-1 com responsabilidade de gestão. Para as regras específicas de diferimento para o Conselho de Administração da DB AG, consultar o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração.

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade, supervisionadas pelo responsável de remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.

Ajustamento ex post de risco da remuneração variável

Em conformidade com os requisitos regulamentares relativos ao ajustamento ex post de risco da remuneração variável, acreditamos que uma visão a longo prazo sobre a conduta e o desempenho dos nossos colaboradores é um elemento-chave da RV diferida. Como resultado, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho do Grupo Deutsche Bank e das provisões de renúncia da remuneração variável concedida para o ano de desempenho de 2021

Provisão	Descrição	Perda de direitos
Solvência e liquidez	Se, no final do trimestre que precede a aquisição de direitos e a libertação, qualquer um dos seguintes valores for inferior a um limiar definido de apetência pelo risco: Rácio de capital CET1; Rácio de alavancagem; Rácio de adequação dos capitais económicos; Razão de cobertura de liquidez; Reservas de liquidez	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar / do Prémio Inicial em Ações, dependendo do limiar do apetite pelo risco e da medida em que a(s) condição(ões) de PBT do Grupo / Divisão é/são cumpridas
PBT do Grupo	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT do Grupo for negativo ¹	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT da Divisão forem cumpridas (se aplicável)
PBT de Divisão	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT da Divisão for negativo ¹	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT do Grupo forem cumpridas
Provisões para perda de direitos ²	<ul style="list-style-type: none"> - Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo - Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão - Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo - Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor 	Até 100% dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares; ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

¹ Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens relevantes de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis).

² Podem aplicar-se outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Decisões de remuneração para 2021

Considerações de final de ano e decisões para 2021

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o princípio geral e limitador da determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, a Direção tem de assegurar que as decisões de remuneração não sejam prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de recursos de liquidez do banco.

Devido ao enfoque contínuo na nossa estratégia e à dedicação dos nossos colaboradores, 2021 foi um ano de muito sucesso para o Deutsche Bank: Todas as nossas empresas tiveram um bom desempenho - especialmente se tivermos em conta a pandemia da COVID-19 e a transformação em curso do banco - e quase todos os custos de transformação previstos foram agora reconhecidos. Como resultado, somos consideravelmente mais rentáveis, com um lucro antes de impostos de 3,4 mil milhões de euros e um lucro líquido de 2,5 mil milhões de euros. Também fizemos mais progressos e continuamos a ser totalmente disciplinados quanto aos custos. Isto permite-nos construir bases firmes para uma rentabilidade sustentável, e estabelece o caminho para a fase final da nossa transformação anunciada.

Embora 2021 tenha sido um ano muito positivo para o Deutsche Bank, voltámos a aplicar uma abordagem prudente e virada para o futuro ao decidir sobre as estruturas de remuneração variável e de diferimento de 2021, sem perder de vista a necessidade de remunerar os nossos empregados de forma justa. Estas decisões são tomadas de acordo com o desempenho e em conformidade com as condições do mercado, e naturalmente dentro dos limites da acessibilidade económica. Mais uma vez, ao determinar o montante da RV baseada no desempenho no final do ano, exercemos mais moderação do que os resultados a nível do Grupo e da divisão teriam exigido. Tal como em anos anteriores, o SECC tem estado constantemente a monitorizar e a rever o impacto de potenciais prémios de capital de risco, não só no que diz respeito à nossa base de capital e liquidez, mas também tendo em conta os nossos ambiciosos objetivos de custos.

No contexto das considerações acima, o Conselho de Administração confirmou que o banco está em condições de conceder remuneração variável, incluindo um conjunto de RV baseada no desempenho no final do ano de 2,099 mil milhões de euros para 2021. A RV para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG foi determinada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado. No entanto, a mesma está incluída nos quadros e gráficos a seguir.

Como parte dos prémios de RV globais de 2021 atribuídos em março de 2022, a componente de RV do Grupo foi atribuída a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito no capítulo Quadro de remuneração do Grupo. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 77,5% para a componente de RV do Grupo em 2021 (2020: 72,5 %).

O aumento dos prémios da RV de 2021 em relação a 2020 é motivado por uma combinação de fatores. A melhoria do desempenho do Deutsche Bank tem um papel importante, com a composição da população do pessoal, incluindo a adição de funções de topo essenciais para a execução eficaz da nossa estratégia e certos efeitos cambiais que também têm impacto na dimensão relativa dos prémios da RV.

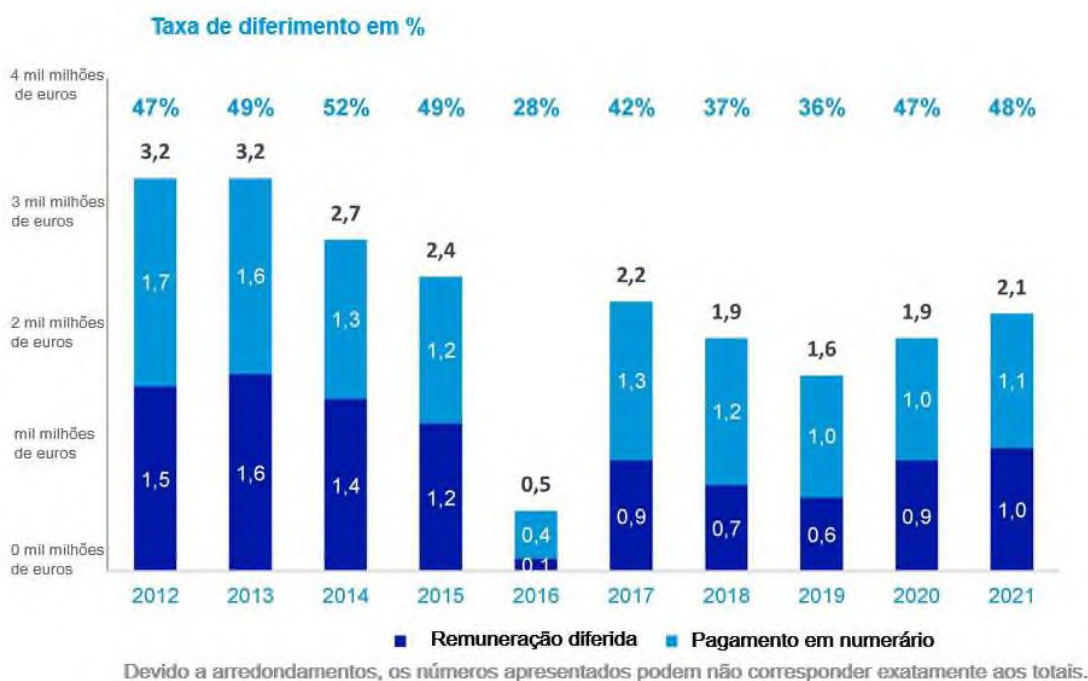
Prémios de compensação para 2021 – todos os colaboradores

	2021									2020	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	IB ³	CB ³	PB ³	AM ³	CRU ³	Funções de Controlo ³	Funções Corporativas ³	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	22	11	7.202	13.265	28.100	4.072	267	5.936	24.117	82.969	84.659
Remuneração total	7	79	2.215	1.280	2.471	762	100	662	2.342	9.912	10.119
Salário-base e subsídios	7	27	1.098	929	1.889	422	64	568	1.813	6.811	6.940
Despesas com pensões	0	8	63	80	154	39	5	49	139	537	554
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV	7	35	1.161	1.009	2.044	461	69	617	1.952	7.348	7.494
RV baseada no desempenho de fim de ano ⁴	0	40	1.018	188	249	230	23	37	315	2.099	1.857
Outra RV ⁴	0	1	5	7	45	57	0	2	19	135	286
Pagamentos por cessação de funções	0	3	31	77	133	15	8	7	57	330	482
RV baseada no desempenho segundo a Secção 2 do InstVV	0	44	1.054	271	427	301	31	46	390	2.564	2.625

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. FTE (equivalentes a tempo inteiro) a partir de 31 de dezembro de 2021.

- ² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Não são contabilizados para o número de colaboradores Total - Grupo. Os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna da divisão relevante). A remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG não está refletida no Total - Grupo.
- ³ O Conselho de Administração inclui os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management; CRU = Capital Release Unit. As Funções de Controlo incluem o Diretor de Risco, a Auditoria do Grupo, a Conformidade e o Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo nem integrada em qualquer divisão.
- ⁴ A RV baseada no desempenho no final do ano inclui a RV individual e do Grupo. Outra RV inclui outros compromissos contratuais de RV, tais como prémios de assinatura, prémios de retenção, prémios de reconhecimento, prémios de ações de desempenho (PSU-Award) do DWS e elementos específicos de RV para pessoal pautal e funcionários públicos. Inclui também benefícios marginais concedidos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável. A tabela não inclui novos prémios de substituição para novas contratações para direitos perdidos de anteriores colaboradores (buyouts).

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano) relatadas - todos os colaboradores



O Deutsche Bank continua a aplicar estruturas de diferimento que vão além do mínimo regulamentar, resultando numa taxa de diferimento global (todos os colaboradores, incluindo a população não-MRT) de 48% em 2021. Apenas para a população MRT, a taxa de diferimento ascende a 92%.

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1263 colaboradores foram identificados como MRT, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2021, comparativamente a 2298 colaboradores em 2020. Esta diminuição é atribuível ao reduzido número de MRT quantitativos (remunerados) em resultado dos novos limiares de remuneração aplicáveis na sequência de alterações regulamentares em 2021. O número de MRT do Grupo em 2021 ascende a 1.005 indivíduos. Além disso, 181 indivíduos foram identificados por Instituições Significativas e 129 indivíduos foram identificados por Outras Instituições de CRR. Os elementos de remuneração para todos os MRT do Grupo (contrariamente a 2020, em que foram incluídos tanto os MRT do Grupo como os MRT identificados pelas Instituições Significativas, e que também são reportados pelas respetivas entidades) são detalhados nas tabelas abaixo, de acordo com a Secção 16 do InstVV e o Artigo 450.º do CRR.

Remuneração para 2021 - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 1)

					2021	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹		Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	Direção ⁴	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
Número de MRT ⁵		22	11	118	807	958
Remuneração fixa total		7	35	134	529	704
dos quais: baseados em numerário		5	27	128	503	664
das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes		2	0	0	0	2
dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários		0	0	0	0	0
dos quais: outros instrumentos		0	0	0	0	0
das quais: outras formas		0	8	6	26	39
Número de MRT ⁵		0	11	114	803	928
Pagamento variável total ⁶		0	44	130	526	699
dos quais: baseados em numerário		0	23	62	266	351
do qual: diferido		0	21	50	221	292
das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes		0	21	56	254	330
do qual: diferido		0	21	47	219	287
dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários		0	0	11	7	18
do qual: diferido		0	0	9	5	14
dos quais: outros instrumentos		0	0	1	0	1
do qual: diferido		0	0	1	0	1
das quais: outras formas		0	0	0	0	0
do qual: diferido		0	0	0	0	0
Pagamento total		7	79	263	1.055	1.404

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

³ O Conselho de Administração inclui os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção é definida como posições DB AG MB-1 e membros com direitos de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio.

⁵ Beneficiários apenas (HC relatado para o Conselho de Fiscalização e Conselho de Administração, FTE relatados para a parte restante). Portanto, os totais não somam os 1.005 indivíduos identificados como MRT do Grupo.

⁶ O pagamento variável inclui a RV baseada no desempenho no final do ano do Deutsche Bank para 2021, outra RV e pagamentos por cessação de funções. Inclui também benefícios marginais concedidos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável. A tabela não inclui novos prêmios de substituição para novas contratações para direitos perdidos de anteriores colaboradores (buyouts).

Remuneração variável garantida e pagamentos por cessação de funções - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 2)

					2021	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹		Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	Direção ⁴	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
Prêmios de remuneração variável garantida						
Número de MRT ⁵		0	0	1	3	4
Montante total		0	0	0	3	3
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bônus		0	0	0	0	0
Pagamentos por cessação de funções concedidos em períodos anteriores, pagos durante o exercício financeiro						
Número de MRT ⁵		0	0	0	0	0
Montante total		0	0	0	0	0
Pagamentos por cessação de funções concedidos durante o exercício financeiro						
Número de MRT ⁵		0	1	6	28	35
Montante total ⁶		0	3	4	8	16
dos quais: pagos durante o exercício financeiro		0	2	3	8	13
do qual: diferido		0	2	2	0	3
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bônus		0	3	4	8	16

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

³ O Conselho de Administração inclui os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção é definida como posições DB AG MB-1 e membros com direitos de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio.

⁵ Beneficiários apenas (HC relatado para todas as categorias).

⁶ Os pagamentos por cessação de funções geralmente não são tidos em conta para o limite de bônus. O pagamento por cessação de funções único mais elevado efetuado em 2021 ascende a 3.462.111 euros.

Remuneração diferida - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 3)

2021

	Montante total da remuneração atribuída por períodos de desempenho anteriores	Do qual devido à aquisição de direitos durante o exercício financeiro	Do qual com aquisição de direitos nos exercícios financeiros seguintes	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos no exercício financeiro	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos ex post implícitos ⁵	Montante total da remuneração concedida antes do exercício financeiro efetivamente pago no exercício financeiro ⁶	Total do montante da remuneração diferida concedida pelo período de desempenho anterior que tenha sido adquirido mas que esteja sujeito a períodos de retenção
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹								
Conselho de Fiscalização ²	0	0	0	0	0	0	0	0
Baseados em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração ³	62	5	57	0	0	6	5	1
Baseados em numerário	25	4	22	0	0	0	4	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	37	1	36	0	0	6	1	1
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Direção ⁴	336	58	278	0	0	30	58	15
Baseados em numerário	172	38	134	0	0	0	38	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	150	19	131	0	0	29	19	15
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	12	1	11	0	0	0	1	1
Outros instrumentos	1	0	1	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros colaboradores que correm riscos materiais	1.319	292	1.027	1	2	111	289	67
Baseados em numerário	712	175	537	0	1	0	173	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	599	117	482	0	1	110	115	67
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	7	1	6	0	0	0	1	1
Outros instrumentos	1	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Montante total	1.717	355	1.362	1	2	147	352	84

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.³ O Conselho de Administração inclui os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.⁴ A Direção é definida como posições DB AG MB-1 e membros com direitos de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio.⁵ Alterações do valor da remuneração diferida devido às alterações de preços dos instrumentos.⁶ Definida como a remuneração concedida antes do exercício financeiro que foi adquirida no exercício financeiro (incluindo quando sujeita a um período de retenção).

Remuneração de colaboradores com rendimentos elevados - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 4)

em euros	2021	
	Número de indivíduos ¹	
Pagamento total ²		
1 000 000 a 1 499 999		234
1 500 000 a 1 999 999		115
2 000 000 a 2 499 999		56
2 500 000 a 2 999 999		33
3 000 000 a 3 499 999		19
3 500 000 a 3 999 999		19
4 000 000 a 4 499 999		9
4 500 000 a 4 999 999		4
5 000 000 a 5 999 999		10
6 000 000 a 6 999 999		6
7 000 000 a 7 999 999		8
8 000 000 a 8 999 999		3
9 000 000 to 9 999 999		3
10 000 000 to 10 999 999		1
Total		520

¹ Composto por MRT apenas (incluindo pessoas que saíram em 2021).

² Inclui todos os componentes de pagamentos fixos e RV (incluindo indemnizações). Os "buyouts" não estão incluídos.

No total, 520 MRT receberam um Pagamento Total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2021 (em comparação com 614 MRT em 2020). Esta diminuição é principalmente atribuível a um número reduzido de retenções e pagamentos por cessação de funções concedidos.

Prémios de compensação para 2021 - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 5)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Remuneração do Órgão de gestão			Áreas de negócio							Total	
	Conselho de Administração ²	Conselho de Administração ²	Órgão de Gestão Total	IB ²	CB ²	PB ²	AM ²	CRU ²	Funções corporativas ²	Funções de controlo interno independente ²		
Número total de colaboradores que correm riscos materiais³												958
dos quais: Organismo de gestão	22	11	33	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
dos quais: Direção ⁴	N/A	N/A	N/A	20	18	7	5	5	55	8		118
dos quais: Outros colaboradores que correm riscos materiais	N/A	N/A	N/A	465	73	76	15	20	117	41		807
Pagamento total aos colaboradores que correm riscos materiais	7	79	86	861	87	98	41	25	169	36		1.404
dos quais: pagamento variável ⁵	-	44	44	462	41	44	27	9	64	9		699
dos quais: pagamento fixo	7	35	42	399	46	54	15	16	105	27		704

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, o Conselho de Administração inclui os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management; CRU = Capital Release Unit. As Funções de Controlo incluem o Diretor de Risco, a Auditoria do Grupo, a Conformidade e o Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo nem integrada em qualquer divisão.

³ HC relatado para o Conselho de Fiscalização e Conselho de Administração, FTE relatados para a parte restante. Portanto, os totais não somam os 1,005 indivíduos identificados como MRT do Grupo.

⁴ A Direção é definida como posições DB AG MB-1 e membros com direitos de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio.

⁵ O pagamento variável inclui a RV baseada no desempenho no final do ano do Deutsche Bank para 2021, outra RV e pagamentos por cessação de funções. Inclui também benefícios marginais concedidos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável. A tabela não inclui novos prémios de substituição para novas contratações para direitos perdidos de anteriores colaboradores (buyouts).

4-

Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

449	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
461	Relato e Transparência
461	Operações com partes relacionadas
462	Auditoria e controlo
465	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, são apresentadas em 11 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos do Deutsche Bank AG e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por obter uma representação adequada das mulheres (informação mais pormenorizada na secção "Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género" nesta Declaração de Governo da Sociedade).

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

Foram nomeados, por um período de três anos, os seguintes membros do Conselho de Administração:

- Rebecca Short com efeito a partir de 1 de maio de 2021
- Olivier Vigneron com efeito a partir de 20 de maio de 2022.

O seguinte membro deixou o Conselho de Administração:

- Frank Kuhnke a partir de 30 de abril de 2021.

Além disso, em março de 2021, Stuart Lewis informou o Conselho de Fiscalização da sua decisão de se reformar após a Assembleia-Geral Anual em maio de 2022.

São fornecidas as seguintes informações relativas aos membros atuais do Conselho de Administração, nomeadamente, o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira, assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade, de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização legalmente previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Grupo Deutsche Bank.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2026

Christian Sewing tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015, e é o nosso Diretor Geral com efeitos a partir de 8 de abril de 2018. É responsável pelo Conselho de Administração para as áreas de Communications & Corporate Social Responsibility (CSR), Investigação e Auditoria de Grupo. Foi responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank até abril de 2021. Desde maio de 2021, o Sr. Sewing é responsável pelos Recursos Humanos.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2023

Karl von Rohr tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015 e Presidente em 8 de abril de 2018. É responsável no Conselho de Administração pelo Private Bank e Asset Management. É também Diretor Geral Regional (CEO) da Alemanha e também da região da EMEA (Europa, Médio, Oriente e África).

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De novembro de 2015 a novembro de 2019, foi o membro do Conselho de Administração responsável pelos Recursos Humanos e, até julho de 2020, foi responsável pela Área Jurídica, Group Governance e Government & Regulatory Affairs. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É Presidente do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA.

Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973
Data da primeira nomeação: 2019
Data de termo do mandato: 2022

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. Foi o nosso Diretor de Transformação e o membro do Conselho de Administração responsável pela Transformação e Recursos Humanos até abril de 2021. Desde maio de 2021, o Sr. Campelli é responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank e, desde agosto de 2021, também pelo Reino Unido e Irlanda.

Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Vice-diretor de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2022

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o nosso Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e é responsável pelos departamentos de informações, pelas áreas de infraestruturas e divisões de negócios, pelo departamento de tecnologia e pelo departamento de segurança. É também responsável pela Governança de Dados e Supervisão e Liquidação Comercial desde maio de 2021, bem como pela Nuvem e Inovação desde agosto de 2021.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

É membro do Conselho de Fiscalização do Bertelsmann SE & Co. KGaA.

É membro do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA.

Stuart Lewis

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2023

Stuart Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. É o Diretor de Risco responsável pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco não financeiro, Risco de mercado e Risco de liquidez, bem como pelas unidades de infraestruturas de risco. Foi responsável pelas áreas de Compliance, Anti-Financial Crime (AFC) e Business Selection and Conflicts Office até abril de 2021 e pela região do Reino Unido e Irlanda até julho de 2021.

Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres.

Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação. Desde 2017 que ocupa o cargo de Professor Convidado no Departamento de Finanças da London School of Economics.

James von Moltke

Ano de nascimento: 1969
Data da primeira nomeação: 2017
Data de termo do mandato: 2023

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017. É o nosso Diretor Financeiro e, nesta função, é responsável, entre outras coisas, pelas Finanças, Fiscalidade do Grupo, Tesouraria e Relações com os Investidores.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira na Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos me Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de fusões e aquisições corporativas em 2009 e, três anos mais tarde, tornou-se o Diretor Global de Planeamento Financeiro.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Alexander von zur Mühlen

Ano de nascimento: 1975
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2023

Alexander von zur Mühlen tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o nosso diretor regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. von zur Mühlen ingressou no Deutsche Bank em 1998 e, ao longo dos anos, desempenhou uma série de funções de gestão em Londres e Frankfurt, em nas divisões de infraestruturas e de negócio. De 2018 a 2020, foi responsável pelo desenvolvimento estratégico do Grupo e foi consultor do Diretor Geral (CEO). Antes disso, foi Codiretor da Global Capital Markets, com um enfoque regional na Ásia e Pacífico e na EMEA. De 2009 a 2017, foi Tesoureiro do Grupo.

Alexander von zur Mühlen é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola de Economia e Direito de Berlim.

O Sr. von zur Mühlen não ocupa qualquer cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Christiana Riley

Ano de nascimento: 1978
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2022

Christiana Riley tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É a nossa Diretora Regional das Américas.

A Sra. Riley ingressou no Deutsche Bank em 2006, onde foi recentemente Diretora Financeira do Corporate & Investment Bank. Anteriormente, tinha passado nove anos no grupo Strategy and Planning, que geriu entre 2011 e 2015. Anteriormente, a Sra. Riley trabalhou na consultora de gestão McKinsey & Company e no banco de investimento Greenhill & Co.

Licenciou-se cum laude em 2000 na Universidade de Princeton, na América, onde estudou Línguas Românticas, Literatura e Linguística. Estudou também na London Business School, no Reino Unido, onde concluiu um mestrado em administração de empresas em 2005.

A Sra. Riley é membro do Conselho de Fiscalização da Clearing House Payments Company LLC.

É Diretora Geral da DB USA Corporation.

Rebecca Short

Ano de nascimento: 1974
Data da primeira nomeação: 2021
Data de termo do mandato: 2024

Rebecca Short tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de maio de 2021. É a nossa Diretora de Transformação e o membro do Conselho de Administração responsável pela Transformação, Global Procurement e Capital Release Unit.

Anteriormente, tinha passado quase seis anos na área de Finanças como Diretora de Planeamento e Gestão de Desempenho do Grupo.

Entrou no Deutsche Bank no seu programa de pós-graduação em Auckland, em 1998. Mudou-se para Londres em 2000, para a área de Gestão do risco de crédito, onde passou 12 anos, anteriormente como Diretora Europeia de Corporações. Criou então uma nova equipa de risco, Análise e Relato de Risco Estratégico, em 2012, antes de passar para uma função de gestão central superior na área de Auditoria, em 2013, onde passou dois anos.

É licenciada em Finanças e Contabilidade pela Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia.

A Sra. Short não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Professor Dr. Stefan Simon

Ano de nascimento: 1969
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2023

O Professor Dr. Stefan Simon tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o nosso Diretor Administrativo (CAO) e é responsável pelos Assuntos Governamentais e Regulamentares, bem como pela área Jurídica e de Governança. Além disso, desde maio de 2021 é responsável pelas áreas de Conformidade, Combate aos crimes financeiros (AFC) e Business Selection and Conflicts Office, bem como pelos Testes e Garantia de Controlos desde agosto de 2021.

O Professor Dr. Simon ingressou no Deutsche Bank em 1 de agosto de 2019. Foi membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank entre agosto de 2016 e julho de 2019 e foi presidente do seu Comité de Integridade. É advogado e consultor fiscal e, entre 1997 e 2016, trabalhou na firma de advogados Gocke Schaumburg, da qual se tornou sócio em 2002. Desde 2008, é também Professor Honorário da Universidade de Colónia.

Estudou direito na Universidade de Colónia e aí obteve o seu doutoramento em 1998.

O Professor Dr. Simon é Presidente do Conselho Consultivo do Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. Trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da empresa. A organização internacional do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités, bem como as tarefas e perfis dos membros individuais estão sujeitos a requisitos regulamentares e estatutários específicos que detalham e complementam os regulamentos das leis para empresas relativos ao governo da sociedade. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), na portaria relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia (ABE) e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM) e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como nossa autoridade de supervisão. Em casos individuais, estes divergem das recomendações do Código de governo das sociedades alemão ("GCGC"). As tarefas do Conselho de Fiscalização, os preparativos e o seguimento das reuniões, bem como as regras gerais dos comités, estão definidas nos Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm). O número de reuniões realizadas durante o exercício financeiro é especificado no Relatório do Conselho Fiscalização.

Juntamente com o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização organiza um plano de sucessão a longo prazo: O Comité de Nomeação apoia o Comité do Presidente e o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao fazê-lo, o Comité prepara uma descrição da posição com um perfil de candidato e declara o compromisso de tempo esperado. São identificados os candidatos adequados, em alguns casos em colaboração com consultores de recrutamento externos, e são realizadas entrevistas estruturadas. Além deste plano de sucessão externo, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização mantêm uma lista de candidatos internos. O Comité de Nomeação e o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre o plano interno da sucessão e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Para a seleção dos candidatos adequados, externos e internos, o Comité de Nomeação tem em conta o equilíbrio e a diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração. Procura também promover a diversidade no Conselho de Administração, por exemplo, no que diz respeito ao sexo, nacionalidade e idade. No do trabalho do trabalho do Comité de Nomeação, o Comité do Presidente apresenta uma recomendação para a resolução do Conselho de Fiscalização. Com base nisto, o Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação dos membros do Conselho de Administração. Além de propostas para a nomeação de membros do Conselho de Administração, o Comité do Presidente também apresenta propostas para a destituição dos membros do Conselho de Administração. A decisão sobre tal destituição é da responsabilidade do Conselho de Fiscalização.

Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Além disso, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria de quaisquer deficiências identificadas regularmente, e no caso de deficiências graves, sem atrasos indevidos. O Presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves relacionadas com os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um regime de informação que especifica não só o relato ao Conselho de Fiscalização mas também, entre outras coisas, o relato de consultas e pedidos de informação dos funcionários da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com os membros do Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo, entre outros assuntos, sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank.

O presidente do Conselho de Administração entra em diálogo com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados nos estatutos do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização reúne-se regularmente sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comités, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a avaliação prescrita pela lei do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo 25.º D da Lei bancária alemã (KWG), que é também a autoavaliação do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo D.13 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC) em várias reuniões. A implementação concreta e o calendário da avaliação foram decididos e definidos nas reuniões do Comité de Nomeações em 16 de setembro de 2021 e 25 de outubro de 2021. Não foram contratados os serviços de qualquer consultor externo neste contexto. A avaliação foi realizada essencialmente com base em questionários exaustivos relativos ao trabalho do Conselho de Fiscalização, dos comités do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em entrevistas individuais realizadas pelos membros do Comité de Nomeações com os membros do Conselho de Administração e numa avaliação dos membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O debate final da avaliação teve lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 2 de fevereiro de 2022, e os resultados foram apresentados num relatório final. O Conselho de Fiscalização continua a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização tem 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes de acionistas e representantes de funcionários.

Em conformidade com os estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros individuais podem começar ou terminar em datas diferentes. De acordo com os Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização desde julho de 2020, os representantes dos acionistas são propostos à Assembleia-Geral para eleição por um período máximo de aproximadamente quatro anos, ou seja, até à conclusão da Assembleia-Geral que adote as resoluções relativas à ratificação dos atos de gestão para o terceiro exercício financeiro seguinte ao início do mandato, sendo que não é tomado em consideração o exercício em que se inicia o mandato.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 31 de maio de 2012 Data de termo do mandato: 2022	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Bayer AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comité dos Acionistas)
Ludwig Blomeyer-Bartenstein* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Porta-voz da Direção de Bremen, Deutsche Bank AG	Frowein & Co. Beteiligungs AG; Bürgschaftsbank Bremen GmbH (membro do Conselho de Administração)
Mayree Clark Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Membro do Conselho de Fiscalização	Ally Financial, Inc. (membro do Conselho de Administração), Allvue Systems Holdings, Inc. (membro do Conselho de Administração) (desde agosto de 2021)

<p>Jan Duscheck* Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2 de agosto de 2016 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Diretor do Grupo de Trabalho Nacional da Banca, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p>Dr. Gerhard Eschelbeck Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 18 de maio de 2007 Data de termo do mandato: 2022</p>	<p>Diretor de Segurança da Informação, Aurora Innovation, Inc.</p>	<p>Onapsis Inc. (membro do conselho de Administração); WootCloud Inc. (membro do Conselho de Administração)</p>
<p>Sigmar Gabriel Ano de nascimento: 1959 Nomeado pelo tribunal: 11 de março de 2020 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Ex-Ministro do Governo Federal alemão</p>	<p>GP Günter Papenburg AG; Siemens Energy AG</p>
<p>Timo Heider* Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG (Vice-Presidente)</p>
<p>Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 29 de Maio de 2008 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG</p>
<p>Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 10 de Junho de 2003 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p>Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 10 de Junho de 2003 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)</p>
<p>Detlef Polaschek* Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-presidente do Conselho de Fiscalização; membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p>Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H. (Vice-Presidente)</p>
<p>John Alexander Thain Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>Uber Technologies Inc. (membro do Conselho de Administração); Aperture Investors LLC (membro do Conselho de Administração); Pine Island Acquisition Corp. (Presidente do Conselho de Administração) (desde janeiro de 2021)</p>
<p>Michele Trogni Ano de nascimento: 1965</p>	<p>Parceiro Operacional, Eldridge</p>	<p>SE2 LLC (Presidente do Conselho de Administração); Horizon Acquisition Corporation (membro do Conselho de Administração) (até outubro de 2021)</p>

Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023		
Dr. Dagmar Valcárcel Ano de nascimento: 1966 Nomeado pelo tribunal: 1 de agosto de 2019 Data de termo do mandato: 2025	Membro do Conselho de Fiscalização	amedes Holding GmbH; Antin Infrastructure Partners S.A. (membro do Conselho de Administração (desde setembro de 2021))
Stefan Viertel* Ano de nascimento: 1964 Sucessão como membro suplente: 1 de janeiro de 2021** Data de termo do mandato: 2023	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Dr. Theodor Weimer Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025	Diretor Geral, Deutsche Börse AG (Bolsa Alemã)	Knorr Bremse AG
Frank Wemeke* Ano de nascimento: 1967 Nomeado pelo tribunal: 25 de novembro de 2021 Data de termo do mandato: 2023	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	ZDF Enterprises GmbH; membro do Conselho de Televisão da Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF); ver.di Vermögensgesellschaft m.b.H.
Professor Dr. Norbert Winkeljohann Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 1 de agosto de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Membro do Conselho de Fiscalização	Bayer AG (Presidente); Heristo AG (Presidente) (até janeiro de 2021); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert AG (Presidente); Bohnenkamp AG (Presidente)
Frank Witter Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 27 de maio de 2021 Data de termo do mandato: 2025	Membro do Conselho de Fiscalização	Traton SE; VfL Wolfsburg-Fußball GmbH (Presidente); NorthVolt AB (até julho de 2021); CGI Inc. (membro do Conselho de Administração (desde julho de 2021))

* Representantes dos colaboradores.

** O Sr. Viertel foi membro do Conselho de Fiscalização de 1 de agosto de 2010 a 23 de maio de 2013.

Em 19 de novembro de 2021, o Comitê de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank anunciou que recomendava propor Alexander Wynaendts para ser eleito para o Conselho de Fiscalização. De 2008 a 2020, foi Diretor Geral da Aegon N.V., uma instituição financeira europeia líder no fornecimento de seguros de vida, pensões e gestão de ativos. O Conselho de Fiscalização seguiu esta recomendação e tenciona propor aos acionistas na Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2022 a eleição do Sr. Wynaendts para o Conselho de Fiscalização. De acordo com e no seguimento desta eleição, os membros do Conselho de Fiscalização tencionam elegê-lo como Presidente.

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação

A composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar o controlo e aconselhamento eficazes e qualificados ao Conselho de Administração de um banco de funcionamento internacional, amplamente posicionado. Neste sentido, todos os seus membros devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das funções que lhes competem e os membros devem ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. Além disso, os membros devem ser capazes de dedicar tempo suficiente para cumprir os seus mandatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank, também no que diz respeito à observância dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

A adequação de cada membro individual para desempenhar o seu mandato é avaliada tanto internamente como externamente pelo Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização, bem como pelas autoridades reguladoras, determinada e monitorizada continuamente. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo de cada membro individual. Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho da sua função de controlo (adequação coletiva). A aprovação na avaliação de adequação e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato com o Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das suas tarefas.

Tal como definido no perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização, cada membro do Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento das áreas de especialização especificadas abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. O perfil de requisitos foi discutido pela última vez e subsequentemente adotado na reunião do Conselho de Fiscalização em 16 de dezembro de 2021, tendo havido uma expansão nos domínios de especialização para incluir a área de Ambiente, Social e Governança (ESG) e o combate ao branqueamento de capitais, bem como a prevenção do financiamento do terrorismo. Os peritos devem ter um vasto conhecimento especializado nas áreas individuais.

As áreas de especialização incluem, em particular, os campos listados abaixo:

- Conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros e setor financeiro, incluindo o mercado nacional e os mercados-chave do banco fora da Europa
- Conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expectativas de mercado e do ambiente operacional
- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Contabilidade (de acordo com as Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o Código Comercial alemão (HGB)) e auditorias das demonstrações financeiras anuais (especialista financeiro)
- Ambiental, Social e de Governança (ESG), bem como Responsabilidade Corporativa e Social (CSR), incluindo a elaboração de relatórios
- Tributação
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos
- Combate ao branqueamento de capitais e prevenção do financiamento do terrorismo
- Planeamento estratégico, estratégias de negócio e de risco, bem como a sua implementação
- Digitalização
- Tecnologias da informação (TI), sistemas de TI e segurança de TI
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expectativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa e governação
- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração (especialista em remuneração)
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções.

O Conselho de Fiscalização será composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes. Os seguintes representantes dos acionistas são independentes: Dr. Paul Achleitner, Sra. Mayree Clark, Dr. Gerhard Eschelbeck, Sr. Sigmar Gabriel, Sr. John Alexander Thain, Sra. Michele Trogni, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer,

Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Sr. Frank Witter. No exercício financeiro anterior, não havia antigos membros do Conselho de Administração no Conselho de Fiscalização.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subseqüentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

Para os membros do Conselho de Fiscalização eleitos ou nomeados após julho de 2020, o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 12 anos. Caso contrário, o membro do Conselho de Fiscalização do lado dos representantes dos acionistas não será considerado independente.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade ao propor membros para nomeação. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de cinco membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido, por exemplo, membros de Conselhos de Administração ou Diretores Gerais, ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subseqüentes para vagas no Conselho de Fiscalização, são incluídas mulheres qualificadas no processo. No final do exercício, três mulheres e sete homens eram membros do Conselho de Fiscalização, tanto do lado dos representantes dos colaboradores como dos representantes dos acionistas. Assim, a quota mínima estatutária de 30% tem vindo a ser cumprida há muitos anos.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 38 e 66 anos no final do exercício e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo. A duração da participação no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank variou entre menos de um ano e cerca de 19 anos no final do exercício financeiro.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, estudos germânicos ciência política e informática. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm).

Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Os conflitos de interesses materiais envolvendo um membro do Conselho de Fiscalização que não sejam meramente temporários resultarão na cessação do mandato desse membro do Conselho de Fiscalização. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização permitidos de acordo com o artigo 25.º-D da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes. Estes requisitos foram cumpridos no exercício financeiro anterior.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comitês do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização criou oito comissões especializadas permanentes. Comitê do Presidente, Comitê de Nomeações, Comitê de Auditoria, Comitê de Risco, Comitê de Integridade, Comitê de Controlo de Remunerações, Comitê de Estratégia e Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação. Na medida necessária, os comitês coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comitês reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês. As tarefas e outros detalhes dos comitês especializados permanentes são regulados em Termos de Referência separados. As versões atuais estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Os membros dos comitês estão listados abaixo:

Comitê do Presidente: Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske (até 26 de setembro de 2021), Detlef Polaschek, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comitê de Nomeações: Mayree Clark, (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske (até 26 de setembro de 2021), Detlef Polaschek, Gerd Alexander Schütz (até 28 de janeiro de 2021), Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021), Professor Dr. Norbert Winkeljohann (desde 3 de fevereiro de 2021)

Comitê de Auditoria: Professor Dr. Norbert Winkeljohann (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Detlef Polaschek, Bernd Rose, Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel (desde 29 de julho de 2021), Dr. Theodor Weimer, Frank Witter (desde 29 de julho de 2021)

Comitê de Risco: Mayree Clark (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Jan Duscheck, Michele Trogni, Stefan Viertel, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comitê de Integridade: Dr. Dagmar Valcárcel (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Sigmar Gabriel, Timo Heider, Gabriele Platscher

Comitê de Controlo de Remunerações: Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske (até 26 de setembro de 2021), Dr. Gerhard Eschelbeck (desde 3 de fevereiro de 2021), Detlef Polaschek, Bernd Rose, Gerd Alexander Schütz (até 1 de fevereiro de 2021), Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021)

Comitê de Estratégia: John Alexander Thain (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske (até 26 de setembro de 2021), Mayree Clark, Timo Heider, Henriette Mark, Detlef Polaschek, Michele Trogni, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021)

Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação: Michele Trogni (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck, Dr. Gerhard Eschelbeck, Timo Heider (desde 29 de julho de 2021), Martina Klee, Bernd Rose, Frank Witter (desde 29 de julho de 2021)

O Relatório do Conselho de Fiscalização fornece informações sobre o trabalho específico desenvolvido pelos comitês durante o exercício financeiro anterior. Para além destes oito comitês especializados permanentes, existe ainda o Comitê de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços. O Comitê de Mediação apenas se reúne se for necessário. Os seus membros são: Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske (até 26 de setembro de 2021), Detlef Polaschek, Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos planos de ações para funcionários, consulte a Nota 33 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração: Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização: Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prêmios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Dr. Paul Achleitner	145.000	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	4.631	2.739 ¹
Mayree Clark	109.444	0
Jan Duscheck	0	0
Dr. Gerhard Eschelbeck	0	0
Sigmar Gabriel	0	0
Timo Heider	0	0
Martina Klee	2.621	10
Henriette Mark	1.524	0
Gabriele Platscher	1.615	10
Detlef Polaschek	693	10
Bernd Rose	0	0
John Alexander Thain	100.000	0
Michele Trogni	15.000	0
Dr. Dagmar Valcárcel	0	0
Stefan Viertel	1.007	0
Dr. Theodor Weimer	108.000	0
Frank Werneke	0	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	0	0
Frank Witter	0	0
Total	489.535	2.769

¹ Prêmio restrito em ações. Blomeyer-Bartenstein tem um direito relacionado com 2739 ações através de prêmios restritos em ações como parte da sua remuneração variável. Estas são devidas entre 2022 e 2026.

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 489.535 ações, ascendendo a menos de 0,02 % das nossas ações na presente Declaração de Governo da Sociedade.

Conforme listado na coluna "Número de prêmios em ações" no quadro, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prêmios correspondentes concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan, que está programado para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2022, bem como prêmios restritos em ações (prêmios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Estes últimos estão marcados separadamente no quadro e todos os detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração são apresentados na secção "Relatório de remuneração dos colaboradores".

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização", 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em numerário, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank AG em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do exercício seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 "Operações com partes relacionadas".

Auditoria e controlo

Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do Comité de Auditoria são "especialistas financeiros do Comité de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr. Paul Achleitner, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter. Estes especialistas financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos da Secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, Presidente do Comité de Controlo de Remunerações e o Dr. Dagmar Valcárcel preenchem os requisitos da secção 25d (12) da Lei Bancária Alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco como especialistas de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações".

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O código de conduta do Grupo Deutsche Bank determina a finalidade, os valores e as convicções do Deutsche Bank, bem como os padrões mínimos de conduta que esperamos que todos os membros do nosso Conselho de Administração e colaboradores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. Além disso, o Código é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, o presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank e o diretor financeiro, bem como outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2021.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governança do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governança do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY") foi o nosso principal auditor externo para os exercícios de 2020 e 2021, respetivamente.

As tabelas abaixo apresentam o total dos honorários cobrados para cada um dos dois últimos exercícios pela EY em cada uma das seguintes categorias: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Honorários cobrados pela EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2021	2020
Honorários por serviços de auditoria	54	53
Honorários relacionados com auditoria	8	5
Honorários por serviços de consultoria fiscal	1	0
Todas as outras comissões	1	0
Total de comissões	64	58

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria do DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentadas da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 54 milhões de euros em 2021, em comparação com 53 milhões de euros em 2020, os honorários relacionados com auditoria foram de 8 milhões de euros em 2021, em comparação com 5 milhões de euros em 2020, as comissões com impostos foram de 1 milhão de euros em 2021, em comparação com 0 milhões de euros em 2020, e todas as outras comissões foram de 1 milhão de euros em 2021, em comparação com 0 milhões de euros em 2020.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja

relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comitê de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comitê de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comitê de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comitê de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2020 e 2021, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2021)

Ao atualizar a declaração de conformidade emitida pela última vez em 30 de outubro de 2020, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG aprovaram a seguinte declaração de conformidade em 29 de outubro de 2021.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

1. A última Declaração de Conformidade foi publicada em 30 de outubro de 2020. A partir desta data, o Deutsche Bank Aktiengesellschaft cumpriu as recomendações da "Comissão Governamental do Código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 16 de dezembro de 2019, e publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 20 de março de 2020, com os seguintes desvios: O Deutsche Bank Aktiengesellschaft desviou-se da recomendação G.1, primeiro ponto, segundo a qual o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração - entre outras coisas - deve definir "o montante que a remuneração total não deve exceder (remuneração máxima)." Embora o sistema de remuneração tenha previsto uma remuneração máxima, esta não incluía os custos de serviço das contribuições para o plano de pensões da empresa para os membros do Conselho de Administração.

Por resolução do Conselho de Fiscalização de 3 de fevereiro de 2021, aprovada pela Assembleia-Geral de 27 de maio de 2021, no que respeita ao sistema de remuneração, a remuneração máxima foi ajustada em conformidade com o Código com efeito retroativo a partir de 1 de janeiro de 2021, de modo que o banco tenha cumprido todas as recomendações do Código de governo das sociedades alemão aplicável às instituições de crédito desde então. O Código de governo das sociedades alemão limita a aplicabilidade das recomendações do código às instituições de crédito e às companhias de seguros, desde que as recomendações lhes sejam aplicáveis em exclusivo e que não existam disposições estatutárias em contrário. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft informou pela última vez sobre estes regulamentos estatutários e os efeitos para a Declaração de Conformidade na sua Declaração de Governo da Sociedade no Relatório Anual de 2020.

2. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft cumpre todas as recomendações que lhe são aplicáveis, cumprindo-as igualmente no futuro.

Frankfurt am Main, em outubro de 2021

Conselho de Administração
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft

Conselho de Fiscalização
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft"

Recomendações inaplicáveis do código devido à precedência das disposições estatutárias

De acordo com a recomendação do artigo F.4 do código de governo das sociedades alemão na versão de 16 de dezembro de 2019, as empresas sujeitas a regulamentos jurídicos especiais devem especificar na Declaração de Governo da Sociedade quais as recomendações do código que não eram aplicáveis devido a cláusulas legais preponderantes.

No que respeita ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft, isto aplica-se atualmente à recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão, na versão de 16 de dezembro de 2019, que estabelece que o Conselho de Fiscalização deve constituir um Comité de Nomeações composto exclusivamente por representantes dos acionistas.

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, enquanto Instituição de Crédito supervisionada, está sujeito aos regulamentos jurídicos especiais da Lei Bancária Alemã (KWG). O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft deve criar um Comité de Nomeações, de acordo com o nº 11 do artigo 25º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), cuja função é apoiar o Conselho de Fiscalização nas seguintes tarefas:

- Identificar candidatos a preencher uma posição no Conselho de Administração e preparar propostas para a eleição de membros do Conselho de Fiscalização;
- Elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente; e
- Analisar os princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para o nível superior de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito.

O Comité de Nomeações a estabelecer em conformidade com a Lei Bancária Alemã (KWG) tem, por conseguinte, numerosas tarefas que vão além da preparação das propostas eleitorais para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. A exclusão geral dos representantes dos colaboradores do Conselho de Fiscalização da composição num comité só é admissível, de acordo com o parecer prevaemente, se houver uma razão material para tal. Ainda que possa existir uma tal razão material para um comité que apenas lida com a preparação das propostas a apresentar à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes dos acionistas, não existe uma justificação para a exclusão dos representantes dos colaboradores para um comité de nomeações com o leque de tarefas que lhe são atribuídas pela Lei Bancária Alemã (KWG). Devido ao leque de tarefas obrigatórias do Comité de Nomeações estipulado pela Lei Bancária Alemã (KWG) e à inadmissibilidade de discriminar representantes dos colaboradores na composição dos comités, a recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão não é aplicável ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft. Contudo, de modo a ter em conta esta recomendação, o nº 3 do artigo 2.º dos termos de referência do Comité de Nomeações prevê que as propostas de eleição para a Assembleia-Geral sejam elaboradas apenas pelos representantes dos acionistas do Comité de Nomeações.

Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 30 %. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

Em 27 de julho de 2017, o Conselho de Fiscalização definiu um objetivo de, pelo menos, 20% de membros do sexo feminino no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres. Quando a decisão foi tomada, duas mulheres eram membros do Conselho de Administração. No final do exercício e à data da presente declaração, há duas mulheres no Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, Christiana Riley e Rebecca Short.

Em conformidade com as condições de enquadramento legal e com base na própria estratégia do banco sobre diversidade e inclusão em 4 de maio de 2021, o Conselho de Administração renovou os seus objetivos para a representação das mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração: Estes objetivos são agora de pelo menos 30% ao primeiro nível de gestão e pelo menos 30% ao segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração, e deverão ser alcançados até 31 de dezembro de 2025. Estes objetivos foram também anunciados no Sustainability Deep Dive do banco em 20 de maio

de 2021. O Deutsche Bank acredita que um melhor equilíbrio entre os gêneros nos cargos de liderança contribuirá significativamente para o sucesso futuro do banco e, por conseguinte, estabelecerá objetivos mais ambiciosos.

A população do primeiro nível de gestão abrange os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e aos gestores com responsabilidades comparáveis. A população do segundo nível de gestão abrange os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

Implementar a legislação relativa à quota de gênero alemã no Deutsche Bank AG

em % (exceto se indicado em contrário)	Estado em 31 dez. 2020	Estado em 31 dez. 2021	Objetivo para 31 dez. 2020	Objetivo para 30 jun. 2022
Mulheres no Conselho de Fiscalização	30,0%	30,0%	30,0%	-
Mulheres no Conselho de Administração	10,0%	20,0%	-	20,0%
Primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	20,0%	20,0%	20,0%	-
Segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	23,9%	27,5%	25,0%	-

¹ Requisito legal.

² Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

Em 31 de dezembro de 2021, a proporção de mulheres é de 20% (2020: 20%) no primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e de 27,5 % (2020: 23,9 %) no segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração.

As condições-chave mudaram desde que o objetivo foi definido em setembro de 2015 para a percentagem de mulheres nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração. Estas alterações incluem o programa de transformação do banco aprovado em julho de 2019, bem como as nossas decisões relativas à IPO da DWS e à fusão do DB Privat-und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG. Adicionalmente, o nosso programa de redução de custos extensivo impôs restrições à contratação e nomeações nestes dois níveis. Na verdade, o número de colaboradores já relativamente reduzido nos dois níveis a seguir ao Conselho de Administração diminuiu ainda mais no período desde setembro de 2015, cerca de 36% (2020: 36 %). Pequenas variações nos números absolutos conduziram a flutuações relativamente elevadas em termos de percentagens.

Embora o nosso compromisso de aumentar a representação das mulheres em posições de liderança sénior seja global, a nossa implementação é local. Cada região, cada empresa tem a suas próprias necessidade de diversidade e inclusão porque as culturas e os atuais desafios sociais diferem entre os diferentes países e as diferentes áreas de negócio. No entanto, o Conselho de Administração continua empenhado nestas metas e está a desenvolver iniciativas centradas para acelerar a mudança. Essas iniciativas têm impacto no ciclo de vida completo dos colaboradores e abrangem a atração, o desenvolvimento, a retenção e a promoção de talentos.

No âmbito deste enquadramento, as nossas decisões sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro. Em consonância com o nosso conceito de diversidade básica, também levamos em conta os conhecimentos e as competências necessárias para o correto desempenho das tarefas e a experiência necessária dos colaboradores para a composição dos dois níveis abaixo do Conselho de administração.

Conceito de diversidade

Enquanto parte integral da nossa estratégia como banco líder na Europa com um alcance global e um sólido mercado nacional na Alemanha, a Diversidade é um fator decisivo para o nosso sucesso. A Diversidade e inclusão ajudam o Deutsche Bank a formar relações sustentáveis com os nossos clientes e parceiros e a participar nas sociedades onde praticamos a nossa atividade.

A idade, o gênero e o histórico educativo e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do nosso entendimento mais abrangente de Diversidade no Deutsche Bank.

Estamos convictos de que a Diversidade e inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e nos ajudam a tomar decisões mais equilibradas e, assim, desempenham um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade e inclusão. Em conformidade com os nossos valores e convicções especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos termos de referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de Diversidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e

ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

Em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG atualizou a orientação de adequação para a seleção de membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a qual também contém princípios de diversidade. A orientação de adequação implementa as "orientações relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave" publicadas conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização e a sua implementação são descritos acima na secção "Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação".

Conceito de diversidade e planeamento de sucessões para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que coletivamente têm conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos nossos objetivos acima indicados. Além disso, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração devem assegurar o planeamento da sucessão a longo prazo.

Por resolução do Conselho de Fiscalização, o Conselho de Administração deve ser composto por, pelo menos, 20% de mulheres até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

Em geral, um membro do Conselho de Administração não deverá, no final do seu mandato, ter idade superior à idade normal de reforma, de acordo com as regras do regime de seguro de pensão obrigatório aplicável na Alemanha para o segurado de longa duração requerer uma pensão de reforma antecipada.

Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou perfis de candidatos para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Estes perfis têm em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente. O Conselho de Administração analisa planos de sucessão para posições do Conselho de Administração, tanto a nível individual como coletivo. Os planos de sucessões são revistos e os candidatos à sucessão são discutidos em pormenor com base no potencial, liderança, aptidão e idoneidade. Uma vez que a diversidade de género é um aspeto fundamental para o Deutsche Bank, no que respeita à sucessão, são aplicadas métricas e análises de dados para apoiar este processo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, estes planos são submetidos ao Comité de Nomeações e ao Conselho de Fiscalização, em princípio, numa reunião para deliberação alargada.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2021

No final do exercício financeiro, o Conselho de Administração era composto por duas mulheres (20%) e nove homens. O objetivo de 20% dos membros ou duas mulheres traçado para 30 de junho de 2022 para o Conselho de Administração foi atingido. A partir da data desta declaração de governação da sociedade, o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG incluía duas mulheres e oito homens..

A estrutura etária é diversificada, variando entre os 43 e os 56 anos de idade a partir da data da presente declaração de governo da sociedade. À data da declaração de governação da sociedade, a duração da experiência enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de nove anos.

Também tendo em mente a nossa estratégia de sermos um banco líder na Europa com um alcance global e um mercado nacional sólido na Alemanha, seis dos dez membros do Conselho de Administração têm um histórico alemão, à data da presente declaração de governação da sociedade. Os outros membros do Conselho de Administração provêm de Itália, do Reino Unido, da Nova Zelândia e dos EUA. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração, atualmente, não reflete toda a diversidade dos mercados onde praticamos a nossa atividade ou a diversidade dos nossos colaboradores.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito, linguística e engenharia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade na secção "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:

Conselho de Administração" bem como no sítio Web do banco: www.db.com (Título "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

5-

Informações adicionais (não-auditadas)

471	Medidas financeiras não-GAAP
480	Declaração de aval
481	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
482	Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após os cupões AT1 como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas, respetivamente.

Os lucros (perdas) atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank após os cupões AT1 para os segmentos são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como lucros (perdas) excluindo os lucros (perdas) após impostos atribuíveis a participações minoritárias e após os cupões AT1, que são atribuídos a segmentos com base no capital próprio dos acionistas médio tangível atribuível dos acionistas. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 26% no exercício de 2021, 39% para 2020 e (100)% para 2019. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28 % para todos os períodos comunicados em 2021, 2020 e 2019.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.000	3.715	366	816	(1.364)	(1.143)	3.390
Lucros (prejuízos)	720	2.675	263	587	(982)	(754)	2.510
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	144	144
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	720	2.675	263	587	(982)	(898)	2.365
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	81	195	97	16	37	0	426
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	639	2.480	167	571	(1.019)	(898)	1.940
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.301	24.181	12.663	4.815	4.473	0	56.434
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ¹	721	1.087	1.256	2.889	96	0	6.049
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	9.580	23.094	11.408	1.926	4.377	0	50.385
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	6,2%	10,3%	1,3%	11,9%	(22,8)%	N/S	3,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	6,7%	10,7%	1,5%	29,7%	(23,3)%	N/S	3,8%

N/S – Não significativo

¹ Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	539	3.166	(99)	544	(2.200)	(929)	1.021
Lucros (prejuízos)	388	2.280	(71)	392	(1.584)	(780)	624
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	129	129
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	388	2.280	(71)	392	(1.584)	(909)	495
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	72	169	79	14	48	0	382
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	315	2.111	(151)	378	(1.632)	(909)	113
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.945	22.911	11.553	4.757	6.166	0	55.332
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ¹	603	1.133	1.255	2.993	142	(0)	6.127
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	9.341	21.777	10.298	1.764	6.024	0	49.205
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3,2%	9,2%	(1,3)%	7,9%	(26,5)%	N/S	0,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	3,4%	9,7%	(1,5)%	21,4%	(27,1)%	N/S	0,2%

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2019						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	86	496	(263)	468	(3.170)	(251)	(2.634)
Lucros (prejuízos)	62	357	(189)	337	(2.283)	(3.549)	(5.265)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	125	125
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	62	357	(189)	337	(2.283)	(3.673)	(5.390)
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	62	137	64	11	54	0	328
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	(0)	221	(253)	325	(2.337)	(3.673)	(5.718)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.340	21.736	11.663	4.865	7.253	4.314	60.170
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ¹	491	1.277	1.318	3.050	117	1.274	7.528
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	9.849	20.458	10.345	1.815	7.136	3.039	52.643
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(0,0)%	1,0%	(2,2)%	6,7%	(32,2)%	N/S	(9,5)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(0,0)%	1,1%	(2,4)%	17,9%	(32,8)%	N/S	(10,9)%

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

¹ Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

Rentabilidade após impostos ajustada (Grupo)

O Grupo considera que uma apresentação de rentabilidade após impostos ajustada facilita as comparações com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.940	113	(5.718)
Rubricas de receitas específicas	(73)	(30)	8
Encargos de transformação	1.003	490	1.145
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	5	0	1.037
Reestruturação e indemnizações	470	688	805
Ajustamentos fiscais	(392)	(313)	2.000
dos quais: Efeito fiscal das rubricas de ajustamento acima ¹	(393)	(321)	(839)
dos quais: Ajustamentos para efeitos relacionados com pagamentos baseados em ações	1	(29)	54
dos quais: Ajustamentos para ajustamentos de avaliação DTA	0	37	2.785
Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	2.952	947	(723)
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	50.385	49.205	52.643
Rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas	5,9%	1,9%	(1,4)%

¹Ajustes antes de impostos tributados a uma taxa de 28%.

Core Bank

O Core Bank representa o Grupo, excluindo a Capital Release Unit (CRU).

A tabela seguinte apresenta os resultados do Core Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	4.754	3.221	536
Lucros (prejuízos)	3.491	2.208	(2.982)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	144	129	125
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	3.347	2.079	(3.107)
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	388	334	274
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	2.959	1.745	(3.381)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	51.961	49.166	52.918
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis	5.953	5.985	7.411
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	46.008	43.181	45.507
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	5,7%	3,5%	(6,4)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	6,4%	4,0%	(7,4)%

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

A tabela seguinte apresenta uma reconciliação dos lucros (prejuízos) ajustados antes de impostos do Core Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Grupo	3.390	1.021	(2.634)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - CRU	(1.364)	(2.200)	(3.170)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Core Bank	4.754	3.221	536
Rubricas de receitas específicas	(74)	(38)	(108)
Encargos de transformação	945	328	635
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	5	0	1.037
Reestruturação e indemnizações	464	671	649
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos - Core Bank	6.093	4.182	2.749

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

Rentabilidade após impostos ajustada (Core Bank)

A tabela seguinte apresenta uma reconciliação da rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas do Core Bank.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	2.959	1.745	(3.381)
Rubricas de receitas específicas	(74)	(38)	(108)
Encargos de transformação	945	328	635
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	5	0	1.037
Reestruturação e indemnizações	464	671	649
Ajustamentos fiscais	(374)	(261)	2.219
dos quais: Efeito fiscal das rubricas de ajustamento acima ¹	(375)	(269)	(620)
dos quais: Ajustamentos para efeitos relacionados com pagamentos baseados em ações	1	(29)	54
dos quais: Ajustamentos para ajustamentos de avaliação DTA	0	37	2.785
Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	3.924	2.445	1.051
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	46.008	43.181	45.507
Rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas	8,5%	5,7%	2,3%

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual
¹ Ajustes antes de impostos tributados a uma taxa de 28%

Encargos de transformação

Os encargos de transformação são custos, incluídos em custos ajustados, diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da estratégia anunciada em 7 de julho de 2019 e com determinados custos relacionados com decisões incrementais ou aceleradas motivadas pelas alterações nas operações esperadas devido à pandemia da COVID-19. Tais encargos incluem a imparidade relacionada com a transformação de software e imóveis, a amortização acelerada de software e outros encargos de transformação, como cláusulas de contratos onerosas ou honorários legais e de consultoria relacionadas com a execução da estratégia. O quadro representa os encargos de transformação por categoria de custos.

em milhões de euros	2021	2020	2019
Remunerações e benefícios	8	8	0
Tecnologias de informação	689	257	977
Serviços profissionais	35	18	12
Ocupação	258	196	137
Comunicação, serviços de dados, marketing	4	7	0
Outros	8	4	18
Encargos de transformação	1.003	490	1.145

Custos ajustados

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais. Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) de encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e separação de gastos operacionais (no total referidas como custos não operacionais) excl. juros, ao abrigo das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais. Para mostrar o desenvolvimento das iniciativas de custos, excluindo os custos que estão diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da estratégia anunciada em 7 de julho de 2019, o Grupo também apresenta os custos ajustados excluindo os encargos de transformação, em que os encargos de transformação acima descritos são deduzidos dos custos ajustados.

O BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank operou a plataforma até que os clientes pudessem migrar para o BNP Paribas, no final de 2021. As despesas do negócio transferido foram elegíveis para reembolso pelo BNP Paribas. Para mostrar o desenvolvimento das iniciativas de custos excluindo não só encargos de transformação, mas também estas despesas reembolsáveis elegíveis, o Grupo apresenta também custos ajustados, excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance.

							2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.153	5.830	7.423	1.664	1.432	1.004	21.505
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Encargos com litígios, valor líquido	2	99	134	2	230	1	466
Reestruturação e indemnização	111	87	237	21	6	7	470
Custos ajustados	4.036	5.644	7.051	1.641	1.195	996	20.564
Encargos de transformação	58	60	221	3	57	603	1.003
Custos ajustados ex. encargos de transformação	3.978	5.584	6.830	1.638	1.138	393	19.561
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							302
Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							19.259

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.243	5.418	7.513	1.526	1.947	568	21.216
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Encargos com litígios, valor líquido	99	20	83	(1)	25	(67)	158
Reestruturação e indemnização	79	26	520	37	17	10	688
Custos ajustados	4.066	5.373	6.911	1.490	1.905	625	20.370
Encargos de transformação	59	84	122	5	162	58	490
Custos ajustados ex. encargos de transformação	4.007	5.289	6.788	1.485	1.743	567	19.880
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							360
Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							19.520

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.877	6.397	8.159	1.711	3.400	531	25.076
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Encargos com litígios, valor líquido	(4)	135	(21)	(5)	129	238	473
Reestruturação e indemnização	150	218	156	41	157	83	805
Custos ajustados	4.239	6.044	7.479	1.675	3.115	209	22.761
Encargos de transformação	160	211	190	30	510	43	1.145
Custos ajustados ex. encargos de transformação	4.079	5.832	7.290	1.644	2.605	166	21.616
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							102
Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							21.514

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

Receitas excluindo rubricas específicas

As receitas excluindo rubricas específicas são um indicador de desempenho que é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável às receitas líquidas da medida financeira das IFRS. As receitas excluindo rubricas específicas são calculadas ajustando as receitas líquidas nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas que, em geral, não se enquadram na natureza ou no âmbito de atividade habituais e que são suscetíveis de falsear uma avaliação exata do desempenho operacional das divisões. Os elementos excluídos são o ajustamento da avaliação de dívida (AAD) e transações ou eventos significativos que sejam de natureza única ou pertençam a uma carteira de transações ou eventos relacionados, em que o impacto P&L se limite a um período específico de tempo. O Grupo acredita que a apresentação de receitas líquidas, excluindo o impacto destas rubricas, proporciona uma descrição mais significativa das receitas associadas aos negócios.

	2021						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	5.150	9.631	8.234	2.708	26	(339)	25.410
AAD	0	(28)	0	0	(2)	0	(30)
Venda de sistemas PB à TCS	0	0	0	0	0	0	0
Alteração da avaliação de um investimento							
- FIC S&T	0	0	0	0	0	0	0
Sal. Negociação de Oppenheim - International Private Bank (IPB)	0	0	103	0	0	0	103
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	(28)	103	0	(2)	0	73
Receitas excluindo rubricas específicas	5.150	9.659	8.132	2.708	28	(339)	25.337

	2020						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	5.146	9.286	8.126	2.229	(225)	(534)	24.028
AAD	0	6	0	0	(8)	0	(2)
Venda de sistemas PB à TCS	(16)	0	(88)	0	0	0	(104)
Alteração da avaliação de um investimento							
- FIC S&T	0	22	0	0	0	0	22
Sal. Negociação de Oppenheim - International Private Bank (IPB)	0	0	114	0	0	0	114
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	(16)	28	26	0	(8)	0	30
Receitas excluindo rubricas específicas	5.161	9.258	8.100	2.229	(217)	(534)	23.998

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

	2019						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	5.247	7.023	8.239	2.332	217	107	23.165
AAD	0	(140)	0	0	(35)	0	(175)
Venda de sistemas PB à TCS	0	0	0	0	0	0	0
Alteração da avaliação de um investimento - FIC S&T	0	143	0	0	0	0	143
Sal. Negociação de Oppenheim - International Private Bank (IPB)	0	0	105	0	0	0	105
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	(81)	0	(81)
Total de rubricas de receitas específicas	0	3	105	0	(116)	0	(8)
Receitas excluindo rubricas específicas	5.247	7.020	8.134	2.332	332	107	23.173

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

Receitas numa base ajustada à moeda

As receitas numa base ajustada à moeda são calculadas através da conversão em euros das receitas de períodos anteriores que foram geradas em moedas não euro às taxas de câmbio que prevaleceram durante o período do ano corrente. Estes números ajustados e as respetivas alterações percentuais período a período destinam-se a fornecer informações sobre o desenvolvimento dos volumes de negócio subjacentes.

Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos

Os lucros (perdas) ajustados antes dos impostos são calculados ajustando os lucros (prejuízos) antes dos impostos nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas, encargos de transformação, imparidades do goodwill e outros ativos intangíveis, bem como as despesas de reestruturação e de indemnizações. O Grupo acredita que a apresentação de lucros (perdas) antes dos impostos, excluindo o impacto das rubricas acima proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais.

							2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.000	3.715	366	816	(1.364)	(1.143)	3.390
Rubricas de receitas específicas	0	28	(103)	0	2	0	(73)
Encargos de transformação	58	60	221	3	57	603	1.003
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Reestruturação e indemnizações	111	87	237	21	6	7	470
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	1.174	3.891	721	840	(1.298)	(532)	4.795

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	539	3.166	(99)	544	(2.200)	(929)	1.021
Rubricas de receitas específicas	16	(28)	(26)	0	8	0	(30)
Encargos de transformação	59	84	122	5	162	58	490
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e indemnizações	79	26	520	37	17	10	688
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	692	3.247	518	586	(2.013)	(861)	2.169

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	86	496	(263)	468	(3.170)	(251)	(2.634)
Rubricas de receitas específicas	0	(3)	(105)	0	116	0	8
Encargos de transformação	160	211	190	30	510	43	1.145
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Reestruturação e indemnizações	150	218	156	41	157	83	805
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	888	924	522	540	(2.388)	(124)	361

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

Ajustamentos relativos à decisão do BGH sobre acordos de preços para o Private Bank

No segundo trimestre de 2021, o banco introduziu uma divulgação pró-forma, que é uma medida financeira não-GAAP, que exclui os impactos relacionados com uma decisão do BGH sobre acordos de preços das receitas do PB, lucros antes de impostos e rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos). O banco introduziu esta divulgação para melhorar a comparabilidade das tendências operacionais do PB em comparação com os trimestres anteriores.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019
Receitas líquidas	8.234	8.126	8.239
Decisão do BGH sobre acordos de preços - impacto das receitas perdidas	154	–	–
dos quais: Private Bank Alemanha - decisão do BGH sobre acordos de preços - impacto das receitas perdidas	152	–	–
Receitas líquidas ex decisão do BGH sobre acordos de preços	8.388	8.126	8.239
dos quais: Private Bank Alemanha receitas líquidas ex decisão do BGH sobre acordos de preços	5.160	4.989	5.109
Rubricas específicas das receitas	(103)	(26)	(105)
Receitas líquidas ex rubricas específicas ex decisão do BGH sobre acordos de preços	8.285	8.100	8.134
incluindo: Private Bank Alemanha - receitas ex rubricas específicas ex decisão do BGH sobre acordos de preços	5.160	5.077	5.109
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	721	518	522
Decisão do BGH - impacto total	284	–	–
dos quais: impacto das receitas perdidas	154	–	–
dos quais: impacto dos custos adicionais ajustados	2	–	–
dos quais: impacto dos encargos com litígios	128	–	–
Lucro (prejuízo) ajustado antes de impostos ex decisão do BGH sobre acordos de preços	1.005	518	522
Lucros (prejuízos) ajustados ex decisão do BGH sobre acordos de preços	724	373	376
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	–	–	–
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	97	79	64
Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank ex decisão do BGH sobre acordos de preços	627	293	312
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	11.408	10.298	10.345
RoTE após impostos ajustado ex decisão do BGH sobre acordos de preços (em %)	5,5%	2,8%	3,0%
RoTE após impostos relatado (em %)	1,5%	(1,5)%	(2,4)%

Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019
Total do ativo	1.324	1.325	1.298
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de cobertura)	239	266	266
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida / paga	65	83	74
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	2	1	1
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	15	12	10
Ativos líquidos (ajustados)	1.002	963	946

Valor contábilístico e valor contábilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contábilístico por ação básica em circulação e o valor contábilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contábilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contábilístico tangível

representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	58.027	54.786	55.857	3.242	6	(1.071)	(2)
Goodwill e outros ativos intangíveis ¹	(6.079)	(5.997)	(6.254)	(82)	1	257	(4)
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	51.949	48.789	49.603	3.160	6	(815)	(2)

¹ Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2021	2020	2019	Aumento (diminuição) em 2021 relativamente a 2020		Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Número de ações	2.066,8	2.066,8	2.066,8	0	0	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(0,7)	(1,3)	(0,7)	0,6	(47,7)	(0,6)	94,0
Prêmios em ações com direitos adquiridos	34,5	38,6	52,4	(4,1)	(10,7)	(13,8)	(26,3)
Ações básicas em circulação	2.100,6	2.104,1	2.118,5	(3,5)	(0,2)	(14,4)	(0,7)
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	27,62	26,04	26,37	1,58	6,1	(0,33)	(1,3)
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	24,73	23,19	23,41	1,54	6,6	(0,22)	(0,9)

Medidas regulamentares fully loaded

Os nossos ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, como atualmente aplicável.

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na definição do CRR de fundos próprios (aplicáveis ao capital Tier 1 (AT1) adicional e ao capital Tier 2 (T2) adicional e em números baseados nos mesmos, incluindo capital Tier 1, o capital total e o rácio de alavancagem) numa base "fully loaded". Calculamos esses valores "fully loaded" excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável.

Os nossos números CET1 e RWA incluem os impactos transitórios de inclusão da IFRS 9 também nos números "fully-loaded", uma vez que é uma diferença insignificativa.

São aplicáveis regimes transitórios para os instrumentos AT1 e T2. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estão sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e estão a ser eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20 % em 2020 e 10 % em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava em emissão em 31 de dezembro de 2012), com a eliminação total da anterioridade a partir de 1 de janeiro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e T2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Assim, os instrumentos AT1 e T2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Para além de 2021, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e T2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. Temos quantidades imateriais de tais instrumentos pendentes no final do ano de 2021, o que praticamente elimina a diferença entre instrumentos AT1 e T2 "fully loaded" e "transitórios" a partir de 1 de janeiro de 2022.

Acreditamos que estes cálculos "fully-loaded" fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face a futuras normas de capital regulamentar conhecidas. Muitos dos nossos concorrentes têm descrito cálculos numa base "fully-loaded". No entanto os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar de tal forma que as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela concorrência.

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

DB International (Asia) Limited, Singapura

Deutsche Holdings (Grand Duchy) (anteriormente, Deutsche Holdings (Malta) S.à r.l.), Luxemburgo,

Deutsche Australia Limited, Sydney

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Morgan Grenfell Group Limited (anteriormente, Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company), Londres

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

norisbank GmbH, Bona

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

OOO "Deutsche Bank", Moscovo

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

PB Factoring GmbH, Bona

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2021	2020	2019	2018	2017
Rendimento de juros líquido	11.155	11.526	13.749	13.316	12.378
Provisão para perdas de crédito	515	1.792	723	(525)	525
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	10.640	9.734	13.026	12.791	11.853
Rendimentos de serviços e comissões	10.934	9.424	9.520	10.039	11.002
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.045	2.465	193	1.209	2.926
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	277	614	(298)	753	142
Total de receitas líquidas	25.410	24.028	23.165	25.316	26.447
Remunerações e benefícios	10.418	10.471	11.142	11.814	12.253
Despesas gerais e administrativas	10.821	10.259	12.253	11.286	11.973
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	1.037	0	21
Atividades de reestruturação	261	485	644	360	447
Despesas totais (excluindo juros)	21.505	21.216	25.076	23.461	24.695
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	3.390	1.021	(2.634)	1.330	1.228
Despesa de imposto sobre o rendimento	880	397	2.630	989	1.963
Resultado líquido	2.510	624	(5.265)	341	(735)
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	144	129	125	75	15
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	2.365	495	(5.390)	267	(751)
em euros (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos ^{1,2}	0,96	0,07	(2,71)	(0,01)	(0,53)
Resultados por ação diluídos ^{1,3}	0,93	0,07	(2,71)	(0,01)	(0,53)
Dividendos pagos por ação ⁴	0,00	0,00	0,11	0,11	0,19 ⁶
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos ⁵	0,00	0,00	0,13	0,13	0,21

¹ O número médio de ações básicas em circulação foi ajustado para todos os períodos anteriores a abril de 2017 por forma a refletir o efeito do prêmio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital em abril de 2017.

² Calculamos os resultados por ação básicos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação. Os lucros foram ajustados em 363 milhões de euros, 349 milhões e 330 milhões de euros antes de impostos, 292 milhões e 298 milhões de euros após os impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2021, abril de 2020, abril de 2019, abril de 2018 e abril de 2017, respetivamente. Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos.

³ Calculamos os resultados por ação diluídos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após conversões assumidas. Os lucros foram ajustados em 363 milhões de euros, 349 milhões e 330 milhões de euros antes de impostos, 292 milhões e 298 milhões de euros após os impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2021, abril de 2020, abril de 2019, abril de 2018 e abril de 2017, respetivamente. Em 2019, 2017 e 2016, não existia qualquer efeito de diluição, pois o Grupo relatou uma perda líquida. Não ocorreu qualquer efeito de diluição para 2018, pois o resultado líquido foi compensado por cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1.

⁴ Dividendos declarados e pagos no exercício.

⁵ Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram traduzidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.

⁶ O dividendo pago em 2017 consistia em 0,11 euros para 2016 e 0,08 euros para 2015 que foram pagos simultaneamente em 2017 após a concordância da assembleia-geral anual em 2017.

	2021	2020	2019	2018	2017
	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros
Total do ativo	1.323.993	1.325.259	1.297.674	1.348.137	1.474.732
Empréstimos pelo custo amortizado	471.319	426.995	429.841	400.297	401.699
Depósitos	603.750	568.031	572.208	564.405	581.873
Dívida a longo prazo	144.485	149.163	136.473	152.083	159.715
Ações ordinárias ¹	5.291	5.291	5.291	5.291	5.291
Total do capital próprio²	58.027	54.786	55.857	62.495	63.174
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV) ²	46.506	44.885	44.148	47.486	50.808
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) ²	46.506	44.885	44.148	47.486	48.300
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV) ²	55.375	51.734	50.546	55.091	57.631
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) ²	54.775	50.634	48.733	52.082	52.921
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV)²	62.732	58.677	56.503	61.292	64.016
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded)²	62.102	57.257	56.503	61.292	63.250

¹ O capital aumentou do capital autorizado em troca de entradas em numerário através de uma oferta pública com direitos de subscrição em abril de 2017.

² Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60325 Frankfurt am Main
(para cartas e postais: 60262)
Alemanha
Telefone: +49 69 910-00
deutsche.bank@db.com

Contacto para os acionistas
+49 800 910-8000
db.ir@db.com

Hotline AGM
+49 6196 8870704

Online
Todas as publicações relativas aos nossos
relatos financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/reports

Publicação
Publicado em 11 de março de 2022

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro são declarações que

não são factos históricos; estas incluem declarações

sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os

pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações

baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão

atualmente disponíveis para a administração do

Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro

por conseguinte, referem-se apenas à data em que são

efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar

publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou

de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro

envolvem riscos e incertezas. Uma série de

importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros

resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em

qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores

incluem as condições dos mercados financeiros na

Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e

em outras regiões que são a nossa principal

fonte de receitas e onde detemos a

maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução

dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 11 de março de 2022 sob o título "Fatores de Risco" Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.db.com/ir.

Calendário Financeiro
a atualizar

Deutsche Bank



Demonstrações Financeiras Anuais do Deutsche Bank AG de 2021

1-

Relatório de Gestão

2 **Relatório da gestão** combinado

2-

Demonstrações financeiras anuais

3 **Balanco a 31 de dezembro de 2021**

5 **Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021**

6 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

3-

Confirmações

59 **Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração**

60 **Relatório do auditor** independente

Relatório da gestão combinado

Em linha com as disposições do artigo 315.º, parágrafo 5.º do HGB (Código Comercial Alemão, “Handelsgesetzbuch”) e do artigo 298.º, parágrafo 2.º do HGB, o relatório de gestão do Deutsche Bank AG foi combinado com o relatório de gestão do Grupo Deutsche Bank. O relatório de gestão combinado é publicado no Relatório Anual de 2021 do Grupo Deutsche Bank. É apresentado ao Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) e posteriormente publicado por esta entidade.

O Relatório Anual é também disponibilizado em <https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>.

Balanço a 31 de dezembro de 2021

Ativos em milhões de euros			31 dez 2021	31 dez 2020
Reserva em numerário				
a) Numerário em caixa			1.628	1.869
b) Saldos em bancos centrais dos quais: no Deutsche Bundesbank	88.738		151.543	135.883
				77.207
			153.171	137.752
Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais				
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	153	648		1.414
b) Letras		21		250
			669	1.415
Valores a receber de bancos				
a) Empréstimos hipotecários		0		0
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público		124		167
c) outros valores a receber		79.230		79.963
			79.354	80.131
dos quais: reembolsáveis à vista	20.057			25.968
valores a receber garantidos por títulos	6.419			4.665
Valores a receber de clientes				
a) Empréstimos hipotecários		94.726		91.138
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público		6.193		6.697
c) outros valores a receber		334.247		295.127
			435.166	392.962
dos quais: valores a receber garantidos por títulos	10.438			8.962
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
a) Instrumentos do mercado monetário				
aa) de emitentes do setor público		280		344
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
ab) de outros emitentes		469		356
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
			750	700
b) Obrigações				
ba) de emitentes do setor público		26.977		47.418
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	4.351			24.600
bb) de outros emitentes		32.355		36.898
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	24.690			26.086
			59.333	84.316
c) Instrumentos de dívida própria			0	4.217
valor nominal	0			4.260
			60.083	89.233
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			396	286
Ativos detidos para negociação			246.705	241.390
Participações financeiras			176	242
dos quais: em bancos	11			11
em instituições de serviços financeiros	43			81
Investimentos em empresas afiliadas			26.343	27.948
dos quais: em bancos	5.438			5.408
em instituições de serviços financeiros	204			222
Ativos detidos em fideicomisso			2.161	2.409
dos quais: Empréstimos concedidos a título fiduciário	444			456
Ativos intangíveis				
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio		2.641		2.551
b) Ativos intangíveis adquiridos		435		612
c) Goodwill		17		20
d) Adiantamentos para ativos intangíveis		0		0
			3.092	3.183
Ativos tangíveis			1.208	1.200
Ativos diversos			6.862	10.318
Gastos pagos antecipadamente				
a) da emissão e atividade de crédito		2		65
b) outros		862		620
			864	685
Ativos por impostos diferidos			3.304	2.638
Ativos do plano sobrefinanciados			553	1.503
Total do ativo			1.020.109	993.292

Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros			31 dez 2021	31 dez 2020
Dívidas a bancos				
a) obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) registadas emitidas			88	103
b) Obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) do Setor público registadas emitidas			0	0
c) outros passivos			151.514	142.249
			151.602	142.352
dos quais: reembolsáveis à vista	57.923			59.168
obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	380			205
Responsabilidades para com clientes				
a) obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) registadas emitidas			2.271	2.519
b) Obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) do Setor público registadas emitidas			93	93
c) depósitos de poupança				
ca) com período de aviso prévio acordado de três meses		59.352		57.131
cb) com período de aviso prévio acordado superior a três meses		3.009		3.534
			62.361	60.664
d) outros passivos			428.476	404.073
			493.201	467.349
dos quais: reembolsáveis à vista	333.746			327.270
obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	2.909			4.757
Passivo na forma de certificados				
a) emissão de obrigações				
aa) Obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)		5.737		7.005
ab) Obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) do Setor Público		0		0
ac) outras obrigações		71.431		76.496
			77.168	83.501
b) outros passivos na forma de certificados			2.512	3.501
			79.681	87.002
dos quais: Instrumentos do mercado monetário	1.841			3.063
aceitações próprias e notas promissórias em circulação	105			51
Passivos detidos para negociação			197.069	203.986
Passivos detidos em fideicomisso			2.161	2.409
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	444			456
Passivo diverso			33.201	30.713
Rendimento diferido				
a) da emissão e atividade de crédito			250	120
b) outros			725	553
			976	673
Provisões				
a) Provisões para pensões e obrigações semelhantes			50	48
b) Provisões para impostos			577	447
c) outras provisões			5.345	5.175
			5.972	5.670
Passivos subordinados			9.762	9.235
Capital de direitos de participação			30	54
dos quais: a pagar no prazo de 2 anos			10	24
Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional			8.597	5.746
Fundo para riscos bancários gerais			2.944	5.144
do qual: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB	1.476			1.476
Capital e reservas				
a) capital subscrito		5.291		5.291
menos valor nominal nominal de ações próprias		2		3
			5.289	5.288
capital condicional de 563 milhões de euros (31 de dezembro de 2020: 563 milhões de euros)				
b) Reserva de capital			20.938	20.904
c) Reservas de receitas				
ca) reserva legal		13		13
cd) outras reservas de receitas		7.704		6.755
			7.717	6.768
d) Lucros (prejuízos) distribuíveis			969	0
			34.913	32.959
Total do passivo e capital próprio dos acionistas			1.020.109	993.292
Passivos contingentes				
a) passivos contingentes de letras redescontadas			0	0
b) Passivo de garantias e acordos de indemnização			56.181	46.196
c) Passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros			0	0
			56.181	46.196
Outras obrigações				
b) colocação e subscrição de obrigações			1	0
c) compromissos de crédito irrevogáveis			131.613	122.213
			131.613	122.213

Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros			2021	2020
Rendimento de juros de				
a) Empresas de crédito e do mercado monetário	11.447			13.072
do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	716			404
b) Títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	1.512			2.007
		12.959		15.079
Gastos de juros		5.369		7.808
do qual: gastos de juros negativos		1.066		561
			7.590	7.271
Rendimento corrente de				
a) Ações de capital e outros títulos de rendimento variável		338		325
b) Participações financeiras		9		9
c) Investimentos em empresas afiliadas		742		403
			1.089	737
Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial			354	518
Rendimento de comissões		9.052		7.841
Gastos com comissões		2.240		2.487
			6.811	5.354
Resultado de negociação líquido			1.266	1.328
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB		0		0
Outro rendimento operacional			1.532	2.012
Gastos administrativos				
a) Gastos com pessoal				
aa) Salários e vencimentos	4.758			4.679
ab) Contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	1.246			1.294
		6.005		5.972
das quais: para pensões no valor de 570 milhões de euros (2020: 569 milhões)				
b) Outros gastos administrativos		9.181		8.794
			15.185	14.766
Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis			1.455	1.247
Outros gastos operacionais			2.092	1.176
Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito			4	971
Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos			298	613
Gastos derivados da assunção de perdas			145	100
Libertações de/acréscimos (-) ao fundo para riscos bancários gerais			2.200	0
Resultado de atividades ordinárias			1.663	(1.654)
Receitas extraordinárias		36		1.252
Despesas extraordinárias		181		473
Resultado extraordinário			(145)	779
Impostos sobre o rendimento			(485)	814
dos quais: benefício com impostos diferidos de 643 milhões de euros (2020: despesa com impostos diferidos de 925 milhões de euros)				
Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"		85		80
			(400)	894
Resultado líquido			1.919	(1.769)
Lucros transitados do ano anterior			0	0
			1.919	(1.769)
Retirada de reservas de capital			0	1.769
Alocações a reservas de receitas				
- a outras reservas de receitas		950		0
			950	0
Lucros distribuíveis			969	0

Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2021 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão ("HGB") e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros ("RechKredV"). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€).

Base de apresentação

Políticas contabilísticas para:

Líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente provisionados de acordo com o artigo 340.º-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-F, n.º 3 do HGB foi utilizada.

O cálculo de perdas esperadas é integralmente baseado nos parâmetros de probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Para o último parâmetro, todos os contratos de risco relevantes são incluídos. O risco de crédito para exposições extrapatrimoniais como garantias e compromissos de empréstimo é apresentado como provisões. A projeção do risco de crédito é complementada por fatores macroeconómicos (por exemplo, taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego na Europa e nos EUA) para melhor refletir o risco da carteira.

O banco reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não foi aumentado para acionar uma imparidade. O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante igual às perdas de crédito esperadas na duração para as exposições com maior risco de crédito.

O banco reconhece uma provisão adicional para perdas de crédito para Ativos Financeiros que se considere terem sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Utilizando a metodologia da IFRS 9, esta abordagem exige o cálculo das perdas de crédito esperadas com base na PD na duração, nas LGD na duração e na EAD na duração, que representa a probabilidade de incumprimento durante o período de vida restante do Ativo Financeiro.

Para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito, o banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de Incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo.

Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Determinadas carteiras de obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, a componente de derivado é designada por derivado embutido, enquanto a componente não de derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados incorporados não estejam estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado incorporado é separado de acordo com os princípios gerais de contabilidade de derivados. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

Derivados de crédito

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Outros derivados de crédito detidos que preencham os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proveitos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.

A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proveitos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proveitos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proveitos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como "Ativos detidos para negociação" ou "Passivos detidos para negociação" no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações no valor justo após ajustamento de risco, bem como os rendimentos de juros e o custo de juros dos instrumentos de negociação são reconhecidas como "resultado de negociação líquido".

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito ("CSA") e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui os valores de mercado positivos e negativos dos derivados, bem como as garantias pagas ou recebidas.

No exercício, a metodologia de desconto dos derivados de taxa de juro denominados em euros, compensados centralmente através da Câmara de Compensação de Londres (LCH), da EUREX e da Chicago Mercantile Exchange (CME), mudou do índice overnight médio do euro (EONIA) para a taxa de curto prazo do euro (STR€). Esta mudança alterou o justo valor dos derivados com um pagamento ou recebimento em numerário de compensação, pelo que não ocorreu qualquer transferência de valor. Ocorreu uma alteração semelhante para derivados de taxa de juro compensados centralmente descontados pela taxa de juro em USD, de modo a alterar o desconto da Taxa de Fundos Federais para a Taxa de Financiamento Overnight Garantida (SOFR). Sempre que a alteração das taxas de juro de referência tenha resultado em ajustamentos de avaliação até à data do balanço, estes foram reconhecidos na demonstração de resultados. Um efeito quase totalmente neutro sobre o resultado da conversão é alcançado através do lançamento do pagamento em numerário de compensação na demonstração de resultados.

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

O rendimento de juros e o custo de juros ao abrigo do instrumento de cobertura (por exemplo, um swap de taxa de juro) são geralmente apresentados líquidos do rendimento/custo de juros do elemento coberto na declaração de rendimentos. Isto resulta numa apresentação do rendimento/custo tendo em conta o resultado coberto da unidade de avaliação na sua totalidade.

Para efeitos de contabilidade de cobertura, os contratos a prazo para a compra ou venda de matérias-primas são tratados como instrumentos financeiros.

Reclassificações

Os valores a receber e os títulos têm de ser classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excepcionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subsequentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos de acordo com o artigo 246.º, n.º 1, 2.ª frase do HGB continuam a ser reconhecidas no balanço do cedente. Assim sendo, os títulos concedidos não são desreconhecidos pelo cedente, uma vez que este permanece exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

Passivo

Os passivos são reconhecidos aos respectivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações de cupão zero com desconto são relatadas ao respectivo valor atual, utilizando a taxa de juro efetiva original.

Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respectivo valor nominal ou de liquidação. Os juros são acrescidos com base nos pagamentos esperados aos investidores que detêm os instrumentos.

Provisões

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto.

O banco está a utilizar pressupostos de mortalidade específicos para determinar a obrigação com benefícios definidos para os seus planos de pensões de benefícios definidos na Alemanha. As expectativas de mortalidade do "Richttafeln Heubeck 2018G" são ajustadas à experiência de mortalidade específica dos trabalhadores e pensionistas do DB.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respetivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são efetuadas as provisões relevantes.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos como ativos financeiros não correntes; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respectivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes de transações pendentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todos os ativos e passivos geradores de juros e remunerados a juros, respetivamente, que não sejam detidos para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação da margem financeira futura esperada e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições relacionadas com os juros da carteira bancária, é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada por uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.

Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contabilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

Ações em tesouraria

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respetivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são abertamente deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis numa coluna separada no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.º-A e 340.º-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.º-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). A diferença resultante da conversão das rubricas do balanço à taxa de câmbio *spot* média, por oposição às rubricas da demonstração de resultados que são convertidas a taxas de câmbio médias (ponderadas), é refletida em outros rendimentos ou despesas operacionais na demonstração de resultados.

Notas ao balanço

Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista	59.063	54.351
com um período residual de		
até três meses	19.434	15.091
mais de três meses e inferior a um ano	10.417	16.966
Mais do que um ano e até cinco anos	18.383	14.095
mais de cinco anos	10.829	8.199
Valores a receber de clientes	435.166	392.962
com um período residual de		
até três meses	150.984	137.290
mais de três meses e inferior a um ano	52.825	45.650
Mais do que um ano e até cinco anos	108.543	98.109
mais de cinco anos	115.995	107.435
com um período indefinido	6.818	4.476

Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

em milhões de euros	cotadas		não cotadas	
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	30.152	57.556	29.931	31.677
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	143	180	10	2
Participações financeiras	0	0	0	38
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	0	0

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de 60,1 mil milhões de euros, 5,4 mil milhões de euros vencem em 2022.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos como ativos fixos são relatados ao custo amortizado à medida que o Deutsche Bank pretende deter esses títulos para o futuro próximo. O valor contabilístico total à data de relato ascende a 34.463 mil milhões de euros e diz respeito à reserva de liquidez estratégica, que é gerida pela Tesouraria do Grupo. Inclui obrigações governamentais, supranacionais e de agências de elevada qualidade. Em 31 de dezembro de 2021, esta carteira contém ativos com um valor contabilístico de 90 milhões de euros, para os quais os valores atuais de mercado são, no total, 4 milhões de euros inferiores aos valores contabilísticos.

Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação das participações em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

em milhões de euros	31 dez 2021			
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico	Distribuição em 2021
Fundos de capitais próprios	0	0	0	0
Fundos de obrigações	115	115	0	0
Fundos mistos	403	403	0	0
Total	517	517	0	0

Os investimentos nos fundos foram atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados corresponderam aos justos valores. A maioria dos fundos consistiu em fundos negociados em bolsa estabelecidos pelo Deutsche Bank.

As condições para adiar o reembolso das unidades do fundo poderão variar de acordo com o fundo. Estas poderão basear-se num valor do ativo mínimo ou tornar-se discricionárias para os diretores do fundo. As restrições para o reembolso diário

das unidades do fundo estão relacionadas com casos em que muitos investidores tentam o resgate numa altura específica. Nesses casos, os fundos poderão adiar o reembolso até uma altura em que possam responder ao pedido de reembolso.

Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relacionados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de 44,9 mil milhões de euros estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

Ativos e passivos detidos para negociação

Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2021 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	77.900	Instrumentos financeiros derivados	74.823
líquidos	94.466	Passivo	122.246
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	66.465		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	7.356		
Ativos diversos	648		
Ajuste ao risco	(130)		
Total	246.705	Total	197.069

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção "Base da apresentação".

Os derivados detidos para fins de negociação negociados ao abrigo de acordos-quadro de compensação em conjunto com o anexo de apoio de crédito que permite a permuta diária de garantias foram liquidados para cada contraparte externa da Deutsche Bank AG no balanço. A liquidação para cada contraparte engloba o valor escriturado dos derivados e a garantia fornecida. Isto implicou justos valores positivos de compensação de 221,1 mil milhões de euros (2020: 242,9 mil milhões de euros) com justos valores negativos de 213,6 mil milhões de euros (2020: 259,7 mil milhões de euros) em derivados detidos para negociação com os valores a receber (31,2 mil milhões de euros, 2020: 25,7 mil milhões de euros) e passivo associados (23,7 mil milhões de euros, 2020: 42,5 mil milhões de euros) de garantias fornecidas. Consulte a base da apresentação relativamente à compensação.

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	31 dez 2021 Valor notional
Produtos do mercado de balcão	38.356.948
transações associadas a taxas de juro	30.728.880
transações associadas a taxas de câmbio	6.511.057
derivados de crédito	1.030.820
transações associadas a capitais próprios e índices	33.408
outras transações	52.783
Produtos negociados em bolsa	1.337.283
transações associadas a taxas de juro	1.049.327
transações associadas a capitais próprios e índices	232.385
transações associadas a taxas de câmbio	22.157
outras transações	33.414
Total	39.694.231

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juro, pelo desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários

ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados de modo mais pormenorizado em "Base da apresentação", na secção "Atividades de negociação".

O cálculo do ajuste ao valor em risco ("ajuste VaR") baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajustamento ao risco é de 130 milhões de euros.

Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo de 2021, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

Ativos subordinados

A tabela a seguir apresenta uma descrição geral dos ativos subordinados incluídos nas posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Valores a receber de bancos	645	545
Valores a receber de clientes	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.955	1.243
Ativos detidos para negociação	2.354	4.066

Instrumentos financeiros derivados

Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de transações:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices;
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos;
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices;
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN).

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e do preço de mercado nas atividades de negociação.

Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Nocional montante	Valor contabilístico		Justo valor	
		positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	491.723	2.462	436	5.753	4.617
transações relacionadas com taxas de câmbio	45.290	17.532	17.577	17.784	19.475
derivados de crédito	4.142	1	82	11	82
outras transações	43	0	0	0	12
Total	541.198	19.995	18.095	23.547	24.187

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em "Ativos diversos" e "Passivos diversos".

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados separados incorporados em instrumentos financeiros híbridos são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

em milhões de euros	31 dez 2021	
	Valor contabilístico	Montante de risco coberto
Ativos garantidos, total	6.969	94
Passivos garantidos, total	79.878	(1.043)
	Valor nocional	Montante de risco coberto
Transações pendentes	24.794	176

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O valor contabilístico da posição líquida coberta ascende a 11,0 mil milhões de euros. O montante de risco coberto é de 655 milhões de euros positivos. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.

Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospectiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia prospetiva. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

em milhões de euros	Empresas afiliadas		Empresas associadas e relacionadas	
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
Valores a receber de bancos	49.786	44.942	0	0
Valores a receber de clientes	86.466	75.936	50	12
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	27.308	27.528	2	2
Dívidas a bancos	27.579	23.084	6	2
Responsabilidades para com clientes	21.867	21.828	22	12
Passivo na forma de certificados	0	0	0	0
Passivos subordinados	1.055	1.913	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

Sociedade fiduciária

em milhões de euros	Ativos detidos em fideicomisso		em milhões de euros	Passivos detidos em fideicomisso	
	31 dez 2021	31 dez 2020		31 dez 2021	31 dez 2020
Valores a receber de bancos	1.717	1.953	Dívidas a bancos	282	260
Valores a receber de clientes	444	456	Responsabilidades para com clientes	1.880	2.148
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	0			
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	0	0			
Participações financeiras	0	0			
Ativos diversos	0	0			
Total	2.161	2.409	Total	2.161	2.409

Os valores a receber de bancos estão principalmente relacionados com depósitos de clientes colocados em seu nome junto de bancos terceiros. Os valores a receber de clientes são sobretudo empréstimos financiados por bancos de desenvolvimento ou organismos públicos para fins específicos, incluindo empréstimos para apoiar os clientes durante a pandemia da COVID-19.

Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

	Custos de aquisição/fabrico			Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Acréscimos	Alienações	Cumulativo	incluindo no ano atual	incluindo alienações	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020
em milhões de euros								
Ativos intangíveis	8.415	1.020	74	6.268	1.147	59	3.092	3.183
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	6.230	999 ¹	17	4.572	948	3	2.641	2.551
Ativos intangíveis adquiridos	1.468	20	57	997	196	56	435	612
Goodwill	716	0	0	700	3	0	17	20
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos tangíveis	4.206	394	265	3.126	317	181	1.208	1.200
Terrenos e edifícios	302	3	70	140	15	23	95 ²	153
Mobiliário e equipamento de escritório	3.889	391	180	2.986	302	145	1.114	1.042
Ativos de locação	16	0	16	0	0	14	0	5
			0					
Participações financeiras			(66)				176	242
Investimentos em empresas afiliadas			(1.605) ³				26.343	27.948
Instrumentos do mercado monetário			0				0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			1.258				34.463	33.205
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			0				0	0
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabrico (saldo em 1 de janeiro de 2020) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores.

¹ Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

² Os terrenos e edifícios com um valor contabilístico total de 57 milhões de euros foram utilizados como parte das nossas atividades próprias.

³ Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 1,6 mil milhões de euros para 26,3 mil milhões de euros. A diminuição foi atribuível a reembolsos de capital de 2,0 mil milhões de euros e a depreciações de 0,3 mil milhões de euros. Foi parcialmente compensada por aumentos de capital de 0,4 mil milhões de euros e um impacto positivo da conversão cambial de 0,4 mil milhões de euros.

Ativos intangíveis

O goodwill relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 15 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspectivas futuras, modo e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

Ativos diversos

Os ativos diversos de 6,9 mil milhões de euros consistem em Valores a Receber de garantias de 2,7 mil milhões de euros, valores a pagar no período de reembolso (balloon) de swaps de 1,7 mil milhões de euros, bem como créditos fiscais de 1,0 mil milhões de euros.

Gastos pagos antecipadamente e rendimento diferido

Os gastos pagos antecipadamente incluem descontos entre o montante de emissão e de reembolso para um passivo de 13 milhões de euros.

O rendimento diferido inclui descontos de acordo com o artigo 340e, secção 2 do HGB, no montante de 47 milhões de euros.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os valores contábilísticos de ativos, passivos e acréscimos de acordo com a contabilidade do HGB e as suas bases fiscais, quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato subsequentes. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que sejam utilizadas nos cinco anos seguintes. A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 20% e 33%.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 3,3 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o "banco nacional", incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, e o Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

Estrutura de maturidade do passivo

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	93.677	83.176
com um período residual de		
até três meses	44.499	11.894
mais de três meses e inferior a um ano	29.011	49.438
Mais do que um ano e até cinco anos	9.904	10.738
mais de cinco anos	10.263	11.107
Depósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses	3.009	3.534
com um período residual de		
até três meses	1.342	1.590
mais de três meses e inferior a um ano	1.598	1.861
Mais do que um ano e até cinco anos	69	82
mais de cinco anos	0	0
Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	97.060	79.274
com um período residual de		
até três meses	52.985	36.675
mais de três meses e inferior a um ano	29.531	22.720
Mais do que um ano e até cinco anos	6.872	10.471
mais de cinco anos	7.671	9.408
Outros passivos na forma de certificados	2.512	3.501
com um período residual de		
até três meses	1.445	765
mais de três meses e inferior a um ano	1.063	2.732
Mais do que um ano e até cinco anos	4	4
mais de cinco anos	0	0

Das obrigações emitidas no valor de 77,2 mil milhões de euros, 12,8 mil milhões de euros vencem em 2021.

Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Para o seguinte passivo, foram penhorados os ativos como garantia no montante indicado na tabela.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Dívidas a bancos	19.180	21.984
Responsabilidades para com clientes	1.252	1.225
Passivos detidos para negociação	2.073	2.365
Outros passivos	0	1.994

Passivo diverso

O passivo diverso no valor de 33,2 mil milhões de euros inclui sobretudo passivo devido à falha de desreconhecimento no valor de 27,8 mil milhões de euros, igualdade da avaliação relativa a posições cambiais especialmente cobertas de acordo com o artigo 340h do HGB no valor de 1,4 mil milhões de euros, despesas operacionais a pagar no valor de 1,2 mil milhões de euros, efeitos de reavaliação cambial para capital de dotação e resultados transitados no valor de 1,1 mil milhões de euros, passivo de instrumentos de capital AT1 no valor de 0,3 mil milhões de euros, bem como outro passivo diverso no valor de 1,4 mil milhões de euros.

Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.º, n.º 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31 dez 2021	31 dez 2020
Taxa de desconto	1,76%	2,25%
Taxa de inflação	2,27%	1,23%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	2,50%	1,73%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	2,17%	1,13%
	RichttafelnH	RichttafelnH
Tabelas de mortalidade/invalidiz	eubeck 2018 G alterado	eubeck 2018 G alterado

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária cobre os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	31 dez 2021	31 dez 2020
Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)	9.768	8.869
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	10.424	9.667
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	656	799
Justo valor dos ativos dos planos	10.271	10.324
dos quais:		
custo dos ativos do plano	9.711	8.893
total de resultados não realizados nos ativos do plano	560	1.431
Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício	502	1.455
Ativos de pensões líquidos	502	1.455
dos quais:		
reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	553	1.503
reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	50	48

Tal como no ano anterior, os princípios de avaliação de acordo com o artigo 253.º, n.º 6 do HGB resultam numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos. Esta diferença de 656 milhões de euros está sujeita a provisões de bloqueio de dividendos.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	2021	2020
Rentabilidade dos ativos do plano	282	696
Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões	764	613
Rendimento de juros líquido (despesa)	(482)	83
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	0	84
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	(482)	(1)

Outras provisões

em milhões de euros	31 dez 2021
Provisões para perdas de crédito	541
Provisões para perdas iminentes	254
Outras provisões remanescentes	4.550
Total de outras provisões	5.345

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões associadas ao pessoal foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante previsto totaliza 2,8 mil milhões de euros por ano no final de 2021.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. A transformação estratégica do Grupo visa melhorar significativamente a rentabilidade sustentável para os acionistas, concentrando-se nos nossos negócios essenciais, reduzindo os nossos custos ajustados e permitindo uma tomada de decisões e execução mais rápidas. A provisão para estas atividades é de 413 milhões de euros por ano no final de 2021.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco é de 409 milhões de euros por ano no final de 2021.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 381 milhões de euros por ano no final de 2021.

As provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco é de 22 milhões de euros por ano no final de

2021. Os riscos operacionais incluem perdas resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou fracassados ou de eventos externos.

As provisões diversas estão definidas para 519 milhões de euros por ano no final de 2021.

Passivos subordinados

Os passivos contratualmente subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 20 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Data da próxima compra/maturidade ¹
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação nominativa	2013	4,296%	24/05/2023
€	1.250	Obrigação ao portador	2015	2,750%	17/02/2025
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação ao portador	2015	4,500%	1/4/2025
€	1.250	Obrigação ao portador	2020	5,625%	19/02/2026
dólares dos Estados Unidos	1.250	Obrigação ao portador	2021	3,729%	14/10/2030

¹ Data de maturidade das obrigações. As obrigações têm algumas opções de compra extraordinárias, que estão sujeitas a aprovação pelos órgãos reguladores ou alterações às leis fiscais.

As despesas para todos os passivos contratualmente subordinados de 9,8 mil milhões de euros totalizaram 224 milhões de euros, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos mas ainda não vencidos de 165 milhões de euros incluídos neste valor são relatados no passivo diverso.

Adicionalmente, determinados passivos são subordinados por lei, de acordo com a secção 46f parágrafo 6 da lei bancária alemã, caso a sua maturidade original seja superior a um ano e o montante de resgate ou o montante de juros não esteja dependente de eventos incertos no momento da emissão. Este passivo não preferencial ascende a 52,2 mil milhões de euros em dezembro de 2021.

Capital de direitos de participação

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	20	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 032	05/03/2007	5,250%	31/12/2026
€	10	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 038	03/05/2007	5,500%	31/12/2022

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 31 de dezembro de 2021, as Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1" ou "Notas") totalizaram 8,6 mil milhões de euros, em comparação com 5,7 mil milhões de euros no ano passado. O custo de juros nas notas para 2021 totalizou 419 milhões de euros e incluiu 298 milhões de euros de juros acumulados no final do exercício de 2021, os quais foram registados em outros passivos.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal desde a data de emissão até à próxima data de reposição à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer

défi ce nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva data de compra seguinte e, posteriormente, nas datas de compra definidas ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2021

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	1.750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,000%	30/4/2022
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	4,789%	30/4/2025
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125%	30/4/2026
dólares dos Estados Unidos	1.500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500%	30/4/2025
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2020	6,000%	30/10/2025
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2021	4,625%	30/10/2027
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2021	4,500%	30/11/2026

Divisas

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a 452,0 mil milhões de euros na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a 345,0 mil milhões de euros.

Capital e reservas

Ações próprias

Ao longo de 2021, o Banco ou as respetivas empresas afiliadas compraram 3.279.884 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes e venderam a mesma quantidade de ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes para negociação. A aquisição das respetivas ações próprias baseou-se na autorização dada na Assembleia-Geral de 20 de maio de 2020 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG, cujos limites foram cumpridos para cada compra de ações e transação de venda. O preço médio de compra e venda foi de 10,36 euros por ação. O resultado foi reconhecido na reserva de capital.

As ações próprias do Banco compradas e vendidas para negociação ao longo de 2021 representaram cerca de 0,2% do respetivo capital social. A participação maior em qualquer dia individual foi de cerca de 0,00% e a participação média diária foi de cerca de 0,00% do respetivo capital social.

Além disso, o Banco foi autorizado a comprar as ações próprias nas Assembleias-Gerais de 27 de maio de 2021 e 20 de maio de 2020, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Os respetivos limites foram cumpridos para cada transação de compra e venda. A autorização para o Banco comprar as respetivas ações próprias, dada na Assembleia-Geral de 20 de maio de 2020 e válida até 30 de abril de 2025, foi cancelada após a entrada em vigor da autorização de 27 de maio de 2021. A nova autorização foi aprovada até 30 de abril de 2026.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivados foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

No final de 2021, o Deutsche Bank AG e as suas sociedades afiliadas não detêm quaisquer ações próprias, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG. As respetivas participações de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG ascendiam

a 678948 ações ou 0,03% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, 6.509.667 (final de 2020: 7.416.731) ações do Deutsche Bank, ou seja, 0,31 % (final de 2020: 0,36%) do nosso capital social, foram penhoradas ao Banco e respectivas empresas afiliadas como garantias para empréstimos.

Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 2 066 773 131 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2021 era de 2.066.094.183 (final de 2020: 2.065.426.965). O número médio de ações pendentes no período de relato era de 2.062.924.837.

em euros	Capital subscrito	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	563.200.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	563.200.000,00

¹ Inclui o valor nominal das ações em tesouraria.

Os pormenores em relação ao capital condicional autorizado e ainda a utilizar são apresentados no relatório de gestão combinado relativo à Informação de acordo com o artigo 315a, n.º 1 do Código Comercial alemão.

Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		32.959
Distribuição em 2021		0
Lucro transportado		0
Ações em tesouraria		
– Alteração no valor nominal de ações em tesouraria	2	
– Alteração dos custos de aquisição	(1)	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	34	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	0	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	0	35
Adição à reserva de proveitos		950
Lucros (perdas) distribuíveis para 2021		969
Saldo em 31 de dezembro de 2021		34.913

Considerando a adição às reservas de proveitos no valor de 950 milhões de euros, o lucro distribuível restante ascendia a 969 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O Banco proporá aos acionistas o pagamento de um dividendo de 0,20 euros por ação e a transição do lucro distribuível remanescente.

Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou a utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados no balanço como provisões.

Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascendiam a 131,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e incluíam compromissos de 130,0 mil milhões de euros para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a percepção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o nosso envolvimento com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das "outras obrigações" abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comercial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do Deutsche Bank AG não tinha um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a percepção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Garantias	43.840	34.497
Cartas de crédito	4.938	3.579
Responsabilidades de crédito	7.403	8.120

Obrigações diversas

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a 3,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a 4,9 mil milhões de euros (36 milhões de euros diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2021, os custos com remuneração variável diferida não amortizados totalizavam 0,3 mil milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a 17 milhões de euros no final de 2021, dos quais 15 milhões de euros estavam relacionados com uma subsidiária.

O passivo para possíveis compras de outras ações totalizava 0,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

Os compromissos de pagamento irrevogáveis para taxas bancárias relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e a proteção alemã de depósitos ascendiam a 1031 milhões de euros.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a 5,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Outros passivos contingentes adicionais totalizam 77 milhões de euros.

Notas às demonstrações financeiras

Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	2021	2020
Alemanha	13.810	14.517
Europa (excl. Alemanha)	6.131	6.595
Américas	3.060	2.981
África/Ásia/Austrália	2.884	2.897
Total	25.885	26.990

A diminuição do rendimento na Alemanha é sobretudo atribuível a menores rendimentos de derivados da carteira bancária e menores rendimentos de juros, parcialmente compensados por maiores rendimentos de comissões e rendimentos de negociação líquidos. A diminuição dos proveitos na Europa (excluindo a Alemanha) foi sobretudo causada por menores rendimentos de negociação líquidos e menores rendimentos de juros, parcialmente compensados por maiores rendimentos de comissões e operacionais diversos.

Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu 716 milhões de euros de juros negativos, ou seja, custos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os custos de juros incluíram 1066 milhões de euros de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos.

Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

Outros rendimentos e despesas operacionais

Outros resultados operacionais de 1,5 mil milhões de euros incluem o resultado de derivados não relacionados com a negociação de 535 milhões de euros, ganhos relacionados com a conversão cambial de ativos e passivos no valor de 241 milhões de euros e desembolsos de provisões no valor de 197 milhões de euros.

Outras despesas operacionais de 2,1 mil milhões de euros incluem sobretudo o resultado de derivados não relacionados com a negociação no valor de 691 milhões de euros, despesas de conversão cambial de ativos e passivos no valor de 164 milhões de euros, bem como despesas de juros líquidas decorrentes do efeito do desconto para provisões relacionadas com o pessoal no valor de 488 milhões de euros.

Resultado extraordinário

O rendimento extraordinário de 36,0 milhões de euros está relacionado com atividades de reestruturação. (2020: ganho de 1,2 mil milhões de euros decorrente da fusão com a DB PFK AG). As despesas extraordinárias de 180,6 milhões de euros refletem atividades de reestruturação (2020: despesas de 472,9 milhões de euros).

Os rendimentos e despesas extraordinárias traduziram-se num resultado extraordinário de 144,6 milhões de euros negativos (2020: 779,1 milhões de euros).

Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 268.º, n.º 8 do HGB e o artigo 253.º, n.º 6 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. As reservas distribuíveis totais acrescidas do lucro distribuível cobrem os montantes bloqueados em 31 de dezembro de 2021. As posições individuais abaixo incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos por impostos diferidos	3.853	3.343
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	2.317	2.275
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	451	549
Resultados não realizados de ativos do plano	540	1.252
Total do montante não distribuível	7.162	7.419

Participações acionistas

- 29 Empresas em que a participação é superior a 20%
- 39 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

Notas de rodapé:

- 1 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
- 2 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2020; os números locais da GAAP para o exercício de 2021 ainda não estão disponíveis.
- 3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respetivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados nos dados do subgrupo.
- 4 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
- 5 Parceria geral.

Empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
3	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
4	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
5	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
6	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
7	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
8	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
9	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
10	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
11	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
12	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
13	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	261,6	8,4
14	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
15	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlin		100,0		
16	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
17	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
18	Amber Investments S.à r.l.	Luxembourg		100,0		
19	Ambidexter GmbH i.L.	Frankfurt		100,0	59,9	59,9
20	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
21	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
22	Arabesque AI Ltd	London		24,9	4,6	(3,9)
23	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
24	Atena SPV S.r.l. in liquidazione	Conegliano		60,0		
25	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
26	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
27	Baldur Mortgages Limited	London		100,0		
28	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
29	Bankers Trust Investments Limited (in members' voluntary liquidation)	London		100,0		
30	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0	5,6	3,3
31	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
32	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati City		100,0		
33	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	7.720,4	333,2
34	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Duesseldorf		49,0		
35	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0	172,3	(20,6)
36	Better Financial Services GmbH	Berlin		100,0		
37	Better Payment Germany GmbH	Berlin		100,0		
38	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	1	100,0	1.161,3	0,0
39	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		100,0	1.800,6	32,1
40	BHW Holding GmbH	Hameln	1	100,0	727,5	0,0
41	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
42	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Duesseldorf		33,2		
43	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		32,0		
44	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
45	Breaking Wave DB Limited	London		100,0		
46	BT Globenet Nominees Limited	London		100,0		
47	Cardales UK Limited (in members' voluntary liquidation)	London		100,0		
48	Cardea Real Estate S.r.l.	Milan		100,0		
49	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		100,0		
50	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Beijing		100,0		
51	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		100,0		
52	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		67,6	225,4	(77,4)
53	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxembourg		100,0		
54	City Leasing (Thameside) Limited	London		100,0		
55	City Leasing Limited	London		100,0		
56	Consumo Srl in Liquidazione	Milan		100,0		
57	D B Investments (GB) Limited	London	2	100,0	527,5	(151,1)
58	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tokyo		100,0	0,0	2,5
59	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxembourg		25,0		
60	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
61	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
62	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
63	DB Advisors SICAV	Luxembourg		95,3	9.679,2	155,7
64	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
65	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxembourg	2	95,0	5,4	12,6
66	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxembourg		95,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
67	DBeteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	6.303,9	0,0
68	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	100,0	580,2	0,0
69	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		100,0	8,0	2,2
70	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
71	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
72	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
73	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxembourg	2	100,0	1,1	6,0
74	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		100,0		
75	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	100,0		
76	DB Equity Limited	London	2	100,0	22,9	0,0
77	DB Finance International GmbH	Frankfurt		100,0		
78	DB Fund (Mauritius) Limited	Ebène CyberCity		100,0		
79	DB Global Technology SRL	Bucharest		100,0	52,8	5,5
80	DB Group Services (UK) Limited	London		100,0		
81	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0		
82	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt		74,0		
83	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG i.L.	Frankfurt		93,6		
84	DB Impact Investment (GP) Limited	London		100,0		
85	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edinburgh		100,0		
86	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1.655,8	(1,3)
87	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1.583,0	(1,7)
88	DB International (Asia) Limited	Singapore		100,0	403,6	(38,2)
89	DB International Investments Limited	London	2	100,0	72,6	71,9
90	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapore		100,0		
91	DB Investment Partners Limited	London		100,0		
92	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	47,7	0,0
93	DB London (Investor Services) Nominees Limited	London		100,0		
94	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		
95	DB Municipals Holdings LLC	Wilmington		100,0	62,1	18,8
96	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
97	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
98	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapore		100,0		
99	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Madrid		99,9		
100	DB Overseas Holdings Limited	London	2	100,0	64,6	7,5
101	DB Placement, LLC	Wilmington		100,0		
102	DB Print GmbH	Frankfurt	1	100,0		
103	DB RC Investments II, LLC	Wilmington		99,9		
104	DB Re S.A.	Luxembourg		100,0		
105	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		33,6		
106	DB Service Centre Limited	Dublin	2	100,0	24,1	3,2
107	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0		
108	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
109	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milano		100,0		
110	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati City		100,0		
111	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxembourg		100,0	6,4	35,3
112	DB Trustee Services Limited	London		100,0		
113	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
114	DB UK Bank Limited	London	2	100,0	686,2	(12,3)
115	DB UK Holdings Limited	London	2	100,0	399,9	16,0
116	DB UK PCAM Holdings Limited	London		100,0	10,9	0,0
117	DB USA Corporation (Sub-group)	Wilmington	3	100,0	12.082,4	632,3
118	-ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
119	-ABS MB Ltd.	Lutherville-Timonium		100,0		
120	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
121	-Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
122	-Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
123	-China Recovery Fund, LLC	Wilmington		85,0		
124	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
125	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
126	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
127	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
128	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
129	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
130	-DB Elara LLC	Wilmington		100,0		
131	-DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0		
132	-DB Equipment Leasing, Inc.	New York		100,0		
133	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
134	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
135	-DB Holdings (New York), Inc.	New York		100,0		
136	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
137	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
138	-DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
139	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
140	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
141	-DB Io LP	Wilmington		100,0		
142	-DB IROC Leasing Corp.	New York		100,0		
143	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
144	-DB Omega BTV S.C.S.	Luxembourg		100,0		
145	-DB Omega Holdings LLC	Wilmington		100,0		
146	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
147	-DB Omega S.C.S.	Luxembourg		100,0		
148	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
149	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		
150	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	New York		100,0		
151	-DB RC Holdings, LLC	Wilmington		100,0		
152	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
153	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
154	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
155	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
156	-DB USA Core Corporation	West Trenton		100,0		
157	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
158	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
159	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
160	-DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0		
161	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		
162	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
163	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		100,0		
164	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
165	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
166	-Deutsche Bank Trust Company Americas	New York		100,0		
167	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
168	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	New York		100,0		
169	-Deutsche Bank Trust Corporation	New York		100,0		
170	-Deutsche Leasing New York Corp.	New York		100,0		
171	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
172	-G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0		
173	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
174	-German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		100,0		
175	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
176	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
177	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
178	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		
179	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
180	-MortgageIT, Inc.	New York		100,0		
181	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
182	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
183	-QR Tower 2, LLC	Wilmington		100,0		
184	-Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0		
185	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
186	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
187	-World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0		
188	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
189	DB Valoren S.à r.l.	Luxembourg		100,0	583,7	67,8
190	DB Value S.à r.l.	Luxembourg		100,0	42,6	(0,8)
191	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	1	100,0		
192	DB Vita S.A.	Luxembourg		75,0	27,9	2,0
193	DBCIBZ1	George Town		100,0		
194	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		25,9		
195	DBOI Global Services (UK) Limited	London	2	100,0	12,6	6,9
196	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	313,6	9,3
197	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
198	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
199	DBRMS4	George Town		100,0	347,1	2,4
200	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	347,1	2,4
201	DBUK PCAM Limited	London		100,0		
202	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxembourg		100,0	6,7	15,1

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
203	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0	12,5	4,5
204	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	94,8	(4,1)
205	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		100,0		
206	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0	3,2	2,4
207	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
208	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
209	Deutsche Aeolia Power Production Soci�t� Anonyme	Athens		95,6		
210	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	London		100,0	16,5	(1,5)
211	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapore		100,0	268,0	5,1
212	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	10,5	0,2
213	Deutsche Australia Limited (Sub-group)	Sydney	2, 3	100,0	208,5	26,5
214	-Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
215	-Deutsche Access Investments Limited	Sydney		100,0		
216	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
217	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
218	-Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0		
219	-Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
220	-R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
221	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	63,7	(0,4)
222	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Beijing		100,0	1.314,6	69,6
223	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	376,4	23,1
224	Deutsche Bank (Suisse) SA	Geneva		100,0	563,3	(0,9)
225	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad An�nima Instituci�n Financiera Externa	Montevideo		100,0		
226	DEUTSCHE BANK A.S.	Istanbul		100,0	65,5	12,0
227	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	100,0	10,0	0,0
228	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	27,1	(0,8)
229	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxembourg		100,0	4.899,3	201,3
230	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milano		100,0	27,9	(2,4)
231	Deutsche Bank M�xico, S.A., Instituci�n de Banca M�ltiple	Mexico City		100,0	59,8	(3,2)
232	Deutsche Bank Polska Sp�lka Akcyjna	Warsaw		100,0	345,8	(95,1)
233	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
234	Deutsche Bank S.A. - Banco Alem�o	Sao Paulo		100,0	345,6	15,6
235	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	99,0	0,0
236	Deutsche Bank Societ� per Azioni	Milano		99,9	2.097,8	31,5
237	Deutsche Bank, Sociedad An�nima Espa�ola	Madrid		100,0	1.121,8	(11,9)
238	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		
239	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0		
240	Deutsche Capital Partners China Limited	Camana Bay		100,0		
241	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		100,0		
242	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0	47,1	9,3
243	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogot�		100,0		
244	Deutsche Custody N.V.	Amsterdam		100,0		
245	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	46,6	16,0
246	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	2	100,0	11,4	0,1
247	Deutsche Gesellschaft f�r Immobilien-Leasing mit beschr�nkter Haftung	Duesseldorf		100,0		
248	Deutsche Global Markets Limited	Tel Aviv		100,0	13,8	0,2
249	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Johannesburg		100,0	17,6	0,0
250	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn		100,0		
251	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschr�nkter Haftung	Frankfurt	1	99,8		
252	Deutsche Gulf Finance	Riyadh		29,1	149,0	13,0
253	Deutsche Holdings (BTI) Limited (in members' voluntary liquidation)	London		100,0		
254	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxembourg		100,0	160,4	28,9
255	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.� r.l.	Luxembourg		100,0	1.611,0	43,9
256	Deutsche Holdings Limited	London	2	100,0	415,7	0,0
257	Deutsche Holdings No. 2 Limited	London	2	100,0	249,3	54,1
258	Deutsche Holdings No. 3 Limited	London	2	100,0	180,4	0,4
259	Deutsche Holdings No. 4 Limited	London		100,0	122,6	0,4
260	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Duesseldorf	1	100,0	26,5	0,0
261	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	89,2	20,6
262	Deutsche India Private Limited	Mumbai		100,0	1.712,9	35,3
263	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0	10,4	0,0
264	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0		
265	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
266	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdam		100,0		
267	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	106,0	2,9
268	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
269	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapore		100,0	122,6	37,7
270	Deutsche Mexico Holdings S.� r.l.	Luxembourg		100,0	150,2	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
271	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited	London	2	100,0	38,5	(0,2)
272	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdam		100,0		
273	Deutsche New Zealand Limited (Sub-group)	Auckland	3	100,0	1,2	(0,5)
274	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
275	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
276	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
277	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
278	Deutsche Nominees Limited	London		100,0		
279	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Cologne	1	100,0	512,4	0,0
280	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
281	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
282	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0		
283	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
284	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington		100,0		
285	Deutsche Private Asset Management Limited (in members' voluntary liquidation)	London		100,0		
286	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxembourg		49,0		
287	Deutsche Securities (India) Private Limited	New Delhi		100,0	10,8	0,4
288	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Johannesburg		100,0	24,2	(0,4)
289	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Johannesburg		100,0		
290	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	110,7	2,1
291	Deutsche Securities Inc.	Tokyo		100,0	721,6	45,2
292	Deutsche Securities Israel Ltd.	Tel Aviv		100,0		
293	Deutsche Securities Korea Co.	Seoul		100,0	112,1	(2,9)
294	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène		100,0		
295	Deutsche Securities Saudi Arabia (a closed joint stock company)	Riyadh		100,0	81,4	(2,9)
296	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Mexico City		100,0	23,5	(4,4)
297	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		100,0	172,9	(3,5)
298	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Warsaw		100,0		
299	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	1	100,0		
300	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tokyo		100,0		
301	Deutsche Trustee Company Limited	London		100,0	20,7	2,6
302	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
303	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
304	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
305	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
306	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Cologne		25,1	11,2	0,8
307	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
308	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0		
309	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
310	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf	1	100,0		
311	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlin		21,1		
312	DONARUM Holding GmbH	Duesseldorf		50,0		
313	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
314	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
315	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
316	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
317	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxembourg		100,0		
318	DWS Alternatives France	Paris		100,0		
319	DWS Alternatives Global Limited	London		100,0	176,4	(1,8)
320	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	100,0	19,5	0,0
321	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seoul		100,0	16,9	1,2
322	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	98,9	336,4	0,0
323	DWS CH AG	Zurich		100,0	18,6	5,7
324	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		100,0	42,2	14,4
325	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		60,0	11,5	1,2
326	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt		79,5	8.297,7	532,0
327	DWS Group Services UK Limited	London		100,0	40,5	3,9
328	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	99,9	23,7	0,0
329	DWS International GmbH	Frankfurt	1	100,0	82,3	0,0
330	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	100,0	393,6	0,0
331	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		100,0	864,7	3,0
332	DWS Investment S.A.	Luxembourg		100,0	386,5	31,3
333	DWS Investments Australia Limited	Sydney		100,0		
334	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	34,9	8,9
335	DWS Investments Japan Limited	Tokyo		100,0	21,7	(8,4)
336	DWS Investments Shanghai Limited	Shanghai		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
337	DWS Investments Singapore Limited	Singapore		100,0	399,6	81,0
338	DWS Investments UK Limited	London		100,0	181,0	49,8
339	DWS Management GmbH	Frankfurt		100,0		
340	DWS Noor Islamic Funds Public Limited Company (in liquidation)	Dublin		100,0		
341	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town		26,3	17,9	1,5
342	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	99,9	52,2	0,0
343	DWS Service Company	Wilmington		100,0	1,3	(5,9)
344	DWS Shanghai Private Equity Fund Management Limited	Shanghai		100,0		
345	DWS Trust Company	Concord		100,0	23,8	0,7
346	DWS USA Corporation	Wilmington		100,0	1.478,4	98,8
347	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburg		65,2		
348	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
349	Eisler Capital (TA) Ltd	London		34,7		
350	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxembourg		25,0		
351	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0		
352	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
353	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0		
354	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0		
355	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
356	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		100,0		
357	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	London		100,0		
358	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Athens		40,0		
359	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milan		100,0		
360	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlin		100,0		
361	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
362	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
363	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		
364	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
365	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
366	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
367	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		100,0		
368	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdam		50,0		
369	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlin		36,7	7,3	5,2
370	gixyz Abwicklungs GmbH i.L.	Frankfurt		33,3	0,2	3,3
371	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern		29,0		
372	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern		28,2		
373	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Troisdorf		36,6		
374	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		96,6		
375	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf		22,9		
376	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf		44,0		
377	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf		68,8		
378	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf		20,8		
379	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		49,9		
380	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		71,2		
381	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Shanghai		30,0	889,9	221,4
382	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.l.	Jork		24,3		
383	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Beijing		40,7	730,1	51,5
384	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Duesseldorf		50,0		
385	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlin		20,5		
386	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf		65,0		
387	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		99,0		
388	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf		28,5		
389	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Cologne		20,5		
390	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf		21,4		
391	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf		20,1		
392	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf		59,5		
393	Ingrid S.à r.l.	Munsbach		23,8		
394	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxembourg		25,0		
395	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0		
396	IOG Denali Upton, LLC	Dover		23,0		
397	IOG NOD I, LLC	Dover		22,5		
398	Isaac Newton S.A.	Capellen		95,0		
399	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxembourg		25,0		
400	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Cologne		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
401	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxembourg		100,0		
402	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Duesseldorf		22,9		
403	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Duesseldorf		22,9		
404	J R Nominees (Pty) Ltd	Johannesburg		100,0		
405	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		100,0	10,8	0,2
406	Jyogashima Godo Kaisha	Tokyo		100,0	0,1	13,1
407	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	100,0		
408	Kidson Pte Ltd	Singapore		100,0	16,4	0,1
409	Kinneil Leasing Company	London		35,0		
410	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
411	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	100,0		
412	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapore		25,6	1.023,9	245,8
413	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0		
414	LAWL Pte. Ltd.	Singapore		100,0	24,7	1,4
415	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
416	Leonardo III Initial GP Limited	London		100,0		
417	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
418	London Industrial Leasing Limited	London		100,0		
419	2755 LVB I LLC	Wilmington		100,0		
420	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	17,4	1,8
421	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt		35,7		
422	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		100,0	279,9	0,1
423	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburg		37,9		
424	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxembourg		100,0		
425	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		40,0		
426	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0	1,9	6,3
427	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
428	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburg		34,0		
429	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburg		32,8		
430	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburg		33,0		
431	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburg		35,3		
432	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburg		34,5		
433	Navigator - SGFTC, S.A.	Lisbon		100,0		
434	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
435	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
436	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
437	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
438	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
439	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
440	norisbank GmbH	Bonn	1	100,0	433,9	0,0
441	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver		96,7		
442	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxembourg		25,0		
443	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscow		100,0	46,5	10,3
444	OOO "Deutsche Bank"	Moscow		100,0	203,2	11,2
445	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Cologne		100,0		
446	OPB-Oktava GmbH	Cologne		100,0		
447	OPB-Quarta GmbH	Cologne		100,0		
448	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Cologne		27,7		
449	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Cologne		100,0		
450	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Cologne		100,0		
451	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Cologne		100,0		
452	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlin		22,2		
453	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
454	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		
455	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
456	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
457	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
458	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
459	PB Factoring GmbH	Bonn	1	100,0	32,6	0,0
460	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bonn		100,0		
461	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	100,0	32,4	0,0
462	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
463	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
464	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg		55,1		
465	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
466	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
467	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
468	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
469	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
470	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
471	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
472	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
473	Peruda Leasing Limited	London		100,0		
474	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
475	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
476	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati City		95,0		
477	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
478	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
479	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamel		100,0		
480	Postbank Beteiligungen GmbH	Bonn	1	100,0	782,0	0,0
481	Postbank Direkt GmbH	Bonn	1	100,0	15,9	0,0
482	Postbank Filialvertrieb AG	Bonn	1	100,0	37,1	0,0
483	Postbank Finanzberatung AG	Hamel	1	100,0	85,8	0,0
484	Postbank Immobilien GmbH	Hamel	1	100,0		
485	Postbank Leasing GmbH	Bonn	1	100,0		
486	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
487	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
488	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
489	Prestipay S.p.A.	Udine		40,0		
490	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
491	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Duesseldorf		50,0		
492	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
493	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		99,0	21,2	0,1
494	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
495	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
496	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
497	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
498	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
499	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		49,9		
500	Reference Capital Investments Limited (in members' voluntary liquidation)	London		100,0		
501	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxembourg		25,0		
502	Riviera Real Estate	Paris		100,0		
503	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0	290,8	90,4
504	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0	279,6	102,3
505	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0		
506	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		100,0		
507	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	London		100,0		
508	RREEF Fund Holding Co.	George Town		100,0	52,3	12,1
509	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
510	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0	(13,7)	6,5
511	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel	1	100,0		
512	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
513	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		
514	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Cologne		100,0	48,9	3,3
515	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
516	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
517	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG i.L.	Duesseldorf		58,5		
518	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
519	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
520	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
521	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		
522	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
523	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
524	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
525	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		33,2		
526	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
527	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Duesseldorf		71,1		
528	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0		
529	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
530	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
531	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
532	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
533	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
534	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
535	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
536	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
537	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Duesseldorf		100,0		
538	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
539	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
540	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
541	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
542	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		
543	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
544	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
545	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
546	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
547	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
548	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
549	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0		
550	SOLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
551	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
552	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
553	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		100,0		
554	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
555	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
556	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0		
557	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
558	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,9		
559	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,8		
560	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bonn		22,5		
561	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
562	Starpool Finanz GmbH	Berlin		49,9		
563	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		100,0		
564	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		100,0		
565	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
566	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
567	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
568	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
569	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
570	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
571	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
572	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		100,0		
573	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
574	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
575	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
576	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
577	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisbon		100,0		
578	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
579	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		
580	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0		
581	Teesside Gas Transportation Limited (in members' voluntary liquidation)	London		48,0		
582	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
583	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0		
584	Tempurrite Leasing Limited	London		100,0		
585	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0		
586	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
587	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Duesseldorf		100,0		
588	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Duesseldorf		100,0		
589	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Bangkok		100,0		
590	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
591	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG i.L.	Duesseldorf		25,0		
592	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		
593	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
594	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxembourg		25,0		
595	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlin		50,0		
596	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0		
597	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
598	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
599	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
600	Triplereason Limited	London		100,0	329,4	(0,6)
601	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		33,1		
602	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0		
603	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0		
604	TRS Oak II LTD	George Town		100,0		
605	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0		
606	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0		
607	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0		
608	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
609	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
610	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
611	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
612	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
613	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
614	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
615	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
616	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
617	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
618	Volbroker.com Limited	Londres		22,5	10,9	1,0
619	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona	1	100,0	28,6	0,0
620	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan		100,0		
621	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	128,5	5,3
622	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		25,0		
623	5353 WHMR LLC	Wilmington		100,0		
624	WIS JV LLC	Wilmington		50,0		
625	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
626	Wood NewCo S.à r.l.	Luxemburgo		52,1		
627	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
628	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
629	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
630	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
631	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
632	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
633	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
634	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
635	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
636	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
637	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
638	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		25,0		
639	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
640	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
641	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
642	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
643	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	152,8	5,2
644	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
645	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
646	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
647	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
648	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
649	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
650	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
651	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
652	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
653	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
654	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
655	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
656	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
657	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
658	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
659	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
660	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
661	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		20,4		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
662	A.C.N. 603 303 126 Pty Ltd	Melbourne		19,4		
663	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	George Town		8,8		
664	BÜRGERSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		8,5		
665	Bürgerschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
666	Bürgerschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
667	Bürgerschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
668	Bürgerschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
669	Bürgerschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
670	Bürgerschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
671	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
672	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
673	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
674	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		11,8		
675	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		6,9		

Outras informações

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London

DB International (Asia) Limited, Singapura

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Holdings (Grand Duchy) (anteriormente, Deutsche Holdings (Malta) S.à r.l.), Luxemburgo,

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Limited (anteriormente, Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company), Londres

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade

norisbank GmbH, Bona

Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev

OOO “Deutsche Bank”, Moscovo

Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia

BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln

PB Factoring GmbH, Bona

Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief). As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief). Estas divulgações contêm informações relativas a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) que o Deutsche Bank AG já detinha em 31 de dezembro de 2021, bem como divulgações sobre Pfandbriefe do Setor Público, apenas detidas pelo DB Privat- und Firmenkundenbank AG e que são divulgadas para o Deutsche Bank AG retrospectivamente devido à fusão em 1 de janeiro de 2020.

Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)	13.112,0	13.853,6	12.749,6	15.629,4	12.749,6
Cobertura de ativos	15.709,4	17.631,5	15.049,5	21.053,2	15.056,5
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	15.111,9	17.031,7	14.555,8	20.302,9	14.562,8
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 ¹	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 ²	597,5	599,8	493,7	750,3	493,7
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	4,6	4,3	3,9	4,8	3,9
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Sobrecolateralização	2.597,4	3.777,9	2.299,9	5.423,8	2.306,9
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	19,8	27,3	18,0	34,7	18,1

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

¹ Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

² Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)	11.972,0	12.966,3	11.661,6	14.953,0	11.661,6
Cobertura de ativos	15.980,6	18.711,2	16.001,6	22.289,8	16.001,6
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	14.834,6	17.520,1	14.950,9	20.927,1	14.950,9
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 ¹	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 ²	1.146,0	1.191,1	1.050,6	1.362,7	1.050,6
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	9,6	9,2	9,0	9,1	9,0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Sobrecolateralização	4.008,6	5.744,9	4.340,0	7.336,8	4.340,0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	33,5	44,3	37,2	49,1	37,2

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

¹ Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

² Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas e coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

Pfandbriefe do Setor Público

em euros	Valor nominal	Valor nominal	Valor atual líquido	Valor atual líquido	Valor atual líquido ajustado ao risco ¹	Valor atual líquido ajustado ao risco ¹
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
Cobertura de ativos ²	131,0	149,0	136,6	156,6	136,6	161,4
Dos quais derivados	0	0	0	0	0	0
Pfandbriefe do Setor Público	90,0	90,0	119,1	119,2	119,1	128,0
Sobrecolateralização (%)	45,6	65,6	14,7	31,4	14,7	26,1

¹ Método dinâmico.

² Incluindo outros ativos de cobertura de acordo com o artigo 20.º, n.º 2 da PfandBG.

Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 2, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)

Perfil de maturidade em milhões de euros	Estrutura de maturidade da obrigação hipotecária (Pfandbriefe) pendente		Prazos da taxa fixa para a garantia total	
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
inferior a 6 meses	555,0	1.185,0	562,8	580,0
de 6 a 12 meses	0	175,0	307,2	488,5
de 12 a 18 meses	533,0	555,0	361,6	572,5
de 18 meses a 2 anos	160,0	0	548,0	336,9
de 2 a 3 anos	2.264,5	693,0	1.106,6	1.031,0
de 3 a 4 anos	1.207,0	2.264,5	955,7	1.381,3
de 4 a 5 anos	2.656,0	1.207,0	922,1	1.062,3
de 5 a 10 anos	4.634,0	4.698,0	5.962,8	5.872,9
superior a 10 anos	1.102,5	1.194,5	4.982,5	4.655,2
Total	13.112,0	11.972,0	15.709,4	15.980,6

Pfandbriefe do Setor Público

Perfil de maturidade em euros	Cobertura de ativos ¹	Cobertura de ativos ¹	Pfandbriefe do Setor Público	Pfandbriefe do Setor Público
	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
inferior a 6 meses	30,0	20,0	0	0
de 6 a 12 meses	25,0	0	0	0
de 12 a 18 meses	0	30,0	0	0
de 18 meses a 2 anos	0	25,0	0	0
de 2 a 3 anos	37,0	19,0	0	0
de 3 a 4 anos	33,5	20,0	50,0	0
de 4 a 5 anos	0	0	0	50,0
de 5 a 10 anos	0	35,0	25,0	25,0
superior a 10 anos	5,5	0	15,0	15,0
Total	131,0	149,0	90,0	90,0

Porção de derivados incluídos na garantia total (artigo 28.º, n.º 1, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam quaisquer derivados na garantia total.

Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 15,1 mil milhões de euros (2020: 16,0 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 12,1 mil milhões de euros (2020: 12,0 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 2,2 mil milhões de euros (2020: 2,1 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 796 milhões de euros (2020: 722 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2020: 0 milhões de euros).

Cobertura adicional de obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) (valor nominal) por país/sede social (artigo 28.º n.º 1, pontos 4 e 5 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

Pfandbriefe do Setor Público

em euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Alemanha	0,0	0,0
Créditos de equalização de acordo com o artigo 20.º, n.º 2, ponto 1	0,0	0,0
Ativos de acordo com o artigo 20.º, n.º 2, ponto 2	0,0	0,0
dos quais créditos de acordo com o artigo 129.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Obrigações Cobertas)	0,0	0,0
Total para a Alemanha	0,0	0,0
Total	0,0	0,0

Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) por país, em que os imóveis onerados se baseiam no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

31 dez 2021	Residencial					Comercial						
	Apartamentos	Habitacões unifamiliares	Habitacões multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	2.843,6	8.322,5	2.821,6	0	13.987,8	565,2	172,3	162,1	224,4	1.124,1	0	15.111,9
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2.843,6	8.322,5	2.821,6	0	13.987,8	565,2	172,3	162,1	224,4	1.124,1	0	15.111,9

31 dez 2020	Residencial					Comercial						
	Apartamentos	Habitacões unifamiliares	Habitacões multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	2.577,7	8.258,6	2.845,7	0	13.682,0	565,7	175,4	158,7	252,9	1.152,6	0	14.834,6
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2.577,7	8.258,6	2.845,7	0	13.682,0	565,7	175,4	158,7	252,9	1.152,6	0	14.834,6

Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) (artigo 28.º, n.º 2, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe).

Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

No final de 2021 e 2020, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2021 e 2020, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor nominal	
	31 dez 2021	31 dez 2020
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe) com juros fixos	7.862	9.222
Como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	60	77
Cobertura de ativos com juros fixos	15.597	15.856
Como % do total da cobertura de ativos	99	99

Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

moeda em milhões de euros	Valor atual líquido	
	31 dez 2021	31 dez 2020
Euro	2.307	4.340

Fatores característicos adicionais (artigo 28.º, n.º 1, ponto 7; artigo 28.º, n.º 1, ponto 11; artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021	31 dez 2020
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário (em %) ¹	54	54
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário ²	5	5
Reclamações totais superiores aos limites do § 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência) ³	0	0

¹ De acordo com o artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

² De acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 11 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

³ De acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 7 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) do setor público emitidas, categorizados por dimensão (valor nominal) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
até 10 milhões de euros, inclusive	0,0	0,0
10 milhões de euros a 100 milhões de euros	125,50	149,00
mais de 100 milhões de euros	0,0	0,0
Total	125,50	149,00

Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) do setor público emitidas (valor nominal), por tipo de devedor que garante, respetivamente, o organismo e respetiva sede social (país) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 2 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31 dez 2021		31 dez 2020	
	devido	com garantia	devido	com garantia
Alemanha				
País	0	0	0	0
Autoridades regionais	92,0	0	114,0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para a Alemanha	92,0	0	114,0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
Instituições da UE				
País	0	0	0	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para as instituições da UE	0	0	0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
Países Baixos				
País	33,5	0	35,0	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para a Finlândia	33,5	0	35,0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
Total devido/garantido	0	0	149,0	0
Total	125,5	0	149,0	0

Características das obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) do setor público emitidas e ativos de cobertura aplicados (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 a 10 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Comparação de ações com juros fixos de acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da PfandBG		
<i>Pfandbriefe</i> do Setor Público com juros fixos (em %)	100,00	100,00
Cobertura de ativos com juros fixos (em %)	100,00	100,00
Valor atual líquido de acordo com o artigo 6.º da Lei relativa às obrigações hipotecárias (<i>Pfandbrief-Barwertverordnung</i>) por moeda estrangeira (milhões de euros) (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da <i>PfandBG</i>)	17,50	0,0

Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2021, tomámos conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 33.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (*Wertpapierhandelsgesetz*):

A BlackRock, Inc., Wilmington, DE, notificou-nos que, em 31 de dezembro de 2020, detinha 5,23 % das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Wilmington, DE, até 31 de dezembro de 2021.

A Capital Group Companies, Inc., Los Angeles, Califórnia, notificou-nos de que, em 23 de novembro de 2021, detinha 5,20% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação por parte da The Capital Group Companies, Inc., Los Angeles, Califórnia, até 31 de dezembro de 2021.

Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) notificou-nos de que, a 20 de novembro de 2020, detinha 3,18% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação de Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) até 31 de dezembro de 2021.

A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, notificou-nos que, a 20 de agosto de 2015, detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2021.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou-nos de que, a 20 de agosto de 2015, detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2021.

Stephen A. Feinberg, (Cerberus), notificou-nos de que, em 14 de novembro de 2017, detinha 3,001% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação de Stephen A. Feinberg, (Cerberus), até 31 de dezembro de 2021.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente para o exercício de 2021 uma remuneração total de 49.984.668 euros (2020: 40.119.062 euros). Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 38.737.800 euros e 31.929.318 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 173.184.590 euros e 167.503.588 euros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2021 uma remuneração total de 6.520.833 euros (2020: 6.077.083 euros), dos quais 4.965.625 euros foram pagos no primeiro trimestre de 2022 (primeiro trimestre de 2021: 4.632.813 euros), de acordo com as provisões dos Estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 6.476.340 euros e 6.516.181 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG a 1.559.179 euros e 1.546.839 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 93.771 euros em 2021.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas 49 e 50.

Colaboradores

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 35.848 (2020: 32.132), 15.369 dos quais mulheres (2020: 13.384). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 13.736 (2020: 14.029) colaboradores trabalhavam em agências fora da Alemanha. Os valores médios incluíram os colaboradores do antigo DB Privat- und Firmenkundenbank AG desde a fusão em maio de 2020.

Governo da sociedade

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG emitiram, em outubro de 2021, a declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do número 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e disponibilizou-a permanentemente no seu site (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Os Diretores Executivos do Parceiro Geral e o Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA emitiram também a sua declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (Akt) e disponibilizaram-na permanentemente no seu site (group.dws.com/corporate-governance/declaration-of-conformity-pursuant-to-ss161-german-stock-corporation-act-aktg/).

Serviços adicionais prestados pelo auditor

O Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias receberam determinados serviços fiscais e relacionados com a auditoria pelo auditor do Deutsche Bank AG das demonstrações financeiras anuais, Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY").

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria de 2020 do DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Para informações sobre as comissões pagas ao auditor do Deutsche Bank AG, consulte o Relatório Anual do Grupo.

Acontecimentos após o período de relato

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão em grande escala contra a Ucrânia. Em resposta, o Ocidente moveu-se no sentido de impor amplas sanções dirigidas à Rússia, incluindo, mas não se limitando a certos bancos russos e ao Banco Central russo, empresas, membros do Parlamento e membros da elite russa e respetivas famílias. É possível que no futuro possam ser impostas sanções adicionais e outras medidas. A evolução no que diz respeito ao conflito militar está a avançar rapidamente e a extensão de qualquer impacto financeiro e não financeiro no Deutsche Bank AG não é atualmente conhecida.

O Deutsche Bank AG (DB AG) é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. Consequentemente, as seguintes informações relativas ao Grupo Deutsche Bank (IFRS) são também, em geral, relevantes e aplicam-se ao Deutsche Bank AG.

A 31 de dezembro de 2021, a subsidiária operacional do Grupo na Rússia, OOO "Deutsche Bank" (DB Moscovo), tinha um capital de 0,2 mil milhões de euros, sendo o risco cambial ativamente gerido e totalmente coberto a partir de janeiro de 2022. Os ativos totais do DB Moscovo ascendiam a 1,5 mil milhões de euros, dos quais aproximadamente 0,5 mil milhões de euros (equivalente em rublos russos) encontravam-se depositados junto do Banco Central na Rússia. O Grupo também opera um centro de serviços tecnológicos na Rússia, OOO "Deutsche Bank TechCentre" (DBTC), que é um dos vários centros tecnológicos em todo o mundo, com cerca de 1600 empregados no final de 2021 (aproximadamente 5% da força de trabalho

tecnológica do Grupo). O Grupo está continuamente a avaliar a configuração operacional do DBTC, o que poderá resultar em custos adicionais para a nossa base de custos no futuro.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do Grupo a empréstimos à Rússia ascendia a 1,4 mil milhões de euros numa base bruta, o que representa aproximadamente 0,3% da carteira total de empréstimos. Numa base líquida, após ter em conta as garantias e as garantias patrimoniais, a exposição a empréstimos ascendia a 0,6 mil milhões de euros. A maioria desta exposição a empréstimos diz respeito a grandes empresas russas com operações significativas e fluxo de caixa fora da Rússia. Os empréstimos podem ser concedidos onshore pelo DB Moscovo, ou offshore por outras entidades do Grupo fora da Rússia. Além disso, o negócio de Wealth Management tem empréstimos offshore a contrapartes com ligações à Rússia, garantidos em conformidade com as políticas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo também tinha exposições de derivados à Rússia. A maioria destas posições está atualmente em processo de anulação, estando o Grupo numa posição de passivo líquido. Consequentemente, não existe qualquer risco de crédito material adicional, embora possa surgir risco de contágio do mercado e risco de liquidação. Além disso, em 31 de dezembro de 2021, as exposições relacionadas com compromissos não utilizados ascendiam a 1,0 mil milhões de euros e com garantias financeiras e comerciais escritas a 0,5 mil milhões de euros.

O Grupo tem gerido o seu risco de mercado para a Rússia através da realização de avaliações regulares do seu perfil de risco. Para mitigar um risco de contágio mais amplo, foram tomadas medidas para reduzir a exposição direta antes e imediatamente após o desenrolar dos acontecimentos. Isto foi conseguido através da celebração de coberturas adicionais e da remoção seletiva de riscos. O Grupo continua a acompanhar de perto a situação através da realização de mais testes de esforço de contágio em diferentes cenários, com um enfoque fundamental nas potenciais reações do Banco Central da Rússia.

A exposição financeira e não financeira do Grupo à Ucrânia não é significativa, mas está a ser acompanhada de perto.

Globalmente, o potencial impacto financeiro e não financeiro da situação em curso no Grupo dependerá da forma como a crise se desenrolar. A crise e o seu impacto nas condições económicas locais e globais poderá ter impacto na nossa capacidade de gerar receitas ou cumprir os nossos objetivos financeiros, aumentar os nossos custos, afetar negativamente carteiras específicas, resultar em perdas de crédito superiores às previstas ou potenciais depreciações de ativos, e ter potencialmente um impacto negativo nas nossas operações na Rússia ou na Ucrânia. Dada a incerteza da situação, não é atualmente possível estimar qualquer impacto futuro nas demonstrações financeiras.

Órgãos de gestão

Conselho de Administração

No ano de 2021, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

Christian Sewing
Presidente

Karl von Rohr
Presidente

Fabrizio Campelli

Frank Kuhnke
(até 30 de abril de 2021)

Bernd Leukert

Stuart Lewis

James von Moltke

Alexander von zur Mühlen

Christiana Riley

Rebecca Short
(desde 1 de maio de 2021)

Prof. Dr. Stefan Simon

Conselho de Fiscalização

No ano de 2021, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização.
Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Dr. Paul Achleitner
– Presidente
Munique
Alemanha

Detlef Polaschek*
– Vice-presidente
Essen
Alemanha

Ludwig Blomeyer-Bartenstein*
Bremen
Alemanha

Frank Bsirske*
(até 27 de outubro de 2021)
Berlim
Alemanha

Mayree Clark
Nova Canaan
EUA

Jan Duscheck*
Berlim
Alemanha

Dr. Gerhard Eschelbeck
Cupertino
EUA

Sigmar Gabriel
Goslar
Alemanha

Timo Heider*
Emmerthal
Alemanha

Martina Klee*
Frankfurt am Main
Alemanha

Henriette Mark*
Munique
Alemanha

Gabriele Platscher*
Braunschweig
Alemanha

Bernd Rose*
Menden
Alemanha

Gerd Alexander Schütz
(até 27 de maio de 2021)
Viena
Áustria

John Alexander Thain
Rye
EUA

Michele Trogni
Riverside
EUA

Dr. Dagmar Valcárcel
Madrid
Espanha

Stefan Viertel*
Kelkheim im Taunus
Alemanha

Dr. Theodor Weimer
Wiesbaden
Alemanha

Frank Werneke
(desde 25 de novembro de 2021)
Berlim
Alemanha

Professor Dr. Norbert Winkeljohann
Osnabrück
Alemanha

Frank Witter
(desde 27 de maio de 2021)
Braunschweig
Alemanha

*Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske* (até 26 de setembro de 2021), Detlef Polaschek*, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações

Mayree Clark, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske* (até 26 de setembro de 2021), Detlef Polaschek*, Gerd Alexander Schütz (até 28 de janeiro de 2021), Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021), Professor Dr. Norbert Winkeljohann (desde 3 de fevereiro de 2021)

Comité de Auditoria

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Henriette Mark*, Gabriele Platscher*, Detlef Polaschek* Bernd Rose*, Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel (desde 29 de julho de 2021), Dr. Theodor Weimer, Frank Witter (desde 29 de julho de 2021)

Comité de Risco

Mayree Clark, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein*, Jan Duscheck*, Michele Trogni, Stefan Viertel*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Integridade

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein*, Sigmar Gabriel, Timo Heider*, Gabriele Platscher*

Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske* (até 26 de setembro de 2021), Dr. Gerhard Eschelbeck (desde 3 de fevereiro de 2021), Detlef Polaschek*, Bernd Rose*, Gerd Alexander Schütz (até 1 de fevereiro de 2021), Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021)

Comité de Estratégia

John Alexander Thain, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske* (até 26 de setembro de 2021), Mayree Clark, Timo Heider* Henriette Mark*, Detlef Polaschek*, Michele Trogni, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021)

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck*, Dr. Gerhard Eschelbeck, Timo Heider* (desde 29 de julho de 2021), Martina Klee*, Bernd Rose*, Frank Witter (desde 29 de julho de 2021)

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske* (até 26 de setembro de 2021), Detlef Polaschek*, Frank Werneke (desde 16 de dezembro de 2021), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

*Representantes dos colaboradores

Lista de mandatos

Conselho de Fiscalização

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2022

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Dr. Paul Achleitner	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Mandatos externos Bayer AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Ludwig Blomeyer-	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos Bürgschaftsbank Bremen GmbH Frowein & Co. Beteiligungs AG	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Fiscalização
Bartenstein			
Frank Bsirske (até 27 de outubro de 2021)		Mandatos externos innogy SE RWE AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Mayree Clark	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos Ally Financial, Inc. Allvue Systems Holdings, Inc.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração (desde agosto de 2021)
Jan Duschek	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional Banca, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Dr. Gerhard Eschelbeck	Diretor de Segurança da Informação, Aurora Innovation, Inc.	Mandatos externos Onapsis Inc. WootCloud Inc.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Sigmar Gabriel	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	Mandatos externos GP Günter Papenburg AG Siemens Energy AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Timo Heider	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização Vice-presidente do Conselho de Fiscalização Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Martina Klee	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização
Henriette Mark	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Gabriele Platscher	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG BVV Versicherungsverein des	Vice-presidente do

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
		Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Conselho de Fiscalização
Detlef Polaschek	Vice-Presidente do Conselho Conselho de Administração; membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Bernd Rose	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos ver.di Vermögensverwaltungs- gesellschaft m.b.H.	Vice-Presidente do Conselho Conselho
		Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Gerd Alexander	Presidente do Conselho de Administração, C-QUADRAT Investment AG	Mandatos externos cyan AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde janeiro de 2021)
Schütz (até 27 de maio de 2021)			
John Alexander Thain	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos Aperture Investors LLC Pine Island Acquisition Corp. Pine Island Capital Partners LLC Uber Technologies Inc.	Membro do Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração (desde janeiro de 2021) Presidente Membro do Conselho de Administração
Michele Trogni	Parceiro Operacional, Eldridge	Mandatos externos Horizon Acquisition Corporation SE2 LLC	Membro do Conselho de Administração (até outubro de 2021) Presidente do Conselho de Administração
Dr. Dagmar Valcárcel	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos amedes Holding GmbH Antin Infrastructure Partners S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Administração (desde setembro de 2021)
Stefan Viertel	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Dr. Theodor Weimer	Diretor Geral, Deutsche Börse AG	Mandatos externos Knorr Bremse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Werneke (desde 25 de novembro de 2021)	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Mandatos externos Conselho de Televisão da Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF) ver.di Vermögensverwaltungsgesell- schaft m.b.H. ZDF Enterprises GmbH	Membro Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos Bayer AG Bohnenkamp AG Georgsmarienhütte Holding GmbH Heristo AG Sievert AG	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização (até janeiro de 2021) Presidente do Conselho de Fiscalização
Frank Witter (desde 27 de maio de 2021)	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos CGI Inc. NorthVolt AB Traton SE VfL Wolfsburg-Fußball GmbH	Membro do Conselho de Administração (desde julho de 2021) Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com *.

Em: Fevereiro de 2022

Para os membros do Conselho de Administração que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membro do Conselho de Administração

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Christian Sewing	Presidente do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
Karl von Rohr	Presidente	sujeitos a divulgação Mandatos no Grupo DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Presidente do Conselho de Fiscalização
Fabrizio Campelli	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Kuhnke (até 30 de abril de 2021)	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Bernd Leukert	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos Bertelsmann SE & Co.KGaA* Mandatos no Grupo DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Stuart Lewis	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
James von Moltke	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Alexander von zur Mühlen	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Christiana Riley	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos The Clearing House Payments Company LLC Mandatos no Grupo DB USA Corporation	Membro do Conselho de Fiscalização Diretor-geral (CEO) da
Rebecca Short (desde 1 de maio de 2021)	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Professor Dr. Stefan Simon	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG	Presidente do Conselho Consultivo

Colaboradores do Deutsche Bank AG

Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras. Em: 31 de dezembro de 2021

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Martin Ball	Mandatos no Grupo norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Ina Bandemer	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Selda Baran	Mandatos no Grupo PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen i. L.	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Beemelmann	Mandatos no Grupo DB Investment Services GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Guido Behrendt	Mandatos no Grupo PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen i. L.	Presidente do Conselho de Fiscalização
Jörg Bongartz	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna OOO "Deutsche Bank"	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Sigrid Bowenkamp	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Rüdiger Bronn	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Petra Crull	Mandatos no Grupo DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Anita Dierickx	Mandatos externos FRB – Fonds Minie-Laura-Chipie	Membro do Conselho de Fiscalização
Boudewijn Dornseiffen	Mandatos no Grupo OOO „Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
Sameen Farooqui	Mandatos no Grupo OOO „Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
Jürgen Feil	Mandatos no Grupo PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
David Feldmann	Mandatos externos Eurex Clearing AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Eva Frank	Mandatos no Grupo PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
David Gary	Mandatos externos CLS Group Holdings AG	Diretor não executivo
Philipp Gossow	Mandatos externos Schufa Holding AG Mandatos no Grupo norisbank GmbH Postbank Filialvertrieb AG Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Britta Hercher	Mandatos externos Bankpower GmbH Personaldienstleistungen	Membro do Conselho de Fiscalização
Jutta Herzog	Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jennifer Hörl	Mandatos no Grupo Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexander Ilgen	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A. DWS Investment GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Angelika Kaefer-Schroeder	Mandatos no Grupo norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Keller	Mandatos externos GEZE GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Anke Kirn	Mandatos no Grupo	

	Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Knoll	Mandatos no Grupo	
	DWS Grundbesitz GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Ulrike Krieger	Mandatos no Grupo	
	DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Krings	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank (Suisse) SA	Membro do Conselho de Administração
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Karen Kuder	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Achim Kuhn	Mandatos no Grupo	
	BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
	Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Manuel Loos	Mandatos no Grupo	
	Betriebs-Center für Banken AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização
Anna Lucarelli	Mandatos externos	
	MTS Spa Mercato Telematico dei Titoli di Stato	Diretor não executivo
David Lynne	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank (China) Co., Ltd	Membro do Conselho de Administração
Chandra Mallika	Mandatos no Grupo	
	Deutsche CIB Centre Private Limited	Membro do Conselho de Administração
	Deutsche India Private Limited	Membro do Conselho de Administração
Bas Martejn	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Ole Matthiessen	Mandatos externos	
	S.W.I.F.T. SC	Membro do Conselho de Administração
Karin Mensching	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Leonhard Felix Müller	Mandatos no Grupo	
	norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Henning Oldenburg	Mandatos externos	
	Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kirsten Oppenländer	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Beaux Pontak	Mandatos externos	
	Latitude Financial Group Limited	Diretor não executivo
Reiner Ramacher	Mandatos no Grupo	
	Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Andreas Riess	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Barbara Roerig	Mandatos externos	
	AGR Abfallentsorgung-Gesellschaft Ruhrgebiet mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	Theater + Philharmonie Essen GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Karsten Rusch	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Roland Sahr	Mandatos externos	
	Investitionsbank Sachsen-Anhalt – Anstalt der Norddeutschen Landesbank Girozentrale	Membro do Conselho de Administração
Alexandre Sallavard	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Membro do Conselho de Administração
Torsten Sauer	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Nicole Scheidt	Mandatos no Grupo	
	Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jacob Schellenberg	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Tatjana Schierack	Mandatos no Grupo	
	Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	Mandatos no Grupo	
	PB Factoring GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Werner Schmidt	Mandatos externos	
	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Vice-Presidente do Conselho Conselho
Frank Schütz	Mandatos externos	

Kaushik Shaparia	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH Mandatos no Grupo Deutsche CIB Centre Private Limited Deutsche India Private Limited	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Eric-M Smith	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Americas Holding Corp. Deutsche Bank Trust Company Americas	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Dr. Anke Steenbock	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG norisbank GmbH PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Fabian Steinhoff	Mandatos no Grupo PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexa Pia Stettner	Mandatos no Grupo Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Lars Stoy	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG Deutsche Bank Societ� per Azioni Postbank Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscaliza�o Membro do Conselho de Fiscaliza�o Presidente do Conselho de Fiscaliza�o
Knut Straeter	Mandatos no Grupo DB Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscaliza�o
G�labat�n Sun	Mandatos no Grupo Betriebs-Center f�r Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscaliza�o Membro do Conselho de Fiscaliza�o
Markus W�gner	Mandatos no Grupo DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscaliza�o
Meike Webler	Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscaliza�o
Kay Wolf	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A. PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsverm�gen i. L.	Membro do Conselho de Fiscaliza�o Membro do Conselho de Fiscaliza�o

Frankfurt am Main, 2 de março de 2022

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração



Christian Sewing



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Stuart Lewis



James von Moltke



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Rebecca Short



Stefan Simon

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, que foi combinado com o relatório de gestão do Grupo, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

Frankfurt am Main, 2 de março de 2022



Christian Sewing



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Stuart Lewis



James von Moltke



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Rebecca Short



Stefan Simon

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, e a demonstração de resultados para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo as políticas de reconhecimento e medição aí apresentadas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que é combinado com o relatório de gestão do Grupo, para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão e que faz parte do relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras anuais cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e conferem uma imagem verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2021 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, e
- o relatório de gestão, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão está em consonância com as demonstrações financeiras anuais e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. O nosso parecer sobre o relatório de gestão não abrange o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada acima referida.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos, princípios e normas são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão" do nosso relatório do auditor. Somos independentes da instituição em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras anuais

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras anuais para o exercício de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

1. Avaliação de instrumentos financeiros com dados de avaliação não observáveis

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos. O banco detinha ativos para negociação e passivos para negociação no valor de 246.705 milhões de euros e 197.069 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Ambas as contas incluem também instrumentos financeiros cuja avaliação se baseia em dados não observáveis.

Os instrumentos financeiros com dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados utilizando modelos complexos; derivados com acordos de garantia não-padrão; derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação (Ajustamento da Avaliação de Crédito); e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos independentemente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizada por comparação com fontes de dados do mercado.

Além disso, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela administração na determinação dos ajustamentos de valor justo em relação aos requisitos do artigo 340e do HGB e realizámos recálculos para uma amostra de ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologias independentes.

Envolvemos os nossos especialistas internos em avaliação de instrumentos financeiros nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Ativos e passivos detidos para negociação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração adotou cedo os requisitos do IDW AcP BFA 7 e reconhece uma provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 para ativos financeiros que são considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas resultantes da pandemia da COVID-19 em curso e os riscos relacionados para a economia global, a estimativa de informação prospetiva requer um juízo significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem

de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e, e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito para nos ajudar.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas são fornecidas na secção "Informações gerais, Base de apresentação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

3. Avaliação dos investimentos em empresas afiliadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco comunicou investimentos em sociedades afiliadas no valor de 26.343 milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas são escriturados ao custo de aquisição ou, no caso de uma imparidade permanente, ao justo valor mais baixo. O justo valor é determinado utilizando um modelo de fluxo de caixa descontado para a sociedade afiliada correspondente. Neste contexto, são feitos pressupostos significativos relativamente às projeções de ganhos, à taxa de desconto e ao crescimento a longo prazo. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Uma vez que a medição dos investimentos em sociedades afiliadas envolve um elevado grau de juízo devido às projeções de ganhos, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo contidas no modelo de fluxo de caixa descontado, esta é uma questão chave de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do justo valor dos investimentos em afiliadas. A este respeito, também obtivemos um entendimento dos controlos da administração relativamente às projeções de lucros, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo, avaliámos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliámos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados dos investimentos em afiliadas, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios significativos. Além disso, avaliámos os parâmetros de avaliação significativos utilizados para a estimativa do Justo Valor, tais como a taxa de desconto e a taxa de crescimento a longo prazo, na medida em que se encontrem dentro de uma gama de previsões disponíveis externamente.

Recalculámos também a exatidão aritmética do modelo de fluxo de caixa descontado utilizado.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação dos investimentos em sociedades afiliadas, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de investimentos em empresas afiliadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a avaliação dos investimentos em empresas afiliadas são fornecidas nas notas às demonstrações financeiras anuais, nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e nas "Notas ao balanço, Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas". **Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos**

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco comunicou ativos líquidos por impostos diferidos no valor de 3304 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo do artigo 274.º do HGB, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas controladas relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliámos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliámos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliámos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição dos impostos diferidos são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Impostos diferidos" nas notas às demonstrações financeiras anuais. **Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro**

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do banco depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro como uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Avaliámos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações nas versões de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Além disso, testámos se os programadores tinham direitos de aprovação para alterações nos sistemas de produção e se eram capazes de realizar quaisquer alterações devido aos seus direitos de acesso nas versões de produção das aplicações, bases de dados e sistemas operativos, respetivamente, para avaliar se estas responsabilidades estavam funcionalmente separadas.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro.

Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro". [Outra informação](#)

Os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão

e as seguintes outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor:

- o Relatório Não Financeiro,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 264.º, n.º 2, terceira frase do HGB em conjugação com o artigo 289.º, n.º 1, quinta frase do HGB,

mas não as demonstrações financeiras anuais, não as divulgações do relatório de gestão cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras anuais, com o relatório de gestão, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras anuais e pelo relatório de gestão

Os administradores executivos são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e que as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e o

desempenho financeiro da Instituição, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras anuais isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras anuais, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade da Instituição para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, desde que não haja conflito de circunstâncias efetivas ou jurídicas entre os mesmos.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro da Instituição para a elaboração das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras anuais e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como para criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras anuais e neste relatório de gestão.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o compromisso. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar o nosso respetivo parecer. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que a Instituição deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras anuais, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras anuais apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as

- demonstrações financeiras anuais facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro da Instituição em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos.
- Avaliamos a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras anuais, a respetiva conformidade com a legislação alemã e com a perspetiva que proporciona da posição da Instituição.
 - Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos administradores executivos como a base para a informação prospetiva e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório sobre a confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB sobre a reprodução eletrónica das demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão elaborado para efeitos de publicação

Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma garantia razoável sobre se a elaboração das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão (doravante os "documentos ESEF") contidos no ficheiro `Deutsche_Bank_AG_JA+LB_ESEF-2021-12-31.zip` (SHA-256-Checksum: `8d935986b2a4aa45d0b966335a6d0649749c f5bef6dc7157a415e3 9f9a7bb381`) e elaborados para efeitos de publicação cumpre em todos os aspetos materiais os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão relativo ao exercício de [Datum] a [Datum] contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (10.2021) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QS 1).

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 1 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação em XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado.

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores pela Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 21 de julho de 2021. Somos auditores do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Outro assunto – utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais auditadas e o relatório de gestão auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Bundesanzeiger [Diário da República Federal da Alemanha] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 7 de março de 2022

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken

Mai

Wirtschaftsprüfer

Wirtschaftsprüfer

[Revisor de contas público alemão]

[Revisor de contas público alemão]

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Em caso de conflito, prevalecerá a versão Inglesa, publicada em <https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>